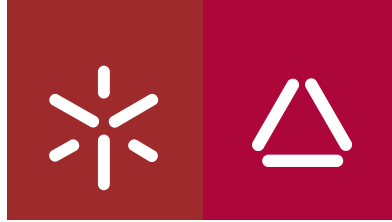


Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Sara Catarina Gomes da Silva

**Geografia da (in)segurança nos municípios
do Quadrilátero Urbano – Barcelos, Braga,
Guimarães e Vila Nova de Famalicão**



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Sara Catarina Gomes da Silva

**Geografia da (in)segurança nos municípios
do Quadrilátero Urbano – Barcelos, Braga,
Guimarães e Vila Nova de Famalicão**

Tese de Doutoramento em Geografia
Área de Especialização em Geografia Humana

Trabalho efetuado sob a orientação da
**Professora Catedrática Paula Cristina Almeida
Cadima Remoaldo**
e do
Professor Doutor Vítor Patrício Rodrigues Ribeiro

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente tese. Confirmando que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer forma de falsificação de resultados. Mais declaro que tomei conhecimento integral do Código de Conduta Ética da Universidade do Minho. Universidade do Minho,

Mais declaro que tomei conhecimento integral do Código de Conduta ética da Universidade do Minho.

Nome completo: Sara Catarina Gomes da Silva

Universidade do Minho, 08 de janeiro de 2019.

Assinatura: Sara Catarina Gomes da Silva
(Sara Catarina Gomes da Silva)

Nada é original.

***Rouba** de qualquer lugar o que te ressoa como inspiração ou que te estimule a imaginação. Devora antigos e novos filmes, música, livros, pinturas, fotografias, poemas, sonhos, conversas aleatórias, arquitetura, pontes, placas toponímicas, árvores, nuvens, recursos hídricos, luz e sombras. Seleciona apenas coisas para roubar que falam diretamente à tua alma.*

Se fizeres isso, o teu trabalho (e roubo) será autêntico.

Autenticidade é inestimável; originalidade é inexistente.

E não te preocupe em esconder o teu roubo – celebra se quiseres. Em qualquer caso, lembra-te sempre do que Jean-Luc Godard disse:

"Não é de onde você tira as coisas - é para onde você as leva".

Jim Jarmusch

*Dedico à família que eu escolhi.
Que as nossas batalhas nos tornem mais fortes!*

AGRADECIMENTOS

A presente tese representa a conclusão de mais uma importante etapa da minha trajetória académica. Os resultados que serão apresentados nas seguintes páginas não teriam sido possíveis de alcançar sem a colaboração, apoio, auxílio e compreensão de diversas pessoas. Por esse motivo, gostaria de manifestar os meus mais sinceros e profundos agradecimentos.

Primeiramente gostaria de agradecer, aos meus orientadores que me ajudaram na concretização desta investigação: à Professora Catedrática Paula Cristina Almeida Cadima Remoaldo e ao Professor Doutor Vítor Patrício Rodrigues Ribeiro. A minha gratidão pela orientação afetuosa e solidária e por me ajudarem a percorrer este caminho, incentivando-me para que a pesquisa fosse concluída.

À professora Paula Remoaldo, gostaria de fazer uma especial gratulação. Quero manifestar a minha profunda gratidão por me ter acompanhado desde a minha dissertação de mestrado. Agradeço todo o seu apoio, dedicação, carinho, amizade e solidariedade ao longo destes anos.

Faço um agradecimento especial, a todos os envolvidos na recolha de informação do Comando Distrital da P.S.P. de Braga. A vossa colaboração foi essencial para o processo de execução da investigação.

A minha gratidão a todos os entrevistados pela colaboração na investigação. Ao senhor presidente da câmara de Vila Nova de Famalicão Paulo Cunha, ao vice-presidente da câmara de Braga Firmino Marques, ao senhor Nuno Cunha da Associação de Municípios de Fins Específicos do Quadrilátero Urbano. Gostaria também de agradecer aos presidentes da junta do município de Barcelos, José Monteiro da Silva da freguesia de Arcozelo e ao senhor José Teixeira da U.F. de Barcelos, Vila Boa, Frescainha (São Martinho) e Frescainha (São Pedro). Aos presidentes da junta do município de Braga, Ricardo Pereira da Silva de São Vítor, ao senhor Manuel Costa Pires de São Vicente, ao senhor João Pires da U.F. de São José de São Lázaro e São João do Souto. Aos presidentes da junta do município de Guimarães, o senhor António Gonçalves de Creixomil, ao senhor Rui Porfírio da U.F. de Oliveira São Paio e São Sebastião. E por fim, aos presidentes da junta do município de Vila Nova de Famalicão, o senhor Manuel Alves da U.F. de Antas e Abade de Vermoim e a senhora Estela Veloso da U.F. de Vila Nova de Famalicão e Calendário. Agradeço a todos pela partilha de conhecimento, e pela pronta disponibilidade em colaborar para a entrevista.

Aos colegas e amigos que fiz nesta instituição, quero manifestar a minha gratidão pela partilha de conhecimento, camaradagem, solidariedade e pelas palavras de ânimo quando o desânimo aparecia. Não vou nomear nomes, para não correr o risco de me esquecer de alguém, no entanto aproveito este momento para manifestar o meu agradecimento.

E por fim, agradeço a todos os professores que ao longo deste percurso me foram ajudando e me acompanhando durante esta jornada.

A todos, o meu muito obrigada!

RESUMO

A presente investigação versa sobre a Geografia da (In)Segurança, no contexto da prevenção da criminalidade, aplicada às áreas de jurisdição da Polícia de Segurança Pública (P.S.P.) dos municípios do Quadrilátero Urbano. Trata-se de uma investigação pioneira em Portugal, que incidiu em 4 freguesias do município de Barcelos, 14 do município de Braga, 12 do município de Guimarães e 4 do município de Vila Nova de Famalicão. Tendo por base 25.010 registos da P.S.P. foi possível aferir a existência de uma maior incidência de crimes de furto e de roubo no município de Braga, fruto da sua superior densidade populacional, associada a uma maior densidade de alojamentos, e a uma maior oferta de bens e serviços. No caso dos restantes municípios, o número de crimes de furto e roubo reportados à P.S.P. foi significativamente mais baixo. Ainda assim, apresentaram padrões de concentração de crime distintos, com uma forte associação às dinâmicas da malha urbana.

Com base nos resultados encontrados propomos a implementação, nas câmaras municipais, de um Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC). O GTPC deverá promover a execução, faseada, dos vários princípios de prevenção da criminalidade de todas as gerações do *Crime Prevention Through Environmental Design* (CPTED), bem como, da *Governança Preventiva*. A *Governança Preventiva* constitui a nossa proposta da quarta geração CPTED e sustenta-se em cinco princípios: i) Cidadão Decisor; ii) Desburocratização; iii) Proteção em Rede; iv) Mecenato Urbanístico e Filantropia Comunitária; e v) Prevenção Regulamentar e da Comunicação. É abordada, nesta quarta geração, o papel preponderante que a comunidade tem na estabilidade das relações de vizinhança e dos processos associados a ela, influenciando de forma direta os resultados relacionados com a criminalidade e a delinquência.

Palavras-chave: Insegurança, Crime, Furto, Roubo, Espaço Urbano, Quadrilátero Urbano.

ABSTRACT

The current research consists on the Geography of (In) Security, in the context of crime prevention, applied to the areas of jurisdiction of the Public Security Police (P.S.P.) in municipalities from the Urban Quadrangle. This is a pioneering investigation in Portugal, involving 4 parishes in the municipality of Barcelos, 14 in the municipality of Braga, 12 in the municipality of Guimarães and 4 in the municipality of Vila Nova de Famalicão. Based on 25,010 records from the P.S.P., it was possible to verify the existence of a higher crime incidence of theft and robbery in the municipality of Braga, due to its higher population density, associated with a higher density of accommodation, and a greater supply of goods and services. In the case of the remaining municipalities, the number of theft and robbery crimes reported to the P.S.P. was significantly lower. Nevertheless, they presented different patterns of crime concentration, having a strong association with the urban infrastructure dynamics.

Based on the results, we propose to implement a Technical Office for the Prevention of Crime (TOPC), in several municipal councils. The (TOPC) should promote the phased implementation for the various crime prevention principles in all of the Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED) generations, as well as Preventive Governance. The Preventive Governance is our proposal for the fourth generation CPTED, and it is based on five principles: i) Citizen Decision Maker; ii) Reduction of bureaucracy; iii) Network Protection; iv) Urban Patronage and Community Philanthropy; e v) Regulatory and Communication Prevention. It is addressed, in this fourth generation, the preponderant role the community has in the stability of neighborhood relations and the processes associated with it, directly influencing the results related to crime and delinquency.

Keywords: Insecurity, Crime, Theft, Robbery, Burglary, Urban Space, Urban Quadrangle.

ÍNDICE GERAL

| | |
|---|-----------|
| AGRADECIMENTOS..... | IX |
| RESUMO..... | XI |
| ABSTRACT | XIII |
| ÍNDICE GERAL..... | XV |
| ÍNDICE DE FIGURAS | XXI |
| ÍNDICE DE TABELAS..... | XXVII |
| ACRÓNIMOS | XXXIII |
| | |
| Introdução..... | 35 |
| Pertinência da temática abordada | 39 |
| Paradigma | 42 |
| Objetivos da investigação e hipóteses de trabalho..... | 46 |
| Escolha das variáveis para avaliar os tipos de crime | 48 |
| Organização da investigação empírica | 49 |
| | |
| PARTE I | 53 |
| | |
| Capítulo 1. (In)segurança e Sociedade..... | 55 |
| 1.1. Nota introdutória..... | 57 |
| 1.2. Importância da prevenção da criminalidade urbana..... | 58 |
| 1.2.1. Expansão das áreas urbanas..... | 59 |
| 1.2.3. Evolução das instituições de socialização..... | 64 |
| 1.2.4. Custos da criminalidade..... | 66 |
| 1.3. Nota conclusiva | 68 |
| | |
| Capítulo 2. História, influências e teorias que contribuíram para a Geografia do Crime | 69 |
| 2.1. Nota introdutória..... | 71 |
| 2.2. O papel influenciador da Escola Cartográfica para o estudo da criminalidade..... | 72 |
| 2.3. Influência da Escola de Chicago na Geografia do Crime..... | 79 |
| 2.4. Criminologia Ambiental no contexto do pensamento criminológico | 85 |
| 2.4.1. Teoria da Desorganização Social | 86 |
| 2.4.2. Teoria das Atividades Rotineiras | 88 |
| 2.4.3. Teoria da Geometria do Crime..... | 89 |
| 2.4.4. Teoria da Escolha Racional..... | 91 |

| | |
|--|------------|
| 2.4.5. Teoria dos Padrões do Crime | 92 |
| 2.4.6. Teoria das Restrições Temporais | 94 |
| 2.5. Geografia do Crime em Portugal..... | 95 |
| 2.6. Nota conclusiva | 100 |
| | |
| Capítulo 3. Desenvolvimento do pensamento da prevenção de crime nos ecossistemas urbanos: evolução teórica do pensamento..... | 103 |
| 3.1. Nota introdutória..... | 105 |
| 3.2. A morfologia urbana na prevenção da criminalidade..... | 106 |
| 3.3. Prevenção da criminalidade - história e influências | 108 |
| 3.3.1. Cognição e a cidade - Kevin Lynch | 109 |
| 3.3.2. O <i>design</i> como promotor da socialização - Elizabeth Wood | 113 |
| 3.3.3. Os olhos direcionados para a rua - Jane Jacobs | 118 |
| 3.3.4. Densidade e a intensidade de crimes - Shlomo Angel | 122 |
| 3.3.5. Prevenção e controlo do crime através do ambiente edificado - Ray Jeffery | 124 |
| 3.3.6. Espaço defensivo - Oscar Newman..... | 125 |
| 3.3.7. “Padrões ecológicos do crime” - Keith Harries | 128 |
| 3.3.7.1. Evolução dos Sistemas de Informação Geográfica | 129 |
| 3.3.8. “Janelas partidas” - James Wilson & George Kelling | 133 |
| 3.3.9. <i>Utopia on trial</i> - Alice Coleman | 135 |
| 3.3.10. Dimensão do espaço - Timothy Crowe..... | 136 |
| 3.3.11. Novas Tecnologias, desenvolvimento ambiental e ecológico - <i>United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute (UNICRI)</i> | 138 |
| 3.4. Cronologia de contributos para a prevenção da criminalidade..... | 139 |
| 3.5. Nota conclusiva | 150 |
| | |
| PARTE II..... | 153 |
| | |
| Capítulo 4. Metodologia de investigação e características das áreas urbanas selecionadas | 155 |
| 4.1. Nota introdutória..... | 157 |
| 4.2. Questões de partida e objetivos da investigação | 157 |
| 4.3. Opções metodológicas | 160 |
| 4.3.1. Enquadramento metodológico..... | 160 |
| 4.3.2. Classificação da metodologia..... | 162 |
| 4.3.3. Fontes de informação utilizadas para a realização da investigação empírica | 164 |
| 4.3.3.1. Tipos de crime usados e erros da base de dados | 166 |

| | |
|--|------------|
| 4.3.3.2. Entrevistas semidirectas | 171 |
| 4.3.3.3. Inquérito <i>online</i> | 176 |
| 4.3.3.4. Constrangimentos das fontes de informação utilizadas | 177 |
| 4.4. Contexto do Quadrilátero urbano e enquadramento das freguesias em estudo | 178 |
| 4.4.2. Área em estudo – Freguesias de jurisdição da P.S.P..... | 187 |
| 4.5. Nota conclusiva | 192 |
| Capítulo 5. Governança Preventiva | 193 |
| 5.1. Nota introdutória..... | 195 |
| 5.2. Vulnerabilidades que levam à insegurança e criminalidade: um olhar geográfico sobre os padrões relacionais | 195 |
| 5.3. A prevenção e o espaço: criminalidade para além dos números | 201 |
| 5.3.1. Princípios | 207 |
| 5.3.1.1. Cidadão Decisor | 208 |
| 5.3.1.2. Desburocratização | 211 |
| 5.3.1.3. Proteção em Rede | 213 |
| 5.3.1.4. Mecenato Urbanístico e Filantropia Comunitária | 215 |
| 5.3.1.5. Prevenção Regulamentar e da Comunicação | 216 |
| 5.4. Nota conclusiva | 218 |
| Capítulo 6. Políticas municipais de prevenção da segurança: análise das entrevistas efetuadas aos representantes da administração local e dos dados fornecidos pela P.S.P. | 219 |
| 6.1. Nota introdutória..... | 221 |
| 6.2. A opinião e a perceção do presidente de câmara e dos representantes nomeados dos municípios de Braga, de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão | 222 |
| 6.2.1. Segurança: visão sobre o Quadrilátero Urbano..... | 222 |
| 6.2.2. Perceção dos locais de insegurança na área urbana | 233 |
| 6.3. Opinião e a perceção dos presidentes de juntas de freguesia..... | 249 |
| 6.3.1. Perceção de segurança no município e na freguesia presididas pelos entrevistados | 249 |
| 6.3.2. Perceção dos locais de insegurança nas freguesias presididas pelos entrevistados vs. Realidade dos números apresentados nas subsecções estatísticas | 256 |
| 6.3.2.1. Barcelos | 258 |
| 6.3.2.2. Braga | 263 |
| 6.3.2.3. Guimarães..... | 282 |
| 6.3.2.4. Vila Nova de Famalicão | 290 |
| 6.4. Gabinete para a prevenção da criminalidade – necessidade vs. inutilidade e opinião de todos os entrevistados | 296 |

| | |
|---|------------|
| 6.5. Nota conclusiva | 301 |
| Capítulo 7. Proposta para a criação do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC) na Administração Local..... | 303 |
| 7.1. Nota introdutória..... | 305 |
| 7.2. Normas para a prevenção da criminalidade através do ordenamento do espaço urbano em Portugal: cruzamento com os dados do inquérito <i>online</i> | 305 |
| 7.3. O Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC): fundamentos e enquadramento. | 309 |
| 7.3.1. Objetivos do GTPC..... | 311 |
| 7.3.3. Competências e estratégias de ação do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC) | 312 |
| 7.3.2. Plano de trabalho do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC) | 315 |
| 7.3.2.1. 1.ª Etapa - Metodológica | 316 |
| 7.3.2.2. 2.ª Etapa - Avaliação das áreas com necessidade de intervenção e implementação do projeto..... | 322 |
| 7.3.2.3. 3.ª Etapa - Redefinição de prioridades para o Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade..... | 344 |
| 7.3.2.4. 4.ª Etapa - Incorporação dos instrumentos legais do município sobre medidas preventivas para a criminalidade | 347 |
| 7.4. Equipa de trabalho | 350 |
| 7.5. Nota conclusiva | 351 |
| Capítulo 8. <i>É melhor prevenir do que remediar</i> – Considerações finais..... | 353 |
| 8.1. Conclusão sumária | 355 |
| 8.2. Principias conclusões e recomendações..... | 356 |
| 8.3. Limitações da investigação realizada..... | 364 |
| 8.4. Investigações futuras e recomendações para futuros estudos | 365 |
| Referências Bibliográficas | 367 |
| Apêndices | 397 |
| Anexo 1 – Glossário | 399 |
| Anexo 2 – Guião de entrevista aos Presidentes das Câmaras..... | 400 |
| Anexo 3 – Guião de entrevista aos Presidentes das Juntas de Freguesia..... | 402 |
| Anexo 4 – Ranking a nível europeu dos crimes de roubo registados | 404 |
| Anexo 5 – Ranking a nível europeu dos crimes de furtos registados | 406 |
| Anexo 6 – Ranking a nível europeu dos crimes de assaltos registados | 408 |

| | |
|---|-----|
| Anexo 7 - Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo | 410 |
| Anexo 8 - Aviso n.º 7722/2015 da Revisão Plano Diretor Municipal de Barcelos | 411 |
| Anexo 9 - Aviso n.º 11741/2015 da Revisão Plano Diretor Municipal de Braga | 412 |
| Anexo 10 - Aviso n.º 6936/2015 da Revisão Plano Diretor Municipal de Guimarães..... | 413 |
| Anexo 11 - Aviso n.º 10268/2015 da Revisão Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Famalicão..... | 414 |
| Anexo 12 - Etapas do Guia de Boas Práticas do CPTED - Prevenção Criminal Através do Espaço Construído | 415 |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1 - Organograma organizacional da II parte da investigação | 50 |
| Figura 2 - Linha de abordagem teórica (I) | 57 |
| Figura 3 - Distribuição mundial da população residente nas áreas urbanas | 60 |
| Figura 4 - Cidades por dimensão em 1990, 2014 e 2030..... | 62 |
| Figura 5 - Total de despesas com a criminalidade entre 1980 e 2010 nos E.U.A..... | 67 |
| Figura 6 - Linha de abordagem teórica (II) | 71 |
| Figura 7 - Estatísticas comparativas sobre o estado da educação e o número de crimes nos vários arrondissements das Academias e Cortes Reais da França, 1825-27 | 74 |
| Figura 8 – Crimes contra a propriedade / Crimes contra a pessoa em França | 75 |
| Figura 9 - Crimes na Inglaterra e no País de Gales, baseados nos compromissos criminais cometidos pelos indivíduos do sexo masculino no período1842-1847 | 78 |
| Figura 10 - Analfabetos na Inglaterra e País de Gales, segundo os registos matrimoniais masculinos sem assinatura em 1844 | 78 |
| Figura 11 - Crescimento das áreas urbanas segundo Burgess..... | 81 |
| Figura 12 - Áreas Urbanas..... | 83 |
| Figura 13 - Cruzamento dos mapas de Burgess e de Shaw et al. | 83 |
| Figura 14 - Locais de residência de 7.541 supostos infratores entre os 17 e 75 anos do sexo masculino presos no condado de Cook durante o ano de 1920 | 83 |
| Figura 15 – Mapa de Thrasher na obra Chicago's gangland, 1936..... | 84 |
| Figura 16 - Esquema da Teoria da Geometria do Crime | 90 |
| Figura 17 - Variáveis a ter em conta na análise de crime com recurso..... | 99 |
| Figura 18 - Linha de abordagem teórica (III) | 105 |
| Figura 19- Projeto residencial de Elizabeth Wood (1961)..... | 116 |
| Figura 20 - Projeto residencial de Elizabeth Wood (1961) (conclusão) | 117 |
| Figura 21 – Modelo de um ideal de cidade | 121 |
| Figura 22 – Número de crimes em função da intensidade do uso do solo | 122 |
| Figura 23 – Processo de tomada de decisão para a ocorrência do crime..... | 123 |
| Figura 24 - Fontes de informação assimiladas por Jeffery na construção do modelo CPTED | 125 |
| Figura 25 - Diagrama de espaços claramente alocados e discretamente defendíveis para vários residentes e/ou pequenos grupos de residentes | 127 |

| | |
|--|-----|
| Figura 26 - Sistematização cronológica da evolução dos Sistemas de Informação Geográfica..... | 130 |
| Figura 27 - Métodos quantitativos e qualitativos | 161 |
| Figura 28 - Classificação da metodologia utilizada..... | 163 |
| Figura 29 – Principais fontes utilizadas para a realização da investigação empírica | 165 |
| Figura 30 - Resumo dos crimes contra o património previstos no Código Penal Português..... | 167 |
| Figura 31 - Erro 1: Nome da rua no Google Maps diferente do anunciado na morada do estabelecimento..... | 170 |
| Figura 32 - Erro 2: Nome da rua no Google Maps diferente do anunciado na placa da rua..... | 170 |
| Figura 33 - Primeiro grupo de perguntas do guião da entrevista | 173 |
| Figura 34 - Terceiro grupo de perguntas do guião de entrevista..... | 174 |
| Figura 35 - Segundo grupo de perguntas do guião de entrevista..... | 174 |
| Figura 36 - Nome e país de residência dos inquiridos | 177 |
| Figura 37 - Enquadramento das áreas urbanas em estudo no contexto do Noroeste de Portugal . | 179 |
| Figura 38 - Enquadramento geral do Quadrilátero Urbano..... | 180 |
| Figura 39 - Enquadramento territorial dos municípios de Barcelos e de Braga..... | 182 |
| Figura 40 - Enquadramento territorial dos municípios de Guimarães e de V. Nova de Famalicão.. | 184 |
| Figura 41 – Território de jurisdição da Polícia de Segurança Pública no contexto do Quadrilátero Urbano | 187 |
| Figura 42 - Linha de abordagem teórica (IV - Final) | 195 |
| Figura 43 - Mecanismo de auto e retroalimentação das relações entre a esfera morfológica as esferas do comportamento e a conjuntura socio-espacial | 196 |
| Figura 44 - Engrenagem do mecanismo das componentes da morfologia urbana, do comportamento e da conjuntura socio-espacial..... | 197 |
| Figura 45 - Níveis de profundidade das relações estabelecidas entre o preconceito, a insegurança e uma sociedade em crise | 198 |
| Figura 46 - Modelo cumulativo dos padrões relacionais das vulnerabilidades que levam à insegurança e criminalidade | 200 |
| Figura 47 – Principais características das três primeiras gerações | 206 |
| Figura 48 - Governança burocrática no planeamento preventivo | 212 |
| Figura 49 - Rede de Prevenção..... | 214 |
| Figura 50 - População residente nos países da União Europeia | 227 |

| | |
|--|-----|
| Figura 51 - Densidade de crimes em Barcelos no contexto das urbes do Quadrilátero Urbano | 237 |
| Figura 52 - Densidade de crimes em Braga no contexto das urbes do Quadrilátero Urbano | 238 |
| Figura 53 - Densidade de crimes em Guimarães no contexto das urbes do Quadrilátero Urbano.. | 239 |
| Figura 54 - Densidade de crimes em Vila Nova de Famalicão no contexto das urbes do Quadrilátero Urbano | 240 |
| Figura 55 - Área de edificação do Bairro Social das Enguardas..... | 242 |
| Figura 56 - Área de edificação do Bairro Social de Santa Tecla..... | 243 |
| Figura 57 - Densidade de crimes nas freguesias de jurisdição da P.S.P. de Barcelos | 244 |
| Figura 58 - Densidade de crimes nas freguesias de jurisdição da P.S.P. de Braga | 245 |
| Figura 59 - Densidade de crimes nas freguesias de jurisdição da P.S.P. de Guimarães..... | 246 |
| Figura 60 - Densidade de crimes nas freguesias de jurisdição da P.S.P. de Vila Nova de Famalicão | 247 |
| Figura 61 – Cálculo da estatística Morans I | 257 |
| Figura 62 – Subsecções estatísticas estatisticamente significativas na análise <i>hot spot</i> nas freguesias de jurisdição da P.S.P. de Barcelos | 260 |
| Figura 63 - Subsecção estatística do 'Campo da Feira' - Barcelos..... | 261 |
| Figura 64 - Subsecção estatística da 'Igreja de Santo António' - Barcelos | 262 |
| Figura 65 – Subsecções estatísticas estatisticamente significativas na análise <i>hot spot</i> nas freguesias de jurisdição da P.S.P. de Braga | 264 |
| Figura 66 – Subsecções estatísticas no entorno do Bairro Social das Enguardas – São Vítor- Braga | 267 |
| Figura 67 – Subsecções estatísticas no entorno da Rua José António Cruz – São Vítor- Braga | 269 |
| Figura 68 – Subsecções estatísticas no entorno da Rua Dom Pedro V – São Vítor- Braga | 270 |
| Figura 69 - Imagem da Ruas Bernardo Sequeira – São Vítor | 271 |
| Figura 70 – Subsecções estatísticas no entorno da Rua Cândido de Oliveira – São Vítor..... | 273 |
| Figura 71 – Subsecções estatísticas no entorno da Universidade do Minho – São Vítor - Braga.... | 274 |
| Figura 72 - Subsecções estatísticas no entorno das Ruas Américo Ferreira de Carvalho, Rua André Soares e Rua 25 de Abril - da União de Freguesias de São José de Lázaro e São João de Souto - Braga..... | 276 |
| Figura 73 - Subsecções estatísticas no entorno das Avenidas da Liberdade e da Avenida Central - da União de Freguesias de São José de Lázaro e de São João de Souto - Braga..... | 279 |

| | |
|---|-----|
| Figura 74 - Subsecções estatísticas no entorno da Praça Agrolongo - da União de Freguesias de São José de Lázaro e de São João de Souto - Braga | 281 |
| Figura 75 – Subsecções estatísticas estatisticamente significativas na análise <i>hot spot</i> nas freguesias de jurisdição da P.S.P. de Guimarães..... | 283 |
| Figura 76 - Subsecções estatísticas no entorno do parque da cidade de Guimarães na freguesia da Costa | 284 |
| Figura 77 - Subsecções estatísticas no entorno do Centro Cultural Vila Flor e do Centro Comercial Villa, das freguesias de Urgezes e de São Sebastião - Guimarães | 285 |
| Figura 78 - Imagem do Parque das Hortas em fevereiro de 2015..... | 287 |
| Figura 79 - Imagem do Parque das Hortas em janeiro de 2019 | 287 |
| Figura 80 - Subsecção estatística do Parque das Hortas - União de Freguesias de Oliveira, de São Paio e de São Sebastião - Guimarães..... | 287 |
| Figura 81 - Subsecções estatísticas a uma distância inferior a 600m de Bairros Sociais em Guimarães | 288 |
| Figura 82 – Subsecções estatísticas estatisticamente significativas na análise <i>hot spot</i> nas freguesias de jurisdição da P.S.P. de Vila Nova de Famalicão..... | 292 |
| Figura 83 - Distância dos parques habitacionais com habitações sociais às subsecções estatísticas estatisticamente significativas..... | 294 |
| Figura 84 – Cenários de avaliação de espaços residenciais..... | 328 |
| Figura 85 - Cenário de avaliação das áreas comuns dos blocos habitacionais e passeios..... | 329 |
| Figura 86 - Cenário de avaliação de parque de recreio e lazer | 330 |
| Figura 87 - Cenário de avaliação de limites habitacionais | 331 |
| Figura 88 - Cenário de avaliação da orientação das moradias | 332 |
| Figura 89 - Cenário de avaliação do acesso ao espaço de retaguarda das moradias | 333 |
| Figura 90 - Cenário de avaliação da facilidade de escalar | 334 |
| Figura 91 - Cenário de avaliação do parque de estacionamento (exemplo 1) | 335 |
| Figura 92 - Cenário de avaliação do parque de estacionamento (exemplo 2) | 336 |
| Figura 93 - Cenário de avaliação de vegetação na frente da habitação..... | 337 |
| Figura 94 - Cenário de avaliação da Iluminação pública | 338 |
| Figura 95 - Cenário de avaliação da entrada principal - porta de acesso à rua | 339 |
| Figura 96 - Cenário de avaliação das janelas | 340 |
| Figura 97 - Cenário de avaliação da porta de entrada comum | 341 |

| | |
|---|-----|
| Figura 98 -Cenário de avaliação Iluminação exterior das habitações (exemplo 1) | 342 |
| Figura 99 - Cenário de avaliação Iluminação exterior das habitações (exemplo 2) | 343 |
| Figura 105 - Nível de maturidade do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade | 362 |
| Figura 106 – Processo de execução do plano de trabalho do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade..... | 363 |

ÍNDICE DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1 – Perspetiva de Saville & Cleveland sobre o que se pretende da postura de cada cidadão | 45 |
| Tabela 2 - Plano de ação para supressão das necessidades diagnosticadas em Portugal na prevenção da criminalidade..... | 46 |
| Tabela 3 - Resumo de enquadramento da Teoria da Desorganização Social | 86 |
| Tabela 4- Resumo de enquadramento da Teoria das Atividades Rotineiras | 88 |
| Tabela 5 - Resumo de enquadramento da Teoria da Geometria do Crime..... | 90 |
| Tabela 6 - Resumo de enquadramento da Teoria da Escolha Racional..... | 91 |
| Tabela 7 - Resumo de enquadramento da Teoria dos Padrões do Crime | 93 |
| Tabela 8 - Resumo de enquadramento da Teoria das Restrições Temporais | 94 |
| Tabela 9 - Alguns exemplos de investigadores, por países, que trabalham a problemática do crime e a influência sobre a comunidade | 107 |
| Tabela 10 - Nota conceptual da obra <i>The Image of the City</i> de Kevin Lynch (1960) | 110 |
| Tabela 11 - Nota conceptual da obra <i>Housing Design: A Social Theory</i> de Elizabeth Wood (1961) | 113 |
| Tabela 12- Nota conceptual da obra <i>The Life and Death of Great American Cities</i> de Jane Jacobs (1961) | 118 |
| Tabela 13- <i>Software</i> e ferramentas <i>online</i> utilizadas para o mapeamento e análise da criminalidade nos E.U.A..... | 132 |
| Tabela 14- Princípios básicos do CPTED e da dimensão do espaço..... | 137 |
| Tabela 15 – Cronologia de alguns dos contributos para a prevenção da criminalidade..... | 140 |
| Tabela 16 – Cronologia de alguns dos contributos para a prevenção da criminalidade..... | 141 |
| Tabela 17 – Cronologia de alguns dos contributos para a prevenção da criminalidade..... | 142 |
| Tabela 18 – Cronologia de alguns dos contributos para a prevenção da criminalidade..... | 143 |
| Tabela 19 – Cronologia de alguns dos contributos para a prevenção da criminalidade..... | 144 |
| Tabela 20 – Cronologia de alguns dos contributos para a prevenção da criminalidade..... | 145 |
| Tabela 21 – Exemplos de produções académicas desenvolvidas sobre a problemática do planeamento preventivo em Portugal | 147 |
| Tabela 22 - Exemplos de produções académicas desenvolvidas sobre a problemática do planeamento preventivo em Portugal (continuação) | 148 |

| | |
|--|-----|
| Tabela 23 - Projetos desenvolvidas sobre a problemática do planeamento preventivo em portugal | 148 |
| Tabela 24 - Publicações do programa Políticas de Cidades POLIS XX que abordam a problemática do planeamento preventivo em Portugal | 149 |
| Tabela 25 - Traduções de manuais desenvolvidos por organizações internacionais que abordam a problemática do planeamento preventivo | 149 |
| Tabela 26 – Principais variáveis disponibilizadas na base de dados fornecida pela P.S.P. | 166 |
| Tabela 27 – Classificação estatística atribuída após compilação dos crimes de furto | 168 |
| Tabela 28 - Classificação estatística atribuída após compilação dos crimes de furto | 168 |
| Tabela 29 - Freguesias com maior número de habitantes vs. maior número de crimes em estudo | 178 |
| Tabela 30 – Freguesias da jurisdição da P.S.P. | 188 |
| Tabela 31 –Resumo dos dados estatísticos sobre a população e o edificado na área de estudo – Censos 2011 | 189 |
| Tabela 32 –Resumo dos dados estatísticos sobre a população e o edificado na área de estudo – Censos 2011 | 190 |
| Tabela 33 - Total de entrevistas realizadas..... | 221 |
| Tabela 34- Opinião face à segurança no Quadrilátero Urbano | 222 |
| Tabela 35- Ranking a nível Europeu dos crimes de roubo registados | 224 |
| Tabela 36- Ranking a nível Europeu dos crimes de furto registados | 225 |
| Tabela 37 - Ranking a nível europeu dos crimes de assalto registados | 226 |
| Tabela 38 - Tipo de políticas de prevenção do crime no Quadrilátero Urbano | 229 |
| Tabela 39 - Sumário do ranking a nível nacional dos crimes contra o património registados na Polícia de Segurança Pública..... | 230 |
| Tabela 40 - Crimes de Furto e Roubo registados pela Polícia de Segurança Pública nas áreas urbanas de Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão entre 2011 e 2015..... | 231 |
| Tabela 41 -Tipo de medidas de prevenção de criminalidade aplicáveis ao nível do Quadrilátero Urbano | 231 |
| Tabela 42 - Existência de locais dentro da área urbana do município onde a comunidade possa ter razões para se sentir particularmente insegura | 233 |
| Tabela 43 - Total de fogos de habitação social nos municípios do Quadrilátero Urbano em 2012 | 236 |
| Tabela 44 - Parque habitacional social em Braga | 241 |
| Tabela 45 - Existem medidas preventivas contra a criminalidade por parte do município? | 248 |

| | |
|--|-----|
| Tabela 46 - Sentimento de segurança face ao município onde está inserido | 250 |
| Tabela 47- Conhecimento da existência do modelo de prevenção – Prevenção da Criminalidade Através do Espaço Construído (CPTED) | 254 |
| Tabela 48- Já alguma vez pensou na possibilidade de através da melhoria do aspeto das ruas ou dos edifícios ser possível diminuir o número de crimes?..... | 255 |
| Tabela 49 - Artérias da freguesia União de Freguesias de Barcelos, Vila Boa, Vila Frescainha (São Martinho) e Vila Frescainha (São Pedro) com maior número de recorrência de crimes | 258 |
| Tabela 50 - Artérias da freguesia de Arcozelo com maior número de recorrência de crimes..... | 259 |
| Tabela 51 - Percentagem de crimes ocorridos na freguesia de Barcelos - Barcelos | 263 |
| Tabela 52 - Artérias da freguesia de São Vítor em Braga com maior número de recorrência de crimes | 265 |
| Tabela 53 - Percentagem de crimes ocorridos na Rua José António Cruz na freguesia de São Vítor - Braga..... | 268 |
| Tabela 54 - Percentagem de crimes ocorridos nas Ruas Bernardo Sequeira e Rua Fundação Calouste Gulbenkian na freguesia de São Vítor - Braga..... | 271 |
| Tabela 55 - Percentagem de crimes ocorridos nas Ruas Bernardo Sequeira na freguesia de São Vítor | 272 |
| Tabela 56 - Percentagem de crimes ocorridos nas Ruas André Soares, Américo Ferreira de Carvalho e 25 de Abril na da freguesia União de Freguesias de São José de Lázaro e São João de Souto - Braga..... | 277 |
| Tabela 57 - Artérias da freguesia União de Freguesias de São José de Lázaro e de São João de Souto em Braga com maior número de recorrência de crimes | 278 |
| Tabela 58 - Percentagem de crimes ocorridos nas Avenidas da Liberdade e a Central na da freguesia União de Freguesias de São José de Lázaro e de São João de Souto - Braga | 278 |
| Tabela 59 - Percentagem de crimes ocorridos na Praça Conde de Agrolongo na freguesia União de Freguesias de São José de Lázaro e de São João de Souto - Braga | 280 |
| Tabela 60 - Percentagem de crimes ocorridos na Praça do Comércio na freguesia de São Vicente- Braga..... | 280 |
| Tabela 61 - Percentagem de crimes ocorridos no Parque das Hortas na União de Freguesias de Oliveira, de São Paio e de São Sebastião - Guimarães..... | 286 |
| Tabela 62 - Percentagem de crimes ocorridos na Alameda Doutor Alfredo Pimenta na União de Freguesias de Oliveira, de São Paio e de São Sebastião - Guimarães..... | 289 |
| Tabela 63 - Artérias da freguesia da União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e de Calendário com maior número de recorrência de crimes | 293 |

| | |
|--|-----|
| Tabela 64 - Percentagem de crimes ocorridos na Rua Luís Barroso na União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e de Calendário - V. N.de Famalicão | 295 |
| Tabela 65 – Etapas do Contrato Local de Segurança | 297 |
| Tabela 66 – Viabilidade da instituição de um gabinete alocado à administração local que se dedicasse exclusivamente à problemática da prevenção da criminalidade | 299 |
| Tabela 67 – Competências e tarefas do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC)..... | 313 |
| Tabela 68 - Competências e tarefas do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC) (conclusão) | 314 |
| Tabela 69 - Estratégias de ação do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC) | 314 |
| Tabela 70 - Estratégias de ação do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC) (conclusão) | 315 |
| Tabela 71 - Esquema das várias fases e etapas do plano de trabalho..... | 315 |
| Tabela 72 - Esquema das várias fases e etapas do plano de trabalho (conclusão) | 316 |
| Tabela 73 – Primeira fase da primeira etapa e consequentes fases do plano de trabalho do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade..... | 318 |
| Tabela 74 -Segunda fase da primeira etapa e consequentes fases do plano de trabalho do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade..... | 319 |
| Tabela 75- Terceira fase da primeira etapa e consequentes fases do plano de trabalho do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade..... | 320 |
| Tabela 76 - Quarta fase da primeira etapa e consequentes fases do plano de trabalho do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade..... | 321 |
| Tabela 77 – Primeira fase da segunda etapa consequentes fases do plano de trabalho do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade..... | 324 |
| Tabela 78- Segunda fase da segunda etapa consequentes fases do plano de trabalho do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade..... | 325 |
| Tabela 79- Terceira fase da segunda etapa consequentes fases do plano de trabalho do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade..... | 326 |
| Tabela 80 - Fonte: Terceira fase da segunda etapa consequentes fases do plano de trabalho do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade | 327 |
| Tabela 81– Primeira e segunda fase da terceira etapa e consequentes fases do plano de trabalho do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade | 345 |
| Tabela 82 - Terceira fase da terceira etapa e consequentes fases do plano de trabalho do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade..... | 346 |

| | |
|---|-----|
| Tabela 83- Dez passos para atingir a prevenção da criminalidade | 347 |
| Tabela 84 - Quarta etapa e consequentes fases do plano de trabalho do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade | 349 |
| Tabela 85– População residente e extensão territorial dos municípios e das A.E. do Quadrilátero Urbano e seu enquadramento no contexto de Portugal | 358 |
| Tabela 86 - Comparação do volume populacional e no grupo etário ≥ 65 anos, entre a área em estudo do município de Braga e as subsecções estatísticas com maior densidade de crimes de furto e roubo | 359 |
| Tabela 87 - Comparação do número de população residente e no grupo etário ≥ 65 anos, entre a área em estudo do município de Guimarães e as subsecções estatísticas com maior densidade de crimes de furto e roubo | 360 |
| Tabela 88 - Comparação da população residente e no grupo etário ≥ 65 anos, entre a área em estudo do município de Vila Nova de Famalicão e as subsecções estatísticas com maior densidade de crimes de furto e roubo | 361 |
| Tabela 89 - Comparação da população residente e no grupo etário ≥ 65 anos, entre a área em estudo do município de Barcelos e as subsecções estatísticas com maior densidade de crimes de furto e roubo | 361 |

ACRÓNIMOS

AMFE - Associação de Municípios de Fins Específicos

CAD - *Computer Aided Design*

CEE - Comunidade Económica Europeia

CPTED - *Crime Prevention Through Environmental Design*

CP - UDP - *Crime Prevention Through Urban Design and Planning*

CPCI - Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário

DAC - *Design Against Crime*

DGAI - Direção Geral de Administração Interna

DS - *Defensible Space*

DOC - *Designing Out Crime*

FS - Forças de Segurança

FESU - Fórum Europeu para a Segurança Urbana

GTPC - Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade

GPS - *Global Positioning System*

DGOTDU - Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

INE - Instituto Nacional de Estatística

PDM - Plano Diretor Municipal

PIB - Produto Interno Bruto

PPC - Paridade de Poder de Compra

PSP - Polícia de Segurança Pública

SIG - Sistemas de Informação Geográfica

SNIG - Sistema Nacional de Informação Geográfica

TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação

US - Dólares Americanos

UNESCO - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

Introdução

Na base do surgimento e crescimento das urbes, está a necessidade de os indivíduos se sentirem seguros, próximos e acompanhados (Tuan, 1983; Hazan & Shaver, 1994; Magalhães, 1994; Mikulincer *et al.*, 2005; Lynch, 2008; Fernandes, 2009; Orehek *et al.*, 2018). Atualmente à escala internacional, a insegurança tem vindo a instalar-se e a crescer cada vez mais dentro das áreas urbanas, sendo apontada como uma consequência dos desequilíbrios socioeconómicos das sociedades. Segundo os dados da Eurostat, a população da União Europeia (EU-28) que reside nas áreas urbanas tem uma perceção do agravamento da criminalidade consideravelmente mais relevante (19,1%), do que as pessoas que vivem em áreas periféricas (10,8%) ou áreas rurais (6,6%) (Eurostat, 2017). A fragmentação das condições de vida, os empregos precários, o difícil acesso à habitação, os transportes, os serviços de saúde e de educação, têm-se assumido como sinónimos de uma frágil estrutura social. Muitas vezes relacionado a condições precárias, a sinais de dificuldade de adesão às normas sociais, como o vandalismo, assim como aos sinais externos de abandono habitacional. O abandono dos espaço poderá fazer surgir juntos das comunidades, sentimentos como a insegurança e o descontentamento (Heitor, 2007a; Lourenço, 2013; Silva, 2013; Endlich & Fernandes, 2014). A degradação urbana tem promovido a reprodução de uma imagem de um “lugar sem dono” onde a criminalidade ganha espaço para proliferar. Um facto é que a criminalidade é intrínseca à vida em sociedade, mas, nem sempre esta teve aparentemente características tão violentas como na atualidade, tornando premente a necessidade de repensar as políticas de planeamento urbano (Tuan, 1983; Spelman, 1993; Silva, 2013; Wheeler *et al.*, 2018).

O enquadramento da definição de cidade assume-se aparentemente fácil e de objetiva concretização. Legalmente, em Portugal, a categoria de cidade é atribuída por uma entidade pública (na atualidade é o Parlamento, enquanto noutros tempos era o Rei) a um aglomerado populacional que cumpra os requisitos estabelecidos pelo “Regime de criação e extinção das autarquias locais e de designação e determinação da categoria das povoações”, ou seja, o Decreto-Lei n.º 11/82 (Assembleia da República, 1982). O artigo 13º do Decreto-Lei n.º 11/82 define que uma vila só pode receber a categoria de cidade quando conte com a junção de critérios demográficos e funcionais. A junção de um valor mínimo de habitantes/eleitores e/ou uma densidade populacional representativa, ligada à existência de um número elevado de residentes a trabalhar nos setores de atividade secundária e terciária, e a influência deste

território sobre as áreas envolventes poderá levar, por decisão jurídico-administrativa, à elevação do território à categoria de cidade.

O espaço geográfico das urbes durante muitos séculos, estava territorialmente bem definido, onde as suas fronteiras eram visíveis e apreendidas de forma clara, não apenas pela divisão física, mas principalmente pelas próprias características do espaço. Com a sua expansão para lá do seu perímetro urbano, a fusão entre o modo de vida urbano e o rural torna atualmente cada vez mais difícil de delimitar uma cidade. “O tecido urbano pode ser descrito utilizando o conceito de *ecossistema*, unidade coerente constituída ao redor de uma ou de várias cidades, antigas ou recentes. O “tecido urbano” não se limita à sua morfologia. Ele é o suporte de um “modo de viver” mais ou menos intenso ou degradado: a *sociedade urbana*. Trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram no campo” (Lefebvre, 2011:19). Atualmente as regras estabelecidas para definição de cidade não podem ser encaradas de forma estática. Para a existência do cumprimento da definição legal de cidade seria necessário um reajuste amigável, visto que, esta é composta pelos seus habitantes, logo, torna as suas estruturas vivas e num processo de evolução constante. O facto é que, o peso da categoria “cidade” exerce uma capacidade maior de atração, quer seja de investimento público ou privado (Salgueiro, 1992). Sendo a cidade um polo atrator, esta transforma-se e cresce. E os limites de cidade, legalmente estabelecidos pelas entidades gestoras do território, rapidamente são ultrapassados pelo tecido urbano. Tornando-se necessário igualmente alargar a abrangência do conceito “cidade”, para “áreas urbanas”. Deste modo, existe a necessidade de desmistificar o termo cidade, dando-lhe uma forma mais ampla que permita acompanhar a evolução e não limitar por fronteiras estanques estabelecidas usando linhas imaginárias no território.

As áreas urbanas são fundamentais, podendo ser o ponto de partida para a organização do território envolvente. Partindo de um núcleo central, de maior concentração de bens e pessoas, independentemente da sua dimensão ser pequena, média ou grande, é criada uma rede com outros núcleos, como vilas ou aldeias e até mesmo com outras áreas urbanas, e num padrão complexo, é criada uma rede de relações e dependências entre áreas urbanas e perímetros pequenos, médios e de grande dimensão (Jacobs, 1969; Christaller, 1996). E quanto mais equilibrada esta rede é, mais forte se torna a troca comercial, de bens e serviços. Tal como afirmou Beaujeu-Garnier (1995:2), a área urbana “é um nó de fluxos sucessivamente centrípetos ou centrífugos, de toda a natureza”. Podemos afirmar que não só a urbe, mas, toda a rede hierárquica onde se integra a mesma deveria funcionar com o mesmo grau de dinamismo. As

áreas urbanas podem, assim, revelar uma atitude dinâmica, com uma evolução próspera, ou pelo contrário, poderão cair no retrocesso, em que uma má governança ou falta de recursos as levam a tornar-se degradadas e “sem alma”. Na sua génese, as áreas urbanas são uma comunhão de vários grupos sociais compostos por diferentes culturas, que perante condições objetivas produzem bens e serviços, mas que têm uma capacidade subjetiva de usufruírem dos mesmos, sendo deste ponto de vista um local desigual de integração e interação (Leal, 2010).

As relações quotidianas têm como palco os espaços, quer sejam privados ou públicos, e ao longo da história tem sido evidente que a sua gestão nem sempre tem sido um processo pacífico. Os conflitos tornam-se mais visíveis quando está instalada uma governança que nem sempre vai de encontro aos interesses de parte da comunidade, ou, quando existe uma apropriação inoportuna dos espaços que são considerados públicos, o que gera instabilidade social conduzindo à insegurança (Silva, 2013; Santos, 2016). Ao longo do tempo, a quebra de elementos, na rede de relações, poderá levar ao desequilíbrio e à mutação das relações entre os seres humanos e os espaços. A falta de manutenção do edificado, e a construção de novos espaços, confusos e visualmente desorganizados, que vão ao desencontro dos padrões organizacionais comuns da comunidade, é considerada como sendo um dos exemplos de quebra do equilíbrio, que poderá levar até à existência de comportamentos desviantes (Martín, 1991; Saraiva, 2008; Pedrazzini & Desrosiers-Lauzon, 2011; Ferreira, 2013; Armitage, 2018). A falta de manutenção do edificado, em especial nos centros urbanos, é um fator preponderante para o sentimento de segurança. Apesar da atual tendência de reabilitação dos núcleos urbanos, em Portugal continuamos a ter 1,5 milhões de habitações com necessidade de intervenção, de entre quase 5,8 milhões de habitações existentes no país (Gonçalves, 2017). No caso da nossa área em estudo, as freguesias correspondentes ao designado perímetro urbano, comportam um elevado número de edifícios com necessidade de reparação. No município de Barcelos as 4 freguesias em estudo agregam 9% do total de edifícios com necessidade de reparação no município, no caso das 14 freguesias de Braga, representam 39% do total de edifícios com necessidade de reparação no município. No município de Guimarães, as 12 freguesias em estudo possuem 26% do total de edifícios com necessidade de reparação, e em Vila Nova de Famalicão as 4 freguesias detêm 16% do total de edifícios com necessidade de reparação (Recenseamento da população e habitação - Censos 2011, 2011). Apesar de a reabilitação urbana ser um objetivo nacional, para a Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário

(CPCI), a verdade é que os números de edifícios com necessidade de intervenção são elevados (Gonçalves, 2017).

Portugal detém atualmente detêm 159 áreas urbanas, o que representa um índice de concentração da população de 43,7%, significando que existem 4.450.852 portugueses a viver em áreas urbanas (Instituto Nacional de Estatística, 2013a, 2016f, 2017a). O presente estudo recai sobre 5% do total de portugueses que vivem em áreas urbanas, ou seja, um território com 239.895 residentes em 2016 (Instituto Nacional de Estatística, 2016d). O Quadrilátero Urbano é composto por quatro municípios contíguos - Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão. Teve o seu início em 2009, impulsionado pelo Programa Operacional Regional do Norte (ON.2) no contexto do programa Política de Cidades Polis XXI no eixo das “Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação” com duração financiada de quatro anos. A criação desta entidade, tendo subjacente os pressupostos de uma rede urbana, localizada no Baixo Minho, tem vindo a contar com o apoio da Universidade do Minho, da Associação Industrial do Minho e do Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal. Este projeto de cooperação em rede surge com o principal objetivo de promover a competitividade, a inovação e a internacionalização da região, com base na sua competitividade e no princípio do planeamento estratégico e participativo (Bastos, 2013).

O nosso estudo procura perceber de que modo estas ligações cada vez mais fortes entre urbes influenciam a dinâmica individual da criminalidade face ao espaço. Um dos fatores preponderantes para um maior número de crimes é a existência de um elevado número de pessoas e uma grande oferta de bens (alvos disponíveis). Territórios geradores de riqueza tendem a ser mais atrativos para a prática de crimes, em especial contra o património (Silva, 2013). Segundo o índice de primazia do sistema urbano, definido pelo Instituto Nacional de Estatística (Instituto Nacional de Estatística, 2015c), no aglomerado populacional da NUTS III Cávado é de 6,65. A disparidade de população residente na área urbana de Braga (136.885 hab.) face à segunda maior da NUTS, que é Barcelos (20.579 hab.) acarreta inúmeros desequilíbrios. Já no caso da NUTS III Ave, o valor é de 1,37 o que significa que a área urbana de Guimarães (47.588 hab.) como mais populosa da NUTS III Ave tem um volume populacional semelhante ao de Vila Nova de Famalicão (34.843 hab.). Este desequilíbrio populacional dentro de uma mesma rede urbana acarreta um ónus que não é possível de evitar, que são as maiores incidências de criminalidade, que poderão surgir da oportunidade gerada pela probabilidade de existência de

mais alvos disponíveis, associados à capacidade económica gerada pela união destas áreas urbanas (Instituto Nacional de Estatística, 2016f).

Pertinência da temática abordada

A presente investigação combina um quadro teórico, que reconhece a Geografia como uma ciência que pode dar um relevante contributo para o estudo e prevenção da criminalidade. A componente empírica apresentada debruça-se sobre um estudo de caso contextualizado no Quadrilátero Urbano no Noroeste Português – Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão.

Apesar de se afigurar como uma investigação dentro da Geografia com contornos inovadores para o contexto nacional, em especial para o Quadrilátero Urbano, a investigação foi sendo pautada por vários contratemplos e *handicaps*. Para além, dos problemas de obtenção e tratamento de dados, deparamo-nos também com a dificuldade, por parte de algumas das entidades gestoras do território, em aceitarem serem nossos parceiros. Estes problemas já tinham sido anteriormente assinalados por Silva (2013), na investigação que concretizámos no município de Guimarães (2012/2013), onde trabalhámos as questões das perceções dos residentes no âmbito da problemática da criminalidade. A investigação foi realizada no âmbito do mestrado em Geografia e Planeamento da Universidade do Minho. O campo de estudo da investigação foram as 69 freguesias do município de Guimarães, numa área de 241 Km², e uma população de 157.214 habitantes (Silva, 2013). Para a elaboração da dissertação foram usados métodos diretos e indiretos de recolha de informação na componente mais empírica, tendo por objetivo a articulação do método qualitativo com o método quantitativo. A análise quantitativa teve por base a análise de dados referentes a 4.425 queixas-crime de furto e roubo apresentadas junto da G.N.R. (Guarda Nacional Republicana), bem como, 5.545 queixas-crime apresentadas junto da P.S.P. (Policia de Segurança Pública), perfazendo um total de 9.970 queixas-crime de furto/roubo reportadas entre os anos de 2009 e 2012. A aplicação de um inquérito com estrutura semifechada permitiu validar características como: valores morais; crenças; representações; hábitos; atitudes e opiniões dos inquiridos. Sendo esta a fonte primária de maior importância do estudo realizado, possibilitou a indagação junto de 200 indivíduos de ambos os sexos e de todas as idades e estratos sociais a sua perceção, enquanto residentes, da problemática da criminalidade (Silva, 2013; Silva & Remoaldo, 2014). As conclusões indicaram

uma forte propensão para a existência dos crimes de furto e roubo nas áreas urbanas, sendo estes crimes os ativadores do sentimento de insegurança e desconforto no seio da população vimaranense quando nos referimos ao usufruto dos espaços (Silva, 2013; Silva & Remoaldo, 2014).

Dadas as dificuldades detetadas na anterior investigação, o método de trabalho selecionado foi sendo reajustado ao longo de quatro anos de investigação, no sentido de encontrar um fio condutor de articulação entre a teoria e a realidade empírica.

Tal como tantos outros problemas existentes na sociedade Portuguesa, este infelizmente é mais um que é abordado *a posteriori* da ocorrência do crime, onde o ónus da responsabilidade está entregue aos órgãos de justiça. Com esta investigação pretendemos salientar que é necessária a existência de um trabalho de cooperação. Salientamos a necessidade de um trabalho conjunto entre os já existentes Gabinetes de Ação Social e o por nós proposto Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC) (ver capítulo 6), e os vários órgãos das Forças de Segurança. É imperioso lançar o desafio de pensar e implementar a prevenção da criminalidade onde a esfera morfológica é construída e pensada como um elemento ativo.

Não pode permanecer:

- Uma governação olhando para metas de quatro anos, o trabalho tem de ser feito ao longo de várias etapas, ou seja, a curto, médio e longo prazo; urge a necessidade de uma governação interventiva;
- A estratégia de recreação como solução para o envolvimento da comunidade - temos de dotar a população de capacidade crítica e pró-ativa, de cuidado e de zelo pelo outro e pelos bens comuns; há que procurar quebrar a barreira do anonimato e do preconceito face ao vizinho; estas premissas não podem ser apenas descritas nos programas de ação, terão de ser verdadeiramente implementadas;
- A construção de planos baseados exclusivamente em cifras ou inquéritos de satisfação ou de vitimização - estes são fundamentais e de valor inquestionável - mas não podem ser vistos como o único e exclusivo recurso de auscultação e resolução dos problemas da população;
- Um olhar sobre a sociedade onde se consideram única e exclusivamente unidades, ignorando as valências individuais e as particularidades de um todo; prevenção é construir a confiança e trata-se de uma medida basilar de coesão para as comunidades;
- Continuar a analisar os temas da “segurança”, do “crime” e da “criminalidade”, como quantidades exatas - por detrás de um número existem vítimas, familiares destas e toda uma

sociedade que acarreta custos e sentimentos que influenciam as vivências entre os elementos da comunidade e destes com a morfologia das urbes;

- Gestores do território e académicos que trabalham de forma isolada - deverão estar abertos a trabalhar em conjunto, onde deverá existir um diálogo profícuo; o debate académico e as várias tentativas de operacionalização promoverão uma estratégia e modelo que melhor se adequa às várias regiões do país;
- Replicação de modelos pré-definidos nos vários territórios - não pode ser encarado como natural, os modelos devem, sempre que possível, ser adaptados à realidade e contexto da área a ser intervencionada; deverá existir sempre a adaptação à realidade morfológica bem como à comunidade.

É necessária a construção, e a implementação legal de medidas de prevenção situacional, aproveitando o exemplo e o trabalho dos ainda poucos investigadores, que abordaram a importância do *Crime Prevention Through Environmental Design* (CPTED) em Portugal. Apesar de serem em número reduzido, face ao número de investigadores existente a nível internacional, os trabalhos lançados sobre a importância do CPTED para a construção de comunidades seguras abarcam as mais diversas áreas de proveniência de pesquisa, desde o *Design* (Sampaio, 2007), à Engenharia Civil (Saraiva, 2008; Saraiva & Pinho, 2011), à Arquitetura (Freitas, 2011; Ferreira, 2013; Silva, 2014), à Criminologia (Gomes, 2012), à Geografia (Silva, 2013), ao Direito e à Segurança (Rodrigues, 2016).

Importa frisar que a presente investigação não pretende ser uma exposição de fragilidades territoriais, não é esse o seu foco. Pretende-se abordar a importância da construção de uma mentalidade holística de prevenção da criminalidade. Independentemente da quantidade de crimes que ocorrem, é importante salientar junto das entidades governativas do nosso território, que a implementação de medidas de prevenção situacional do crime traz benefícios não só na possível redução de certo tipo de crimes (*e.g.*, roubo e furto), mas também em termos sociais e para a comunidade. Fomentar e estimular a comunidade a participar em programas de recreação destinados a determinados grupos etários, não é uma forma de prevenção da criminalidade. Poderá enquadrar-se numa medida de estímulo pelo cuidado da saúde e de criação de laços entre indivíduos, mas nunca pode ser encarada como um método de redução da criminalidade.

O sentimento de segurança pode e deve ser trabalhado de forma preventiva não só pelas Forças de Segurança (F.S.), mas também pelas entidades governativas dos vários territórios num

trabalho conjunto de cooperação, onde os órgãos de justiça serão os parceiros de cooperação e não os promotores exclusivos do trabalho preventivo. Espaços urbanos seguros são passíveis de ser construídos, através da combinação da morfologia com o mobiliário urbano e a vegetação, onde são pensados e legalmente regularizados por planos de intervenção junto da comunidade. O nosso estudo almeja destacar a necessidade da construção de uma política pública devidamente regulamentada e contemplada nos planos de ação dos vários municípios.

Em 2004, o Gabinete do Vice-Primeiro Ministro inglês, lançou o *Safer Places - The Planning System and Crime Prevention* que é um guia de política pública de planeamento, onde no seu prefácio o Ministro da Habitação e Planeamento, Keith Hill, e o Ministro de Estado para a Redução do Crime, Policiamento e Segurança Comunitária, Hazel Blears, afirmaram que segurança e proteção são essenciais para comunidades bem-sucedidas e sustentáveis. Não são apenas lugares ou ambientes bem projetados e atraentes para se viver e trabalhar, mas também são lugares onde existe ausência de crime e do medo deste, melhorando a qualidade de vida da população. No entanto, durante muito tempo, muito pouca atenção foi concedida pelos planeadores e *designers* às questões do crime. Como resultado de uma ausência de pensamento preventivo, existem muitos exemplos do desenvolvimento de má qualidade, que resultaram numa herança cara e duradoura de uma estratégia errada. Há necessidade de considerar a prevenção do crime como parte do processo de *design* (*Office of the Deputy Prime Minister, 2004*).

Catorze anos passados, a Inglaterra o Canadá, os Estados Unidos e a Austrália, operacionalizaram um *design* preventivo na construção ou remodelação das urbes. Foram surgindo adaptações às várias realidades, permanecendo a ideia de construção de uma comunidade segura com recurso à morfologia urbana. O caminho da mudança de mentalidades poderá prever-se que seja longo, com altos e baixos, em especial para a equipa que ficar encarregue da implementação no território das diretrizes CPTED, mas deverá procurar ter sempre ciente o objetivo e não apenas o caminho para o alcançar.

Paradigma

A linha das discussões epistemológicas descrita de forma esboçada ao longo da primeira parte da presente tese sugere a ideia de que o campo da prevenção criminal veio, ao longo de várias décadas, demonstrar a complexidade da perpetração do medo do crime. O crime é apreendido pelos investigadores sob dois prismas que se complementam e que muitas vezes se confundem:

- i) O crime trabalhado sob o prisma das suas consequências, para a vítima, infrator e de forma indireta para a comunidade;
- ii) E a outra perspetiva é a prevenção, ou seja, de que modo podem ser mobilizados recursos para criar um suporte físico e legal para a prevenção do crime.

Ao longo da pesquisa que realizámos fomos explanando a ideia de que não há, nem existiu, apenas um caminho para chegar à “solução”, e que o produto apresentado nesta investigação é fruto de um caminho nem sempre fácil. Iniciámos a investigação com o intuito de trabalhar os dados fornecidos pela Polícia de Segurança Pública e explorar todas as potencialidades dos Sistemas de Informação Geográfica (S.I.G.) nesta matéria, com a implementação de teste dos vários modelos desenvolvidos dentro da Geografia do Crime. Mas com o decorrer da investigação, fomos entendendo que por mais pertinente que seja este tipo de investigação esta não poderia ser o foco da nossa atenção. Não poderíamos alimentar ainda mais a visão de que o crime deve ser “trabalhado” partindo dos números. E tal qual a lógica do CPTED – prevenir para baixar a probabilidade de ocorrência de crimes -, também nós optámos por preparar as bases para se poder trabalhar com modelos de prevenção para a criminalidade. As entidades de gestão pública do território não estão despertas para a necessidade de se trabalhar o tema da prevenção, relacionado ao planeamento urbano. Partindo desta apreensão detetada ao longo da investigação, optou-se por fazer um trabalho prévio de auscultação das entidades gestoras do território a nível local, por forma a apreender qual a perceção que detêm sobre a prevenção da criminalidade partindo do planeamento urbano e ao mesmo tempo sensibilizar para a necessidade de pensar o território usando uma perspetiva mais holística e diferenciada.

Construir o horizonte, parte da formulação de um olhar capaz de abraçar a complexidade de diferentes caminhos, a construção de uma perspetiva de futuro capaz de ver além do que está próximo das certezas imediatas. É um processo complexo, mas este para além de ter sido o caminho na construção da presente investigação é o objetivo fundamental da formação de um modelo de prevenção situacional.

O investigador, à medida que aprende mais sobre o seu foco de estudo, vai alterando a sua visão sobre o mesmo, abrindo caminho para visões diferenciadas sobre a sua investigação. A compreensão sobre o seu campo de estudo é assimilado constantemente de forma transformadora (Snodgrass & Coyne, 1996). Existe uma tentativa constante, por parte das ciências humanas, segundo Snodgrass & Coyne (1996), para compreender os fenómenos

geradores de significados procurando extrair o seu entendimento autorreferencial e reflexivo. O foco da preocupação são as suas próprias práticas de fundo, sendo que o seu sucesso depende da sua compreensão e da consciência de alteração de práticas.

Ao longo da investigação realizada a linha de orientação da construção da fundamentação teórica foi baseada em três tipos de focos de pesquisa que envolvem de forma holística a criminalidade:

- i) **A pesquisa para** o estudo da criminalidade com enfoque no território, que explana o caminho que foi sendo traçado na construção do conhecimento no campo da investigação por parte da Geografia e de outras áreas do saber;
- ii) **A pesquisa sobre** a prevenção criminal, partindo da análise de estudos desenvolvidos em contextos territoriais e cronologicamente distintos, sendo estes usados para dar a conhecer o caminho percorrido até chegar à construção dos modelos preventivos;
- iii) **A pesquisa através** dos dados e dos conceitos que procuram conduzir o estudo científico partindo das formas de análise e compreensão derivadas da prática da prevenção criminal.

Segundo o nosso ponto de vista uma investigação parte da escolha de caminhos epistemológicos para o desenvolvimento de um paradigma que procura ser genuíno na construção de uma mentalidade preventiva para a criminalidade. Deste modo é possível determinar a importância de um “elemento” que é fundamental para o sucesso da implementação das medidas da Prevenção Criminal Através do Espaço Construído (CPTED), que são os cidadãos e de forma mais ampla a comunidade. Ao longo da investigação foram inúmeras as vezes que invocamos a importância do cidadão sobre a necessidade de estar e de ser informado dos seus direitos e deveres (Tabela 1).

Assumimos que a ausência de uma conceção pública da prevenção da criminalidade carece de resolução. É necessária a instituição da “prevenção situacional do crime” como campo de trabalho dentro da dimensão da abordagem política. A Agência Independente da Habitação e da Cidade Instituto do Território (2014: 46) salienta a necessidade da existência de uma “reabilitação com uma prestativa de construção preventiva” destacando que as áreas urbanas, em especial os espaços residenciais, carecem de modelos de desenho urbanos pensados para reduzir a oportunidade da existência de comportamentos indesejados, sobressaindo a negligência em Portugal quanto a esta matéria.

Tabela 1 – Perspetiva de Saville & Cleveland sobre o que se pretende da postura de cada cidadão

| | | |
|-------------------|----------------|---|
| Residentes | Ativos | A terminologia aplica-se à necessidade de existência da figura de líder. É imperativa a existência de locais urbanos que promovam a reunião de pessoas. Mas, no entanto, não basta a existência do espaço, também é necessária a existência de uma figura promotora de atividade e que assuma a liderança. Na década de 1970, o CPTED designava esta necessidade como sendo um “suporte de e à atividade”, onde a influência ambiental do local de encontro necessitaria de um suporte de atividade para poder criar espaços defensáveis. |
| | Participativos | Este conceito surge na sequência da necessidade de “suporte de e à atividade”, onde é necessária a participação dos moradores na vida social da sua rua ou bairro. Embora a 1.ª geração do CPTED afirmasse que isto é uma estratégia, não se pode esperar que simplesmente esta ocorra. É necessário conhecer e criar um conjunto de diretrizes direcionadas para o foco de estudo e para estimular a participação da comunidade. |
| | Responsáveis | As responsabilidades dos residentes influenciam diretamente a sua revelação de territorialidade e de espaço defensável, segundo as diretrizes do CPTED. Apesar da premissa de que os infratores possam procurar ‘alvos fáceis’, as potenciais vítimas podem exercer poder de controlo sobre o espaço usando os recursos do planeamento, tornando, assim, um lugar pouco atraente para um infrator racional. |

Fonte: Adaptado de Saville & Cleveland, 1997.

Em 2013 Elizabete Ferreira, na sua tese de doutoramento intitulada “Segurança e prevenção da criminalidade em espaços públicos: A dialética proactiva entre o desenho e o uso seguro” criou um plano de ação indo de encontro à necessidade por nós detetada (Tabela 2).

Neste sentido é fundamental que as equipas que venham a ser criadas sejam capazes de trabalhar:

- i) a criminalidade de forma preventiva com enfoque na morfologia e no *design* urbano;
- ii) na construção de cidades sustentáveis e seguras;
- iii) e principalmente com a aptidão de lidar com os efeitos rápidos da mutação da complexidade social.

Resumindo, é necessário aplicar uma conduta morfologicamente prevista e comunitariamente aceite, onde exista uma lógica entre o conceito de “prevenção” e o “problema”, no contexto do campo de ação-território. Não é nossa pretensão extinguir o “problema” da criminalidade, que seria ingénuo. Pretende-se apresentar uma visão diferenciada de abordar o “problema” com enfoque na ação antecipada ao possível crime. Para isso propomos que exista um trabalho focado numa das vertentes da prevenção, que é a construção/adaptação de espaços urbanos pensados com este objetivo.

Tabela 2 - Plano de ação para supressão das necessidades diagnosticadas em Portugal na prevenção da criminalidade

| Pilares estratégicos de ação |
|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1.º Construção de um novo modelo de planeamento e gestão territorial; 2.º Modernização da administração interna e territorial do Estado; 3.º Alteração cultural e comportamental do cidadão. |
| Medidas de operacionalização |
| <p>- Medidas de operacionalização normativas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.º Promover o cariz estratégico e a flexibilização e simplificação normativa dos instrumentos territoriais; 2.º Garantir uma concertada fusão de freguesias no âmbito da atual reforma administrativa; 3.º Garantir a articulação entre planos estratégicos e planos normativos e regulamentares; 4.º Estimular o recurso à concertação e contratualização; 5.º Ajustar ferramentas de gestão urbanística à participação; 6.º Criação de novo regime de solos e de fiscalidade urbanística; 7.º Fomentar um regime de monitorização e avaliação dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT); 8.º Promover a formação ao nível da CPTED. <p>- Medidas de operacionalização institucionais/organizacionais:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.º Aperfeiçoar a aptidão na tomada de resolução e intervenção da Administração Pública na gestão urbana; 2.º Promover a descentralização de aptidões e atribuições; 3.º Melhorar a articulação de políticas e governança; 4.º Desenvolver processos de gestão urbanística partilhada nos vários níveis da Administração; 5.º Valorizar a gestão urbanística municipal; 6.º Investir na formação especializada de quadros técnicos; 7.º Fomentar a simplificação do processo organizacional; 8.º Adotar os novos procedimentos administrativos às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e criar estruturas técnicas; 9.º Alargar o recurso aos instrumentos informais de planeamento; 10.º Criar estruturas de coordenação e de concertação estratégica entre as entidades locais, a Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) e a Direcção Geral da Administração Interna (DGAJ); 11.º Promover um sistema de fiscalização eficaz; 12.º Fomentar incentivos aos cidadãos e às empresas. <p>- Medidas de operacionalização cultural:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.º Configuração de uma visão estratégica e prospetiva da qualidade do espaço público urbano; 2.º Promoção da cultura cívica urbana; 3.º Consciencialização da génese do território como bem comum e dos respetivos impactes individuais na segurança e qualidade de vida dos habitantes; 4.º Desenvolvimento da criação de uma cidadania efetiva e proativa; 5.º Limitar a multiplicação de publicação de leis de forma avulsa. |

Fonte: Adaptado do modelo desenvolvido por Ferreira (2013).

Objetivos da investigação e hipóteses de trabalho

Partindo do pressuposto de que uma cidade é um espaço onde acontecem contactos pessoais, profissionais e sociais diários entre múltiplos indivíduos, onde as prioridades são variadas, e onde se cruzam muitas vidas que constroem a vida da cidade. Centramos o nosso estudo na problemática da prevenção da criminalidade, em especial o “crime de rua” (*e.g.*, furto

e roubo). Almejamos que este contributo seja benéfico para a população em geral e em particular para as entidades gestoras dos espaços urbanos, bem como, para outros investigadores que pretendam dar o seu contributo para esta área.

Deste modo, a nossa investigação centrou-se nas seguintes questões de partida, às quais tentámos responder no decurso da presente tese:

- *Quais são os locais com maior incidência dos crimes de furto e roubo entre 2011 e 2015 nas áreas urbanas de Barcelos de Braga, de Guimarães, e de Vila Nova de Famalicão?*
- *Qual é a perceção dos autarcas das áreas mais críticas e quais as medidas que estão a ser implementadas?*
- *Que tipo de solução pode ser avançada para debater este tipo de problema?*

Para podermos responder a estas questões de partida delinear-se os seguintes objetivos:

- *Aferir quais são os locais onde incidem os padrões dos crimes de furto e roubo e se existe alguma relação com o tipo de ocupação do espaço nas áreas urbanas de Barcelos de Braga, de Guimarães, e de Vila Nova de Famalicão;*
- *Refletir sobre o tipo de intervenção realizada até ao momento por parte dos presidentes das câmaras municipais e de alguns presidentes de juntas de freguesia de Barcelos de Braga, de Guimarães, e de Vila Nova de Famalicão e as suas intervenções futuras quanto à prevenção da criminalidade;*
- *Propor a construção, a curto prazo, de um gabinete que se dedique à prevenção situacional da criminalidade nos municípios estudados.*

Tendo em consideração estes objetivos foram equacionadas as seguintes quatro hipóteses de trabalho:

- As áreas de maior incidência da criminalidade correspondem a locais com grande oferta de bens e serviços;
- Não existe uma política pública vocacionada para a prevenção criminal situacional com recurso ao *design* urbano no território do Quadrilátero Urbano;

- Existe um desconhecimento por parte dos Presidentes da Câmara da área em estudo face ao conceito de Prevenção do Crime Através do Design Ambiental (CPTED).

Tendo em vista a necessidade de dar corpo à investigação os procedimentos metodológicos adotados e as principais fontes utilizadas são abordados no *item* seguinte.

Escolha das variáveis para avaliar os tipos de crime

Voltaire acreditava que existia uma relação direta entre uma elevada expressão da pobreza e um mais elevado número de crimes de furto e roubo existentes (Machado, 2008). Esteves (1999) afirmou que, ao longo da década de 80 e primeiros anos da década de 90, do século XX, existia, em Lisboa, uma relação positiva entre o número de furtos/roubos e o rendimento da população. No nosso estudo pretendemos perceber se estes e outros fatores que possam surgir ao longo da investigação são a justificação para os níveis de criminalidade existentes nas áreas urbanas selecionadas.

Segundo Giddens (2008:240) a criminalidade está relacionada com as “condições estruturais da sociedade, incluindo a pobreza, a condição dos centros urbanos e a deterioração das circunstâncias da vida de muitos homens jovens”. Tal como já foi abordado, a área de estudo selecionada tem sofrido profundas alterações sociais e económicas nas últimas décadas. A taxa de desemprego bem como o número de pessoas à procura de novo emprego aumentaram de 1960 para 2011 na área em estudo. A cidade de Vila Nova de Famalicão apresenta valores de abandono escolar superiores ao da média das cidades portuguesas, sendo a cidade de Guimarães a que apresenta valores de envelhecimento acima 24 e/ou 29% comparativamente aos registados nas restantes cidades (Instituto Nacional de Estatística, 2015e, 2017a; Instituto Nacional de Estatística & PORDATA, 2015b).

Tal como abordado anteriormente, este estudo teve por base uma investigação anterior, na qual foram assinaladas conclusões que indicaram uma forte propensão para a existência dos crimes de furto e roubo nas áreas urbanas (Silva, 2013). Comparativamente, verifica-se que as várias variantes de crimes de furto e de roubo são os crimes contra o património que mais motivam o sentimento de insegurança e desconforto no seio da população quando nos referimos ao usufruto dos espaços. Por este facto, dedicaremos particular atenção aos crimes de furto e roubo no desenrolar desta investigação.

Organização da investigação empírica

Ao longo da primeira parte da investigação fomos traçando o percurso até chegar à atualidade do pensamento preventivo. Com esta investigação teórica pretendemos expor o longo caminho traçado, bem como, dar a conhecer os inúmeros investigadores que ao longo do tempo, um pouco por todo o mundo, têm vindo a desenvolver a sua investigação na prevenção da criminalidade através do *design* urbano.

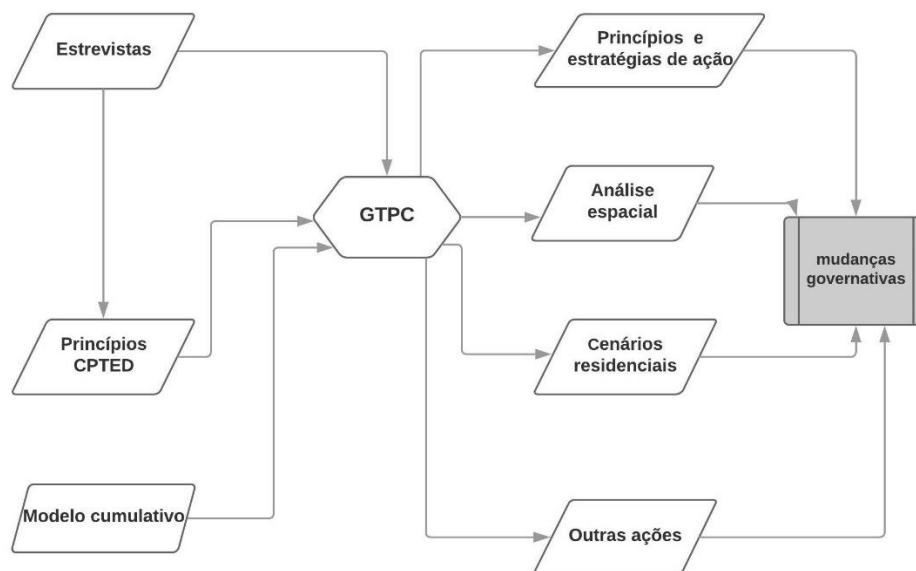
O primeiro capítulo intitulado “(In)segurança e Sociedade”, aborda a importância da prevenção da criminalidade sendo focada a realidade da criminalidade a nível mundial. Num segundo capítulo, com o título “História, influências e teorias que contribuíram para a Geografia do Crime”, é traçado o cronograma da evolução até chegar ao surgimento da Geografia do Crime em Portugal. São abordadas algumas das teorias que marcaram, até à atualidade, a evolução teórica da prevenção da criminalidade.

O terceiro capítulo, que se foca no “Desenvolvimento do pensamento da prevenção de crime nos ecossistemas urbanos: evolução teórica do pensamento”, é a compilação do pensamento dos mais importantes investigadores a nível mundial no desenvolvimento do pensamento da prevenção de crime nos ecossistemas urbanos. Na primeira parte da tese são considerados estudos do pensamento e empíricos de vários investigadores e desde o surgimento dos primeiros mapas que representavam a incidência de criminalidade.

Os capítulos expostos ao longo da segunda parte da presente tese foram pensados e construídos com o objetivo de promover a existência de uma mudança governativa local na forma como é apreendida a criminalidade, almejando a implementação das propostas por nós apresentadas. O quinto capítulo “*Governança Preventiva: Contributo para a construção de uma versão portuguesa do CPTED*”, tem por premissa levantar questões e perspetivas de análise do comportamento dos indivíduos/comunidade face à estrutura física da cidade. O cunho concedido tem por base o conhecimento do território Português, com particular enfoque nas urbes em estudo. Com o decorrer da investigação foi necessário reajustar a investigação e os possíveis resultados que com a mesma iriam ser alcançados. O modelo organizacional da segunda parte da investigação (Figura 1) surge como uma necessidade de esquematizar as várias etapas da investigação, possibilitando uma visão holística de todo o processo de investigação. A partir deste exercício abrem-se possibilidades de investigação futuras que são o fruto de uma sequência de

etapas de trabalho ainda mais alargadas, em especial a operacionalização do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade.

Figura 1 - Organograma organizacional da II parte da investigação



Fonte: Elaboração própria.

O sexto capítulo da presente tese “Políticas municipais de prevenção da segurança: análise das entrevistas efetuadas aos representantes da administração local e dos dados fornecidos pela P.S.P.” dá voz aos representantes do poder local, onde se associa com a realidade dos números de queixas apresentadas junto da P.S.P.. No sétimo capítulo “Proposta para a criação do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC) na Administração Local” é constituído pelas componentes de entrada para o processo de construção do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC). Este capítulo dá forma aos objetivos, tarefas e competências do GTPC, sendo este que dará saída – pela mão da sua equipa de trabalho – a um conjunto de princípios e estratégias de ação, análises espaciais, bem como projeções de cenários residenciais (entre outros tipos de cenários, tais como, industriais, espaços de lazer e recreio, edifícios de serviços públicos), ou de ações (*e.g.*, projetos para a implementação da tecnologia como elemento de interface entre cidadão e entidades locais; programas de videovigilância e de georreferenciação).

Partindo da construção do GTPC são dados alguns exemplos dos possíveis trabalhos a serem realizados pelas equipas. A perspetiva desta investigação é a de que exista alguma mudança governativa. O grande desafio desta investigação foi encontrar um ponto de equilíbrio entre a vontade de mudar mentalidades, os desejos e objetivos iniciais de investigação e os

problemas encontrados ao longo de todo o processo. Tal como já foi relatado anteriormente, esta investigação é consequência dos desafios e lacunas elencados numa investigação anterior que culminou na dissertação (Silva, 2013). Essa investigação, versou sobre a percepção da criminalidade e os locais de ocorrência da mesma, permitindo perceber alguns dos problemas que careciam de ser repensados e idealmente mudados, e o panorama real de governação e planeamento. Com base nos resultados obtidos, partiu-se para uma proposta, de operacionalização de um gabinete capaz de levar a cabo a tarefa de tornar viável a incorporação da prevenção da criminalidade na esfera do planeamento urbano. Para tal, usou-se a auscultação – através de entrevista – dos presidentes das quatro câmaras municipais ou de representantes por estes nomeados – para que fosse possível escutar a sua opinião sobre a criminalidade e saber o que é concretizado no território para a prevenção da mesma. Na sequência da experiência anterior, reforçamos a convicção de se tratar de um tema desconhecido - prevenção situacional -, sendo que a criminalidade é apreendida sob a perspetiva dos números e dos planos de intervenção social (ver capítulo 6).

No início da investigação procurámos estabelecer, sem sucesso, um protocolo com a câmara municipal de Braga, porque havíamos identificado que esta urbe é a mais populosa e a que apresenta uma maior concentração da população. Dada a relutância em firmar este protocolo de colaboração, e o avançar do tempo (um ano desde a sua proposta), decidimos usar esta investigação para mostrar não só às entidades locais como à academia o quão importante é este tema e como pode influenciar a vida das comunidades. Sendo deste modo, a presente tese destinada a todos os interessados no estudo da prevenção da criminalidade com recurso ao planeamento urbano. Em especial aos gestores da administração pública e planeadores urbanos que pretendam desenvolver um planeamento preventivo, integrado e com soluções e benefícios duradouros para a qualidade de vida dos cidadãos. Sendo nossa pretensão, que as propostas apresentadas se materializem numa estratégia municipal, vertida para os vários instrumentos de gestão territorial. Acreditamos que o Gabinete Técnico de Prevenção da Criminalidade (GTPC), será o articulador das políticas e dos programas, das câmaras municipais, com as políticas de segurança desenvolvidas pelo Ministério da Administração Interna, bem como do Conselho Local de Ação Social e do Conselho Local de Segurança. Sendo a articulação feita em prol da construção de um planeamento preventivo.

PARTE I
A GEOGRAFIA NO COMBATE À CRIMINALIDADE

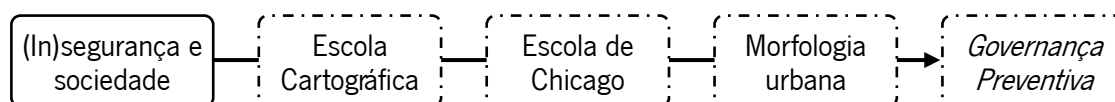
*As a geographical paradigm, environmentalism might have provided the most logical link to
a geography of crime*
Herbert, 1977: 208.

Capítulo 1.
(In)segurança e Sociedade

1.1. Nota introdutória

Neste primeiro capítulo iremos abordar de forma genérica e com exemplos a nível mundial o contexto da urbe e os prejuízos que a insegurança pode acarretar para a sociedade (Figura 2). Gerir e habitar numa urbe representa desafios bem como oportunidades. Deparamo-nos a nível mundial com uma dicotomia, cada vez mais acentuada, entre as urbes inseridas em países considerados desenvolvidos e os que estão ainda em desenvolvimento. A evolução tecnológica, a sustentabilidade e a reabilitação são alguns dos desafios das urbes inseridas num contexto territorial, económico e tecnologicamente afortunado. Por outro lado, temos a situação das urbes em circunstâncias territoriais mais desfavorecidas onde as carências de infraestruturas associadas à sobrelotação populacional por km² agravam ainda mais a situação de pobreza.

Figura 2 - Linha de abordagem teórica (I)



Fonte: Elaboração própria.

Em 2015, a Nações Unidas definiu numa cimeira os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sendo estes, a nova agenda de ação até 2030. Estes 17 novos objetivos surgem como resultado das necessidades assinaladas e lições apreendidas com os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, que estiveram vigentes entre o ano de 2000 e o de 2015. O 11º objetivo de desenvolvimento sustentável debruça-se sobre a necessidade da construção de áreas urbanas e comunidades sustentáveis, onde é lançado a todos os países o repto de que até 2030, a urbanização seja mais inclusiva e sustentável, apelando aos planeadores urbanos a sua flexibilidade e capacidade de praticar uma gestão e planeamento, não apenas mais integrado e sustentável das urbes, mas principalmente participativo, dando a possibilidade aos habitantes de dar a sua opinião sobre o território onde vivem (Centro Regional de Informação das Nações Unidas, 2016).

1.2. Importância da prevenção da criminalidade urbana

A criminalidade é um tema presente no dia-a-dia da população, no debate político dos governantes e dos meios de comunicação, sobressaindo a conseqüente insegurança/instabilidade gerada no imaginário dos indivíduos. No entanto, não são apenas as conseqüências psicológicas que advêm para a comunidade. A criminalidade acarreta inúmeros custos materiais, nomeadamente os custos dos sistemas judiciais, bem como, os custos financeiros para as vítimas (Santana *et al.*, 2014). A prevenção surge como uma necessidade presente de uma futura realidade. Não podemos menosprezar o impacto da insegurança nas áreas urbanas, pois estas abrigavam em 2018 mais de 55% da população mundial (United Nations, 2018a). Em 1950 apenas 30% da população vivia em áreas urbanas, estimando-se que em 2050 alcance os 68% da população mundial (United Nations, 2018b). Temas como o da insegurança, são dos mais problemáticos desafios que as urbes enfrentam com a sua crescente urbanização. Segundo a *UN Habitat* (2018), mais de 60% dos residentes em áreas urbanas dos países em desenvolvimento já foram vítimas de um tipo de crime nos últimos cinco anos. Por isso é fundamental garantir e acautelar a segurança pública. Todavia, esta premissa não é da responsabilidade única dos órgãos ou instituições de segurança (polícia, tribunais e prisões). Estes órgãos criminais são responsáveis pela gestão e controlo da criminalidade, numa perspectiva de ordem pública. Mas, o papel da segurança passa essencialmente pela sociedade, que deve procurar realizar um trabalho conjunto com os responsáveis pela gestão dos municípios e governo.

Segundo a *UN Habitat* (2018), a existência de ambientes urbanos que não incluam parte da população nos benefícios de viver em comunidade, e pelo contrário, os excluam da tomada de decisões, motiva a ocorrência de crime. A recorrente falta de soluções de longo prazo para o desenvolvimento económico e social, bem como, o fraco resultado das políticas inclusivas são o cerne do aumento da violência urbana e da criminalidade (UN Habitat, 2018). A prevenção da criminalidade necessita de ter em consideração a observação de quatro vertentes: i) o acompanhamento da evolução e expansão das áreas urbanas; ii) a evolução do tipo e número de crimes; iii) a evolução das instituições de socialização; iv) os custos da criminalidade. Só a monitorização contínua e presencial poderá dar frutos a médio e longo prazo. Como tal, subdividimos os *itens* que se seguem nestas quatro vertentes, para proporcionar uma análise mais precisa do fenómeno da criminalidade.

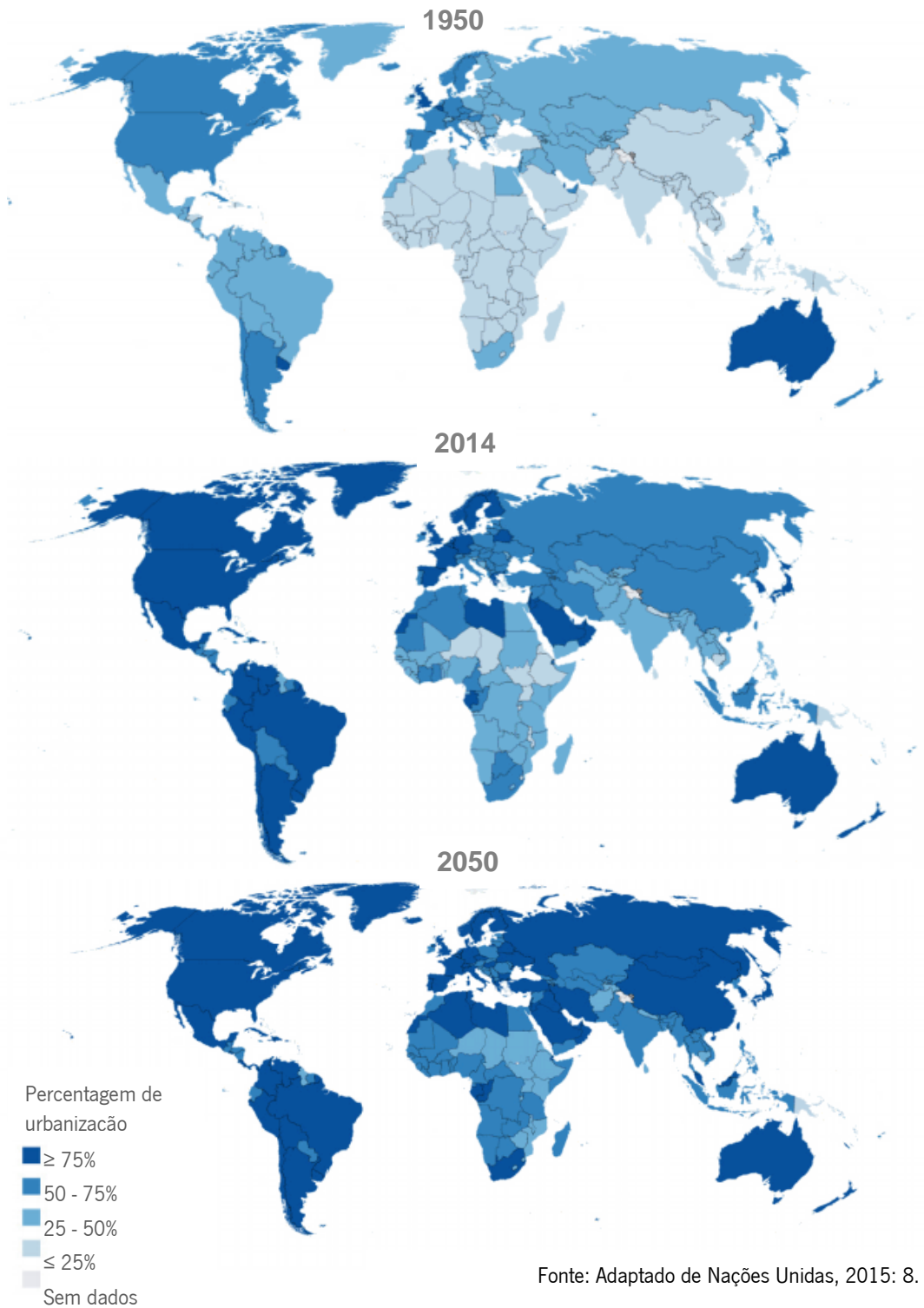
1.2.1. Expansão das áreas urbanas

Com a previsão do desenvolvimento urbano calculado para os países em desenvolvimento, estima-se uma expansão de difícil gestão das áreas urbanas e, com esta, o fenómeno de fragmentação das urbes. Os baixos níveis de coesão social, o acesso desigual aos serviços sociais e urbanos, e os padrões culturais heterogêneos, são apontados como fatores geradores de conflitos e instabilidade (Fórum Europeu para a Segurança Urbana, 2009; Carvalho & Duarte, 2013). A expansão urbana acarreta inúmeros problemas, salientando-se o de especulação imobiliária, que surge, *grosso modo*, como consequência da sobreposição entre os interesses privados e os interesses públicos.

Ao longo do século XX assistiu-se, ao aumento do negócio imobiliário, conduzindo à especulação. O setor esteve em crescendo até ao ano de 2008, altura em que se sucedeu a crise no setor (Vanderschueren, 2013). O mercado imobiliário necessita de mecanismos de regulação e controlo que apenas poderá ser estabelecido pelas entidades gestoras das urbes. A gestão dos espaços urbanos é um processo complexo e exigente e nem sempre é possível a previsão dos vários cenários. Fatores como o declínio da população, relacionado com a diminuição da taxa de natalidade, a contração económica nos países, os desastres naturais e os conflitos civis, podem sempre reverter os cenários de crescimento. Na cidade de Seul, na Coreia do Sul, a população diminuiu 800 mil habitantes desde 1990 (Economist Intelligence Unit, 2015). Buffalo e Detroit, nos Estados Unidos, têm vindo a perder população desde 1990, em simultâneo, com uma perda da capacidade da indústria e, por consequência, do emprego. No caso de Nova Orleães, o declínio populacional deveu-se ao furacão Katrina em 2005 (Economist Intelligence Unit, 2015).

Apesar de cenários pontuais de decréscimo, em termos globais, como os mencionados para diferentes cidades e países, no relatório *World Urbanization Prospects* produzido pela Divisão das Nações Unidas para a População do Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais (D.E.S.A.), publicado em 2015, concluiu-se que a população mundial vive cada vez mais em áreas urbanas (Figura 3).

Figura 3 - Distribuição mundial da população residente nas áreas urbanas em 1950, 2014 e 2050



Segundo os dados disponíveis no relatório, no ano de 1950, de entre 233 países ou áreas urbanas, apenas 24% tinha níveis de urbanização superiores a 50%, e somente 8% tinha 75% do território com perfil urbano.

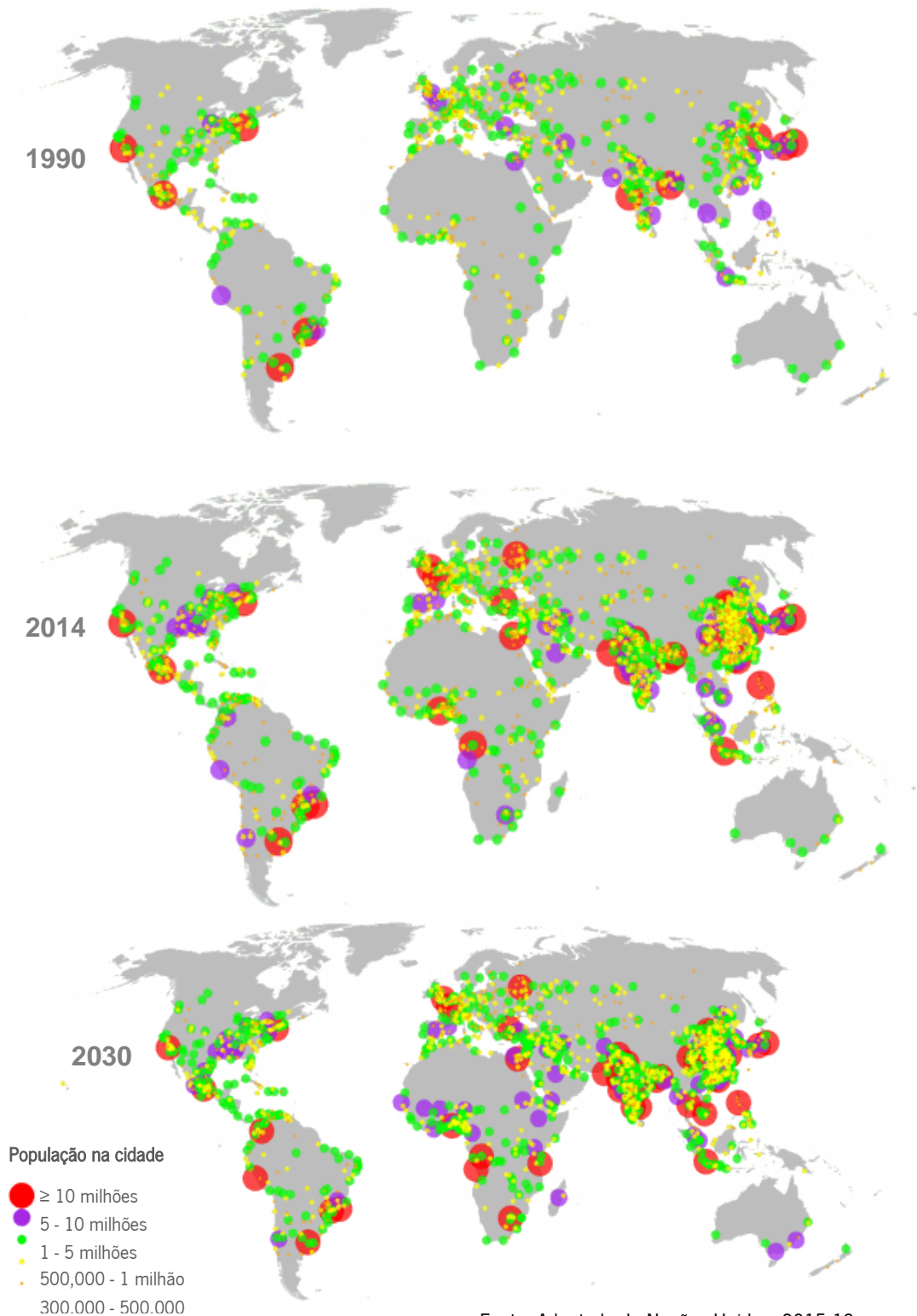
No ano de 2014, 63% dos países tinham mais de metade da sua área urbanizada, e um terço destes, tinha um valor superior a 75% de área urbanizada. Prevê-se para 2050 que mais de 80% dos países do mundo terão metade dos seus territórios urbanizados (Figura 4). Nas últimas décadas as áreas urbanas têm vindo a crescer de forma exponencial. Em 1990 existiam 10 áreas urbanas com um volume populacional superior a 10 milhões de habitantes. Estes aglomerados urbanos eram o habitat de 153 milhões de pessoas, o que representava uma percentagem inferior a 7% da população urbana mundial. No ano de 2014, o registo de megacidades aumentou para 28, correspondendo ao triplo desde 1990. No mesmo ano, as megacidades acolhiam 453 milhões de habitantes, o que representa 12% da população urbana mundial (United Nations, 2015). No ano de 1950 existiam 106 países com menos de ¼ da sua população a residir em áreas urbanas e atualmente existem apenas 24 países. Em 2050 estima-se que apenas 7 países possuam uma percentagem de área urbana inferior a 25%. Em 2014, as áreas urbanas que atingiram 100% de urbanização foram Hong Kong, Macau e Singapura, seguidas pelo Qatar com 99% e Guadalupe, Kuwait e Bélgica com 98% (United Nations, 2015).

As megacidades são um fenómeno em crescendo, acolhendo, atualmente, um em cada oito habitantes urbanos do mundo (Figura 4). Estas localizam-se maioritariamente no hemisfério Sul. Apenas se excetua a China, que tinha em 2014, seis megacidades e dez cidades com população entre 5 e 10 milhões, com previsão de até 2030 surgir mais uma megacidade e mais seis grandes cidades (Nações Unidas, 2015).

De facto, os aglomerados urbanos de média dimensão cresceram entre 1990 e 2014 a uma média de 1,9% ao ano. Em 99 áreas urbanas, o crescimento foi duas vezes mais rápido, com taxas médias de crescimento superiores a 4% ao ano. De entre as urbes que obtiveram um crescimento mais acelerado, 74 são asiáticas, sendo 51 chinesas, 20 africanas, 4 da América do Norte e uma da América Latina e outra do Caribe.

Na Europa, as áreas urbanas de grande dimensão, com população residente entre 5 e 10 milhões, cresceram a uma maior velocidade em comparação com as de média dimensão. As taxas de crescimento rondaram 1% ao ano. Com crescimento inverso destacaram-se as áreas urbanas médias, que registaram taxas de crescimento muito próximas de zero (United Nations, 2015). De modo semelhante se processam os (re)fluxos da criminalidade. Os dados indicam que a criminalidade mundial tem vindo a alterar-se seguindo o padrão da evolução das urbes. Entre os anos de 1960 e 1990 ocorreu um aumento exponencial da criminalidade em todo o mundo (Findlay, 2000).

Figura 4 - Cidades por dimensão em 1990, 2014 e 2030



No caso particular da Europa este aumento está relacionado com as profundas alterações dos modos de vida da população. A partir dos anos de 1960 assistiu-se a um período

de prosperidade económica associada ao crescimento fragmentado das áreas urbanas. Assistia-se, naquela época, a uma alteração de paradigma da construção de urbe. O seu tecido urbano fragmentava-se e degradava-se à medida que as urbes iam crescendo descontroladamente. As rotinas e os modos de vida alteraram-se e o consumo exacerbado passou a pautar os valores humanos e sociais. Deu-se assim início à sociedade de consumo, em que os bens e a sua posse passaram a ser símbolo de prestígio dentro da comunidade (Lourenço, 2010a, 2010b; Zauberman, 2010).

Nos países industrializados, entre os anos de 1960 e de 1990, o aumento exponencial da oferta de bens de consumo, provocou o agudizar das disparidades económicas entre as classes sociais, e o sentimento de exclusão social fazia-se sentir em particular entre as famílias mais desfavorecidas. O crescimento das áreas urbanas impulsionado pela chegada dos migrantes em busca de melhores salários ou a oportunidade de trabalho deu início à quebra dos laços sociais até então estabelecidos. As sociedades foram-se adaptando, gradualmente, às novas realidades, o que nem sempre foi um sinal positivo da evolução.

A instituição que mais mutações sofreu com o tempo foi a família. Esta adaptou-se e reinventou-se nos seus mais diversos modos de organização. Mas nem sempre as mudanças foram positivas e as dificuldades financeiras levaram a desequilíbrios na forma como se vivia em família. Os pais passaram a trabalhar mais horas na procura do equilíbrio económico, gerando desequilíbrios na forma como os filhos cresciam em termos de valores (Rêgo, 2007).

As urbes passaram a ter uma adição de aglomerados habitacionais periféricos aos núcleos urbanos, que de forma descontrolada iam ocupando espaços e alargando o perímetro urbano. A degradação habitacional e a carência de serviços básicos de saneamento eram notórias. A situação social e comunitária das áreas periféricas aos núcleos urbanos favoreciam a existência de fenómenos desviantes, como a marginalidade e a delinquência, associados à falta do sentimento de pertença ao espaço (Esteves, 1999; Heitor, 2007; Leal, 2010; Lourenço, 2010a, 2010b; Vanderschueren, 2013; Marques, 2018).

Na atualidade e sob o ponto de vista global, na maioria dos lugares os elevados níveis de urbanização são reflexo de maiores níveis de desenvolvimento, segurança e proteção social. Viver em áreas urbanas pode trazer benefícios para o desenvolvimento pessoal, especialmente numa maior abertura de oportunidades económicas para aqueles que residem em áreas urbanas e para as comunidades rurais em geral. No entanto prevê-se, em países onde exista um baixo poder económico, que o Estado de Direito se torne frágil, e exista um desequilíbrio na distribuição

de recursos, enfrentando desta forma um risco acrescido do aumento da violência com o aumento dos níveis de urbanização.

Apesar das mais-valias que as áreas urbanas podem gerar, os resultados da investigação sobre a paz e a urbanização publicada em 2015 revela que a tendência futura será de maior insegurança (Institute for Economics & Peace, 2015). O estudo aponta que até 2050 a população urbana residente em 162 países, deva ser mais de 2,3 milhares de milhões de pessoas. No entanto, este crescimento ocorrerá com maior intensidade em países onde atualmente existe um elevado índice de instabilidade social. Tal aponta para a existência de áreas urbanas mais violentas, podendo-se refletir no aumento das taxas de homicídio, atividade de gangues ou grupos armados de oposição governamental (Institute for Economics & Peace, 2015).

O fenómeno da criminalidade urbana é multicausal e depende de inúmeras variáveis e os fatores impulsionadores da criminalidade são distintos consoante os contextos do tecido social, dimensão institucional e época histórica de cada urbe, sendo este um dos fatores explicativos para as variações da criminalidade (Garofalo, 1981; Vanderschueren, 2013).

1.2.3. Evolução das instituições de socialização

O acompanhamento da evolução das instituições de socialização é o terceiro elemento na prevenção da criminalidade urbana. Como pilar primordial, mais eficaz e fundamental na prevenção da criminalidade temos a família, auxiliada pelas instituições de ensino e pela vizinhança (Vanderschueren, 2013). As variáveis de funcionamento familiar, como um grupo, parecem estar intimamente ligadas ao comportamento delinvente (Geismar & Wood, 1986 citados por Wright & Wright, 1994).

O crescimento em famílias destruídas não é o único componente para um possível comportamento desviante. A área de residência dos jovens tem uma influência direta nas suas opções futuras e, em muitos casos, os agregados familiares conscientes dessa influência não têm condições de alterar o seu local de residência (Carvalho & Duarte, 2013). A evolução da sociedade ao longo do século XX acarretou profundas alterações das relações familiares entre filhos e pais. Ocorreu a passagem de uma sociedade predominantemente rural, de costumes e tradições vinculados, na qual a educação e estabelecimento de regras aos jovens eram ditados pela unidade da vida familiar, para uma sociedade industrializada de consumo em massa onde se delega o controlo da educação às instituições responsáveis pelas muitas etapas de ensino

pré-escolar e escolar. Os pais, por força da necessidade, passam cada vez menos tempo com os seus filhos, e os avôs, que eram a referência de uma educação familiar, passaram a ser obrigados a trabalhar até mais tarde. Com o avançar dos anos foi-se denotando a fragmentação do controlo social e familiar e os jovens desligados deste controlo passam a ingressar nos grupos potencialmente motivados para a prática de delinquência (Costa, 2000; Hirschi, 2001; Zauberman, 2010; Carvalho & Duarte, 2013; Silva, 2013; Marques, 2018).

O protagonismo dos jovens forçou-nos a repensar a relação entre diferentes gerações. A educação formal, que é necessária, embora não seja suficiente para a mobilidade social, às vezes transforma a escola num fator de exclusão e num lugar onde a violência é aprendida (Vanderschueren, 2013). A falta de valores familiares e objetivos futuros são alguns dos fatores que levam à prática da delinquência. São milhares os jovens entre os 15 e 25 anos que não estudam nem trabalham na América Latina e esta franja da sociedade representa 20% da população jovem (Siegel & Welsh, 2014).

Nos Estados Unidos estima-se que existam mais de 1.1 milhões de jovens presos, em que a sua maioria são menores. Muitos foram julgados devido a crimes cometidos com extrema violência e perigosidade. Para a sociedade americana a despesa orçamental com estes jovens delinquentes atinge uma média de 1.5 milhões de dólares anuais. Um jovem com mais de 53 crimes conhecidos custou à sociedade americana \$1.696,00 até atingir cerca de 20 anos (Vanderschueren, 2013; Siegel & Welsh, 2014). Em Portugal, segundo Licínio Lima (Direção-Geral da Reinserção e Serviços Prisionais) citado pela Agência LUSA (2013, 2014), o Estado investiu em média, no ano de 2014, 100 euros por dia em cada jovem internado nos centros educativos e o valor em 2013 era de 133 euros.

Para pais, professores e entidades gestoras locais, as mudanças foram-se processando de uma forma relativamente rápida causando-lhes desconforto e desconhecimento para lidar de forma adequada com as transformações. Apesar das dificuldades, Kevin Wright & Karen Wright (1994) afirmam a importância da existência de práticas positivas pelos familiares na reestruturação de comportamentos, fazendo-os desistir da prática da delinquência. Caso não exista um apoio da família e um apoio social, estes jovens tendem a desenvolver um percurso no mundo da delinquência (Whitten *et al.*, 2018).

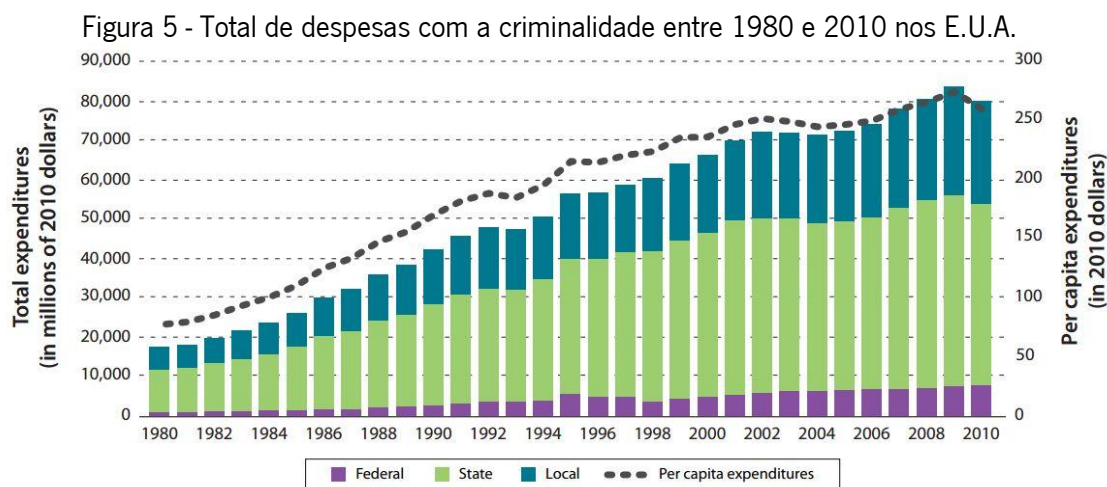
1.2.4. Custos da criminalidade

A criminalidade acarreta inúmeros custos, em especial para as vítimas, que vão para além dos danos materiais. Inclui também os danos físicos e psicológicos (Lourenço *et al.*, 2015). A violência exercida sobre as vítimas acarreta inúmeros custos médicos e perdas de produtividade. Os traumas físicos e psicológicos resultantes da violência afeta a saúde e bem-estar, causando em casos mais graves a invalidez e/ou morte.

Nos E.U.A. a violência é uma das principais causas de morbidade e de mortalidade, correspondendo a aproximadamente 50.000 mortes e 2.2 milhões de lesões requerentes de assistência médica (Corso *et al.*, 2007). Nestes números contabiliza-se as lesões advindas de atos de violência interpessoal, em especial os homicídios, os maus tratos infantis, a violência entre jovens, a violência doméstica, as mutilações autodirigidas, e os suicídios ou tentativas de suicídio. Entre violência pessoal e autodirigida foram gastos no ano 2000 aproximadamente 5,6 mil milhões de dólares em atos médicos com 2.5 milhões de lesões (Corso *et al.*, 2007). Os dados da Organização Mundial de Saúde (2014) indicam-nos que 1.3 milhões de pessoas morrem em cada ano resultante da violência, o que representa 2.5% da mortalidade mundial (World Health Organization, 2014; FBI, 2015).

No entanto, a criminalidade não traz apenas custos relacionados com a saúde e produtividade, inclui custos com o sistema judicial e criminal. A economia de uma sociedade é atingida de uma forma direta com uma relevância bastante acentuada. Nos E.U.A. entre 1980 e 2010 os gastos com a criminalidade mais que quadruplicaram, passando de \$17 milhões de dólares para \$80 milhões (Kearney *et al.*, 2014). Se a estes valores aditarmos a prestação de serviços da polícia, judiciais e de trâmites legais, os custos diretos passam para os \$261 milhões (Chalfin, 2013; Kearney *et al.*, 2014 - Figura 4). O Instituto de Economia e Paz lançou em 2013 um relatório onde calcula os custos com a prevenção e criminalidade em 150 países, tendo em conta 13 tipos de gastos relacionados com a violência. Os resultados indicam a existência de um custo mundial relacionado com a violência, em 2012, de \$9.46 trilhões de dólares americanos, o que representa 11% do P.I.B. mundial. São considerados como custos com a violência, gastos diretos com a vítima, despesas médicas, e custos indiretos que são os casos de incapacidades ou perdas de vidas. Os custos mundiais são de tal modo elevados que ultrapassam o P.I.B. do Japão e da Alemanha juntos, bem como representam 2.4 vezes mais o P.I.B. total do continente africano. Os valores da violência é o equivalente a \$1.300 dólares americanos (U.S.) para cada pessoa no mundo, e quase o dobro do valor da produção agrícola mundial. Estimou-se no ano

de 2004 que a Tailândia teve custos económicos diretos e indiretos de violência, equivalentes a 0,4% do P.I.B..



Fonte: Kearney *et al.*, 2014: 13.

Os custos no P.I.B. do Brasil representam 1.2% e na Jamaica 4%. Segundo a Organização Mundial de Saúde, este nível de violência deve ser encarado como um problema de saúde pública com necessidade de medidas urgentes (World Health Organization, 2014; Institute for Economics & Peace, 2014).

Em Portugal não existem estudos que comprovem os custos do crime. Na perspetiva de Lourenço (2010b) estes valores só podem ser analisados tendo em conta os valores despendidos com as forças de segurança e, no Serviço Nacional de Saúde, com as vítimas de violência doméstica. No entanto, estes valores são insuficientes para determinar os gastos tangíveis e intangíveis da criminalidade. Nos relatórios do *Institute for Economics & Peace* (2014, 2015), Portugal teve no ano de 2012 um gasto estimado na ordem dos 9,875\$ milhões U.S. tendo em conta a Paridade de Poder de Compra (P.P.C.), com medidas contra a violência. Representando um custo estimado *per capita* de 935\$ U.S.- P.P.C.. Em 2013 as estimativas aumentaram para 11.428\$ milhões U.S.- P.P.C., com um custo *per capita* na ordem dos 1.093\$ U.S.- P.P.C.. Os gastos apontados do impacto económico global da violência para Portugal, pelo *Institute for Economics & Peace*, foi de 33,733.3\$ U.S. milhões em 2017, equivalente a 6% do P.I.B. global, ou US \$ 1.709 por pessoa nos termos de Paridade de Poder de Compra (Institute for Economics & Peace, 2018) .

Em suma, em Portugal existe uma carência de estudos que abordem as despesas orçamentais do Estado com a criminalidade, sendo este tipo de estudos fundamentais na gestão de recursos.

1.3. Nota conclusiva

Os padrões urbanos mundiais estão em evolução. As nossas urbes têm apresentado uma evolução que tem acarretado inúmeras necessidades e desafios, para quem já reside nos espaços e para quem os integra de novo. Existe a necessidade de assegurar uma boa qualidade de vida para todos, assegurando-lhes acesso à saúde, educação, sistema de transportes, emprego e segurança. Oferecer um espaço físico agradável para ser vivido, torna-se hoje em dia um desafio, não bastando assegurar as condições de salubridade. Os planeadores urbanos, motivados pelas necessidades de sustentabilidade do planeta e pelo equilíbrio físico e emocional dos habitantes, procuram criar modelos de urbes sustentáveis, que vão cada vez mais ao encontro de práticas de vidas mais ativas e saudáveis. Todavia, não se pode descurar a importância da prevenção da criminalidade. Em Portugal, a nível nacional, o foco é a repressão, a fiscalização e a prevenção situacional do crime, com o exemplo dos Contratos Locais de Segurança (Tulumello, 2014). Às entidades da administração local, cabe o papel da prevenção (Tulumello, 2014). No entanto nem todas as entidades locais estão despertas para essa necessidade. Os custos da criminalidade são avultados, e acarretam impactes para a vítima, mas também para toda a sociedade. Resta-nos perceber que tipo de espaços queremos no futuro e o que pode ser feito hoje para minimizar os impactes de uma sociedade tendencialmente mais urbanizada.

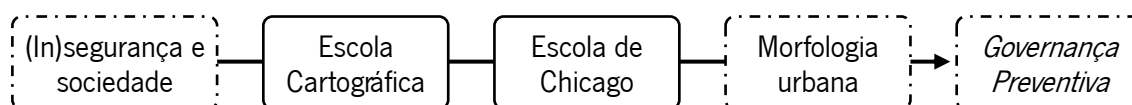
Capítulo 2.
História, influências e teorias que contribuíram para a Geografia do Crime

2.1. Nota introdutória

A evolução temporal permitiu o surgimento de novas perspectivas de estudo sobre o fenómeno da criminalidade. A necessidade de construção do futuro, tendo por base o fio condutor do passado, poderá ser a solução para o equilíbrio das urbes. Mas, para que tal aconteça, é necessário olhar para o passado e aprender com os erros cometidos e com os ensinamentos adquiridos ao longo dos séculos para proporcionar um futuro integrado e equilibrado. A evolução temporal e a maturidade que o tempo pode trazer são essenciais para a observação de um mesmo fenómeno com outros olhos. Para uma visão mais geográfica do fenómeno da criminalidade contribuíram em muito a cartografia do crime e a ecologia social, contribuições históricas para o que é hoje a Geografia do Crime (Evans *et al.*, 1992; Deutsche, 1996; Harries, 2000; de Melo *et al.*, 2015).

O desenvolvimento de um pensamento sobre a perspectiva ambiental do crime passou por várias etapas e recebeu o contributo de vários autores, mas o seu percurso não foi linear. No entanto, para que seja perceptível o progresso do pensamento sobre a temática procurámos traçar a evolução do pensamento partindo das primeiras obras publicadas e que impactes e progressos foram surtindo as metodologias que foram surgindo. Esta perspectiva temporal de análise será dividida ao longo dos vários capítulos, sendo que neste segundo capítulo iremos abordar o papel preponderante da Escola Cartográfica e da Escola de Chicago (Figura 6), na construção das raízes do pensamento influenciador do ambiente urbano no número e tipo de crimes existentes.

Figura 6 - Linha de abordagem teórica (II)



Fonte: Elaboração própria.

Ao longo deste capítulo iremos analisar o contexto histórico do surgimento do estudo da temática 'crime'. Esta análise é fundamental para explicar a importância das várias fontes de informação e os caminhos trilhados até chegar à atualidade do estudo da criminalidade. A Sociologia, a Criminologia, a Psicologia e a Cartografia foram as primeiras a explorar o tema de forma coesa e poente. Só mais tarde e por influência destas é que os Geógrafos se preocuparam com esta temática. As diversas bases etnográficas da Geografia do Crime explicam a razão pela qual os Geógrafos têm ainda na atualidade dificuldade em se afirmar como estudiosos do crime.

2.2. O papel influenciador da Escola Cartográfica para o estudo da criminalidade

Com enfoque no ambiente natural como *habitat* do ser humano, o ambientalismo está na origem da Geografia do Crime. Apesar deste elo, a Geografia Urbana, antes do século XX, não se dedicava verdadeiramente ao estabelecimento de relações entre o ambiente natural e o crime, apesar da evidente relação existente comprovada pelos levantamentos estatísticos. Antes dos Geógrafos começarem a estudar o crime, outros domínios científicos, em especial a Criminologia, já há muitos anos dedicava o seu estudo a esta temática. Aproveitando o advento das estatísticas oficiais, surgiu uma sequência de estudos que deram início à “escola cartográfica” (Herbert, 1977; Sutherland *et al.*, 1992; Abramovic & Dusen, 2004; Cahill, 2005; Cozens, 2008b; Andresen *et al.*, 2009; Andresen & Malleson, 2011; Andresen *et al.*, 2012; Mordwa, 2016; Weerman *et al.*, 2016).

Em França, no século XIX, pelas mãos de André-Michel Guerry surgem as primeiras estatísticas oficiais sobre o crime. André-Michel Guerry nasceu em Tours em 1802. Guerry pode ser considerado o fundador do estudo científico da criminologia e, em última instância, da sociologia moderna e das ciências sociais (Friendly, 2007).

O trabalho de Guerry (1833) serviu de alavanca para o surgimento das estatísticas morais, sendo que estas apareceram, sob a influência impulsionadora do movimento positivista que se vivia na época. As estatísticas morais são, segundo Patriarca (2002), uma tentativa por parte dos estatísticos de avaliar a moralidade da sociedade tendo por base os “comportamentos incorretos”. Este tipo de barómetro estatístico rege-se pelo padrão de moralidade e lei existentes à luz da sociedade vigente. Um dos casos mais flagrantes da medição da moralidade de uma sociedade muito usada naquele período e um pouco por toda a Europa é o caso paradigmático da relação entre o género e o crime, em especial o feminino. Através deste elemento, os estatísticos mediam o nível civilizacional da sociedade em causa. Não podemos esquecer que, no período em causa, o papel feminino na sociedade era passivo, e na atualidade o nível civilizacional não se distingue pelo comportamento do género, mas sim, por abrangentes e numerosos fatores externos ao indivíduo.

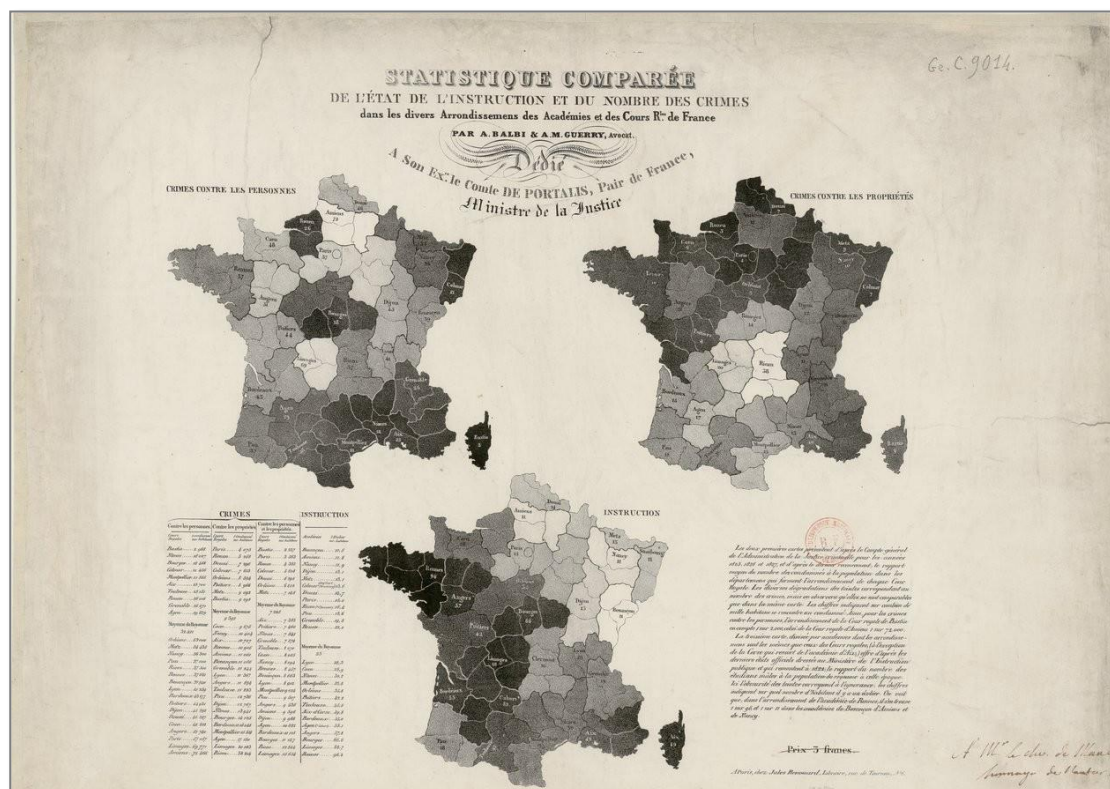
Tendo por sustentáculo a definição de “moralidade estatística” surge por consequência inevitável uma série de ramos de estudo que se vão inspirar tanto nos ideais positivistas, bem como nas inferências das estatísticas morais. No caso da cartografia de Guerry (1827), esta foi

utilizada como ferramenta de trabalho para colmatar a necessidade de tornar os números legíveis tanto para investigadores como para curiosos pela temática. De uma necessidade surge então o que é considerado como a Cartografia ou Geografia do Crime e que dominou a análise da criminalidade entre o período de 1827 e 1880 (Harries, 1999a). Esta variante cartográfica ganhou um elevado significado após o surgimento dos Sistemas de Informação Geográfica no século seguinte. Um pouco por arrasto da Cartografia do Crime e por impulso do positivismo criminologista surge a Geografia Comportamental (Harries, 1999a). Dada a forte influência da segunda, os estudos defendiam que o ser humano é delinquente pelas suas características biológicas, psicológicas e sociais. A Geografia Comportamental aparece como uma subdisciplina que se debruça sobre o comportamento e os processos de tomada de decisão dos indivíduos perante as características do ambiente (Harries, 1999; Gregory *et al.*, 2009).

Guerry, um advogado francês, em colaboração com Adriano Balbi, Geógrafo italiano com formação em etnografia e técnicas de mapeamento gerais, criaram o que foi considerado por muitos a pioneira cartografia da criminalidade, dando início à Cartografia do Crime (Quetelet, 1833; Cohen, 1941; Benjamin, 1962; Maceachren, 1979; Robinson, 1982; Konvitz, 1987; Sutherland *et al.*, 1992; Beirne, 1993; Weisburd & McEwen, 1997; Sanz, 1999; Chamard, 2006; Friendly, 2007; Colombié, 2009; Alfredo, 2011).

O início da Cartografia do Crime está simultaneamente relacionado com o surgimento dos primeiros mapas coropletos, apesar do primeiro mapa ter surgido uns anos antes (Maceachren, 1979). Este tipo de técnica ganhou mais popularidade em 1829, após o surgimento de um mapa em França, intitulado *Statistique comparée de l'état de l'instruction et du nombre des crimes dans les divers Arrondissements des Académies et des Cours Royales de France* (Figura 7). O documento escrito pelos autores era composto por uma única página com um conjunto de três mapas. No canto superior esquerdo estão mapeados os crimes contra as pessoas. No canto superior direito está representada a distribuição dos crimes contra a propriedade, sendo que estes foram construídos segundo os dados da administração da justiça penal de 1825-27, de acordo com os últimos censos elaborados na época. Por último, o mapa inferior representa o nível de instrução dos homens, estando acompanhado por uma tabela e um texto explicativo, que não comprova a existência de uma relação entre os crimes violentos e de propriedade com os níveis de instrução dos seus habitantes, opinião até então bastante enraizada em França (Palsky, 2008).

Figura 7 - Estatísticas comparativas sobre o estado da educação e o número de crimes nos vários *arrondissements* das Academias e Cortes Reais da França, 1825-27



Fonte: Balbi & Guerry, 1827- gallica.bnf.fr / *Bibliothèque Nationale de France*.

O mapa apresentado em 1827 surge da compilação do trabalho efetuado por Guerry enquanto diretor dos assuntos criminais e perdões do Ministério da Justiça francês no período de 1821 a 1835 (Cohen, 1941). Na época em que exerceu funções no Ministério da Justiça implementou a obrigatoriedade de apresentação trimestral ao governo do número de crimes contabilizados por cada tribunal. Em 1825, deu-se início ao primeiro sistema oficial de estatísticas criminais, servindo de alavanca para o início dos estudos cartográficos de percepção da criminalidade para toda a França, e países de língua oficial francesa, como era o caso da Bélgica (Guerry, 1833; Sanz, 1999). Este modelo foi de tal modo inovador e cativante que surgiram interessados por toda a Europa em copiar a ideologia francesa, apesar das fragilidades evidenciadas por críticos da época. O modelo foi intitulado de “monumento nacional” e considerado como referência basilar para a construção de um povo civilizado (Guerry, 1833). Após o surgimento deste manuscrito surgem os livros *Recherches sur le penchant au crime aux différents âges*, em 1833 e *Sur l’homme et le développement de ses facultés, ou Essai de physique sociale – Tome I*, em 1835. Em 1936 foi editado o segundo volume deste manuscrito

do autor Lambert Adolpher Quetelet, astrónomo e estatístico belga, tentando colmatar a ausência teórica dos dados divulgados em 1827 por Balbi & Guerry.

A Figura 8 mostra-nos dois dos vários mapas publicados por Quetelet (1936), sendo que estes dizem respeito à representação do território de França sem referência a fronteiras internas das regiões e/ou departamentos, usando a técnica de litografia, com o tamanho original de 21,5 x 33cm. Do lado esquerdo está cartografada a espacialização do número de crimes contra a propriedade e do lado direito da Figura 8 os crimes contra as pessoas.

Figura 8 – Crimes contra a propriedade / Crimes contra a pessoa em França



Fonte: Quetelet, 1936 - *Sur l'homme et le développement de ses facultés*, ou, *Essai de physique sociale* – Tome II: s.p.

O autor recorreu aos dados existentes, trabalhou-os e deu primazia à verificação das premissas lançadas em 1827. Contudo, acrescentou novos elementos de conexão entre os vários tipos de crime e as variáveis mais diversas, como as rotas de transporte e/ou as variações étnicas e culturais (Quetelet, 1833, 1835, 1935). Guerry, que foi co-autor do mapa coropleto da criminalidade, não deixa de parte a informação que deu origem ao seu manuscrito de transição académica. A 2 de julho de 1832 apresentou à Academia Real das Ciências Francesas um manuscrito intitulado *Essai sur la statistique morale de la France*. Este manuscrito surge como complemento teórico ao manuscrito anteriormente difundido. O empenho e dedicação de Guerry

levou-o a uma análise minuciosa dos documentos que chegaram entre 1815 e 1831 à administração da justiça criminal de França. Foram analisadas cinco regiões e dentro destas, foram estudados 17 departamentos. Para cada um dos departamentos e das regiões foram enumerados pormenorizadamente os crimes contra as pessoas e contra a propriedade e com menos rigor os restantes tipos de crime.

Um esforço e trabalho árduo tinha, segundo o autor, o objectivo de comparar os dados existentes em França com os dos restantes países. Mas o problema residia, por um lado, na dificuldade em uniformizar as diferenças de legislação de modo a poder executar uma correcta análise comparativa, e por outro lado, na inexistência de uma compilação deste tipo de dados em outros países.

Sendo este manuscrito considerado como precursor da abordagem escrita e cartográfica da temática do crime e estando este aliado à extensão exploratória das estatísticas morais, o autor deparou-se com inúmeras fragilidades nos dados enviados pelos tribunais, quer no que diz respeito aos dados referentes aos anos anteriores a 1815, quer no rigor dos que estavam descritos. Este facto, apesar de ser relatado há 183 anos podemos considerar como ainda bastante atual. Num estudo exploratório realizado no âmbito da dissertação que desenvolvemos entre 2012 e 2013 sobre o município de Guimarães, partindo da compilação do número de crimes contra a propriedade, em especial de furto e roubo, foram relatados problemas bastante semelhantes: “(...) dirigimo-nos ao Tribunal de Guimarães solicitando a informação pretendida, mas foi-nos respondido que a informação existia mas que não estava em formato digital, o que obrigaria à recruta de um funcionário para recolher os dados. Visto se tratar de um razoável período temporal de recolha de informação (2009 a 2012) tal não era possível de concretizar” (Silva, 2013: 91).

Tal resposta leva-nos a concluir que muitos anos se passaram e que os sistemas de informação foram alicerçados e difundidos em massa, mas os registos dos tribunais permanecem amontoados em gabinetes e sem poderem ser trabalhados academicamente e sem utilidade para a prevenção do crime. Os registos existentes por parte do Ministério da Justiça e de outras entidades por ele tuteladas são fornecidos de forma muito generalizada e filtrada, não permitindo uma exploração detalhada ou até mesmo à escala de rua ou bairro de uma vila ou urbe.

Salvo alguns problemas que naturalmente à época existiram, a “escola cartográfica” teve o seu início mais coeso e sustentado com Guerry & Balbi (1827) e depois foi amplamente

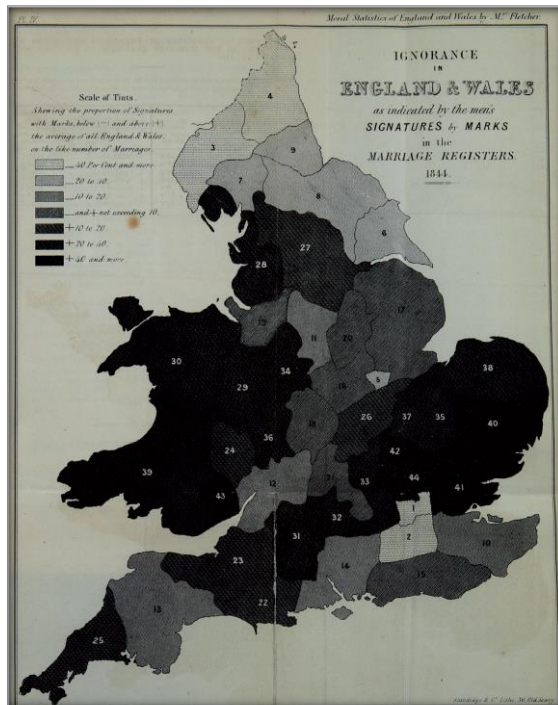
desenvolvida por Quetelet (1833, 1835, 1936) sendo considerados como os precursores no desenvolvimento da Geografia do Crime. As representações cartográficas que estabeleciam relações entre o espaço (departamentos/regiões/país), o tempo (hora/dia/estações do ano) e o criminoso (idade/sexo/nível de instrução) surgiram como uma inovação revolucionária na análise das variações regionais e interurbanas do crime (Sanz, 1999). Em poucas décadas esta abordagem revolucionária serviu de inspiração a autores como Fletcher (1849) e Mayhew (1861) (Sanz, 1999; Chamard, 2006), na Inglaterra e no País de Gales.

Os primeiros mapas que abordam a questão da criminalidade em Inglaterra e no País de Gales estão compilados no livro *Summary of the moral statistics of England and Wales* (1849) de Joseph Fletcher. Este nasce da coletânea de uma série de artigos publicados entre 1847 e 1849 no *Journal of the Statistical Society*. Os vários artigos intitulavam-se *Moral and Educational Statistics of England and Wales*, sendo que a partir destes foram surgindo uma série de dados que o autor converteu em quadros e mapas.

A Figura 10 e a Figura 9 revelam dois dos vários mapas coropletos criados por Fletcher. O mapa da Figura 10 diz respeito à proporção de analfabetos, cujos dados foram obtidos através dos registos de casamento. O autor teve em conta o número de registos de casamento não assinados, de modo a poder obter um número estimado de analfabetos. O mapa da Figura 9 ilustra a percentagem acima e abaixo da média total de homens condenados à prisão por crimes cometidos contra a propriedade em Inglaterra e na Irlanda, tendo em conta a idade da população. Estas duas figuras levam-nos ao encontro de uma, entre muitas, ilações alcançadas ao longo da sua investigação. Os mapas aqui apresentados em conjunto com alguns quadros demonstram a existência de uma relação direta entre as áreas onde existe uma maior taxa de crimes e as áreas onde existe uma maior proporção de analfabetos (Fletcher, 1849).

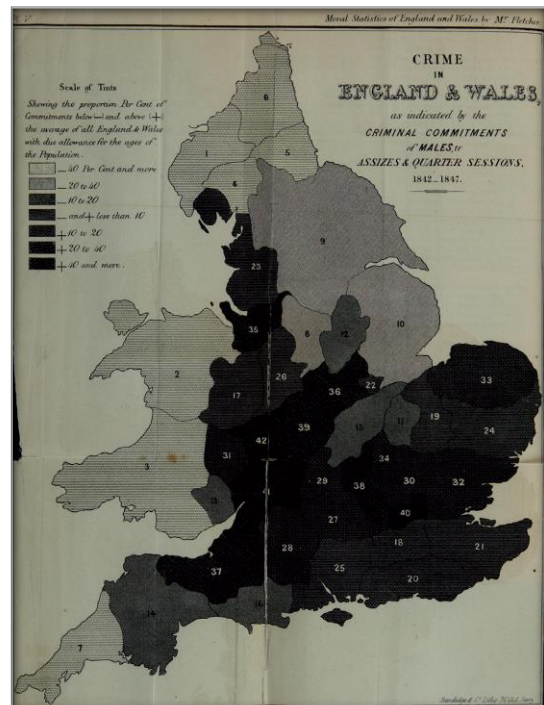
Fletcher comprovou a existência de um comportamento semelhante ao revelado pelos dados divulgados em França e, de novo, trabalhou a questão da oportunidade para a ocorrência do delito.

Figura 10 - Analfabetos na Inglaterra e País de Gales, segundo os registos matrimoniais masculinos sem assinatura em 1844



Fonte: Fletcher (1849) - Summary of the moral statistics of England and Wales: 231.

Figura 9 - Crimes na Inglaterra e no País de Gales, baseados nos compromissos criminais cometidos pelos indivíduos do sexo masculino no período 1842-1847



Fonte: Fletcher (1849) - Summary of the moral statistics of England and Wales: 235.

Henry Mayhew, tal como Joseph Fletcher, explorou as questões da moralidade, usando um leque de dados que foi recolhendo e que comparou com a realidade vivida nas ruas de Londres, o que lhe deu uma visão mais fidedigna dos modos de vida e dos costumes do povo londrino. Tudo isto tinha como propósito chamar a atenção das classes mais abastadas para os dramas quotidianos dos seus concidadãos mais desfavorecidos. No entanto, este não se distingue apenas pelo elevado número de dados. Procura de forma exemplar implementar o contacto direto e a entrevista com os intervenientes dos factos relatados.

Mayhew (1862) criou um dos mais importantes estudos da sociedade urbana do século XIX, com a obra *London Labour and the London Poor; a Cyclopaedia of the condition and earnings of those that will work, those that cannot work, and those that will not work*, que resultou de um grande número de artigos, que foram escritos por ele, enquanto jornalista, entre os anos de 1849 e 1850 para o jornal *Morning Chronicle*. Do conjunto de artigos publicados surgiram três volumes que foram difundidos em 1851 sendo, entretanto, interrompida a sua publicação. Em 1856, Mayhew retomou a publicação mensal da sua crónica *The Great World of London*, e em

1862, com a colaboração de John Binny, deu origem ao livro *The criminal prisons of London, and scenes of prison life* (Mayhew, 1862; Mayhew & Binny, 1862). Este quarto volume além de abordar, tal como o nome indica, as prisões londrinas, também incluiu um vasto leque de estatísticas e ilustrações divididas em duas partes. A primeira, relacionada com Londres e o trabalho e com Londres e a pobreza, aborda, entre outros temas, a reincidência da criminalidade, e a criminalidade feminina e juvenil, tendo em consideração a evolução da mesma dentro dos padrões da criminalidade habitual. Também é possível encontrar, embora de forma embrionária, o estudo das áreas de maior concentração de criminalidade, designados por *Hot Spots* e aplicado a certos tipos de criminalidade. Na segunda parte da obra que se debruçou sobre aqueles que não trabalhavam, os autores estudaram uma variedade significativa de grupos da sociedade, estando entre eles os mendigos, as meretrizes e os ladrões. São descritos os seus modos de vida, bem como as condições das habitações por localização geográfica (Levin & Lindesmith, 1937; Chamard, 2006; Knox & Pinch, 2010).

De um modo revolucionário, Mayhew e Binny (1862; 1862) introduziram na história da Criminologia os métodos qualitativos. Para estes autores não bastavam os números revelados pelas estatísticas, pois consideravam fundamental perceber quem eram as pessoas que foram traduzidas para números. Esta necessidade levou-os a entrevistar jovens delinquentes, bem como, conhecer os lares onde residiam. Foram entrevistados, entre outros, vendedores ambulantes de todo o tipo e meretrizes, que vagueassem pelas ruas tendo-se, de forma inovadora, aproximado da população e compreendido, através dos seus relatos, as dificuldades pelas quais passavam (Mayhew, 1862; Sanz, 1999).

2.3. Influência da Escola de Chicago na Geografia do Crime

Os primeiros passos para o mapeamento da criminalidade na Europa já tinham sido dados e os resultados foram chamando a atenção de investigadores um pouco por todo o mundo. No caso dos E.U.A., a história do mapeamento do crime não teve um início muito bem definido, visto no início do século XIX os E.U.A. ainda estarem a reconstruir o seu país. A independência em relação à Inglaterra tinha decorrido há poucas décadas e não existiam bases de dados sobre os crimes. Por outro lado, e até então, a sociedade americana era tipicamente rural.

Com a introdução da industrialização, o processo de desenvolvimento dos E.U.A. foi galopante e em pouco tempo atingiu o nível de desenvolvimento europeu. A evolução tecnológica

associada à chegada de milhares de imigrantes da Europa e de África conduziu ao crescimento rápido, mas descontrolado, das áreas urbanas. Os problemas associados foram surgindo, tais como a delinquência. A cidade de Chicago passou a ser encarada como um “laboratório social” (Bulmer, 1986), pelo seu caráter anómalo de evolução. As forças de segurança não estavam preparadas para lidar com este tipo de crescimento. Até então, a criminalidade era monitorizada e mapeada de forma arcaica. Mapas pendurados nas paredes era uma prática comumente utilizada pela polícia, assinalando, através do uso de pioneses, as ruas onde incidia a criminalidade (Burgess, 1925; Weisburd & McEwen, 1997).

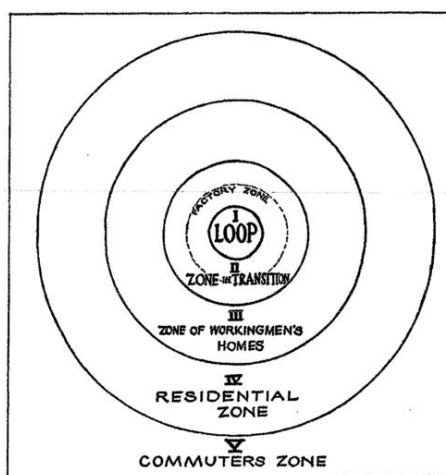
A tradição da Ecologia Social chega aos E.U.A. através da Universidade de Chicago pela mão do Departamento de Sociologia, ambas fundadas em 1892. A Escola da Ecologia Social surgiu em Chicago sob grande influência da escola geográfica nascida em França (Balbi & Guerry, 1827; Guerry, 1833; Quetelet, 1833, 1835, 1936; Fletcher, 1849a; Mayhew, 1862; Harries, 1999; Anselin *et al.* 2000).

A universidade de Chicago teve um papel preponderante nos estudos de ecologia urbana, com particular destaque para a vertente da criminalidade. Trabalhava com as abordagens dos métodos qualitativos e quantitativos iniciados por Mayhew (1862), que aproveitando o advento da expansão urbana procurou estudar as relações que eram estabelecidas entre o território e a forma como as populações o ocupava. Entre os anos de 1920 e 1930, a equipa de Sociólogos urbanos, liderada por Robert Park, analisou as características do ambiente urbano, de modo a poder dar resposta a vários problemas sociais, estando, entre eles, o da criminalidade. Para tal, os investigadores recorriam aos tribunais, em particular ao de menores, e às cadeias. Foram analisados dados de identificação de menores infratores, tais como as idades, o sexo, o tipo de infração e o local de residência. De entre os vários investigadores associados à universidade, destacaram-se Burgess (1925), Thrasher (1927, 1936), Shaw & McKay (1931, 1942), com uma nova perspetiva de análise da criminalidade, em especial a juvenil (Harries, 1999; Anselin *et al.*, 2000; Maïllo, 2009).

Burgess (1925) destacou-se pelo seu estudo publicado num capítulo do livro *The city*, intitulado *The Growth of the City: An introduction to a research project* (O crescimento da cidade: uma introdução a um projeto de pesquisa). O estudo resultou na construção da Teoria da Expansão Radial. Ao examinar o crescimento das áreas urbanas americanas, conseguiu perceber a existência de um padrão organizacional das urbes, comprovando que estas se expandem radialmente a partir do seu centro, formando séries de áreas concêntricas (Figura 11). A área

mais central foi representada como o núcleo urbano (I) onde estavam localizados os espaços de negócios, bancos, escritórios, teatro, museus e hotéis, sendo considerado o centro cívico da urbe. Segue-se uma área no sentido periférico do círculo, de mercados e armazéns industriais. Nesta fase de transição (II) existia um elevado número de habitações de pessoas com menos posses, que coabitavam com a área de negócios e da indústria de eletricidade. A terceira área (III) da urbe era habitada por trabalhadores da indústria, que saíram da área de transição em busca de melhores condições de habitabilidade, e para se localizarem mais perto dos seus locais de trabalho.

Figura 11 - Crescimento das áreas urbanas segundo Burgess



Fonte: Burgess (1925: 51).

As famílias que trabalham nestas áreas são descritas como tendo os pais a trabalhar nas indústrias e os filhos com empregos no núcleo urbano, e que usufruem de uma vida social ativa com atividades como o cinema, teatro e espetáculos de dança. A área mais afastada do centro (IV) era uma área residencial de classe social alta, onde residiam os pequenos empresários, funcionários e vendedores com algum estatuto profissional. Esta área é caracterizada pelo número de edifícios em altura. A última área (V) é considerada pelo autor como área de passagem, podendo ser encarada como limite da área urbanizada, e onde começam a surgir as vilas e as aldeias (Burgess, 1925; Shaw & McKay, 1931).

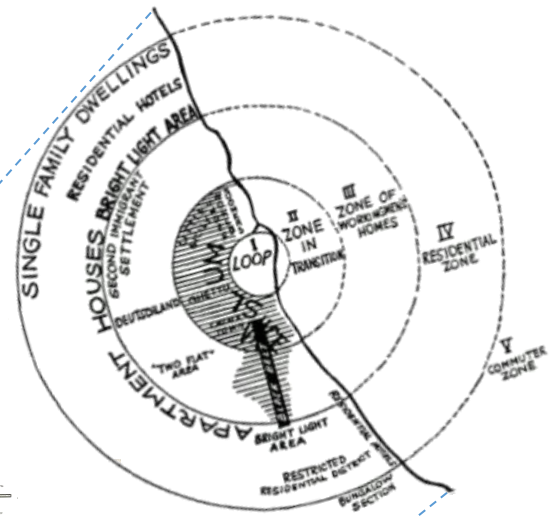
Com este estudo o autor conseguiu concluir que a população ocupava os espaços urbanos consoante a sua capacidade de mobilidade. Se eram pessoas com mais poder económico procuravam locais afastados do centro para residir (área IV). Os que não detinham grande capacidade económica viviam na área de transição, sendo que é nesta área, onde existem registos de mais ocorrência de criminalidade, associada à pobreza e instabilidade social.

Em 1929 os ecologistas sociais Clifford Shaw & Henry McKay desenvolveram um estudo exaustivo de cadastro individual, onde incluíam, entre outras variáveis, o endereço domiciliário, ofensa de que foram acusados, a idade e o sexo. Os indivíduos selecionados foram agrupados em oito conjuntos, onde se incluíam 51.859 rapazes que faltavam às aulas, 43.298 delinquentes juvenis e 7.541 adultos infratores, ao longo de 27 anos (1900-1927).

Dada a sua dimensão, Wilcox (1973) e Harries (1999a, 1999b) consideram este estudo como uma referência dos anos de 1920 e de 1930, assumindo-se como um estudo de *volte face* no mapeamento da criminalidade na primeira metade do século XX. As análises debruçaram-se sobre o cálculo do número de infratores segundo subcategorias de observação, como a idade e o sexo, resultando em mapas a diferentes escalas de análise (Harries, 1999a; Wilcox, 1973; Wilson & Paulsen, 2008). Foi possível perceber que as distribuições patentes nos mapas tinham uma relação simbiótica com a teoria desenvolvida por Burgess (1925) da expansão radial das áreas urbanas (Figura 13). A criminalidade não era regular no território, mas tinha um padrão uniforme junto da chamada “área de transição”, com uma recorrência cada vez menor, à medida que se afastava das áreas industriais e de negócios, ou seja, da área central das urbes. A área de transição acolhia um elevado número de problemas relacionados com as condições de habitabilidade e sociais, como a existência de muitos jovens que faltavam às aulas, delinquentes, e um elevado número de casos de mortalidade infantil, doenças do foro mental e tuberculose. As áreas que eram assoladas por um elevado número de crimes mantiveram-se com esses valores ao longo do tempo, independentemente dos seus habitantes. Isto aconteceu devido à associação de três fatores. Por um lado, a existência de baixo poder de compra e a dependência de muitas famílias de apoios sociais, e por outro, a existência de um elevado grau de degradação física associado à concentração de edifícios industriais, em ruínas ou devolutos. O que provocava mau estar, conduzindo à gradual mobilidade da população com maiores rendimentos. Por fim, a concentração de imigrantes por nacionalidades, o que provocava uma conseqüente heterogeneidade (Shaw & McKay, 1931, 1942; Maillou, 2009).

Ao contrário de Burgess, Shaw & McKay (1931) não encontraram uma relação entre a etnia/raça e as taxas de criminalidade. No entanto, corroboraram a existência de uma ligação entre o nível de pobreza e o número de delinquentes. Chegaram também à conclusão de que a criminalidade em alguns bairros revelava níveis elevados, independentemente do tempo e de quem vivesse naqueles espaços.

Figura 12 - Áreas Urbanas



Fonte: Burgess, 1925: 55.

Figura 13 - Cruzamento dos mapas de Burgess e de Shaw *et al.*

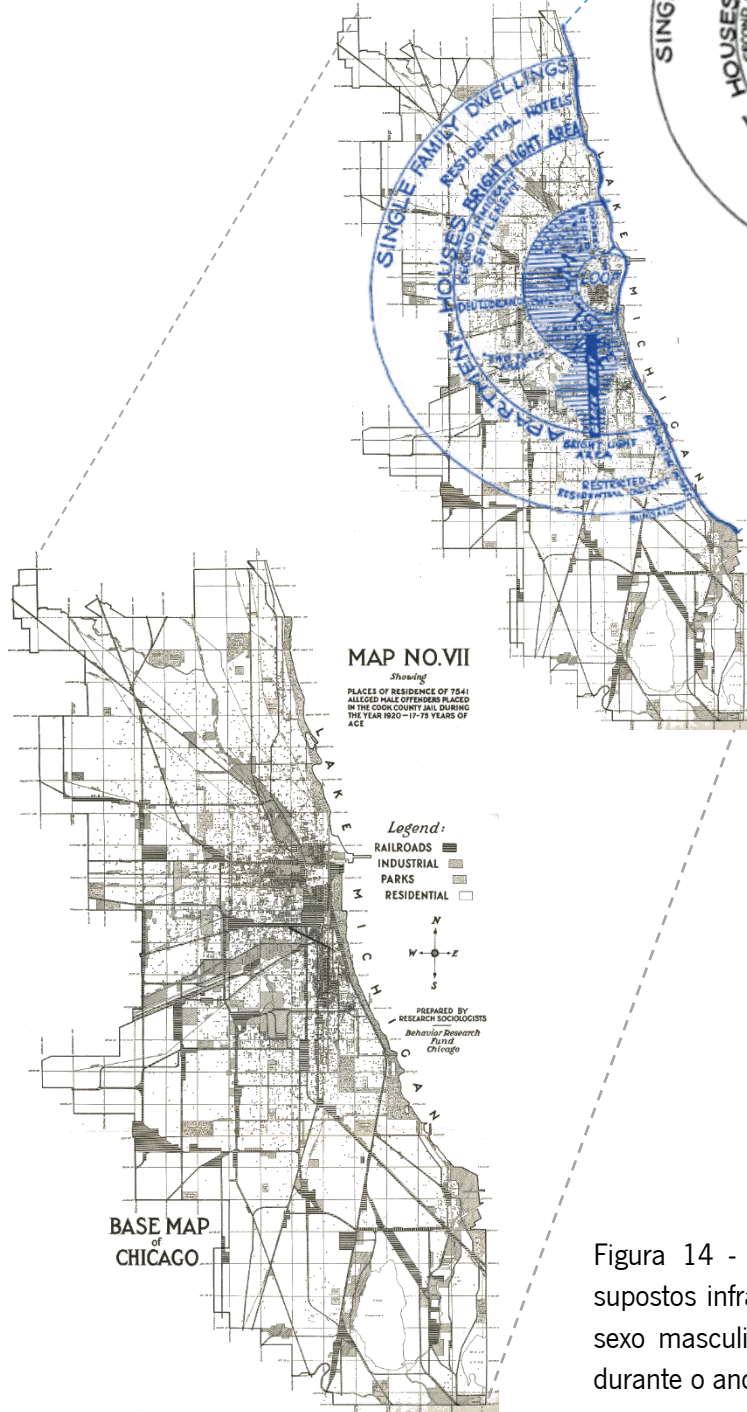


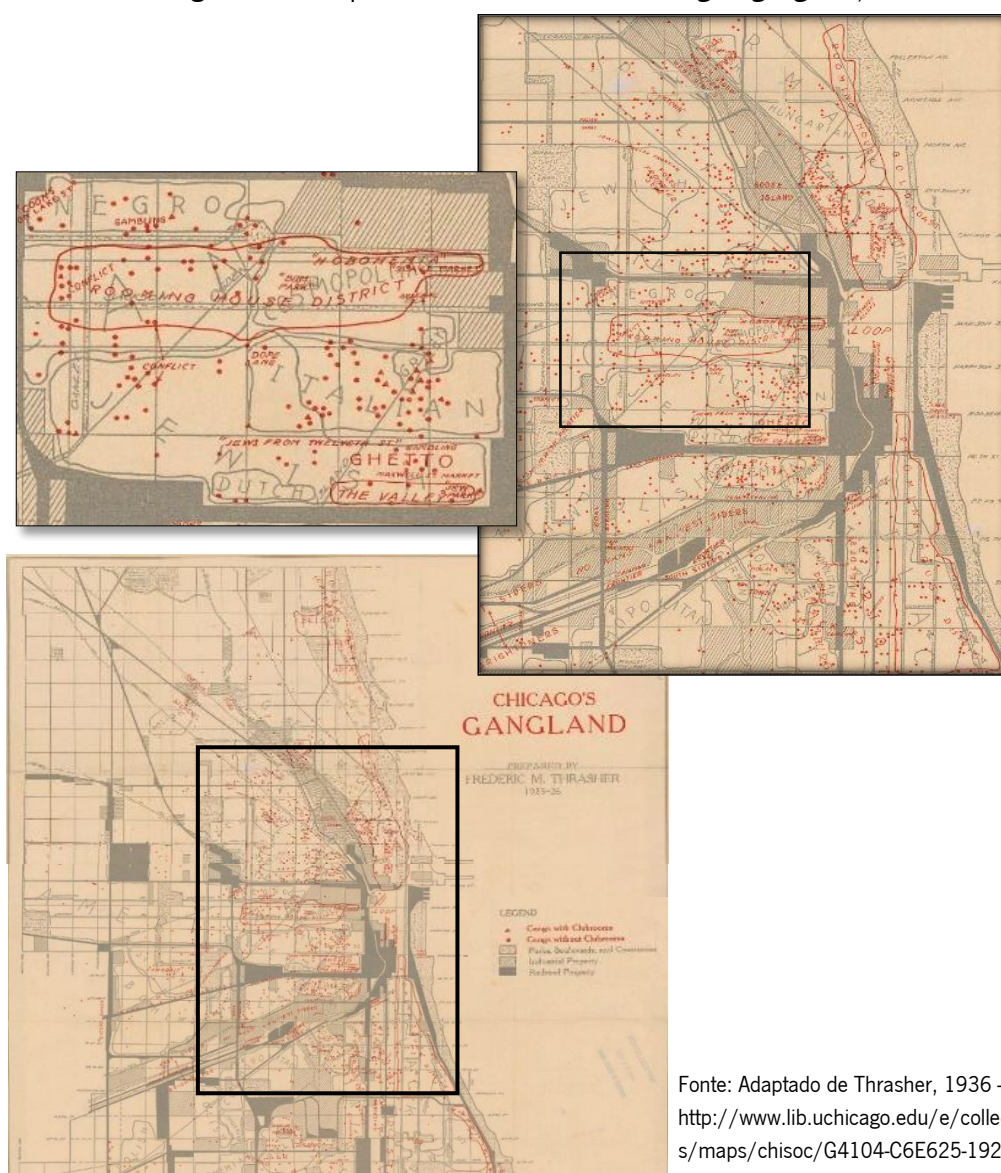
Figura 14 - Locais de residência de 7.541 supostos infratores entre os 17 e 75 anos do sexo masculino presos no condado de Cook durante o ano de 1920

Fonte: Baseado em Shaw *et al.* (1929) - <http://www.lib.uchicago.edu/e/collections/maps/chisoc/> (consultado a 23-10-2015).

A Teoria da Desorganização Social ganhou forma a partir deste facto. Seria necessário um controlo que viesse de dentro dos bairros. Os autores acreditavam que os residentes daqueles bairros tinham a capacidade de criar redes naturais de controlo e para tal existia a necessidade de chamar a atenção para essas práticas. O fundamental está na prevenção do crime e em especial com os jovens (Harries, 1999; Wilson & Paulsen, 2008; Maillo, 2009).

Seguindo a linha de pensamento da Escola Ecológica de Chicago, Thrasher (1927, 1936) desenvolveu o seu estudo sobre os gangues na urbe de Chicago. No seu mapa *Chicago's gangland* (Figura 15) são assinaladas as localizações dos vários gangues por bairros, onde por associação, os nomes dos bairros estão atribuídos segundo os vários grupos étnicos migrantes que lá residiam.

Figura 15 – Mapa de Thrasher na obra *Chicago's gangland*, 1936



Fonte: Adaptado de Thrasher, 1936 - <http://www.lib.uchicago.edu/e/collection/s/maps/chisoc/G4104-C6E625-1926->

Seguindo a linha de pensamento da Escola Ecológica de Chicago, Thrasher (1927, 1936) desenvolveu o seu estudo sobre os gangues na urbe de Chicago. No seu mapa *Chicago's gangland* (Figura 15) são assinaladas as localizações dos vários gangues por bairros, onde por associação, os nomes dos bairros estão atribuídos segundo os vários grupos étnicos migrantes que lá residiam. Thrasher (1927) conclui sobre a existência de uma relação entre os grupos de migrantes e os gangues existentes, com particular foco de atenção para os filhos destes, que engrossavam os grupos de delinquentes existentes. Para o autor, este fato deve-se em primeiro lugar à ausência ou carência: de um poder parental de supervisão; de controlo por parte da escola; e por fim, das associações locais ou igreja. Numa segunda perspetiva, estes movimentos de jovens são uma tentativa de combate ao galopante empobrecimento motivado pela pressão industrial e/ou desfavorecimento social e posições políticas. A conclusão fundamental retirada por Thrasher (1927) sobre os gangues juvenis prende-se com um fenómeno de ausência de controlo/supervisão. Estes grupos de rapazes sentem e partilham a liberdade e a vontade de se afirmarem nos grupos. Para tal, utilizam as suas vivências em grupo para poderem usufruir de experiências, que vão desde jogos de sorte e azar, roubos, vandalismo, a simples práticas desportivas e de brincadeiras.

A investigação de Burgess (1925), de Thrasher (1927) e de Shaw e Mckay (1929) invocaram a existência de uma relação direta entre as áreas consideradas de maior pobreza e o cinturão da “área de transição” determinada por Burgess. Nesta área estão localizadas as classes pobres sem poder económico. Segundo o autor, estes grupos apenas existem como uma consequência da pobreza.

2.4. Criminologia Ambiental no contexto do pensamento criminológico

No campo da literatura da criminológica ambiental, as teorias desenvolvidas compartilham o mesmo interesse: o estudo dos crimes e as circunstâncias em que estes ocorreram (Wortley & Mazerolle, 2008). Em todas as teorias exploradas ao longo deste capítulo, a variável da oportunidade ambiental é a linha condutora do raciocínio metodológico, e o pensamento defendido pela literatura da criminologia ambiental (*e.g.*, Cohen & Felson, 1979; Brantingham & Brantingham, 1981a, 1981b, 1993b; Clarke & Cornish, 1985; Clarke, 1997; Wikström, 2009; Frank *et al.*, 2012; Curman *et al.*, 2014; Weerman *et al.*, 2016). A influência do ambiente sobre os padrões de crime, é exercida em duas vertentes: limitações do próprio

espaço impostas pela malha urbana; e a representação mental e cognitiva do ambiente urbano, ou seja o espaço de consciencialização (Beavon *et al.*, 1994).

Na opinião de Mordwa (2016), as bases teóricas da criminologia ambiental focam-se em três princípios. O comportamento que leva à infração da lei (i), que decorre duma simbiose entre indivíduo e o ambiente urbano. Neste contexto, o ambiente é entendido como um espaço dinâmico capaz de influenciar possíveis infrações à lei. Desta forma é possível traçar a influência do espaço urbano em padrões de crime. Outro princípio é o de que o crime não ocorre de forma accidental no espaço (ii), uma vez que a criminologia ambiental defende a existência de uma dependência entre os vários fatores situacionais. Desta forma, a distribuição espacial do crime tem uma relação direta com o *layout* espacial das áreas urbanas e dos ambientes criminosos. Por último, a compreensão das dinâmicas do crime de alguns espaços urbanos poderá permitir estabelecer uma vantagem no processo de controle e vigilância a possíveis alvos (iii). O propósito da criminologia é identificar essas áreas e definir os seus padrões criminais (Wortley & Mazerolle, 2008; Mordwa, 2016).

2.4.1. Teoria da Desorganização Social

Durante a primeira metade do século XX, vários estudos dos ecologistas sociais, como os de Burgess (1925), de Thrasher (1927, 1936), de Shaw *et al.* (1929) e de Shaw & McKay (1931, 1942 - Tabela 3), demonstraram que as elevadas taxas de criminalidade estariam ligadas a problemas com a comunidade e a problemas sociais (Shaw *et al.*, 1929; Harries, 2000).

Tabela 3 - Resumo de enquadramento da Teoria da Desorganização Social

| Clifford Shaw & Henry McKay | |
|--|--|
| | Obras: |
| 1931 e 1942 | <ul style="list-style-type: none">• <i>Social Factors in Juvenile Delinquency: A Study of the Community, the Family, and the Gang in Relation to Delinquent Behaviour</i> (1931).• <i>Juvenile Delinquency in Urban Areas</i> (1942). |
| | Conceito: |
| | Áreas de baixa coesão social, onde as redes institucionais e sociais e de vizinhança não existem, são mais propensas à existência de elevados níveis de criminalidade. |
| | Um ato delinvente ou criminoso faz parte de um processo dinâmico de vida e deve ser considerado como tal na análise e tratamento de casos |
| | (Shaw & McKay, 1931). |

Fonte: Adaptado de Shaw & McKay (1931).

A comparação da distribuição espacial do crime com outros dados sobre os habitantes, assim como, a falta de oportunidades económicas, a elevada percentagem de famílias monoparentais, os desequilíbrios económicos, e a aceitação, por parte da população em geral, da criminalidade como se fosse um fenómeno cultural, permitiu a construção da base teórica da Teoria da Desorganização Social, desenvolvida pelos Sociólogos e usada mais tarde pelos Geógrafos na busca de soluções para a explicação dos padrões criminais (Du & Law, 2016). Este tipo de características moldam a natureza da ordem social, explicando as diferenças ecológicas nos vários níveis de criminalidade. Para os Sociólogos, e de acordo com o quadro de desorganização social por estes estabelecido, o fenómeno da criminalidade é agravado quando existe uma ausência de laços de vizinhança, motivada por fatores estruturais de inter-relações sociais, ou pela presença de subculturas consideradas delinquentes. Tal resulta na ausência dos naturais mecanismos de autorregulação (Harries, 2000; Osgood & Chambers, 2003; Cunty *et al.*, 2007; Rengifo, 2009).

As primeiras definições de Desorganização Social basearam-se nas desvantagens socioeconómicas associadas à heterogeneidade da população, e ao volume de negócios como sendo motivo para o baixo nível de controlo social. Elevados níveis de delinquência tendem a desenvolver-se em áreas de significativa desorganização social e estão igualmente associados a elevados níveis de pobreza e a grande heterogeneidade populacional (Maltz, 1995). Num estudo realizado por Patino *et al.* (2014), num bairro de Medellín, na Colômbia, comprovou-se a existência de uma relação direta entre a taxa de homicídios com a presença de gangues, assim como com o baixo poder económico da população, o elevado número de jovens do sexo masculino, uma proporção elevada de famílias com pais divorciados e um elevado nível de desemprego.

Em Portugal, num estudo realizado por Maria Carvalho (2010), procurou-se compreender qual é a relação existente entre a delinquência de crianças com idades entre os 6 e os 12 anos e os modelos de urbanização de seis bairros sociais no concelho de Oeiras. Comprovou-se a existência de um quadro de desorganização social associado à aprendizagem da delinquência. Existe uma forte relação entre a precocidade da delinquência e a transmissão de valores transgressores por parte da família. “Para várias crianças, a delinquência assume um carácter funcional e instrumental, nela encontrando formas atrativas e gratificantes de socialização que variam entre o que consideram ser uma brincadeira e a necessidade de obtenção de reconhecimento em territórios socialmente estigmatizados” (Carvalho, 2010: s.p.).

A existência de desequilíbrio das redes de socialização e de controlo poderão levar ao aumento das taxas de criminalidade. Crianças que crescem com o exemplo e a normalidade da prática do furto tendem a tornar-se adultos delinquentes.

2.4.2. Teoria das Atividades Rotineiras

Dentro do contexto da Teoria ecológica de padrão do crime (Andresen, 2006; Snook & Mercer, 2010), é fundamental abordar a Teoria das Atividades Rotineiras pelo seu carácter de rutura explícita com a literatura desenvolvida pela Teoria da Desorganização Social. A Teoria das Atividades Rotineiras baseia a sua análise nas ações dos indivíduos (Andresen, 2006). Lawrence Cohen & Marcus Felson (1979) definiram o conceito de atividade rotineira como sendo qualquer atividade exercida de forma recorrente e que se relaciona com atividades essenciais e básicas à comunidade ou ao indivíduo, quer seja por necessidade de origem cultural, social ou biológica (Tabela 4).

Tabela 4- Resumo de enquadramento da Teoria das Atividades Rotineiras

Lawrence Cohen & Marcus Felson

Obra:

1979

- *Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach.*

Conceito:

Quando se dá no espaço a convergência temporal de um alvo disponível, e existe uma ausência de guardiões capazes de exercer o poder intimidatório, poderá ocorrer um aumento da taxa de criminalidade.

A convergência no tempo e no espaço de três elementos (infratores motivados, alvos adequados e a ausência de guardiões capazes) parece útil para entender as tendências da taxa de criminalidade.

(Cohen & Felson, 1979).

Fonte: Adaptado de Cohen & Felson (1979).

Dentro de um contexto geral, podemos resumir o conceito às atividades diárias, como a rotina de ir trabalhar, para a escola, ir às compras e as atividades lúdicas ou desportivas.

A ecologia humana é a base para a construção do conceito fundamental da teoria, apesar de ter bastantes semelhanças no seu cerne teórico com a ecologia social de Clifford Shaw & Henry McKay (1931; Shaw & McKay, 1942) por focar o seu estudo no território/espaço e no vetor tempo (Cohen & Felson, 1979; Andresen, 2010; Du & Law, 2016).

O papel do tempo é fundamental na teoria, segundo as premissas invocadas por Cohen & Felson, (1979): periodicidade, tempo e sincronização. A periodicidade relaciona-se com a

regularidade dos acontecimentos (*e.g.*, horário de entrada no trabalho). O tempo representa o número de crimes que ocorrem num dia, ou seja, o número de incidentes por unidade de tempo. A sincronização diz respeito à coordenação das rotinas diárias dos indivíduos nas suas relações de uns com os outros. A convergência da dimensão temporal e espacial de um agressor motivado, um alvo disponível e a ausência de guardiões, são condições suficientes para que o crime ocorra. O que os autores quiseram demonstrar é a existência de uma simbiose temporal e espacial nas rotinas da comunidade. Se estas forem alteradas, os padrões de criminalidade também se alteram (Andresen, 2010; Paynich, 2010; Lammers & Bernasco, 2013).

Tseloni *et al.* (2004), num estudo realizado no Reino Unido e nos Países Baixos, conseguiram comprovar a premissa da Teoria das Atividades Rotineiras. A existência de um “guardião” reduz o número médio de assaltos, ao passo que se este não existir, deixando as habitações vazias regularmente, o risco de furto aumenta. O aumento do risco de se ser vítima está diretamente relacionado com a rotina familiar ou de vizinhança (Andresen, 2006).

Num estudo realizado em Portugal que relaciona o género e o crime procurou-se perceber qual é a relação existente entre as atividades rotineiras e a influência do género na criminalidade (Calixto, 2016). Chegou-se à conclusão que a rotina diária influencia a incidência criminal, sendo os homens os mais propensos para a prática delituosa. A distinção prende-se por um aglomerado de fatores intrínsecos à condição do indivíduo associado à educação, ao contexto familiar e social, mas também ao contexto da oportunidade e da existência de motivação. Dentro do contexto das rotinas diárias a mulher surge com muito mais atividades ao longo do dia, quando comparada com o homem, sendo a ociosidade também um dos elementos a associar à motivação e oportunidade para a prática delituosa (Calixto, 2016).

2.4.3. Teoria da Geometria do Crime

Para Brantingham & Brantingham (1981b), o crime processa-se dentro do contexto do ambiente urbano. Na Teoria da Geometria do Crime, o ambiente é considerado como o “cenário de fundo”, ou seja, o ambiente construído, as dinâmicas sociais, culturais, *etc.* servem de pano de fundo para a ação. Ao contrário de Jeffery (1969, 1971, 2001), que defende o ambiente como sendo um elemento estático, Brantingham & Brantingham (1981b) defendem que este é dinâmico, sendo comparado por Martin Andresen (2010) ao termo “ecologia”. Apesar de

aparentemente o ambiente assumir um papel estático, este tem em si um dinamismo inerente (Andresen, 2010).

A Teoria da Geometria do Crime é uma abordagem geográfica de sinalização dos locais onde ocorrem os crimes, procurando explicações sobre os padrões do crime tendo por base as actividades humanas e as oportunidades geradas para que o crime aconteça dentro da estrutura urbana (Tabela 5).

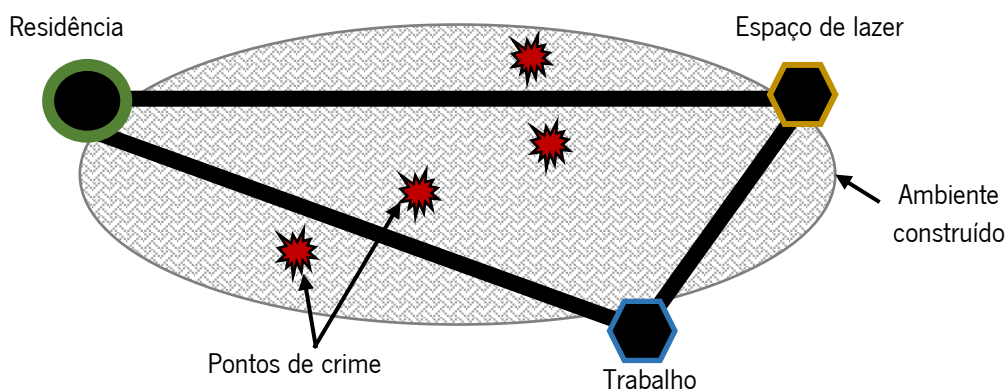
Tabela 5 - Resumo de enquadramento da Teoria da Geometria do Crime

| Paul Brantingham & Patrícia Brantingham | |
|---|---|
| 1981 | Obra: <ul style="list-style-type: none">• <i>Notes on the Geometry of Crime</i> no livro <i>Environmental criminology</i>. |
| Conceito: <p>Quando se dá no espaço a convergência temporal de um alvo disponível, e existe uma ausência de guardiões capazes de exercer o poder intimidatório, poderá conduzir a um aumento da taxa de criminalidade.</p> | |

Fonte: Adaptado de Brantingham & Brantingham, (1981b).

A teoria baseia a sua análise tendo em consideração os padrões de actividade (Figura 16), que podem ser representados como sendo os “nós”, sendo considerados os locais para onde nos deslocamos (*e.g.*, local de residência, de trabalho, escolar, espaços de lazer); como ponte de ligação entre os vários “nós” temos os “caminhos”, que são os locais pelos quais nos movemos; entre os “caminhos” e os “nós” temos o ambiente urbano construído, que são as áreas de grande actividade e de consciencialização, e é nestas áreas que podem existir potenciais infratores (Brantingham & Brantingham, 1981b; Andresen, 2010; Frank, Andresen, & Brantingham, 2012).

Figura 16 - Esquema da Teoria da Geometria do Crime



Fonte: Elaboração própria.

O cerne da teoria está na relação existente no padrão de atividade entre os potenciais infratores e as potenciais vítimas. O risco de se ser vítima aumenta quando os nossos espaços de atividade se sobrepõem aos dos potenciais ofensores. Deste modo, o ambiente urbano é fundamental para explicar as taxas de criminalidade.

A Teoria da Geometria do Crime foi desenvolvida aquando do seu aparecimento. No entanto segundo a opinião de Andresen & Malleson (2011), foram realizados poucos testes que permitissem estabelecer uma maior compreensão da teoria. Para tal facto, a principal causa deve-se à escassez de testes empíricos que cumprissem todos os requisitos (*e.g.*, padrões espaciais de deslocação dos infratores ou um número significativo de movimentos de pessoas).

2.4.4. Teoria da Escolha Racional

Ao contrário da Teoria da Desorganização Social (Shaw & McKay, 1931, 1942), que tem por base a motivação, o crime só ocorre com a junção de fatores externos ao indivíduo e que podem variar espacialmente tendo em consideração o contexto de cada lugar do espaço urbano. A Teoria das Atividades Rotineiras (Cohen & Felson, 1979), apesar de centrar o foco no indivíduo, busca a compreensão do crime dentro da perspetiva de uma atividade legítima e racional não entrando em conflito com o espaço ou o tempo (Andresen, 2010). A Teoria da Escolha Racional defende que o infrator age segundo a sua orientação hedónica, procurando o máximo prazer/lucro e satisfação pessoal, e evitando a dor. As decisões dos potenciais infratores baseiam-se no esforço que é necessário fazer até alcançar o objeto desejado e, neste “jogo”, dá-se o crime (Tabela 6).

Tabela 6 - Resumo de enquadramento da Teoria da Escolha Racional

Ronald Clarke & Derek Cornish

Obra:

1985

- *Modelling Offenders' Decisions: A Framework for Research and Policy.*

Conceito:

A Teoria da Escolha Racional assenta nas bases teóricas da Escola Clássica de criminologia, onde se defendia que os infratores optam por cometer o crime tendo em consideração os riscos e recompensas associados.

O evento casual pode não apenas precipitar a decisão de assalto, mas também pode desempenhar um papel na perceção e avaliação de soluções para necessidades generalizadas.

(Clarke & Cornish, 1985).

Fonte: Adaptado de Clarke & Cornish (1985).

Apesar do foco da teoria ser o indivíduo e a sua liberdade de arbítrio, a teoria reconhece que poderão existir razões do foro psicológico, familiar ou económicas que levem a cometer o crime. No entanto, este nunca deixa de ser uma decisão pessoal e uma escolha consciente. Dentro do quadro da oportunidade do crime, a teoria defende que o ofensor, aquando da sua tomada de decisão, exerce o livre arbítrio da escolha ponderando a restrição temporal e a capacidade cognitiva e física da potencial vítima.

Esta teoria assenta essencialmente numa lógica economicista com a ponderação do custo e do benefício da prática do evento criminoso. São ponderações que variam consoante o tipo de crime que pretendem executar. A escolha e seleção da potencial vítima variam de acordo com as pretensões do tipo de crime que o ofensor irá realizar (*e.g.*, se for um roubo por esticção, implica a existência de um maior risco de resistência por parte da vítima, se for um furto ao interior de um veículo, as condições ambientais são distintas) (Clarke & Cornish, 1985; Andresen, 2010; Paynich, 2010).

Um estudo realizado por Catalano *et al.* (2001) em Phoenix no Arizona (E.U.A.) permite compreender a importância do mapeamento e análise do crime dentro do contexto da Teoria da Escolha Racional. Para a realização do estudo foram consideradas uma série de variáveis. A primeira refere-se à tomada de decisão do local onde cometer o crime, tendo em consideração o pressuposto de que o crime varia à medida que o potencial infrator se torna mais “profissional”. A segunda está relacionada com a distância do alvo desejado às vias de comunicação mais rápidas, ou seja, existe um padrão em relação a alvos com uma localização inferior a 5km de estradas que permita uma rápida deslocação. Por fim, foi considerada a média diária de assaltos. Com a ponderação destas variáveis, foi possível prever quais os locais mais “apetecíveis” para futuros crimes. Deste modo o modelo desenvolvido por Catalano *et al.* (2001) permitiu antever a localização de potenciais alvos de crime (Paynich, 2010).

2.4.5. Teoria dos Padrões do Crime

A Teoria dos Padrões do Crime foi, segundo Andresen (2010), a primeira tentativa de Paul e Patricia Brantingham (1993a) de desenvolver uma metateoria no campo da literatura da criminológica ambiental, onde o coeficiente de localização é apresentado como uma ferramenta capaz de abordar as possíveis imprecisões das medidas tradicionais de criminalidade (Brantingham & Brantingham, 1993b; Ha & Andresen, 2016) (Tabela 7).

Tabela 7 - Resumo de enquadramento da Teoria dos Padrões do Crime

| | |
|---|--|
| Paul Brantingham & Patrícia Brantingham | |
| | Obra: |
| 1993 | <ul style="list-style-type: none"> • <i>Nodes, paths and edges: Considerations on the complexity of crime and the physical environment.</i> |
| Conceito: | |
| É possível a criação de padrões de ocorrência do crime tendo por base a informação dos “nós” e dos “caminhos” frequentados pelos possíveis infratores e vítimas. | |
| <p>O tipo de crimes é variado, mas alguns são altamente oportunistas e muito dependentes das atividades diárias, da disponibilidade física de alvos adequados e situações de crime adequadas, e frequentemente inclui falta de vigilância ou um sentimento de anonimato.</p> <p>(Brantingham & Brantingham, 1993b).</p> | |
| Fonte: Adaptado de Brantingham & Brantingham (1993b). | |

Tal como aconteceu em outras teorias, a Teoria dos Padrões do Crime interceta a sua perspetiva e metodologias teóricas na Teoria da Escolha Racional (Clarke & Cornish, 1985), na Teoria das Atividades Rotineiras (Cohen & Felson, 1979) e em fatores ambientais teorizados, aquando do desenvolvimento da Teoria da Geometria do Crime (Brantingham & Brantingham, 1981). As teorias, apesar de variarem em termos de conteúdo metodológico e de foco, partilham uma mesma variável: a racionalidade. As rotinas diárias, a forma como nos deslocamos e o trajeto que fazemos, são reflexo de um conjunto de escolhas. Para a Teoria dos Padrões do Crime (Brantingham & Brantingham, 1993b), as pessoas movimentam-se em dois espaços: os de actividade e os de consciência. Os espaços de consciência são todos aqueles onde existe uma familiaridade podendo ocorrer uma relação entre espaços de actividade e os de consciência.

A Teoria Geométrica do Crime (Brantingham & Brantingham, 1993a) defende que os espaços de atividade são representados por vários “nós”, ou locais de atividade (*e.g.*, áreas residenciais, local de trabalho, escola, espaços recreativos ou de lazer). Incluem-se também os percursos que são feitos entre os “nós”, designados por “caminhos”, que são importantes para estimar a distância-custo/benefício. E como ponto de ligação ou “cenário de fundo”, temos o ambiente urbano. O caminho que escolhemos percorrer é uma escolha racional, segundo a lógica heurística. Dentro do mesmo contexto, podemos inserir a influência da Teoria das Atividades Rotineiras (Cohen & Felson, 1979), visto que o percurso escolhido dos locais frequentados tem uma regularidade temporal e espacial.

Os “nós”, que frequentamos associados aos “caminhos” que percorremos rotineiramente, podem ser de fácil tradução para uma componente geométrica, onde é possível perceber um quadro comum do crime, ou seja um padrão. Por vezes, os padrões apreendidos não são de fácil compreensão, necessitando de uma análise pormenorizada dos dados. Os mapas mentais criados entre “nós” e “caminhos” são comumente utilizados para facilitar a escolha do alvo do crime. O espaço de consciencialização ou os lugares que os indivíduos conhecem (*e.g.*, pontos de referência como locais históricos ou edifícios emblemáticos), são utilizados para identificar espacialmente possíveis alvos. Com recurso aos mapas mentais, são identificados, avaliados e planeadas as ações do crime (Paynich, 2010).

Brantingham & Brantingham (1993b) afirmaram que o crime é um vetor integrante da vida da comunidade, assumindo uma distribuição semelhante aos locais de maior concentração populacional. No caso dos crimes de furto e roubo, os padrões de crime assumem semelhanças com os padrões das rotinas diárias da comunidade.

2.4.6. Teoria das Restrições Temporais

Mais recentemente, Ratcliffe (2006) desenvolveu a Teoria das Restrições Temporais. Tal como o nome sugere, a teoria defende que os potenciais infratores, do mesmo modo que as potenciais vítimas vivem com restrições temporais (Townsend *et al.*, 2016). É entendida como restrição temporal a presença obrigatória, do potencial infrator, num espaço ao longo de um determinado tempo (Tabela 8).

Tabela 8 - Resumo de enquadramento da Teoria das Restrições Temporais

| Jerry Ratcliffe | |
|---|--|
| | Obra: |
| 2006 | <ul style="list-style-type: none"> • <i>A Temporal Constraint Theory to Explain Opportunity-Based Spatial Offending Patterns.</i> |
| Conceito: | |
| É possível baixar as taxas de criminalidade, em especial a juvenil, com a utilização da restrição temporal. A obrigatoriedade da presença dos potenciais infratores num local monitorizado limita a prática de crimes. | |
| <p style="text-align: right;">A prisão continua sendo uma das últimas restrições espaço-temporais que podem ser impostas a um ofensor conhecido. Os programas eram destinados aos jovens que faltavam às aulas como tentativa de restringir a liberdade dos potenciais criminosos. (Ratcliffe, 2006).</p> | |

Fonte: Adaptado de Ratcliffe (2006).

A identificação de possíveis alvos apenas ocorre no tempo decorrente da deslocação entre os “nós” (Brantingham & Brantingham, 1981a, 1981b), sendo apenas dentro deste contexto temporal que poderá ocorrer a oportunidade para a atividade criminosa. Na correria do dia-a-dia, as potenciais vítimas, afetadas pela ausência do fator tempo, procuram as rotas mais curtas para chegar aos locais de atividade desejados, levando à falta de familiaridade com o ambiente urbano. As restrições temporais, em conjunto com a localização dos “nós” dos potenciais infratores, são o corolário importante no estabelecimento dos padrões espaço-tempo para o crime. Para além da questão tempo, o risco de se ser vítima segundo a teoria é frequentemente breve e dinâmica espacialmente, podendo durar alguns segundos ou minutos, tendo em consideração a oportunidade para o infrator. Mas, apesar de representar temporalmente um curto risco, este pode ser recorrente ao longo do dia ou regular em termos temporais.

A restrição temporal é reconhecida na aplicação de medidas restritivas de tempo em períodos de aulas aos jovens sinalizados ou reincidentes em práticas de infração. A restrição da liberdade no espaço(escola)-tempo(intervalos) em conjunto com os programas de absentismo escolar apresentam resultados positivos nas taxas de crimes praticados por esta faixa etária. A obrigatoriedade da presença de jovens, aquando do toque da campainha na escola, pode representar uma redução efetiva do número de crimes externos ao ambiente escolar. A obrigatoriedade de assistir às aulas, estando num espaço restrito que é a escola, limita os movimentos dos jovens.

A teoria não só demonstra a importância do tempo, como também comprova a correlação entre tempo e espaço (Frank *et al.*, 2012). Tal como a Teoria Geométrica do Crime (Brantingham & Brantingham, 1981a, 1981b), esta teoria ajuda a explicar os aspetos micro e direcionais dos padrões criminais (Spicer *et al.*, 2016). Segundo Ratcliff (2006), as restrições temporais são uma medida eficaz se esta for capaz de influenciar positivamente o potencial infrator.

2.5. Geografia do Crime em Portugal

No virar do século XX, Clark (1991) afirmou que a urbe tinha-se tornado numa área de influência para uma sociedade cada vez mais urbana, onde os espaços urbanos passaram a assumir a centralidade económica e social. A evolução destas áreas chamou a atenção de várias ciências. E a Geografia procurou estudar os padrões espaciais, tendo dedicado especial atenção

aos fenómenos de agrupamento espacial, bem como a sua organização, tendo como foco de estudo a distribuição associada à localização. Na realidade, o espaço é observado como uma dimensão e esta característica é prioritária no âmbito da Geografia (Clark, 1991).

Apesar de existirem autores como Fyfe & Kenny (2005) que afirmaram que o interesse pelo estudo do espaço urbano partiu da Escola de Sociologia de Chicago, o certo é que, com o tempo, vários investigadores direcionaram as suas investigações para a explicação da distribuição da criminalidade nas áreas urbanas. Foram estabelecendo paralelismos com outras áreas urbanas, estudando os contrastes e analogias, dentro das próprias áreas urbanas, bem como fora das mesmas (Clark, 1991; Fyfe & Kenny, 2005; Gregory et al., 2009).

A Geografia do Crime assenta as suas pesquisas em três elementos geográficos fundamentais: lugares, distância e direção (Frank *et al.*, 2013). Os Geógrafos tendem a desenvolver o seu trabalho, por um lado, na busca de explicação dos padrões espaciais de comportamento criminoso, incluindo a análise do ambiente edificado, bem como o estudo da incidência da criminalidade nas áreas mais afetadas. Por outro lado, o Geógrafo procura padrões nas dinâmicas sociais e políticas mais alargadas, que ao longo dos tempos vão cristalizando o medo do crime e, deste modo, percebendo as respostas que são dadas a estes anseios por parte das redes sociais formais e informais. As possibilidades de pesquisa no seio desta temática e usando este tipo de abordagem são muitas. Trata-se de um processo contínuo e metucioso, com variações tão rápidas quão rápidos são os fenómenos socioeconómicos que ocorrem nos territórios (Gregory *et al.*, 2009).

A criminalidade é um fenómeno social (Brantingham & Brantingham, 1993b) tal como outro tipo de fenómenos, sendo que este acarreta com os seus atos um rasto de destruição e/ou de medo. A Geografia tem procurado encontrar explicações para as variações da criminalidade, tendo em conta fatores sociais, psicológicos e variações das taxas de criminalidade (Cohen, 1941). Em Portugal em 1984, Maria Lucinda Fonseca num artigo intitulado “Notas para uma geografia do crime em Portugal: 1950-1981” refere que a criminalidade não era muito estudada entre os geógrafos e que apresentava um desenvolvimento recente. Na sua obra a autora trabalhou a estrutura regional da criminalidade em Portugal entre 1950 e 1981 e avalia as interações das mudanças da criminalidade com estrutura económica e social. Foram inúmeros os problemas que impediram um correto desenrolar do estudo. Há época em Portugal não existiam dados estatísticos que permitissem saber o número de infrações registadas por ano, nem as características sociodemográficas do infrator. Para além das restrições da informação,

Maria Lucinda Fonseca, conclui que a grande exposição dos eventos criminosos pelos meios de comunicação social poderia responder em parte à cristalização da insegurança sentida pela população (Fonseca, 1984). Este facto foi igualmente comprovado por Fátima Tedim e Ivo Barros(2010) num estudo sobre a Área Metropolitana do Porto.

A outra ótica de incidência da Geografia no controlo da criminalidade verte sobre a percepção e os sentimentos de desconforto provocados pela mesma. Os sentimentos de insegurança são o resultado de uma construção da realidade vivenciada, ou relatada por terceiros, comumente difundida entre a sociedade e recorrente nos discursos políticos. Sobre a temática do medo do crime, a sua diferente percepção depende dos grupos sociais onde estão inseridos e a relação destes com o espaço. A percepção de insegurança é sentida de modo distinto por mulheres, idosos e crianças (Esteves, 1999; Silva, 2013). É fundamental incluir nos modelos de prevenção criados a percepção da população, e sempre que possível, associar os mapas mentais dos locais de insegurança aos padrões de maior densidade de crimes. Isto porque a percepção, não depende apenas de fatores internos ao indivíduo.

A sociedade onde este vive tem um papel preponderante no sentimento de (in)segurança. Os sentimentos de insegurança sentidos pelos indivíduos surgem associados à identificação de um espaço e/ou áreas. À medida que os medos/receios vão aumentando, tende a crescer, proporcionalmente, o mapa mental da percepção da insegurança. Para além desta sequência de acontecimentos, existem mais dois fatores externos que tendem a agudizar os sentimentos de (in)segurança dos indivíduos, nomeadamente: a comunidade e a forma como o espaço está organizado. A comunidade, pelos relatos e/ou experiências dos familiares e/ou amigos, de acontecimentos associados com furtos ou roubos, provocam um maior impacte sobre o sentimento de insegurança, em especial na associação cognitiva entre áreas urbanas e violência.

A imagem negativa de um lugar, em alguns casos, está relacionada com fatores de fácil resolução, como a criação de espaços com maior visibilidade (ampliação de luz pública; espaços verdes com menor densidade arbórea). Existem, no entanto, situações onde a resolução não é de fácil consenso, e poderá mesmo demorar anos, como é exemplo a agregação de pessoas duma mesma condição social num bairro, ou a criação de espaços onde predomina um tipo de ocupação, quer seja residencial ou de comércio. Estas ilações estão devidamente suportadas por uma extensa bibliografia, sobretudo à escala internacional.

Em 1999, Alina Esteve no seu estudo cruzou uma série de características socioeconómicas, de modo a poder encontrar pontos análogos entre uma série de variáveis. Este tipo de análise conduziu a investigação a padrões de concentração da criminalidade. A autora foi a perscrutora na geografia em Portugal a trabalhar a geografia da insegurança, cruzando os padrões territoriais da criminalidade com a forma como o espaço é percebido em função do sentimento de segurança percecionado. Sendo até hoje um trabalho de referência na geografia do crime em Portugal. Mais tarde são lançados dois estudos um em Coimbra pelas mãos de Ana Vaz, Cristina Barros e João Fernandes (2012), e outro em Guimarães de Sara Silva (2013) que trabalharam a percepção da segurança dos residentes das duas áreas urbanas.

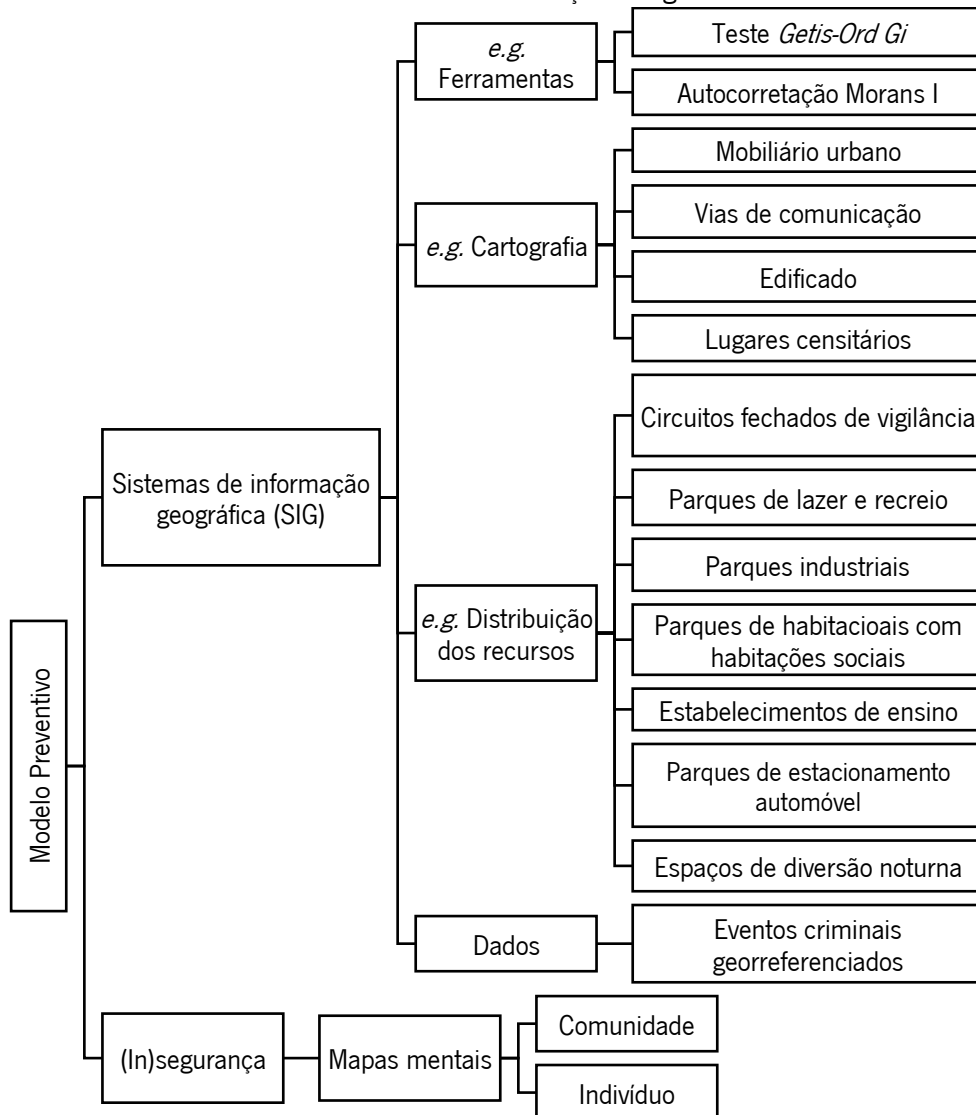
A dissertação de mestrado de Sara Silva intitulada “Geografia da (in)segurança no município de Guimarães”, aplica o mesmo método de “Alina Esteves (1999) num inquérito de vitimização aplicado no município de Lisboa”(Silva, 2013:93). Os resultados apresentados das percepções com Alina Esteves no caso de Lisboa e com Sara Silva em Guimarães foram distintos. Em ambos os territórios os residentes sentem que a criminalidade está a aumentar, no entanto no caso de Guimarães os vimaranenses não alteram as ruas rotinas diárias, ao contrário do que acontece com os inquiridos em Lisboa. Poderão ser muitos os fatores associados a esta diferenciação, no entanto o principal prende-se com a dimensão das urbes e a exposição mediática dos delitos ser maior em Lisboa em detrimento dos decorrentes em Guimarães. Não obstante, o interesse pela percepção da segurança não é exclusivo da Geografia. São várias as ciências sociais que têm vindo a efetuar pesquisas nesta área, com resultados interessantes, tais como sociologia, psicologia, criminologia e por elementos das Força de Segurança que também desenvolvem investigação como é o caso de Paulo Valente Gomes (2007) ou Eduardo Viegas Ferreira (1998) (Lourenço *et al.*, 1998; Fernandes & Neves, 1999; Fernandes, 2001; Heitor, 2007; Gregory *et al.*, 2009; Lourenço, 2012, 2015; Silva, 2013; Marques, 2017).

A conexão entre a percepção da criminalidade e os S.I.G. é a base para a criação de modelos preventivos, adequados à realidade territorial. Por um lado, temos as valências computacionais, de um sistema de informação que nos permite, através das suas ferramentas, inserir variáveis cartográficas, associando-as a modelos de análise territorial (Figura 17). A compilação traduz em cartografia a realidade numérica e geográfica. Este tipo de análise espelha a realidade numérica em mapas, permitindo-nos definir padrões territoriais de uma forma mais clara. O recurso aos *softwares* de análise espacial deu aos geógrafos a possibilidade de darem um contributo diferenciado para a investigação da criminalidade. Nos últimos anos tem-se

difundido as potencialidades dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) para a prevenção da criminalidade.

Com o advento dos Sistemas de Informação Geográfica (S.I.G.), Jorge Ferreira e José Martins apresentam no VII Congresso da Geografia Portuguesa (2009) um modelo de análise experimental desenvolvido em S.I.G. demonstrando as potencialidades da ferramenta para a análise da criminalidade. Jorge Ferreira e José Martins (2009) referenciam que em Portugal a “análise criminal ainda está aquém das expectativas na utilização de técnicas de mapeamento de criminalidade para a prevenção criminal”. Após o estudo de Jorge Ferreira e José Martins foram surgindo outros correlacionados com as potencialidades dos S.I.G. e a prevenção da criminalidade (Martins, 2010; Ferreira *et al.*, 2012; Abreu, 2016).

Figura 17 - Variáveis a ter em conta na análise de crime com recurso aos Sistemas de Informação Geográfica



Fonte: Elaboração própria.

A análise criminal é fundamental, só após uma análise evolutiva dos padrões da criminalidade se poderá partir para a procura de soluções de prevenção, defesa e vigilância eficazes, podendo ser criadas redes de vigilância natural ou artificial, monitorizando os espaços. E um dos bons exemplos aplicados em Portugal foi o estudo desenvolvido para a Amadora intitulado “Criar Cidade: Amadora Saudável e Ativa” (Santana *et al.*, 2009; Santana *et al.*, 2010, 2014).

Num estudo holístico foram abordados temas socioeconómicos e de qualidade de vida onde foi incluído o tema da prevenção da segurança a vários níveis. Existem inúmeras vantagens no recuso dos S.I.G., mas não se pode descurar a avaliação da realidade vivenciada pelos indivíduos nos seus *habitats*, pois a perceção da realidade permite-nos, em alguns casos, identificar os motivos pelos quais o número de crimes prevalece numa determinada área do espaço urbano em detrimento de outras. É um facto que pode ser esquecido, é o estudo da desterritorialização e insegurança. Os processos de desterritorialização segundo o geógrafo João Fernandes (2008: 23) estão fortemente associados a “crises sociais de insegurança, mais ou menos agudas, mais permanentes ou mais fugazes”. E não podemos esquecer que Portugal está a atravessar por um processo de perda de população nos núcleos do interior do país. E nestes centros os sentimentos de insegurança por parte dos residentes tomam proporções distintas, dos sentimentos de insegurança dos núcleos populacionais do litoral.

As possibilidades de investigação dentro da Geografia são diversificadas, podendo passar pela investigação das oportunidades de crime criadas pela conjuntura urbana, pelo estudo das relações sociais, pela incidência da criminalidade e a relação com os mapas mentais de insegurança, pelo estudo do planeamento e através deste criar medidas de prevenção para a criminalidade. As possibilidades são vastas, resta que surjam mais investigadores interessados na geografia portuguesa pela temática.

2.6. Nota conclusiva

O estudo da criminalidade, com enfoque sobre o território e o meio, desenvolveu-se com a introdução das estatísticas oficiais em França, que possibilitou a evolução dos primeiros estudos da cartografia do crime com Balbi & Guerry (1827); Guerry (1833) e Quetelet (1833). Mais tarde, a ecologia social, associada à escola de Sociologia da universidade de Chicago, incentivou a sua comunidade académica a estudar as etnografias urbanas vinculadas aos negros

em *Bronzeville*, às prostitutas na *Gold Coast*, aos vagabundos, aos gangues, e a outros grupos de Chicago. Os Sociólogos da Escola de Chicago foram pioneiros na abordagem das características das áreas geográficas associadas às taxas de criminalidade (LeGates, 2003; Patino *et al.*, 2014).

No mesmo período em que se desencadeia o estudo da interligação da morfologia urbana com a criminalidade, os Geógrafos tinham como enfoque o estudo morfológico da urbe - na evolução dos emparcelamentos urbanos e nas funções económicas dos lugares (Herbert, 1977; Cozens, 2008b).

Nas décadas de 1960 e de 1970, a Geografia Social tornara-se um sub-ramo próspero da Geografia Humana. A sua ênfase inicial focou-se nos padrões estruturais, na diferenciação residencial e nos macroprocessos de crescimento urbano. Quando os Geógrafos sociais começaram a incorporar as questões comportamentais nas suas pesquisas, proporcionaram uma emergente abordagem estrutural. A literatura da época passou a contemplar a variável “crime” nas suas análises, para além das questões como comunidade, saúde mental, padrões residenciais, segregação e pobreza (Herbert, 1977; Capel, 2002; Pain *et al.*, 2014).

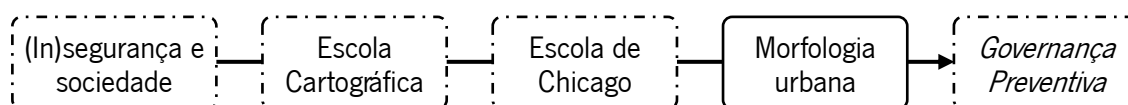
O mapa tem sido a ferramenta de representatividade espacial mais antiga na análise da distribuição espacial do crime. A influência deste recurso para o estudo da criminalidade é antiga (Balbi & Guerry, 1827; Quetelet, 1833, 1835) e desde logo foi-se percebendo que os padrões de distribuição do crime não são uniformes no espaço. Apesar de ser na França que surge o primeiro mapa sobre os padrões de crime (Balbi & Guerry, 1827), rapidamente esta abordagem metodológica passa a ser aplicada a outros países, como Inglaterra (Mayhew, 1862; Mayhew & Binny, 1862), Estados Unidos (Shaw & McKay, 1931; Schmid, 1960; Harries, 1971; Schmid & Schmid, 1972).

Capítulo 3.
Desenvolvimento do pensamento da prevenção de crime nos ecossistemas
urbanos: evolução teórica do pensamento

3.1. Nota introdutória

Ao longo do anterior capítulo foram sendo explicadas as raízes das várias contribuições que se foram cruzando para o desenvolvimento do estudo da criminalidade. Neste terceiro capítulo vamos abordar a criminalidade tendo subjacente a perspetiva da morfologia urbana (Figura 18) e de que modo o conhecimento arquitetónico teve uma forte influência na construção de um zonamento urbano mais seguro.

Figura 18 - Linha de abordagem teórica (III)



Fonte: Elaboração própria.

Os assentamentos humanos sempre foram construídos com o objetivo de garantir a segurança, conforto e comodidade aos seus cidadãos. Desde os habitantes pré-históricos, que usavam as cavernas como casa, passando pelas construções medievais até aos atuais aglomerados urbanos este objetivo tem estado presente.

O progresso ditou o desenvolvimento galopante da tecnologia, sendo necessário readaptar os ideais de assentamento às novas necessidades e novos tipos de ameaças. Deixamos de recorrer à orografia dos terrenos para garantir a segurança dos cidadãos. No passado, os posicionamentos dos assentamentos eram escolhidos pela sua localização ótima. Quanto mais alto e mais fácil se tornasse o avistamento do território envolvente melhor seria o local (Cozens, 2008a). A tradição é longa. O *design* ambiental tem sido utilizado ao longo da evolução do ser humano para influenciar comportamentos, de modo a garantir a sua segurança com medidas preventivas de crime.

A preocupação pela proteção dos cidadãos e dos seus bens sempre foi uma preocupação premente. Em Inglaterra, em 1285, o rei Eduardo I elaborou o Estatuto de *Winchester*, que decretava a remoção das áreas ocultas junto aos caminhos de acesso à cidade. Os proprietários detentores destes terrenos eram obrigados a remover a vegetação que promovesse a oportunidade de ocultação, responsabilizando-os de quaisquer delitos cometidos (Kuo & Sullivan, 2001; Cozens, 2008b; Cozens & Love, 2015).

Tal como observado no capítulo anterior, a questão da oportunidade é essencial. Na Teoria das Atividades Rotineiras (Cohen & Felson, 1979) o crime é descrito como sendo um ato

decorrente de um evento oportunista, em que o infrator motivado para a prática da subtração reconhece a existência de uma oportunidade durante o decorrer das rotinas diárias das vítimas. A morfologia urbana poderá ser o elemento dissuasor a ter em consideração aquando da elaboração de planos de combate ao crime. É o que vamos ressaltar nos próximos *itens*.

3.2. A morfologia urbana na prevenção da criminalidade

A morfologia explana as relações estabelecidas entre o espaço edificado e livre (Gregory *et al.*, 2009; Sposito *et al.*, 2016). A morfologia da área urbana é reflexo da economia, da cultura e tradições dos grupos sociais dominantes. O espaço urbano como lugar geográfico e social caracteriza-se pela concentração populacional geradora de vida e impulsionadora de redes orgânicas de troca de serviços proporcionadores de bem-estar social, cultural e material (Capel, 2002). As estruturas físicas dos espaços são moldadas por distintos processos, e vão evoluindo à medida que novas estruturas físicas são edificadas ou novas funções são atribuídas a espaços já existentes. A base da malha urbana são as estruturas habitacionais, comerciais ou de serviços e como elo temos as infraestruturas viárias.

Com o tempo parte das áreas do espaço urbano passam por um processo de hibridação, seja sob a forma de requalificação ou de alteração do *layout* das ruas. Cada fase desta evolução é imbuída de uma forte marca dos objetivos culturais, sociais e ambientais vigentes, induzindo a forma como se expande e reorganiza internamente (Knox & Pinch, 2010). Anne Vernez Moudon e Mary Comerio (1989), num estudo sobre a morfologia de Alamo Park, em São Francisco (E.U.A.), comprovaram que como resultado da resiliência da vizinhança, a cidade manteve a sua identidade, a sua estrutura e função ao longo do tempo. Uma comunidade unida poderá trazer maior estabilidade à morfologia da urbe, respondendo às pressões com “arestas duras e centralidade suave”. A perseverança conjunta em manter a identidade do espaço cria junto da comunidade, laços de interajuda (Comerio & Moudon, 1989; Allan *et al.*, 2013).

A forma como é projetado o espaço, quer seja pelo *design* ou por decisão política, deve ser pensada com o objetivo de promover uma dinâmica fluida e equilibrada da malha urbana, promovendo o menor conflito possível com as rotinas diárias individuais. O ambiente construído deverá facilitar as trocas comerciais, as relações da comunidade nas suas dimensões familiares ou individuais no sentido de promover uma fluidez orgânica (Hillier, 2008). O acervo bibliográfico

referente a pesquisas que estudam a relação entre a morfologia do espaço e o crime (*e.g.*, Jacobs, 1961b; Jeffery, 1969, 1971a, Newman, 1972, 1996; Evans *et al.*, 1992; Cozens, 2002; Davey *et al.*, 2002; Andrew & Kuehnast, 2008; Marzbali *et al.*, 2012; Alkimim *et al.*, 2013; Adel *et al.*, 2014; Kamalipour *et al.*, 2014; Cozens & Love, 2015; Hedayati *et al.*, 2016) ou a influência das condições socioeconómicas e os níveis de criminalidade (*e.g.*, Mayhew & Van Dijk, 1997; Harries, 2000; Adorno, 2002; Colquhoun, 2004; Pedrazzini & Desrosiers-Lauzon, 2011; Frank, Andresen, & Felson, 2012; Andresen & Malleson, 2013; Avdic & Bünnings, 2015; Janke *et al.*, 2016; Owusu, 2016) são em elevado número.

O crime é uma realidade inerente à vida em comunidade (Brantingham & Brantingham, 1993b) e muitos são os investigadores, um pouco por todo o mundo, que procuram explicação para as taxas de criminalidade e a sua influência sobre a comunidade (Tabela 9).

Tabela 9 - Alguns exemplos de investigadores, por países, que trabalham a problemática do crime e a influência sobre a comunidade

| Portugal | Brasil | Canadá |
|---|---|---|
| Tedim & Barros, 2010. Freitas, 2011. Rêgo & Fernandes, 2011; 2012. Silva, 2013. Silva & Remoaldo, 2014a, 2014b. Castro <i>et al.</i> , 2016. | Freire, 2000. M. Shaw & Carli, 2011. Alkimim <i>et al.</i> , 2013. de Melo <i>et al.</i> , 2015. | Snook & Mercer, 2010. Andresen, 2011, 2012, 2013b, 2013a. Frank, Brantingham, & Farrell, 2012. Andresen & Linning, 2014. Linning, 2015. Linning <i>et al.</i> , 2016. Piscitelli & Perrella, 2017 |
| Espanha | Estados Unidos | África do Sul |
| Sani & Nunes, 2013. Riccardo, 2014. Sani & Nunes, 2016. | Gill <i>et al.</i> , 2017. Kondo <i>et al.</i> , 2017. Subica <i>et al.</i> , 2018. | Breetzke, 2012. |
| Inglaterra | Austrália | China |
| Plint, 1851. Marshall <i>et al.</i> , 2004. Tseloni <i>et al.</i> , 2004. Jansson, 2006. Malleson & Andresen, 2014. | Soomeren, 1987. Geason & Wilson, 1989, 2013. Letch <i>et al.</i> , 2011. Clancey <i>et al.</i> , 2016. Whitten <i>et al.</i> , 2018. | Dijk & Mayhew, 1993. Mayhew & Van Dijk, 1997. Dijk <i>et al.</i> , 2005. Dijk <i>et al.</i> , 2007. Dijk, 2015. Ye <i>et al.</i> , 2015. |
| Holanda | México | Gana |
| Tseloni <i>et al.</i> , 2004. Nes <i>et al.</i> , 2016. | López, 2013. | Oteng-Ababio <i>et al.</i> , 2016. Owusu, 2016. |
| Polónia | Japão | Fonte: Elaboração própria. |
| Mordwa, 2016. | Hino <i>et al.</i> , 2016. | |

Dada a dimensão do problema, a segurança não pode ser encarada como um trabalho apenas das entidades promotoras do cumprimento da lei. Tem que ser adotada como uma

componente fundamental à sustentabilidade (Black, 2004; Kamalipour *et al.*, 2014). A segurança tem de ser considerada uma necessidade básica por parte das entidades promotoras da gestão da morfologia urbana dada a influência modeladora de comportamentos (Maslow, 1954; Cozens, 2008a; Knox & Pinch, 2010; Tandogan & Ilhan, 2016).

Nos finais dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, Jacobs (1961b) e Newman (1972a) estabeleceram uma conexão entre morfologia e as taxas de criminalidade, que marcou a visão sobre o planeamento urbano. A partir de então a comunidade científica Americana e da Grã-Bretanha (*e.g.*, Mawby, 1977) iniciou uma revisão dos conceitos de segurança e planeamento até então vigentes (Cozens & Love, 2015). Com a operacionalização das ideias de Jacobs (1961b), Newman (1972a) destacou que planejar a uma grande escala implica o uso de regras, com vista a promover a conectividade entre bairros, onde as estratégias de planeamento devem ter em consideração a experiência da comunidade e onde seja possível a promoção do uso misto do espaço. A morfologia urbana deverá ser pensada de forma a estimular as conexões sociais, económicas e ou culturais. O uso misto dos espaços promove a diversidade das atividades atraindo, desse modo, igual diversidade de indivíduos (Rohloff, 2013), sendo essencial o equilíbrio da rede morfológica.

3.3. Prevenção da criminalidade - história e influências

O modo como habitamos o território tem um efeito direto no espaço envolvente e nos comportamentos dos habitantes das gerações presentes e vindouras. De facto, o comportamento humano é fortemente influenciado pelo desenho do ambiente físico (Poyner, 1983). As questões mais prementes da atualidade estão vinculadas a uma nova visão do modo como devemos gerir as novas ameaças adjacentes ao advento da evolução científica e tecnológica. Os assentamentos populacionais têm vindo a ser redesenhados, tendo por base a sustentabilidade e o bem-estar dos seus habitantes. Atualmente não só as áreas urbanas são motivo de preocupação, mas também, os aglomerados populacionais mais pequenos carecem de atenção devido aos graves problemas que advêm da redução da população. Paul Cozens, (2008b) afirma que o crime e o medo são uma questão omnipresente, sendo que, ambas as ameaças representam graves entraves ao bom funcionamento, vitalidade e longevidade da cidade.

A redução da criminalidade poderá passar pela implementação de conceitos do *design* ambiental e insistindo na construção de um espaço seguro partindo da anulação da oportunidade para o delito (Clarke, 2009). Esta ideia, aparentemente simples, solucionará, ideologicamente,


um problema complexo. Neste caso, a diminuição do número de crimes, terá de ter em consideração a alteração do ambiente físico dos espaços. Com efeito, torna-se necessário adotar uma abordagem multidisciplinar, promovendo a participação pública de diferentes *stakeholders*, permitindo, assim, que as diferentes entidades responsáveis, direta e indiretamente, pela gestão dos espaços comuns à comunidade sejam ouvidas (Pardal *et al.*, 1993).

Os projetos criados tendo por base esta teoria têm por objetivo gerar uma cultura de compromisso, no sentido de influenciar positivamente o comportamento humano, proporcionando o seu bem-estar. Atualmente é fundamental contemplar a forma como o ambiente físico é vivido e utilizado pela população (*National Crime Prevention Council*, 2003; Lee, Park, & Jung, 2016; Khalizah *et al.*, 2016). A escala de aplicação abrange todo o enquadramento físico de atividades humanas de um bairro, vila ou cidade e baseia-se na disposição, aparência e funcionalidade do espaço físico construído, ou seja, as ruas, os edifícios, as infraestruturas públicas e privadas, bem como o mobiliário urbano.

3.3.1. Cognição e a cidade - Kevin Lynch

Kevin Lynch foi um urbanista norte-americano, que trabalhou o tema da perceção do ambiente urbano por parte dos seus habitantes. Em 1960, com a sua obra *The Image of the City*, deu a conhecer uma nova realidade das perceções dos habitantes urbanos através do recurso aos mapas mentais. Dentro da Psicologia a tradição é longa no que diz respeito ao estudo da perceção e cognição. No seio da Geografia Urbana foi Lynch (1960) o primeiro a introduzir este tipo de análise (Clark, 1991). Na obra *Imagem da Cidade* são analisadas as perceções e cognições dos habitantes sobre o seu meio urbano e como estes configuram os seus esquemas organizacionais. Lynch estudou a imagem mental construída pelos cidadãos americanos de Boston, Massachussets. Com a sua investigação construiu uma visão distintiva da forma como a imagem de uma cidade deverá ser analisada/construída/interpretada (Tabela 10).

Tabela 10 - Nota conceptual da obra *The Image of the City* de Kevin Lynch (1960)

| | 1960 | <i>Imagem da Cidade</i> |
|---|---|--|
|  | <p>Principais conceitos:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. Legibilidade; II. Imagem contruída: <ol style="list-style-type: none"> i) Identidade; ii) estrutura; iii) significado. III. Imaginabilidade. | <p>Uma estrutura física viva e integral, capaz de produzir uma imagem clara, também desempenha um papel social. A imagem de um bom ambiente dá, a quem a possui, um sentido importante de segurança emocional.</p> <p style="text-align: right;">(Lynch, 2008)</p> |
| | <p>Fonte: Adaptado de Lynch (1960, 2008:52/53).</p> | |

A sua obra culmina na defesa de três pilares fundamentais na construção da imagem da cidade: I. legibilidade; II. imagem construída; e III. imaginabilidade (Lynch, 2008).

- I. A legibilidade traduz-se na clareza organizacional. As várias partes da cidade que compõem uma paisagem urbana deverão ser de fácil interpretação e interação. A imagem deverá alicerçar-se na memória tendo por base as experiências e a perceção imediata. Estas últimas exercem uma importante influência sobre o indivíduo, em especial nos processos de deslocação. Quando a imagem do espaço é positiva, potencia o sentimento de pertença. Um ambiente característico e legível não proporciona apenas segurança, intensifica também a profundidade e a intensidade da experiência do ser humano (Lynch, 2008).
- II. A imagem construída resulta de uma ligação bilateral entre indivíduo e o meio. Este princípio entra no campo da subjetividade, onde a imagem do meio difere entre os observadores, apesar da imagem de uma realidade ser, à partida, igual. A diferenciação está na relação afetiva que temos com um determinado objeto. Neste contexto da relação de familiarização, o autor subdividiu a construção da imagem do meio em três componentes:
 - i. Identidade – que se resume à capacidade de o indivíduo reconhecer o objeto, tendo a possibilidade de o distinguir pela sua individualidade ou particularidade;
 - ii. Estrutura – o indivíduo, para além de identificar, também deverá ser capaz de o correlacionar no seu contexto;

iii. Significado – o objeto terá de significar algo para o observador (prático/emocional).

Assim sendo, a imagem tem de ter um valor estrutural base na orientação de um espaço vivo, que seja suficientemente pragmático e que permita ao indivíduo orientar-se.

III. A imaginabilidade é a identificação de um atributo da identidade de uma imagem, que poderá facilitar a construção dos mapas mentais (Lynch, 2008), ou seja, a capacidade de um objeto físico transmitir uma imagem de referência para quem o observa.

Para além dos conceitos essenciais à construção da imagem da cidade, são destacados cinco elementos transversais a todas as cidades e que deverão ser utilizados com o objetivo de reforçar o significado: I. vias; II. limites; III. bairros; IV. cruzamentos e V. pontos marcantes (Lynch, 2008).

- I. As vias representam os elementos predominantes da imagem, e exercem a função de promotores dos fluxos citadinos (*e.g.*, ruas, passeios, faixas de trânsito, caminhos-de-ferro). Representam todos os canais utilizados pelo indivíduo de um modo ocasional, habitual ou potencial. É a partir deste elemento que a cidade cresce e também é a partir deste que o indivíduo se desloca.
- II. Nos limites estão englobados os topográficos e os psicológicos. São as interrupções lineares ou contínuas, como um muro, uma vedação, a linha de costa, a margem de um rio e as fronteiras entre bairros. Na construção dos mapas mentais são utilizados como referências laterais. São, por vezes, associados a fronteiras entre dois tipos distintos de áreas, que devem permitir a continuidade e a visibilidade.
- III. Os bairros são áreas dentro da urbe com dimensões variáveis, mas que o observador apesar da diferenciação de escala ou de aspeto tem a capacidade para identificar elementos comuns. Os bairros, em conjunto com as vias, são os elementos fundamentais na construção mental da imagem da cidade. A identificação dos bairros é feita, muitas das vezes, por associações às características físicas, como o tipo de material utilizado na construção, a forma, o tipo de edifícios, a função para que são destinados, associando as atividades económicas que são desenvolvidas, e a sua identificação também está muito associada a conotações sociais.
- IV. Os cruzamentos representam as plataformas de interação entre transportes, vias, mudanças entre vias e, numa análise mais ampla, poderá considerar-se os núcleos centrais. Os cruzamentos não são apenas os locais onde duas vias se cruzam, mas também representam os nós ou locais estratégicos onde confluem os habitantes pelo seu carácter físico ou pelo hábito. Podemos considerar que os cruzamentos, assim como os bairros, podem ser

“introvertidos” ou “extrovertidos” (Lynch, 2008), sendo que os “introvertidos” são representados por aqueles que carecem de orientação direcional, e que não conseguem determinar o contexto envolvente. Os “extrovertidos” fornecem, de forma clara, as direções, e as dinâmicas de fluxos funcionam claramente, sendo de fácil percepção a localização das áreas envolventes.

- V. Os pontos marcantes representam os objetos físicos mais significativos na construção da imagem, como um edifício com um *design* distintivo, uma loja ou uma estátua. Estes elementos marcam ou caracterizam uma área, um espaço ou a topografia da cidade.

A obra de Lynch (1960) serviu de inspiração sobre uma nova forma de ler o espaço urbano. Janes Jacobs (1961a, 1961b) que também deu o seu contributo para uma corrente maior de pensadores do espaço, refere-se a Lynch como sendo o autor que de forma brilhante conseguiu explicar a importância das fronteiras dentro da cidade. Estas têm de ser contruídas de forma a não impedir o livre fluxo dos elementos urbanos.

Um ano após a publicação da obra de Lynch, foi David Lowenthal (*Geography, experience and imagination: towards a geographical epistemology*, 1961) que, no seio da Geografia, aglutinou o estudo da cognição ao das áreas urbanas. Apesar de a Geografia Comportamental ser uma corrente de pensamento fortemente associada à Psicologia, após os ensaios de Lowenthal, a Geografia passou a estudar os padrões espaciais associados aos comportamentos psicológicos. O autor refere que os comportamentos estão associados aos processos de tomada de decisão e que, por sua vez, estes exercem impactes diretos no ambiente urbano através da ação humana (Gregory *et al.*, 2009; Portugali, 2011).

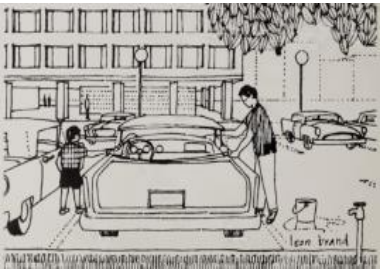

A Geografia Comportamental ganhou particular destaque, dentro da Geografia Humana, e mais especificamente da Geografia Urbana, devido ao facto de alguns Geógrafos não se identificarem com o modelo comportamental vigente (*Homo Economicus*) ao longo das décadas de 1950 e de 1960. Este tinha por base o comportamento humano segundo o prisma da economia. John Stuart Mill (1836), apesar de nas suas obras nunca ter apelidado o modelo de *Homo Economicus*, foi identificado desta forma por parte de vários autores (Persky, 1995). Na sua obra o ser humano surge associado a um egoísmo inflexível de obtenção de satisfação máxima através da maximização de custos onde o único objetivo é a busca do mais elevado nível de satisfação (Persky, 1995; Coleman, 2000; Elffers *et al.*, 2008; Gregory *et al.*, 2009). Os mapas mentais ou cognitivos surgem, desta forma, como uma alternativa ao tão controverso modelo de *Homo Economicus* que imperou nas décadas de 1950 e de 1960.

O trabalho de Lynch teve um papel muito importante na seminação da Geografia Comportamental ao longo das décadas de 1970 e de 1980, onde o mapa mental dos espaços necessita de ser percebido e compreendido, de modo a poder deslindar as percepções ambientais dos indivíduos (Gregory *et al.*, 2009; Portugali, 2011; Reid *et al.*, 2013; Ferreira, 2013; Gillespie, 2016; Diniz & Faria, 2018).

3.3.2. O *design* como promotor da socialização - Elizabeth Wood

Elizabeth Wood foi uma Socióloga norte-americana que se destacou por tentar encontrar uma solução para as diferenças entre os vários pontos de vista de projetar uma cidade (Wood, 1961). A sua obra designada *Housing Design: A Social Theory* (1961) foi elaborada tendo por base a construção de uma série de diretrizes que visaram a construção de um espaço exterior promotor das relações de conhecimento (Tabela 11).

Tabela 11 - Nota conceptual da obra *Housing Design: A Social Theory* de Elizabeth Wood (1961)

| Socióloga | |
|---|---|
|  <p data-bbox="300 1328 587 1379">1. O <i>design</i> deve satisfazer as necessidades</p> | <p data-bbox="730 1070 1289 1104">1961 <i>Housing Design: A Social Theory</i></p> |
|  <p data-bbox="316 1632 627 1659">2. <i>Design</i> em prol da visibilidade</p> | <p data-bbox="676 1126 778 1153">Conceito:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="703 1167 1126 1193">I. Teoria social do <i>design</i> da habitação: <li data-bbox="719 1207 1086 1234">i. <i>Design</i> em prol da visibilidade; <li data-bbox="719 1247 1054 1274">ii. <i>Design</i> em prol do convívio; <li data-bbox="719 1288 1318 1357">iii. <i>Design</i> que promova a criação de grupos informais de adultos; <li data-bbox="719 1370 1094 1397">iv. <i>Design</i> favor do controlo social. <p data-bbox="692 1411 1318 1592">Os inquilinos reclamam que têm medo de atravessar os terrenos abandonados à noite. Têm medo de entrar nos espaços vazios e nos elevadores. Na realidade, incidentes desagradáveis ocorreram nessas áreas, tanto de dia quanto de noite.</p> <p data-bbox="1158 1599 1318 1626">(Wood, 1961).</p> |
| <p data-bbox="237 1659 703 1709">(visualizar o espaço exterior a partir de um andar superior)</p> | <p data-bbox="983 1637 1318 1664">Fonte: Adaptado de Wood (1961).</p> |

Antes de Wood já vários estudos tinham sido desenvolvidos pela Associação Americana de Saúde Pública abordando a questão da saúde relativamente à habitação. Esta associação tinha explorado a importância da salubridade nas habitações tendo em consideração as várias tipologias (Winslow, 1947; Wood, 1961). Faltava, no entanto, explorar a construção de uma

estrutura social, que promovesse a edificação do espaço público contíguo às áreas residenciais. Segundo Wood (1961), para a existência de uma teoria era necessário o auxílio do *design* que explorasse o espaço público nos mais diversos detalhes (*e.g.*, corredores, antecâmaras, recintos, edifícios não comerciais) que possibilitasse a construção gradual de uma estrutura social através de um conjunto de diretrizes com a qual os habitantes daqueles espaços se identificariam.

A autora desenvolveu uma abordagem tendo como base o conhecimento e o controlo (social e autopolicimento), sendo que o *design* apenas exercia o papel auxiliador de um melhor exercício da vigilância natural (Wood, 1961; Cozens, 2008a; Machado & Neves, 2011). O segredo para o bem-estar social está na apropriação e usufruto dos espaços pelos habitantes e quando estes estão satisfeitos com o meio envolvente organizam-se e controlam o espaço de forma natural.

O *design* desempenha o papel de promotor do equilíbrio das dinâmicas sociais (Wood, 1961). A teoria parte do pressuposto de que os habitantes de um determinado espaço necessitam de usar o espaço exterior da sua habitação para satisfazer as suas necessidades – ir à escola, às compras ou usufruir de serviços de saúde e de lazer. Esta necessidade é transversal ao sexo, à idade e ao estatuto socioeconómico. Assim sendo, Wood (1961) agrupou a existência de necessidades em cinco grandes grupos:

- i) Necessidade de exercício físico;
- ii) Necessidade de desfrutar do sol e do ar fresco;
- iii) Necessidade de sair da habitação e de estar no espaço envolvente;
- iv) Necessidade de ir a algum lugar para realizar atividades lúdicas ou de outro caráter;
- v) Necessidade de realizar um certo tipo de tarefas domésticas, tais como cortar relva, lavar o carro e colocar roupa a secar.

A realização de muitas das atividades implica o contacto com os vizinhos ou com outros habitantes da cidade, acabando por potenciar as dinâmicas sociais e o conhecimento dos elementos da vizinhança (Wood, 1961). O projeto construído/estabelecido para aquelas habitações deverá promover a construção do tecido social. Este deverá respeitar as diferenças ao mesmo tempo que promove e estimula o desenvolvimento de uma comunidade. Segundo Wood (1961), o *design* em prol da estrutura social tem como objetivo a criação de uma comunidade segura ao ponto dos pais não terem receio de deixar os seus filhos brincar na rua. Sugeriu, deste modo, a construção do espaço exterior à habitação tendo em consideração quatro princípios do seu *design* (Wood, 1961):

- i) Em prol da visibilidade – O projeto deverá considerar a necessidade do controlo visual exercido pela vizinhança. O *design* deverá exercer a função de minimizador de comportamentos indesejáveis e favorecer a criação de laços de vizinhança, permitindo o contacto com o espaço exterior a partir do interior da habitação;
- ii) Em prol do convívio – O espaço deverá prever a existência de espaços de usufruto comum (antecâmaras/*lobby* ou recintos) com capacidade para promover o convívio ou o simples vaguear (Figura 19 e Figura 20). Estes espaços são essenciais, em especial para jovens, por forma a inibir condutas indesejáveis. No entanto, a possibilidade de controlo visual não basta, pelo que é necessário que estes espaços sejam construídos com material antivandalismo;
- i) Que promova o surgimento de grupos informais de adultos, que poderão ser potenciados a partir da construção de equipamentos coletivos, tais como um campo de futebol, mesas de xadrez ou de damas, jogo da petanca ou da malha (Figura 19 - Imagem 2). No entanto, os espaços envolventes deverão ser dotados de mobiliário urbano, como bancos, que permita que os indivíduos assistam aos jogos. Segundo Wood (1961), os bancos são os principais elementos do *design* social;
- ii) A favor do controlo social que consiste no planeamento de espaços com a possibilidade de uma presença permanente de pessoas. A localização dos equipamentos e das infraestruturas deverão ser estratégicos e adequados aos vários grupos etários, de modo que os adultos exerçam a sua influência de persuasão sobre comportamentos indesejados dos jovens, ou de adultos insatisfeitos com o projeto (Figura 20 - Imagem 5);

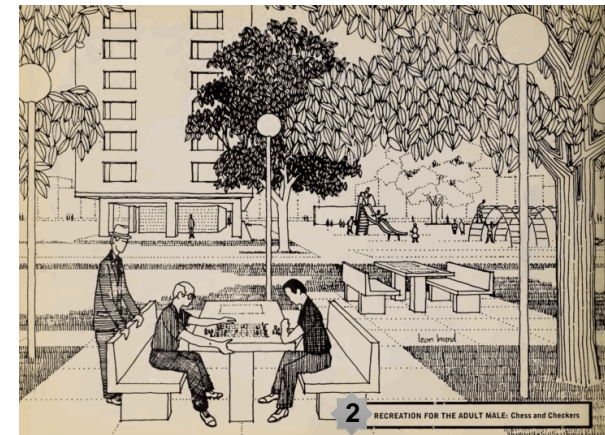
Torna-se necessária a colocação de parques infantis com uma área de estar envolvente para os adultos (Figura 19- Imagem 3), as entradas para os apartamentos que funcionam como *lobby*, receção ou locais de reunião e a dotação de mobiliário que promova a estadia na área (Figura 20 - Imagem 4). Wood (1961) foi visionária ao concentrar os projetos no bem-estar das famílias, mas em especial nos adolescentes. A existência de espaços recreativos adequados fomentam a existência de um melhor controlo (Colquhoun, 2004; Cozens, 2008; Sorensen *et al.*, 2008; Khalizah *et al.*, 2016; Gill *et al.*, 2017).

Figura 19- Projeto residencial de Elizabeth Wood (1961)



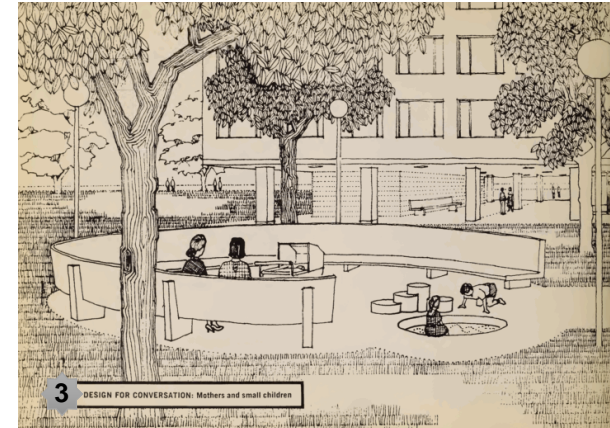
Design em prol do convívio

Fonte: Wood, 1961: 14/15.



Espaços de recreativo para o jogo de xadrez e de damas

Fonte: Wood. 1961: 16



Design em prol do convívio entre mães e crianças

Fonte: Wood, 1961: 26

Figura 20 - Projeto residencial de Elizabeth Wood (1961) (conclusão)

Design da portaria / lobby

A – Adolescentes assistem à movimentação existente

B – Mesa de xadrez para os tempos livres

C – À espera do carteiro ou do elevador

D – Porta do porteiro

E – Casa de banho para crianças

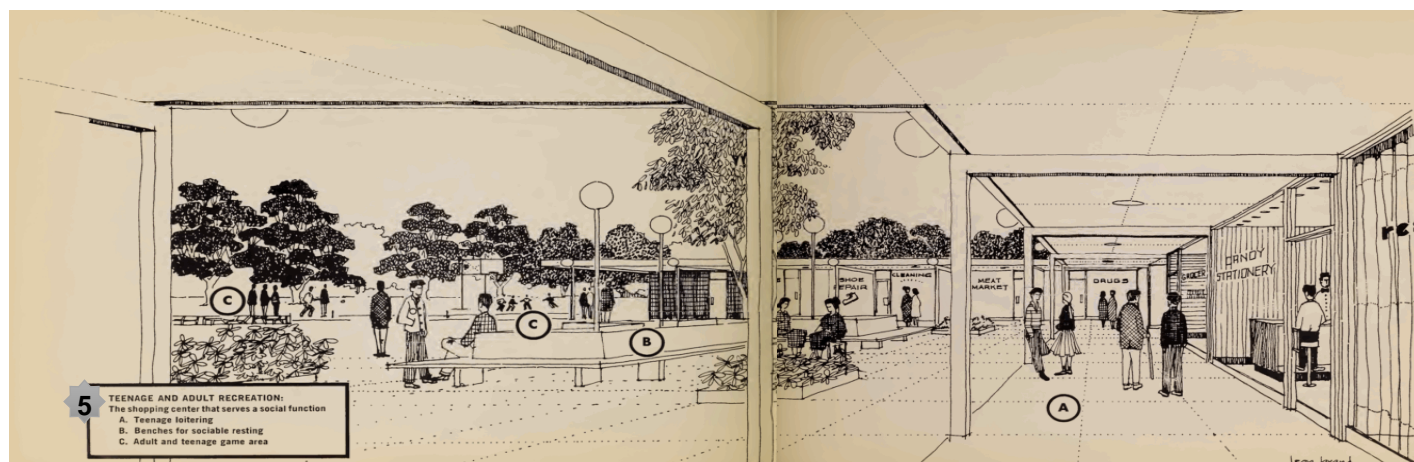


Espaço recreativo de adultos e adolescentes

A – Espaço de lazer dos adolescentes

B – Bancos para socializar

C – Área de jogos para adultos e adolescentes



Fonte: Wood, 1961a: 30/31

3.3.3. Os olhos direcionados para a rua - Jane Jacobs

Jane Jacobs foi uma urbanista norte-americana. A sua obra, que intitulou *The Life and Death of Great American Cities* (1961), propõe-nos uma visão diferenciadora entre o ser humano, a ocorrência do crime e o ambiente urbano (Cozens, 2008a; Rebecca Paynich, 2010). Jacobs (1961a, 1961b) defendeu a importância dos ecossistemas urbanos e os seus processos de desenvolvimento do foro físico, económico, social e cultural e quanto maior for a interdependência destas variáveis maior a probabilidade de existir uma revitalização e controlo (Tabela 12).

Tabela 12- Nota conceptual da obra *The Life and Death of Great American Cities* de Jane Jacobs (1961)

| Jornalista e Ativista | 1961 | <i>The Life and Death of Great American Cities</i> |
|---|------|--|
| Requisitos para o uso da rua em segurança: | | |
| I. Demarcação clara entre espaço público e privado; II. “Olhos na rua” (<i>Eyes upon the street</i>) – os moradores terão de tomar a postura de proprietários naturais da rua; III. “Olhos na rua” – quanto mais movimentada a rua for, mais olhos existirão para exercer a vigilância. | | |
| Áreas de vitalidade precisam de ter a sua ordem funcional estruturada. À medida que as cidades obtêm mais áreas desse tipo e menos áreas cinzas ou escuras, aumentam quer a necessidade quer as oportunidades de esclarecimento dessa ordem. (Jacobs, 1961). | | |

Fonte: Adaptado de Jacobs (1961a).

O problema de segurança dos espaços urbanos estão, segundo Jacobs (1961b), relacionados com o enfraquecimento dos mecanismos naturais de controlo exercidos pela comunidade. É possível a prevenção da criminalidade através da alteração do *design* urbano, tendo esta ideia influenciado o surgimento de várias correntes de pensamento e teorias como a da Prevenção Criminal Através do Espaço Construído (*Crime Prevention Through Environmental Design* - CPTED) onde se inclui a ideia de espaço defensivo e vigilância natural (Garofalo, 1981; Merry, 1981; Paynich, 2010; Neto & Vieira, 2014; Lee *et al.*, 2016; Hedayati *et al.*, 2016; Kondo *et al.*, 2018).

Na obra de Jacobs é possível observar a influência de Lynch (1960) e de Wood (1961) na construção da sua teoria de uso do espaço público. Segundo a autora, para que as ruas da cidade sejam seguras terão de cumprir três requisitos fundamentais:

Demarcação clara entre espaço público e privado – Jacobs (1961a) mostra-se contra a construção de espaços artificiais, em especial os vocacionados para crianças. A construção de pátios interiores não é a solução para combater o sentimento de insegurança que se tem sobre a rua. A rua tem de ter a capacidade de se manter segura para o usufruto de todos, sejam crianças ou sejam turistas. Para que a proteção seja feita é necessário que existam demarcações claras entre o espaço público e o privado, de modo a que a construção física seja clara, para que a vigilância natural flua de forma inata aquando das movimentações dos transeuntes. A observação a partir do espaço privado para o espaço público deverá permitir uma fácil observação do espaço público. Esta etapa estabelecida como sendo um requisito indispensável à construção de ruas seguras, está alicerçada numa visão claramente norte-americana da construção organizacional do espaço. Todavia, é de ressaltar que, apesar desta visão focada numa realidade, o certo é que já anteriormente Lynch (1960) invocava a importância de uma cidade organizada com demarcação clara dos espaços, e Jacobs percebendo a importância deste requisito trabalhando-o e transpondo-o para a sua obra.

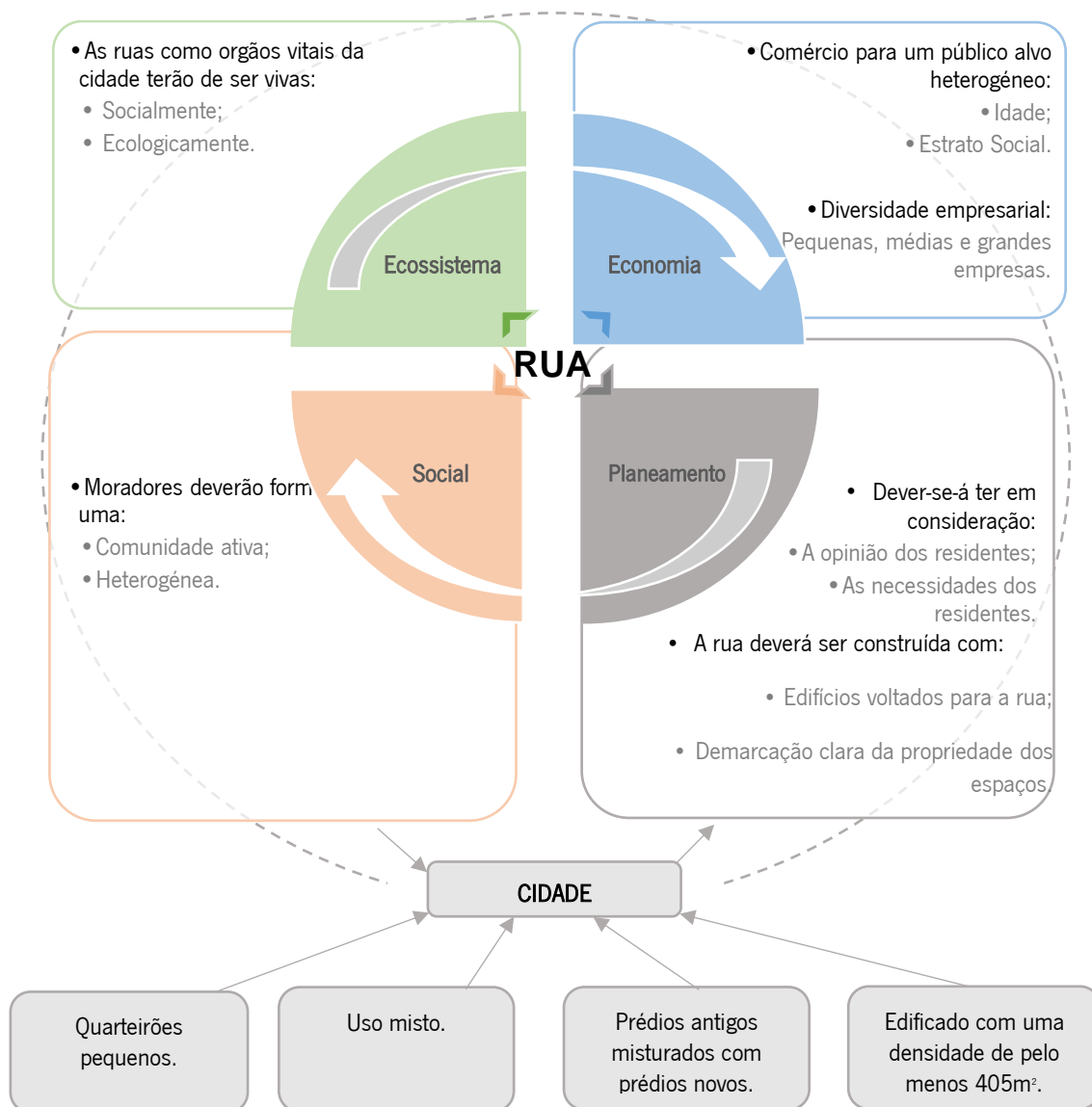
- I. “Olhos em direção à rua” – A manutenção da paz e segurança das ruas de uma cidade não se estabelece exclusivamente através da intervenção da polícia. A paz pública alicerça-se a partir de uma rede de habitantes que de forma inconsciente e voluntária estabelece o controlo. No cerne deste pressuposto está a ideia de Jacobs de manter os olhos voltados para o que se passa na rua (Jacobs, 1961a). Os residentes de um determinado bairro, junto de uma determinada rua deverão ser os “naturais proprietários” da mesma, ou seja, mantendo a proteção sobre o que se passa no espaço. Tal pressuposto traduziu-se na construção do conceito de ‘Vigilância Natural’ e de ‘Espaço Defensivo’, que passaram a ser conceitos amplamente explorados por Ray Jeffery, (1971) e por Newman (1972) (Heitor, 2007; Machado & Neves, 2011; Cozens & Love, 2015).
- II. “Olhos na rua” - as ruas da cidade para serem seguras terão de ter a capacidade de manter a atividade e a atratividade, motivos para a existência de uma circulação constante de pessoas “anónimas”, de modo a permitir a existência de um ativo de segurança. Uma rua de uma cidade dinâmica e “bem-usada”, por si só, é apta para ser uma rua segura. A solução para trazer pessoas para as ruas está no que as ruas podem oferecer, sendo que as lojas, os bares e os restaurantes são os principais impulsionadores do movimento ao longo do dia. Se tivermos uma variedade de lojas e serviços distribuídos pela cidade em contacto com a rua criamos condições para os cidadãos circularem na cidade. Segundo Jacobs (1961a), a existência destes estabelecimentos promove a segurança, devido ao facto de:

- i) Levar as pessoas à rua;
- ii) Ter a capacidade de concentrar pessoas ao longo das ruas ou praças, mesmo que funcionem como meros corredores para alcançar um destino final;
- iii) Os lojistas são defensores da paz e da ordem pública, porque pretendem manter os clientes satisfeitos e sem receio de frequentar o estabelecimento. Para além, de serem observadores permanentes da rua, são naturais guardiões;
- iv) A atividade gerada pelo frenesim das pessoas que fazem as suas deslocações e compras é motivo de atração para outras pessoas.

Na década de 1960, os elevados níveis de atividade que ocorriam nas cidades Europeias eram vistos pelos urbanistas americanos como um modelo a seguir. Para a segurança das ruas era necessária a existência de confiança e de reconhecimento (Jacobs, 1961a, 1961b). Estes atingem-se quando os cidadãos vão reconhecendo os rostos dos habitantes daquela comunidade, devido aos pequenos contactos visuais estabelecidos na rua ao longo do tempo. Quando os estranhos já não são assim tão estranhos poderá fomentar nos cidadãos a responsabilidade social de apoio ao combate à criminalidade e proteção de um estranho. Esta visão quase utópica das relações sociais surgia como reação aos níveis de impessoalidade apontados às vivências urbanas americanas, sendo entendidos com um fator promotor da criminalidade (Linden, 2007).

Segundo Jacobs (1961a) é possível construir um modelo de cidade, onde a rua se assume como um elemento base, para que esta se mantenha viva e saudável (Figura 21). Para atingir o equilíbrio, uma cidade deveria alicerçar-se em pequenos blocos de uso misto com um intercalar entre edifícios antigos e modernos de pelo menos 405 m² (Jacobs, 1961b; Knox & Pinch, 2010). Tendo a cidade uma estrutura equilibrada, a rua, por sua vez, deverá cumprir os requisitos da dimensão económica, social, de ecossistema e de planeamento. A rua tem de ser projetada segundo a opinião e necessidade dos residentes, tendo por base os requisitos físicos do edificado: i) edifícios voltados para a rua; ii) demarcação clara entre espaços públicos e privados. Na dimensão social a comunidade é um elemento fundamental para que a manutenção da segurança se mantenha, quer pela sua heterogeneidade quer pela sua atividade. Simultaneamente, a rua também deverá ter a capacidade de gerar uma economia local promotora de emprego e ao mesmo tempo de atividade. O recurso à diversidade da tipologia do comércio com diferentes usos e público-alvo favorecerá a circulação. A promoção da socialização estabelece-se dentro desta simbiose entre a dimensão física e humana.

Figura 21 – Modelo de um ideal de cidade



Fonte: Elaboração própria com base em Jacobs (1961a) e Knox & Pinch (2010).

O pioneirismo de Jacobs ultrapassou as esferas académicas e trouxe para o debate público a importância do planeamento. Foi apontada como uma das poucas investigadoras que conseguiu verter as suas ideias para fora da comunidade académica, influenciando cidadãos, políticos e planeadores (Knox & Pinch, 2010). Temas como o capital social (Coleman, 2000), vigilância natural (Geason & Wilson, 2013) e espaço defensivo (Mawby, 1977) foram lançados por Jacobs (Jacobs, 1961a) e posteriormente trabalhados e aprofundados por outros autores.

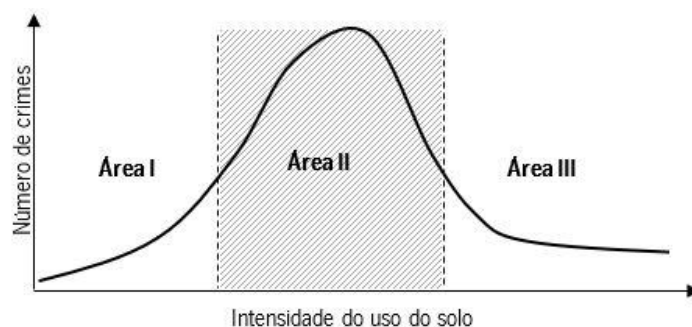
3.3.4. Densidade e a intensidade de crimes - Shlomo Angel

No final da década de 1960, o norte-americano Shlomo Angel apresentou a sua tese de doutoramento sobre a temática *Discouraging crime through city planning*. A sua investigação debruçou-se sobre a criminalidade de rua em Oakland na Califórnia, concentrando-se nos efeitos do ambiente físico sobre o comportamento humano. Nesta investigação Angel defendeu que o ambiente físico exerce uma influência direta sobre a forma como o crime ocorre, e como fator preponderante temos a vigilância, quer seja exercida pelos cidadãos quer pela polícia (Cillis *et al.*, 2015).

A investigação realizada, tal como a de Elizabeth Wood (1961), procurou comprovar que é possível orientar o ambiente urbano e o comportamento humano em prol da diminuição do número de crimes (Paynich, 2010).

Segundo Linden (2007), Angel foi dos primeiros a alicerçar as bases para o atual termo Prevenção Criminal Através do Espaço Construído (CPTED) com a introdução do conceito *Environmental Prevention*, onde alia as formas físicas do ambiente construído ao tipo de crime. Na sua tese de doutoramento aprimorou algumas das afirmações de Jacobs, relativamente à importância da comunidade bem como na forma como o edificado deverá ser localizado, e introduz o conceito de crime em função da intensidade do uso do solo (Figura 22) (Linden, 2007; Machado & Neves, 2011).

Figura 22 – Número de crimes em função da intensidade do uso do solo



Fonte: Adaptado de Angel (1968:16).

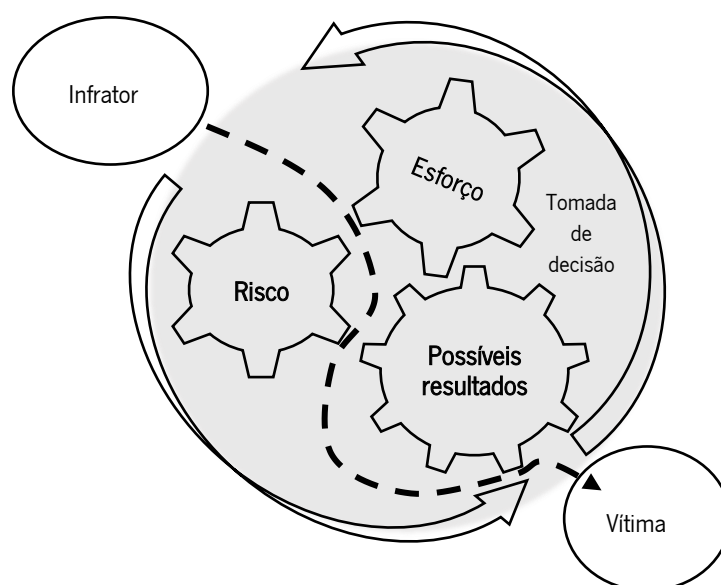
No que diz respeito ao uso do solo, um reduzido número de indivíduos resulta numa diminuição de possíveis alvos, podendo culminar em níveis de criminalidade mais baixos, isto porque a oportunidade é bastante limitada para possíveis infratores (Área I). A evolução dá-se à medida que a intensidade do uso do solo aumenta (Área II), criando um aumento significativo de

potenciais vítimas que atraem infratores. Mesmo existindo um correto funcionamento da vigilância natural, o número de guardiões é insuficiente, não permitindo a existência do mecanismo de desencorajamento (conceito de Jacobs dos “olhos na rua”).

Ao estabelecer-se esta ligação, entre níveis de atividade e a densidade populacional, o perigo de crime só ocorre quando se atinge um nível de intensidade associado a um determinado espaço/momento em que existe um número baixo de pessoas, mas, estas compõem uma densidade suficiente para conter vítimas e infratores. Esta é considerada a área de intensidade crítica e de maior ocorrência de crimes. Quando existe um elevado nível de atividade a prática do crime torna-se menos provável para o infrator pelo elevado número de guardiões. A inibição da prática do crime ocorre facilmente dentro da área I e II (Bennet, 1989; Cozens *et al.*, 2005; Cozens, 2008a; Andresen, 2010; Cillis *et al.*, 2015; Armitage, 2018).

O modelo construído revela a existência de uma relação entre os níveis de criminalidade, as áreas urbanas e as oportunidades geradas para os infratores. Não obstante, para que estes elementos se cruzem, é necessária uma tomada de decisão por parte do infrator e esta é fortemente influenciada por três variáveis (Angel, 1968): i) risco; ii) esforço; iii) ganhos que podem ser adquiridos (Figura 23). O tipo de crimes identificados por Angel (1968) está associado à existência da oportunidade por parte do infrator.

Figura 23 – Processo de tomada de decisão para a ocorrência do crime



Fonte: Baseado em Kamalipour, Faizi, & Memarian (2014) e adaptado de Angel (1968).

De acordo com Angel (1968) podem ser utilizadas algumas medidas dissuasoras à prática de crimes:

- I) Patrulha – A existência de polícia nas ruas pode ser uma medida de dissuasão, mas é necessário ter em consideração que a eficácia das forças de segurança é limitada devido ao constrangimento efetivo/espço; não é possível a presença permanente do efetivo policial;
- II) Consciencialização – A comunidade precisa de adquirir uma atitude ativa de identificação de potenciais atividades suspeitas e ser proativa.

3.3.5. Prevenção e controlo do crime através do ambiente edificado - Ray Jeffery

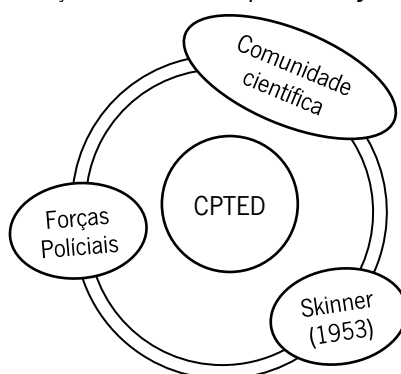
Ray Jeffery (1969) publicou o artigo *Crime Prevention and Control Through Environmental Engineering*, que representou a epígrafe da criação do conceito “Prevenção do Crime Através do Design Ambiental (*Crime Prevention Through Environmental Design*), que surgiu no seu livro em 1971 com o mesmo título (Cillis *et al.*, 2015). Segundo Jeffery (2001), a obra chama a atenção para a necessidade de estudar o crime dentro do contexto de uma das ciências, a Ecologia, mas também de forma interdisciplinar. O seu estudo estruturou de forma mais organizada as ideias até então trabalhadas por vários autores na prevenção do crime com recurso à alteração do *design* da malha urbana (Cozens, 2008a).

O modelo desenvolvido de prevenção de crime através do *design* urbano, reconhecido pelo acrónimo CPTED, corresponde à compilação de um vasto leque de ideias, do foro social, biológico e urbano. Skinner (1953) foi o investigador que mais moldou o pensamento de Jeffery na construção do modelo CPTED. Skinner contruiu uma série de modelos de condicionamentos operantes que destacavam que o comportamento de um indivíduo é inibido pelo receio, que este possa ter, das possíveis consequências. Com isto Jeffery acreditava ter encontrado a chave para inibir ou até mesmo controlar a criminalidade. A solução passaria pelo uso do *design* dos espaços urbanos tendo por base a implementação de políticas públicas preventivas de comportamentos criminosos.

Segundo a sua perspetiva um ato criminoso só ocorre porque existem oportunidades, sendo que o determinismo situacional é determinante para a existência da transgressão (Wortley & Mazerolle, 2008). Segundo Jeffery (2001) o cérebro humano é o órgão da determinação comportamental, e como tal, quando um indivíduo está em interação com o ambiente físico

estabelece uma conectividade entre indivíduo-comportamento-ambiente construído. Se o comportamento for “controlado” em função da observação e interação com o ambiente físico poderá controlar-se a criminalidade. Para Jeffery não se podem estudar estratégias de prevenção de crime de forma separada do indivíduo e do ambiente físico. A outra componente estrutural dos alicerces do CPTED foi o contributo das forças policiais (Figura 24).

Figura 24 - Fontes de informação assimiladas por Jeffery na construção do modelo CPTED



Fonte: Elaboração própria.

Nos anos de 1950 a polícia britânica envolveu-se num projeto de prevenção da criminalidade tendo os pressupostos da manipulação ambiental (Cozens, 2008a). Até então não existia prevenção. Apenas eram aplicadas medidas após a ocorrência dos crimes, com a imposição de medidas de segurança que punia os comportamentos indesejados proibindo-os através de diretrizes que tinham por base a imposição do medo. O conceito de CPTED procurou resolver o problema subjacente à criminalidade, sem colocar de parte as medidas de controlo tradicionais. O CPTED centra-se na tentativa de moldar os comportamentos, ao identificar os problemas através de mudanças no ambiente físico, promovendo assim comportamentos positivos.

Jeffery (1971; 2001) afirma que até então os Sociólogos descuravam da análise das causas do crimes fatores biológicos e ambientais, que para o Criminologista são determinantes para perceber os números do crime (Cozens, 2008a).

3.3.6. Espaço defensivo - Oscar Newman

Decorria a década de 1960, quando Newman exercia o cargo de professor na Universidade de Washington. No mesmo período decorreria em St. Louis a construção e declínio do bairro de *Pruitt-Igoe*. Este foi construído para habitação social com 11 andares e 2.740 blocos, tendo sido demolidos dez anos depois. Tal deveu-se ao facto de se terem acumulados diversos problemas,

tais como a acumulação indiscriminada de resíduos sólidos no interior e exterior dos apartamentos ou a destruição e vandalização dos espaços de usufruto comum. Este galopar de desordem causou instabilidade e o sentimento de insegurança junto da comunidade. A estrutura e as dinâmicas deste espaço foram projetadas com base nos princípios de *Le Corbusier* e do Congresso Internacional de Arquitetos, mas ao fim de dez anos foi possível perceber que o projeto falhou e que a comunidade residente não excedeu os 60% da ocupação (Newman, 1996; Cozens, 2008b, 2008a, 2008c).

A observação destes blocos habitacionais, bem como o caso dos 133 complexos habitacionais públicos estudados em Nova Iorque permitiu a Newman concluir que a taxa de criminalidade registada nos edifícios até ao terceiro andar é relativamente baixa, mas que se os prédios tiverem mais de seis andares, a taxa de criminalidade sobe de forma significativa. A sugestão de Newman seria que os apartamentos com elevado número de andares apenas deveriam funcionar para famílias com poder económico mais elevado e com a condição de terem um número baixo de filhos, visto que este tipo de projetos necessita de dispositivos de segurança e de um porteiro vinte e quatro horas por dia, o que requer um custo acrescentado (Colquhoun, 2004).

No livro *Defensible Space*, publicado em (Newman, 1972a), Newman trouxe uma alternativa ao pensamento até então vigente dos projetos e construção habitacional. As soluções arquitetónicas apresentadas iam desde a escala de planeamento micro até à escala meso.

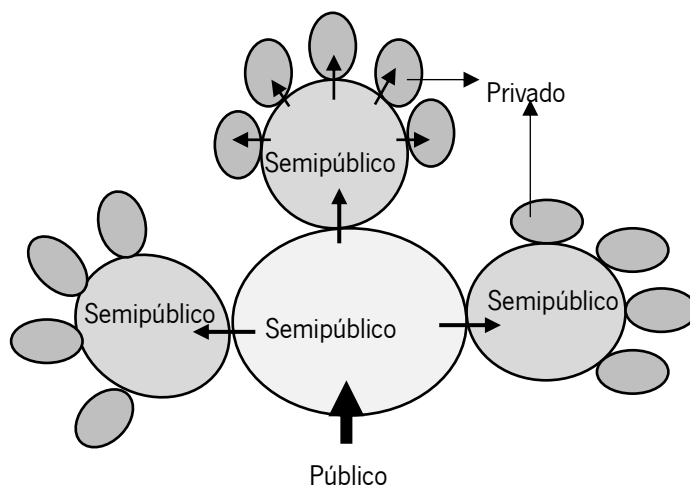
O conceito de espaço defensivo apresenta e agrupa ideias desenvolvidas por outros autores (*e.g.* Jacobs, 1961a, 1961b, 1969; Wood, 1961; Felson, 1995; Cozens & Love, 2015). A comunidade e os moradores em particular devem assumir a responsabilidade de vigiar e manter a segurança. Como tal, os espaços quer sejam públicos, semipúblicos ou privados deverão ter as suas fronteiras claramente definidas (

A estratificação dos espaços deverá gerar junto dos proprietários ou zeladores o sentimento de propriedade e pertença, de modo a garantir a manutenção, a proteção e o zelo dos espaços.

Figura 25). Espaços públicos, como ruas, deverão ter um limite claro em relação aos espaços semipúblicos, como os jardins que antecedem uma habitação. Nos espaços exteriores deverão ser usadas barreiras reais ou de cariz simbólico, de forma a demarcar os espaços. As áreas residenciais poderão ser divididas, usando a figura dos condomínios, por forma a poderem existir áreas partilhadas com gestão igualmente partilhada.

A estratificação dos espaços deverá gerar junto dos proprietários ou zeladores o sentimento de propriedade e pertença, de modo a garantir a manutenção, a proteção e o zelo dos espaços.

Figura 25 - Diagrama de espaços claramente alocados e discretamente defendíveis para vários residentes e/ou pequenos grupos de residentes



Fonte: Adaptado de Newman, 1972a.

A demarcação da transição das áreas é fundamental para:

- Que os espaços tanto fora como dentro das áreas residenciais devam, sempre que possível, estar sob controlo ou influência dos residentes (áreas privadas ou semiprivadas);
- Que os espaços exteriores, como ruas ou caminhos, devam ser apreendidos como espaços privados e semiprivados. As cercas, paredes ou portões deverão marcar a territorialidade;
- Que nos blocos residenciais, as escadas comuns sejam espaços adjacentes às habitações e deste modo os moradores interajam e reconheçam indivíduos estranhos;

A segunda variável da teoria é a Vigilância. Os residentes deverão ser capazes de avaliar o que está a acontecer dentro e fora dos prédios e habitações. Para tal, as janelas deverão ser voltadas, não só para o espaço interior da área de residência, mas também para o exterior, quer sejam espaços semipúblicos ou públicos. As entradas dos edifícios deverão estar de frente para a rua, para que os transeuntes ou condutores possam exercer a natural vigilância. Nos edifícios em altura as áreas comuns, como escadas ou elevadores, devem ser visíveis da rua (espaço público).

A Imagem Construída deve ser entendida como o impacto visual causado aquando do primeiro olhar sobre o objeto, quer seja ele um apartamento ou habitação individual. Esta característica está fortemente associada aos projetos urbanísticos como são as habitações sociais.

Os apartamentos dedicados a esta função deverão ser construídos com materiais de qualidade e com um bom projeto arquitetónico. Desta forma poderão ser evitados estigmas em relação a apartamentos, que com o tempo e o decorrer dos anos a imagem de degradação afeta toda a área envolvente ao edifício. Para tal é necessário:

- Evitar a padronização dos *layouts* habitacionais;
- Projetos a larga escala, onde existem muitas ruas sem saída;
- Evitar o alojamento de pessoas de baixos rendimentos em espaços exclusivamente construídos com essa função. Esta agregação torna-os mais vulneráveis ao estigma e à marginalização social;
- Os materiais utilizados para o mobiliário urbano interior dos apartamentos e de usufruto comum deverão ser de qualidade e atraentes.

O quarto e último elemento da lista das variáveis a ter em consideração para a obtenção de um espaço defensivo é o uso misto de áreas residenciais e de comércio ou serviços. A segurança das áreas residenciais é particularmente influenciada pelo tipo de serviços oferecidos à sua volta. A promoção de um uso misto dos espaços é o ideal. As áreas residenciais deverão estar integradas com os espaços comerciais e de serviços sociais. Os parques de estacionamento e parques infantis deverão estar próximos das áreas residenciais de forma a facilitar a natural vigilância ao longo de todo o dia.

No modelo de espaço defensível, o ambiente construído afeta o comportamento dos infratores de modo indireto. O *design* dos edifícios e espaços envolventes deverá ser moldado de modo a garantir a proteção de quem usufrui daquelas áreas (Cozens, 2008a).

3.3.7. “Padrões ecológicos do crime” - Keith Harries

Keith Harries é um dos Geógrafos que na década de 1970 estabeleceu a ligação entre a Ecologia e o crime. Segundo Andresen (2010), a primeira análise estatística multivariada da Ecologia do Crime foi publicada por Gerald Pyle – *Spatial Dynamics of crime* (Dinâmica espacial do crime). Apesar de não trazer nada de novo quando à escala de análise espacial, conseguiu avançar quanto à metodologia utilizada na análise dos padrões da criminalidade.

Já Harries na sua obra *Geography of Crime and Justice. Intraurban Crime Patterns* (Geografia do Crime e da Justiça - Padrões de Crimes Intraurbanos) fornece uma análise particularmente útil para o avanço da literatura da ecologia criminal do século XX.

O autor separa a sua análise entre ambiente macro e micro, em que os microambientes dizem respeito a todos os espaços internos da área urbana e os microambientes que são análises de locais específicos onde ocorrem os eventos de crime (Andresen, 2010). O contributo de Harries não foi apenas teórico, pois com o advento dos computadores, gerar mapas de crime tornou-se um grande feito. Na obra *Mapping Crime: Principle and Practice* (Mapeamento do Crime: Princípio e Prática) (1999b), Harries explicita todo o trabalho necessário para o mapeamento (Chamard, 2006).

Harries (1999b) refere que os dados sobre o crime por si só raramente fornecem informações suficientes para uma compreensão adequada dos problemas da criminalidade. Só ligando os dados dos eventos criminais, aos censos das áreas em estudo, poderemos ter pistas das tendências subjacentes ao crime efetuado. Uma análise cruzada de multivariáveis gera informação útil para as forças de segurança e para os investigadores. E como tal, os Sistemas de Informação Geográfica (S.I.G.) possuem as ferramentas ideais para a análise espacial. O cruzamento de dados espaciais dos eventos criminais com os censos e a localização dos espaços noturnos, rotas de autocarros, paragens de transportes públicos, o uso dos solos a rede viárias, *etc.*, torna a informação extremamente relevante para a tomada de decisão (Harries, 1999).

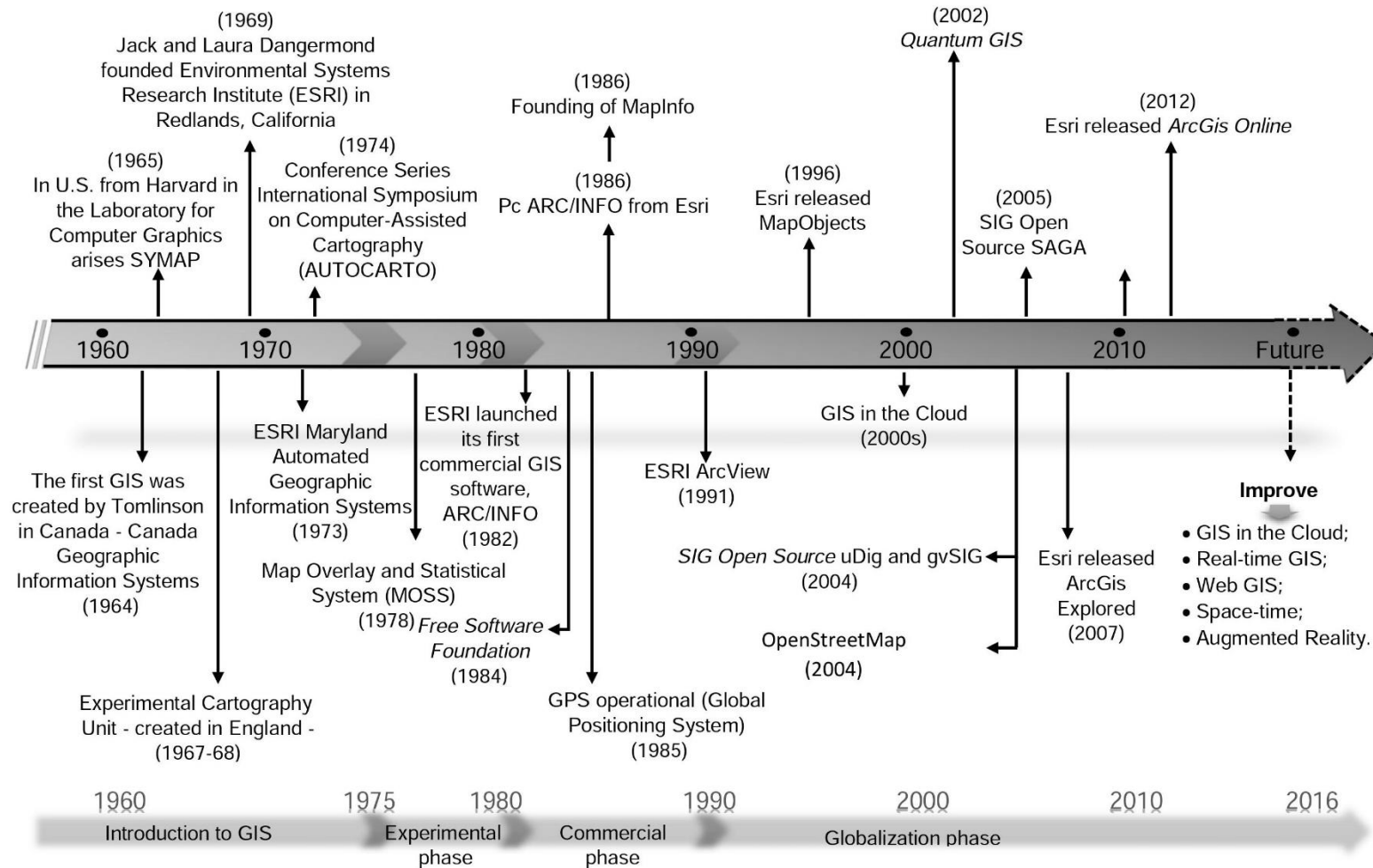
3.3.7.1. Evolução dos Sistemas de Informação Geográfica

Os Sistemas de Informação Geográfica (S.I.G.) são o advento de uma nova etapa da cartografia. A evolução deste tipo de sistema é relativamente recente, datando de meados dos anos de 1960. A partir de então, esta ferramenta tornou-se uma mais valia para a avaliação e monitorização da criminalidade. São várias as pessoas, empresas e entidades governamentais que foram dando o seu contributo para um aperfeiçoamento dos sistemas operativos e bases de dados integradas.

Numa fase inicial (1960/1970), a tecnologia em *Computer Aided Design* (Projeto Assistido por Computador) (C.A.D.) assumiu-se como uma evolução computadorizada da cartografia existente à época, utilizada para o desenho de mapas. Nesta fase inicial o sistema existente era orientado para projetos. Na fase mais recente, que permanece desde os anos de 1990 existe já uma considerável biblioteca digital geográfica de possível acesso através da *Web*. Os sistemas preveem um interface direto entre a sociedade, as instituições e os sistemas operativos.

Durante a década de 1980 assistiu-se a um desenvolvimento galopante dos Sistemas de Informação Geográfica (Remoaldo *et al.*, 2017) (Figura 26).

Figura 26 - Sistematização cronológica da evolução dos Sistemas de Informação Geográfica



Fonte: Remoaldo *et al.* (2017: 3462).

O cronograma representado na Figura 26 esquematiza e compila a história dos S.I.G., segundo a sua relevância e contributo na evolução deste sistema de informação. O processo evolutivo foi passando por várias fases que acarretaram várias limitações associadas. Os problemas iniciais estavam relacionados com a ausência e limitação das bases de dados, e com limitações nos cálculos dos dados em análise. A corrente evolutiva associada à expansão comercial competitiva dos vários sistemas operativos que foram sendo lançados procurava a cada passo responder com mais eficácia e qualidade às necessidades dos seus clientes. Nos anos de 1980, segundo Longley *et al.* (2005), os sistemas existentes resolviam os problemas a 80% dos clientes a uma velocidade 80% mais elevada do que na fase inicial.

A operacionalidade do *Global Positioning System* (Sistema de Posicionamento Global) (G.P.S.) permitiu, em 1985, um avanço tecnológico exponencial, passando a ser possível para os S.I.G. uma maior pormenorização e viabilidade dos dados para navegação, topografia e mapeamento (Longley *et al.*, 2005).

Com o escalar do desenvolvimento das tecnologias de informação os S.I.G. passaram a ter um leque mais vasto de possíveis fontes de informação. Passou a ser possível pormenorizar cada vez mais o conhecimento sobre o território e as comunidades. Os S.I.G. passaram a ser considerados como ferramenta de trabalho no diagnóstico e na projeção de soluções de problemas sociais, económicos, ambientais, *etc.* Para o Geógrafo Stan Openshaw (citado por Longley *et al.*, 2005) o interface promovido pelos S.I.G. na resolução de problemas sociais através da aplicação de técnicas de computação traduzida em informação espacial, designa-se por *geocomputation*. A geocomputorização é a designação da necessidade humana em conhecer através dos sistemas de informação as dinâmicas que ocorrem no território. Ela permite traduzir os números em localizações espaciais, facilitando a leitura das causas associadas aos problemas, e facilitando a identificação de padrões ou a projeção de tendências. No contexto da prevenção da criminalidade, os S.I.G. deram uma ajuda fundamental ao permitir verter os dados estatísticos para a definição de padrões territoriais de incidência de crimes.

O Instituto Nacional de Estatística americano financia um vasto leque de ferramentas *software* gratuitas ou de baixo custo para a investigação da criminalidade (Tabela 13).

Tabela 13- *Software* e ferramentas *online* utilizadas para o mapeamento e análise da criminalidade nos E.U.A.

| Título | Descrição |
|--|---|
| <i>School Crime Operations Package</i> | <i>School Crime Operations Package</i> é um <i>software</i> que permite mapear crimes que ocorreram dentro e em torno das escolas. |
| <i>Crimelinkage</i> (métodos estatísticos para crime series linkage) | O <i>software crimelinkage</i> é um conjunto de ferramentas com o objetivo de estabelecer ligações entre crime e criminosos. Dedicada especial destaque às ferramentas de relação criminoso-caso, identificação da criminalidade em série e <i>clustering</i> , e identificação do suspeito. |
| <i>Crimestat (4.1)</i> | <i>CrimeStat</i> é um programa estatístico usado especialmente pelos investigadores para analisar os locais dos incidentes de crimes e identificar os “pontos quentes” (<i>Hot Spots</i>). Este programa possibilita a análise dos “pontos quentes” de crimes associando a informação em mapa. Permite analisar a concentração de crimes em grandes áreas e perceber o comportamento do infrator ao longo do tempo, bem como, identificar a residência de um ofensor e efetuar rotas de estudo para perseguições em elevada velocidade. |
| <i>Acs Alchemist</i> | <i>Acs alchemist</i> é uma ferramenta de acesso livre que permite a extração até 100 variáveis da <i>American Community Survey</i> . Os dados podem ser extraídos para visualização em mapas ou para uso em análise espacial de modelagem. |
| <i>Urban Crime Simulator</i> | <i>Urban Crime Simulator</i> permite o estudo de bairros urbanos tendo por base a ferramenta <i>neighborhood characteristics</i> . O <i>software</i> usa os <i>clusters</i> resultantes desta ferramenta para calcular as variações e taxas de criminalidade. |
| <i>Near-Repeat Calculator</i> | <i>Near-Repeat Calculator</i> , usa os dados para descobrir padrões de repetições de roubo, calcula o risco de eventos repetidos com os dados de criminalidade. O programa calcula o fenómeno da repetição por aproximação. Se um indivíduo é vítima de roubo a probabilidade de existir o mesmo tipo de crime num período e distância é maior. |
| <i>Geographic Profiler</i> | <i>Geographic Profiler</i> permite aos utilizadores perceber as características geográficas que afetam a escolha do local do crime e a escolha do ponto de permanência de um delinquente. |
| <i>Spider Crime Series Analysis Software</i> | <i>SPIDER</i> é um programa de estatística, especialmente desenhado para a análise da ligação entre os locais e o tipo de crimes associados. |
| <i>Python Spatial Analysis Library (PySAL)</i> | <i>PySAL</i> é uma biblioteca com múltiplas funções de análise espacial escritos em <i>Python</i> (linguagem de programação). Destina-se a apoiar o desenvolvimento de aplicações para análise espacial. |
| <i>OpenGeoDa</i> | <i>OpenGeoDa</i> é uma coleção de ferramentas de <i>software</i> destinadas a aplicar técnicas de análise exploratória de dados espaciais em <i>lattice data</i> (análise a nível de região). Destina-se a fornecer uma análise descritiva de dados espaciais, como estatísticas de auto correlação e indicadores de <i>spatial outliers</i> . |
| <i>GeoDaSpace</i> | <i>GeoDaSpace</i> executa a análise espacial de crimes em modelagem avançada. |
| <i>GeoDaNet</i> | <i>GeoDaNet</i> é um <i>software</i> de análise espacial de pontos em redes sem direção. |

Fonte: Adaptado de National Institute of Justice (EUA) - <http://www.nij.gov/topics/technology/pages/software-tools.aspx#maps> (consultado a 22 de outubro de 2015).

Este tipo de ferramentas permite ir de encontro às mais diversas necessidades de análise. Permitem a aquisição de conhecimento e facilitam a visualização da evolução do crime.

A mais-valia deste sistema, que pode ser dinamizado em tempo real, é o de potenciar a existência de uma melhor e mais eficaz utilização das sinergias no combate à criminalidade.

Em Portugal as iniciativas do mercado dos S.I.G. tiveram início a partir de 1985, destacando-se as companhias de serviços como a Energias de Portugal (E.D.P.) e a Telefones de Lisboa e Porto (T.L.P.) e em algumas câmaras municipais. Em 1986, foi criado o Centro Nacional de Informação Geográfica, composto por sete Comissões de Coordenação Regional. Este tinha por objetivo criar um Sistema Nacional de Informação Geográfica (S.N.I.G.), cumprido em 1990. No ano de 1995 o sistema S.N.I.G. passou a distribuir a informação georreferenciada, gráfica e alfanumérica através da internet. A partir de então várias outras entidades públicas ou privadas passaram a fazer uso dos S.I.G. para potencializar, rentabilizar e otimizar o seu trabalho.

3.3.8. “Janelas partidas” - James Wilson & George Kelling

Nos Estados Unidos, bem como um pouco por toda a Europa a partir de meados de 1960, os distúrbios urbanos passaram a ser um grande problema. Os investigadores sociais foram explorando a questão da importância da ordem pública e o papel que as forças de segurança detinham nesta questão. Em meados da década de 1970 foi anunciada, no Estado de New Jersey, a criação do Programa de Vizinhança Segura e Limpa, que tinha como objetivo melhorar a qualidade de vida das comunidades de 28 cidades. Parte do dinheiro destinou-se a financiar as patrulhas dos elementos das forças policiais que faziam o serviço. O objetivo era diminuir o uso de viaturas e promover o contacto dos elementos das forças policiais com os cidadãos. No entanto, com o decorrer do tempo, foi possível perceber que os números da criminalidade não baixavam, mas que a comunidade se sentia mais segura (Kelling & Wilson, 1982; Cozens, 2008a)

James Wilson & George Kelling publicaram em 1982 o livro *Broken Windows: The Police and Neighbourhood Safety* onde explicam a importância da imagem na construção do sentimento de segurança

A principal questão que resulta do Programa de Vizinhança Segura e Limpa e como poderá um espaço urbano ser mais seguro quando não há decréscimo da taxa de criminalidade, pode ser explicado da seguinte forma (Kelling & Wilson, 1982):

1. A presença de elementos das forças policiais nas ruas com patrulhas a pé, eleva o sentimento de segurança e o nível de ordem pública. Os cidadãos têm particular receio

de serem vítimas de crime, em especial, de ataques súbitos e violentos. Todavia, existem outras fontes de medo que tendem a ser ignoradas quando se pensa em segurança. Por exemplo, o medo de ser incomodado por um certo tipo de pessoas desordeiras, que contribuem para o sentimento de instabilidade e/ou degradação social (e.g., adolescentes turbulentos, embriagados, toxicodependentes, mendigos e pedintes). A presença dos elementos das forças policiais permite garantir a ordem pública aumentando o sentimento de segurança e de proteção aos cidadãos (Kelling & Wilson, 1982; Hino *et al.*, 2016).

2. O nível de interação comunitária, a desordem e a criminalidade são variáveis que tendem a estar correlacionadas. E dentro desta lógica entra a Teoria das “Janelas partidas”. Os elementos do efetivo policial que fazem muitos serviços a pé e os psicólogos sociais acreditam que a existência de sinais exteriores de degradação do edificado tende a criar uma maior degradação nas áreas onde se insere, como o vandalismo. A partir de uma janela partida poderão, no final de algum tempo, as janelas de todo o edifício estarem vandalizadas, as paredes com *graffiti tags* e o “lixo” espalhado ao longo da rua. Trata-se de áreas urbanas onde existe uma elevada precariedade financeira, onde as famílias são destruídas e em que os filhos estão grande parte do tempo entregues à sua sorte e onde a permanência de indivíduos estranhos não é facilmente detetada. Estes espaços, em poucos anos ou até mesmo em alguns meses, poderão tornar-se em áreas degradadas e intimidantes (Kelling & Wilson, 1982). Quando os residentes sentem que a criminalidade está em ascensão o seu comportamento altera-se por reação ao sentimento de medo e insegurança e o usufruto do espaço passa a ser restrito e condicionado (Kelling & Wilson, 1982; Geason & Wilson, 2013; Cillis *et al.*, 2015; Kondo *et al.*, 2017).

A Teoria das “janelas partidas” descreve o comportamento da comunidade sob duas perspectivas. A primeira está correlacionada com a “espiral descendente”, ou seja, a falta de civismo leva à redução de presença na rua e os que transitam não têm coragem para intervir quando ocorre um delito, o que leva a crimes com uma gravidade cada vez maior. A segunda perspectiva é a “espiral ascendente”, em que a existência de uma imagem positiva/cuidada de determinados espaços com sinais de manutenção gera movimentos contra a criminalidade ou antissociais, e o desenvolvimento de uma imagem positiva poderá atenuar a ocorrência de crime (Ekblom, 2011). A eliminação dos sinais exteriores de negligência deverá ser a preocupação dos

responsáveis pela manutenção dos espaços públicos ou privados. Desta forma é possível minorar atos de vandalismo, que com o decorrer do tempo e da degradação atingem níveis de insegurança (Cisneros, 1995; Neves, 2012).

3.3.9. *Utopia on trial* - Alice Coleman

Alice Coleman da *Use Research Unit King's College* de Londres levou para o Reino Unido as ideias de Newman (Machado & Neves, 2011). No seu livro *Utopia on Trial: Vision and Reality in Planned Housing* (A utopia em julgamento: visão e realidade em habitações planeadas) (1985) lança a controvérsia no seio da comunidade científica da alegada falta de rigor científico da sua obra (Cozens & Love, 2015). Mas, as suas ideias foram bem-recebidas por Margaret Thatcher, primeira-ministra na época, que financiou com vários milhões de libras o *Design Improvement Controlled Experiment* (Experiência controlada para a melhoria do *design*) (DICE). Coleman estudou 4.099 blocos de apartamentos e duplex no *London Boroughs of Southwark* e *Tower Hamlets*. Este estudo permitiu padronizar 16 características do *design* que se poderão agrupar em quatro grandes grupos:

Grupo I – **Tamanho**: 1º Residência em Bloco; 2º Moradias por entrada; 3º Número de andares; 4º Apartamentos ou duplex.

O número de residentes que partilham o bloco é uma característica fundamental. Quanto mais habitantes, maior será o anonimato entre vizinhos. Assim sendo, Coleman acredita que, para que exista um correto usufruto dos apartamentos deverá existir no máximo 12 blocos e o número máximo de moradias com a mesma entrada deverão ser 6 e com o ideal de 3 andares (Coleman, 1985; Colquhoun, 2004).

Grupo II – **Circulação**: 5º Passagens aéreas; 6º conexão de saída; 7º Ligação a elevadores e escadas; 8º habitações em banda.

Quanto mais facilidades existem em circular dentro e entre os apartamentos ou moradias maior é o número de entradas e de fugas dos criminosos, com passagens aéreas, elevadores ou escadas de ligação ou longos corredores que facilitam as rotas de fuga (Coleman, 1985; Colquhoun, 2004).

Grupo III – **Entradas**: 9º Tipo de entrada; 10º Posição da entrada; 11º Portas ou aberturas; 12º Garagens.

A entrada de um apartamento é o local pelo qual todos os residentes deveram passar. Assim sendo, deverá ser acolhedora e cuidada, mas que ao mesmo tempo impeça a intrusão de estranhos (Coleman, 1985; Colquhoun, 2004).

Grupo IV – **Motivos:** 13º Blocos por área de construção; 14º Pontos de acesso ao terreno; 15º Áreas de lazer; 16º Organização espacial (Coleman, 1985; Colquhoun, 2004).

A forma como a organização do espaço é concebida tem, segundo Coleman, grande influência nos níveis de degradação social. Se os residentes das habitações individuais ou pequenos blocos são desconhecidos, a vigilância natural torna-se um processo difícil (Coleman, 1985; Colquhoun, 2004).

Para além de todas as variáveis físicas do edificado, Coleman estudou variáveis sociais e sociodemográficas incluindo a pobreza, o desemprego, os familiares, a migração e a presença ou ausência do controlo formal. A sua principal conclusão foi de que nenhum dos fatores estudados explicam por si só de forma clara o sentimento de insegurança. Excetua-se a variável do número de jovens, já que os locais onde estes são em grande número a probabilidade de causar distúrbios e desordem é maior (Crowe & Fennelly, 2013).

3.3.10. Dimensão do espaço - Timothy Crowe

Desde Kevin Lynch (1960), Elizabeth Wood (1961), Jane Jacobs (1961a, 1961b), Shlomo Angel (1968) ou Ray Jaffery (1969) nos anos de 1960 que o espaço urbano foi estudado com a perspetiva de que este pode ser influenciado e manipulado de modo a inibir comportamentos indesejados, sendo possível exercer o controlo social. O termo CPTED (*Crime Prevention Through Environmental Design* - Prevenção Criminal Através do Espaço Construído) surgiu com Jeffery (1969), mas a construção deste modelo foi evoluindo graças ao contributo de vários investigadores. Nos anos de 1990, Timothy Crowe (2000) publicou *Crime Prevention Through Environmental Design: Applications of Architectural Design and Space Management Concepts* (Prevenção do crime através do *design* ambiental: aplicações do *design* arquitetónico e conceitos de gestão do espaço), que no fundo é a compilação de uma série de diretrizes práticas do modelo CPTED até então apenas teorizado, sendo assim considerada a segunda geração do CPTED (Neves, 2012; Baptista, 2015).

No seu livro são apresentadas as ideias dos vários autores que entre as décadas de 1960 e 1990 trabalharam para dar o seu contributo para as bases do CPTED e de uma forma perspicaz colmatou as lacunas da teoria e criou estratégias com aplicações claras do modelo

(Baptista, 2015). Partindo dos princípios básicos do CPTED, Crowe criou três princípios práticos sobre a dimensão do espaço: designação, definição e *design* (Tabela 14). O conceito 3 “D” baseia-se na função e dimensão do espaço humano e deverá cumprir o seguinte:

- O espaço humanizado tem um objetivo (ou vários) bem delineado(s);
- O espaço humano possui uma definição social, cultural, legal e física que indica os comportamentos desejados e aceitáveis;
- O espaço humano deve ser desenhado para apoiar e enquadrar comportamentos desejados (Crowe, 2000; Crowe & Fennelly, 2013).

Esta abordagem poderá ser utilizada de forma básica como linha orientadora para a possível tomada de decisões sobre o espaço (Schneider & Kitchen, 2002).

Tabela 14- Princípios básicos do CPTED e da dimensão do espaço

| Princípios básicos do CPTED | Dimensão do espaço 3 “D” | Perguntas sobre a dimensão do espaço |
|-------------------------------|--------------------------|---|
| Vigilância natural → | ✓ Designação | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Este espaço foi inicialmente concebido para quê? ✓ Até que ponto este espaço contribui para a sua utilização atual e para o uso pretendido? ✓ Existem conflitos entre o(s) objetivo(s) e a respetiva utilização? |
| Controlo natural de acessos → | ✓ Definição | <ul style="list-style-type: none"> ✓ É claro a quem pertence este espaço? ✓ Onde estão os seus limites? ✓ As variáveis sociais ou culturais afetam a forma como o espaço é utilizado? ✓ As regras legais de utilização ou administrativas estão claramente definidas e reforçadas nas políticas públicas? ✓ Existe sinalética que apoie o uso adequado do espaço? |
| Reforço territorial → | ✓ <i>Design</i> | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Contribui para os comportamentos aceitáveis ou desejáveis? ✓ O <i>design</i>/projeto impede a utilização do espaço ou para o seu apropriado funcionamento? ✓ Existe alguma falta de clareza quanto à forma como o <i>design</i>/projeto pretende orientar comportamentos? |
| Manutenção e gestão | | |

Fonte: Baseado em Crowe (2000).

3.3.11. Novas Tecnologias, desenvolvimento ambiental e ecológico - *United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute (UNICRI)*

O *Security Governance/Counter-Terrorism Laboratory* (UNICRI) da *United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute* (UNICRI) em parceria com o *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) propuseram, em 2011, o desenvolvimento de uma terceira geração de CPTED, tendo estabelecido como estratégia de ação o uso dos recursos tecnológicos para obtenção de maiores níveis de segurança e sustentabilidade ambiental em espaços urbanos. A criação de um *design* urbano ecológico, onde se procura mitigar os problemas de segurança com soluções urbanas eco sustentáveis, ligadas às novas abordagens de segurança, promovidas pelos sistemas tecnológicos, são estratégias de ação apontadas como sendo soluções para os espaços urbanos inseguros.

O rápido desenvolvimento da era digital, resultante das novas tecnologias e o modo como estas estão a revolucionar a forma como abordamos a segurança urbana é o ponto central desta proposta da terceira geração de CPTED.

O relatório *New energy for urban security: Improving urban security through green environmental design* (2011) prevê a melhoria da qualidade dos espaços urbanos através da sua imagem, onde a estratégia de remodelação deverá estabelecer uma abordagem ecológica e sustentável. Os habitantes das áreas urbanas deverão usufruir de uma panóplia de infraestruturas interativas distribuídas pela urbe, juntamente com tecnologias *online*, que permitam ao utilizador estabelecer contacto com as entidades gestoras do território, e vice-versa, trocando informação. O ideal desta terceira geração do CPTED é tirar partido do potencial das redes sociais *online* e fomentar um sentimento de pertença a um território, onde através das redes *online* a comunidade participa na tomada de decisões e emite opinião para a melhoria das condições de vida urbana.

A terceira geração do CPTED propõe a constituição física de áreas urbanas tendo em consideração as seguintes diretrizes:

- i) Incorporar um número suficiente de espaços públicos no tecido da cidade para fornecer configurações apropriadas para atividades coletivas e reuniões;
- ii) Integrar espaços verdes suficientes a várias escalas, incluindo vegetação de rua, fachadas verticais verdes, telhados verdes, jardins públicos e parques de bairro;

- iii) Fomentar o desenvolvimento de comunidades mistas e equilibradas (*e.g.*, nível de poder de compra, *status* social, etnia);
- iv) Apoiar o desenvolvimento de novos projetos de revitalização que visam criar ou reestruturar espaços ou bairros existentes promovendo o uso misto em vez do uso único;
- v) Otimizar as redes físicas urbanas (*e.g.*, gestão dos esgotos, da recolha de “lixo”, da reciclagem ou das águas residuais) com recurso às tecnologias;
- vi) Melhorar a vigilância natural, fornecendo iluminação suficiente durante a noite, e garantindo o nível necessário de ocupação e uso em todos os momentos;
- vii) Garantir que nenhum lugar na cidade seja um terreno vago, ou seja, um local sem supervisão institucional;
- viii) Promover os projetos de revitalização e redes de desenvolvimento voltados para locais “cinza” - locais que abrigam indústrias perigosas ou locais devastados por desastres naturais ou por conflitos violentos ou locais ocupados anteriormente e atualmente vagos por razões económicas ou socioculturais;
- ix) Proporcionar infraestruturas de transporte público suficientes e eficazes, que contribuam não apenas para o bem-estar dos cidadãos, mas também para a redução do tráfego, com impactes diretos no bem-estar psicológico dos cidadãos;
- x) Alocar recursos financeiros suficientes para a manutenção regular de espaços cívicos, incluindo ruas e fachadas urbanas;
- xi) Alocar recursos financeiros e humanos suficientes para prover educação pública, particularmente para a população urbana jovem;
- xii) Fornecer regulamentos eficientes para o setor de construção em termos de monitorização da integridade estrutural, eficiência energética e qualidade das propostas de construção;
- xiii) Fornecer apoio financeiro e infraestruturas macro e microeconómicas para ajudar a população urbana com baixo poder de compra na aquisição/arrendamento de habitação.

Fonte: Adaptado de *Massachusetts Institute of Technology & United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute* (2011).

3.4. Cronologia de contributos para a prevenção da criminalidade

Ao longo das várias décadas foram muitos os autores que contribuíram para a construção da diversidade científica de estudos que abordam e exploram a problemática do crime, quer seja correlacionado com o indivíduo, com o espaço ou com a junção dos três elementos. Como tal, foi elaborada uma cronologia com alguns dos autores a nível internacional que foram estudados ao longo desta investigação e que de algum modo ajudaram à construção da linha de pensamento da presente investigação (Tabela 15 à 20).

Tabela 15 – Cronologia de alguns dos contributos para a prevenção da criminalidade

| | Data | Autor(es) | Descrição |
|----------------|----------------|--|--|
| Década de 1960 | 1960 | Kevin Lynch <i>The Image of the City</i> | - Legibilidade; - Imagem contruída: ➤ identidade; ➤ estrutura; ➤ significado; - Imaginabilidade. |
| | 1961 | Elizabeth Wood <i>Housing Design: A social Theory</i> | - Controlo social espontâneo; - <i>Design</i> que promova a vigilância; - Mobiliário antivandalismo; - <i>Design</i> dos espaços que promova o convívio; - Primazia por edifícios cujo rés-do-chão tenha <i>lobbies</i> que promovam o convívio e a vigilância dos espaços exteriores e interiores. |
| | 1961a 1961b | Janes Jacobs <i>The Life and Death of Great American Cities</i> | - Ruas que promovam a segurança e o convívio; - Promoção do sentimento de pertença; - Primazia de um planeamento de usos mistos; - Preferência pela construção de quarteirões e apartamentos de pequena dimensão; - Demarcação do espaço público e privado, sem prejuízo de uma visão clara entre o interior e o exterior dos edifícios. |
| | 1968 | Shlomo Angel <i>Discouraging Crime Through City Planning</i> | - Com a sua investigação introduz o conceito de que a criminalidade acontece em função da intensidade do uso dos espaços. |
| Década de 1970 | 1971 | Ray Jeffery <i>Crime Prevention Through Environmental Design</i> | Conceito “Prevenção do crime através do espaço construído”; - Privilegia análise sobre o ponto de vista do crime e não do criminoso; - Criação de atividades sociais, divertidas e diversificadas para potencializar o uso dos espaços públicos; - Importância do estudo das vulnerabilidades do ambiente físico na prevenção da criminalidade. |
| | 1972 | Oscar Newman <i>Defensible Space</i> | - Desenvolveu o conceito de “espaços defensivos”; - Delimitação clara entre espaço público e privado, com restrição e inibição de acesso físico e visual a estranhos; - <i>Design</i> urbano preventivo com base em quatro princípios: ➤ Territorialidade; ➤ Vigilância natural; ➤ Imagem dos edifícios; ➤ Justaposição das áreas residenciais com comerciais e sociais. |

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 16 – Cronologia de alguns dos contributos para a prevenção da criminalidade

| Data | Autor(es) | - Descrição | |
|----------------|--|---|--|
| 1974 | Leslie Kennedy, Joel Caplan, Eric Piza <i>Spatial Dynamics of Crime</i> | - Os crimes violentos acontecem mais no centro da cidade e apresentam-se dispersos em áreas de transição populacional; - Os crimes contra a propriedade tendem a diminuir com a distância a áreas de menor rendimento familiar e aumentam com a proximidade a áreas de maior rendimento familiar; - Os alvos que requerem envolvimento físico tendem a sofrer crime sem envolvimento físico, como os crimes contra a propriedade, enquanto os crimes violentos tendem a vitimizar alvos que aparentemente não oferecem resistência. | |
| 1974 | Keith Harries <i>Geography of Crime and Justice</i> | - <i>Intraurban Crime Patterns.</i> | |
| Década de 1970 | 1975 | Paul Brantingham & Patricia Brantingham <i>The spatial patterning of burglary</i> | - <i>Crime pattern theory.</i> - <i>Environmental criminology.</i> - <i>Routine activity theory.</i> |
| | 1977 | Christopher Alexander, Sara Ishikawa, Murray Silverstein & Max Jacobson <i>A Pattern Language: Towns, Buildings Construction</i> | - Construção de uma linguagem padrão. |
| 1978 | Richard Gardiner <i>Design for Safe Neighbourhoods: The Environmental Security Planning and Design Process</i> | - Teste experimental, ao nível de bairro, da metodologia CPTED. | |
| 1979 | Lawrence Cohen & Marcus Felson <i>Social change and crime rate trends: a routine approach</i> | - Teoria das atividades rotineiras. ➤ Para existir delito tem de existir a combinação entre: • Indivíduo motivado; • Alvo disponível. - Ausência de responsáveis capazes de impedir o furto ou roubo. | |

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 17 – Cronologia de alguns dos contributos para a prevenção da criminalidade

| Data | Autor(es) | - Descrição |
|------|---|--|
| 1980 | Ron Clarke & Patricia Mayhew <i>Designing Out Crime (DOC)</i> | - <i>Designing out crime.</i> |
| 1980 | Ron Clarke <i>“Situational” crime prevention: Theory and practice</i> | <ul style="list-style-type: none"> - Revestimento ou remoção de possíveis alvos com materiais mais robustos (antivandalismo). - Reduzir as oportunidades de crime. - Reduzir o lucro para o infrator. - Vigilância formal. - Vigilância passiva e/ou natural (exemplo dos funcionários dos estabelecimentos de rua). - Gestão ambiental. |
| 1981 | Sally Merry <i>Defensible Space</i> <i>Undefended: Social Factors in Crime Prevention Through Environmental Design</i> | - O espaço deixa de ser defendido/observado pelos residentes quando assombrados pelo medo. |
| 1982 | James Wilson e George Kelling <i>Broken Windows: the police and neighborhood safety</i> | <ul style="list-style-type: none"> - Teoria <i>Broken Windows</i> (janelas partidas). - Eliminação de todos os sinais físicos de abandono do espaço como prevenção do sentimento de insegurança, bem como, percepção de vulnerabilidade. |
| 1983 | Barry Poyner <i>Design Against Crime: Beyond Defensible Space</i> | <ul style="list-style-type: none"> - Aplicação do conceito de espaço defensivo na cidade, como escolas e transportes públicos. - Criador do conceito <i>comunidades of interestonde</i>: ➤ Defende uma responsabilidade partilhada na gestão não só da rua, mas como do bairro. |
| 1985 | Ghaham Underhill <i>Security of Buildings</i> | As pesquisas de Barry Poyner (1983 - <i>Design Against Crime: Beyond Defensible Space</i>) foram a par das de Ronaldo Clarke (1982 - <i>Situational Crime Prevention</i>) e de Ghaham Underhill (1985 - <i>Security of Buildings</i>), um grande contributo para o desenvolvimento das estratégias de CPTED no Reino Unido. |

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 18 – Cronologia de alguns dos contributos para a prevenção da criminalidade

| Data | Autor(es) | Descrição |
|----------------|-----------|---|
| Década de 1980 | 1985 | <p>Alice Coleman <i>Utopia on Trial</i></p> <p>- Aplicou a ideologia de Newman no Reino Unido. Desenvolveu um modelo ideal de <i>design</i>:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Dimensão: <ul style="list-style-type: none"> • Habitações em quarteirão; • Habitações com portão; • Número máximo de 6 andares e 12 fogos; • Apartamentos ou <i>duplex</i>. ➤ Locais a evitar quando circulamos: <ul style="list-style-type: none"> • Passagens aéreas entre edifícios; • Saídas interconectadas; • Ligações com elevadores e escadas; • Moradias em banda. ➤ Entrada dos edifícios: <ul style="list-style-type: none"> • Entradas comuns para andares superiores; • Entradas individuais para pisos térreos; Jardins privados. ➤ Disposição urbana: <ul style="list-style-type: none"> • Edifícios dispostos para a rua; • Entradas dos edifícios dispostas para a rua; • Área de lazer. • Organização especial geral: <ul style="list-style-type: none"> Semipúblico; semiprivado; público. |
| | 1989 | <p>Trevor Bennett <i>Burglars' Choice Of Targets</i> (The Geography Of Crime, Pp. 176-192)</p> <p>- Processo de seleção da vítima. - O delinquente tende a avaliar a oportunidade tendo em consideração:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Risco; ➤ Esforço; ➤ Possíveis Ganhos. |
| Década de 1990 | 1990 | <p>Randall Atlas <i>"Offensible Space" – Law and Order Obstruction through Environmental Design</i></p> <p>- Teoria do <i>Offensible Space</i>. - O autor depende a possibilidade de o espaço construído sob a influência do CPTED ser adulterado, sendo aproveitados os princípios a favor da prática criminal.</p> |

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 19 – Cronologia de alguns dos contributos para a prevenção da criminalidade

| | Data | Autor(es) | Descrição |
|-----------------------|--|---|--|
| Década de 1990 | 1998 | Juliana Prevatt <i>Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED) and the role of facilities planning in force protection</i> | - Utilização das medidas CPTED contra o terrorismo. |
| | 2000 | Timothy Crowe <i>Crime Prevention Through Environmental Design: Applications of Architectural Design and Space Management Concepts</i> | - Uma publicação teórica considerada como referência para a construção do pensamento CPTED. |
| Década de 2000 | | Teresa Caldeira <i>Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo</i> | - Experiência social e vivência psicológica na construção do sentimento de segurança em São Paulo - Brasil. |
| | 2002 | Paul Cozens <i>Sustainable urban development and crime prevention through environmental design for the British City. Towards an effective urban environmentalism for the 21st century</i> | - <i>Indefensible Space</i> . |
| | | Ronald Clarke & John Eck <i>Crime Analysis for Problem Solvers in 60 Small Steps</i> | - Publicação dirigida em especial para as forças policiais. |
| | 2005 | Barry Poyner <i>Crime-free Housing in the 21st Century</i> | - Os métodos de crime praticados na periferia da cidade são distintos dos praticados no centro da cidade. - As vias de comunicação têm influência no tipo de bens furtados. |
| | 2008 b | Paul Cozens <i>Crime prevention through environmental design in Western Australia: Planning for sustainable urban futures</i> | Revisão da literatura em torno do CPTED. |
| 2008 | Randall Atlas <i>21st Century Security and CPTED: Designing for Critical Infrastructure Protection and Crime Prevention</i> | Compilação de estudos de especialistas em CPTED. | |
| 2009 | Martin Andresen, Kathryn Wuschke, Bryan Kinney, Paul Brantingham & Patricia Brantingham <i>Cartograms, Crime, And Location Quotients</i> | - Recurso aos Cartogramas na Análise Espacial do Crime. | |

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 20 – Cronologia de alguns dos contributos para a prevenção da criminalidade

| | | | |
|----------------|------|--|--|
| | 2011 | United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute <i>New energy for urban security: Improving urban security through green environmental design</i> | - Tecnologia, desenvolvimento ambiental e ecológico. |
| | 2011 | Martin A. Andresen & Nicolas Malleson <i>Testing the Stability of Crime Patterns: Implications for Theory and Policy</i> | - Estudo do padrão da criminalidade à escala micro. |
| | 2015 | Francesca de Cillis, Maria Carla de Maggio, Roberto Setola Vulnerability Assessment in RIS Scenario Through a Synergic Use of the CPTED Methodology and the System Dynamics Approach | - Utilização do CPTED para a avaliação da fragilidade e a vulnerabilidade dos transportes ferroviários com objetivo de evitar possíveis ataques e ameaças contra a infraestrutura de transporte ferroviário. |
| Década de 2010 | 2016 | Valerie, Justin Song, Patricia Brantingham, Andrew Park & Martin Andresen <i>Street profile analysis: A new method for mapping crime on major roadways</i> | - Análise do perfil da rua através da técnica de mapeamento de crime. |
| | 2017 | Tom Beken, Marlijn Peeters <i>The relation of CPTED characteristics to the risk of residential burglary in and outside the city center of Ghent</i> | - O risco de roubo residencial próximo ao centro da cidade está mais relacionado a características de controle de acesso. - O risco de roubo fora do centro da cidade está mais relacionado à vigilância. |
| | 2018 | Vagi et al. <i>Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED) Characteristics Associated With Violence and Safety in Middle Schools</i> | - Utilização da avaliação CPTED <i>School Assessment</i> (CSA) na alteração de comportamentos numa escola. |
| | 2018 | Rachel Armitage <i>Burglars' take on crime prevention through environmental design (CPTED): Reconsidering the relevance from an offender perspective</i> | - Estudo com 22 condenados por roubo e furto em Inglaterra. Os resultados confirmam que o tipo de habitações influencia a tomada de decisões assaltantes. |

Fonte: Elaboração própria.

Nota: As obras selecionadas, segundo o nosso ponto de vista, são alguns dos contributos para o debate e evolução da problemática. Ressalvamos também, que o contributo dos autores não se restringe à obra destacada.

Com o advento das novas tecnologias o contributo para a produção científica para a temática da criminalidade passou a ser em maior número e com diferentes escalas de análise. Foram e são muitos os autores que lançam todos os anos conteúdos científicos nas mais diferentes revistas, ligadas às mais diversas áreas sobre a prevenção da criminalidade. Os estudos

apresentados fazem parte da longa lista de autores que um pouco por todo o mundo vão dando o seu contributo para a prevenção da criminalidade.

A prevenção da criminalidade com enfoque no planeamento, no *design* urbano, em modelos de prevenção (e.g., Prevenção Criminal Através do Espaço Construído - CPTED) é um tema que vai despertando cada vez mais interesse dos investigadores Portugueses, mas continua aquém do ideal para captar a atenção das entidades políticas ou das comunidades para a importância da prevenção da criminalidade. Ao longo da nossa pesquisa fomos nos deparando com:

- iv) teses, dissertações e relatórios científicos (Tabela 21), desenvolvidos por investigadores de várias áreas científicas, em especial por elementos das Forças de Segurança;
- v) projetos (Tabela 23) que tinham como campo de estudo a Área Metropolitana de Lisboa;
- vi) publicações (Tabela 24) da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) [A identidade dos lugares e a sua representação coletiva: Bases de orientação para a conceção, qualificação e gestão do espaço público (2008); Segurança Pública e Desenvolvimento Urbano: A prevenção do crime através do espaço construído (2011)] dentro do contexto do programa Políticas de Cidades POLIS XX que abordam a problemática do planeamento preventivo de forma geral e sem grande profundidade;
- vii) traduções (Tabela 25) (Manual de Diagnósticos Locais de Segurança: Uma Compilação de Normas e Práticas Internacionais - Versão adaptada de *Guidance on Local Safety Audits. A Compendium of International Practice*; CPTED Prevenção Criminal Através do Espaço Construído: Guia de Boas Práticas - Versão adaptada de *Crime Prevention Through Environmental Design Guidebook*) publicados em Portugal pela Direcção Geral de Administração Interna (DGAI).

Tabela 21 – Exemplos de produções académicas desenvolvidas sobre a problemática do planeamento preventivo em Portugal

| Teses, dissertações e relatórios científicos | | | | | |
|---|--------------------|--|----------------------------|---|---|
| Ano | Autor | Publicação | Tipo | Área | Universidade |
| (2007) | Álvaro Sampaio | <i>Design Against Crime</i> - Prevenção situacional do crime em espaço urbano | Dissertação | <i>Design</i> , Materiais e Gestão do Produto | Universidade de Aveiro |
| (2008) | Miguel Saraiva | Planeamento e concepção dos espaços públicos na óptica da prevenção da criminalidade | Dissertação | Engenharia civil | Faculdade de Engenharia Universidade do Porto |
| (2011) | Luís Freitas | Influência do desenho urbano na insegurança da cidade: uma proposta para o Bairro da Cova da Moura | Dissertação | Arquitetura | Instituto Superior Técnico - Universidade Técnica de Lisboa |
| (2012) | Hilário Cerqueira | A "criminalidade de rua" na freguesia de campelo: estudo de caso | Relatório científico final | Aspirante de Cavalaria da GNR | Academia Militar |
| (2012) | Alexandra Gomes | Crimes contra a propriedade: uma abordagem de criminologia ambiental | Projeto de graduação | Criminologia | Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Universidade Fernando Pessoa |
| (2013) | Sara Silva | Geografia da (in)segurança no município de Guimarães | Dissertação | Geografia | Instituto de Ciências Sociais - Universidade do Minho |
| (2013) | Elisabete Ferreira | Segurança e prevenção da criminalidade em espaços públicos: A dialética proactiva entre o desenho e o uso seguro | Tese | Arquitetura | Faculdade de Arquitetura - Universidade Técnica de Lisboa |
| (2014) | Carla Silva | Segurança Urbana a Arquitetura ao Serviço da Diversidade: Olhares Paralelos entre Portugal e o Brasil | Tese | Arquitetura | Faculdade de Arquitetura - Universidade Técnica de Lisboa |
| (2015) | Ana Carvalho | A Segurança Urbana e o Desenho do Espaço Público: contributos para a prevenção do crime e de incivildades | Dissertação | Aspirante a Oficial de Polícia | Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna |
| (2015) | João Baptista | A Segurança no desenho urbano: uma abordagem CPTED | Relatório científico final | Aspirante de Infantaria da GNR | Academia Militar |
| (2016) | Adérito Rodrigues | A Gestão do Espaço Construído e a Prevenção Criminal: O caso da Avenida Luísa Todi em Setúbal | Dissertação | Direito e Segurança | Universidade Nova de Lisboa |

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 22 - Exemplos de produções académicas desenvolvidas sobre a problemática do planeamento preventivo em Portugal (continuação)

| Teses, dissertações e relatórios científicos | | | | | | |
|--|-----------------|--|----------------------------|--------------------------------|--|--|
| Ano | Autor | Publicação | Tipo | Área | Universidade | |
| (2017) | Ricardo Marques | Crime e insegurança em meio urbano: Um estudo de caso | Dissertação | Aspirante a Oficial de Polícia | Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna | |
| (2015) | Ana Carvalho | A segurança urbana e o desenho do espaço público: contributos para a prevenção do crime e de incividades | Dissertação | Ciências Policiais | Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna | |
| (2015) | João Baptista | A segurança no desenho urbano: uma abordagem CPTED | Relatório científico final | Aspirante de Infantaria da GNR | Academia Militar | |

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 23 - Projetos desenvolvidas sobre a problemática do planeamento preventivo em Portugal

| Projetos | | | | | | |
|----------|---|---|--|--|--|--|
| Ano | Autor | Publicação | Tipo | Entidade Promotora | | |
| (2014) | Simone Tulumello | <i>Local policies for urban security and spatial Planning in the Lisbon metropolitan area: the cases of Lisbon, Cascais and Barreiro municipalities</i> | Projeto desenvolvido no âmbito do SFRH/BPD/86394/2012 | Fundação para a Ciência e Tecnologia - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa - Laboratório Associado ICS | | |
| (2014) | Paula Santana, Rita Santos, Cláudia Costa, Adriana Loureiro | Criar cidade: Amadora saudável e activa | Projeto desenvolvido no âmbito do POCTI/GEO/45730/2002 | Fundação para a Ciência e Tecnologia - Centro de Estudos Geográficos - Coimbra | | |
| (2014) | Agência Independente da Habitação e da Cidade Instituto do Território | Estratégia Nacional para a Habitação | Proposta de Estratégia Nacional para a Habitação (ENH) para o período de vigência do próximo Quadro Comunitário de Apoio 2014-2020 | Rede Portuguesa para o Desenvolvimento do Território - Instituto do Território | | |
| (2016) | <i>European Cooperation in Science and Technology</i> | <i>Lisbon CP-UDP Workshop – Security and Urban Planning</i> | <i>Workshop desenvolvido no âmbito do COST Action TU1203: Crime Prevention through Urban Design & Planning (CP-UDP)</i> | <i>Crime Prevention through Urban Design and Planning (COST)</i> | | |

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 24 - Publicações do programa Políticas de Cidades POLIS XX que abordam a problemática do planeamento preventivo em Portugal

| Política de Cidades POLIS XX | | | |
|------------------------------|-----------------------------------|---|---|
| Ano | Autor | Publicação | Instituição Promotora |
| (2008) | Pedro Brandão | A identidade dos lugares e a sua representação colectiva: Bases de orientação para a concepção, qualificação e gestão do espaço público | DGOTDU – Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano |
| (2011) | Paulo Machado, Ana Verónica Neves | Segurança Pública e Desenvolvimento Urbano: A prevenção do crime através do espaço construído | DGOTDU – Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano |

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 25 - Traduções de manuais desenvolvidos por organizações internacionais que abordam a problemática do planeamento preventivo

| Ano | Autor | Publicação | Contexto | Publicação |
|------------------|--|---|--|--|
| Traduções | | | | |
| (2009) | Fórum Europeu para a Segurança Urbana (FESU) | Manual de Diagnósticos Locais de Segurança: Uma Compilação de Normas e Práticas Internacionais Versão adaptada de: <i>Guidance on Local Safety Audits. A Compendium of International Practice</i> | Manual financiado maioritariamente pelo Governo do Canadá, através do <i>National Crime Prevention Center</i> | DGAI – Direcção Geral de Administração Interna |
| (2013) | <i>National Crime Prevention Council</i> | CPTED Prevenção Criminal Através do Espaço Construído: Guia de Boas Práticas Versão adaptada de: <i>Crime Prevention Through Environmental Design Guidebook</i> | Tradução adaptada para o contexto português, por sugestão de profissionais relacionados com urbanismo e segurança, em contexto de <i>focus group meeting</i> realizado em 27 de outubro de 2010, no MAI. | DGAI – Direcção Geral de Administração Interna |

Fonte: Elaboração própria.

É necessário continuar o trabalho de investigação em Portugal, e criar uma linha de pensamento científico capaz de unir os esforços dos vários investigadores para a produção de uma melhor qualidade de vida.

3.5. Nota conclusiva

A investigação correlacional entre crime e geografia vem sendo desenvolvida especialmente sob dois prismas (Maltz, 1995). O primeiro está relacionado com a linha de pensamento teórico e centra-se na existência de uma oportunidade para a ocorrência do crime. O trabalho de Jeffery (1969, 1971, 2001) vincula esta característica como sendo o vetor chave para a ocorrência do delito. Outros autores (*e.g.*, Harries 1971; 1973, 1974, 1980; 1978; 2000) reforçam esta ideia ao reafirmar a importância da oportunidade no estudo de abordagem geográfica. Cohen & Felson (1979) com a Teoria das Atividades Rotineiras ou Brantingham e Brantingham (1981b, 1981a, 1993a) com o seu trabalho de criminologia ambiental também reforçam esta característica. Segundo Maltz (1995), os fundamentos teóricos para ter como foco a oportunidade advém da Teoria da Escola Racional (Clarke & Cornish, 1985).

A segunda abordagem está relacionada com a correlação de vários vetores sociais e urbanos. O trabalho que melhor explica esta indução é o de Shaw & McKay (1942) que comprovaram a existência de correlação entre as áreas de desorganização social, a delinquência existente, a pobreza e o elevado índice de mobilidade residencial. Esta ilação foi igualmente observada por Oscar Newman (1972a, 1996), Alice Coleman (1985) e Timothy Crowe (2000). Esta abordagem usa elementos de análise transversais e de várias fontes (Maltz, 1995).

Os vários autores abordados exploram de forma direta ou indireta a importância dos espaços urbanos e a sua relação com a comunidade e o seu sentimento de apropriação associado ao sentimento de segurança. As mutações sobre a apropriação dos espaços são uma das razões para a alteração dos sentimentos de pertença aos espaços públicos e, por conseguinte, a existência de receio ou medo de os utilizar. Quando os indivíduos se deparam com um ambiente onde a sua estrutura é dinâmica e inclusiva, com capacidade de transmitir uma imagem estruturada, poderá fornecer substância à construção de uma memória coletiva.

A segurança também é emocional, e não apenas física. A segurança transmitida pelo território, traduzir-se-á no bem-estar de identificar a sua cidade como um espaço distintivo e único. Existindo uma acoplagem de memória positivas, que poderão ser partilhadas por outros

indivíduos da comunidade, com imagens e simbologias comuns do mesmo espaço. A construção dos espaços no imaginário dos habitantes desenvolve-se quando o ambiente ganha significado nas relações espaço-indivíduo, sendo estas relações promovidas pela clareza organizacional do próprio espaço, tornando-se então num *lugar*. Só adquire este estatuto de *lugar* quando lhe é atribuída uma definição, um significado e um tempo (Tuan, 1980, 1983; Lynch, 2008). A relação vivenciada entre os habitantes e a cidade estabelece-se anacronicamente com intensidades distintas determinadas pela afinidade e familiaridade atribuída a determinados espaços da cidade. A comunidade/ser humano constrói o seu espaço, usa-o e usufrui dele com a mesma intensidade com que o sente como sendo seu, estabelecendo uma conexão associada ao sentimento de pertença a um território, que é vivido como uma extensão da sua identidade (Martín, 1991). É com base nestas relações que se constroem os laços de empatia entre o meio físico e os sentimentos a este associado (pertença, segurança, tranquilidade, memória), que têm de ter como ponto de partida um conjunto de *handicaps* estruturais (proximidade, privacidade) para que funcionem de forma equilibrada.

As relações estabelecidas entre habitantes e/ou visitantes e a urbe diferem, sendo o sentimento de apropriação um dos elementos de distinção. A impressão digital do lugar, única e incomparável, é uma das características assinalada na relação entre o ser humano e o espaço. *Genius Loci*, intitulado pela mitologia romana como a identidade de um lugar foi largamente explorada pela Geografia Humana na década de 1970, sendo apelidado como "sentido de lugar", "topofilia" ou "personalidade do lugar" (Gregory *et al.*, 2009). Este sentimento apresenta a individualidade do lugar, mas ao mesmo tempo, assemelha-se sincronicamente aos restantes lugares. A história diacrónica das cidades não é apenas geográfica ou urbanística. É também social, cultural e afetiva (Herbertson, 1915; Tuan, 1983; Norberg-Schulz, 1991; Loukaki, 1997).

PARTE II

Contributo para a construção de uma mentalidade preventiva no domínio do crime

(...) quais são as tensões mais evidentes nos territórios portugueses de hoje (...)?

(...) a qualidade da vida na cidade; a cidade como espaço de vida coletiva;

a cidade fragmentada e (in)segura; e a cidade (in)gerível

Guerra, 2003: 237.

Capítulo 4.
Metodologia de investigação e características das áreas urbanas seleccionadas

4.1. Nota introdutória

Ao longo do presente capítulo apresentamos as opções metodológicas da investigação teórica e empírica realizada, assim como a explanação do campo de investigação (território de jurisdição da Polícia de Segurança Pública nos municípios de Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão), bem como a sua contextualização socioeconómica.

Assim sendo, no presente capítulo optou-se pela discussão da pertinência da investigação realizada sendo explicitadas as motivações para as escolhas efetuadas ao longo da investigação teórica. Sob o nosso ponto de vista, a interligação entre a componente teórica e empírica, tem uma repercussão direta no desenrolar das opções metodológicas da coleta e análise das fontes de informação.

Aproveitamos o presente capítulo para expor as ferramentas que foram utilizadas para a construção de uma mentalidade de prevenção da criminalidade. Deste modo, aproveitamos para reforçar que na presente investigação os dados fornecidos pela Polícia de Segurança Pública foram utilizados e trabalhados sob a perspetiva deste tipo de prevenção, sendo apresentados como uma ferramenta, que a par das outras, formam parte da composição de instrumentos de trabalho para atingir este tipo de prevenção. A partir desta premissa, prosseguimos em direção a uma investigação que pudesse expandir os nossos horizontes iniciados com a investigação lançada na dissertação de Mestrado finalizada em 2013 (Silva, 2013). Distanciámo-nos do foco nas perceções dos residentes e procurámos dar sentido à defesa da nossa convicção de que a morfologia dos espaços é uma componente essencial para a prevenção da criminalidade. Ao longo de todo o processo procuramos ter em consideração vários pontos de vista, abranger os mais diversos autores de várias áreas e procurar o caminho que a Geografia foi traçando no seu contributo para a construção do campo de investigação.

4.2. Questões de partida e objetivos da investigação

Ao longo da investigação sentimos necessidade de reformular os métodos de análise pensados inicialmente. Acreditámos ser necessário trabalhar a prevenção, para *a posteriori* e dentro do contexto dos modelos de prevenção criminal, trabalhar a esfera da “perceção e cognição”.

Deste modo surgiram as três questões de partida para a investigação empírica:

- *Quais são os locais com maior incidência dos crimes de furto e roubo entre 2011 e 2015 nas áreas urbanas de Barcelos, de Braga, de Guimarães, e de Vila Nova de Famalicão?*
- *Qual é a perceção dos autarcas das áreas mais críticas e quais as medidas que estão a ser implementadas?*
- *Que tipo de solução pode ser avançada para debater este tipo de problema?*

Elencados nestas questões de partida foram delineados três objetivos:

- *Aferir quais são os locais onde incidem os padrões dos crimes de furto e roubo e se existe alguma relação com o tipo de ocupação do espaço nas áreas urbanas de Barcelos, de Braga, de Guimarães, e de Vila Nova de Famalicão;*
- *Refletir sobre o tipo de intervenção realizada até ao momento por parte dos presidentes das câmaras municipais e de alguns presidentes de juntas de freguesia de Barcelos, de Braga, de Guimarães, e de Vila Nova de Famalicão e as suas intervenções futuras quanto à prevenção da criminalidade;*
- *Propor a construção, a curto prazo, de um gabinete que se dedique à prevenção situacional da criminalidade nos municípios estudados.*

Os objetivos enunciados estão ancorados nas questões de partida que visam aprofundar o conhecimento face ao território. Até ao momento, no âmbito da Geografia do Crime, e mais especificamente, na prevenção situacional da criminalidade, os estudos existentes centram-se maioritariamente em Lisboa. Torna-se, assim, difícil estabelecer comparações com espaços urbanos de média dimensão. Deste modo, e tendo em consideração a investigação anterior fomos ponderando as hipóteses de trabalho tendo em consideração as ilações da investigação anterior. Foram consideradas quatro hipóteses de trabalho enquadradas no estudo de caso, ou seja, relacionadas com os quatro municípios selecionados:

- *As áreas de maior incidência da criminalidade correspondem a locais com grande oferta de bens e serviços;*
- *Não existe uma política pública vocacionada para a prevenção criminal situacional com recurso ao *design* urbano, território do Quadrilátero Urbano;*

- Existe um desconhecimento por parte dos Presidentes da Câmara da área em estudo face ao conceito de Prevenção do Crime Através do Design Ambiental (CPTED);

Tendo em vista a necessidade de dar corpo à investigação os procedimentos metodológicos adotados e as principais fontes utilizadas são abordados no *item* seguinte.

Para além das hipóteses, das questões de partida e dos objetivos associados ao nosso objeto de estudo (Quadrilátero Urbano), surgem outros objetivos, que se prendem com a proposta da criação de uma nova geração do CPTED, de aplicabilidade nacional e/ou internacional. Assim sendo esta investigação também pretende propor uma nova geração de alcance internacional:

- *Propor a criação da 4ª geração CPTED.*

Esta proposta de adaptação da Prevenção Criminal Através do Espaço Construído (CPTED) ao contexto e realidade portuguesa, com enfoque na área de estudo - núcleos urbanos de jurisdição da Polícia de Segurança Pública de Barcelos, de Braga, de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão - tem em consideração a inexistência de órgãos municipais que tenham como principal abordagem a prevenção da criminalidade no espaço público e onde possa ser operacionalizada a prevenção através do espaço construído. Alocado ao anterior objetivo surge um objetivo de operacionalização, de implementação 'piloto' na área em estudo.

- *Definir as bases de um Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC).*

Esta investigação pretende, para além da perspetiva territorial a nível nacional, contribuir para a investigação da criminalidade situacional a nível mundial. Parte da observação teórica das realidades internacionais transmitidas pelos vários investigadores através das suas investigações, e das observações empíricas da realidade nacional da tentativa de implementação das medidas CPTED. Este *know-how* adquirido permitiu-nos perceber que a aplicabilidade da realidade internacional de medidas de prevenção através do *design* depende não só de fatores da morfologia urbana, mas também da consciencialização da necessidade da construção de um espaço seguro como motor de prevenção. Partindo das medidas já lançadas pelas várias gerações percebemos que através da atribuição de uma nova estrutura seria possível dar a conhecer à comunidade em geral e às entidades gestoras do território que a criminalidade não pode ser apenas uma questão de "reação a uma ação", mas sim, uma perspetiva de prevenção a possíveis infrações.

4.3. Opções metodológicas

4.3.1. Enquadramento metodológico

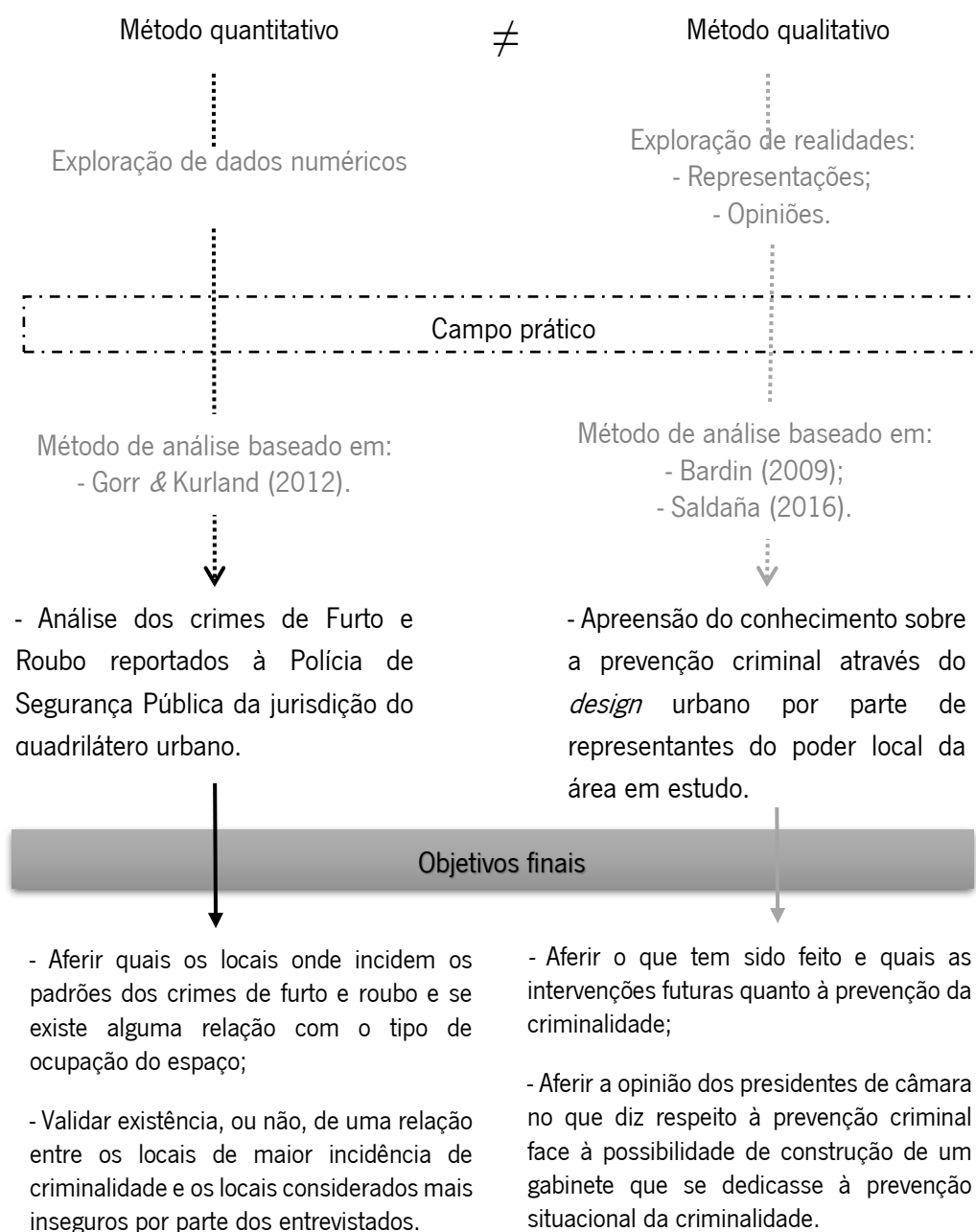
Expostas as questões de partida e respetivos objetivos, importa expor as opções metodológicas, salientando em primeiro lugar o nosso palco de estudo.

Os espaços urbanos foram o cerne da nossa investigação. A prevenção da criminalidade surge pela relação intrínseca existente entre esta e a morfologia da urbe. A criminalidade é um fenómeno que decorre no espaço, mas o espaço não pode ser apreendido apenas como campo de ação do evento criminal. A morfologia urbana através do seu *design* pode-se constituir como um elemento dissuasor em conjunto com a comunidade, da ocorrência de incivildades. José Estébanez (1988) defende que no estudo das urbes não pode existir apenas uma dimensão quantitativa baseada em números (*e.g.*, população, estrutura etária, população ativa e desempregada, densidade populacional e setores de atividade). Estes são insuficientes para definir os espaços urbanos, sendo necessária a existência de uma valência qualitativa capaz de dar voz à imagem construída pelos indivíduos que a habitam e governam. Com isto importa salientar que estudar espaços urbanos é retratar um período temporal pré-estabelecido pelo investigador, podendo existir mudanças históricas, culturais e sociais que impeçam a validação temporal da avaliação da realidade (Estébanez, 1988).

Com a presente investigação procurámos aferir se existe ou não uma relação entre os locais de maior criminalidade e a opinião dos entrevistados face aos locais que consideram ser mais inseguros, e determinar qual é a opinião e o conhecimento dos representantes da administração local face à prevenção criminal e o seu conhecimento dos modelos de prevenção situacional criminal. Deste modo, e tal como José Estébanez (1988), Maria Minayo e Odécio Sanches (1993) defendem, procurámos conciliar o método quantitativo com o qualitativo (Figura 27).

Segundo Maria Minayo e Odécio Sanches (1993), o conhecimento científico articula-se entre a teoria e a realidade empírica, onde o método apresentado servirá como guia orientador da articulação entre ambas. A investigação não se pode focar apenas num único paradigma devendo cruzar, sempre que possível, a componente quantitativa com a qualitativa (Cook & Reichardt, 1986; Cerqueira, 2012).

Figura 27 - Métodos quantitativos e qualitativos



Fonte: Adaptado de Silva (2013: 93) baseada em Minayo & Sanches (1993).

O recurso a uma abordagem pensada num método misto procurando conciliar a subjetividade dos elementos qualitativos com a objetividade dos números foi a solução mais pertinente na abordagem da problemática da criminalidade. Não se trata de um dualismo entre dois métodos, mas sim, de uma complementaridade entre a subjetividade de uma opinião e a realidade retratada pelos números (Creswell, 2009), e a Geografia é uma das ciências que tem vindo a trabalhar bem com estes dois métodos.

Segundo Jorge Malheiro (1995) a Geografia deve assumir uma posição crítica, numa época onde prevalece o debate sobre a objetividade e imparcialidade do investigador. Em 2018 esta afirmação continua atual, sendo que, os investigadores sociais, em especial os Geógrafos não se podem isentar do seu papel de construtores de soluções. De facto, são inúmeros os problemas sociais que advêm da instabilidade social provocada pela criminalidade. Maria Carvalho e Vera Duarte (2013) chamam a atenção para a problemática das crianças e jovens no contexto das áreas urbanas.

O local de residência influencia claramente as opções futuras destes elementos da sociedade. Padrões destrutturados de vizinhança aliados a fracas redes sociais parecem facilitar o acesso a oportunidades ilegais. “Excessos de idealismos e da subjetividade, face à geração de desigualdades e de injustiças no atual quadro de atuação do sistema económico e sociopolítico” (Malheiros, 1995: 124) carece de uma posição crítica. Tal como foi abordado no capítulo 2 da presente tese os temas da criminalidade passaram a ser o foco de atenção de várias ciências, devido à forte influência na qualidade de vida da população. E tal como a primeira geração do CPTED defende, o espaço urbano é o palco de atuação das atividades humanas, mas não um “elemento passivo indiferente a todas as realizações que sobre ele se exercem” (Gonçalves, 1995: 49).

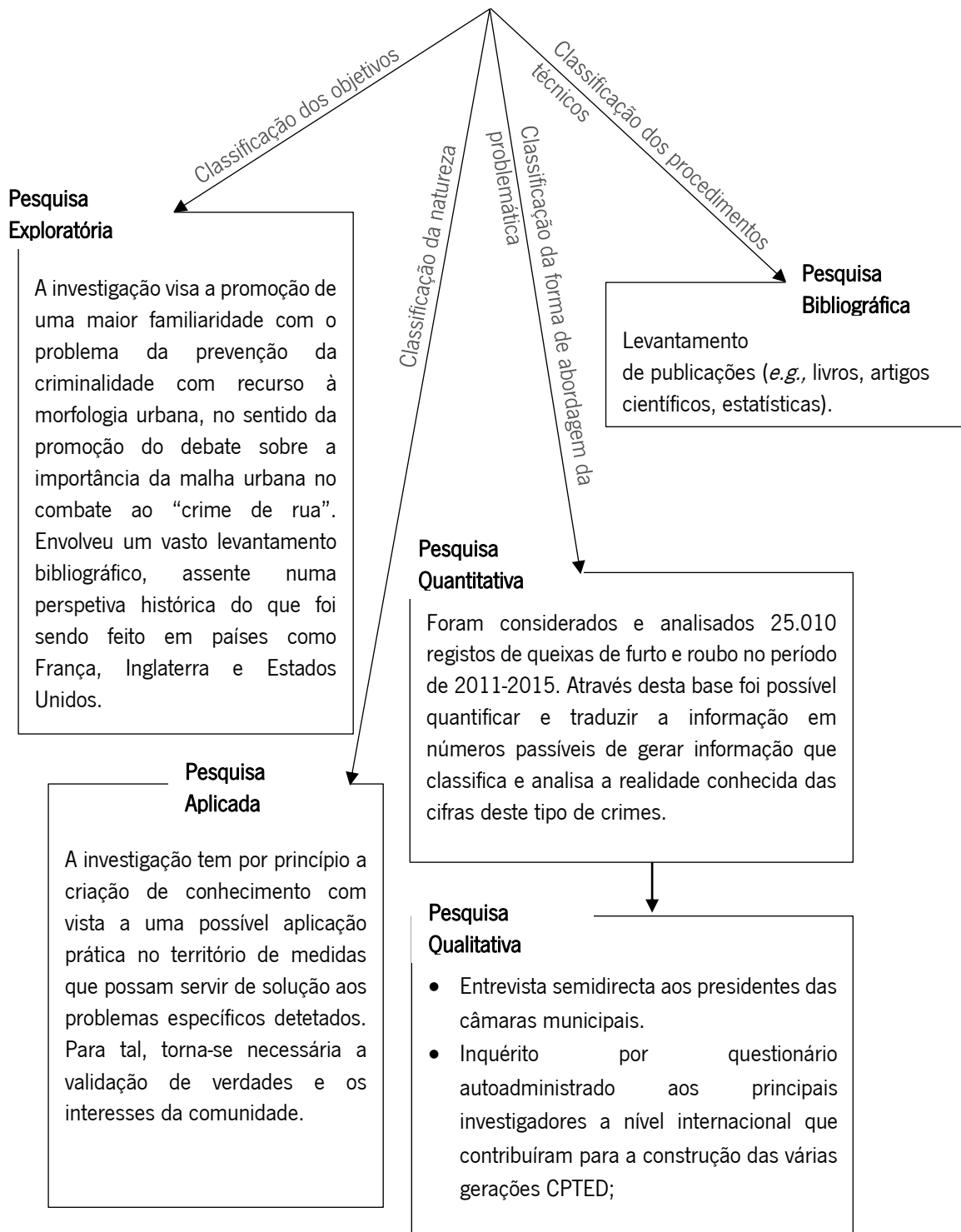
A Geografia e a Sociologia aliam-se, cada vez mais, neste tipo de investigação. O espaço vivido que se transforma em espaço social desenrola-se em diferentes escalas territoriais. O espaço social não é neutro, desenrolando-se num lugar que ganha importância pelo interface existente entre a simbiótica do lugar e a do indivíduo (Gonçalves, 1995).

4.3.2. Classificação da metodologia

Quanto à forma de abordagem da problemática selecionada, optámos pela combinação do método quantitativo com o qualitativo para a obtenção de uma investigação mais rica e coesa (Figura 28). Sintetizando, trata-se de:

- i) uma pesquisa exploratória quanto aos objetivos determinados;
- ii) uma pesquisa aplicada quanto à sua natureza;
- iii) uma pesquisa quantitativa e qualitativa quanto à abordagem da problemática;
- iv) e uma pesquisa bibliográfica quanto à classificação dos procedimentos técnicos.

Figura 28 - Classificação da metodologia utilizada



Fonte: Elaboração própria.

Para além da pesquisa bibliográfica onde foi possível indagar as origens do estudo da criminalidade e os impactes que este tipo de investigação trouxe para a abordagem científica, também foi possível fazer um estudo documental de 25.010 ocorrências de crimes registados entre os anos de 2010 e de 2015 e referentes aos quatro municípios selecionados.

4.3.3. Fontes de informação utilizadas para a realização da investigação empírica

As fontes de informação utilizadas foram adaptadas às necessidades detetadas no decorrer da investigação. Optámos por entrevistar os presidentes das quatro câmaras municipais – Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão centrando o nosso foco na prevenção e na necessidade de construção de um planeamento preventivo. Estas foram realizadas entre os dias 20 e 26 de junho de 2018.

As fontes usadas foram:

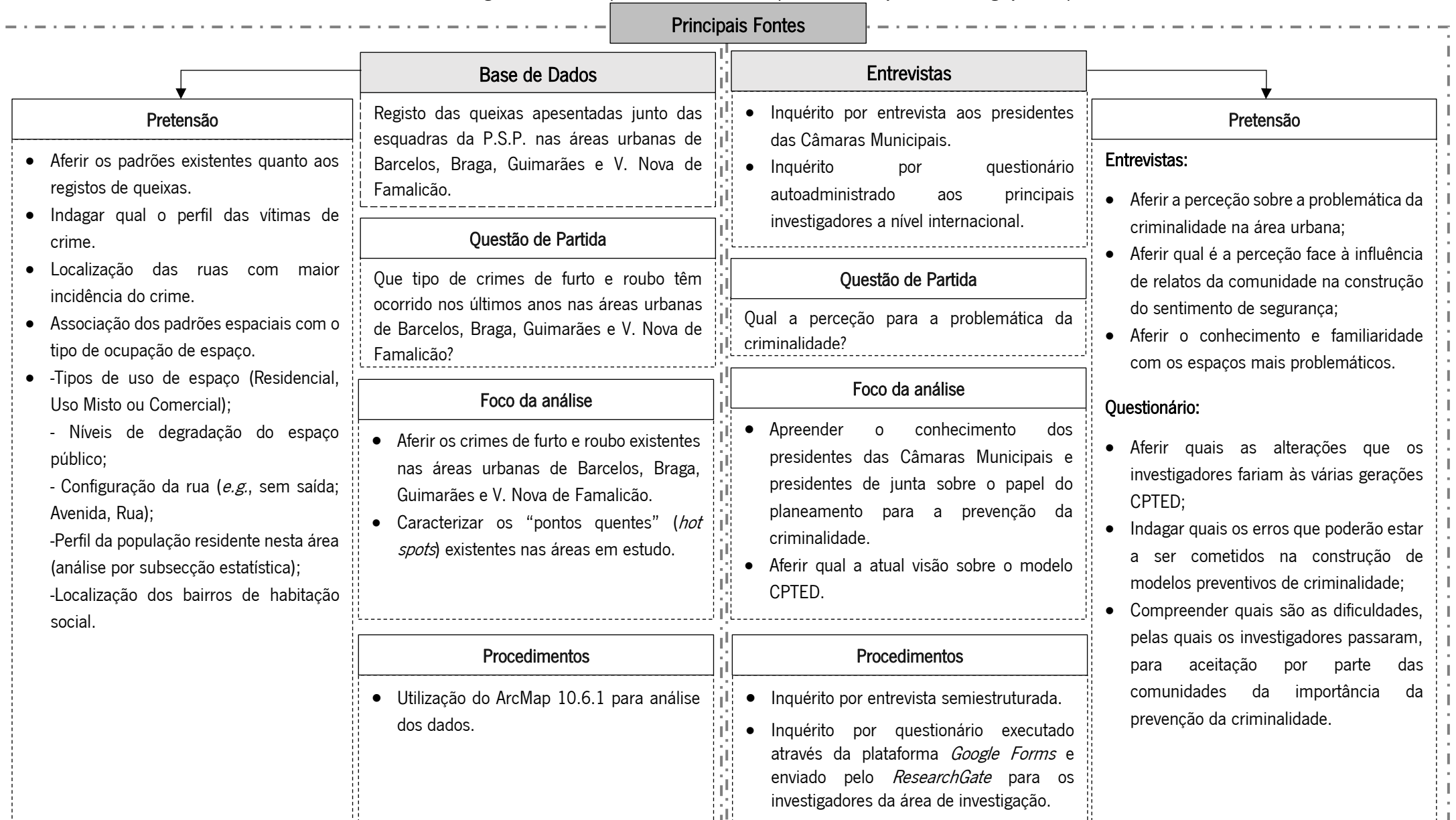
- i) a base de dados disponibilizada pela Polícia de Segurança Pública;
- ii) o inquérito por entrevista aos presidentes das quatro câmaras municipais;
- iii) o inquérito por questionário autoadministrado aos principais investigadores a nível internacional que contribuíram para a construção das várias gerações da Prevenção Criminal Através do Espaço Construído (CPTED) (Figura 29).

A partir da base de dados, foram diagnosticados os locais de maior incidência de ocorrências de crimes reportados à Polícia de Segurança Pública. O inquérito por entrevista aos presidentes incidiu nas políticas públicas para a prevenção da criminalidade.

Por fim, o inquérito por questionário autoadministrado dirigido aos investigadores que trabalham a prevenção da criminalidade, procurou aferir a opinião dos investigadores sobre o passado, o presente e o futuro do CPTED. Este último foi aplicado entre Maio e Agosto de 2018.

Importa ressaltar que também foram utilizados dados disponíveis no portal da Direcção-Geral da Política de Justiça, bem como da PORDATA - Base de Dados de Portugal Contemporâneo, que contém informação fornecida por uma série de instituições nacionais e internacionais. A restante informação deriva dos dados disponibilizados pelo *site* do Instituto Nacional de Estatística (I.N.E.) e *Eurostat*.

Figura 29 – Principais fontes utilizadas para a realização da investigação empírica



4.3.3.1. Tipos de crime usados e erros da base de dados

A análise da base de dados fornecida pelo Comando Distrital da P.S.P. de Braga para as áreas urbanas de Barcelos, Braga, Guimarães, e de V. Nova de Famalicão tentou responder à seguinte questão:

- Como poderão os dados fornecidos serem fonte de informação para a construção de um planeamento preventivo no âmbito do crime nos quatro municípios em análise? Na Tabela 26 são apresentadas as principais variáveis disponibilizadas pela P.S.P. (Polícia de Segurança Pública).

Tabela 26 – Principais variáveis disponibilizadas na base de dados fornecida pela P.S.P.

| Características da vítima: | Tipos de crime: |
|---------------------------------------|-----------------------------------|
| - Freguesia da vítima do crime; | - Furto de veículo ¹ ; |
| - Freguesia/rua onde ocorreu o crime; | - Furto em veículo ² ; |
| - Ano; | - Furto em residência; |
| - Mês; | - Furto em estabelecimentos; |
| - Dia; | - Roubo com recurso a arma; |
| - Hora; | - Roubo por esticção. |
| - Sexo da vítima; | |
| - Estado civil da vítima; | |
| - Profissão da vítima; | |
| - Idade da vítima. | |

Fonte: Elaboração própria tendo por base os dados fornecidos pela P.S.P. a 07/07/2015.

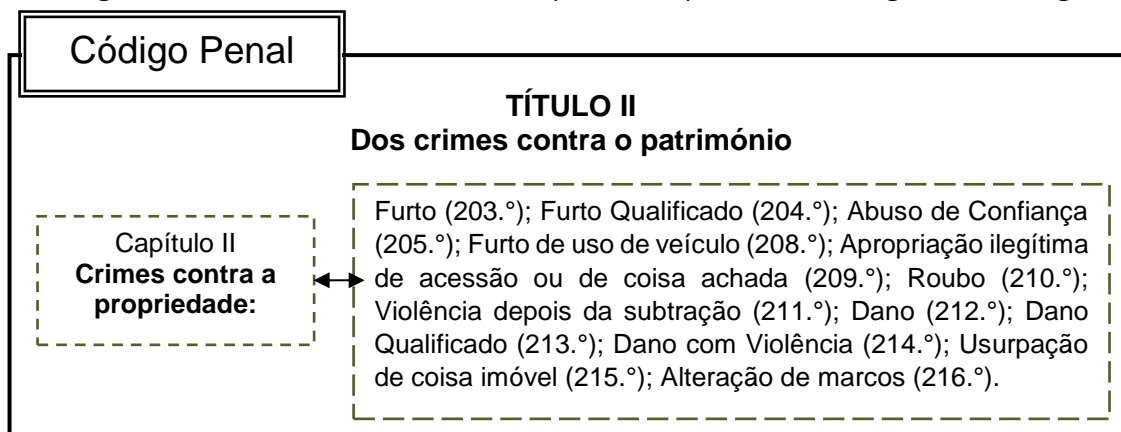
Analisadas as variáveis disponibilizadas, optou-se por focar a nossa análise no local de incidência onde ocorre o crime e os vários tipos de crime reportados.

Na anterior investigação realizada entre 2009 e 2012 no município de Guimarães, foram retiradas ilações que indicaram uma forte propensão para a existência dos crimes de furto e roubo em áreas urbanas (Silva, 2013). De entre os crimes contra o património, as várias variantes de crimes de furto e de roubo são as que mais motivam o sentimento de insegurança e desconforto no seio da população quando nos referimos ao usufruto dos espaços. Em Portugal, o atual suporte legislativo determina que o direito à propriedade deve ser garantido ao cidadão português. Este tem direito à sua transmissão em vida ou em morte, dentro dos termos legais da Constituição (nº 1 do art.º 62º da Constituição da República Portuguesa) (Figura 30).

¹ - "(...) Quem utilizar automóvel ou outro veículo motorizado, aeronave, barco ou bicicleta, sem autorização de quem de direito (...)" artigo 208.º do Código Penal.

² - Artigo 203.º / 204.º do Código Penal.

Figura 30 - Resumo dos crimes contra o património previstos no Código Penal Português



O direito à propriedade pode ser de carácter privado, coletivo, público ou cooperativo. Quando é violado o direito à propriedade, o Código Penal surge como o instrumento de enquadramento legal que permite a classificação da infração. Dentro dos crimes contra o património descritos no Código Penal, são os crimes contra a propriedade enumerados que determinam o enquadramento processual se os registos de ocorrências chegarem a tribunal e as violações do direito à propriedade forem comprovadas. Neste caso, o arguido deverá ser punido por lei.

Dentro do enquadramento legal descrito pelo Código Penal, a base de dados fornecida pela Polícia de Segurança Pública enquadra o registo das ocorrências em três patamares:

- i) “tipo de ocorrência” inserido nos “crimes contra o património”;
- ii) segue-se uma segunda subdivisão da informação em “subtipo de ocorrência” onde estão os “crimes contra a propriedade”;
- iii) e numa terceira e última classificação do tipo de ocorrência a “classificação estatística”.

Dentro da categorização da “classificação estatística” foi necessário o reajuste da informação em categorias mais restritas por forma a tornar a leitura da informação o mais clara possível quando fosse vertida para cartografia. Deste modo, de um espetro de 31 classificações estatísticas atribuídas aos tipos de ocorrência, foram consideradas na presente investigação 14 classificações. Foram agrupados os crimes de furto em 8 classificações (Tabela 27), e os crimes de roubo em seis (Tabela 28).

Tabela 27 – Classificação estatística atribuída após compilação dos crimes de furto

| Classificação estatística atribuída à ocorrência | Classificação atribuída após compilação |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - Furto de animais de explorações agropecuárias. - Furto de combustível em depósito/máquinas agrícolas ou industriais. - Furto de máquinas industriais ou agrícolas. - Furto de metais não preciosos. - Furto de oportunidade/objetos não guardados. - Furto de produtos agrícolas. - Furto e tráfico de obras e outros bens culturais. - Outros crimes contra a propriedade. - Outros crimes contra o património. - Outros furtos. | Furto. |
| <ul style="list-style-type: none"> - Furto em estabelecimento de ensino com arrombamento, escalamento ou chave falsa. - Furto em edifícios comercial ou industrial com arrombamento, escalamento ou chave falsa. - Furto em edifício comercial ou industrial sem arrombamento, escalamento ou chave falsa. | Furto a edifício comercial e industrial. |
| <ul style="list-style-type: none"> - Furto em outros edifícios com arrombamento, escalamento ou chave falsa. | Furto a outros edifícios. |
| <ul style="list-style-type: none"> - Furto em residência sem arrombamento, escalamento ou chave falsa. - Furto em residência com arrombamento, escalamento ou chave falsa. - Furto em áreas anexas a residência. | Furto a residência. |
| <ul style="list-style-type: none"> - Furto em veículo motorizado. | Furto em veículo. |
| <ul style="list-style-type: none"> - Furto de veículo motorizado. | Furto de veículo. |
| <ul style="list-style-type: none"> - Furto em supermercado. | Furto em supermercado. |
| <ul style="list-style-type: none"> - Furto por carteirista. | Furto por carteirista. |

Fonte: Elaboração própria tendo por base os dados fornecidos pela P.S.P. a 07/07/2015.

Tabela 28 - Classificação estatística atribuída após compilação dos crimes de furto

| Classificação estatística atribuída à ocorrência | Classificação atribuída após compilação |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> - Outros roubos. - Roubos a farmácias. - Roubos a ourivesarias. - Roubo a outros edifícios comerciais ou industriais. - Roubo a posto de abastecimento de combustível. | Roubo. |
| <ul style="list-style-type: none"> - Roubos a pessoas na via pública (exceto esticção). | Roubo a pessoas na via pública. |
| <ul style="list-style-type: none"> - Roubo a residência. | Roubo a residência. |
| <ul style="list-style-type: none"> - Roubo de viatura. | Roubo de viatura. |
| <ul style="list-style-type: none"> - Roubo em transportes públicos. | Roubo em transporte público. |
| <ul style="list-style-type: none"> - Roubo por esticção. | Roubo por esticção. |

Fonte: Elaboração própria tendo por base os dados fornecidos pela P.S.P. a 07/07/2015.

A base de dados foi, sem dúvida, a fonte de informação primária em que foi despendido mais tempo. O acesso ao número de ocorrências foi-nos facultado cerca de meio ano após os

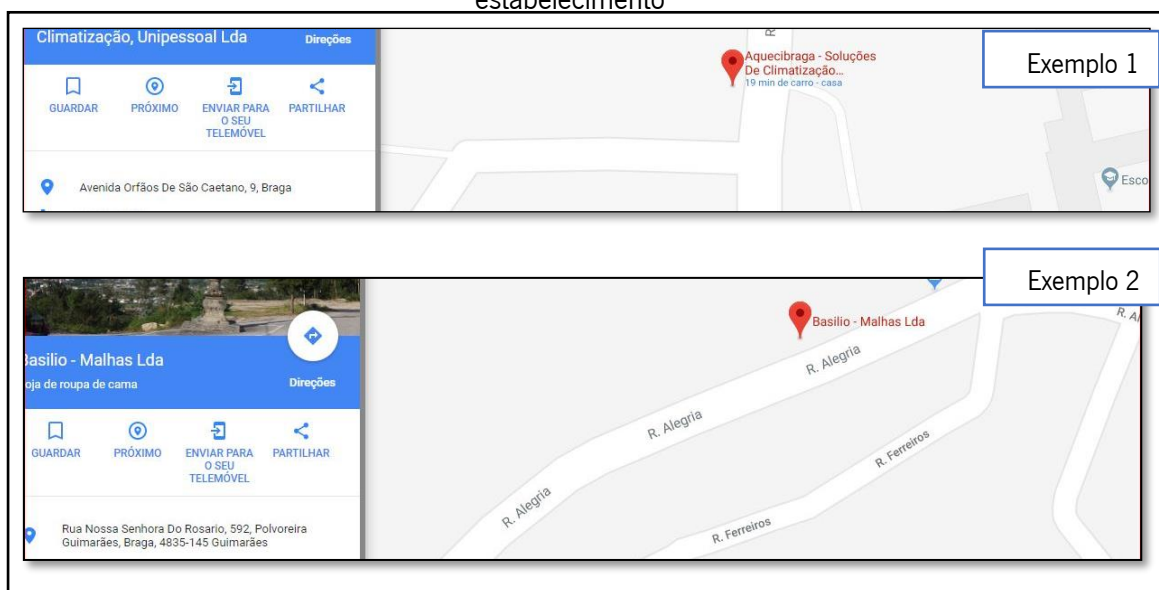
primeiros contactos, sendo-nos concedida a base a 07 de julho de 2015. À medida que íamos analisando os dados detetámos uma série de falhas, similares às identificadas em 2012/2013, aquando da investigação concretizada por nós sobre o município de Guimarães (Silva, 2013). As falhas mais comuns estão relacionadas com a identificação da vítima e do suspeito. No caso do “nome da rua da ocorrência do crime” nem sempre estava preenchido da mesma forma. As sucessivas falhas obrigaram-nos a reorganizar toda a base de dados de modo a alcançar uma melhor qualidade de dados.

Foram tratados 48.801 registos de crimes participados à Polícia de Segurança Pública entre os anos de 2010 e 2015. A base fornecida continha o registo de todos os municípios do Comando Distrital de Braga da jurisdição da P.S.P., sendo deste modo reduzida de forma substancial a base de informação. Os restantes dados que infelizmente tiveram de ser retirados da nossa análise prendiam-se com registos com ausência de preenchimento de campos de informação (n=774). Também detetámos falhas na descrição de elementos relevantes [local da ocorrência (freguesia/rua) ou a data da ocorrência do registo] (n=157), e optámos por retirar da análise o ano de 2010, visto que, este revelou uma baixa qualidade de informação (n=110). No entanto, apesar das falhas de preenchimento de campos da base de dados, pudemos trabalhar com 25.010 ocorrências.

Os reajustes para poder tornar viável a base de dados e para podermos prosseguir com a investigação foram executados ao longo de cerca de 2 meses (cerca de 196 horas de trabalho). Para a correção da coluna referente ao local da ocorrência da base construída (sendo esta que nos permitia determinar o local de maior incidência da criminalidade) foram necessários mais cerca de 3 meses (aproximadamente 290 horas), visto que, esta detinha inúmeros erros [e.g., nome de uma mesma rua escrita de inúmeras formas; ocorrências sem identificação do local do incidente; identificações vagas, tais como, “Numa das artérias da cidade de (...)”; “Numa das caixas de multibanco existentes na cidade”]].

Após a correção do nome das ruas, foi necessário estabelecer uma ligação que pudesse fornecer a georreferenciação da informação que detínhamos. Deste modo recorreremos ao uso do *Google Maps* para daí extrair, de forma manual, a coordenada da rua. Este processo tornou-se igualmente moroso e particularmente exigente sendo necessários cerca de 4 meses (perto de 400 horas) para a sua conclusão. Mas também esta opção acarretou alguns erros (Figura 31 e Figura 32)

Figura 31 - Erro 1: Nome da rua no Google Maps diferente do anunciado na morada do estabelecimento



Fonte: Informação captada entre setembro e dezembro de 2017.

Figura 32 - Erro 2: Nome da rua no *Google Maps* diferente do anunciado na placa da rua



Fonte: Informação captada entre setembro e dezembro de 2017.

Para poder colmatar os erros detetados, necessitámos de recorrer a outras plataformas como o *HERE* e o *MEO Drive*, para percebermos onde estavam os erros que iam surgindo no *Google Maps*. Para a organização, correção e adaptação da base de dados foram gastos cerca de 9 meses.

No que se refere à associação do local (rua) a uma coordenada, foi um acrescento aos dados originais por forma a poder estabelecer padrões associados a locais (ruas). Como não detínhamos o número de porta associado ao local, optámos por seleccionar, de forma aleatória, a coordenada de um ponto da rua, porque apesar de ser necessária a localização o mais exata possível do local da ocorrência, as carências e falhas anteriormente detetadas levaram-nos a optar por trabalhar à escala da rua. Este trabalho moroso e limitador em termos de investigação poderia ser evitado se existisse uma coordenada associada ao local do evento do crime. Como tal ainda não é possível, a existência de uma padronização aquando do preenchimento do campo do nome da rua tornaria o trabalho muito mais ágil.

4.3.3.2. Entrevistas semidirectas

Com o decorrer da pesquisa, e aquando da construção dos guias orientadores dos temas que deveriam ser tratados pelo Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC), constatámos que não poderíamos propor a construção do mesmo sem antes perceber se era necessária uma sensibilização junto de quem seriam os promotores do gabinete.

Posto isto, decidimos entrevistar os representantes máximos dos órgãos de gestão municipal. Assim sendo, foi estabelecido o número de entrevistas necessárias (quatro). De entre os vários especialistas que fazem uso deste método de pesquisa, não existe um consenso quanto ao número de entrevistas. Para Gérald Boutin (2018) o mais importante não é a quantidade mas sim a qualidade do depoimento e a profundidade do mesmo. Ao longo dos anos, a importância da entrevista em contexto de investigação científica foi sendo enriquecida, tornando-se inquestionavelmente num método de pesquisa qualitativa, ultrapassando a visão estereotipada de uma simples conversa, passando a um método de coletar informações sobre um determinado assunto (Boutin, 2018). São vários os investigadores que fazem uso de distintas técnicas de análise de conteúdo.

A flexibilidade na análise das entrevistas levou-nos a pensá-la e a construí-la de modo a ir de encontro aos objetivos da pesquisa, e para tal usamos como base de análise Laurence Bardin

(2016) e Johnny Saldaña (2016), visto tratarem-se de autores cujas técnicas de análise de conteúdo melhor se adaptavam à investigação e com reconhecida competência internacional. Poder concluir algo com as palavras que foram proferidas a propósito de determinada realidade e com isso “utilizar a singularidade individual para alcançar o social” (Michalet, 1975 citado por Bardin, 2016: 90), foi uma das nossas preocupações.

Considerando que se tratar de uma entrevista construída como resposta a uma necessidade detetada ao longo da investigação, foi sendo construída tendo por base uma das nossas questões de partida:

- *Qual é a perceção dos autarcas das áreas mais críticas e quais as medidas que estão a ser implementadas?*

Assim sendo os pré-requisitos de aplicação da entrevista foram:

- o entrevistado deverá ser Presidente da Câmara Municipal;
- o conceito de Prevenção Criminal Através do Espaço Construído (CPTED) deverá ser invocado apenas no corpo do primeiro *email* de contacto enviado para os intervenientes da entrevista;



Porquê dos pré-requisitos.

- aferir até que ponto existe conhecimento sobre os vários modelos de prevenção criminal;
- determinar a necessidade de modelos preventivos para o território;
- perceber a quem é delegada a função de gestão da criminalidade.

Neste sentido, os objetivos gerais da entrevista foram:

- aferir qual é a necessidade para a criação e aplicação de formações vocacionadas para os gestores do território em relação à temática da prevenção criminal;
- abrir caminho para a sensibilização da necessidade de implementação de um Gabinete Técnico de Prevenção Criminal.

Optou-se ainda pelos seguintes objetivos específicos:

- aferir a sensibilidade dos entrevistados no que concerne à prevenção criminal;

- determinar até que ponto a prevenção da criminalidade é invocada como uma necessidade dentro das políticas públicas municipais;
- caracterizar a familiaridade com o conceito de Prevenção Criminal Através do Espaço Construído (CPTED);
- aferir a existência, ou não, de políticas públicas vocacionadas especificamente para o contexto da prevenção criminal a serem aplicadas no município.

O guião foi construído com três grupos de perguntas com focos distintos, sendo que num primeiro grupo (Figura 33 e consultar guião completo no Anexo 2), o foco da entrevista eram as políticas públicas existentes dentro do contexto do quadrilátero urbano no que concerne à segurança.

Figura 33 - Primeiro grupo de perguntas do guião da entrevista

Grupo I

Vou começar por lhe colocar algumas questões relacionadas com a segurança no Quadrilátero Urbano.

1. Na sua opinião, os municípios do Quadrilátero Urbano são seguros? Se sim, porquê? Se não, quais são os fatores que causam insegurança?
2. Como avalia as políticas de prevenção do crime nos municípios Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão? A criminalidade tem sido uma preocupação das políticas de cooperação entre os quatro municípios?
3. Existe algum tipo de medidas de prevenção de criminalidade aplicáveis ao nível do Quadrilátero Urbano? Se sim, quais são os programas? E quem são as entidades responsáveis pela manutenção e aplicabilidade dos mesmos? Se não, porque não existem essas medidas?

Fonte: Elaboração própria.

O segundo grupo de perguntas visava indagar quais as políticas municipais que tratavam a questão da prevenção da criminalidade e se existia algum plano de intervenção nesse sentido (Figura 35).

Figura 34 - Terceiro grupo de perguntas do guião de entrevista

Grupo III

E em relação ao futuro.

13. Quais são as prioridades para ações futuras de prevenção a nível da câmara municipal? E a nível do Quadrilátero Urbano?

Fonte: Elaboração própria.

Figura 35 - Segundo grupo de perguntas do guião de entrevista

Grupo II

Vou agora fazer-lhe algumas perguntas que visam recolher a sua posição face às políticas municipais de prevenção da segurança.

4. Na sua opinião, existem locais dentro da área urbana do município onde a comunidade possa ter razões para se sentir particularmente insegura? Se sim, consegue-me nomear os locais e respetivas freguesias? Dos locais por si sinalizados sabe-me nomear quais os tipos de crimes mais recorrentes?

5. Na sua perspetiva, as respostas sociais têm colmatado as inseguranças de todos os grupos da comunidade?

6. O que tem sido feito quanto a medidas preventivas contra a criminalidade no município?

7. Dos programas aplicados, que resultados foram obtidos até ao momento?

8. Na sua opinião, os programas existentes bem como os seus resultados têm produzido impactes positivos junto da comunidade em geral?

9. Considera que a estrutura organizacional atual de prevenção da criminalidade, com o exemplo dos Contratos Locais de Segurança, tem revelado uma operacionalização eficaz?

10. Na sua opinião, na possibilidade de existir liberdade de atuação na construção de modelos de prevenção a curto, médio e longo prazo, através de um gabinete controlado pela própria administração local, que promova a gestão, aplicabilidade e manutenção de medidas preventivas de criminalidade, este seria mais ou menos benéfico para a prevenção da criminalidade?

11. A preocupação pela segurança está alocada a algum gabinete que se dedique exclusivamente à questão? Ou faz parte de forma transversal a todos os setores da câmara?

12. Na sua perspetiva, fazia sentido ou era viável, a criação de um gabinete alocado à administração local que se dedicasse exclusivamente à problemática da prevenção da criminalidade?

Se não, porquê? Se sim, fazia sentido deter capacidade de gerar conhecimento e produzir medidas preventivas que fossem para além da criação de programas, investindo também na construção de uma malha urbana que permita uma mais efetiva prevenção dos crimes?

Fonte: Elaboração própria.

O último grupo de perguntas continha apenas uma questão e visava determinar se existia algum tipo de ações futuras pensadas, ou se, a entrevista tinha sortido algum tipo de efeito positivo imediato levando o entrevistado a ponderar o tema da prevenção da criminalidade em futuras intervenções.

Após a construção do guião de entrevista foi realizado um pré-teste do mesmo junto de dois elementos com diferente nível de instrução, bem como de área de ação, por forma a determinar possíveis dificuldades de compreensão das questões e da sua sequência. Assim sendo, foi feito o pré-teste com:

- i) um aluno de doutoramento familiarizado com o tema, tendo uma duração média de 15 minutos;
- ii) uma presidente de junta com o grau de licenciada, com duração média de 25 minutos.

Após a realização do pré-teste, foram feitos alguns ajustes ao guião original de entrevista.

Segundo Laurence Bardin (2016) as entrevistas semidirectas ou semiestruturadas devem ser registadas e integralmente transcritas, tendo sido este o segundo passo realizado. Após a transcrição de todas as entrevistas foi feita uma leitura no sentido de uma obtenção geral do resultado da entrevista. Depois desta primeira leitura, iniciou-se uma leitura compreensiva do contexto auxiliada por uma série de perguntas:

- “O que está a pessoa a dizer realmente?
- O que poderia ter dito de diferente?
- O que foi omitido?
- O que diz sem dizer?
- Qual a lógica discursiva do conjunto?” (Bardin, 2009: 94).

A sequência da análise das entrevistas teve por base a sintagma da resposta e o pragmatismo da mesma, por forma a encadear o pensamento numa sucessão de palavras que ao mesmo tempo indaga o universo de possíveis respostas e, por outro lado, a procura de motivos para possíveis informações que foram omitidas por um entrevistado e não por outro (Bardin, 2009).

4.3.3.3. Inquérito *online*

O inquérito por questionário autoadministrado enviado *online* através da plataforma *Researchgate* aos principais investigadores a nível internacional que contribuíram para a construção das várias gerações CPTED, surgiu para auscultação sobre a opinião dos mesmos sobre o passado, o presente, e o que pode ser o futuro da prevenção do crime através do *design* ambiental.

Esta técnica tentou responder à seguinte questão de partida:

- Qual é a perceção dos especialistas, sobre o passado, sobre o que está a ocorrer no presente, e o que pode ser o futuro do modelo CPTED?

Não sendo uma inquirição basilar da presente investigação, apresenta-se como uma abordagem complementar, onde partindo da opinião e experiência adquirida sobre contextos territoriais, culturais e políticos os seus discursos podem servir como exemplo para as entidades gestoras do território em estudo. Desta forma, foi elaborado um guião de entrevista, que contemplou seis perguntas:

1. O CPTED é uma estratégia complexa que inclui uma variedade de intervenções e respostas comportamentais de vários grupos de usuários e que é baseada em seis conceitos: territorialidade, vigilância, controlo de acesso, suporte à atividades, imagem/manutenção e endurecimento de alvos. Atualmente acrescentaria, reformaria ou retiraria alguns desses conceitos? Porquê?
2. Na sua opinião, quais são os pontos fracos do modelo CPTED?
3. Uma das críticas teóricas do CPTED é a sua operacionalização. Na sua opinião, qual é a forma mais eficaz de tornar operacionais as medidas CPTED?
4. No país onde mora, como funcionam as políticas de prevenção do crime? Existe algum local/serviço responsável pela prevenção do crime a nível do município ou é a nível de cidade?
5. Olhando para o futuro, como vê a evolução do CPTED?
6. E o que pode ser feito no futuro?

O inquérito foi enviado, em versão inglesa, inicialmente a 27 investigadores, mas obtivemos apenas 2 respostas. Após cerca de 3 semanas da primeira tentativa, optou-se por reenviar uma segunda tentativa através de uma mensagem privada privilegiando, além dos investigadores iniciais mais 8 investigadores, incluindo nesta segunda tentativa um investigador português que tem uma colaboração com uma rede europeia de investigação de prevenção da criminalidade. A segunda tentativa não conseguimos obter nenhuma nova resposta

correspondendo, no total a quatro inquiridos oriundos de culturas, países e situações profissionais distintas (Figura 36).

Figura 36 - Nome e país de residência dos inquiridos

| Filiação | País de residência |
|--------------------------|---------------------------|
| Kimihiro Hino | Japão |
| Paul van Soomeren | Holanda |
| Martin Andresen | Canadá |

Fonte: Elaboração própria.

Passados três meses das várias tentativas, e com a consciência de se tratar de um método de obtenção de resposta com baixo risco de sucesso, optámos por retirar o inquérito da plataforma *online*, e utilizar a informação fornecida pelos investigadores como complemento à informação adquirida ao longo da investigação.

4.3.3.4. Constrangimentos das fontes de informação utilizadas

Após as várias adaptações que foram surgindo na metodologia, na reta final do processo de investigação deparamo-nos com a necessidade de readaptar mais uma vez a metodologia adotada nas entrevistas semidirectas ou semiestruturadas.

No decorrer do processo de tentativa de contacto com os presidentes das várias Câmaras Municipais deparamo-nos com o constrangimento de obter resposta por parte da Câmara Municipal de Barcelos. Ao longo de dois meses foram realizadas várias tentativas via e-mail, telefonicamente e por via presencial, mas sem resposta positiva.

Tendo em consideração que o objetivo seria a aferição da opinião dos quatro representantes máximos das urbes que compõem o Quadrilátero Urbano, e face à impossibilidade de obtenção de uma entrevista por parte de um representante das quatro Câmaras Municipais, optou-se pela auscultação de alguns presidentes de junta de freguesia. Deste modo, partindo da premissa de ser necessário colmatar a necessidade de perceber a realidade da urbe de Barcelos, optou-se por fazer um levantamento de todas as freguesias que compunham as quatro urbes do Quadrilátero Urbano – Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão, seguido da aferição de entre todas quais eram as que detinham um maior número de habitantes a par de um maior número de crimes em estudo.

Deste modo chegamos a uma lista de 10 freguesias no seio dos quatro municípios onde o número de habitantes e o número de crimes em estudo são mais elevados (Tabela 29).

Como a junta de freguesia se trata de uma entidade governativa, contextualizada dentro do poder local, mas distinta do poder governativo camarário adaptou-se o guião de entrevista (consultar guião completo no Anexo 3) ao contexto em análise.

Mas também nesta segunda tentativa de escutar as várias entidades locais não foi possível obter uma das entrevistas. Durante cerca de 2 meses foram feitos vários contactos telefónicos no sentido do agendamento da entrevista com o presidente da junta de Azurém do município de Guimarães, mas infelizmente não nos foi concedida a entrevista.

Tabela 29 - Freguesias com maior número de habitantes vs. maior número de crimes em estudo

| Município | Freguesias |
|-------------------------------|---|
| Barcelos | <ul style="list-style-type: none"> • Arcozelo • União das Freguesias de Barcelos, Vila Boa Frescainha São Martinho e Vila Boa Frescainha São Pedro |
| Braga | <ul style="list-style-type: none"> • São Vítor • São Vicente • União das Freguesias de Braga São José de São Lázaro e São João do Souto |
| Guimarães | <ul style="list-style-type: none"> • Creixomil • Azurém • União de Freguesias de Oliveira São Paio e São Sebastião |
| Vila Nova de Famalicão | <ul style="list-style-type: none"> • União das Freguesias de Antas e Abade de Vermoim • União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário |

Fonte: Elaboração própria.

4.4. Contexto do Quadrilátero urbano e enquadramento das freguesias em estudo

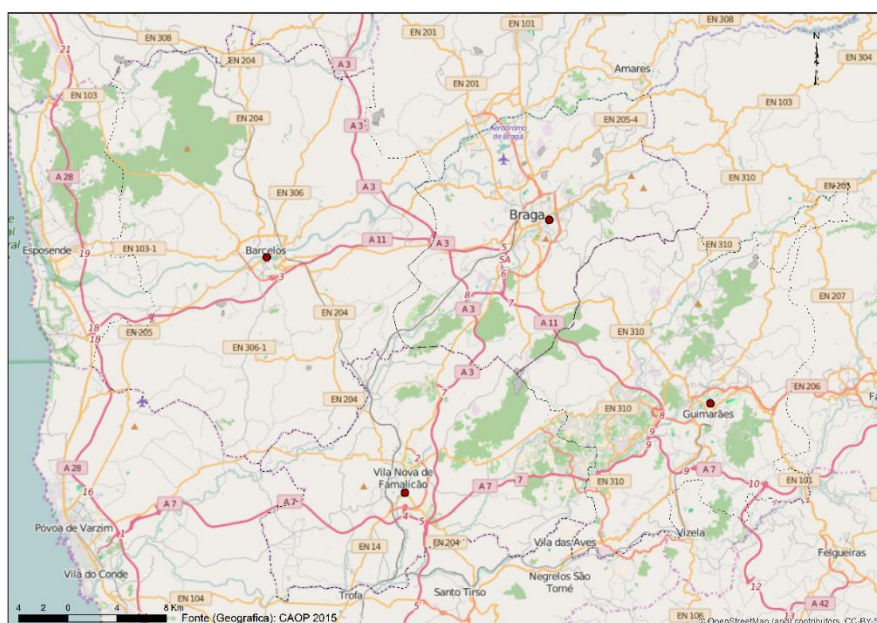
A abreviatura Quadrilátero Urbano foi estabelecida durante o período de 2008-2015 associada à criação da Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano para a Competitividade, a Inovação e a Internacionalização. Esta associação de municípios teve em vista aquando da sua criação, garantir apoios para o desenvolvimento e execução de um projeto regional que visava a competitividade, a inovação e a internacionalização da região. Esta foi criada com o objetivo de poderem concorrer a programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (Q.R.E.N.), com a ambição de investir em áreas como as tecnologias digitais, a mobilidade e a cultura. Os estatutos do Quadrilátero Urbano previam “a promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental dos territórios urbanos abrangidos” (Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero, 2008: 1). A rede urbana ambicionada aquando da fundação da associação procurava responder às necessidades de uma região demográfica de meio milhão de habitantes nas áreas urbanas e de cerca de um milhão nas áreas envolventes, com

uma dinâmica e competitiva rede empresarial, onde agrega *clusters* empresariais de excelência (Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero, 2008).

Quadrilátero Urbano enquadra-se nas NUTS III Cávado e Ave que se subdivide em 4 municípios: i) Barcelos atualmente com 61 freguesias; ii) Braga com 37 freguesias; iii) Guimarães com 48 freguesias; iv) e Vila Nova de Famalicão com 34 freguesias.

Aquando do último levantamento censitário (2011) esta região aglomerava um total de 593.841 residentes, sendo que destes, 239.895 residiam em cidade (Instituto Nacional de Estatística, 2017d) (Figura 37).

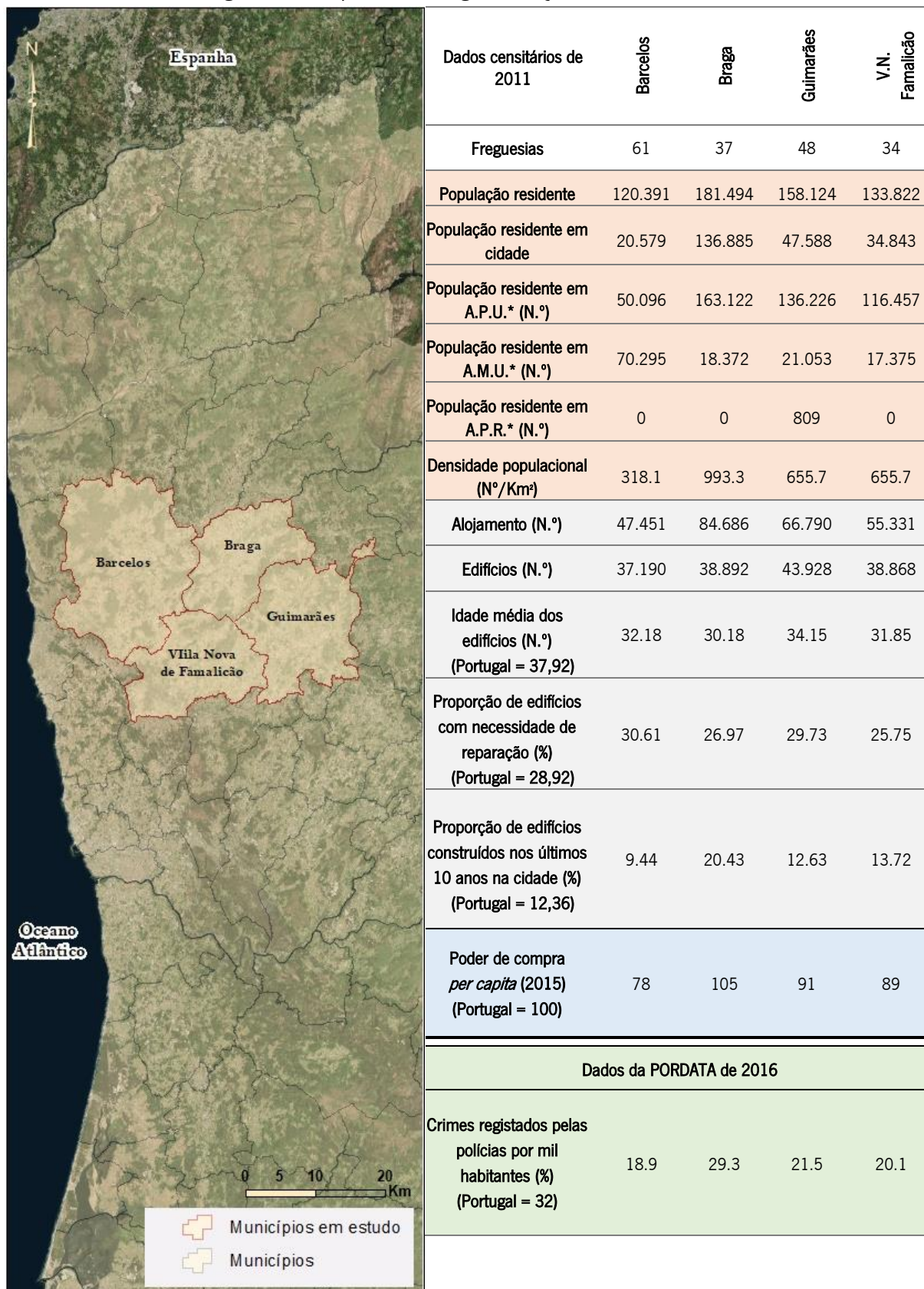
Figura 37 - Enquadramento das áreas urbanas em estudo no contexto do Noroeste de Portugal



Fonte: Elaboração própria e tendo por base a CAOP 2015.

O município de Guimarães apresenta o maior número de edifícios (43.928 mil – edifícios) mas, no entanto, é a área urbana de Braga que apresenta maior número de alojamentos (84.686 mil). Os municípios de V. Nova de Famalicão apresenta 38.868 mil - edifícios e 55.331 mil – alojamentos, e por fim Barcelos com 37.190 mil - edifícios e 47.451 mil - alojamentos (Instituto Nacional de Estatística, 2012a, 2015b). A idade média dos edifícios rondava, em 2011, os 30 anos, sendo o município de Barcelos (30,61%) o que apresentava uma maior proporção de edifícios com necessidade de reparação, seguindo-se Guimarães (29,73 %), Braga (26,97%) e o município de V. N. de Famalicão (25,75%), sendo que apenas este último município foi o único a apresentar uma percentagem inferior à nacional (28,92%) (Instituto Nacional de Estatística, 2013b, 2016c) (Figura 38).

Figura 38 - Enquadramento geral do Quadrilátero Urbano



* A.P.U. - Áreas Predominantemente Urbanas / A.M.U. - Áreas Mediamente Urbanas / A.P.R. - Áreas Predominantemente Rural (Instituto Nacional de Estatística, 2012a, 2013b, 2015d, 2015b, 2016c, 2016g, 2017c, 2017d)

Os dados censitários de 2011 sobre a proporção de edifícios construídos nos últimos dez anos nas cidades (%) mostram-nos que neste período temporal a percentagem de edifícios construídos em cidade, com a exceção de Barcelos, era superior à percentagem nacional (12,36%), especialmente no município de Braga com 20,43% (Instituto Nacional de Estatística, 2015d). Quanto ao Indicador *per Capita* (IpC) do poder de compra, que pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente. Braga (105) apresentou em 2015 um valor superior ao valor nacional de referência (Portugal = 100), seguido pelo município de Guimarães (91), V. Nova de Famalicão (89) e por fim Barcelos (78) (Instituto Nacional de Estatística & PORDATA, 2015a).

Dada a dinâmica do Quadrilátero Urbano a partir de 2016 a congregação municipal passa a ser de duração indeterminada, sendo estabelecido um Pacto para a Competitividade e Inovação com enfoque em 3 eixos:

- i) cidades internacionais;
- ii) cidades inteligentes;
- iii) cidades inovadoras e criativas. A incorporação de parcerias com os agentes das comunidades, através, dos centros de investigação (*e.g.*, Universidade do Minho), do tecido empresarial (*e.g.*, Associação Industrial do Minho) e dos centros de conhecimento (*e.g.*, Centro Tecnológico das Indústrias do Têxtil e do Vestuário de Portugal) vem dar um novo impulso à região.

O Quadrilátero Urbano beneficia de infraestruturas viárias e hidrográficas fundamentais para impulsionar o fomento e dinamização das empresas, potenciando as possíveis trocas comerciais nacionais e internacionais. O fácil acesso, permite não só a dinâmica empresarial, mas também potencia a região para o acolhimento de um maior número de turistas e visitantes nacionais e internacionais.

Historicamente, a cidade de Braga tem manifestado uma elevada capacidade para fixar população, dada a sua capacidade de oferta de bens e serviços. Por outro lado, temos a cidade de Barcelos com vestígios de ruralidade, mas com um perfil industrial muito vincado (Bastos & Ribeiro, 2011). As áreas urbanas situam-se junto às margens do rio Cávado, dando este recurso hídrico nome à NUTIII que abrange a região (Figura 39). O curso de água que percorre os dois municípios promove a existência de solos férteis nas margens do seu leito. O município de Barcelos é atravessado por este recurso hídrico permitindo a existência de condições geográficas impulsionadoras de uma concentração de empresas no setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (n=1.454) sendo também dentro deste setor de atividade o que emprega

mais trabalhadores (n=1.982) no contexto do quadrilátero (Instituto Nacional de Estatística, 2016e, 2016a).

Figura 39 - Enquadramento territorial dos municípios de Barcelos e de Braga



Fonte: Elaboração própria tendo por base a CAOP 2015.

No entanto, outros recursos naturais como a pedra granítica ou a argila promoveram setores da indústria de renome nacional e internacional como é o caso da cerâmica, com o “Galo de Barcelos”. Apesar do peso dos recursos naturais, são as empresas de comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos que em maior número existem. Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística, em 2016, existiam em Barcelos 2.928 empresas ligadas a esta atividade económica. O segundo maior ramo de atividade, com maior número de empresas, era o setor da indústria transformadora com 2.530 empresas. De um total de 12.866 empresas existentes no município de Barcelos, que empregavam 48.267 trabalhadores, 12.028 eram empresas que empregavam menos de 10 pessoas, 838 empregavam mais de 10 pessoas, e dentro destas existiam 5 onde estavam empregadas 250 ou mais pessoas (Instituto Nacional de Estatística, 2016b). Dentro do contexto empresarial, são as pequenas empresas que têm um maior peso, sendo também estas as mais vulneráveis às crises do mercado económico.

Dentro do contexto do quadrilátero, o município de Braga tem um legado histórico que lhe permite manter o dinamismo e hegemonia. A cidade de Braga remonta ao período romano com atribuição do título de *Bracara Augusta* sendo a sede administrativa e religiosa nesse período. A partir de então, tem vindo a evoluir sempre sem perder as suas raízes históricas. Tem atraído

população que para aí vem viver ou visitar graças à sua dinâmica social, cultural e económica. No século XX, a área urbana voltou a evidenciar um novo impulso com a criação da Universidade do Minho, trazendo dinamismo ao comércio, ao mercado de arrendamento e à vida social da cidade. A área urbana de Braga é tida como um dos principais polos de concentração populacional da Grande Área Metropolitana do Minho, estando situada entre os 10% de cidades (n=17) que aglomeram um maior volume populacional no escalão de mais de 50 mil habitantes. Mas se afunilarmos a análise para mais de 100 mil habitantes, a área urbana de Braga integra as sete mais populosas a par de áreas urbanas de Lisboa, do Porto, de Vila Nova de Gaia, da Amadora, do Funchal e de Coimbra.

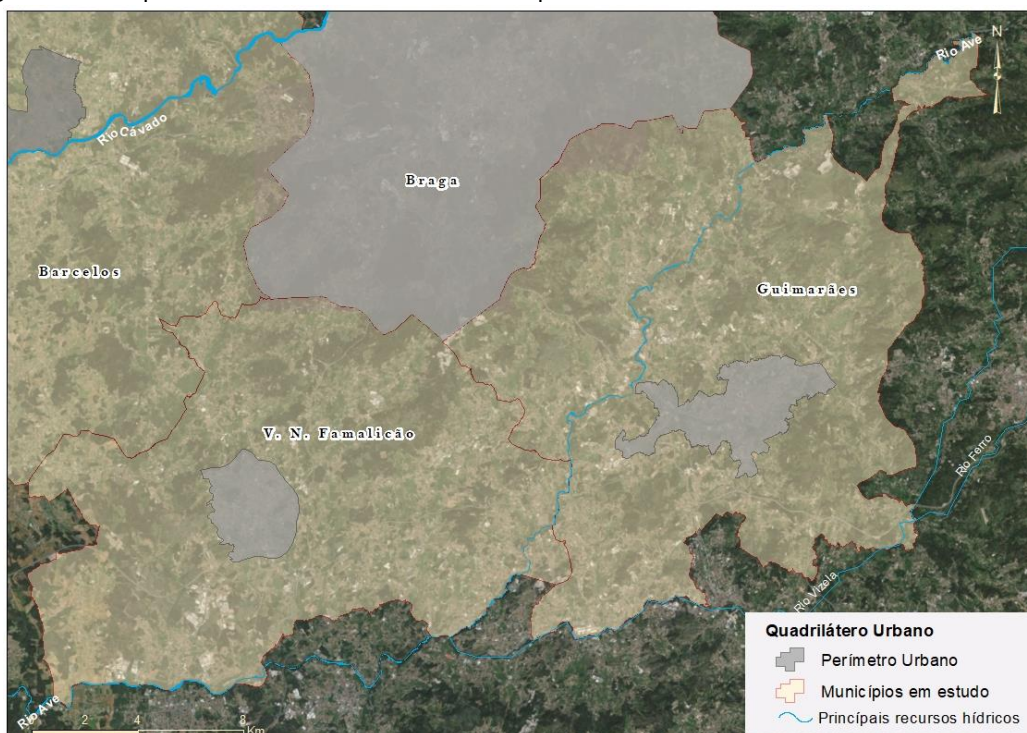
Temos de salientar o relevo que estas áreas urbanas detêm, visto concentrarem 14% da população residente em Portugal, o que representa mais de um terço da totalidade da população residente em áreas urbanas (Instituto Nacional de Estatística, 2014b). O dinamismo do município de Braga associa-se à sua importância como centro de atração pelo seu arcaboiço histórico e influência económica, turística e cultural, para além da capacidade científica que a sua área urbana alberga com os vários polos universitários e centros de investigação e formação. O setor empresarial é bastante dinâmico. Em 2016 acolhia um total de 20.072 empresas onde estavam empregados 67.010 trabalhadores (Instituto Nacional de Estatística, 2016a, 2016e). Neste município, tal como acontece nos restantes, predominam as empresas com menos de 10 trabalhadores (n=19.099), seguindo-se as empresas com mais de 10 trabalhadores (n=973), sendo as empresas com 250 trabalhadores ou mais de apenas 12. O setor de atividade empresarial predominante é o comércio por grosso e a retalho, a reparação de veículos automóveis e motociclos (n=4.039), seguindo-se as atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (n=2.665), e em terceiro lugar do *ranking* do setor da atividade económica com maior importância estão as atividades administrativas e dos serviços de apoio (n=1.557) (Instituto Nacional de Estatística, 2016a).

Apesar dos municípios de Guimarães (n=15.130) e Vila Nova de Famalicão (n=12.995) não apresentarem o maior número total de empresas, estes são os municípios que albergam o maior número de empresas com 250 ou mais trabalhadores (n=15) em 2016. Apesar de serem áreas urbanas distintas partilham de uma mesma carga genética fortemente associada pela indústria têxtil/vestuário, sendo esta região do Vale do Ave reconhecida a nível nacional pela sua atividade económica (Marques, 1988; Fonseca & Ramos, 2009).

Segundo Recenseamento Geral da População, em 2011, o município de Guimarães possuía 158.124 habitantes, residindo dentro do perímetro urbano 47.588 vimaranenses. No caso do município de Vila Nova de Famalicão a sua população era de 133.822, e 34.843 famalicenses viviam na cidade (Instituto Nacional de Estatística, 2012b, 2017b). Estes dois territórios apesar de apresentarem evoluções diferenciadas no que diz respeito à organização da sua malha urbana partilham da mesma influência no que se refere à evolução de um semelhante tecido empresarial e às características populacionais que ditaram a sua atual situação económica. Ao longo das últimas décadas, estes dois municípios têm-se revelado como polos de atração para habitantes dos municípios periféricos. A evolução populacional, fruto de processos de migração e/ou de natalidade, não tem permitido aos municípios assegurar o crescimento populacional.

A área urbana de Guimarães (Figura 40), também ela portadora de uma grande carga histórica é considerada a “cidade berço” da nacionalidade portuguesa.

Figura 40 - Enquadramento territorial dos municípios de Guimarães e de V. Nova de Famalicão



Fonte: Elaboração própria tendo por base a CAOP 2015.

A sua génese histórica ainda hoje é o orgulho dos vimaranenses, que se reveem como os descendentes diretos de uma cultura muito própria e especial. Esta particularidade e zelo pelo património histórico permite que o centro da cidade permaneça com a traça arquitetónica bastante semelhante à original, o que faz desta um símbolo distintivo e de particular interesse turístico. O percurso evolutivo desta cidade nem sempre lhe foi muito favorável. Atravessou um período de

ascensão económica, com a criação das fábricas de curtumes, cutelaria e têxtil, mas a liberalização dos mercados e a situação nem sempre favorável da conjuntura nacional ditou a falência de parte das empresas (Marques, 1988). Os primeiros aglomerados fabris no país foram implementados em Guimarães no século XIX e a evolução do tecido empresarial acabou por, em pouco tempo, crescer no Vale do Ave, devido à sua favorável localização geográfica junto do rio ave (Oliveira, 1984; Marques, 1988). A requalificação do tecido empresarial deveu-se não só aos fatores geográficos, mas também à existência de três unidades de produção de energia elétrica, duas delas em freguesias de Guimarães (Ronfe e São Jorge de Selho), aleano-se à disponibilidade de mão-de-obra, cujos salários eram pagos abaixo dos oferecidos na região do Grande Porto, bem como, a existência de conhecimento técnico que era disponibilizado pela Escola Industrial Francisco de Holanda em Guimarães (Oliveira, 1984; Marques, 1988). A coexistência destes fatores permitiu uma fácil transição da produção de manufatura para a indústria. Esta revolução teve como impulso a primeira Exposição Industrial realizada em Guimarães em junho de 1884 (Oliveira, 1984; Marques, 1988). Este evento permitiu chamar a atenção nacional e internacional de mercados, para a possibilidade de investimento num sistema produtivo que se mostrava de ponta. Entre a primeira e segunda Exposição Industrial realizada em 1923 a indústria sofreu algumas alterações reconvertendo as tecelagens de linho e assedeiras para a produção de têxteis algodoeiros, bem como as suas variantes de tinturaria, fição e a tecelagem de malha de algodão. Este tipo de indústria evoluiu de forma exponencial por toda a região (Oliveira, 1984; Marques, 1988).

Vila Nova de Famalicão, pelos inícios do século XX, foi impulsionado pelo eixo que se ia formando e que vinha de Guimarães. Vê as empresas a surgir e a ganhar alguma visibilidade em especial as pequenas oficinas têxteis (Alves, 2005). Um fator importante na história do município de V. Nova de Famalicão é o seu processo de intitulação de município que foi relativamente recente, quando comparado com os restantes municípios que agregam as áreas urbanas em estudo. Até à consolidação do município, V. Nova de Famalicão estava agregado ao território da comarca de Barcelos. O território foi fixado aquando da Revolução Liberal, sendo por tal facto, um município sem um núcleo edificado coeso ou com um conjunto de edifícios e estruturas públicas representativas de um longo legado histórico. O processo de consolidação e urbanização foi tardio, existindo apenas referência a alguns coutos e honras do período pombalino-mariano (Capela, 2005a, 2005b; Magalhães, 2005). Vila Nova de Famalicão desenvolveu-se na confluência de eixos viários. O inicial crescimento urbano deu-se em torno da rede viária, com especial destaque da

ligação Porto-Braga, e a cobertura do município com uma rede viária eficiente apenas se deu ao longo da década de 1870, permitindo, deste modo, a consolidação do município. Mais tarde com a revolução dos transportes, na segunda metade do século XIX, Vila Nova de Famalicão recebe, em 1875, a ligação férrea, sendo referenciado por Silva (2005) como um dos motivos para a estagnação do alargamento do perímetro urbano.

Ao longo do século XIX a evolução histórica de V. Nova de Famalicão caracteriza-se pelo: i) desenvolvimento demográfico; ii) crescimento dos sectores secundário e terciário associado à crescente diferenciação e especialização da produção de bens, produtos e serviços; iii) consolidação do núcleo urbano na sede do município; iv) consolidação do desenvolvimento do setor empresarial, em especial o setor têxtil, desenvolvendo-se o eixo Famalicão - Guimarães. O designado Vale do Ave ganha particular expressividade e importância dentro do contexto industrial no início do século XX. A transformação do algodão predomina no setor leste do município prolongando-se até Guimarães. A indústria algodoeira ganha particular relevo graças à concentração de mão-de-obra neste eixo (Alves, 2005; Magalhães, 2005). Graças ao peso da industrialização, nestes dois territórios e no período 1970-1980, a oferta de trabalho serviu de atrativo para o acolhimento de uma percentagem bastante elevada de população vinda das ex-colónias quando comparada com os valores nacionais (14,2%) (Guimarães 21,3%; Vila Nova de Famalicão 20,5%), apesar da remuneração média oferecida nesta região ser 20 pontos percentuais abaixo do valor nacional (Pereira *et al.*, 2010). A mão-de-obra pouco qualificada e barata foi entre os anos de 1950 e até meados da década de 1980 a força motora da evolução da indústria. Com a liberalização dos mercados na entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (C.E.E.), passou a ser um entrave, na década de 1990, à evolução até então registada na região. Fatores como a utilização intensiva de mão-de-obra, bem como, o baixo valor acrescentado do produto, associado à dificuldade em obter mão-de-obra qualificada fez com que muitas empresas não resistissem ao mercado competitivo estrangeiro e tivessem de despedir funcionários e em casos mais drásticos foi ditada a falência de muitas empresas (Costa, 1991; Pereira *et al.*, 2010).

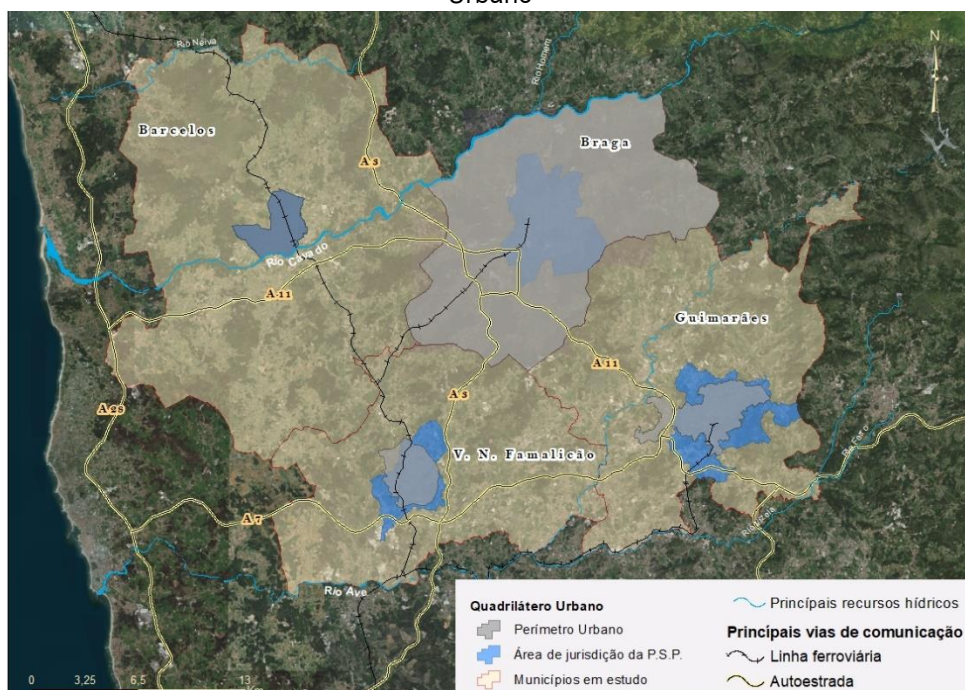
O percurso histórico-social dos quatro municípios, foi distinto ao longo do tempo. As atuais potencialidades associadas aos recursos naturais e humanos desta região, são alguns dos fatores a levar em conta para olharmos para o território com necessidade de estimular um crescimento coeso onde são integradas as mais diversas perspetivas das necessidades sociais e de planeamento para a sustentabilidade do território.

Não podemos descurar a importância do estudo da criminalidade, visto que esta está relacionada com as “condições estruturais da sociedade, incluindo a pobreza, a condição dos centros urbanos e a deterioração das circunstâncias de vida (...)” (Giddens, 2008: 240). A grande oferta de bens e serviços, associada a uma malha urbana dinâmica e a uma dinâmica social complexa são características do Quadrilátero Urbano. Se as políticas desta região promovem o crescimento, não podemos de modo algum olvidar que o crescimento comporta também uma maior probabilidade de reincidência da criminalidade. Em 2016, o município de Braga, com características sociais e económicas que se destacam no seio dos quatro municípios em estudo, apresentava a mais elevada percentagem de crimes registados pelas polícias por mil habitantes (29,3%) (Figura 38). Se se mantiver o crescimento das restantes áreas urbanas, os problemas que na atualidade podem não ser aparentemente significativos, agravar-se-ão com a ausência de planos que contemplem medidas de prevenção criminal.

4.4.2. Área em estudo – Freguesias de jurisdição da P.S.P.

A investigação centrou-se no território de ação da Polícia de Segurança Pública (P.S.P.) nos municípios de Barcelos, de Braga, de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão (Figura 41).

Figura 41 – Território de jurisdição da Polícia de Segurança Pública no contexto do Quadrilátero Urbano



Fonte: Elaboração própria tendo por base a CAOP 2015.

Segundo as antigas divisões administrativas territoriais, são 4 as freguesias de jurisdição da P.S.P. no município de Barcelos, 14 em Braga, 12 em Guimarães e 4 em V. Nova de Famalicão, sendo estas as que foram usadas na presente investigação (Tabela 30).

Tabela 30 – Freguesias da jurisdição da P.S.P.

| Municípios | | | | |
|-------------------|----------------------------------|---------------------------|-----------------------|--------------------------|
| | Barcelos | Braga | Guimarães | Nova de Famalicão |
| Freguesias | 1. Arcozelo | 1. Sé | 1. Fermentões | 5. Antas |
| | 2. Barcelos | 2. São João do Souto | 2. Urgezes | 6. Calendário |
| | 3. Vila Boa | 3. Cividade | 3. Costa | 7. Gavião |
| | 4. Vila Frescainha (S. Martinho) | 4. São José de São Lázaro | 4. Creixomil | 8. V. Nova de Famalicão |
| | | 5. São Vicente | 5. Mascotelos | |
| | | 6. Maximinos | 6. São Paio | |
| | | 7. Ferreiros | 7. São Sebastião | |
| | | 8. Lomar | 8. Oliveira | |
| | | 9. Real | 9. Santiago (Candoso) | |
| | | 10. Dume | 10. Azurém | |
| | | 11. São Vítor | 11. Polvoreira | |
| | | 12. Lamações | 12. Mesão Frio | |
| | | 13. Fraiã | | |
| | | 14. Nogueira | | |

Fonte: Informação disponibilizada pelo Comando Distrital da P.S.P. de Braga.

Segundo a atual divisão territorial administrativa (datada de 2013) algumas freguesias foram agrupadas, o que gera discrepância nas atuais divisões territoriais, causando constrangimentos na análise de dados estatísticos, sendo esta a justificação para recorrer sempre que possível aos dados censitários de 2011, visto que as análises destes baseiam-se nas antigas divisões administrativas garantindo uma análise o mais correta possível sobre a área em estudo.

No entanto foi possível aferir que, de entre as quatro freguesias de jurisdição da P.S.P. de Barcelos, a freguesia de Arcozelo destaca-se quanto à sua população presente (n=12.212/10,6%), população residente (n=12.216/10,7%), população residente no grupo etário ≥65 anos (n=1.296/7,8%), famílias por local de residência (n=4.622/12,1%) e densidade populacional (n=3.736,10). A área em estudo em Barcelos agrega 18,6% da população residente de todo o município, sendo fundamental destacar que deste valor, 10,6% vive em Arcozelo. No caso do município de Braga, a freguesia da jurisdição da P.S.P. com valores mais elevados nos indicadores populacionais em estudo (Tabela 31), é a freguesia de São Vítor.

Tabela 31 – Resumo dos dados estatísticos sobre a população e o edificado na área de estudo – Censos 2011

| Municípios /Freguesias em Estudo | | População presente | | População residente | | População residente no grupo etário ≥ 65 anos | | Idade média em 2011 da população residente | Famílias por local de residência | | Densidade populacional hab./ km ² | Superfície das unidades territoriais ¹ | | | Alojamentos | | Densidade de alojamentos n.º/ km ² | Edifícios por localização geográfica | | Idade média dos edifícios em 2011 | Proporção de edifícios com necessidade de reparação % | Proporção de edifícios muito degradados % | Proporção de edifícios construídos entre 2001 e 2011 % |
|---|--------------------------------|--------------------|--------------|---------------------|--------------|---|--------------|--|----------------------------------|--------------|---|---|----------|------------------|--------------|------------------|--|--------------------------------------|--------------|-----------------------------------|--|--|---|
| | | n.º | % | n.º | % | n.º | % | | n.º | % | | km ² | % | n.º | % | n.º | | % | | | | | |
| Município Barcelos | | 115 034 | 19,9% | 120 391 | 20,3% | 16 547 | 20,6% | 38,66 | 38 082 | 18,9% | 317,70 | 378,90 | - | 47 451 | 18,7% | 125,23 | 37 190 | 23,4% | 32,18 | 30,61% | 1,30% | 19,19% | |
| A.E. | Arcozelo | 12 212 | 10,6% | 12 840 | 10,7% | 1 292 | 7,8% | 36,79 | 4 622 | 12,1% | 3736,10 | 3,44 | 1% | 5 715 | 12,0% | 1 662,90 | 1 615 | 4,3% | 33,02 | 26,75% | 1,49% | 8,24% | |
| | Barcelos | 4 637 | 4,0% | 4 660 | 3,9% | 957 | 5,8% | 43,78 | 1 672 | 4,4% | 3581,30 | 1,30 | 0% | 2 256 | 4,8% | 1 733,79 | 698 | 1,9% | 46,64 | 49% | 0,86% | 6,73% | |
| | Vila Frescainha (São Martinho) | 2 304 | 2,0% | 2 372 | 2,0% | 440 | 2,7% | 41,73 | 822 | 2,2% | 772,70 | 3,07 | 1% | 1 000 | 2,1% | 325,77 | 640 | 1,7% | 33,32 | 44,06% | 6,41% | 22,03% | |
| | Vila Boa | 2 403 | 2,1% | 2 483 | 2,1% | 208 | 1,3% | 35,53 | 740 | 1,9% | 1102,80 | 2,25 | 1% | 902 | 1,9% | 400,62 | 406 | 1,1% | 25,51 | 15,52% | 2,46% | 20,69% | |
| Total | | 21 556 | 18,7% | 22 355 | 18,6% | 2 897 | 17,5% | 39,46 | 7 856 | 20,6% | - | - | - | 9 873 | 20,8% | - | 3 359 | 9,0% | 34,62 | - | - | - | |
| Município Braga | | 177 859 | 30,8% | 181 494 | 30,6% | 23 894 | 29,7% | 38,62 | 64 092 | 31,8% | 989,60 | 183,40 | - | 84 686 | 33,3% | 461,76 | 38 892 | 24,5% | 30,18 | 26,97% | 1,19% | 22,14% | |
| A.E. | Cidade | 1 406 | 0,8% | 1 422 | 0,8% | 362 | 1,5% | 46,22 | 549 | 0,9% | 4679,50 | 0,30 | 0% | 698 | 0,8% | 2 296,97 | 226 | 0,6% | 39,39 | 32,30% | 0,88% | 12,83% | |
| | Dume | 3 165 | 1,8% | 3 251 | 1,8% | 585 | 2,4% | 41,71 | 1 096 | 1,7% | 826,60 | 3,93 | 2% | 1 387 | 1,6% | 352,64 | 1 109 | 2,9% | 34,71 | 19,93% | 1,53% | 21,01% | |
| | Ferreiros | 7 444 | 4,2% | 7 707 | 4,2% | 762 | 3,2% | 36,28 | 2 663 | 4,2% | 2988,30 | 2,58 | 1% | 3 473 | 4,1% | 1 346,59 | 1 308 | 3,4% | 29,26 | 19,50% | 1,38% | 19,95% | |
| | Fraião | 4 373 | 2,5% | 4 605 | 2,5% | 426 | 1,8% | 35,60 | 1 727 | 2,7% | 3759,90 | 1,22 | 1% | 2 171 | 2,6% | 1 772,59 | 760 | 2,0% | 19,84 | 8,03% | 0,53% | 35,79% | |
| | Lamações | 2 412 | 1,4% | 2 525 | 1,4% | 196 | 0,8% | 35,53 | 943 | 1,5% | 1294,80 | 1,95 | 1% | 1 135 | 1,3% | 582,03 | 469 | 1,2% | 20,12 | 5,54% | 0,64% | 28,57% | |
| | Lomar | 5 860 | 3,3% | 6 041 | 3,3% | 580 | 2,4% | 36,85 | 2 054 | 3,2% | 1927,20 | 3,13 | 2% | 2 594 | 3,1% | 827,54 | 1 249 | 3,2% | 28,28 | 27,38% | 0,64% | 21,46% | |
| | Maximinos | 9 389 | 5,3% | 9 792 | 5,4% | 1 265 | 5,3% | 38,20 | 3 685 | 5,7% | 5165,40 | 1,90 | 1% | 5 058 | 6,0% | 2 668,15 | 1 025 | 2,6% | 38,53 | 41,66% | 1,37% | 11,61% | |
| | Nogueira | 5 753 | 3,2% | 5 924 | 3,3% | 565 | 2,4% | 36,71 | 2 039 | 3,2% | 1134,80 | 5,22 | 3% | 2 445 | 2,9% | 468,36 | 1 297 | 3,3% | 25,08 | 13,26% | 0,85% | 21,59% | |
| | Real | 7 355 | 4,1% | 7 666 | 4,2% | 601 | 2,5% | 34,20 | 2 641 | 4,1% | 5081,40 | 1,51 | 1% | 3 369 | 4,0% | 2 233,13 | 1 285 | 3,3% | 26,28 | 19,14% | 1,01% | 29,88% | |
| | São João do Souto | 1 174 | 0,7% | 725 | 0,4% | 419 | 1,8% | 62,68 | 214 | 0,3% | 2823,10 | 0,26 | 0% | 356 | 0,4% | 1 386,25 | 216 | 0,6% | 67,65 | 38,43% | 0,46% | 5,56% | |
| | São José de São Lázaro | 12 994 | 7,3% | 13 576 | 7,5% | 2 449 | 10,2% | 42,20 | 5 234 | 8,2% | 6242,20 | 2,17 | 1% | 7 032 | 8,3% | 3 233,28 | 1 580 | 4,1% | 38,74 | 36,58% | 0,32% | 3,73% | |
| | São Vicente | 12 687 | 7,1% | 13 236 | 7,3% | 1 647 | 6,9% | 37,95 | 4 876 | 7,6% | 5189,70 | 2,55 | 1% | 6 755 | 8,0% | 2 648,58 | 1 462 | 3,8% | 43,07 | 38,92% | 1,30% | 11,35% | |
| São Vitor | 30 577 | 17,2% | 29 642 | 16,3% | 3 633 | 15,2% | 37,80 | 11 685 | 18,2% | 7258,50 | 4,08 | 2% | 16 619 | 19,6% | 4 069,51 | 2 720 | 7,0% | 32,73 | 44,93% | 0,59% | 10% | | |
| Sé | 3 190 | 1,8% | 3 358 | 1,9% | 541 | 2,3% | 41,34 | 1 312 | 2,0% | 9141,70 | 0,37 | 0% | 1 766 | 2,1% | 4 807,72 | 510 | 1,3% | 54,02 | 23,92% | 1,37% | 9,02% | | |
| Total | | 107 779 | 60,6% | 109 470 | 60,3% | 14 031 | 58,7% | 40,23 | 40 718 | 63,5% | - | - | - | 54 858 | 64,8% | - | 15 216 | 39,1% | 35,55 | - | - | - | |
| Município Guimarães | | 154 672 | 26,8% | 158 124 | 26,6% | 21 568 | 26,8% | 39,20 | 53 941 | 26,8% | 656 | 240,95 | - | 66 790 | 26,3% | 277,09 | 43 928 | 27,6% | 34,15 | 29,73% | 1,17% | 16,56% | |
| A.E. | Azurém | 8 784 | 5,7% | 8 348 | 5,3% | 1 365 | 6,3% | 41,46 | 3 169 | 5,9% | 2878,60 | 2,90 | 1% | 4 283 | 6,4% | 1 476,86 | 1 466 | 3,3% | 38,99 | 16,03% | 0,41% | 11,94% | |
| | Costa | 4 943 | 3,2% | 5 155 | 3,3% | 503 | 2,3% | 36,25 | 1 886 | 3,5% | 1094,40 | 4,71 | 2% | 2 299 | 3,4% | 488,05 | 794 | 1,8% | 34,88 | 15,37% | 0,76% | 19,90% | |
| | Creixomil | 9 391 | 6,1% | 9 641 | 6,1% | 1 467 | 6,8% | 40,55 | 3 573 | 6,6% | 3206,30 | 3,01 | 1% | 4 329 | 6,5% | 1 439,69 | 1 987 | 4,5% | 36,51 | 17,56% | 0,45% | 10,22% | |
| | Fermentões | 5 505 | 3,6% | 5 707 | 3,6% | 568 | 2,6% | 36,07 | 1 932 | 3,6% | 1516,70 | 3,76 | 2% | 2 245 | 3,4% | 596,61 | 1 245 | 2,8% | 32,58 | 26,99% | 0,72% | 30,60% | |
| | Mascotelos | 1 585 | 1,0% | 1 631 | 1,0% | 149 | 0,7% | 36,58 | 583 | 1,1% | 1298,20 | 1,26 | 1% | 699 | 1,0% | 556,36 | 415 | 0,9% | 34,38 | 17,35% | 1,45% | 14,46% | |
| | Mesão Frio | 3 988 | 2,6% | 4 173 | 2,6% | 415 | 1,9% | 37,56 | 1 397 | 2,6% | 1010,30 | 4,13 | 2% | 1 659 | 2,5% | 401,66 | 1 017 | 2,3% | 26,92 | 23,70% | 0 | 22,32% | |
| | Oliveira do Castelo | 3 238 | 2,1% | 3 265 | 2,1% | 681 | 3,2% | 43,32 | 1 257 | 2,3% | 4711,50 | 0,69 | 0% | 1 685 | 2,5% | 2 431,48 | 805 | 1,8% | 66,35 | 48,57% | 0,12% | 4,72% | |
| | Polvoreira | 3 455 | 2,2% | 3 495 | 2,2% | 484 | 2,2% | 39,70 | 1 187 | 2,2% | 1060,80 | 3,29 | 1% | 1 406 | 2,1% | 426,73 | 1 124 | 2,6% | 37,13 | 35,32% | 1,25% | 12,99% | |
| | Santiago (Candoso) | 2 094 | 1,4% | 2 163 | 1,4% | 193 | 0,9% | 36,40 | 661 | 1,2% | 830,90 | 2,60 | 1% | 762 | 1,1% | 292,72 | 553 | 1,3% | 28,63 | 39,06% | 0,18% | 11,21% | |
| | São Paio | 2 868 | 1,9% | 2 896 | 1,8% | 687 | 3,2% | 47,24 | 1 153 | 2,1% | 6373,80 | 0,46 | 0% | 1 456 | 2,2% | 3 204,49 | 446 | 1,0% | 75,20 | 39,69% | 0,45% | 1,57% | |
| | São Sebastião | 1 899 | 1,2% | 1 976 | 1,2% | 559 | 2,6% | 47,23 | 773 | 1,4% | 4848,90 | 0,41 | 0% | 1 033 | 1,5% | 2 534,89 | 433 | 1,0% | 77,09 | 36,49% | 1,15% | 7,16% | |
| | Urgezes | 5 138 | 3,3% | 5 259 | 3,3% | 866 | 4,0% | 41,30 | 1 847 | 3,4% | 1586,50 | 3,31 | 1% | 2 307 | 3,5% | 695,97 | 1 270 | 2,9% | 37,76 | 57,72% | 1,18% | 8,66% | |
| Total | | 52 888 | 34,2% | 53 709 | 34,0% | 7 937 | 36,8% | 40,31 | 19 418 | 36,0% | - | - | - | 24 163 | 36,2% | 14 545,51 | 11 555 | 26,3% | 43,87 | - | - | - | |
| Município Vila Nova de Famalicão | | 129 947 | 22,5% | 133 832 | 22,5% | 18 444 | 22,9% | 39,15 | 45 162 | 22,4% | 663,90 | 201,59 | - | 55 331 | 21,8% | 274,47 | 38 868 | 24,5% | 31,85 | 25,75% | 0,97% | 17,01% | |
| A.E. | Antas | 6 707 | 5,2% | 6 925 | 5,2% | 840 | 4,6% | 37,82 | 2 559 | 5,7% | 1535 | 4,51 | 2% | 3 287 | 5,9% | 728,57 | 1 357 | 3,5% | 31,68 | 35,89% | 0,66% | 26,68% | |
| | Calendário | 11 237 | 8,6% | 11 667 | 8,7% | 1 467 | 8,0% | 38,52 | 4 137 | 9,2% | 1731,80 | 6,74 | 3% | 5 128 | 9,3% | 761,19 | 2 706 | 7,0% | 33 | 34,81% | 1,40% | 11,01% | |
| | Gavião | 3 588 | 2,8% | 3 747 | 2,8% | 692 | 3,8% | 42,23 | 1 252 | 2,8% | 927,30 | 4,04 | 2% | 1 462 | 2,6% | 361,80 | 1 129 | 2,9% | 33,34 | 34,54% | 0,80% | 8,77% | |
| | Vila Nova de Famalicão | 8 324 | 6,4% | 8 478 | 6,3% | 1 016 | 5,5% | 38,71 | 3 243 | 7,2% | 3855,40 | 2,20 | 1% | 4 231 | 7,6% | 1 924,08 | 1 119 | 2,9% | 37,35 | 30,74% | 1,61% | 7,60% | |
| Total | | 29 856 | 23,0% | 30 817 | 23,0% | 4 015 | 21,8% | 39,32 | 11 191 | 24,8% | - | - | - | 14 108 | 25,5% | 3 775,64 | 6 311 | 16,2% | 33,84 | - | - | - | |
| Quadrilátero Urbano | | 577 512 | 5,6% | 593 841 | 5,6% | 80 453 | 4,0% | 38,91 | 201 277 | - | 2 627,20 | - | - | 254 258 | - | - | 158 878 | - | 32,09 | - | - | - | |
| Portugal | | 10 282 306 | - | 10 562 178 | - | 2 010 064 | - | 41,83 | 4 048 559 | - | 114,5 | - | - | 5 878 756 | - | 63,75 | 3 544 389 | - | 37,92 | 28,92% | 1,67% | 14,39% | |

¹ Divisão administrativa até 2013. * A.E. – Área de Estudo. Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Censos 2011.

A freguesia de São Vitor agrega 16,3% da população residente no município de Braga. Sendo igualmente de destacar que, a área em estudo agrega 60,3% (n=109.470) da população residente do município de Braga (n=181.494), sendo o aglomerado populacional com maior dimensão populacional em estudo.

A freguesia de São Vitor apresenta-se, de entre as 14 freguesias de jurisdição da P.S.P. de Braga, como sendo a freguesia com maior número população residente no grupo etário ≥ 65 anos (n=3.633/15,2%), famílias por local de residência (n=11.685/18,2%) e densidade populacional (n=7.258,50). Importa ressaltar que, a freguesia de São João do Souto, apresentava em 2011, a média de idade da população residente nos 63 anos, sendo igualmente a freguesia de entre as freguesias em estudo no município de Braga com a idade média dos edifícios mais elevada (n=68anos). É igualmente importante ressaltar, que a área em estudo no município de Braga, alberga a maioria da população presente (60,6%), população residente (60,3%), população residente no grupo etário ≥ 65 anos (58,7%), famílias por local de residência (63,5%) e alojamentos (64,8%) de todo o município.

No caso do município de Guimarães, a área em estudo, agrega 34% (n=53.709) do total de população residente (n=158.124) e 36% (n=19.418) do total de famílias residentes no município (n=53.941). A freguesia que mais se destaca é Creixomil, de entre as 11 freguesias de jurisdição da P.S.P. de Guimarães.

Creixomil alberga 6,1% vimaranenses (n=9.641), sendo que, apenas 6,8% da população residente é do grupo etário ≥ 65 anos. Na área em estudo de Guimarães a freguesia com maior densidade populacional (n.^o/km²) é diferente da freguesia com maior número de população residente. Freguesia de Creixomil tem 9.641 residentes, e uma densidade populacional de 3.206,30 hab./km², e em São Paio residem 2.896 habitantes e apresenta uma densidade populacional de 6.373,80 hab./km². A freguesia de São Paio é uma das freguesias que compões o centro histórico da cidade que é Património Mundial da UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*).

Em Vila Nova de Famalicão a área em estudo agrega 23% (n=30.817) da população do município (n=133.832). Sendo a freguesia de Calendário a que se destaca, quanto à população residente (n=11.667), população residente no grupo etário ≥ 65 anos (n=1.467) e famílias residentes (n=4.137), de entre as 4 freguesias que são da jurisdição da P.S.P. de Vila Nova de Famalicão.

Em termos gerais, toda a área em estudo, apresenta uma proporção de edifícios com necessidade de reparação com uma percentagem superior à nacional (28,92%), sendo a freguesia de Urgezes em Guimarães a que apresenta a percentagem mais elevada (57,72%), seguindo-se a freguesia de Barcelos (49%) no município de Barcelos e a freguesia de Oliveira do Castelo (48,57%) em Guimarães. Com valores mais baixos temos as freguesias de Lamações (5,54%) e Fraião (8,03%) em Braga, sendo que em Fraião a porção de edifícios construídos entre 2001 e 2011 foi de 35,79%.

A área em estudo dentro dos municípios apresenta uma superfície em km² pequena, tratando-se deste modo, de freguesias que apesar de pequenas agregam uma densidade populacional elevada, associada a valores de degradação do edificado elevados. Com particular destaque para a área de estudo de Braga onde agrega a maioria da população do município dentro da área em estudo.

4.5. Nota conclusiva

São várias as entidades promotoras de seguranças a nível internacional [*e.g.*, *Designing Out Crime* (DOC); *Socially Responsive Design and Innovation Hub* (SRVD); *Crime Prevention Through Urban Design and Planning* (CP – UDP)], que desenvolvem um trabalho exemplar na prevenção da criminalidade. Tendo em consideração as experiências a nível internacional de gabinetes que foram construídos exclusivamente para acompanhar a evolução da criminalidade, acredita-se que o GTPC se trata de uma necessidade, sendo esta promotora de uma melhor qualidade de vida urbana.

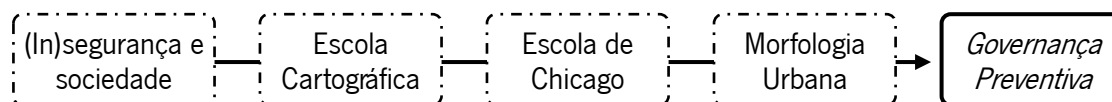
O segundo grande foco empírico foi a construção da *Governança Preventiva* surgindo como sendo uma consequência das carências detetadas a nível nacional. Tendo por base os seus princípios que assentam em propostas de estratégias de *design* e fatores estruturais socioeconómicos do território, constituiu-se à semelhança do programa CPTED, o conceito de *Governança Preventiva*.

Capítulo 5.
Governança Preventiva:
Contributo para a construção de uma versão portuguesa do CPTED

5.1. Nota introdutória

O presente capítulo surge de uma reflexão teórica desenvolvida ao longo de todo o processo da investigação realizada (Figura 42).

Figura 42 - Linha de abordagem teórica (IV - Final)



Fonte: Elaboração própria.

O modelo surge como resultado da compilação dos vetores que se relacionam de forma direta e indireta num mecanismo de auto e retroalimentação. Com a construção deste modelo procuramos “mapear” os comportamentos (indivíduo/comunidade) que se estabelecem com a estrutura morfológica das urbes. Como tal, este modelo não apresenta um enfoque exclusivamente geográfico. Também une as seguintes valências: sociológica, psicológica, criminológica, antropológica, arquitetónica e em especial de cidadania.

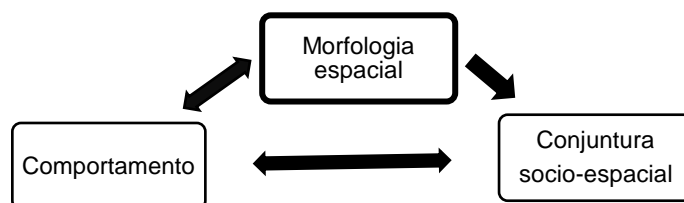
A presente proposta de adaptação da Prevenção Criminal Através do Espaço Construído (CPTED) ao contexto e realidade portuguesa, surge como reflexo da apreensão de uma ausência de conhecimento – no contexto do Quadrilátero Urbano – sobre as mais-valias para a comunidade da implementação de medidas preventivas de criminalidade. Da inércia e do desconhecimento surge o que é para nós a quarta geração CPTED, com o objetivo de mostrar uma visão diferenciadora de pensar os espaços urbanos e as relações dos indivíduos com a urbe.

5.2. Vulnerabilidades que levam à insegurança e criminalidade: um olhar geográfico sobre os padrões relacionais

O modelo cumulativo dos padrões relacionais das vulnerabilidades que levam à insegurança e criminalidade (Figura 46) foi construído partindo da junção dos fatores de risco e dos mecanismos que desencadeiam o agravamento das fragilidades existentes na comunidade. Não se trata apenas de relações descendentes e/ou ascendentes, concêntricas e excêntricas, mas também, é estabelecida auto e retroalimentação de fragilidades nas seguintes categorias: morfologia, comportamento e conjuntura socio-espacial. As conexões estabelecidas entre os padrões, podem ser de relações diretas e indiretas, ou seja, podem ser consequência de erros do passado na gestão da morfologia urbana, do comportamento individual e/ou coletivo, e da

conjuntura socio-espacial, mas também, podem ser despoletadas reações imediatas caso alguma destas categorias sejam modificadas. É fundamental salientar que as dinâmicas relacionais entre os vários domínios, para além de diretas e indiretas, também são concêntricas e excêntricas, onde a lógica relacional pode diferir de enfoque quando existe o desagravamento de alguma das fragilidades (Figura 43).

Figura 43 - Mecanismo de auto e retroalimentação das relações entre a esfera morfológica as esferas do comportamento e a conjuntura socio-espacial



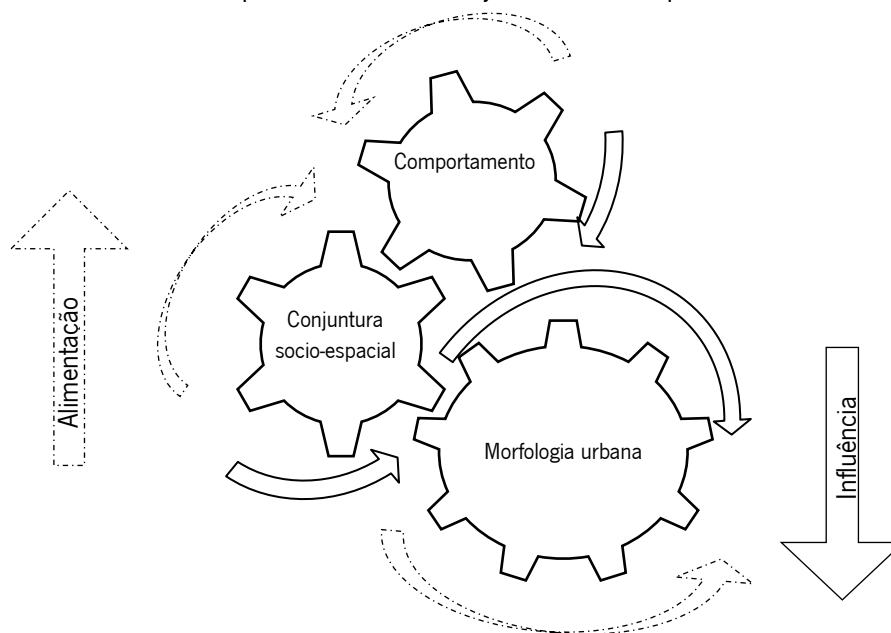
Fonte: Elaboração própria.

A morfologia espacial da urbe influencia o comportamento, ou seja, as relações indivíduo/comunidade, e a forma como estas se relacionam, que por sua vez, numa relação de reciprocidade contribui como fonte de alimentação das causas das inconstâncias da esfera socio-espacial (Cozens, 2008a). Vetores como educação, economia e cidadania, influenciam o comportamento dos indivíduos, que por sua vez, influencia a comunidade onde estes estão inseridos. Esta influência também é inversa, ou seja, uma sociedade fragilizada, onde não é concedido aos indivíduos um acesso eficiente à saúde, ao transporte e à educação (elementos fundamentais para a sua qualidade de vida), modela o comportamento dos cidadãos para com a comunidade. Estas influências refletem-se de forma direta na morfologia urbana, onde se torna evidente o interesse pelo zelo dos bens comuns (*e.g.*, manutenção dos espaços públicos, perda do sentimento de pertença, quebra dos laços relacionais da comunidade) (Fernandes & Rêgo, 2011; Machado & Neves, 2011; Silva, 2013; Silva & Remoaldo, 2014b).

Tal como foi abordado ao longo dos anteriores capítulos, a morfologia urbana desempenha um papel modelador dos comportamentos (Figura 44). É possível influir no comportamento de uma comunidade partindo de alterações, pontuais ou estruturais, na morfologia urbana. Temos de salientar que a alimentação dos medos e inseguranças, parte da relação da comunidade/indivíduo para com o espaço urbano onde reside (Olavarria-Gambi *et al.*, 2008; Lourenço, 2010a). As fragilidades de uma sociedade alimentam os comportamentos individuais e coletivos da mesma, que por sua vez, agravam as debilidades da morfologia urbana (Figura 44).

Segundo Guedelha (2013), a inquietação dos cidadãos está associada a eventos ocorridos relativamente próximo das esferas onde se movimentam. Defende que os elementos das Forças de Segurança (F.S.) acreditam que o sentimento de insegurança das comunidades não provém de ameaças, tais como, terrorismo e criminalidade transnacional, mas de um tipo de criminalidade que lhes é próxima (*e.g.*, furtos em residências, de/em veículos, assaltos a banco, multibancos e postos de combustível) e que lhes alimenta o receio de serem vítimas, ou seja, uma criminalidade de bairro.

Figura 44 - Engrenagem do mecanismo das componentes da morfologia urbana, do comportamento e da conjuntura socio-espacial



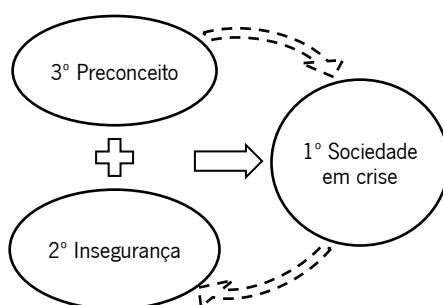
Fonte: Elaboração própria.

As forças aplicadas no mecanismo de funcionamento das roldanas – morfologia urbana, conjuntura socio-espacial, comportamento – têm sentidos opostos, mas, a sua rotação pode ocorrer. O mecanismo funciona apesar da direção das forças ser oposta, isto pelo facto de que, a força exercida por cada uma das roldanas é distinta. Se todas tivessem uma força igual, o seu equilíbrio estático, não permitiria que estas se movimentassem. Quando temos uma morfologia urbana com capacidade de alteração de comportamentos, capaz de promover pela sua influência, um ou vários estímulos positivos, poderá existir uma mudança de comportamentos desviantes (Heitor, 2007; Ricardo *et al.*, 2013). Mas se a conjuntura socio-espacial for a força motriz e as fragilidades socio-espaciais alimentarem o comportamento limitando os indivíduos nas suas rotinas e hábitos, e nas relações que são estabelecidas entre indivíduos, poderá levar ao abandono

gradual dos espaços públicos e fomentar o sentimento de insegurança. Tal acontece mesmo que a realidade do número de crimes não faça jus ao sentimento existente (da Silva, 2014).

É importante salientar que as relações estabelecidas, ao longo de todo o modelo (Figura 46), são dotadas de três níveis de profundidade entre os vetores: 1) sociedade em crise; 2) insegurança; 3) preconceito. A profundidade mede-se pela sequência de reações que advêm da relação estabelecida entre os vetores dentro de cada categoria (Figura 45).

Figura 45 - Níveis de profundidade das relações estabelecidas entre o preconceito, a insegurança e uma sociedade em crise



Fonte: Elaboração própria.

O preconceito que deriva de um pré-julgamento associado ao desconhecimento conduz o indivíduo a manifestar juízos de valor que poderão favorecer a ampliação do sentimento de insegurança, que por sua vez, tem uma relação direta com a construção e agravamento de uma sociedade em crise. Contudo, o preconceito alimenta os estereótipos que surgem do sentimento de instabilidade de uma sociedade com debilidades, e ao mesmo tempo, alimenta o sentimento de insegurança. Todas estas relações são de retro e autoalimentação. O agravamento das relações entre a comunidade e/ou indivíduo podem ser o resultado inicialmente da construção de preconceitos, ou, os estereótipos impulsionam os preconceitos face a indivíduos que são portadores ou estão enquadrados numa conjuntura socio-espacial de fragilidade (Tuan, 1980; Caldeira, 2000; Sampson & Raudenbush, 2004). Quando estes passam a ter elevados níveis de recorrência, ou seja, existe um maior número de indivíduos afetados pela debilidade da conjuntura socio-espacial, o número de potenciais infratores poderá aumentar. Ao aumentarem as instabilidades estruturais da sociedade agrava-se por consequência o sentimento de instabilidade. Quando o patamar da conjuntura socio-espacial é atingido pela instabilidade causada pelo receio, dá-se a ampliação do problema, que por sua vez agrava a insegurança dos indivíduos que verte no receio de serem vítimas, podendo levar a uma sociedade em crise (*e.g.*, de valores, no âmbito económico e cultural). Quando as debilidades socio-espaciais por algum motivo interno ou externo

ao indivíduo passam a ser crônicas, tende-se a gerar um sentimento de negatividade face à sociedade onde estão inseridos territorialmente.

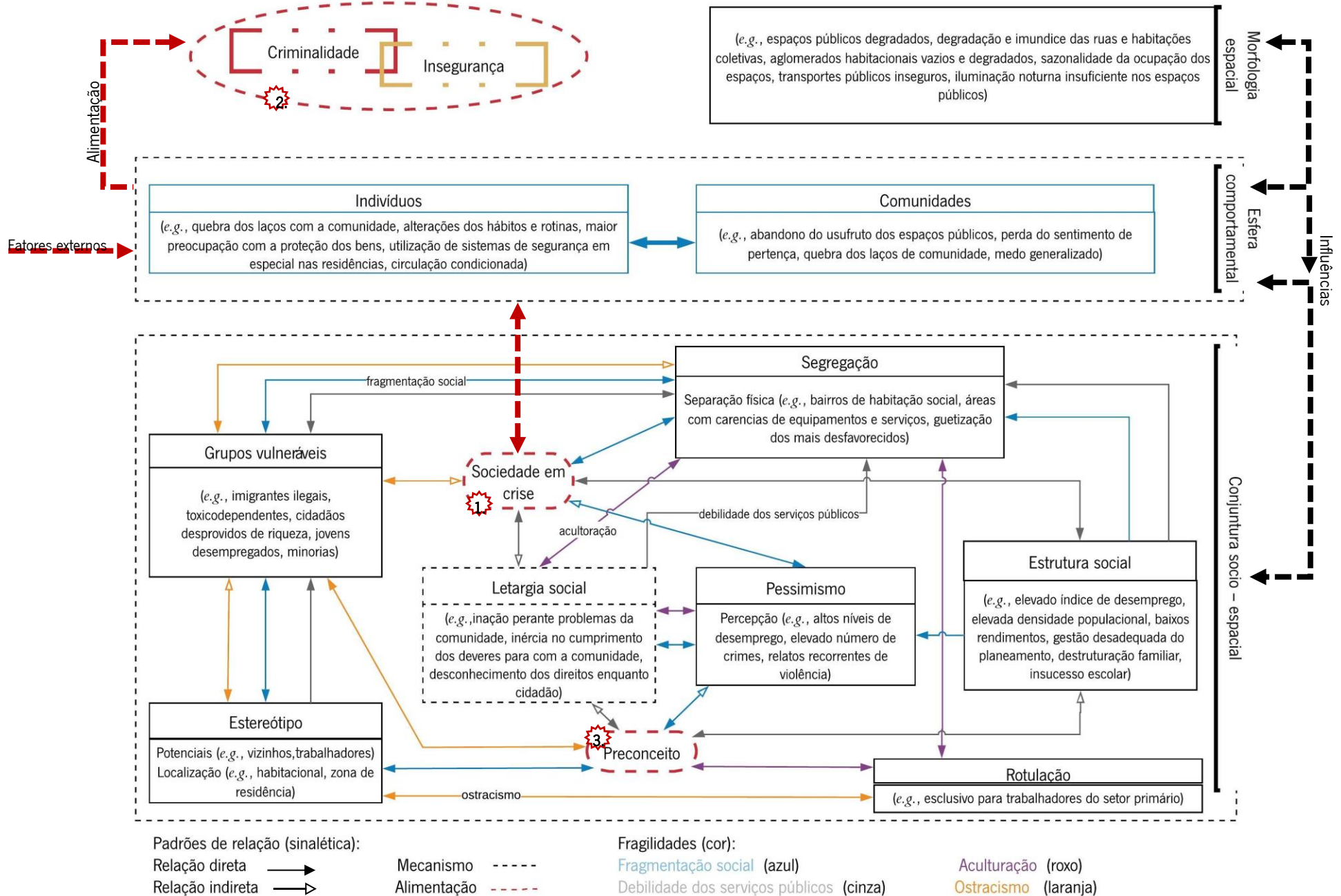
As rápidas mutações dos sistemas sociais, profissionais, educacionais e culturais poderão gerar conflitos e choques nos valores da comunidade. Os comportamentos resultam de uma reação aos inúmeros vetores de uma sociedade que devido à dificuldade de adaptação alimenta uma cadeia de fragilidades, de forma direta e indireta e com graus de intensidade diferentes, associados a estímulos externos (*e.g.*, meios de comunicação) (Lourenço, 2010a; Fernandes & Rêgo, 2011; Formiga *et al.*, 2013). Kurt Lewin, em 1944, explicou as 'dinâmicas de grupo', defendendo que o comportamento de um indivíduo apenas pode ser compreendido se for tido em consideração o território onde se movimenta. Também o funcionamento de um grupo poderá apenas ser compreendido na sua relação dinâmica com a morfologia urbana (Monteiro & Santos, 1996).

O mecanismo impulsionador das fragilidades envoltas da conjuntura socio-espacial, parte da 'letargia social' (Figura 46). Quando temos uma sociedade que não reage aos seus problemas ou não cumpre os seus deveres para com a comunidade, este incumprimento é extensível a todas as entidades que de forma direta ou indireta exercem atividade no território em causa (*e.g.*, empresas, divisões administrativas, organizações formais e não formais e cidadãos).

Quando estas entidades públicas ou privadas, de forma individual ou organizada não procuram zelar pelo seu território e pela comunidade onde estão inseridas, ocorrem problemas que se irão desenrolar sequencialmente de forma direta ou indireta para a alimentação das fragilidades já existentes. Da 'letargia social', pelo efeito da aceitação e comodismo, surge a aculturação da 'segregação social'. Passa a ser comumente aceite a existência da segregação de elementos da própria comunidade, sendo sobre esta franja da comunidade que recai o maior estigma de preconceito de rotulação negativa. O pessimismo emerge dentro da comunidade, que por si já é motor dos discursos negativistas e promotores de discursos de proscricção.

Quando existe uma debilidade dos serviços públicos é difícil solucionar os problemas de segregação, em especial nos grupos mais vulneráveis da comunidade, que facilmente são ostracizados sendo para estes, difícil de atingir os requisitos dos padrões estabelecidos pela sociedade. São rotulados e é lhes afastada a possibilidade de integrar e ocupar determinado tipo de funções e profissões na comunidade ou de adquirir habitação. O desconhecimento da comunidade dos seus direitos e deveres para com o 'outro' alimenta a fragmentação da sociedade.

Figura 46 - Modelo cumulativo dos padrões relacionais das vulnerabilidades que levam à insegurança e criminalidade



Uma estrutura social, por vetores internos e externos, incita o pessimismo associado a uma estrutura socioeconómica frágil. Quando a comunidade entra em crise alimenta ainda mais esta relação direta e indireta das fragilidades, o que resulta numa rotação constante de relações diretas e indiretas das várias fragilidades. As fragilidades alimentarão a esfera comportamental da própria comunidade bem como do indivíduo. A força motriz dos comportamentos advém da conjunção de uma série de variáveis (*e.g.*, género; idade; grupo socioeconómico; experiências pessoais, familiares ou amigos; contexto económico, social e cultural; profissão ou ocupação do indivíduo; transporte utilizado para as deslocações, meios de comunicação que ouve, vê e lê - Silva, 2013) que alimentam a recriação mental de um espaço e do comportamento da comunidade (Sampson & Raudenbush, 2004).

Não podemos querer resolver os problemas socio-espaciais ou comportamentais sem antes resolver as fragilidades da morfologia urbana.

5.3. A prevenção e o espaço: criminalidade para além dos números

O desenvolvimento da teoria da Prevenção Criminal Através do Espaço Construído (CPTED) e de todas as suas gerações advém de um longo período de investigação e do contributo direto e indireto de muitos investigadores. Os primeiros estudos aconteceram com o surgimento da cartografia associadas às áreas de concentração da criminalidade e criminosos, com análise de André-Michel Guerry (1827; 1833), em França, seguindo-se Joseph Fletcher (1849a, 1849b) e Henry Mayhew (1862), no Reino Unido. Mais tarde, nos Estados Unidos, o desenvolvimento urbano acelerado levantou uma série de questões de estabilidade social e de condições económicas, que levaram um grupo de investigadores do Departamento de Sociologia da Escola de Chicago a implementar as técnicas de mapeamento dos locais mais problemáticos e estabeleceram padrões sociais e económicos associados a essas áreas (*e.g.*, Burgess, 1925; Thrasher, 1927, 1936; Shaw *et al.*, 1929; Shaw & McKay, 1931, 1942).

O crescimento do interesse pelos padrões de criminalidade foi motivo para o despoletar de teorias que iam suportando os resultados dos estudos de caso que foram desenvolvidos. No cerne desta construção metodológica, a criminologia ambiental prosperou cientificamente graças ao contributo de teorias como: Teoria da Desorganização Social (Shaw & McKay, 1931, 1942);

Teoria das Atividades Rotineiras (Cohen & Felson, 1979); Teoria da Geometria do Crime (Brantingham & Brantingham, 1981a, 1981b); Teoria da Escolha Racional (Clarke & Cornish, 1985); Teoria dos Padrões do Crime (Brantingham & Brantingham, 1993a); e Teoria das Restrições Temporais (Ratcliffe, 2006). Esta sequência de contributos, através de estudos empíricos e/ou metodológicos já foram explorados aos longo do segundo capítulo da presente investigação.

O movimento CPTED surge porque muitos investigadores se debruçaram, numa fase anterior, sobre o estudo da criminalidade, através de métodos e técnicas, com o propósito de construir um planeamento preventivo. Desde o início, ainda não formal, do acrónimo CPTED, a ideia de que morfologia e planeamento poderiam ser um elemento dissuasor da criminalidade foi explorada pela criminologia ambiental (*e.g.*, Cohen & Felson, 1979; Brantingham & Brantingham, 1981a, 1981b, 1993b; Clarke & Cornish, 1985; Clarke, 1997; Wikström, 2009; Frank *et al.*, 2012; Curman *et al.*, 2014; Weerman *et al.*, 2016). De forma estruturada, a prevenção criminal surge apenas em 1961 com Jane Jacobs, e assenta na ideia de que deveria ser criada uma teoria que desse princípio à construção de diretrizes de implementação na esfera da vida das cidades, ganhando dimensão científica através do contributo de vários investigadores (*e.g.*, Lynch, 1960; Wood, 1961; Angel, 1968; Jeffery, 1969, 1971a, Newman, 1972a; Gardiner, 1978; Poyner, 1983; Coleman, 1985). A primeira geração da teoria CPTED alicerçou-se no conceito de ‘territorialidade’ e girou em torno deste princípio. As restantes enfatizam a ideia dos “olhos direcionados para a rua” com a vigilância (natural ou mecânica) ou o controlo de acessos, onde são invocadas as necessidades (*e.g.*, controlo de acesso de usuários ilegítimos aos espaços; linha de visão ampla; boa iluminação; sinalização simbólica, de modo a criar a noção de hierarquia dos espaços), que devem ser colmatadas através da imagem/manutenção dos espaços e do endurecimento dos alvos (Saville & Cleveland, 1997; Cozens *et al.*, 2005b; Saville & Cleveland, 2008; Cozens & Love, 2015).

Ao longo da primeira geração, a preocupação central era a de melhorar o *design* das áreas urbanas, e através da alteração da estrutura física e da forma como estas eram projetadas e construídas, reduzir a oportunidade de ocorrência de atos de delinquência e o medo do crime (Crowe, 2000). Esta abordagem, apenas física, foi alvo de crítica (*e.g.*, Mawby, 1977; Poyner, 1983), surgindo uma segunda geração de CPTED, que pretendia responder de forma holística aos problemas da sociedade dentro da esfera socioeconómica (Saville & Cleveland, 2008). Neste contexto, a configuração física passou a ser encarada como o promotor de comunidades

integradas e funcionais, e não apenas um elemento de dissuasão. Dentro desta lógica surge a abordagem *SafeScape*, planeada para produzir uma sociedade com sentimento de comunidade, onde as suas relações são profícuas e coesas. Este programa visa ir além das alterações no espaço, propostas pela primeira geração, e construir também mudanças na forma como os cidadãos integram o ambiente físico (Zelinka & Brennan, 2001; Grönlund, 2011). O CPTED de segunda geração, segundo Crowe & Fennelly (2013), é uma forma sustentável de desenvolvimento ecológico das áreas urbanas. O foco ocorre à escala local e na disposição da construção, na relação desta com o restante edificado, e a comunidade, nos seus vetores socioeconómicos e ecológicos. Em grande medida, esta postura revisita as conceções desenvolvidas pela Escola de Chicago. O modelo CPTED necessita da envolvimento da componente – comunidade –, e esta convicção foi defendida por Ray Jeffery, considerado o promotor desta segunda geração (Crowe & Fennelly, 2013).

Na atualidade, o CPTED é considerado um movimento à escala mundial, disponibilizando um conjunto de diretrizes, que vão sendo adaptadas pelas várias entidades às realidades de cada território, para dar suporte à conceção de espaços às mais diversas escalas das áreas urbanas (*e.g.*, espaços públicos, espaços residenciais, estabelecimentos de ensino e parques industriais). O movimento CPTED está presente nas políticas públicas a diferentes escalas de ação:

- Nacional - i) exemplo do Canadá – possui o Programa de Estratégias de Prevenção à Criminalidade (instituído em 1994), gerido pelo Centro de Prevenção do Crime alocado ao Ministério de Segurança Pública apoia programas locais; ii) outro exemplo é o Chile – com a Estratégia Nacional de Segurança Pública (instituída em 2006), que passa pela cooperação dos vários ministérios por forma a integrar de forma holística medidas de combate à criminalidade e é coordenado pela Secretaria do Interior e a Divisão da Segurança Pública sob a égide do Ministério do Interior; iii) também é relevante mencionar a Suécia – que possui o Conselho Nacional Permanente para a Prevenção à Criminalidade (instituído em 1974), que se trata de uma estrutura financiada para a gestão e execução de programas de prevenção à criminalidade de aplicação ao nível nacional e local. Estes países revelam uma política de ação preventiva da criminalidade, com a responsabilidade a nível central, ou seja, com a concretização de diretrizes emanadas pelos ministérios do governo, exatamente o que acontece em Portugal com o exemplo dos Contratos Locais de Segurança;
- Regional - Dispõem de poder governativo, que servem de ponte entre o governo nacional e a administração local. Instituem as suas próprias estruturas onde determinam a criação,

coordenação e promoção dos planos de prevenção da criminalidade como são os casos da: i) Austrália – desde 1999 que o Estado de Victória tem vindo a desenvolver uma série de estratégias preventivas de criminalidade sob a égide do programa Prevenção à Criminalidade de Victória, gerido pelo Departamento de Justiça; partindo deste exemplo outros Estados como Nova Gales do Sul, Austrália do Sul e Austrália Ocidental instituíram as suas próprias diretrizes preventivas; ii) México – desde 2004 que o Estado de *Querétaro*, através do seu Ministério de Segurança Pública, tem trabalhado a prevenção da criminalidade, lançando o seu primeiro plano ‘Ordem, Proteção e Justiça’ entre 2004-2009; iii) Nigéria – desde 2007 que o Estado de Lagos estabeleceu, através de decreto-lei, a Sociedade Fiduciária para a Segurança do Estado de Laos, onde foram estabelecidas parcerias público-privadas por forma garantir uma melhor eficácia na prevenção da criminalidade; iv) Alemanha – desde 1995 que na Baixa Saxónia a preocupação passa pela redução do crime e a melhoria do sentimento de segurança dos cidadãos, sendo para isso estabelecido, o Conselho de Prevenção à Criminalidade da Baixa Saxónia, onde estão filiados 200 órgãos e associações municipais e 250 organizações (Escritórios das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, 2010).

Dos programas de ação desenvolvidos emanam uma série de diretrizes que se desdobram em grelhas multicritério, adaptadas para cada contexto, por forma a avaliar os parâmetros de segurança e de vigilância (Heitor, 2007). São disso exemplo: nos Estados Unidos: o Bairro de *Asylum Hill*, em *Hartford, Connecticut* (Gardiner, 1978); *Five Oaks* em Ohio (Newman, 1996); *Harbordale* na Flórida (Schneider & Kitchen, 2002); *Portland* em *Oregon* (Kushmuk & Whittemore, 1981). Também se destacam vários territórios: nos Emirados Árabes Unidos (Ekblom *et al.*, 2013); na Malásia (Hedayati *et al.*, 2011; Hedayati *et al.*, 2016; Lee *et al.*, 2016); e na Suécia - *Årvinge* e *Hammarby Sjöstad*, em Estocolmo (Grönlund, 2011). Mas também existem inúmeros programas que surgiram tendo por base o advento do CPTED adaptados às realidades de cada país, sendo os exemplos mais conhecidos, o programa *Secured by Design* no Reino Unido, que segundo Cozens & Love (2015) é o CPTED do Reino Unido, ou o programa *Design Against Crime*, que surgiu na Universidade das Artes de Londres, na *Central Saint Martins* (CSM), entre 1999 e 2009 (Ekblom, 2008). Outro exemplo relevante aparece na Austrália com o *Design Out Crime* (DOC) que se assume como uma estratégia governamental (Saraiva, 2008).

É necessária uma permanente adaptação às necessidades que vão surgindo, com um período longo de alteração de mentalidades e formas urbanas para que se possam comprovar resultados em toda a área urbana (Gill & Turbin, 1999; Cozens *et al.*, 2005b).

Com o evoluir da tecnologia e da preocupação pelo desenvolvimento ambiental e ecológico, o *United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute* (UNICRI), sugere que as grelhas de avaliação tenham em consideração uma série de diretrizes que avaliem a viabilidade do suporte tecnológico e de uma estrutura em rede de: gestão (*e.g.*, comunicação, abastecimento água, saneamento e gaz, fibra); transmissão (*e.g.*, serviços *on-line* gratuitos como pedir um táxi; serviços de emergência da área urbana); cultura (*e.g.*, plataformas de comunicação das atividades culturais); e partilha (*e.g.*, conhecimento; de automóvel para viagens). Esta terceira geração induz a discussão da necessidade de cumprir as exigências das sociedades em termos tecnológicos e de proteção do ambiente. Poder-se-á afirmar que esta geração vem ao encontro das exigências estabelecidas pelo 'Índice de Cidades Inteligentes', onde são ponderadas cinco dimensões: inovação, sustentabilidade, inclusão, governação e conectividade. Este índice surge associado ao conceito de 'cidades inteligentes', que tem por base o fomento da inteligência urbana e a construção de uma base de informação e conhecimento, ao nível municipal, que deverá servir de suporte à tomada de decisão em matéria de políticas públicas ou de planos de ação económicos e/ou sociais inteligentes (Pinto, 2016).

Tendo por base estes pressupostos, neste capítulo propusemos a teorização de uma proposta de construção da quarta geração do CPTED, que será uma versão adaptada à realidade em estudo. Desta maturação, resultou a compilação de seis princípios: i) Cidadão decisor; ii) Desburocratização; iii) Mecenate urbanístico; iv) Proteção em rede; v) Regulamentação de medidas preventivas; e vi) Comunicação preventiva, que necessitam de ser incorporados na estrutura já existente do CPTED.

A nossa proposta para estes princípios resulta da análise dos conteúdos desenvolvidos a nível internacional ao longo das várias gerações, bem como da observação e estudo da realidade portuguesa. É premente a construção de um sistema preventivo de criminalidade, onde o tema é abordado pelas comunidades sem medos nem tabus, onde a esfera académica dá o seu contributo, não apenas teórico, mas principalmente prático.

Governança Preventiva é a nossa proposta CPTED adaptada ao contexto e realidade do Quadrilátero Urbano, com capacidade para procurar preservar o equilíbrio entre a prevenção, a repressão e a punição. Os princípios pelos quais se rege estão vertidos na Figura 64, que procura sintetizar as principais características das três primeiras gerações e que avança com uma proposta de elementos a integrar à realidade em estudo.

Figura 47 – Principais características das três primeiras gerações e da proposta da quarta geração de CPTED



Fonte: Elaboração própria.

Na base desta proposta permanece o ambiente construído, presente na primeira geração, seguindo-se as condições sociais da segunda geração e a integração das potencialidades tecnológicas e medidas protecionistas das estruturas ecológicas urbanas. Esta quarta geração pretende que todas as medidas apontadas nas anteriores gerações se tornem operacionais e

legalmente implementadas nos padrões governamentais e incorporadas nos Instrumentos de Gestão Territorial. A proposta aqui apresentada tem por princípio a existência de um mecanismo operacional capaz de dar resposta às necessidades emergentes. Mas esta reformulação do pensamento preventivo carece do suporte de uma estrutura de '*governance*'. Os instrumentos tradicionais de governação são insuficientes e desadequados face à crise governativa com que os Estados se deparam e é premente a existência de uma nova forma de governação (Inácio, 2010). Os discursos de prevenção permanecem centrados numa centralização dos poderes, mas as novas exigências face à segurança têm de ser encaradas sob uma nova perspetiva.

5.3.1. Princípios

A proposta de criação da quarta geração CPTED tendo por base o contexto português, tal como referenciado anteriormente, sustenta-se em cinco princípios: i) Cidadão Decisor; ii) Desburocratização; iii) Proteção em Rede; iv) Mecenas Urbanístico e Filantropia Comunitária; v) e Prevenção Regulamentar e da Comunicação. Estes surgem na sequência da análise da importância detetada destes elementos para a criação de uma estrutura de prevenção com aplicabilidade e de fomentação de elos entre os vários elementos estruturais da comunidade. Os princípios apresentados são acompanhados de um conjunto de possíveis estratégias a serem aplicadas no território. Estas foram construídas tendo por base o conhecimento adquirido ao longo da investigação iniciada com a dissertação em 2012. Constatou-se que o território carece de uma estratégia de planeamento mais seguro e adequado à realidade da comunidade. A atual revisão feita ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio, prevê a existência de programas sectoriais do domínio da segurança pública e da prevenção e minimização de riscos. Resta às entidades locais estarem despertas para a necessidade de construir um modelo de gestão dos seus espaços onde a prevenção da criminalidade tenha, o seu espaço e, seja a par de outras questões, um tema de pelouro.

³ “*Governance* i) refere-se a um conjunto de instituições e atores de dentro e de fora da esfera estatal; ii) reconhece à necessidade de diluição das fronteiras e responsabilidades para lidar com questões sociais e económicas; iii) reconhece a existência de dependência de poder nas relações entre instituições envolvidas nas ações coletivas; iv) é sobre autonomia e redes autónomas de atores; v) reconhece a capacidade externa de fazer as coisas, não dependendo exclusivamente do poder estatal de comandar ou usar sua autoridade; vi) o governo não perde autoridade, usa o seu poder através de novas ferramentas e técnicas para orientar e guiar” – Original em Stoker, (1998: 18).

5.3.1.1. Cidadão Decisor

As exigências atribuídas ao território vão sendo trabalhadas sobre diversas teorias, conceitos e perspectivas, que de um modo geral vão alimentando o ónus exigido aos espaços urbanos. Exigem-se territórios que sejam competitivos, atrativos, geradores de bem-estar e riqueza. Atributos que são conferidos a um elemento físico que na verdade apenas usufrui de uma sucessão gradual de exigentes transformações, graças à intervenção da sua comunidade, e da forma como esta se dedica e investe no seu território. O espaço físico não é gerador de riqueza, somente disponibiliza recursos que podem ser utilizados como promotores da mesma. A sociedade que ocupa este espaço é o agente promotor da gestão dos recursos disponibilizados gratuitamente pela natureza e pelo território. A comunidade é, neste ponto de vista, o principal e único agente promotor da relação com o ambiente físico. Não podemos construir espaços urbanos 'belos' sem que a comunidade dê o seu contributo na sua gestão. São muitos os autores que falam sobre a necessidade de envolver as comunidades no controlo da criminalidade, através de uma postura ativa de vigilância, sendo por vezes fundamental o contributo de figuras de Estado para a promoção da mudança de mentalidade. E é de isso exemplo Jack Straw, que em 2000 ocupava o cargo de Secretário do Interior do Reino Unido, e que pediu para que a população se tornasse mais ativa e vigilante contra os comportamentos indesejados, chamando atenção de que todos têm responsabilidade para a garantia da ordem pública e a redução da criminalidade (Jones, 2000). Segundo Cozens *et al.* (2002), a mensagem difundida pelos vários meios de comunicação, foi apreendida pela população de forma positiva, encorajando a existência de um maior número de denúncias, manifestações e intervenções ativas na ocorrência de incidentes associados ao vandalismo juvenil.

O poder de tomar uma decisão é fundamental para “a participação dos cidadãos na construção de uma democracia mais forte, sustentável e com uma coesão particularmente necessária em tempos de crise económica e social, porque a segurança diz respeito a todos” (European Forum for Urban Security, 2012: 17). Para que esta seja efetuada é necessário ponderar as possibilidades de ação e ter conhecimento sobre o tema em que exercemos a nossa escolha. Durante a década de 1960, a Geografia Comportamental ampliou a noção do conhecimento face ao movimento no território, passando a estabelecer uma realidade prática às decisões dos indivíduos. A localização ótima de um estabelecimento passou a ter em consideração o máximo de informação possível sobre o potencial local. O cerne da perspectiva da tomada de

decisões é o reconhecimento de que as decisões de localização no mundo real raramente são, se é que são, ótimas no sentido de maximizar os lucros ou minimizar os recursos usados (Gregory *et al.*, 2009).

Não é possível alcançar as decisões perfeitas, mas é possível trabalhar no sentido de alcançar soluções ótimas. Allen Pred (1967), através do seu conceito da *Behavioural Matrix* comprovou que quanto mais informação disponível e capacitação dos tomadores de decisão, maior a probabilidade de tomar a decisão mais adequada (Gregory *et al.*, 2009). Se as decisões forem tomadas sobre um espectro de informação baixo está-se mais propenso a falhar na localização ótima, tal como na emissão de uma opinião sobre um problema da comunidade. Se os cidadãos que compõem esta comunidade não são informados ou são simplesmente letárgicos poderemos cair no erro de tomar decisões ou deixar de tomar decisões sem conhecimento do que se está a passar na vida da comunidade (Taylor, 2018).

Um estudo realizado por Sampson & Raudenbush (2004), em Chicago, sobre os motivos pelos quais os indivíduos formam perceções de desordem revelou que, as perceções eram moldadas pelo estigma e pelo preconceito racial, mas também, associado à conotação negativa onde esses cidadãos residem. Predominando a ideia de desordem observada prediz os distúrbios percebidos, no entanto o contexto racial e económico são mais importantes (Sampson & Raudenbush, 2004). Pedrazzini & Desrosiers-Lauzon (2011) são mais duros nas críticas destacando que as pessoas pobres parecem assustadoras, ao estarem muito próximas, aumentando os sentimentos de insegurança, tornando os empresários de segurança mais ricos, com o perpetuar da necessidade dos seus préstimos, de modo a garantir o *status quo* para os restantes membros da elite do poder. Afirmam que a insegurança e a segregação que são dirigidas contra os espaços urbanos onde estão localizados os bairros de habitação social são fruto de uma construção mediada por entidades que pretendem controlar o espaço urbano. A elaboração de uma imagem negativa sobre estes espaços parece não passar de um mito de que as pessoas mais carenciadas são mais violentas (Pedrazzini & Desrosiers-Lauzon, 2011).

Os cidadãos não têm de ser apenas vigilantes como alguns autores defendem (*e.g.*, Jacobs, 1961a; Newman, 1996), é necessário que sejam pró-ativos na procura da estabilidade da comunidade onde estão inseridos, quebrando barreiras do anonimato. A cidadania ativa inclui a participação dos cidadãos na segurança, nomeadamente através da educação sobre a legalidade e a partilha de valores de justiça e democracia (European Forum for Urban Security, 2012).

A predisposição para se manter informado é um trabalho que necessita de ser iniciado com as crianças nas escolas. A entrega de poder de decisão aos cidadãos sobre questões referentes a escolhas de intervenção, pensadas ou que necessitam de ser feitas, nos seus locais de residência nos parques de lazer que frequentam, é um processo que carece de mecanismos que expliquem às gerações mais novas que o futuro da sua qualidade de vida está no seu poder de decisão e no seu envolvimento com os direitos e deveres enquanto cidadãos. O seu nível de conhecimento irá determinar a sua tomada de decisão perante a situação em causa. Se queremos resolver os problemas do nosso bairro, da nossa rua temos de fomentar cidadãos com conhecimento e capacidade para sinalizar ou intervir na resolução dos problemas. Não é uma medida em que se possa obter resultados a curto prazo, mas é necessário consciencializar e trabalhar com os elementos da comunidade desde a tenra idade, para que as futuras gerações obtenham uma postura preventiva e pró-ativa no combate à criminalidade. Apesar de sermos comumente considerados um país seguro, não podemos encarar a segurança como uma mais-valia perpétua. As sociedades mudam e as evoluções podem não ser tão positivas.

Clarke (1997) defende que as taxas de criminalidade agregadas ou analisadas ao nível “macro” (*e.g.*, países, Estados, NUTS III) raramente produzem algum tipo de descoberta capaz de produzir medidas preventivas eficazes. É necessário analisar o crime à escala “micro” (*e.g.*, freguesias, bairro, rua, edifício) para poder associar o tipo de morfologia envolvente ao tipo de crime existente. Se a criminalidade está associada a elementos do mobiliário urbano as estruturas verdes ou aos fatores não tangíveis como os fatores socioeconómicos, os cidadãos que usufruem daqueles espaços (*e.g.*, alunos, empresários, residentes) deverão ser auscultados nos projetos de recuperação e nas tomadas de decisão, por forma a sentirem-se responsáveis pelo espaço (Crowe & Zahm, 1994).

A criação da figura do ‘Cidadão Decisor’ com poder de voz ativa, servirá de auxiliador na tomada de decisão, “devendo ser incluídos em todas as etapas da conceção, implementação e avaliação das políticas de segurança, evitando limitar a sua participação apenas à função de vigilância” (European Forum for Urban Security, 2018: 11). Os cidadãos para além da auscultação da opinião por parte das entidades de gestão municipal terão de ter capacidade de decisão ativa nas tomadas de decisão na ‘imagem da cidade’, como também terão capacidade de decisão quanto à canalização das verbas das taxas municipais. Uma gestão transparente das verbas públicas fomentará o interesse pela vida ativa da comunidade. A população deverá sentir que a sua opinião é tida em consideração no planeamento da cidade, não bastando o instrumento do

Orçamento Participativo (OP). Este mecanismo democrático tem um valor muito importante, mas a participação da população não pode ser centrada apenas neste instrumento.

5.3.1.2. Desburocratização

Falar em “burocracia”⁴ é abrir a problemática da imagem negativa em torno da Administração Pública. Existe uma visão negativa sobre o funcionamento e a atribuição de competências aos burocratas, que em muito poucas circunstâncias são valorizados ou considerados pela opinião pública como competentes, e onde a própria estrutura hierárquica bem como os serviços prestados são assumidos frequentemente como sendo pouco transparentes. A “burocracia” é compreendida, pela comunidade em termos genéricos, como sendo a “influência abusiva da administração, impedindo o prosseguimento de uma ação com procedimentos oficiais desnecessários” (Porto Editora, 2018). Mas a “burocracia” não é apenas o lado negativo de procedimentos dos órgãos do setor público, também é a composição hierárquica de burocratas.

Segundo Argryriades (2010), durante o século XIX e início do século XX a construção de um modelo burocrático foi a solução mais viável para a complexidade crescente que os governos estavam a atingir. O objetivo seria criar um modelo burocrático, constituído por um quadro de burocratas preparados e formados para a prestação do serviço e organizados hierarquicamente e que serviriam as comunidades oferecendo os seus préstimos, por forma a melhorar a qualidade de vida da população. Max Weber (1944) defendia a necessidade de existência deste modelo por forma a alcançar uma melhor governação. Apesar dos seus princípios, em especial da rigidez hierárquica ser um dos elementos mais questionáveis, Weber é merecedor de reconhecimento quando invoca a necessidade de existirem burocratas capazes de, através de normas e regulamentos legais e das suas competências técnicas e profissionais, dar resposta às necessidades da população. A necessidade constante em querer criar uma burocracia impermeável de *lobbies* ou clientelas levou à implementação de procedimentos oficiais desnecessários, tornando o processo cada vez mais moroso, tanto para os burocratas como para

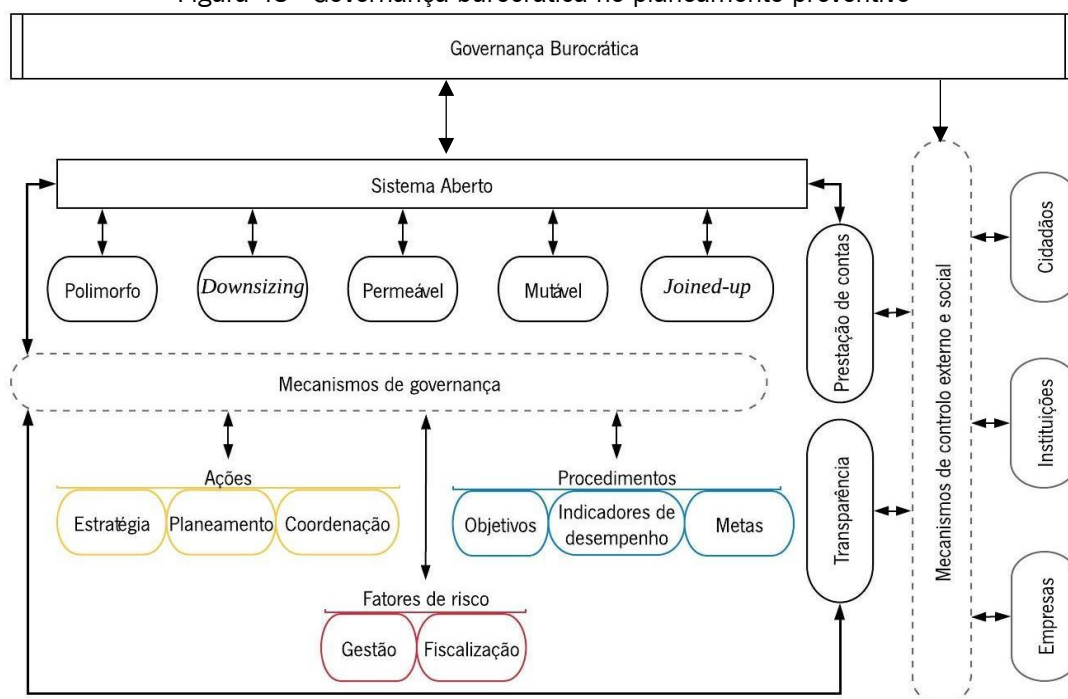
⁴ “A palavra **burocracia** foi inventada por Monsieur de Gournay, em 1745. Ele juntou à palavra «bureau», que tanto significa escritório como mesa de escrever, o termo «cracia», derivado do verbo grego «governar». «Burocracia» é, por conseguinte, o poder dos funcionários. A princípio era aplicado somente aos funcionários do governo, mas o seu uso foi-se ampliando gradualmente às grandes organizações em geral.” (Giddens, 2008: 351)

os cidadãos. Com o passar do tempo e com as mudanças implementadas não se obtiveram os frutos desejados, e a instabilidade, a irracionalidade e o sectarismo permaneceram (Bevir, 2011; Traverso, 2018).

Perante esta questão de “desburocratização”, o realinhamento e a redistribuição do poder governativo deverá, por um lado, gerar uma maior autonomia e conceder poder de decisão às estruturas governativas locais ou de gestão intermédia e, por outro lado, estimular a simplificação da própria estrutura burocrática (Argyriades, 2010; Bevir, 2011). As estruturas piramidais e monocráticas do passado foram dando lugar a novas estruturas. No entanto, e apesar da crise de identidade da burocracia, continua a ser fundamental a existência de burocratas que cumpram o seu serviço público. E que a entrega de poder ao setor privado ou ao cidadão não seja apenas encarada como a solução para a incapacidade do setor público de responder às suas obrigações para com a comunidade.

O combate aos interesses individuais deverá ser claro. Os mecanismos de controlo externo e sociais já existentes ou que segundo observação contextual de cada território possam vir a ser criados, devem servir como filtro para abusos e irregularidades nos processos burocráticos. A população, as instituições e as empresas, poderão e deverão fazer parte do processo governativo, mas terá de ser com a contrapartida de benefícios justos para as duas partes com a existência de transparência e prestação de contas para com a comunidade (Figura 48).

Figura 48 - Governança burocrática no planeamento preventivo



Fonte: Elaboração própria.

Uma estrutura governativa em sistema aberto permitirá à administração pública, em especial à administração local, o ajuste à realidade volátil, podendo comprimir o seu papel fundamental de regulamentação e de orientação das políticas públicas, mas ao mesmo tempo, permitir a criação de diferentes formas de organização, a permeabilidade de *input* de informação, de projetos, de ideias e de sugestões que advenham das empresas, cidadãos e instituições. Dar poder e voz às entidades externas não significa a adoção e cumprimento imediato dos seus interesses, mas abre a possibilidade de adquirir uma visão diferenciadora sobre a realidade podendo gerar alterações aos problemas detetados.

A proposta de um modelo preventivo alocado à câmara municipal passa pela necessidade de existência de uma Governança Burocrática. Através de um sistema aberto aos cidadãos, às instituições e às empresas, em associação com a administração local, devem-se criar redes geridas pela administração local, que possibilitem a existência de ações, procedimentos, gestão e fiscalização dos fatores de risco que envolvam o planeamento de mecanismos que promovam a cultura do planeamento preventivo, não só ao nível social, mas também morfológico.

É importante salientar a opinião de Pierre & Peters (2000), que frisa que o Estado não reduz o seu poder ao governar sob diretrizes polimórficas, permeáveis ou em *joined-up* (proposta para que diferentes setores de um governo trabalhem em conjunto, delimitando metas e objetivos transversais – Bevir, 2011. Pelo contrário, fomenta a governação participativa, estimula os vínculos de confiança entre cidadãos e a “burocracia” e, principalmente, promove a democracia.

5.3.1.3. Proteção em Rede

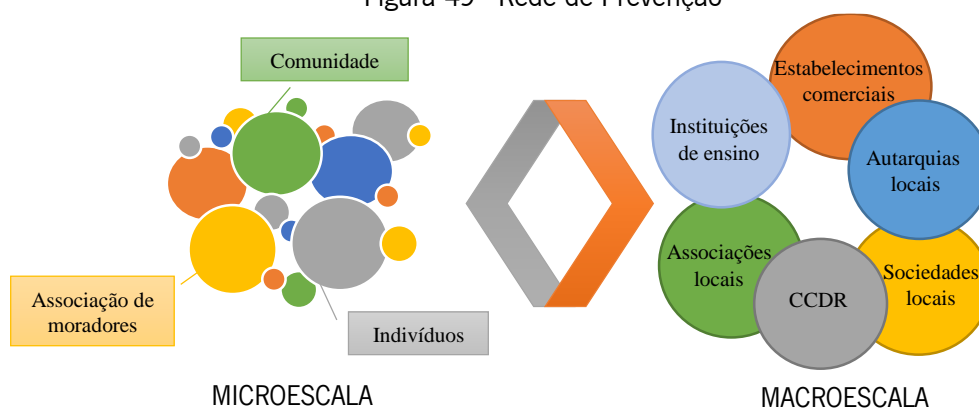
A *Governança Preventiva* proposta, procura responder às necessidades detetadas em termos de fragilidades de comportamentos. Apesar de o território ser o “palco” das alterações, estas só acontecem quando existe uma comunidade consciente e informada sobre os seus direitos e deveres e está principalmente consciente da premência em fomentar a sua coesão no combate aos seus próprios medos, inseguranças e problemas.

Aquando do surgimento do CPTED defendia-se a necessidade da territorialidade, ou seja, a comunidade tinha de perceber e sentir-se integrada no território para poder estabelecer a sua vigilância. Mas, um indivíduo que sofra de algum tipo de fragilidade (*e.g.*, desemprego, letargia, exclusão) não sentirá, à partida, interesse nem motivação para zelar por uma comunidade da qual se sente excluído. E o interesse pelo zelo dos valores estruturais da sociedade muitas das vezes necessita de apoio de uma estrutura em rede que através de uma regulamentação protecionista

fomente a cooperação entre cidadãos, e de estes para com os organismos institucionais formais ou informais.

A definição de 'rede' é uma questão muitas vezes apreendida de forma ambígua. Quando invocamos a necessidade do fomento de uma proteção em rede estamos a abordar a esfera social (entendida como a rede de relações, de conexões entre pessoas - Coimbra, 2012). Não pode o território ser trabalhado alienando as comunidades que o integram ou os indivíduos que tiram proveito dele. A rede de proteção pretendida tem como foco a articulação, a interação e a polinização mútua de um comportamento preventivo. Esta deverá ser orientada para a interação e valorização das relações sociais. O princípio será o da construção de redes distribuídas. A rede terá de partir de um ideal de *governance* e deverá ser pensada para o território, partindo da área de atuação do mesmo. As autarquias e as associações locais, em articulação com as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) deverão ser capazes de criar ligações onde os indivíduos estejam integrados e sejam ouvidos (Figura 49). Este conjunto de ligações entre pessoas deve ser estabelecido horizontalmente, onde os indivíduos – pessoas, instituições e organizações – são apreendidos como centros de receção e de propagação de informação.

Figura 49 - Rede de Prevenção



Fonte: Elaboração própria.

Para a construção, estímulo e longevidade das redes são necessários os laços comunitários e sociais, que no conceito mais lato dizem respeito ao capital social. É fundamental perceber o 'capital social', a sua eficácia coletiva, os seus determinantes e quais as suas consequências. Não podendo este ser observado apenas de forma positiva, tem de ser examinado segundo as desvantagens que poderão ser produzidas, em torno da defesa da comunidade. A uma microescala, as redes déspotas poderão ser geradoras de um maior controlo social com aplicação de sanções coletivas como sendo a solução para os problemas. Poderão resultar, muitas das

vezes, no agravamento da exclusão social, no excesso de reivindicações de membros de grupos específicos da comunidade, ou em restrições à liberdade individual (Portes, 1998; Hipp, 2016).

Das fragilidades do capital social, podemos ter o agravamento da 'desorganização comunitária' (Olavarria-Gambi *et al.*, 2008) que está diretamente relacionado com as mudanças frequentes nos fenómenos populacionais, em especial daqueles que são geradores da pobreza. Segundo Olavarria-Gambi *et al.* (2008) a conjuntura que originou a pobreza e o constante fluxo populacional cria uma instabilidade familiar. Quando a estrutura da família entra em crise as crianças e os jovens são os primeiros a revelar problemas sendo muitas das vezes difícil de controlar os seus comportamentos.

Olavarria-Gambi *et al.* (2008) defendem que as redes deveriam ser capazes de dar resposta e aumentar o controlo informal, encorajando a resposta coletiva para os problemas locais. Mas neste problema como em tantos outros da comunidade, não podemos esperar que seja o grupo a oferecer a solução para todos os problemas. No máximo o que a comunidade pode disponibilizar é ferramentas para ajudar na resolução dos problemas. Como é o caso do modelo preventivo de criminalidade. A comunidade tem capacidade para moldar os indivíduos, mas estas também são capazes de os segregar. A morfologia tem a capacidade e o poder de alterar as relações entre a comunidade e não podem ser os mecanismos do medo a determinar o nível de coesão da comunidade (Markowitz *et al.*, 2001).

5.3.1.4. Mecenato Urbanístico e Filantropia Comunitária

Segundo David Clark (1991), na década de 1970, os Geógrafos, através do mapeamento e de medições estabeleceram padrões de relação entre os problemas sociais e económicos e os espaços urbanos. Apesar das hipóteses lançadas de correlação, estes estudos mostravam-se incapazes de satisfatoriamente explicar as privações urbanas e, mais importante, sugerir medidas apropriadas para a solução dos problemas urbanos (Clark, 1991). O insucesso desta abordagem poderá estar relacionado com a desvalorização do papel modelador dos órgãos governativos e principalmente a sua poderosa influência nas dinâmicas económicas e sociais. Os conflitos de interesses gerados pelas entidades privadas de maior poder (*e.g.*, económico, empreendedor) são geradores de atração ou repulsa pelos espaços urbanos. Quando existe a prevalência do poder financeiro e político (*e.g.* administradores bancários, sociedades de construção civil, escritórios

imobiliários e órgãos políticos) na gestão das dinâmicas urbanas poderá existir uma maior propensão para o controlo das estruturas da cidade (Clark, 1991).

Em Portugal, a Direção-Geral do Património Cultural tem procurado estabelecer parcerias com empresas ou outras entidades que poderão ser potenciais mecenas para a salvaguarda, divulgação e valorização do património nacional. Na nossa perspetiva dever-se-ia aplicar o mesmo modelo de mecenato e filantropia à escala local. Os mecenas locais (*e.g.*, administradores bancários, sociedades de construção civil, escritórios imobiliários, órgãos políticos, empresas familiares e cidadãos) poderiam contribuir para a preservação, conservação ou restauro de imóveis ou espaços de utilização pública. O incentivo à filantropia permite materializar o papel social, do indivíduo ou da pessoa coletiva, no melhoramento do espaço público. E tal como acontece com o Mecenato Cultural, também o Mecenato Urbanístico deverá ter um tratamento especial por parte do Estado, com tratamento preferencial em termos fiscais [Donativos Recebidos – Modelo 25 do IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) – IRC (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas)]. Apesar do mecenato ter começado pela forma de financiamento das artes, na atualidade o financiamento é feito nas mais diversas áreas (*e.g.*, social, ambiental, desportiva, educacional). A nível nacional são várias as instituições com papel ativo de mecenas, com particular destaque para a Caixa Geral de Depósitos ou para a EDP. E são muitos os exemplos de organismos que ganharam notoriedade e forma graças ao mecenato, como a Companhia Nacional de Bailado, o Museu Grão Vasco em Viseu, ou a Casa da Música no Porto. Acreditamos ser possível construir projetos de lugares com apoio de mecenas à escala local, e partindo desta doação criar vínculos entre a comunidade e o espaço, atribuindo-lhe ainda mais o sentimento de propriedade e pertença. O objetivo final seria a consolidação do sentimento de pertença e a manutenção dos espaços dando de algum modo forma e uma roupagem diferente à necessidade defendida ao longo da primeira geração CPTED na construção de uma “Imagem/Manutenção e Gestão” dos espaços públicos, semipúblicos e privados.

5.3.1.5. Prevenção Regulamentar e da Comunicação

Os meios de comunicação têm sido acusados como sendo um dos causadores da construção dos medos e de estereotipar imagens associadas a lugares, a par de fatores económicos (*e.g.*, grupo socioeconómico) sociais (*e.g.*, profissão ou tipo de ocupação do indivíduo, os transportes utilizados para as suas deslocações) e culturais. Todos estes fatores são fontes

privilegiadas para a recriação mental do espaço (Esteves, 1999). A par desta consciência do poder da informação, foi surgindo um grupo de indivíduos que apesar de ter acesso à informação, simplesmente evitam compreender a informação de que dispõem. Na generalidade dos casos pensa-se a informação como sendo um meio de obtenção de conhecimento e como um meio para chegar ao conhecimento. No entanto várias pesquisas teóricas e empíricas comprovam que existem pessoas que evitam obter a informação, pelas mais diversas razões (Sweeny *et al.*, 2010; Persoskie *et al.*, 2013). Este grupo são os *information avoidanc* e pertencem ao espectro de pessoas que estando cientes de que a informação está disponível e com acesso à mesma evitam a informação, mesmo quando é de fácil e livre acesso (Golman *et al.*, 2017). No contexto de inacessibilidade às tecnologias e informação, não existem apenas os *information avoidanc*, existe também o grupo de indivíduos que pertencem à *Media and Information Literacy* (MIL) (Santos *et al.*, 2015). Os indivíduos MIL são os que sofrem de literacia mediática e/ou literacia da informação, que têm défice num “conjunto combinado de conhecimentos, aptidões e atitudes que os impedem de se envolver ativa e eficazmente enquanto cidadãos. O conhecimento adquirido a partir da informação disponibilizada com os *media* e com outros fornecedores de informação, como bibliotecas, arquivos, museus e internet, permitem o desenvolvimento do pensamento crítico e competências de aprendizagem ao longo da vida que lhes permitam tornar-se cidadãos ativos dentro da comunidade” (Santos *et al.*, 2015: 29).

É fundamental prestar apoio na formação da população para a sensibilização dos problemas da sua comunidade, a par do trabalho que deve ser realizado em parceria com os meios de comunicação locais, para a construção de uma mentalidade positiva e pró-ativa. Lord, Ross & Lepper, em 1979, publicaram um artigo na área da psicologia social onde comprovam a existência de uma relação entre pessoas com opiniões vincadas sobre questões sociais complexas e a análise de informação empírica relevante de uma maneira tendenciosa, rejeitando opiniões e visões opostas à sua opinião, apesar de suportadas por evidências empíricas relevantes (Lord *et al.*, 1979). O reconhecimento de um facto não é sinónimo de falha no cumprimento do seu dever ou promessa, é pelo contrário, uma posição de tomada de consciência da necessidade de atuação sobre um facto. “A segurança deve basear-se no equilíbrio entre sanção e prevenção. As urbes devem garantir que as autoridades públicas respondam de forma coerente tanto ao pequeno quanto ao maior tipo de delinquência” (European Forum for Urban Security, 2012: 14:5). É fundamental a aceitação das entidades gestoras do território de que a criminalidade existe, podendo ter baixo nível de ocorrências com elevado nível de violência para levar ao estado de

“alerta”. Mas os crimes que existem, muitos ou poucos, geram impactes diretos na forma como ocupamos o espaço público.

É possível consertar estratégias de atuação na construção de uma “Prevenção Regulamentar e da Comunicação” para a prevenção da criminalidade no contexto dos espaços públicos. A criminalidade nunca será inexistente, mas será de uma relevância cada vez menor quanto mais a importância que a comunidade e as entidades gestoras do território atribuírem à prevenção da criminalidade através dos espaços urbanos. As entidades geradoras de conhecimento (*e.g.*, bibliotecas, arquivos, museus, escolas, universidades) em parceria com as entidades gestoras do território deverão contribuir para a construção de um envolvimento ativo da comunidade para a preservação, restauro e conservação do património. Deste modo, de forma indireta vai-se construindo a prevenção da criminalidade com a diminuição dos espaços abandonados, descuidados e sem manutenção, bem como a construção de uma atmosfera mais segura.

5.4. Nota conclusiva

O modelo de *Governança Preventiva* é apresentado como um ponto de partida para pensar a Prevenção Criminal Através do Espaço Construído (CPTED) para o contexto português. Apesar de ser um modelo de carácter internacional, foram surgindo variantes deste e adaptadas ao contexto de vários países. Ao longo do presente capítulo procurou-se chamar atenção para o carácter holístico da prevenção da criminalidade. Sendo essencialmente de índole territorial e sobre o espaço construído exige a ponderação de vários vetores, sejam eles económicos, sociais ou políticos.

Dado o vasto espectro que envolve a criminalidade, o tema não pode ser pensado ou trabalhado de forma singular. Partindo do envolvimento político, a comunidade deverá ser estudada e chamada à construção e implementação de medidas de Prevenção Criminal Através do Espaço Construído (CPTED). Os princípios estabelecidos pelo CPTED não pretendem em qualquer circunstância substituir a função das Forças de Segurança ou do órgão de administração municipal. Pelo contrário, ao serem reforçados os mecanismos informais de controlo, sob a figura de uma comunidade mais ativa e uma estrutura urbana preventiva, legitima o contributo das Forças de Segurança reforçando a necessidade da sua intervenção no quotidiano da vida da comunidade para o cumprimento da lei.

Capítulo 6.

Políticas municipais de prevenção da segurança: análise das entrevistas efetuadas aos representantes da administração local e dos dados fornecidos pela P.S.P.

6.1. Nota introdutória

Dois dos fatores cruciais de governança dos territórios, em especial das urbes, são os meios e as condições da mesma (Antunes & Lúcio, 2013). Quais são os recursos existentes para a governação? Em que condições a prevenção da criminalidade se encontra a ser aplicada nos territórios? Estas são algumas das questões fundamentais para determinar as políticas públicas para a prevenção da criminalidade no futuro. É dentro deste contexto que a aferição da perceção e opinião das várias entidades do poder local se torna um ponto central para a determinação de novos caminhos.

As entrevistas foram dirigidas a dois grupos da governação do poder local. Aos presidentes das Câmaras Municipais dos municípios do Quadrilátero Urbano – Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão. No entanto apesar dos vários esforços realizados não foi possível obter a entrevista do presidente da Câmara de Barcelos, nem de representantes nomeados pelo mesmo. Desta feita, obtivemos entrevistas de três dos quatro representantes dos municípios em estudo. A segunda fase de entrevistas foi dirigida aos presidentes das juntas de freguesia e uniões de freguesia (U.F.) das áreas urbanas com jurisdição da Polícia de Segurança Pública (P.S.P.) e onde existia a conjugação: i) maior número de recorrências de crimes; ii) maior número de habitantes. Deste modo foram realizadas um total de nove entrevistas a presidentes de freguesias e uniões de freguesia de um total de vinte e duas freguesias ou U.F. integradas na área de jurisdição da P.S.P., e três entrevistas a presidentes da câmara de um total de quatro (Tabela 33).

Tabela 33 - Total de entrevistas realizadas

| Município | N.º entrevistas realizadas a presidentes da câmara ou representantes | N.º de entrevistas realizadas a presidentes da junta | Freguesias com a atual divisão territorial | Freguesias com a composição territorial anterior ao ano de 2013 |
|------------------------|--|--|--|---|
| Barcelos | - | 2 | 2 | 4 |
| Braga | 1 | 3 | 8 | 14 |
| Guimarães | 1 | 2 | 9 | 12 |
| Vila Nova de Famalicão | 1 | 2 | 3 | 4 |
| Total | 3 | 9 | 22 | 34 |

Nota: A Polícia de Segurança Pública, utiliza como referência à sua área de jurisdição a composição das freguesias anterior ao ano de 2013. Fonte: Elaboração própria.

6.2. A opinião e a perceção do presidente de câmara e dos representantes nomeados dos municípios de Braga, de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão

Neste sub^{item} analisamos as respostas proferidas pelo presidente da câmara de Vila Nova de Famalicão e dos representantes nomeados dos municípios de Braga e de Guimarães. A entrevista dividiu-se em três grupos e treze questões (guião de entrevista no Anexo 2).

6.2.1. Segurança: visão sobre o Quadrilátero Urbano

No primeiro grupo de entrevistas o tema era a ‘segurança no Quadrilátero Urbano’. Perante a primeira questão ‘Na sua opinião, os municípios do Quadrilátero Urbano são seguros?’, todos os entrevistados (n=3) foram de opinião de que o Quadrilátero Urbano é seguro (Tabela 34).

Tabela 34- Opinião face à segurança no Quadrilátero Urbano

| Entrevistado | Categorias |
|--|---------------|
| Paulo Cunha Presidente da Câmara de Vila Nova de Famalicão | (1) Seguro |
| Firmino Marques Vice-Presidente da Câmara de Braga | (1) Seguro |
| Nuno Cunha Associação de Municípios de Fins Específicos (AMFE) do Quadrilátero Urbano – Representante nomeado pela Câmara Municipal de Guimarães | (1) Seguro |

Nota: Para fins de hierarquização da opinião face à segurança no Quadrilátero Urbano, fez-se a seguinte escala:

Categoria 1 – Seguro;

Categoria 2 – Inseguro;

Categoria 3 – Não respondeu de forma direta.

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas realizadas em junho de 2018.

Em relação ao sentimento de segurança, dois deles invocaram a realidade portuguesa por eles percecionada com parando com o resto da Europa e do mundo. Reproduzem-se a seguir as respetivas narrativas.

Se são seguros? São. A forma como desejam ser visitados e o aumento exponencial do fluxo de turistas, para Braga, mas não só, também nas cidades vizinhas e de forma particular Barcelos, Famalicão e Guimarães que têm tido registos importantes acima dos dois dígitos. O aumento de turistas reflete a qualidade, mas também uma sensação real de segurança que existe, comum, comprovadamente no país, que tem beneficiado do clima de segurança. A Europa muitas vezes e de forma a miúdo tem vindo a sentir-se fragilizada. O nosso país tem beneficiado desse facto e tem sido muito escolhido por turistas que estavam por outras paragens. Isso é bom, quer para o nosso país quer para a região do Minho onde se enquadra esta organização do quadrilátero.

(Firmino Marques, Vice-Presidente da Câmara de Braga).

O conceito de segurança tem evoluído como sabemos ao longo dos anos. Eu acho que são mais seguros [os municípios de Barcelos, Braga, de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão] do que a média do país e muito mais do que aquilo que é característica infelizmente hoje na Europa e no mundo inteiro (...).

(Paulo Cunha, Presidente da Câmara de Vila Nova de Famalicão).

O tema da segurança urbana e da prevenção contra a criminalidade tem vindo a ganhar forma um pouco por toda a Europa. Em 2012 o Fórum Europeu para a Segurança Urbana (F.E.S.U.) escolheu como tema para a quinta conferência internacional “o futuro da prevenção”, que se realizou em *Aubervilliers* e *Saint-Denis* – França. Em edições anteriores realizaram-se em Montreal (1989), Paris (1991), Nápoles (2000) e Saragoça (2006). A conferência decorreu entre os dias 12, 13 e 14 de Dezembro de 2012, onde a organização garante terem estado presentes mais de 900 pessoas, onde se incluíram representantes de 200 cidades e 40 países dos cinco continentes (European Forum for Urban Security, 2012). Deste congresso nasceu o Manifesto de *Aubervilliers* e *Saint-Denis*. Na capa da versão portuguesa do documento pode-se ler a seguinte frase: “As coletividades locais europeias privilegiam assim a prevenção para garantir que a segurança seja um direito fundamental e um elemento indispensável da qualidade de vida na cidade para as gerações futuras” (European Forum for Urban Security, 2012: capa).

As Nações Unidas lançaram em 2015 os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. O décimo primeiro objetivo contempla as ‘cidades e comunidades sustentáveis’. Desde há alguns anos que a urbe passou a estar na ordem do dia no debate mundial, seja pelas questões económicas, sociais, ecológicas, habitacionais, mas também pela segurança. Almeja-se construir espaços urbanos cada vez mais sustentáveis e economicamente estáveis e seguros.

A opinião é unânime por parte dos entrevistados (n=3) de que as áreas urbanas que compõem o Quadrilátero Urbano são seguras.

Nos municípios do Quadrilátero há uma conjugação favorável de esforços das entidades responsáveis nomeadamente policiais, mas não só, que permite que sendo cidades de média/grande dimensão, no contexto nacional, não sofram dos problemas típicos das grandes cidades no país, na Europa e no mundo e, portanto, no contexto global em que hoje vivemos pareçame que devemos assumir que são cidades seguras.

(Paulo Cunha, Presidente da Câmara de Vila Nova de Famalicão).

No entanto, os paralelismos de segurança ou ausência da mesma estão fortemente associados ao conhecimento e às fontes de conhecimento. Existe um vínculo do conceito de ‘criminalidade’ intrinsecamente associado ao imaginário que surge de situações de vitimização, experienciadas ou relatadas pelos meios de comunicação social. Mas apesar da fonte de percepção de segurança advir das experiências adquiridas de forma direta e indireta, existe uma distinção entre a percepção e os números reais, aqueles que permanecem desconhecidos.

Os dados e as várias fontes de informação têm de ser analisados e observados com alguma atenção. No caso dos crimes abordados neste estudo – furto e roubo –, Portugal encontra-se num *ranking* nem sempre muito positivo quando comparado com os restantes países da Europa. Segundo os dados do *Eurostat*, ao nível Europeu, Portugal encontra-se nos primeiros lugares nalgumas das tipologias de furto e roubo. Na realidade, quando se compara o total de crimes com outros países Europeus, nas várias categorias de crimes, os valores não são assim tão baixos. No caso dos crimes de roubo, registados pelo *Eurostat* entre 2013 e 2016, Portugal encontra-se sempre entre os dez primeiros lugares do *ranking* de entre trinta países contabilizados (salvo o ano de 2016 em que apenas existe registo de 27 países – ver Anexo 3) (Tabela 35).

Tabela 35- Ranking a nível Europeu dos crimes de roubo registados

| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|----|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| 1º | França 124.657 | França 114.093 | França 104.116 | França 99.062 |
| 2º | Espanha 86.034 | Espanha 70.855 | Espanha 64.581 | Espanha 70.645 |
| 3º | Itália 63.770 | Itália 58.345 | Alemanha 44.666 | Alemanha 43.009 |
| 4º | Alemanha 47.234 | Alemanha 45.475 | Itália 35.068 | Itália 32.918 |
| 5º | Bélgica 22.879 | Bélgica 21.905 | Bélgica 22.101 | Portugal 13.313 |
| 6º | Polónia 19.533 | Portugal 15.594 | Portugal 15.472 | Polónia 9.634 |
| 7º | Portugal 16.590 | Polónia 13.868 | Polónia 10.210 | Suécia 8.562 |
| 8º | Países Baixos 13.120 | Países Baixos 10.320 | Países Baixos 9.615 | Grécia 4.725 |
| 9º | Suécia 8.361 | Suécia 8.364 | Suécia 8.461 | Áustria 3.103 |

Notas: Informação completa no Anexo 3. Definição da meta-informação do *Eurostat* de Roubo – “Roubo de propriedade de uma pessoa, superando a resistência pela força ou ameaça de força. Sempre que possível, a categoria "Roubo" deve incluir o assalto por esticão e o roubo com violência, mas deve excluir o carteirismo e a extorsão”.

Fontes de Dados: Eurostat | UNODC | Entidades Nacionais - Recolha de Dados Eurostat UNODC
Fonte: PORDATA - <https://www.pordata.pt/DB/Europa/Ambiente+de+Consulta/Gr%C3%A1fico> (Consultado a 31 de outubro de 2018).

Estes dados são relevantes concedendo mais peso à importância de olharmos para os valores dos registos num contexto alargado. Apesar de os registos de Portugal nas variações absolutas entre os vários anos ser negativo (2013/2014 – -6% | 2014/2015 – -0.8% | 2016/2016 – -14%) a posição no *ranking* foi se agravando dois pontos percentuais do ano 2013 para 2016. Os crimes de roubo são os que mais contribuem para o sentimento de insegurança. “Os sentimentos de insegurança nunca foram tão fortes, os cidadãos desconfiam dos políticos, contestando a sua capacidade de mudar o curso dos acontecimentos” (European Forum for Urban Security, 2012: 4).

No caso dos crimes de furto Portugal deixa de estar entre os dez primeiros e passa para uma posição a meio da tabela. Os valores entre os três primeiros países (França, Alemanha e Itália) e os restantes é uma diferença abrupta, chegando mesmo a ser menos de metade (Tabela 36).

Tabela 36- Ranking a nível Europeu dos crimes de furto registados

| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|-----|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| 1º | França 1.390.001 | França 1.429.398 | França 1.397.363 | França 1.381.425 |
| 2º | Alemanha 1.303.355 | Alemanha 1.322.144 | Alemanha 1.348.955 | Alemanha 1.290.481 |
| 3º | Itália 1.289.071 | Itália 1.317.327 | Itália 1.228.801 | Itália 1.132.577 |
| 4º | Países Baixos 644.725 | Países Baixos 587.210 | Países Baixos 544.100 | Suécia 375.396 |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 15º | Hungria 124.276 | Hungria 106.939 | Roménia 108.439 | Portugal 77.774 |
| 16º | Grécia 103.674 | República Checa 103.708 | Grécia 100.805 | República Checa 71.872 |
| 17º | Portugal 94.902 | Grécia 94.082 | Portugal 86.417 | Irlanda 64.800 |
| 18º | Irlanda 78.431 | Portugal 91.041 | República Checa 84.793 | Bulgária 32.727 |
| 19º | Roménia 57.557 | Irlanda 77.622 | Irlanda 75.729 | Eslovénia 21.394 |

Notas: Informação completa no Anexo 4. Definição da meta informação do *Eurostat* de furto – “Privar uma pessoa ou organização de propriedade, sem usar de força, com a intenção de se apropriar dela. O “Furto” exclui roubo e assalto a residência, que são registados separadamente”.

Fontes de Dados: Eurostat | UNODC | Entidades Nacionais - Recolha de Dados Eurostat-UNODC.
Fonte: PORDATA - <https://www.pordata.pt/DB/Europa/Ambiente+de+Consulta/Gr%C3%A1fico>
(Consultado a 31 de outubro de 2018).

E tal como no caso dos crimes de roubo registados, também os crimes de furto desceram em termos globais entre 2013 e 2016. As taxas de variação são sempre negativas, (2013/2014

– 4,1% | 2014/2015 – 5,1% | 2016/2016 – 10%). No entanto desde 2014 que Portugal foi subindo gradualmente vários pontos percentuais até 2016, agravando a sua posição face aos restantes países Europeus.

O *Eurostat* inclui na análise os crimes de ‘assalto’, variável que em Portugal não existe em termos legais. No código penal português não existe a tipificação deste tipo de crime, os ‘assaltos’ estão dentro do crime de roubo e furto. Importa ressaltar que o assalto é tipificado pelo *Eurostat* como sendo um crime onde poderá incluir o recurso de violência (ver nota da Tabela 37).

Em Portugal e não fugindo à tendência em relação aos demais crimes, também nos assaltos, foram registando uma diminuição do número de crimes, mas um aumento face aos restantes países (Tabela 37).

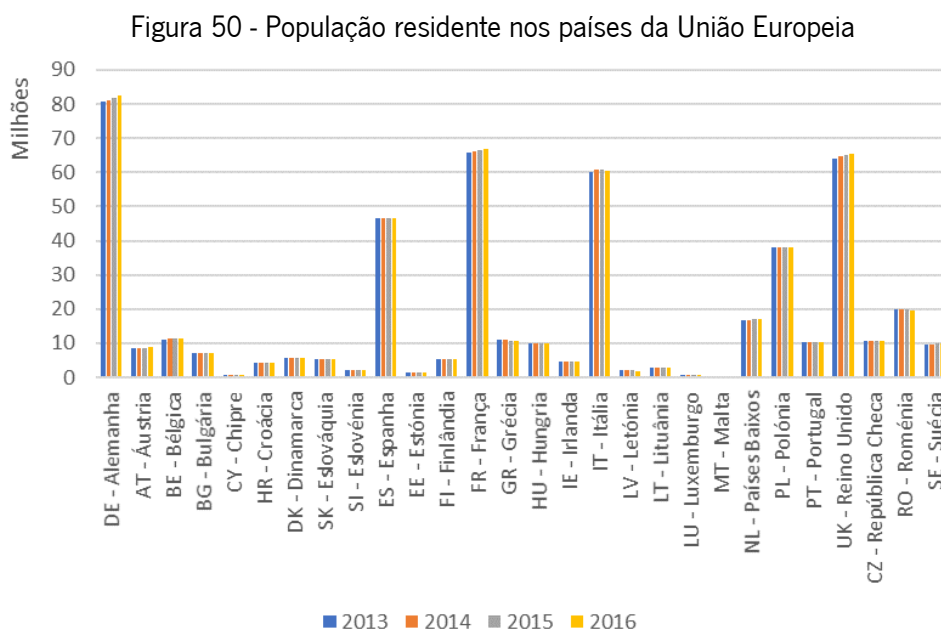
Tabela 37 - *Ranking* a nível europeu dos crimes de assalto registados

| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|-----|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| 1º | Alemanha 437.520 | Alemanha 446.073 | Alemanha 463.929 | Alemanha 432.730 |
| 2º | França 385.511 | França 379.153 | França 379.253 | França 382.910 |
| 3º | Países Baixos 291.295 | Países Baixos 254.330 | Países Baixos 228.135 | Espanha 195.910 |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 11º | Grécia 67.825 | Grécia 61.631 | Suíça 52.569 | Roménia 27.332 |
| 12º | República Checa 62.384 | Roménia 51.116 | República Checa 34.476 | Portugal 26.193 |
| 13º | Portugal 38.390 | República Checa 49.304 | Roménia 29.562 | Finlândia 24.594 |
| 14º | Hungria 37.688 | Portugal 34.612 | Portugal 29.386 | Irlanda 18.478 |
| 15º | Irlanda 26.291 | Hungria 29.883 | Hungria 28.595 | Croácia 12.403 |

Notas: Informação completa em anexo 5. Definição da meta informação do *Eurostat* de Assalto – “Obtenção de acesso não autorizado a parte de edifício/habitação ou outras instalações, inclusive com recurso ao uso de força, com a intenção de roubar bens. O "Assalto" inclui, quando possível, o roubo do interior de casa, apartamento ou outro local de residência, fábrica, loja ou escritório, de estabelecimento militar, ou a utilização de chaves falsas. Deve excluir o roubo de dentro de uma viatura, de um contentor, de uma máquina de venda automática, de um parquímetro e de recintos/logradouros cercados”.

Fontes de Dados: Eurostat | UNODC | Entidades Nacionais - Recolha de Dados Eurostat UNODC
Fonte: PORDATA - <https://www.pordata.pt/DB/Europa/Ambiente+de+Consulta/Gr%C3%A1fico> (Consultado a 31 de outubro de 2018).

Dentro de um contexto Europeu e mundial, não se pode referenciar Portugal como sendo um país com elevadas taxas de criminalidade ou que a população viva em permanente sobressalto. Em termos globais, o número de crimes registados efetivamente tem apresentado um decréscimo desde 2013, dentro do contexto nacional. No entanto a descida não é suficiente para impedir que a posição de Portugal desça a sua posição no *ranking* da Europa. E se compararmos os dados com a população residente em cada país da União Europeia, percebemos que no ano de 2016 o número de assaltos em Portugal (n=26.193) para a Roménia (n=27.332) não revelava uma diferença significativa, mas quando comparamos a população residente entre Portugal (n=10.325.452) e da Roménia (n=19.702.332) (Figura 50), percebemos que o número de crimes por residentes é superior em Portugal (PORDATA, 2018).



Fontes de Dados: Eurostat | NU | Institutos Nacionais de Estatística. Publicado: PORDATA, 2018.

No caso do ranking europeu de furto, no ano de 2016, em Portugal (n=77.774) o número de crimes ocorridos, são significativamente superiores, aos que ocorrem na República Checa (n=71.872). No entanto, em termos de população residente Portugal (n=10.325.452), não difere muito da República Checa (n=10.566.332) (PORDATA, 2018). No caso dos crimes de roubo, no ano de 2016, Portugal (n=13.313) apresenta um valor superior ao da Polónia (n=9.634), no entanto em termos de população residente a Polónia (n=37.970.087) apresenta mais cerca de 27 milhões de residentes do que Portugal (n=10.325.452) (PORDATA, 2018). Estas são algumas

das comparações que podem ser enunciadas. O facto é que, Portugal é um país seguro, mas não tão seguro quando se pensa.

Os entrevistados desconhecem estes factos e tenderam a apresentar comparações com outros contextos sociais e realidades, apenas com base no conhecimento que lhes chega pelos meios de comunicação, como a rádio e a televisão. Quando se referem à realidade nacional a ideia que é transmitida é a de estarmos num país seguro e deixaram a mensagem de que a (in)segurança não é um tema prioritário nas políticas do município, mas sim, da competência das forças de segurança.

É fundamental apreender que a “segurança não equivale a polícia, mas sim a prevenção, e as políticas que conseguem maior legitimidade neste campo não são as que mais delinquentes detêm, mas sim aquelas que mais delitos evitam” (Sampaio, 2007: 120). É fundamental questionar até que ponto atribuir competência exclusiva às forças de segurança é o caminho para a construção de espaços mais seguros (Tabela 38). Reportamos a seguir algumas narrativas dos entrevistados.

Eu acho que as ações didáticas informativas e a forma como as forças de segurança se articulam no terreno com a comunidade, tem permitido que as pessoas tenham comportamentos ativos de segurança mais eficaz. Portanto as pessoas não estão à espera que os outros as protejam, elas próprias se protegem, e por tanto, acho que do ponto de vista preventivo as medidas têm sido acertadas.

(Paulo Cunha, Presidente da Câmara de Vila Nova de Famalicão).

As políticas de prevenção do crime nos municípios de Barcelos, de Braga, de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão são claro uma preocupação para qualquer autarca, logo para o Quadrilátero também, mas as políticas de prevenção do crime são feitas pelas entidades que gerem as questões de segurança. Os municípios têm as questões de segurança como preocupação, mas não no sentido da criminalidade de forma direta, mais no sentido da prevenção para acidentes e tudo o que possa ser produzido de forma involuntária, que possa ter reflexos quer no edificado quer nas pessoas. (...) O município de Braga à semelhança dos outros municípios tem organizada a sua unidade de intervenção municipal no que diz respeito à proteção civil. Tem organizado, portanto, de forma satisfatória a corresponder no terreno àquilo que são as expectativas também da própria comunidade para as questões da segurança. A segurança no sentido lato engloba uma coisa e outra. (...), a ideia vai mais no sentido da criminalidade e essa, é muito bem organizada e implementada pelas forças Segurança. Tem produzido bons resultados.

(Firmino Marques, Vice-Presidente da Câmara de Braga).

Ainda dentro do tema da ‘Segurança no Quadrilátero Urbano’ pretendeu-se aferir quais as políticas de prevenção do crime, nos municípios de Barcelos, de Braga, de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão. Dentro desta também se pretendeu entender se a criminalidade tem sido uma preocupação das políticas de cooperação entre os quatro municípios (Tabela 38).

Tabela 38 - Tipo de políticas de prevenção do crime no Quadrilátero Urbano

| Entrevistado | Categorias | |
|--|---|--|
| | Avaliação das políticas de prevenção individual | Criminalidade como uma preocupação das políticas de cooperação |
| Paulo Cunha Presidente da Câmara de Vila Nova de Famalicão | (1) Positiva | (b) Não |
| Firmino Marques Vice-Presidente da Câmara de Braga | (1) Positiva | (c) Não respondeu de forma direta |
| Nuno Cunha Associação de Municípios de Fins Específicos (AMFE) do Quadrilátero Urbano – Representante nomeado pela Câmara Municipal de Guimarães | (4) Não tem conhecimento | (d) Não tem conhecimento |

Nota: Para fins de hierarquização da opinião face a políticas de prevenção do crime no Quadrilátero Urbano, optou-se pela seguinte categorização:

Categoria 1 – Positivas;

Categoria 2 – Negativas;

Categoria 3 – Não respondeu de forma direta;

Categoria 4 – Não tem conhecimento.

Categoria a – Sim;

Categoria b – Não;

Categoria c – Não respondeu de forma direta;

Categoria d – Não tem conhecimento.

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas realizadas em junho de 2018.

Apesar de dois dos três entrevistados fazerem uma avaliação positiva às políticas de prevenção, no que se refere à questão da criminalidade como uma preocupação das políticas de cooperação foram apresentadas perspetivas distintas. Por um lado, temos uma afirmação perentória de que o tema da criminalidade não tem sido uma preocupação das políticas de cooperação entre os municípios do Quadrilátero Urbano.

Não, não tem sido propriamente um tema abordado pelos quatro municípios provavelmente porque a nossa convicção é que o tema está a ser bem tratado. Não quer dizer que a segurança não seja sempre um problema, é sempre um problema, pode é não estar tanto no topo da agenda quanto outros temas, por não ser um problema tão grande quanto são outros, como por exemplo, a mobilidade, que é hoje uma preocupação enorme do Quadrilátero e onde nós consideramos que há algo a fazer, ao contrário da segurança onde por ventura consideramos que as coisas estão a ser bem feitas.

(Paulo Cunha, Presidente da Câmara de Vila Nova de Famalicão).

Por outro lado, temos mais uma vez, de forma não direta uma atribuição de responsabilidade da prevenção da criminalidade às forças de segurança. E a cooperação anunciada entre os municípios do Quadrilátero Urbano ao longo do discurso é referente às várias forças de segurança e aos seus modelos de atuação, sendo atribuídas competências ao município a outros níveis.

(...) Na verdade tem sido uma preocupação das políticas de cooperação comum entre os quatro municípios. Nós temos por exemplo a nível duma das unidades de intervenção policial, a P.S.P., que está organizada coincidentemente com estes quatro municípios e qualquer um dos municípios tem nos momentos próprios articulado com a P.S.P. formas de intervir e responder no terreno com aquilo que lhes é devido, sempre por orientação das forças de segurança, e sempre com a colaboração dos municípios. A base da relação é mais a esse nível (...).

(Firmino Marques, Vice-Presidente da Câmara de Braga).

Portugal é efetivamente um país seguro, face aos números apresentados pelos restantes países cimeiros dos vários *rankings* de crime apresentados pelo *Eurostat*. No entanto ainda necessita de ser feito um longo caminho na construção de modelos de combate e prevenção à criminalidade e que sejam holísticos.

A realidade nacional, e segundo os dados disponíveis, através do portal da PORDATA da Fundação Francisco Manuel dos Santos, de entre os 102 municípios de jurisdição da Polícia de Segurança Pública (P.S.P.), as áreas urbanas referentes ao Quadrilátero Urbano aparecem entre as cinquenta primeiras posições nos crimes registados contra o património, com particular destaque para a área de Braga (Tabela 39).

Tabela 39 - Sumário do *ranking* a nível nacional dos crimes contra o património registados na Polícia de Segurança Pública

| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|-------------------------------|------------|------------|-------------|-------------|
| Barcelos | 376 (47°) | 334 (49°) | 332 (51°) | 449 (39°) |
| Braga | 2.881 (9°) | 2.999 (8°) | 2.667 (10°) | 2.479 (10°) |
| Guimarães | 853 (28°) | 774 (28°) | 798 (27°) | 764 (28°) |
| Vila Nova de Famalicão | 486 (41°) | 420 (42°) | 440 (42°) | 409 (41°) |

Fontes de Dados: Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ) do Ministério da Justiça (MJ).
 Fonte: <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Gr%C3%A1fico> (Consultado a 31 de outubro de 2018).

De entre os municípios do Quadrilátero Urbano e tendo em consideração os dados fornecidos pela P.S.P. para a presente investigação, os valores são baixos (Tabela 40) se forem

analisados de forma individual e sem o contexto Europeu (ver Anexos 3, 4 e 5) e nacional (Tabela 39).

Tabela 40 - Crimes de Furto e Roubo registados pela Polícia de Segurança Pública nas áreas urbanas de Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão entre 2011 e 2015

| Furtos | | | | | | Roubos | | | | |
|--------|-------|-------|-------|-------|------------------------|--------|------|------|------|------|
| 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 | | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
| 138 | 287 | 343 | 274 | 287 | Barcelos | 28 | 33 | 17 | 21 | 5 |
| 1.158 | 2.686 | 2.618 | 2.727 | 2.907 | Braga | 669 | 512 | 412 | 593 | 218 |
| 313 | 650 | 718 | 890 | 1231 | Guimarães | 192 | 88 | 185 | 146 | 107 |
| 155 | 374 | 458 | 507 | 460 | Vila Nova de Famalicão | 63 | 59 | 46 | 72 | 9 |

Nota: *dados até ao 2.º trimestre do ano de 2015.

Os dados anteriormente descritos expõem a existência de uma fragilidade na forma como os mesmos estão a ser analisados e como estão a ser vertidos em termos de medidas no território. A atribuição de competência de prevenção única e exclusivamente às forças de segurança deixa em falta as potencialidades que poderão ser agregadas se o trabalho fosse realizado também pelas entidades de poder local.

A terceira e última questão do primeiro grupo de ‘Segurança no Quadrilátero Urbano’ questiona os entrevistados sobre a existência de medidas de prevenção de criminalidade aplicáveis ao nível do Quadrilátero Urbano. Casos existam, quem são as entidades responsáveis pela manutenção e aplicabilidade das mesmas (Tabela 41).

Tabela 41 -Tipo de medidas de prevenção de criminalidade aplicáveis ao nível do Quadrilátero Urbano

| Entrevistado | Categorias |
|--|-------------------|
| Paulo Cunha Presidente da Câmara de Vila Nova de Famalicão | (2) Não existe |
| Firmino Marques Vice-Presidente da Câmara de Braga | (2) Não existe |
| Nuno Cunha Associação de Municípios de Fins Específicos (AMFE) do Quadrilátero Urbano – Representante nomeado pela Câmara Municipal de Guimarães | (2) Não existe |

Nota: Para fins de hierarquização da opinião face às medidas de prevenção de criminalidade, fez-se a seguinte categorização:

Categoria 1 – Existe;

Categoria 2 – Não existe;

Categoria 3 – Não respondeu de forma direta;

Categoria 4 – Não tem conhecimento.

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas realizadas em junho de 2018.

Ao longo das entrevistas realizadas foi possível comprovar que não existe qualquer tipo de medidas de prevenção da criminalidade aplicável transversalmente aos municípios de Barcelos, de Braga, de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão. O presidente da câmara de Vila Nova de Famalicão explica que atualmente não existe pelo facto de os níveis do sentimento de segurança serem elevados, mas pondera a possibilidade de existir no futuro.

Sim com certeza que esse é um tema que se nós sentimos que faz sentido e se há algo que nós possamos fazer, pois com certeza que sim. Os quatro municípios têm relações muito estreitas e fortes que lhes permitirão encontrar soluções, caso esse tema deva ser objeto de ação.

(Paulo Cunha, Presidente da Câmara de Vila Nova de Famalicão).

(...) não havendo de facto uma medida particular para este ou aquele município tem havido uma interação servindo-se das medidas que são implementadas ao nível do governo para inspirar confiança e transmitir segurança também às comunidades.

(Firmino Marques, Vice-Presidente da Câmara de Braga).

Não existem que eu tenha conhecimento, e não faço ideia que tipo de medidas é que podem ser implementadas, porque como lhe disse no início nunca tratei do assunto, portanto (...). A associação dos municípios quadriláteros foi criada em 2010 (...) especificamente para tratar de determinados assuntos, e no âmbito da criação do Quadrilátero estava a internacionalização, a competitividade e a inovação (...). Esta questão nunca foi tratada, portanto não faço a mínima ideia do que fazem em cada um dos municípios (...). Entre os quatro sei que não há nenhum tipo de concertação neste momento.

(Nuno Cunha, Associação de Municípios de Fins Específicos (A.M.F.E.) do Quadrilátero Urbano – Representante nomeado pela Câmara Municipal de Guimarães).

As questões aplicadas põem a descoberto dois temas que poderão ser fundamentais. Por um lado, para Paulo Cunha, presidente da câmara municipal de Vila Nova de Famalicão, a atual inexistência de estratégias de cooperação que englobem a questão da segurança não é fator impeditivo para que no futuro sejam acertadas medidas que visem um trabalho conjunto do tema da criminalidade. Este tipo de postura é fundamental para a abertura de diálogo, tal como é defendido pelo manifesto lançado em 2012 pelo Fórum Europeu para a Segurança Urbana (F.E.S.U.), onde se aborda a importância de construir a segurança escutando todas as entidades de intervenção territorial local e os cidadãos, por forma a construir modelos diferenciados de prevenção.

No entanto, na opinião de Nuno Cunha [Associação de Municípios de Fins Específicos (A.M.F.E.) do Quadrilátero Urbano, representante nomeado pela Câmara Municipal de Guimarães para nos dar esta entrevista], as competências do Quadrilátero Urbano são a internacionalização,

a competitividade e a inovação. A própria A.M.F.E. foi criada para dar suporte a estas exigências. Existe uma preocupação em atingir cada vez mais a internacionalização, melhores níveis de inovação e de competitividade tudo componentes fortemente económicas. Não existe uma estrutura preparada para incluir atualmente o tema da prevenção da segurança no Quadrilátero Urbano. Mas cabe-nos a nós chamar atenção de que não podemos entender os atuais níveis de segurança como duradouros.

6.2.2. Perceção dos locais de insegurança na área urbana

E perante a quarta questão - ‘Na sua opinião, existem locais, dentro da área urbana do município, onde a comunidade possa ter razões para se sentir particularmente insegura?’. As respostas foram unânimes (n=3) em relação à existência de locais onde a população se possa sentir mais insegura (Tabela 42).

Tabela 42 - Existência de locais dentro da área urbana do município onde a comunidade possa ter razões para se sentir particularmente insegura

| Entrevistado | Categorias |
|---|-------------------|
| Paulo Cunha Presidente da Câmara de Vila Nova de Famalicão | (1) Existem |
| Firmino Marques Vice-Presidente da Câmara de Braga | (1) Existem |
| Nuno Cunha Associação de Municípios de Fins Específicos (AMFE) do Quadrilátero Urbano – Representante nomeado pela Câmara Municipal de Guimarães | (1) Existem |

Nota: Para fins de hierarquização da opinião face existência de áreas dentro da área urbana onde a comunidade se possa sentir insegura, fez-se a seguinte categorização:

Categoria 1 – Existem;

Categoria 2 – Não existem;

Categoria 3 – Não respondeu de forma direta;

Categoria 4 – Não tem conhecimento.

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas realizadas em junho de 2018.

A questão revelou a existência de uma forte associação entre uma imagem de insegurança e os espaços onde estão edificados os bairros sociais. Em Portugal, existem vários autores a trabalharem esta relação entre bairros sociais e as conotações de insegurança (Augusto, 1998; Carquejo, 1998; Saraiva, 2008; Tedim & Barros, 2010; Rodrigues, 2016). Durante a década de 90 do século XX a criminalidade suscitou interesse por parte da Sociologia portuguesa. Num

estudo realizado por Délio Carquejo (1998) conclui-se algo que é igualmente abordado pelos entrevistados.

“(…) um paralelismo de análise entre as estratégias de planeamento urbano adotadas pelos governantes e a determinação dos comportamentos e atitudes de segregação, na medida em que facilitam a formação de bairros-ilhas, que se tornam “ghettos” encobertos de problemas sociais graves, tais como: problemas raciais, conflito com bairros sociais mais ricos que coabitam com estes, tráfico e consumo de estupefacientes, desemprego. Estes espaços transformam-se assim, em locais a evitar e a recear pela população em geral, para onde ninguém quer ir morar e onde todos têm medo de circular livremente.”

(Carquejo, 1998: 2).

Os entrevistados apresentam esta consciência face à realidade apresentada nos seus territórios.

(…) é óbvio que há zonas mais sensíveis do que outras, até fruto da vulnerabilidade social dos seus residentes. (...) temos alguns bairros sociais, uns com mais, outros com menos problemas (...). Portanto, há zonas com maior sensibilidade e onde coincidentemente existe uma maior prevenção para a atividade marginal ou a atividade criminosa.

(Firmino Marques, Vice-Presidente da Câmara de Braga).

(...) No município de Braga, que é provavelmente (...), é com certeza o que conheço melhor, porque nasci e fui aqui criado. Sim, há zonas mais complicadas do que outras.

(Nuno Cunha, Associação de Municípios de Fins Específicos (A.M.F.E.) do Quadrilátero Urbano – Representante nomeado pela Câmara Municipal de Guimarães).

Algumas zonas na área da ação do concelho de Vila Nova de Famalicão, onde a sensação de insegurança é maior do que outras zonas. Têm essencialmente a ver com comunidades desfavorecidas. Situações étnicas que promovem uma sensação menor de segurança ou maior de insegurança conforme a perspetiva e, portanto, admitimos que elas existem em Famalicão. São essencialmente junto às áreas de habitação social. Desde as Bétulas à Cal que são duas das áreas porventura mais problemáticas (...) as Lameiras que é outro complexo habitacional. Que por razões intrínsecas, digamos sim, pela tipologia das famílias que vivem nesses aglomerados, são zonas mais problemáticas. Não quer dizer que sejam zonas com crimes, mas são zonas com mais sensação de insegurança.

(Paulo Cunha, Presidente da Câmara de Vila Nova de Famalicão).

Kevin Lynch (2008) defendeu a existência de três elementos fundamentais quando se constrói a imagem dos espaços urbanos, que são eles a legibilidade, a imagem construída e a imaginabilidade. A imagem construída não é nada mais do que a consequência da relação estabelecida, de forma bilateral, entre indivíduo e o meio. E deste modo, a análise do sentimento de (in)segurança face aos espaços deve ser apreendido sob duas prestativas: os não residentes e os residentes dos bairros sociais.

Os não residentes tendem a desenvolver uma visão negativa sobre os espaços semelhante à visão relatada pelos entrevistados. As pessoas que habitam em bairros sociais são considerados os 'pobres da sociedade'. Mas também existe o estigma étnico, associado aos bairros de habitações sociais. Cláudia Fernandes (2015), num estudo realizado sobre o Bairro Social de Santa Tecla, afirma que a imagem negativa percebida pelos bracarenses está relacionada com o facto de ser um espaço associado ao tráfico de estupefacientes e local de residência de indivíduos da comunidade cigana. Existe por parte dos portugueses, no geral, não apenas no caso dos bracarenses, uma propensão de atribuir características particularmente negativas aos elementos da comunidade cigana. São conotados de agressivos, mentirosos, maliciosos, desonestos (Silva *et al.*, 2006). Este rol de rótulos alimenta o estigma sobre esta comunidade. É importante também referenciar que existe uma linguagem associada ao imaginário dos espaços e aos seus residentes que se estende a todos os elementos que residem em habitações sociais.

A segunda perspetiva prende-se com os próprios residentes dos bairros sociais. Por razões de vulnerabilidade económica beneficiam de apoio habitacional, e que para além de carências educacionais, financeiras ou sociais ainda padecem de um estigma associado a casos pontuais, que não é coadotante com a sua realidade social. Ana Ferreira (2014), realizou um estudo no Bairro de Santa Tecla em Braga, abordando a questão da imagem negativa construída sobre estes espaços habitacionais na visão dos seus residentes.

*“As pessoas dizem que isto é um bairro problemático, mas não é... deve ser porque uma porta ou outra vende droga. **Acha o bairro problemático?** Não é problemático, quem vive cá o dia-a-dia não é, é um bairro como os outros, só que tem má fama! (mulher, desempregada, 56 anos)”* Ferreira (2014: 77).

“Os toxicodependentes vieram para cá e o bairro ficou com má fama... vinham de todos os lados. Nunca informaram o povo de Braga que quem roubava no bairro não eram os moradores do bairro...mas nunca achei o bairro problemático, porque eram os de fora que roubavam (homem, desempregado, 45 anos)” Ferreira (2014:78).

Questões como o tráfico e o consumo de estupefacientes são as características que alimentam a imagem negativa do bairro. O ónus de se residir em habitações sociais torna-se um estigma condicionando a apropriação do espaço, que por sua vez condiciona a construção de uma identidade positiva e a integração destes elementos da comunidade nas vivências e relações sociais mais alargadas. Alda Gonçalves e Teresa Costa Pinto (2001) afirmam que a imagem negativa de se viver em 'bairros sociais' é assumida como um estigma para os próprios residentes de habitações sociais. Esta carga associada aos espaços, por parte de não moradores destes

bairros, gera a existência de uma reação de autodefesa dos indivíduos, fazendo-os ocultar e omitir perante as suas relações sociais o seu local de residência.

Partindo destes pressupostos e desta imagem negativa associada aos bairros de habitação social procurámos aferir qual é a realidade existente nas áreas urbanas do Quadrilátero Urbano. Sendo assim, encontrou-se um total de 2.709 fogos de habitação social distribuídos pelos quatro municípios do Quadrilátero Urbano, em 2012, segundo a informação disponível no *site* do Instituto Nacional de Estatística (Tabela 43).

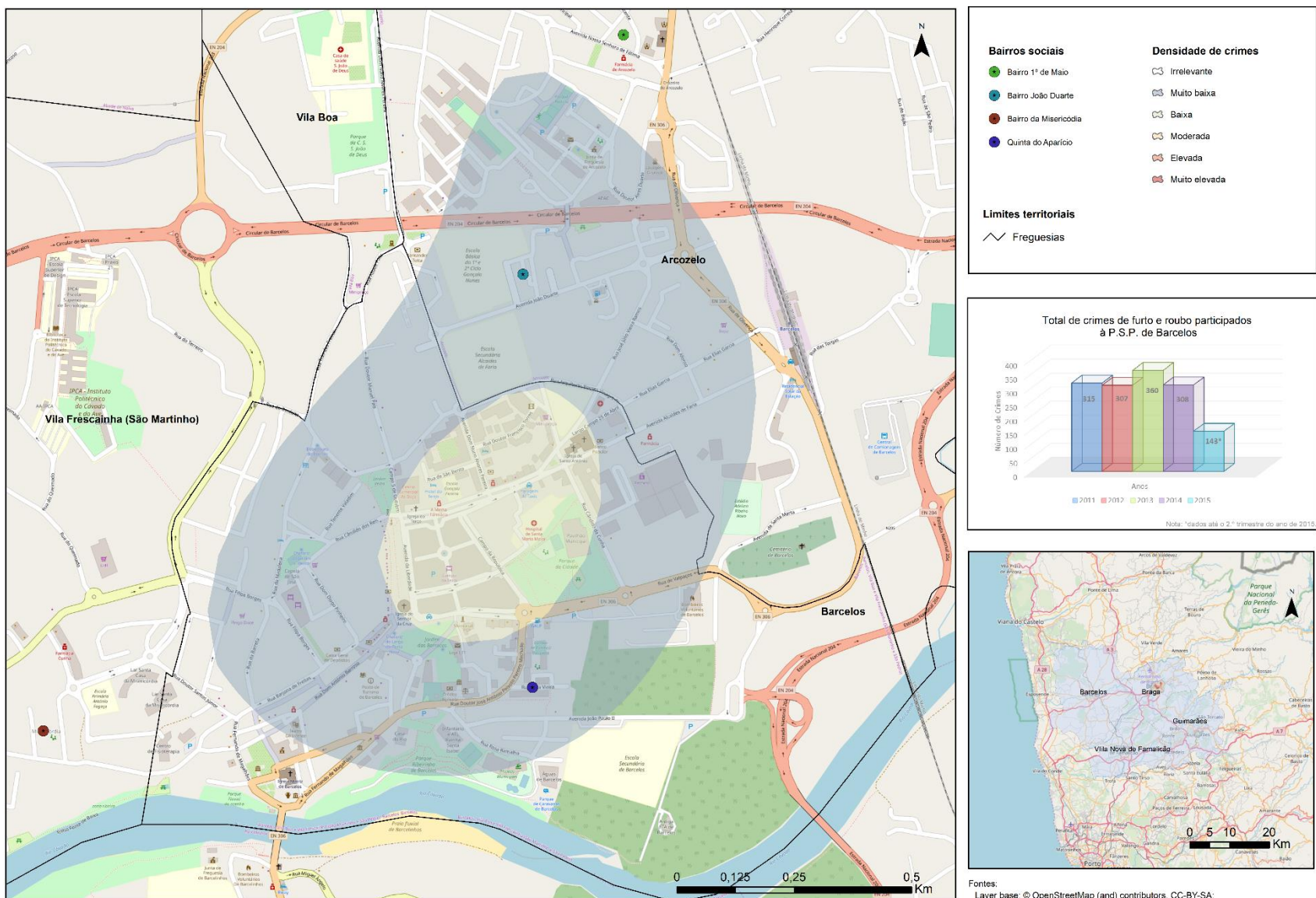
Tabela 43 - Total de fogos de habitação social nos municípios do Quadrilátero Urbano em 2012

| Municípios | Total |
|-------------------------------|--------------|
| Barcelos | 149 |
| Braga | 643 |
| Guimarães | 1.544 |
| Vila Nova de Famalicão | 373 |

Fonte: INE, Inquérito à Caracterização da Habitação Social - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0004228&contexto=bd&selTab=tab2 (Consultado a 31/12/2018).

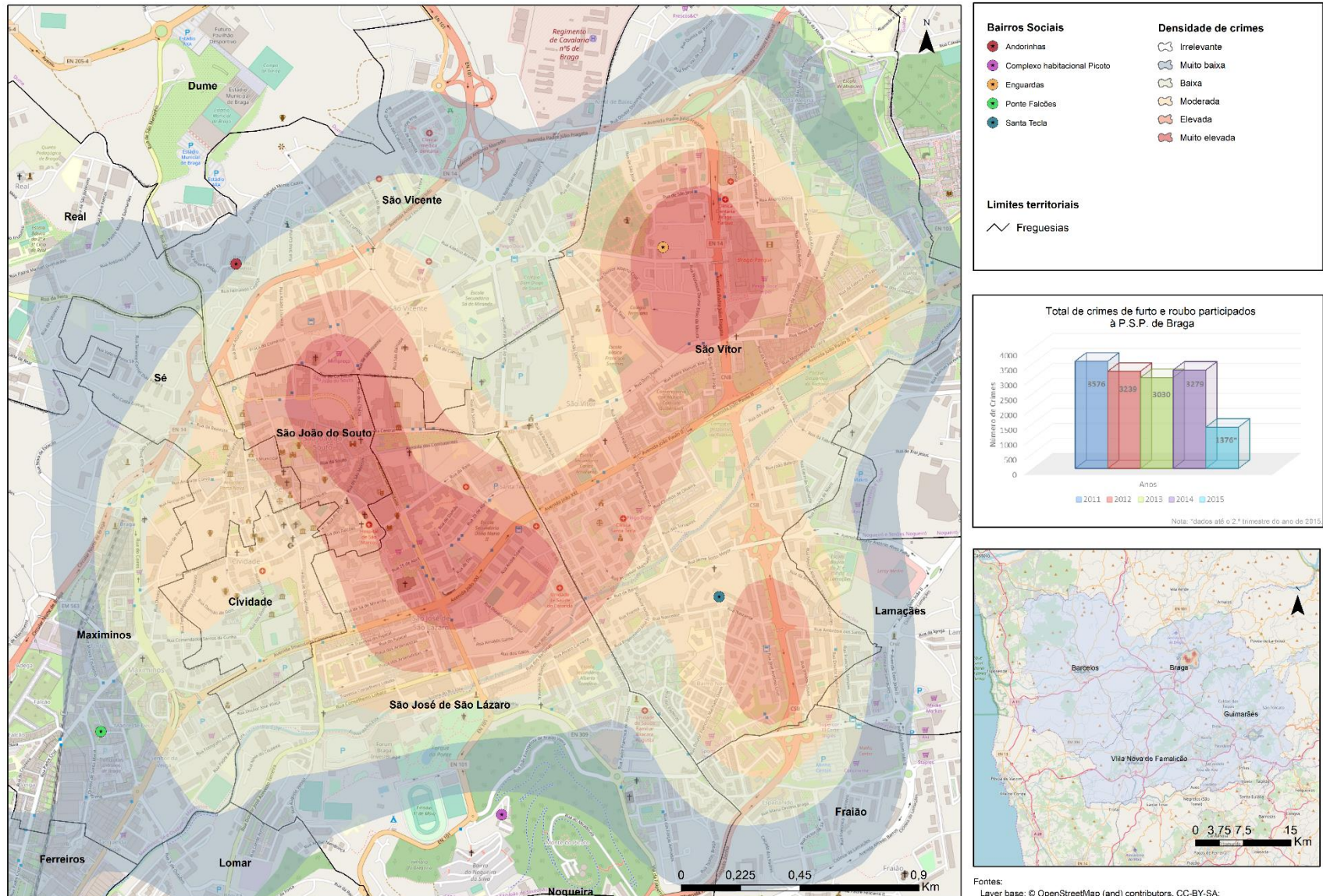
Partindo desta informação e cruzando com a informação fornecida pelo Comando Distrital de Braga da P.S.P., foi-nos possível traçar uma comparação entre as quatro áreas de jurisdição da Polícia de Segurança Pública, entre os anos de 2011 e o segundo trimestre de 2015 (Figura 51, Figura 52, Figura 53 e Figura 54).

Figura 51 - Densidade de crimes em Barcelos no contexto das urbes do Quadrilátero Urbano



Fontes:
 Layer base: © OpenStreetMap (and) contributors, CC-BY-SA;
 Sistema de coordenadas: ETRS 1989 TM06-Portugal;
 Limites administrativos: Carta Administrativa Oficial de Portugal de 2015;
 Dados: Informação disponibilizada pelo Comando Distrital de PSP de Braga.

Figura 52 - Densidade de crimes em Braga no contexto das urbes do Quadrilátero Urbano



Fontes:
 Layer base: © OpenStreetMap (and) contributors, CC-BY-SA;
 Sistema de coordenadas: ETRS 1989 TM06-Portugal;
 Limites administrativos: Carta Administrativa Oficial de Portugal de 2015;
 Dados: Informação disponibilizada pelo Comando Distrital da PSP de Braga.

Figura 53 - Densidade de crimes em Guimarães no contexto das urbes do Quadrilátero Urbano

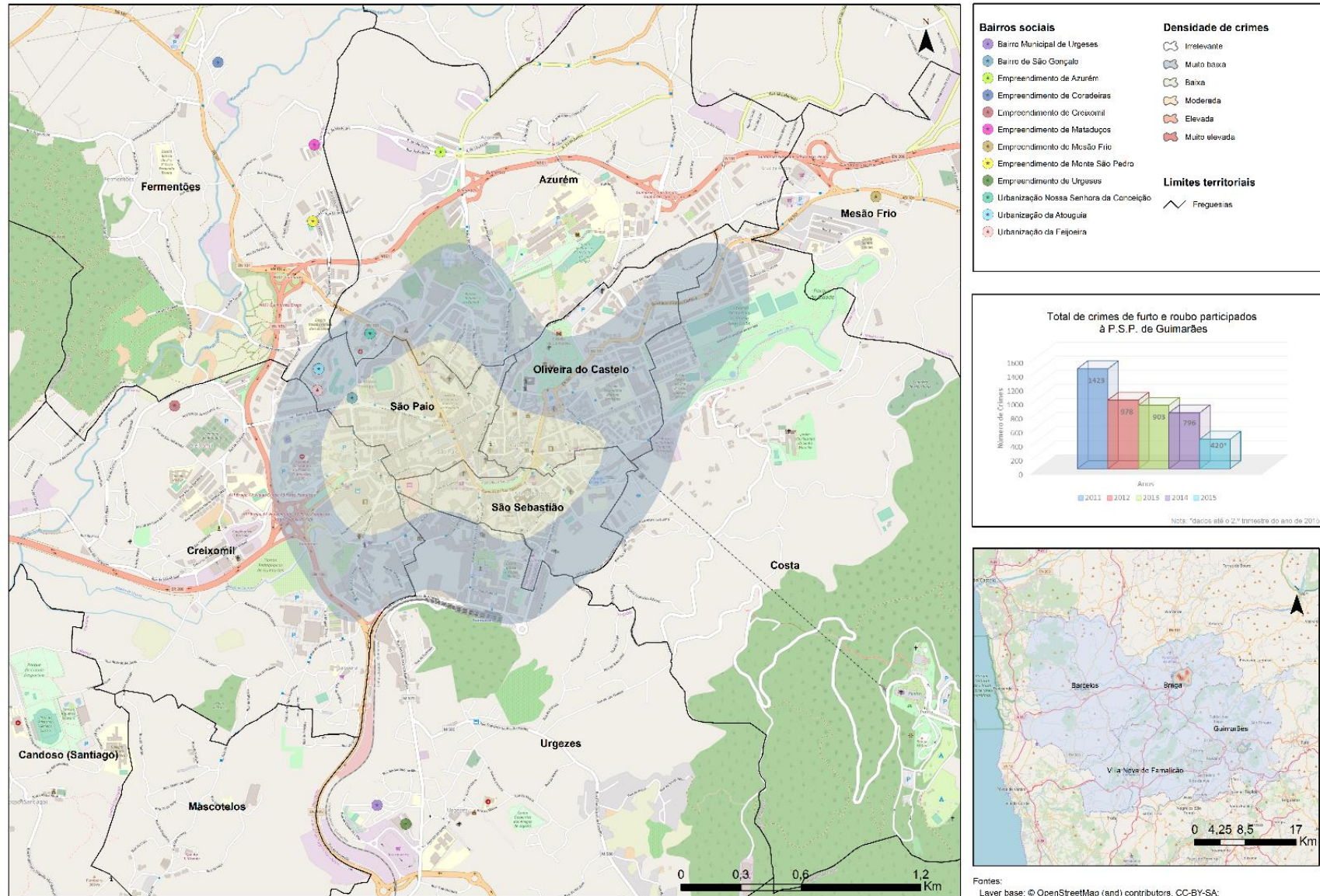
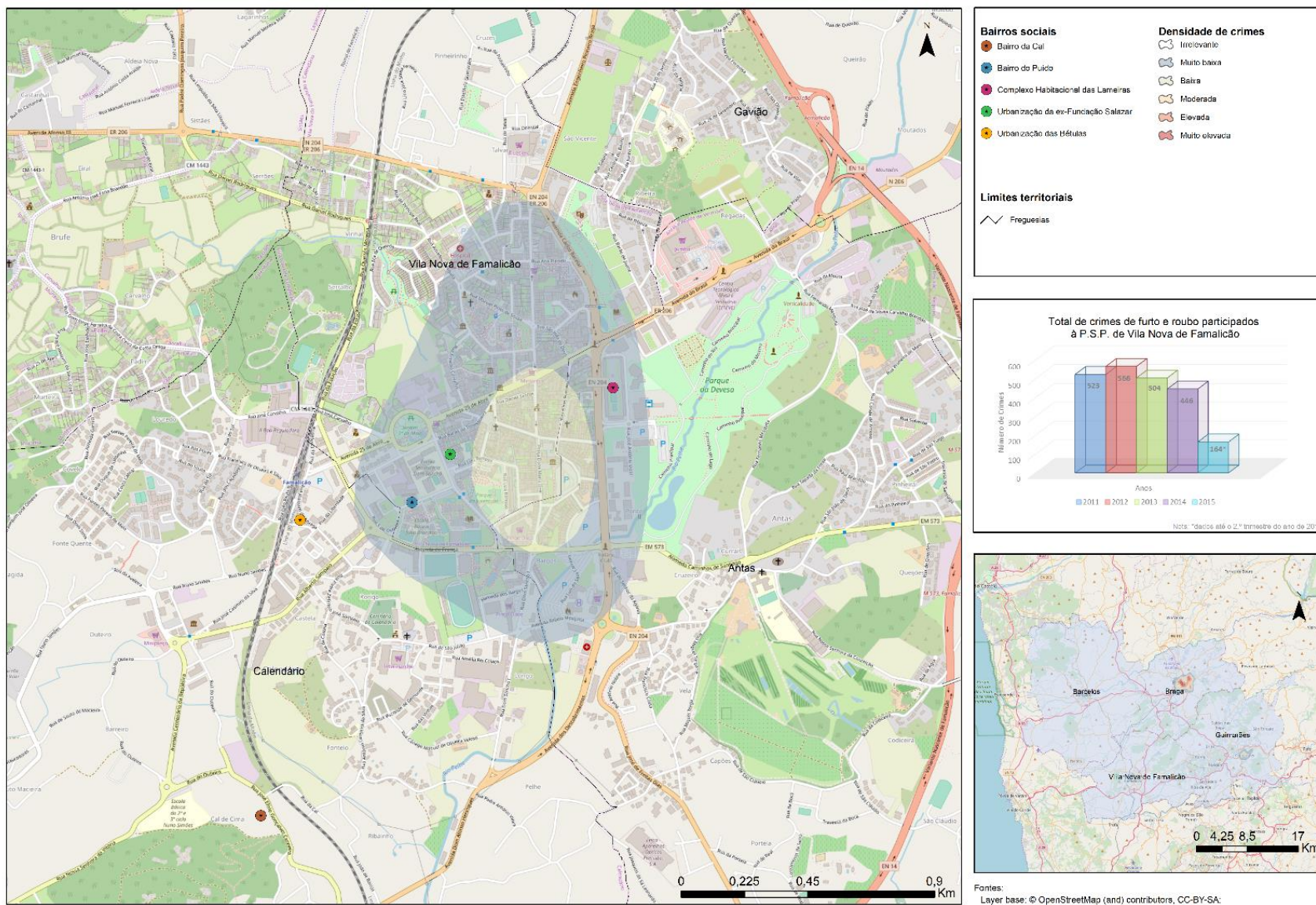


Figura 54 - Densidade de crimes em Vila Nova de Famalicão no contexto das urbes do Quadrilátero Urbano



Neste contexto, o município de Guimarães apresenta um maior número de fogos de habitação social (n=1.544), seguido pelo município de Braga com menos de metade dos existentes em Guimarães (n=643). De entre as quatro áreas urbanas, a urbe de Braga é a que apresenta uma maior densidade de crimes de furto e de roubo. Possuir um maior número de habitações sociais no seu território não significa que este é detentor de mais registos de crimes de furto e de roubo. E indo de encontro à realidade apresentada por Délio Carquejo (1998), e corroborada pelas autoras Cláudia Fernandes (2015) e Ana Ferreira (2014), a imagem que prolifera acerca dos espaços, em especial dos bairros sociais, está fortemente associada ao tráfico e consumo de estupefaciente. No entanto, nem em todos os bairros sociais essa realidade acontece.

O município de Braga possui cinco parques habitacionais sociais (Tabela 44). Dois encontram-se dentro de áreas onde existe uma densidade de crimes considerável.

Tabela 44 - Parque habitacional social em Braga

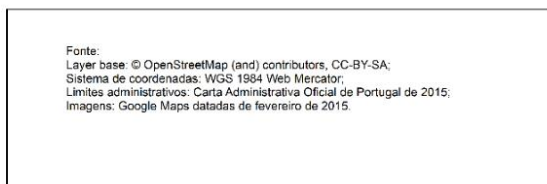
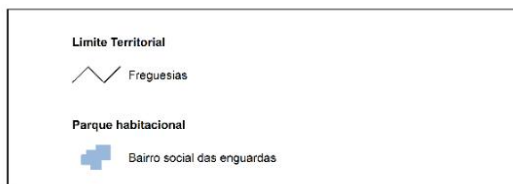
| Bairros Sociais | Habitações |
|------------------------------|------------|
| Andorinhas | 134 |
| Enguardas | 78 |
| Ponte Falcões | 24 |
| Complexo habitacional Picoto | 50 |
| Santa Tecla | 181 |

Nota: Propriedade da Bragahabit e da Câmara Municipal de Braga.

Fonte: Site da Empresa Municipal de Habitação de Braga – <http://www.bragahabit.pt/pt/parque-habitacional-bragahabit> (Consultado a 31/12/2018).

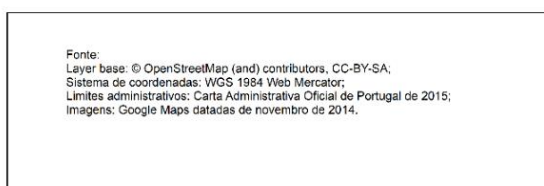
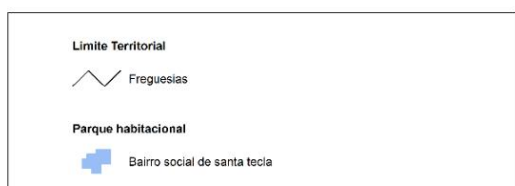
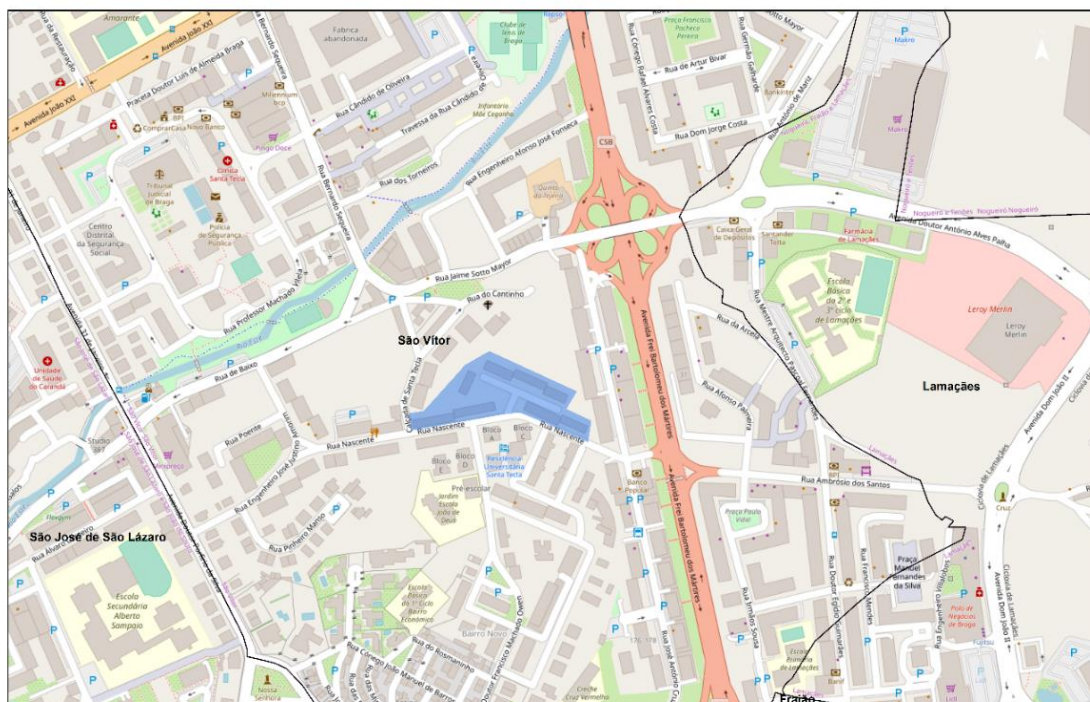
Dentro da área com a categoria de ‘muito elevada’ densidade de crimes insere-se o Bairro Social das Enguardas, construído entre 1976 e 1978 com 78 fogos distribuídos em 11 blocos de 4 pisos (Figura 55). Trata-se de um espaço que apesar de integrado dentro da malha urbana está afastado das dinâmicas da cidade, sendo um espaço fechado em si mesmo. Os bracarenses têm receio de passar no espaço a pé, sendo considerado como um espaço a evitar.

Figura 55 - Área de edificação do Bairro Social das Enguardas



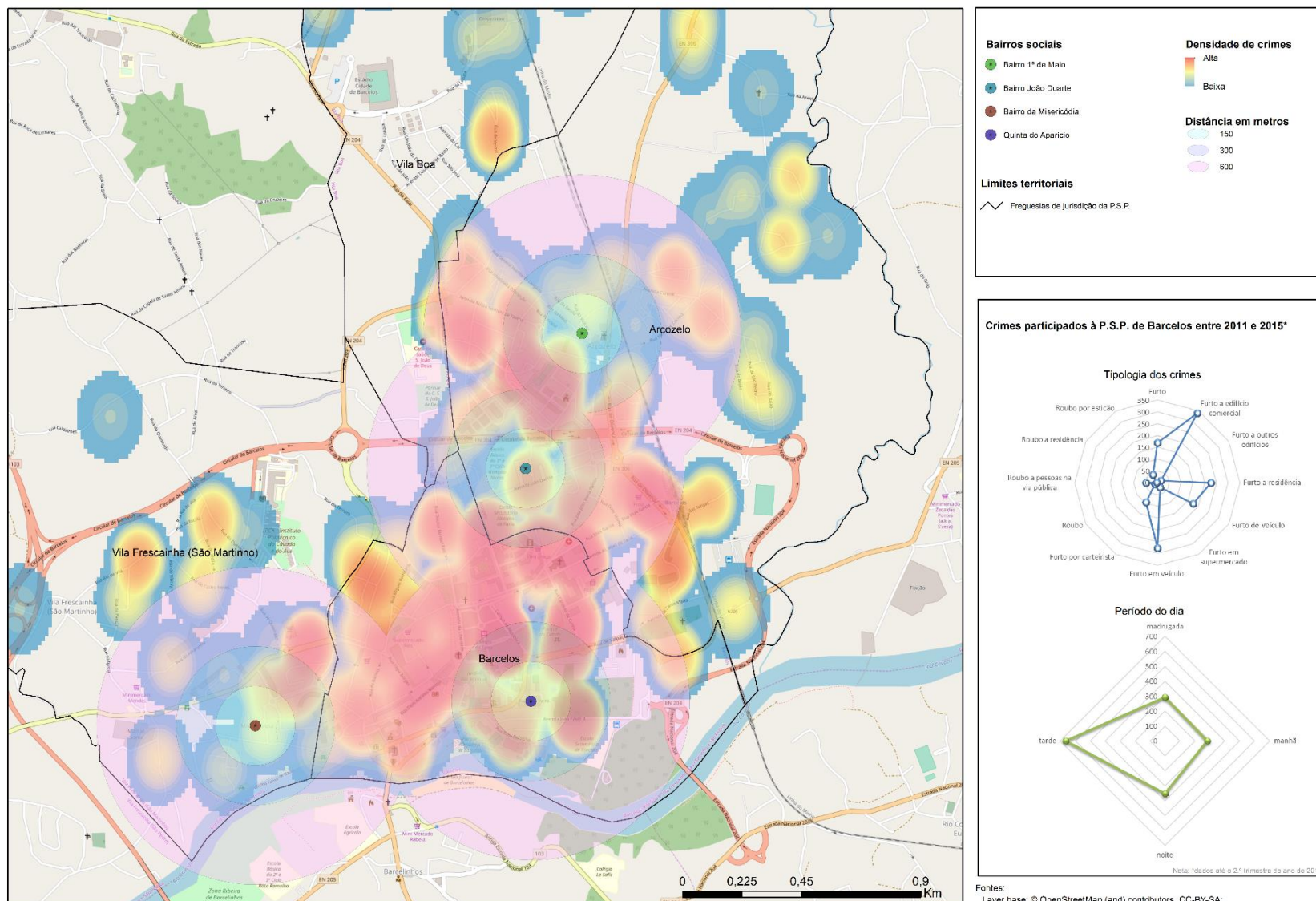
Outro dos bairros com habitações sociais que surge dentro da área moderada de densidade de crimes, mas próximo da elevada, é o maior bairro social do município de Braga, o Bairro Social de Santa Tecla. Este foi construído na Quinta de Santa Tecla em 1979 e é composto por 181 fogos distribuídos por 4 blocos, alojando cerca de 450 pessoas (Figura 56).

Figura 56 - Área de edificação do Bairro Social de Santa Tecla



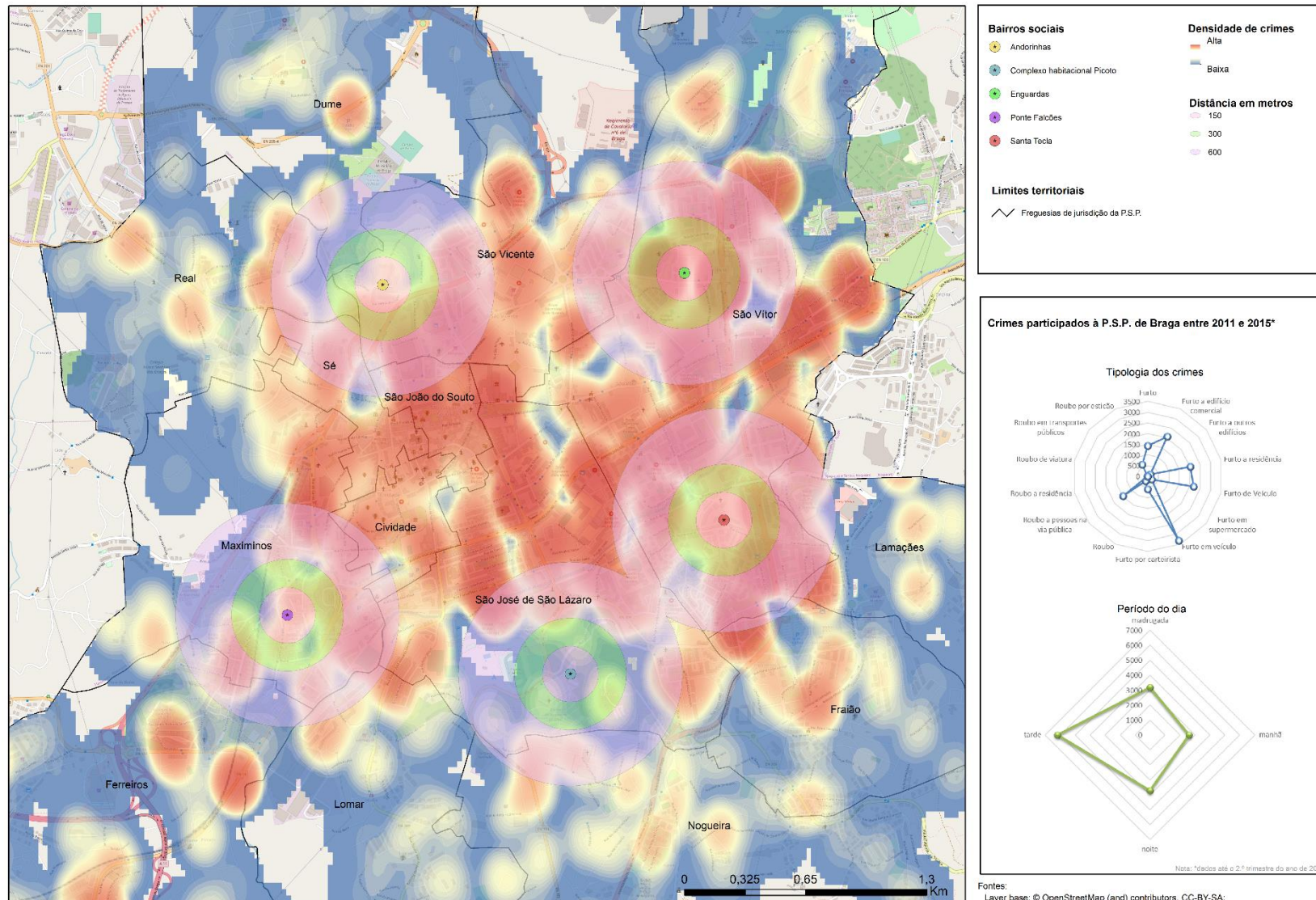
A densidade de crimes de furto e roubo nas restantes áreas urbanas em comparação com Braga está entre baixa e muito baixa densidade. No entanto se formos analisar o número de crimes tendo em consideração somente a área de jurisdição da P.S.P. de cada município os padrões de dispersão da densidade de crimes é diferente (Figura 57, Figura 58, Figura 60, Figura 59).

Figura 57 - Densidade de crimes nas freguesias de jurisdição da P.S.P. de Barcelos



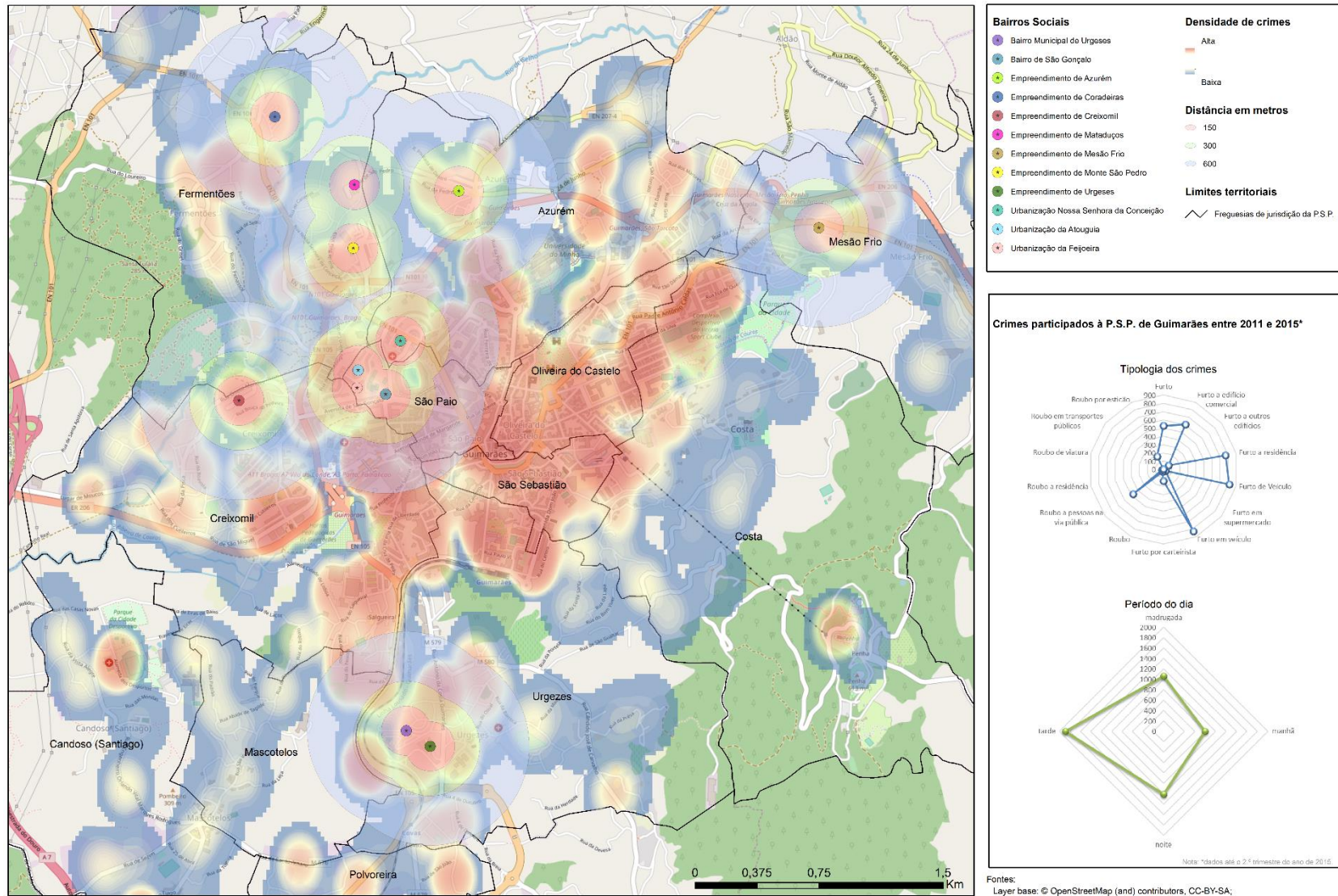
Fontes:
 Layer base: © OpenStreetMap (and) contributors. CC-BY-SA
 Sistema de coordenadas: ETRS 1989 TM06-Portugal.
 Limites administrativos: Carta Administrativa Oficial de Portugal de 2015.
 Dados: Informação disponibilizada pelo Comando Distrital da PSP de Braga.

Figura 58 - Densidade de crimes nas freguesias de jurisdição da P.S.P. de Braga



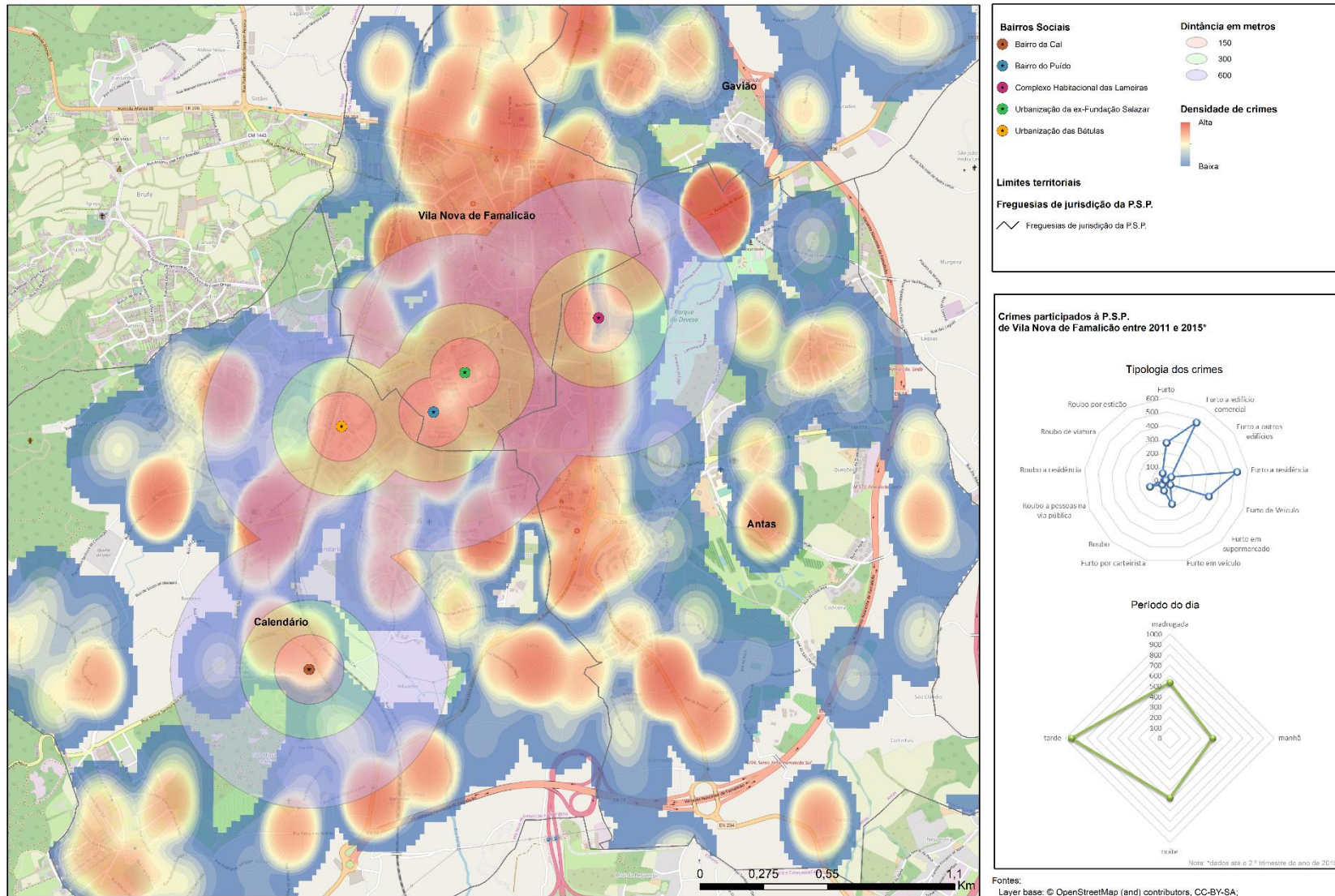
Fontes:
 Layer base: © OpenStreetMap (and) contributors, CC-BY-SA;
 Sistema de coordenadas: ETRS 1989 TM06-Portugal;
 Limites administrativos: Carta Administrativa Oficial de Portugal de 2015;
 Dados: Informação disponibilizada pelo Comando Distrital da PSP de Braga.

Figura 59 - Densidade de crimes nas freguesias de jurisdição da P.S.P. de Guimarães



Fontes:
 Layer base: © OpenStreetMap (and) contributors, CC-BY-SA;
 Sistema de coordenadas: ETRS 1989 TM06-Portugal;
 Limites administrativos: Carta Administrativa Oficial de Portugal de 2015;
 Dados: Informação disponibilizada pelo Comando Distrital da PSP de Braga.

Figura 60 - Densidade de crimes nas freguesias de jurisdição da P.S.P. de Vila Nova de Famalicão



Quando é analisada a informação do número de crimes de forma individual confirma-se a existência de um padrão do período da tarde na existência de maior número de crimes. As tipologias mais recorrentes são o furto de veículo e furto em veículo, o furto de residência e o furto a edifícios comerciais, existindo uma densidade associada às freguesias do centro da cidade.

É importante ressaltar que a imagem construída por parte dos entrevistados não se baseia nas queixas-crime realizadas às forças de segurança. Os problemas de insegurança estão associados à delinquência e vandalismo, mas principalmente à criminalidade que não é declarada às forças de segurança. Estes são elementos chave para a construção de uma imagem negativa (Ferreira, 2014). Não podemos esquecer que foi a partir desta imagem negativa sobre os espaços, sobre quem os utilizava, que surge a Teoria de Desorganização Social (Burgess, 1925; Thrasher, 1927, 1936; Shaw & McKay, 1942).

Perante a questão, “o que tem sido feito quanto a medidas preventivas contra a criminalidade no município?”, as respostas foram muito evasivas demonstrando a inexistência de uma estratégia de prevenção (Tabela 45).

Tabela 45 - Existem medidas preventivas contra a criminalidade por parte do município?

| Entrevistado | Categorias |
|--|-------------------------------|
| Paulo Cunha | (3) |
| Presidente da Câmara de Vila Nova de Famalicão | Não respondeu de forma direta |
| Firmino Marques | (3) |
| Vice-Presidente da Câmara de Braga | Não respondeu de forma direta |
| Nuno Cunha | (2) |
| Associação de Municípios de Fins Específicos (AMFE) do Quadrilátero Urbano – Representante nomeado pela Câmara Municipal de Guimarães | Não tem conhecimento |

Nota: Para fins de hierarquização da opinião face medidas preventivas contra a criminalidade, optou-se pela seguinte categorização:

Categoria 1 – Sim;

Categoria 2 – Não;

Categoria 3 – Não respondeu de forma direta;

Categoria 4 – Não tem conhecimento.

Fonte: Elaboração própria a partir do guião das entrevistas realizadas em 2018.

O European Forum for Urban Security (2012) alerta para a necessidade de as entidades gestoras dos espaços urbanos estarem atentos e procurarem delinear um trabalho guiado por dados qualitativos e quantitativos e que estes sejam as linhas orientadoras das políticas públicas. E partindo da informação que detêm determinem as suas ações de prevenção da criminalidade,

com o objectivo final de melhorar a eficiência de atuação tornando o seu papel num elemento essencial na construção de uma intervenção cada vez mais profissional.

6.3. Opinião e a percepção dos presidentes de juntas de freguesia

As entrevistas aos presidentes de junta da área da jurisdição da P.S.P. dentro das quatro áreas urbanas surgiram após nos ter sido recusada a entrevista de um representante da Câmara Municipal de Barcelos e porque se entendeu que se deveria auscultar elementos que trabalham a uma escala mais local. Havia a necessidade de escutar a opinião e percepção da realidade de elementos da administração pública do município de Barcelos. Neste contexto surgiram as nove entrevistas (2 Barcelos, 3 Braga, 2 Guimarães e 2 Vila Nova de Famalicão) aos presidentes das juntas de freguesias onde existiam maior número de crimes associada a uma densidade populacional residente.

Neste subitem iremos analisar as respostas proferidas pelo presidente de freguesia e de uniões de freguesia. A entrevista dividiu-se em três grupos e treze questões (rever guião de entrevista no Anexo 3), tal como, na entrevista ao presidente da câmara de Vila Nova de Famalicão e aos representantes nomeados dos municípios de Braga e Guimarães.

6.3.1. Percepção de segurança no município e na freguesia presididas pelos entrevistados

As percepções são unânimes, ou seja, todos os entrevistados defenderam que os municípios onde estão inseridos são seguros (n=9) (Tabela 46) seguindo a tendência dos inquiridos das câmaras municipais de Braga, de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão. As suas percepções, em relação à segurança, baseiam-se no conhecimento que é relatado sobre a realidade da informação transmitida pelos órgãos da Polícia de Segurança Pública e pela imagem construída sobre a realidade portuguesa pelos meios de comunicação social.

Até houve uma diminuição do crime! (...) A notícia que saiu recentemente em que o país é o segundo país mais seguro do mundo. Eu penso que isso já quer dizer muito, portanto, eu considero que Portugal está no bom caminho (...) tem falhas como qualquer outro país tem.

[José Teixeira - União das Freguesias de Barcelos, Vila Boa, Frescainha (São Martinho) e Frescainha (São Pedro) – Barcelos].

Tabela 46 - Sentimento de segurança face ao município onde está inserido

| Município | Entrevistados | Categorias |
|-------------------------------|--|-------------------|
| Barcelos | José Monteiro da Silva Arcozelo | (1) Seguro |
| | José Teixeira União das Freguesias de Barcelos, Vila Boa, Frescainha (São Martinho) e Frescainha (São Pedro) | (1) Seguro |
| Braga | Ricardo Pereira da Silva São Vitor | (1) Seguro |
| | Manuel Costa Pires São Vicente | (1) Seguro |
| | João Pires União das Freguesias de São José de São Lázaro e São João do Souto | (1) Seguro |
| Guimarães | António Gonçalves Creixomil | (1) Seguro |
| | Rui Porfírio União de Freguesias de Oliveira São Paio e São Sebastião | (1) Seguro |
| Vila Nova de Famalicão | Manuel Alves União das Freguesias de Antas e Abade de Vermoim | (1) Seguro |
| | Estela Veloso União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário | (1) Seguro |

Nota: Para fins de hierarquização da opinião face ao sentimento de segurança enquanto presidente de junta em relação ao município onde está inserida a freguesia que preside, fez-se a seguinte categorização:

Categoria 1 – Seguro;

Categoria 2 – Inseguro;

Categoria 3 – Não respondeu de forma direta;

Categoria 4 – Não tem conhecimento.

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas realizadas em junho de 2018.

Temos de salientar, mais uma vez, a relevância da existência de entidades nos municípios com capacidade para construir uma imagem e um conhecimento sobre as vivências dos indivíduos das suas comunidades. Uma das nossas propostas de adaptação do modelo CPTED à realidade portuguesa aborda a importância do estímulo das entidades locais com capacidade de prover conhecimento como bibliotecas, arquivos, museus, escolas e universidades. Este fomento é fundamental no sentido de estabelecerem projetos para a valorização das suas áreas urbanas, dando também a conhecer à restante população os rostos e as vivências de quem lá reside. É necessário continuar a alimentar uma imagem positiva, por forma a estimular a mudança de mentalidades sobre casos estereotipados. Um projeto que procura fazer este trabalho de modelação de imagem é o '(Re)escrever o nosso bairro' em Braga. O projeto é desenvolvido junto

de três bairros sociais - Santa Tecla, Enguardas e o complexo habitacional do Picoto. Estes são três dos cinco parques habitacionais com habitações sociais existentes na área urbana de Braga. O projeto procura envolver toda a comunidade, e não apenas os residentes destes mesmos espaços. Tem particular enfoque na necessidade de desmistificar o “medo” face aos indivíduos de etnias minoritárias, em especial da comunidade cigana.

A criação de um estereótipo negativo pode levar anos até que seja eliminado. Realidades exacerbadas e noticiadas negativamente de forma recorrente alimenta os estereótipos, levando a um maior sentimento de insegurança. Alina Esteves (1999), na sua investigação, procedeu à recolha e análise da informação difundida pela imprensa jornalística (jornais o Público, Correio da Manhã e Expresso) sobre atos criminosos ocorridos em Lisboa. Uma das áreas da cidade de Lisboa mais noticiada era o ‘Casal Ventoso’, considerado como o local mais perigoso da cidade. A autora relatou a existência de um forte contributo dos meios de comunicação social para a construção de uma opinião extremamente negativa sobre o ‘Casal Ventoso’. Esta imagem negativa, construída a partir de uma realidade noticiada, ficou de tal forma enraizada, que um dos nossos entrevistados associou a imagem negativa sobre um bairro social do seu município ao ‘Casal Ventoso’.

A cidade de Guimarães (...) tem um bairro social que é Atouguia (...). Temos lá o Casal Ventoso de Guimarães.

(Rui Porfírio - União de Freguesias de Oliveira (São Paio) e São Sebastião - Guimarães).

A imprensa local e regional exerce um forte peso na modelação e na perpetuação de uma imagem, positiva ou negativa, a par das influências dos relatos de familiares e amigos e das experiências pessoais (Silva, 2013). No entanto a construção da imagem faz-se por comparação com outros contextos e outras realidades igualmente difundidas pelos meios de comunicação.

A nível nacional temos uma boa estatística (...). Em termos de crime, analisando as estatísticas a nível nacional verificamos uma diferença enorme entre Lisboa, Porto e Braga, por exemplo, para não falar de outras cidades. Portanto eu penso que sim, que é um município seguro.

(Manuel Costa Pires – Presidente da Junta de São Vicente – Braga).

Mas, por outro lado, existem os medos relacionados com as suas vivências e as realidades diárias que alimentam uma imagem negativa sobre espaços muito específicos que são conhecidos.

O município é um município seguro! Há situações pontuais, enfim, de bairros sociais com alguns problemas, mas isso decorre precisamente da existência desses bairros. O que muitas das vezes não quer dizer que são os responsáveis pelo próprio município que vão fazer algo para que a segurança seja maior.

(João da Costa Pires – Presidente da Junta de São Vicente – Braga).

Um dos fatores elencados foi o desinvestimento na segurança por parte da Administração Interna. As restrições orçamentais ao nível da segurança têm sido uma preocupação, para os entrevistados, visto não existir alternativa à prevenção da criminalidade. Na ausência de uma estratégia de combate à criminalidade que não seja promovida pelas forças de segurança, os políticos que trabalham ao nível da freguesia, que são a entidade local de maior proximidade com as comunidades, vêem-se a braços com um problema que ultrapassa as suas competências. E perante esta realidade temos entidades do poder local permissivos face às possibilidades de atuação na prevenção da criminalidade.

Uma freguesia que tem 14 mil residentes em São Vicente, podemos quase dizer que não há crimes (...). Eu tenho esse cuidado de ver as estatísticas. As estatísticas vão mais ao menos através da P.S.P. (...), nós nem podemos exigir grandes meios policiais.

(João da Costa Pires – Presidente da Junta de São Vicente – Braga).

No entanto, existem outros entrevistados que apresentam um forte descontentamento, alegando que não pode manter-se o desinvestimento na segurança.

(...) nós temos levado muitas vezes esta preocupação em conjunto a uma só voz, e exigir ao Ministério da Administração Interna que envie para Braga mais reforços, mais efetivos policiais. Porque, com o número de efetivos que temos, com aqueles que estão de baixa, e com aqueles que irão entrar para a reforma, nós vamos chegar a 2020 com um corpo de efetivos muito reduzido e, portanto, entendemos que temos de reforçar os efetivos. E aí tem de ser o Ministério da Administração Interna a enviar para Braga. E porque é que temos de ser nós a fazer este forcing? Precisamente porque estatisticamente Braga é considerada uma cidade bastante segura e, portanto, o Ministério da Administração Interna entende que não tem necessidade de enviar tantos efetivos. Temos de combater esta ideia.

(Ricardo Pereira da Silva – Presidente da Junta de Freguesia de São Vitor – Braga).

Outros entrevistados vão deixando o seu lamento pela existência de um baixo número de elementos das forças de segurança.

Barcelos é uma cidade tranquila. Temos a quinta-feira, que é o dia de feira, e é um dia que infelizmente as forças policiais também não conseguem (...), porque lá está, não temos pessoas em número suficiente.

[José Teixeira - União das Freguesias de Barcelos, Vila Boa, Frescainha (São Martinho) e Frescainha (São Pedro) – Barcelos].

(...) por acaso temos um efetivo bom de polícia! Foi reforçada há pouco. Como sabe, alguns efetivos, que estavam afetos a Belém, a seguir foram distribuídos e nós temos aí alguns. Poderia ter, poderia haver mais. Hoje há muitos, muitos agentes que fazem o lugar de secretaria e que estão ocupados ali na secretaria e que poderiam andar na rua (...).

(Manuel Alves - União das Freguesias de Antas e Abade de Vermoim – Vila Nova de Famalicão).

O Fórum Europeu para a Segurança Urbana adverte que a segurança deve ser um equilíbrio entre o combate e a prevenção. Não esquecendo que no caso dos crimes de furto em especial os de baixo valor, muitas das vezes não são declarados às autoridades, sendo o real número de crimes superior ao que é relatado. Deste modo, é preponderante que “(...) as autoridades públicas respondam de forma coerente tanto ao pequeno quanto ao maior tipo de delinquência” (European Forum for Urban Security, 2012: 5). Devendo ser criadas alternativas aos atuais modelos de combate à criminalidade. É necessário pensar a existência de estruturas capazes de prevenir possíveis situações de delinquência, especialmente a delinquência considerada de ‘pequena criminalidade’ ou ‘criminalidade de rua’, como é o caso dos crimes de furto e roubo.

As potencialidades dos espaços construídos como promotores de estratégias de prevenção são desconhecidas por parte das entidades da administração local (n=9). Quando questionados sobre o seu conhecimento sobre o modelo de Prevenção da Criminalidade Através do Espaço Construído (CPTED) deparámo-nos com a surpresa, por parte dos entrevistados, com a possibilidade de o espaço construído ser um meio para a prevenção da criminalidade.

(...) Mas isto é... um modelo recente? Já iniciou nos anos 60. Ai já?

(João da Costa Pires – Presidente da Junta de São Vicente – Braga).

Espaço construído? Prevenção da Criminalidade Através do Espaço Construído. Não conheço.

(Estela Veloso - União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário – Vila Nova de Famalicão).

O desconhecimento pode ser a justificação para a existência de um discurso uniforme de atribuição de responsabilidades da prevenção da segurança às entidades de força de segurança (Tabela 47). A maioria das vezes a sinalização de anomalias nas freguesias é feita pelos presidentes de junta. São estes que têm um maior e melhor conhecimento do que se passa nos territórios.

Tabela 47- Conhecimento da existência do modelo de prevenção – Prevenção da Criminalidade Através do Espaço Construído (CPTED)

| Município | Entrevistados | Categorias |
|-------------------------------|--|-----------------------------|
| Barcelos | José Monteiro da Silva Arcozelo | (2) Não tem conhecimento |
| | José Teixeira União das Freguesias de Barcelos, Vila Boa, Frescainha (São Martinho) e Frescainha (São Pedro) | (2) Não tem conhecimento |
| Braga | Ricardo Pereira da Silva São Vitor | (2) Não tem conhecimento |
| | Manuel Costa Pires São Vicente | (2) Não tem conhecimento |
| | João Pires União das Freguesias de Braga São José de São Lázaro e São João do Souto | (2) Não tem conhecimento |
| Guimarães | António Gonçalves Creixomil | (2) Não tem conhecimento |
| | Rui Porfírio União de Freguesias de Oliveira São Paio e São Sebastião | (2) Não tem conhecimento |
| Vila Nova de Famalicão | Manuel Alves União das Freguesias de Antas e Abade de Vermoim. | (2) Não tem conhecimento |
| | Estela Veloso União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário. | (2) Não têm conhecimento |

Nota: Para fins de hierarquização da opinião face ao conhecimento do modelo CPTED, fez-se a seguinte escala:

Categoria 1 – Tem conhecimento;

Categoria 2 – Não tem conhecimento;

Categoria 3 – Não respondeu de forma direta;

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas realizadas em junho de 2018.

É necessário difundir e sensibilizar para os vários modelos existentes de prevenção para a criminalidade. Alguns dos entrevistados (n=4) têm consciência que ao alterarem aspetos das

artérias urbanas proporcionam um maior sentimento de segurança para quem os usa e diminuem o risco da incidência de furtos e roubos (Tabela 48).

Tabela 48- Já alguma vez pensou na possibilidade de através da melhoria do aspeto das ruas ou dos edifícios ser possível diminuir o número de crimes?

| Município | Entrevistados | Categorias |
|------------------------|--|--------------------------------------|
| Barcelos | José Monteiro da Silva Arcozelo | (1) Sim |
| | José Teixeira União das Freguesias de Barcelos, Vila Boa, Frescainha (São Martinho) e Frescainha (São Pedro) | (3) Não respondeu de forma direta |
| Braga | Ricardo Pereira da Silva São Vitor | (1) Sim |
| | Manuel Costa Pires São Vicente | (1) Sim |
| | João Pires União das Freguesias de Braga São José de São Lázaro e São João do Souto | (2) Não |
| Guimarães | António Gonçalves Creixomil | (2) Não |
| | Rui Porfírio União de Freguesias de Oliveira São Paio e São Sebastião | (2) Não têm conhecimento |
| Vila Nova de Famalicão | Manuel Alves União das Freguesias de Antas e Abade de Vermoim. | (1) Sim |
| | Estela Veloso União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário. | (2) Não |

Nota: Para fins de hierarquização da opinião face à possibilidade do número de crimes baixar com a melhoria do espaço urbano, fez-se a seguinte escala:

Categoria 1 – Sim;

Categoria 2 – Não;

Categoria 3 – Não respondeu de forma direta;

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas realizadas em junho de 2018.

Algumas das medidas CPTED vão sendo aplicadas e pensadas pelos presidentes de junta, de forma inconsciente, à luz do modelo de Prevenção da Criminalidade Através do *Design Ambiental*.

(...) basta reforçar a iluminação (...). Houve uma fase em que havia um poste sim, poste não apagado e era mais escuro em certos pontos. Já basta o lugar ser sinistro por si (...). A partir de uma certa altura... acendeu-se, (...) a determinada altura acendeu-se todos os candeeiros (...)

(Manuel Alves - União das Freguesias de Antas e Abade de Vermoim – Vila Nova de Famalicão).

(...) em termos de ruas, de edifícios que estejam devolutos, pedir aos proprietários para os tapar para que as pessoas não vão lá para dentro. Ter as ruas limpas, ter as ruas asseadas, haver iluminação suficiente (...)

(José Monteiro da Silva – Arcozelo - Barcelos).

(...) a qualidade no fundo da segurança da pessoa parte de um princípio que, quanto maior o movimento, a iluminação, mais lojas comerciais existem nesse espaço, especialmente bares ou restaurantes que estão abertos até mais tarde, vai dificultar o roubo (...)

[José Teixeira - União das Freguesias de Barcelos, Vila Boa, Frescainha (São Martinho) e Frescainha (São Pedro) – Barcelos].

Quando se invoca o conceito da prevenção através do espaço construído, este apresenta-se como uma alternativa às atuais formas tradicionais de prevenir o crime, mas não as substitui. É necessária alguma sensatez ao atribuir a responsabilidade da prevenção da criminalidade inteiramente aos órgãos de segurança. Um agente das Forças de Segurança nas ruas tem um simbolismo “emocional” muito maior para a comunidade, do que a eficácia efetiva na redução do número de crimes. É pouco frequente que um agente de segurança num patrulhamento a pé esteja presente no momento em que um indivíduo está a ser vítima de algum tipo de crime (Davey & Wootton, 2017). Não podendo esquecer que a presença, em grande número, de um efetivo policial nas ruas poderá levar ao agravamento da consciencialização de insegurança, alimentando ainda mais o receio e o medo da comunidade (Davey & Wootton, 2017). É necessário o fomento e construção de uma consciência de que a prevenção proposta pela Prevenção Criminal Através do Espaço Construído, não é sobre o trabalho realizado pelos órgãos de segurança pública ou o seu modelo implementado, mas, sobre a construção de uma série de intervenções voltadas para o espaço construído. É passar a ter um olhar diferenciado para as potencialidades do *design* e do espaço urbano em todas as suas dimensões. A responsabilidade sobre a prevenção da criminalidade deverá ir para além da Polícia de Segurança Pública devendo ser alargada ao poder local, aos assistentes sociais, aos planeadores, aos arquitetos, aos engenheiros civis, aos *designers*, aos arquitetos paisagistas e às empresas (Davey & Wootton, 2017).

6.3.2. Perceção dos locais de insegurança nas freguesias presididas pelos entrevistados vs. Realidade dos números apresentados nas subsecções estatísticas

Neste sub^{item} optou-se por utilizar a informação do número de queixas crimes de furto e roubo registados pela Polícia de Segurança Pública (P.S.P.) entre 2011 até ao 2.º trimestre de 2015 das áreas urbanas do Quadrilátero Urbano (Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de

Famalicão) e cruzar a informação com os locais que foram enumerados pelos entrevistados como sendo locais que transmitem um maior sentimento de insegurança.

Deste modo optou-se por perceber quais as áreas dentro das várias subsecções estatísticas onde existe uma densidade de crimes estatisticamente significativa, usando o teste *Getis-Ord Gi* da ferramenta *Hot Spot Analysis* do programa de *software* ArcGis, bem como a ferramenta de autocorreção *Morans I*. Este tipo de técnicas de estatística espacial permite determinar padrões de criminalidade e qual a sua correlação na construção de *clusters* e partindo das suas localizações geográficas.

A estatística local *Getis-Ord Gi* identifica os *hot spots* e os *cold spot* estatisticamente significativos com um nível de confiança de 90%, 95% e 99%. A avaliação é feita dentro do contexto das características de vizinhança comparando o ponto identificado com o padrão global. Para esta análise determinámos as subsecções estatísticas como sendo a grelha de agregação de contagem dos crimes georreferenciados com uma distância de 150 metros. Este tipo de teste permitiu-nos chegar às áreas estatisticamente significativas em termos de criminalidade.

A autocorreção *Morans I* permitiu-nos perceber se no conjunto dos crimes georreferenciados dentro das áreas de jurisdição da P.S.P. de cada município em estudo os valores expressos originam padrões em cluster, disperso ou aleatório (Figura 61) (Getis & Ord, 1992; Anselin, 1995; Getis *et al.*, 2000).

Figura 61 – Cálculo da estatística *Morans I*

The Moran's *I* statistic for spatial autocorrelation is given as:

$$I = \frac{n \sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n w_{i,j} z_i z_j}{S_0 \sum_{i=1}^n z_i^2} \quad (1)$$

where z_i is the deviation of an attribute for feature i from its mean ($x_i - \bar{X}$), $w_{i,j}$ is the spatial weight between feature i and j , n is equal to the total number of features, and S_0 is the aggregate of all the spatial weights:

$$S_0 = \sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n w_{i,j} \quad (2)$$

The z_I -score for the statistic is computed as:

$$z_I = \frac{I - E[I]}{\sqrt{V[I]}} \quad (3)$$

where:

$$E[I] = -1/(n - 1) \quad (4)$$

$$V[I] = E[I^2] - E[I]^2 \quad (5)$$

Fonte: <http://desktop.arcgis.com/en/arcmap/10.3/tools/spatial-statistics-toolbox/h-how-spatial-autocorrelation-moran-s-i-spatial-st.htm> - 08 de janeiro de 2019.

Em suma, as estatísticas de autocorreção espacial global *Moran I* avaliam o padrão geral do número de crimes e a tendência dos dados, enquanto a estatística local *Getis-Ord Gi* avalia o número de crimes georreferenciados dentro do contexto das características de vizinhança e compara a subsecção estatística com a situação global.

6.3.2.1. Barcelos

Deste modo, perante a realidade dos dados obtidos tentámos perceber a partir das respostas que nos foram sendo dadas pelos entrevistados se existia perceção dos locais com maior incidência de crimes de furto e roubo. No caso de Barcelos os presidentes da junta das freguesias de Arcozelo, e da União das Freguesias de Barcelos, Vila Boa, Frescainha (São Martinho) e Frescainha (São Pedro) as questões relacionadas com a insegurança não se relacionavam com lugares, mas com o dia da feira semanal – quinta-feira.

(...) à quinta-feira (...) põem-se nos locais onde normalmente as pessoas estacionam os carros ou até muitas vezes no campo da feira onde as pessoas fazem a feira. (...) Já ouvi uma pessoa ou outra a dizer “ei roubaram-me a minha carteira!”, ou “desapareceu o meu saco!”. Isso acontece, mas isso são casos pontuais, normalmente é à quinta-feira que mais acontece isso (...).

[José Teixeira - União das Freguesias de Barcelos, Vila Boa, Frescainha (São Martinho) e Frescainha (São Pedro) – Barcelos].

Segundo os dados fornecidos pelo Comando Distrital da P.S.P. de Braga, existe uma maior incidência de crimes na Rua Campo da Feira, uma das ruas que ladeia o local onde se realiza a feira semanal e o parque da cidade. A par das ruas nomeadas pelo presidente da União de Freguesias (U.F.) de Barcelos, Vila Boa, Vila Frescainha São Martinho e Vila Frescainha São Pedro existem outras que merecem particular atenção na freguesia (Tabela 49).

Tabela 49 - Artérias da freguesia União de Freguesias de Barcelos, Vila Boa, Vila Frescainha (São Martinho) e Vila Frescainha (São Pedro) com maior número de recorrência de crimes

| Freguesia | Avenida/Rua |
|---|--|
| União de Freguesias de Barcelos, Vila Boa, Vila Frescainha São Martinho e Vila Frescainha São Pedro | Avenida dos Combatentes da Grande Guerra |
| | Avenida Doutor Sidónio Pais |
| | Avenida Dom Nuno Álvares Pereira |
| | Avenida João Paulo II |
| | Campo da República |
| | Rua de João Bento |
| | Rua Cândido da Cunha |

Nota: Foram seleccionadas as ruas com ocorrência de crimes de furto e roubo superior a 50.
Fonte: Informação disponibilizada pelo Comando Distrital da P.S.P. de Braga.

São artérias urbanas onde existe uma elevada afluência de pessoas, devido à existência de edifícios públicos com serviços de saúde e educação, ou devido à existência de espaços de lazer e de recreio. O mesmo sucede com a freguesia de Arcozelo onde a incidência de criminalidade é mais significativa onde as artérias dão acesso a espaços de educação, a serviços de saúde e de comércio e serviços (Tabela 50).

Tabela 50 - Artérias da freguesia de Arcozelo com maior número de recorrência de crimes

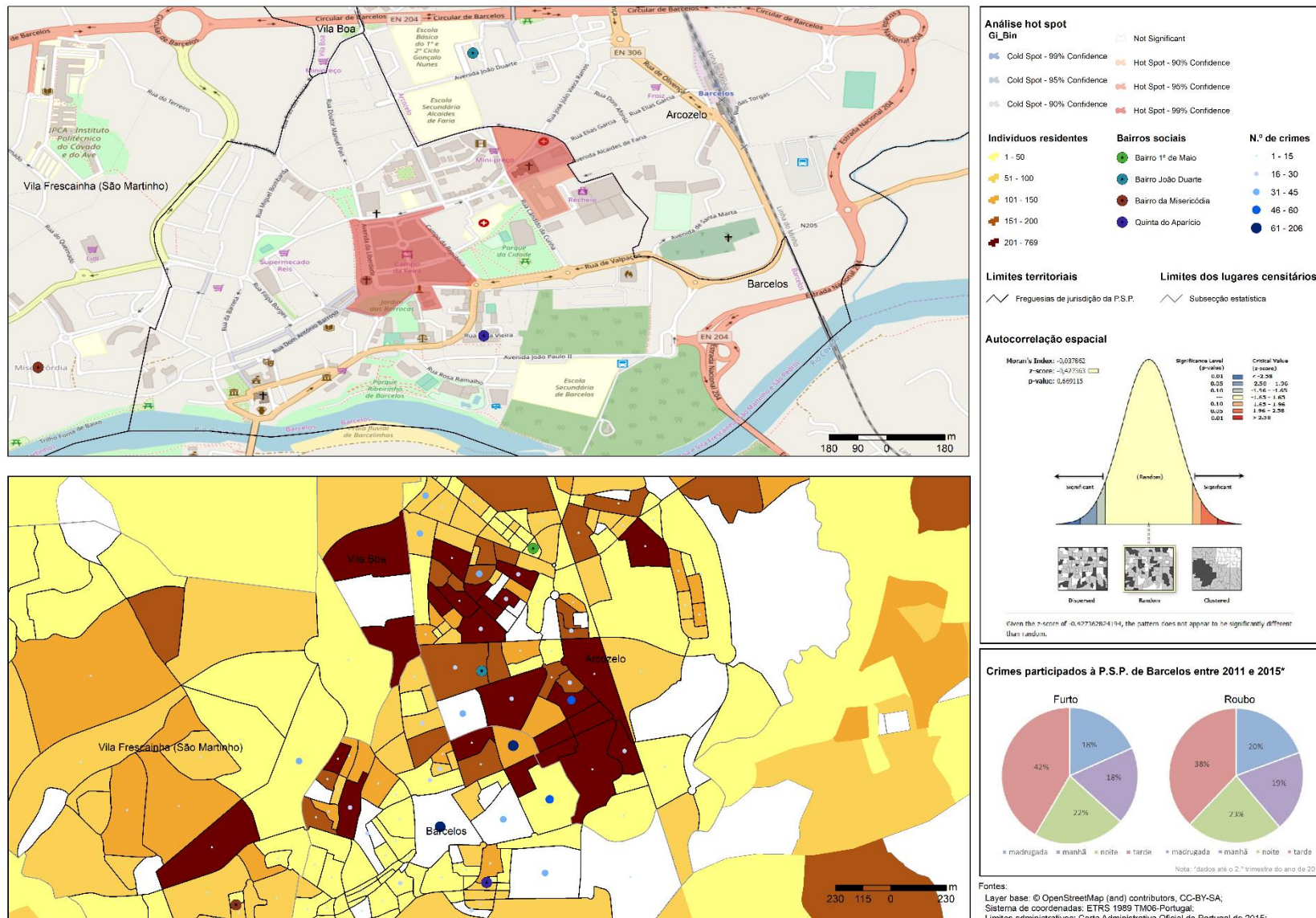
| Freguesia | Avenida/Rua |
|------------------|--------------------------------|
| Arcozelo | Avenida Alcaide de Faria |
| | Rua Irmãos de São João de Deus |
| | Rua Tomé de Sousa |
| | Rua da Formiga |

Nota: Foram selecionadas as ruas com recorrência de crimes de furto e roubo superior a 50.

Fonte: Informação disponibilizada pelo Comando Distrital da P.S.P. de Braga.

Quando analisamos o padrão de incidência de criminalidade percebemos que é um padrão aleatório, associado à existência de um padrão recorrente do criminoso disponível e a oportunidades para o delito (Figura 62).

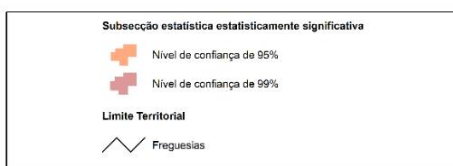
Figura 62 – Subsecções estatísticas estatisticamente significativas na análise *hot spot* nas freguesias de jurisdição da P.S.P. de Barcelos



Foram igualmente analisados os períodos do dia com maior incidência de criminalidade, sendo o dia dividido em quatro períodos de análise: i) madrugada - das 00h às 08h:59; ii) manhã - das 09h às 12h:59; iii) tarde - das 13h às 19h:59 e iv) noite - das 20h às 23h:59. E no caso de Barcelos existe uma tendência para crimes de furto de roubo e furto no período da tarde.

Um dos locais nomeados como sendo mais problemático em especial em dias de feira semanal é o 'Campo da Feira', ladeado por duas ruas das duas associadas à maior incidência de criminalidade a artéria do Campo da República e a Avenida dos Combatentes da Grande Guerra (Figura 63).

Figura 63 - Subsecção estatística do 'Campo da Feira' - Barcelos



Fonte:
 Layer base: © OpenStreetMap (and) contributors, CC-BY-SA;
 Sistema de coordenadas: WGS 1984 Web Mercator;
 Limites administrativos: Carta Administrativa Oficial de Portugal de 2015;
 Imagens: Google Maps datadas de agosto de 2014.

À exceção do dia da feira semanal, o espaço é utilizado como parque de estacionamento. Segundo a Teoria da Escolha Racional (Clarke & Cornish, 1985), o infrator agiria muito facilmente no ambiente onde se encontra a subsecção que agrega o 'Campo da Feira'. O infrator, segundo esta Teoria, procura executar o delito em locais onde obtenha o máximo prazer/lucro e estando sujeito a um baixo risco. O mesmo padrão repete-se na segunda área, a qual designámos de subsecção estatística da 'Igreja de Santo António' (Figura 64).

Figura 64 - Subsecção estatística da 'Igreja de Santo António' - Barcelos



Nesta segunda área existe também o fator associado ao elevado número de lojas de comércio sendo o furto a edifícios comerciais um dos tipos de crimes com maior recorrência

(n=25%). Mas são os furtos associados a veículos que são os que maior peso apresentam (n=32%) (Tabela 51).

Tabela 51 - Percentagem de crimes ocorridos na freguesia de Barcelos - Barcelos

| Tipo de crimes | Percentagem |
|--------------------------------|--------------------|
| Furto | 8% |
| Furto a edifício comercial | 25% |
| Furto a outros edifícios | 1% |
| Furto a residência | 11% |
| Furto de veículo | 9% |
| Furto em veículo | 23% |
| Furto em supermercado | 2% |
| Furto por carteirista | 10% |
| Roubo | 1% |
| Roubo a pessoas na via pública | 5% |
| Roubo por esticção | 4% |

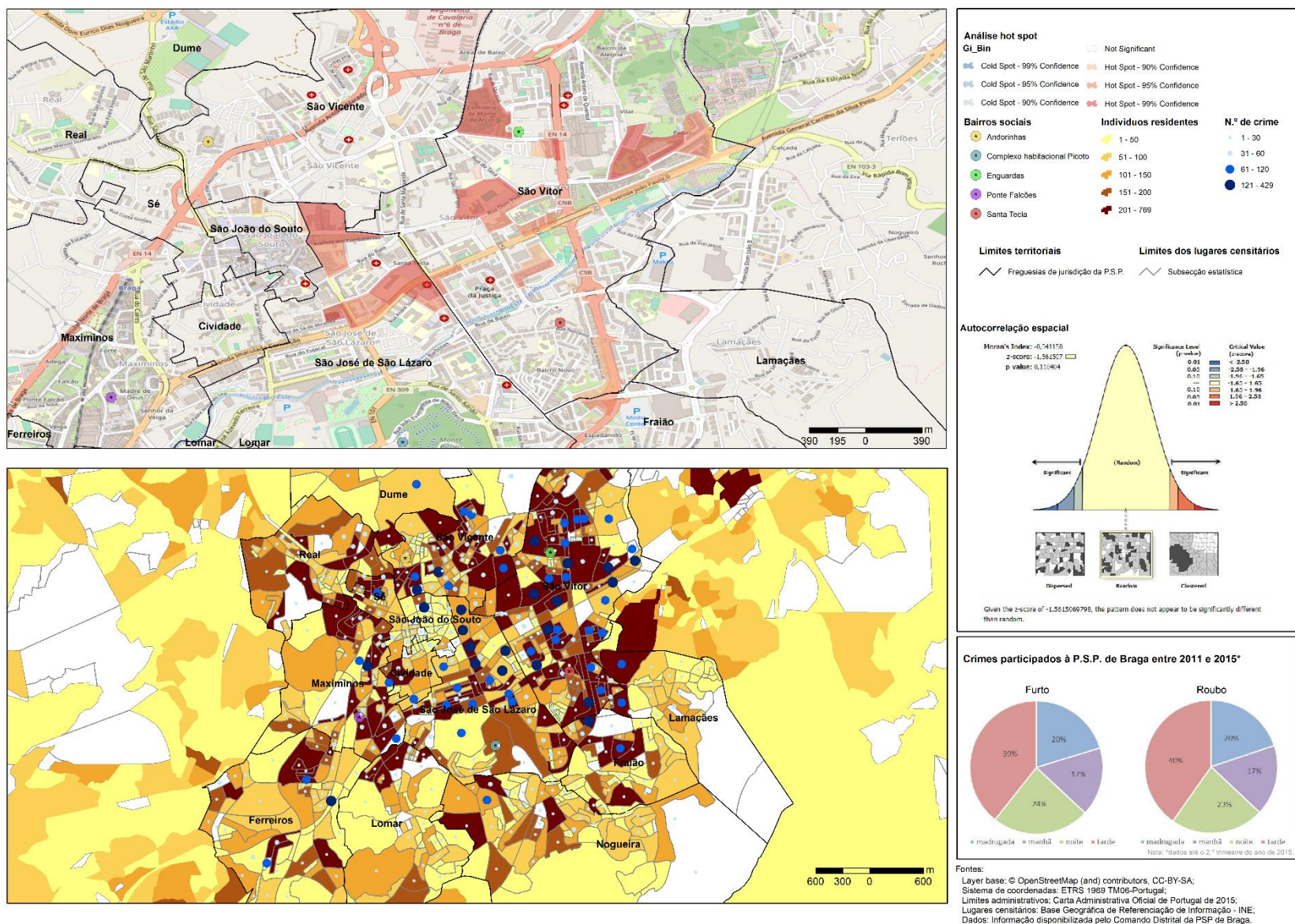
Fonte: Informação disponibilizada pelo Comando Distrital da P.S.P. de Braga.

Seria importante as entidades locais refletirem sobre estes dados e perceberem que alterações podem ser feitas na área da freguesia de Barcelos. Os dados comprovam que existe efetivamente uma consciência sobre os locais por parte dos presidentes de junta entrevistados de Barcelos sobre alguns dos locais com maior incidência de criminalidade.

6.3.2.2. Braga

Quanto aos presidentes da junta de Braga entrevistados, tal como aconteceu com o representante da câmara municipal de Braga, as preocupações associadas aos locais de maior insegurança eram os locais dos bairros sociais e algumas ruas adjacentes. Quando é analisada a informação relativa às subsecções estatísticas estatisticamente significativas algumas das preocupações elencadas vão efetivamente de encontro à realidade (Figura 65).

Figura 65 – Subsecções estatisticamente significativas na análise *hot spot* nas freguesias de jurisdição da P.S.P. de Braga



Na área de jurisdição da Polícia de Segurança Pública de Braga prevalece um padrão de crimes de furto e roubo associado ao período da tarde, tal como acontecia em Barcelos. No entanto, quando são analisados os dados, as áreas das subsecções assinaladas são significativamente superiores. Tal como acontecia com a distribuição de crimes também em Braga o padrão é aleatório, não existindo um *cluster*. A freguesia de São Vitor é a que apresenta um maior número de artérias sinalizadas como sendo de maior incidência de crimes de furto e roubo (Tabela 52).

Tabela 52 - Artérias da freguesia de São Vitor em Braga com maior número de recorrência de crimes

| Freguesia | Avenida/Rua |
|------------------------|----------------------------------|
| São Vitor | Avenida Antero de Quental |
| | Avenida Padre Júlio Fraga |
| | Bairro da Quinta dos Congregados |
| | Rua Bernardo Sequeira |
| | Rua Cândido de Oliveira |
| | Rua Fábrica do Pêlo |
| | Rua Fundação Calouste Gulbenkian |
| | Rua Quinta da Armada |
| | Rua Professor Machado Vilela |
| | Rua Santa Margarida |
| | Rua Dom Pedro |
| | Rua dos Peões |
| | Rua Doutor Francisco Duarte |
| | Rua José António Cruz |
| | Rua Luís Soares Barbosa |
| Rua Monsenhor Ferreira | |
| Rua Nova de Santa Cruz | |

Nota: Foram selecionadas as ruas com ocorrência de crimes de furto e roubo superior a 50.
 Fonte: Informação disponibilizada pelo Comando Distrital da P.S.P. de Braga.

Durante a entrevista o presidente de junta referenciou a existência de uma particular preocupação face aos dois bairros sociais existentes na freguesia – o Bairro Social das Enguardas e o Bairro Social de Santa Tecla. Mencionou-os, não pela existência de elevado número de crimes de furto ou roubo, mas pela existência de comportamentos de compra, venda e consumo de estupefacientes, em especial no Bairro Social das Enguardas.

(...) temos identificados dentro de 2 bairros sociais duas áreas de venda de estupefacientes. Os vizinhos sabem, esta autarquia sabe, a P.S.P. e a G.N.R. sabem, todos sabemos o que se passa quer no Bairro Social das Enguardas quer no bairro social Santa Tecla. Obviamente que há determinados eixos de atuação que não são desenvolvidos com a celeridade

que todos nós gostaríamos (...). Infelizmente, nas Enguardas ou na envolvendo do Bairro Social das Enguardas, temos dois locais assinalados com sinais de alguma forma negros, sobretudo dentro deste quadro de consumo de estupefacientes ao ar livre, e isto promove uma insegurança (...) portanto, quer ali na travessa abaixo da escola das Enguardas quer no polidesportivo de São José, temos esses dois sítios que neste momento estamos a tentar acompanhar com uma presença mais frequente para tentar ir dissuadindo alguns comportamentos.

(Ricardo Pereira da Silva – Presidente da Junta de Freguesia de São Vitor – Braga).

Alina Esteves (1999) aborda precisamente a preocupação elencada pelo presidente da Junta de São Vitor em Braga. A toxicodependência gera um enorme problema para as forças de segurança, para a segurança social e junta de freguesia que se deparam com entraves temporais, restrições legais e orçamentais para o combate da criminalidade. A par destes entraves, e aproveitando-se desta situação, existem as redes de tráfico de droga que, pelo contrário, detêm capital financeiro avultado e com isso constituem redes de negócio e de conhecimentos (Rengert, 2018). Perante todos estes factos Alina Esteves (1999: 23) afirmou que com a “desigualdade de forças seja natural o enorme crescimento do narcotráfico e a impossibilidade de controlar o número de toxicómanos que encontram no furto e no roubo a solução para alimentar a sua dependência”.

Uma das preocupações transversais a todos os presidentes de junta de Braga são os bairros sociais e as redes de droga que alguns deles alimentam.

E pronto, temos outras preocupações – em termos do bairro social por exemplo – nos bairros sociais (...) nós temos aqui um bairro social onde se pode verificar mais esse fenómeno, que é o das “Andorinhas” – (...) e aquilo está seguro, se pudermos dizer assim, por uma associação de moradores que existe lá. (...) Às vezes alguém começa a querer vender droga, ou não sei quê! – isso também causa distúrbios. Eles são os primeiros a atuar, nem precisam da polícia nem da junta (...).

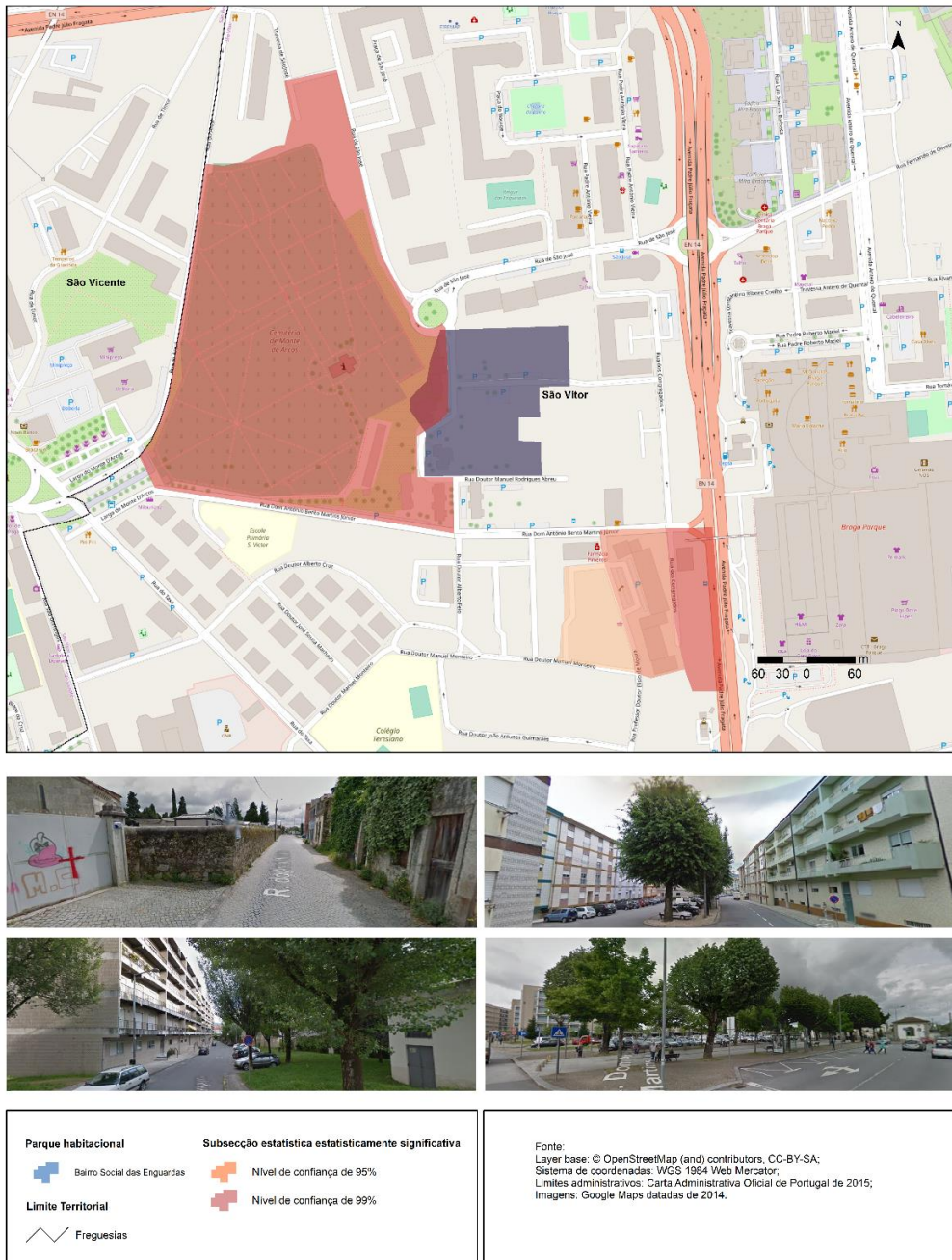
(Manuel Costa Pires – Presidente da Junta de São Vicente - Braga).

(...) o bairro chamado ‘bairro do picoto’ é um bairro da... etnia cigana. As pessoas por sistema não gostam, enfim... muito de passar por lá! Aliás, ele parece um pouco isolado do resto da população e... portanto, é um sítio a que as pessoas não gostam de aceder (...). Às vezes dizem que este bairro é considerado um supermercado da droga. Não sabemos se é. Sabemos que periodicamente a P.S.P. e a polícia judiciária fazem rusgas, e há pessoas daquele bairro que estão detidas precisamente por causa da posse de estupefacientes.

(João Pires - União das Freguesias de São José de São Lázaro e de São João do Souto - Braga).

O facto é que os dados revelam a existência no entorno do Bairro Social das Enguardas, na freguesia de São Vitor em Braga, duas áreas com elevada densidade de crimes de furto e de roubo (Figura 66).

Figura 66 – Subsecções estatísticas no entorno do Bairro Social das Enguardas – São Vitor-Braga



Ou seja, para além dos problemas associados ao sentimento de insegurança sentido pelos vizinhos face aos problemas associados à droga também existe um foco de crimes de furto a edifícios comerciais na artéria Quinta dos Congregados que representa 80% do total de crimes

existentes nessa rua. Esta é uma das artérias com maior número de ocorrência de crimes de furto e roubo no entorno do Bairro Social das Enguardas.

Foram igualmente nomeadas algumas preocupações junto ao Bairro Social de Santa Tecla, bem como a Rua Doutor Francisco Machado Owen por parte do presidente da junta de São Vitor.

(...) sendo certo que do Bairro de Santa Tecla para cima (...) a Francisco Machado Owen e até ao Bairro Duarte Pacheco também tem ali um ou dois sítios que nos motivam alguma preocupação. Somos alertados pela população residente, pela ocupação abusiva que muitas vezes fazem desses sítios e, portanto, tentamos estar atentos dentro daquilo que nos é possível. Porque nós também não temos aqui uma esquadra de segurança, - quando eu digo 'esquadra de segurança' - não há uma resposta efetiva da Junta de Freguesia para além da resposta oficial do policiamento de proximidade e da boa parceria com a P.S.P..

(Ricardo Pereira da Silva – Presidente da Junta de Freguesia de São Vitor – Braga).

Não é significativo o número de crimes de furto e roubo existentes no entorno do Bairro Social de Santa Tecla bem como na Rua Doutor Francisco Machado Owen. Todavia, existe a Rua José António Cruz, próxima da Rua Doutor Francisco Machado Owen, que apresenta valores significativos de criminalidade (Tabela 53).

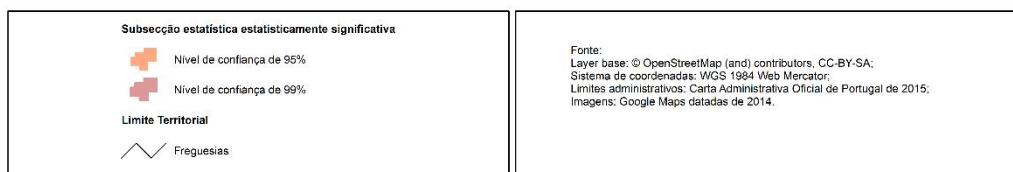
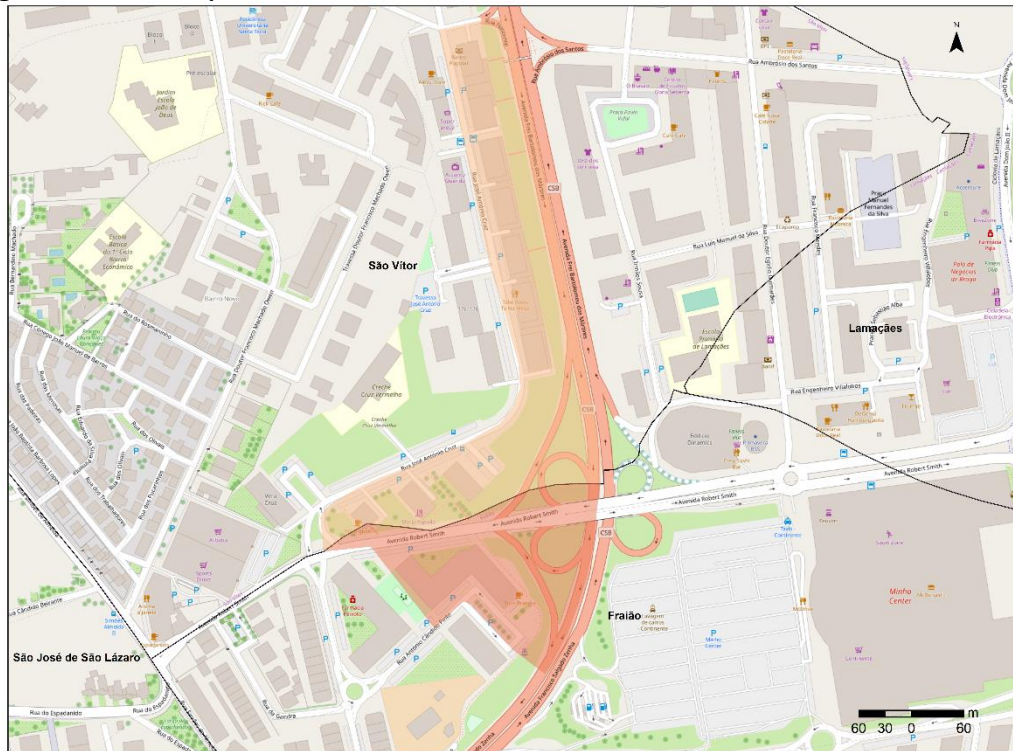
Tabela 53 - Percentagem de crimes ocorridos na Rua José António Cruz na freguesia de São Vitor - Braga

| Tipo de crimes | Percentagem |
|--------------------------------|-------------|
| Furto | 17% |
| Furto a edifício comercial | 11% |
| Furto a outros edifícios | 1% |
| Furto a residência | 16% |
| Furto de veículo | 19% |
| Furto em veículo | 16% |
| Furto por carteirista | 0% |
| Roubo | 0% |
| Roubo a pessoas na via pública | 15% |
| Roubo a residência | 0% |
| Roubo por esticção | 3% |

Fonte: Informação disponibilizada pelo Comando Distrital da P.S.P. de Braga.

Não existe um padrão de tipo de crime associado à rua, mas importa frisar que 15% dos crimes ocorridos naquela rua são de roubos a pessoas na via pública. E se somarmos os valores dos crimes de furto em veículo aos de furto de veículo temos uma percentagem de 35% de crimes ocorridos na Rua José António Cruz associada a veículos (Figura 67).

Figura 67 – Subsecções estatísticas no entorno da Rua José António Cruz – São Vitor- Braga



Para além das subsecções de entorno ao Bairro das Enguardas e da Rua José António Cruz, existem três subsecções estatísticas sinalizadas que abrangem mais duas das ruas com maior incidência de crimes, como seja, a Rua Fundação Calouste Gulbenkian, a Rua Bernardo Sequeira e a Rua Dom Pedro V, também em São Vitor (Figura 68).

Figura 68 – Subsecções estatísticas no entorno da Rua Dom Pedro V – São Vitor- Braga



Ruas com características muito particulares de um edificado que apresenta um elevado estado de degradação, em especial na Rua Dom Pedro V. O facto da Rua Dom Pedro V ser de sentido único para os veículos automóveis poderá influenciar a circulação de um maior número de pessoas, em especial nas artérias adjacentes, como é o caso das Ruas Bernardo Sequeira e Fundação Calouste Gulbenkian, podendo ser um fator na redução do número de potenciais guardiões do espaço. No caso das Ruas Bernardo Sequeira e Fundação Calouste Gulbenkian tratam-se de ruas maioritariamente residenciais onde existe um aparente abandono ou descuido

na manutenção dos espaços exteriores. Segundo os registos fornecidos pela Polícia de Segurança Pública trata-se uma área com maior incidência de furto a residência, seguindo-se o roubo por esticção.

Tabela 54 - Percentagem de crimes ocorridos nas Ruas Bernardo Sequeira e Rua Fundação Calouste Gulbenkian na freguesia de São Vitor - Braga

| Tipo de crimes | Percentagem |
|--------------------------------|-------------|
| Furto | 8% |
| Furto a edifício comercial | 11% |
| Furto a outros edifícios | 2% |
| Furto a residência | 19% |
| Furto de veículo | 9% |
| Furto em veículo | 29% |
| Furto por carteirista | 2% |
| Roubo a pessoas na via pública | 4% |
| Roubo por esticção | 16% |

Fonte: Informação disponibilizada pelo Comando Distrital da P.S.P. de Braga.

Mas um facto que deve ser considerado é a aparência da Rua Bernardo Sequeira, em especial junto ao cruzamento com a Rua Fundação Calouste. A imagem foi propositadamente seleccionada a partir do *Google Maps*, por forma a corresponder ao período temporal da nossa base de dados (Figura 69).

Figura 69 - Imagem da Ruas Bernardo Sequeira – São Vitor



Fonte: Imagem do *Google Maps* capturada a abril de 2014.

Face aos crimes apreendidos nesta rua, entre 2011 e o 2.º trimestre de 2015, comprova-se a existência de um elevado número de furto a residências na Rua Bernardo Sequeira (n=28%), seguindo-se o roubo por esticção com 21% (Tabela 55).

Tabela 55 - Percentagem de crimes ocorridos nas Ruas Bernardo Sequeira na freguesia de São Vitor

| Tipo de crimes | Percentagem |
|---------------------------------------|--------------------|
| Furto | 10% |
| Furto a edifício comercial | 13% |
| Furto a outros edifícios | 3% |
| Furto a residência | 28% |
| Furto de Veículo | 8% |
| Furto em veículo | 12% |
| Furto por carteirista | 3% |
| Roubo a pessoas na via pública | 4% |
| Roubo por esticão | 21% |

Fonte: Informação disponibilizada pelo Comando Distrital da P.S.P. de Braga.

Segundo a Teoria das Janelas Partidas, este troço da Rua Bernardo Sequeira - entre a Rua Dom João V até à Avenida João Paulo II - apresenta características que se enquadram dentro da “espiral descendente” (Ekblom, 2011). A existência de um elevado tipo de crimes, com particular incidência dos roubos, associada à ausência de manutenção dos espaços e a uma presença de habitações vazias, parece revelar a conjugação de fatores geradores de insegurança para os residentes, e pode ser considerada uma área de atuação ‘mais apetecível’ para os infratores. Este troço de rua trata-se de um bom exemplo de como a aplicação de medidas CPTED, como a manutenção dos espaços ou a iluminação poderiam surtir resultados positivos. Mas para tal, é necessário que exista sensibilidade também dos residentes daqueles espaços e/ou dos proprietários das habitações para a manutenção das fachadas e das áreas ajardinadas. Mas esta preocupação também deve ser tida para com as ruas adjacentes, como a Rua Fundação Calouste Gulbenkian e a Rua Dom Pedro V, que também apresentam alguns problemas graves de manutenção de fachadas.

Apesar das conclusões que podem ser retiradas sobre este troço em particular, há um fator que temos de salientar. A Rua Bernardo Sequeira está paralela a outra rua com elevada incidência de crimes de furto e roubo que é a Rua Cândido de Oliveira (Figura 70).

Figura 70 – Subsecções estatísticas no entorno da Rua Cândido de Oliveira – São Vitor



A Rua Cândido de Oliveira, em São Vitor, apresenta características semelhantes às apresentadas pela Rua Cândido da Cunha na União de Freguesias de Barcelos, Vila Boa, Vila Frescainha (São Martinho) e Vila Frescainha (São Pedro) em Barcelos. Trata-se de uma rua com um elevado número de lugares de estacionamento, dando igualmente acesso a ruas sem saída. A juntar a este facto temos também o local de estacionamento do complexo de piscinas municipais da rodovia. Deste modo, e dada a relevância do número de lugares de estacionamento, o tipo de crime com mais recorrência é o furto de veículo e furto em veículo.

Outra das áreas que apresenta particular relevância na ocorrência de crimes está associada às subsecções estatísticas no entorno da Universidade do Minho na freguesia de São Vitor (Figura 71).

Figura 71 – Subsecções estatísticas no entorno da Universidade do Minho – São Vitor - Braga



Temos nesta área três das ruas com maior densidade de crimes – Rua da Fábrica do Pêlo, Rua dos Peões e Rua Nova de Santa Cruz. Trata-se de uma área com um dinamismo ligado aos estudantes universitários, onde a maioria das pessoas que circulam são universitários. A Teoria da Geometria do Crime (Brantingham & Brantingham, 1981a) é uma abordagem que

poderia ser aplicada nesta área. Estamos perante um espaço geográfico onde a população que o frequenta tem um ponto em comum: são estudantes universitários. Seria interessante perceber dentro do contexto das atividades desenvolvidas, para e pelos estudantes, quais são os padrões de atitudes que podem abrir mais a possibilidade para a ocorrência de crimes de furto e de roubo. O presidente da junta de São Vitor mostrou particular preocupação face à Rua Nova de Santa Cruz que faz a ligação à universidade.

(...) sobretudo, na Rua Nova de Santa Cruz esta questão do barulho, quer dos assaltos, quer da insegurança física que muitas vezes é cometida contra os estudantes da Universidade do Minho é algo que nos preocupa, sobretudo até pela fragilidade da população alvo. Porque ali naquele eixo Quinta da Armada, Rua Nova de Santa Cruz – que é um eixo académico - muitos estudantes a passar a qualquer hora da noite, se por um lado estão alcoolizados ou se de alguma forma até há a situação também do consumo de algum tipo de estupefacientes, se estão alheados da sua realidade, ficam muito mais fragilizados e muito mais suscetíveis a serem assaltados ou molestados e a nossa preocupação tem sido sobretudo contra as agressões de índole sexual (...).

(Ricardo Pereira da Silva – Presidente da Junta de Freguesia de São Vitor – Braga).

A preocupação face aos incidentes que lhe são relatados que decorrem na Rua Nova de Santa Cruz já o fez tomar a iniciativa de entrar em contacto com a Associação Académica da Universidade do Minho no sentido de serem delineados esforços para a prevenção da criminalidade e para a sensibilização das consequências inerentes a atitudes de risco.

(...) estamos a discutir com a Associação Académica da Universidade do Minho para fazer campanhas de sensibilização para os comportamentos futuros, sobretudo os noturnos, claro!

(Ricardo Pereira da Silva – Presidente da Junta de Freguesia de São Vitor – Braga).

Outra das áreas com forte afluência de jovens é a Rua André Soares, pela existência de uma Escola Básica André Soares e a Rua 25 de Abril que é a artéria de acesso à Escola Secundária Dona Maria II na União de Freguesias de São José de Lázaro e São João de Souto em Braga. São mais duas das ruas referenciadas como sendo de maior incidência de crimes de furto e de roubo dentro da área de jurisdição da Polícia de Segurança Pública de Braga (Figura 72).

Figura 72 - Subsecções estatísticas no entorno das Ruas Américo Ferreira de Carvalho, Rua André Soares e Rua 25 de Abril - da União de Freguesias de São José de Lázaro e São João de Souto - Braga



A par da área que engloba os vários estabelecimentos de ensino e a rua de acesso ao Antigo Hospital de São Marcos, há uma levada incidência de crimes de furto em veículo (45%). Se juntarmos os crimes de furto de veículo a percentagem de crimes sobre veículos ultrapassa os 50% (Tabela 56).

Tabela 56 - Percentagem de crimes ocorridos nas Ruas André Soares, Américo Ferreira de Carvalho e 25 de Abril na da freguesia União de Freguesias de São José de Lázaro e São João de Souto - Braga

| Tipo de crimes | Percentagem |
|--------------------------------|-------------|
| Furto | 9% |
| Furto a edifício comercial | 11% |
| Furto a outros edifícios | 1% |
| Furto a residência | 3% |
| Furto de veículo | 12% |
| Furto em veículo | 45% |
| Furto por carteirista | 3% |
| Roubo a pessoas na via pública | 10% |
| Roubo por esticção | 6% |

Fonte: Informação disponibilizada pelo Comando Distrital da P.S.P. de Braga.

Seria interessante perceber, em estudos futuros, se a Teoria das Restrições Temporais (Ratcliffe, 2006) poderia ser aplicada especialmente aos locais associados às escolas e espaços de atividade desportiva. Esta teoria destina-se especialmente a jovens sinalizados ou reincidentes da prática delituosa (ver capítulo 2). Também seria pertinente perceber até que ponto existe uma correlação entre a localização de vários estabelecimentos de ensino nas subsecções estatísticas e uma maior densidade de crimes juvenis.

Mas também temos de ter em atenção que o presidente da União de Freguesias de São José de Lázaro e de São João de Souto fez referência a um aspeto que merece atenção na freguesia de São Vitor e que se prende com a existência da delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa. Esta delegação faz acompanhamento aos toxicodependentes podendo induzir a afluência de possíveis transgressores no entorno daquela área. A delegação encontra-se nas imediações da Rua André Soares.

(...) sabemos que, no que respeita à toxicodependência, por exemplo, que há enfim (...) situações preocupantes porque (...). Não está na minha freguesia! Não está na minha União de Freguesias está paredes-meias. Há um centro de recuperação, um centro de atendimento para toxicodependentes da Cruz Vermelha Portuguesa e, portanto, sabemos que as pessoas que lá pedem ajuda, que algumas delas são de alguma forma violentas (...)

(João Pires - Presidente da União das Freguesias de São José de São Lázaro e de São João do Souto).

Apesar desta possível associação não é um facto que se possa comprovar apenas com os dados disponíveis. No entanto, a existência de toxicodependentes associada ao consumo de drogas é uma das razões para a existência da pequena criminalidade (Esteves, 1999).

A par das três ruas, existem mais artérias na União de Freguesias de São José de Lázaro e de São João de Souto que merecem uma particular atenção (Tabela 57). Algumas delas são pontos centrais de atividade comercial e de atratividade turística para a área urbana em Braga.

Tabela 57 - Artérias da freguesia União de Freguesias de São José de Lázaro e de São João de Souto em Braga com maior número de recorrência de crimes

| Freguesia | Avenida/Rua |
|--|--|
| São José de Lázaro e São João de Souto | Avenida da Liberdade |
| | Avenida Doutor Francisco Pites Gonçalves |
| | Avenida Central |
| | Avenida João XXI |
| | Praça Conde de Agrolongo |
| | Rua 25 de Abril |
| | Rua Américo Ferreira de Carvalho |
| | Rua André Soares |
| | Rua Conselheiro Lobato |
| | Rua do Fujacal |
| | Rua do Raio |

Nota: Foram selecionadas as ruas com ocorrência de crimes de furto e roubo superior a 50.

Fonte: Informação disponibilizada pelo Comando Distrital da P.S.P. de Braga.

A Avenida da Liberdade e a Avenida Central são dois locais de desenvolvimento de atividades turística, bem como de lazer e recreio para os bracarenses. Ao se contabilizarem as percentagens de crimes de furto e roubo ocorridas nas Avenidas da Liberdade e na Central facilmente se identifica o predomínio de roubos a pessoas na via pública e de roubos por esticão (n=24%). Se juntarmos a estes o furto por carteiristas temos um total de 34% de crimes executados diretamente a indivíduos (Tabela 58 e Figura 73).

Tabela 58 - Percentagem de crimes ocorridos nas Avenidas da Liberdade e a Central na da freguesia União de Freguesias de São José de Lázaro e de São João de Souto - Braga

| Tipo de crimes | Percentagem |
|---------------------------------------|--------------------|
| Furto | 16% |
| Furto a edifício comercial | 18% |
| Furto a outros edifícios | 1% |
| Furto a residência | 8% |
| Furto de veículo | 3% |
| Furto em supermercado | 6% |
| Furto em veículo | 11% |
| Furto por carteirista | 10% |
| Roubo | 3% |
| Roubo a pessoas na via pública | 16% |
| Roubo por esticão | 8% |

Fonte: Informação disponibilizada pelo Comando Distrital da P.S.P. de Braga.

Figura 73 - Subsecções estatísticas no entorno das Avenidas da Liberdade e da Avenida Central - da União de Freguesias de São José de Lázaro e de São João de Souto - Braga



Outra subsecção estatística assinalada com significado estatístico está em torno da Praça Conde de Agrolongo, e tal como acontece com a Avenida da Liberdade e a Avenida Central, o tipo de crime mais recorrente está associado ao indivíduo. Na Praça Conde de Agrolongo a soma da percentagem de roubos a pessoas na via pública e de furtos por carteiristas ascende a 35%. Mais uma vez, nesta situação, se pondera a possibilidade de associação de momentos festivos da cidade e de maior fluxo de pessoas à prática delituosa nesta área (Tabela 59 e Tabela 60).

Tabela 59 - Percentagem de crimes ocorridos na Praça Conde de Agrolongo na freguesia União de Freguesias de São José de Lázaro e de São João de Souto - Braga

| Tipo de crimes | Percentagem |
|---------------------------------------|--------------------|
| Furto | 12% |
| Furto a edifício comercial | 15% |
| Furto de Veículo | 2% |
| Furto em veículo | 14% |
| Furto por carteirista | 15% |
| Roubo | 8% |
| Roubo a pessoas na via pública | 20% |

Fonte: Informação disponibilizada pelo Comando Distrital da P.S.P. de Braga.

Outra das ruas com elevada incidência de crimes de furto e roubo é a Praça do Comércio, na freguesia de São Vicente, que fica perto do mercado municipal e junto da Praça Conde de Agrolongo.

Tabela 60 - Percentagem de crimes ocorridos na Praça do Comércio na freguesia de São Vicente- Braga

| Tipo de crimes | Percentagem |
|---------------------------------------|--------------------|
| Furto | 5% |
| Furto a edifício comercial | 18% |
| Furto de veículo | 18% |
| Furto em veículo | 24% |
| Furto por carteirista | 18% |
| Roubo a pessoas na via pública | 13% |
| Roubo por esticção | 4% |

Fonte: Informação disponibilizada pelo Comando Distrital da P.S.P. de Braga.

Tal como acontece na Rua Cândido de Oliveira em São Vitor, esta artéria dispõe de inúmeros lugares de estacionamento sendo uma das explicações para a recorrência de 42% de crimes ocorrentes na rua de furto de veículo e furto em veículo. A segunda explicação poderá ser relacionada com a presença do mercado municipal, que causa picos de uso do espaço. E também poderá estar associado a um entorno de edificado com fachadas com ausência de manutenção, bem como a presença de vegetação que torna o ambiente mais sombrio durante a noite.

Figura 74 - Subsecções estatísticas no entorno da Praça Agrolongo - da União de Freguesias de São José de Lázaro e de São João de Souto - Braga



A identificação de locais de insegurança por parte do presidente da União de Freguesias de São José de Lázaro e de São João de Souto, bem como pelo presidente da junta de São Vicente, não vai de encontro aos locais referenciados como sendo de maior incidência de criminalidade. Para ambos, o foco das preocupações são os bairros sociais. Todavia, a densidade de crimes na área de jurisdição da P.S.P. de Braga apenas recai no entorno de um dos bairros sociais, o das Enguardas. Nos restantes quatro parques de habitação social, não é significativo o número de crimes e furto existentes nas ruas adjacentes. A área urbana de Braga, patrulhada pela P.S.P.,

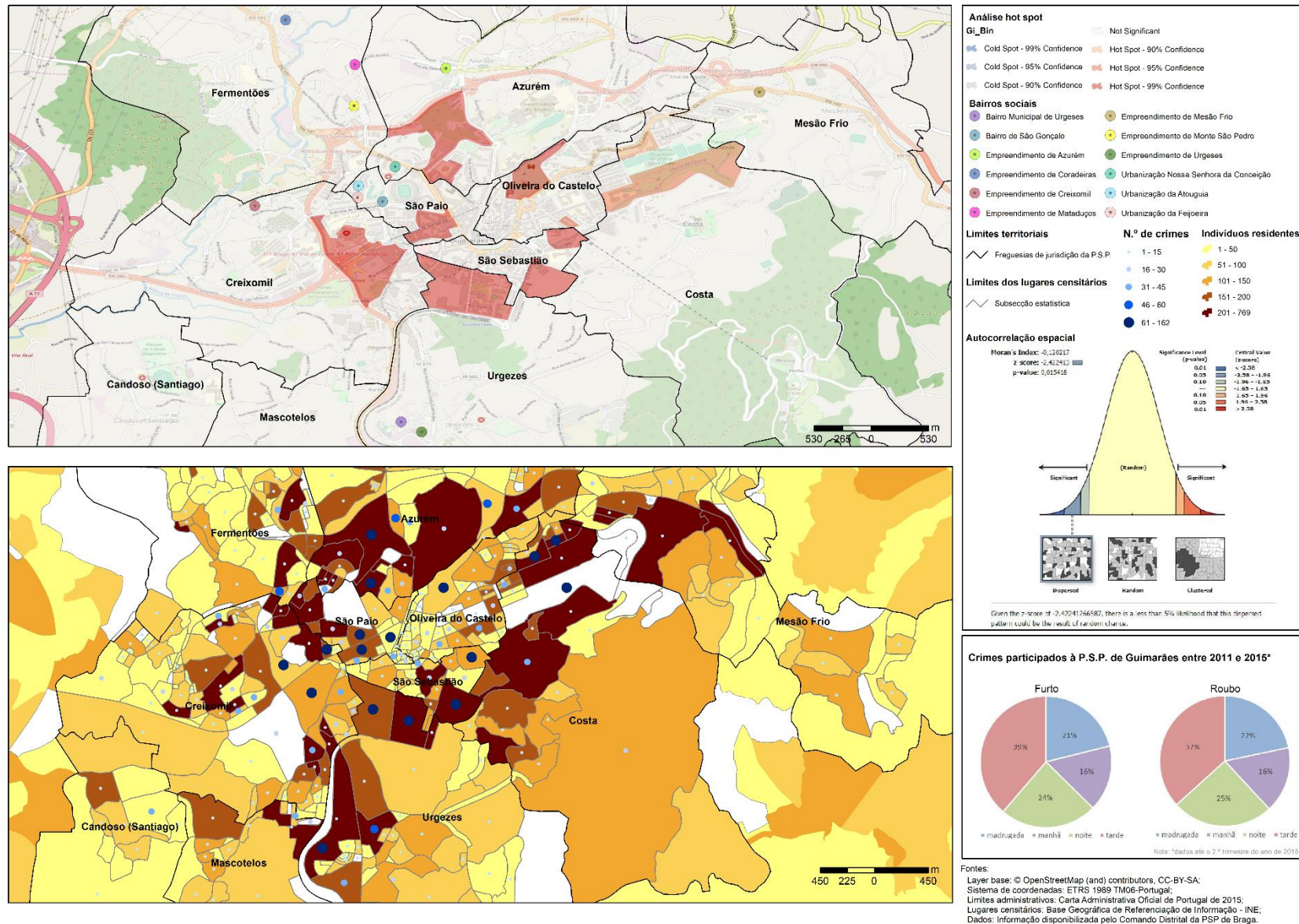
apresenta algumas artérias que necessitam de ser analisadas de forma mais aprofundada. É fundamental que a autarquia local pense estes espaços tendo por base a Prevenção da Criminalidade Através do Espaço Construído.

6.3.2.3. Guimarães

No estudo de Sara Silva (2013: 160), sobre a perceção da criminalidade por parte dos vimaranenses foi apurado que não existia uma “área com elevados índices de degradação morfológica ou habitacional, e as situações que existem são pontuais e de fácil identificação, mas as cifras da criminalidade no município são elevadas” dentro do contexto da NUTS III Ave. Foi ainda acrescentada a possibilidade da existência de uma relação de vulnerabilidade social por parte de grupos minoritários da comunidade motivados para a prática delituosa, associada à existência de oportunidades para a ocorrência de crimes. O estudo também analisou o número de queixas-crime apresentadas junto da P.S.P. e da G.N.R. no município de Guimarães entre os anos de 2009 e de 2012.

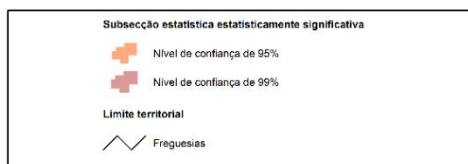
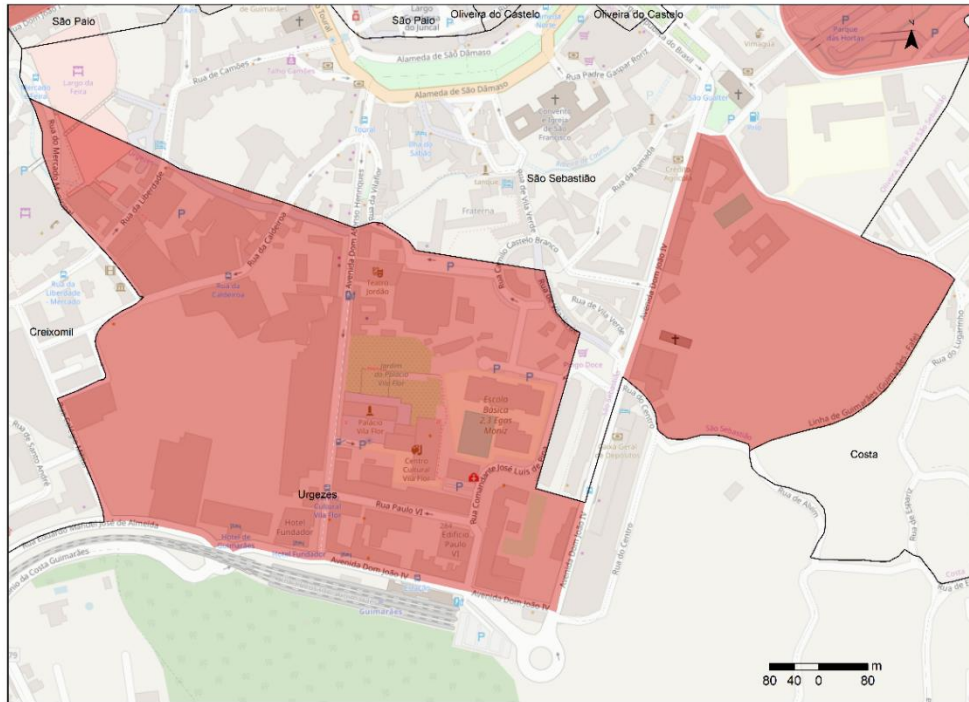
No caso da área urbana de Guimarães de Jurisdição da P.S.P., a criminalidade por subseção estatística, entre o ano de 2011 e o 2.º Trimestre de 2015, apresenta um padrão disperso existindo uma prevalência da ocorrência de crimes tanto de furto como de roubo no período da tarde e entre as 13h e as 19h:59m. Segue-se o período da noite, entre as 20h e as 23h:59m (Figura 75). Os presidentes da junta que foram entrevistados não nomearam qualquer artéria onde existisse um maior sentimento de insegurança por parte dos vimaranenses, mas mostraram particular preocupação em relação às áreas onde estão os parques habitacionais com residências de habitação social, sendo esta preocupação transversal à apresentada pelos entrevistados dos municípios de Barcelos e de Braga.

Figura 75 – Subsecções estatisticamente significativas na análise *hot spot* nas freguesias de jurisdição da P.S.P. de Guimarães



de crimes na subseção de estatística de Urgezes que está muito próxima da subseção da freguesia de São Sebastião (Figura 77).

Figura 77 - Subseções estatísticas no entorno do Centro Cultural Vila Flor e do Centro Comercial Villa, das freguesias de Urgezes e de São Sebastião - Guimarães



Fonte:
 Layer base: © OpenStreetMap (and) contributors, CC-BY-SA;
 Sistema de coordenadas: WGS 1984 Web Mercator;
 Limites administrativos: Carta Administrativa Oficial de Portugal de 2015;
 Imagens: Google Maps datadas de agosto de 2014.

Trata-se de subseções onde não existe uma rua com elevada densidade de crimes, mas onde existe um número de crimes associado a várias ruas que conduzem a que estas subseções tenham uma densidade significativa.

Podemos associar a algumas das áreas de Guimarães, a conjugação de alguns fatores como sendo alavancas de oportunidade para a maior incidência de crimes, tal como acontece nas

áreas de Braga e Barcelos. As ruas com baixa circulação e a existência de lugares de estacionamento sem vigilância natural, são exemplos que se repetem em outras subsecções estatísticas com densidade elevada de crimes. O presidente da União de Freguesias de Oliveira São Paio e de São Sebastião recebe inúmeras queixas associadas à ausência de manutenção de espaços verdes ou de iluminação.

(...) os mais velhos chamam muito a atenção da falta de luz à noite, que têm medo de sair à noite, (...) há uma certa preocupação... dos mais velhos, ou por exemplo, as senhoras chamam muito a atenção para em determinado local se dever cortar sebes, cortar ramos de árvores, ou pôr mais luz.

(Rui Porfírio - União de Freguesias de Oliveira, de São Paio e de São Sebastião-Guimarães)

Apesar de não ser sido referenciada, por parte do entrevistado, qualquer área com preocupação face à ocorrência de incidentes de crimes de furto e de roubo. A informação por nós analisada detetou a existência de duas ruas com ocorrência de crimes de furto e de roubo superior a 50 crimes, como é o caso da Alameda Doutor Alfredo Pimenta e o Parque das Hortas.

No caso da subsecção do Parque das Hortas esta está associada a um elevado número de lugares para estacionamento (Figura 80). O número de crimes exercidos a veículos ascendeu aos 65% no Parque das Hortas entre os anos de 2011 e o segundo trimestre de 2015 (Tabela 61).

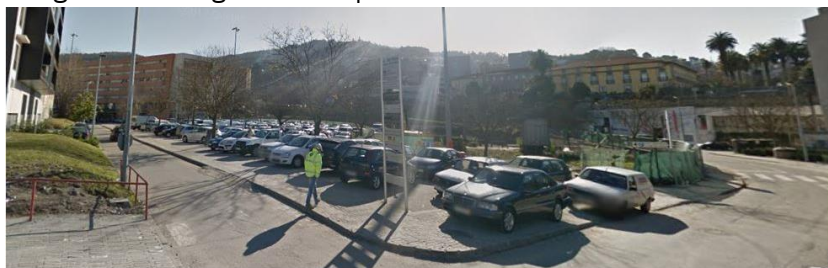
Tabela 61 - Percentagem de crimes ocorridos no Parque das Hortas na União de Freguesias de Oliveira, de São Paio e de São Sebastião - Guimarães

| Tipo de crimes | Percentagem |
|---------------------------------------|--------------------|
| Furto a residência | 4% |
| Furto de veículo | 13% |
| Furto em veículo | 53% |
| Roubo a pessoas na via pública | 26% |
| Roubo por esticção | 4% |

Fonte: Informação disponibilizada pelo Comando Distrital da P.S.P. de Braga.

O Parque das Hortas sofreu recentemente algumas alterações na sua morfologia, tornando o espaço mais atraente e apelativo. Estas alterações poderão ser dissuasoras da prática da criminalidade, em especial nas áreas intervencionadas (Figura 78, referente ao período antes de 2019 e Figura 79, em 2019).

Figura 78 - Imagem do Parque das Hortas em fevereiro de 2015



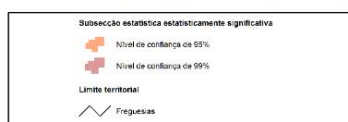
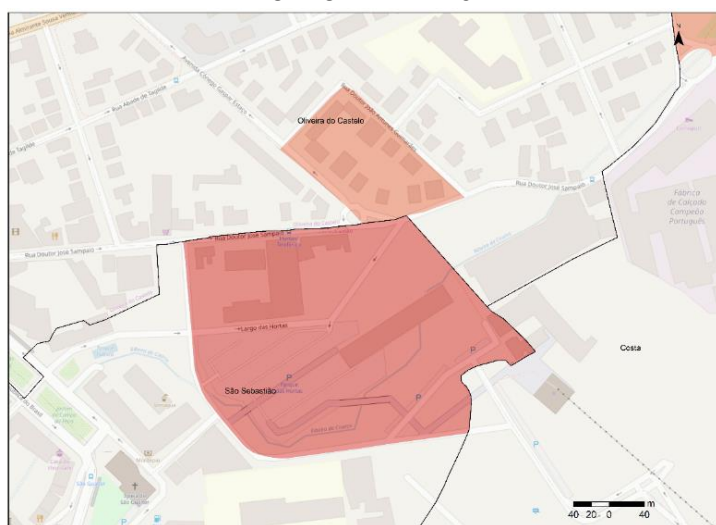
Fonte: Imagem do *Google Maps* capturada a fevereiro de 2015.

Figura 79 - Imagem do Parque das Hortas em janeiro de 2019



Fonte: Fotografia capturada a 4 de janeiro de 2019.

Figura 80 - Subsecção estatística do Parque das Hortas - União de Freguesias de Oliveira, de São Paio e de São Sebastião - Guimarães



Fonte:
 Layer base: © OpenStreetMap (and) contributors, CC-BY-SA,
 Sistema de coordenadas: WGS 1984 Web Mercator
 Limites administrativos: Carta Administrativa Oficial de Portugal de 2010;
 Imagens: Google Maps desatualizada de agosto de 2014.

No que se refere à Alameda Doutor Alfredo Pimenta a sua análise tem de ser contextualizada, pois está próxima de pontos de tráfico e de consumo de estupefacientes. Esta artéria é contígua a três subsecções estatísticas de maior densidade de crimes, bem como faz ligação da área periférica (Fermentões) ao centro histórico da cidade - freguesias de Oliveira do Castelo, de São Paio e de São Sebastião (Figura 81).

Figura 81 - Subsecções estatísticas a uma distância inferior a 600m de Bairros Sociais em Guimarães



Uma das preocupações assinaladas pelo presidente de junta União de Freguesias de Oliveira, de São Paio e de São Sebastião é a existência de uma relação entre locais onde existe uma criminalidade exercida com mais violência e os locais de consumo de estupefacientes.

(...) há assaltos, roubos na própria via pública... de sacar qualquer coisa e fugir. Existe muito disso! Nessas zonas em que há tráfico de droga, ou seja, onde existe tráfico de droga, existe crime..., existem sempre situações vulneráveis (...).

(Rui Porfírio - União de Freguesias de Oliveira São Paio e São Sebastião - Guimarães).

Para o presidente da União de Freguesias a toxicodependência é a causa da existência de furtos em Guimarães.

(...) o que nós temos é constantemente episódios de pequenos furtos de pequenas... situações, que consideramos todos serem crimes, mas que são espontâneas (...), na minha opinião, o que é que nós temos, se nós eliminarmos a toxicodependência? Na minha opinião, o crime reduz-se (...).

(Rui Porfírio - União de Freguesias de Oliveira, de São Paio e de São Sebastião-Guimarães).

A mesma opinião foi defendida por Sara Silva (2013: 157) quando num dos inquéritos à população vimaranense uma residente da freguesia de São Paio proferiu: “à quantidade de drogados que existe por aí – e à noite veem-se todos – é normal as pessoas serem roubadas. Os drogados precisam de comprar droga para alimentar o vício”. Existe uma maior propensão por parte dos toxicodependentes para a prática dos crimes de furto e de roubo (Peixoto, 2012). As áreas contíguas à artéria Alameda Doutor Alfredo Pimenta é reflexo dessa relação entre toxicodependência e a existência de criminalidade de furto e roubo (Tabela 62).

Tabela 62 - Percentagem de crimes ocorridos na Alameda Doutor Alfredo Pimenta na União de Freguesias de Oliveira, de São Paio e de São Sebastião - Guimarães

| Tipo de crimes | Percentagem |
|---------------------------------------|--------------------|
| Furto | 7% |
| Furto a edifício comercial | 17% |
| Furto a outros edifícios | 4% |
| Furto de veículo | 11% |
| Furto em veículo | 13% |
| Furto por carteirista | 13% |
| Roubo a pessoas na via pública | 33% |
| Roubo por esticção | 3% |

Fonte: Informação disponibilizada pelo Comando Distrital da P.S.P. de Braga.

Trata-se de uma artéria onde circulam muitas pessoas sendo contígua a uma série de espaços onde facilmente se poderão gerar oportunidade para crimes, como é o caso das áreas adjacentes

ao estádio de futebol. A tipologia de crimes mais frequente associada à artéria são os roubos a pessoas na via pública com uma prevalência de 33%. Se a este valor acrescentarmos o furto por carteiristas e o roubo por esticção, os crimes exercidos diretamente sobre a vítima ascendem a 49%. Se analisarmos o contexto da artéria, esta está localizada a menos de 600 metros de vários bairros sociais existentes em Guimarães, que albergam pontos de tráfico de estupefacientes.

O facto é que existe uma relação entre os bairros sociais e as dinâmicas em torno destes e a insegurança face aos espaços onde estão edificados.

(...) É uma insegurança relativa. Ou seja, (...) esta é a minha análise ao longo deste ano de mandato, onde verificamos aqueles bairros mais problemáticos, de pessoas com mais dificuldade (...). Isto é, os chamados bairros sociais. É difícil convencer qualquer cidadão a passar lá. (...) De facto, isso causa-nos alguns problemas porque são vivências diferentes nomeadamente a etnia cigana (...).

(António Gonçalves – Creixomil – Guimarães)

(...) temos um bairro social que é Atouguia. Está sinalizado por nós (...) é lá o único sítio onde existe diariamente o policiamento de proximidade. Temos lá o Casal Ventoso de Guimarães! É perigoso ir lá! (...) já tem aparecido episódios deste género, ou seja, pequenas abordagens, não é grande crime, mas situações de... pequenos roubos (...), sacam aquilo que sacam na ocasião (...) a pessoal mais velho!... Quando digo que é seguro Guimarães, é! (...).

(Rui Porfírio - União de Freguesias de Oliveira, de São Paio e de São Sebastião-Guimarães)

Um facto já detetado em relação em Braga, é a existência de uma relação entre os locais de consumo de droga e a maior incidência de crimes nas subsecções estatísticas adjacentes aos locais, nomeados pelos entrevistados, como sendo pontos de venda e consumo de estupefacientes, com especial relevância para o Bairro Social das Enguardas. No caso de Guimarães o padrão repete-se existindo uma correlação entre toxicodependentes, consumo de drogas e as subsecções estatísticas adjacentes com um maior número de crimes de furto e de roubo.

6.3.3.4. Vila Nova de Famalicão

Ao ser analisada a densidade de crimes na área de jurisdição da P.S.P. de Vila Nova de Famalicão por subsecção estatística, deparamo-nos com a existência de um *cluster*, sendo claro que o número de crimes acontece maioritariamente dentro das subsecções estatísticas centrais da área urbana. Existe um padrão de incidência de crimes no período da tarde, entre as 13h e as

19h:59m e o período da noite, entre as 20h e as 23h:59m, tanto nos crimes de furto como de roubo (Figura 82).

O presidente da União das Freguesias de Antas e de Abade de Vermoim e a presidente da União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e de Calendário afirmaram que Vila Nova de Famalicão é um município seguro e que as suas freguesias também o são. Não obstante existem alguns locais que lhes causam alguma preocupação, devido às suas características.

Eu não digo que sejam problemáticos, são mais escondidos, no caso da Rua de Varziela, que está mais encostada (...), Rua dos Queimados, temos a Rua Fernando Mesquita, também é uma rua mais central, com menos trânsito (...), é onde as pessoas podiam ser atacadas, (...). Por isso é que hoje as pessoas também não andam muito sozinhas (...).

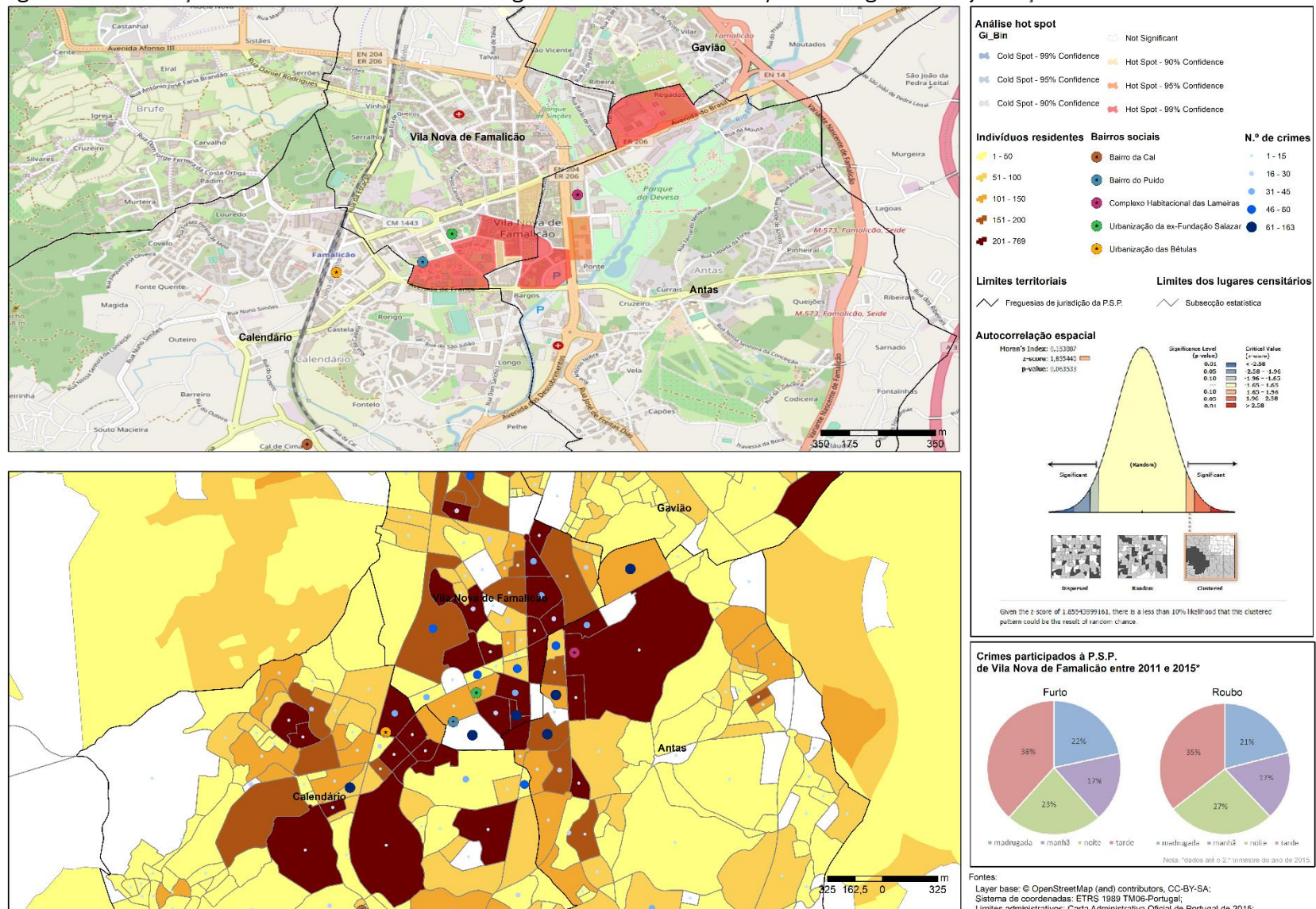
(Manuel Alves - União das Freguesias de Antas e de Abade de Vermoim – V.N. Famalicão)

Ao contrário do que acontece com o presidente da junta União de Freguesias de Oliveira, de São Paio e de São Sebastião em Guimarães, os residentes da União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e de Calendário de V.N. de Famalicão não têm por hábito expor junto da presidente as situações de furto ou de roubo a que são sujeitas. Tal facto dificulta a assimilação, por parte da presidente, da realidade de crimes de furto e de roubos ocorridos na sua União de Freguesias.

(...) furto e roubo ... temos alguns exemplos aqui no nosso cemitério, e por isso vamos instalar uma câmara, porque no cemitério há muito furto, (...) muito roubo nas casas... não! Não tenho conhecimento. Existe uma ou outra situação (...). Também é verdade que as pessoas também não nos transmitem se há algum assalto (...) não nos vêm dizer, olhe fui assaltada, não nos dizem, mas sei de familiares e amigos e que há pessoas a queixarem-se mesmo dos roubos nas habitações.

(Estela Veloso - União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e de Calendário - V.N. de Famalicão)

Figura 82 – Subsecções estatisticamente significativas na análise *hot spot* nas freguesias de jurisdição da P.S.P. de Vila Nova de Famalicão



Quando o presidente da União das Freguesias de Antas e de Abade de Vermoim e a presidente da União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e de Calendário são questionados sobre os locais onde a comunidade possa ter razões para se sentir particularmente insegura e a sua perceção face ao número de crimes, as respostas são vocacionadas, mais uma vez, tal como na maioria dos anteriores entrevistados, para a toxicoddependência e os bairros sociais.

(...) No caso de crimes de furto e roubo? Só mesmo naquela zona da cidade... que por sinal esta semana foi roubado um automóvel aqui numa oficina, mas de resto só se for estes senhores da droga ou da moedinha que fazem aí ... 'umas brincadeiras para uns copos' ou assim. De resto não há assim muito... Depende das ocasiões. Quando vier o inverno (...) as pessoas estão mais recolhidas e é mais fácil eles andarem aí (...).

(Manuel Alves - União das Freguesias de Antas e de Abade de Vermoim – V.N. de Famalicão)

Nós temos aqui três bairros. Dois bairros e o terceiro é muito pequenino neste momento, de pessoas de etnia cigana e muitas vezes não querendo... dizer que são... que não são... há esta preocupação muitas vezes... (...) estes bairros poderão levar-nos a que isto aconteça mais [insegurança], porque pronto, são bairros problemáticos. São três e poderão ser as zonas mais problemáticas. De resto não (...).

(Estela Veloso - União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e de Calendário - V.N. de Famalicão)

Para o presidente da União das Freguesias de Antas e Abade de Vermoim a criminalidade em Famalicão está associada aos senhores “da droga ou da moedinha” que aproveitam a oportunidade certa para a prática delituosa. Para a presidente de junta de União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário os locais de maior insegurança para a comunidade são os bairros sociais.

Tal como acontece na área de jurisdição da P.S.P. de Guimarães, em Vila Nova de Famalicão a maior incidência de criminalidade, nas várias subsecções estatísticas, diz respeito a duas das ruas (Tabela 63 e Figura 83).

Tabela 63 - Artérias da freguesia da União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e de Calendário com maior número de recorrência de crimes

| Freguesia | Avenida/Rua |
|---|---|
| União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e de Calendário | Rua Alberto Sampaio Rua Luís Barroso |

Nota: Foram selecionadas as ruas com ocorrência de crimes de furto e roubo superior a 50.
Fonte: Informação disponibilizada pelo Comando Distrital da P.S.P. de Braga.

Figura 83 - Distância dos parques habitacionais com habitações sociais às subsecções estatísticas estatisticamente significativas



A maioria das subsecções densidade estatísticas com maior densidade de crimes fica a menos de 600m de parques habitacionais com habitações sociais, como é o caso do Bairro do Puido, do Bairro Social das Lameiras e da Urbanização da Ex-Fundação Salazar. A juntar a este facto temos a Rua Luís Barroso, a menos de 150 metros do Bairro do Puido. Todavia, temos de referir que existem outros fatores que podem ser tomados em consideração em relação à Rua Luís

Barroso, que é o facto de ladear o Parque da Juventude. E tal como acontece com a artéria do Campo da Feira, em Barcelos, temos na Rua Luís Barroso a existência de um parque de lazer e recreio associado a um elevado número de lugares de estacionamento. A mesma conjugação de características acontece com a subsecção estatística onde se encontra o Parque da Cidade de Guimarães, apesar de não ter qualquer artéria associada à subsecção com um elevado número de crimes.

No que concerne ao tipo de crimes de furto e de roubo com maior incidência na Rua Luís Barroso, entre os anos de 2011 e o segundo trimestre de 2015, destacam-se os crimes de roubo a pessoas na via pública. O segundo tipo de crime mais recorrente na Rua Luís Barroso é o furto a edifício comercial (Tabela 64).

Tabela 64 - Percentagem de crimes ocorridos na Rua Luís Barroso na União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e de Calendário - V. N.de Famalicão

| Tipo de crimes | Percentagem |
|---------------------------------------|--------------------|
| Furto | 5% |
| Furto a edifício comercial | 21% |
| Furto a residência | 15% |
| Furto de veículo | 12% |
| Furto em veículo | 12% |
| Furto por carteirista | 3% |
| Roubo | 3% |
| Roubo a pessoas na via pública | 24% |
| Roubo de viatura | 3% |
| Roubo por esticção | 2% |

Fonte: Informação disponibilizada pelo Comando Distrital da P.S.P. de Braga.

Em Vila Nova de Famalicão encontra-se um padrão de distribuição em *cluster* ao passo que em Barcelos e em Braga aparecem padrões aleatórios e em Guimarães um padrão disperso. É necessário que as entidades gestoras do município percebam o que acontece nas subsecções estatísticas com maior densidade de crimes.

6.4. Gabinete para a prevenção da criminalidade – necessidade vs. inutilidade e opinião de todos os entrevistados

A nível nacional existem alguns exemplos como a Política de cidades POLIS XXI (2007-2013), a estratégia Cidade sustentável 2020 ou os Contratos Locais de Segurança, que explanam a necessidade de fomentar a sustentabilidade urbana em todas as suas vertentes (económica, social, ambiental, cívica e de governança). Mas também, são várias as diretrizes emanadas de entidades como o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (2010) ou pelo Fórum Europeu para a Segurança Urbana (2009).

Os Contratos Locais de Segurança são um compromisso livremente estabelecido e são considerados como instrumentos de cooperação institucional entre a administração central, as autarquias locais e as forças de segurança procurando estabelecer uma relação com a comunidade, cujo objetivo passa pela construção de ambientes seguros.

Os municípios de Braga e de Vila Nova de Famalicão não usufruem desta solução fornecida pelo Ministério de Administração Interna. O representante nomeado por Guimarães e que foi entrevistado, afirmou não ter conhecimento sobre a sua existência.

(...) ferramentas como o Contrato Local Insegurança, que não existe em Famalicão, porque não é uma zona sinalizada (...)

(Paulo Cunha, Presidente da Câmara de Vila Nova de Famalicão).

Braga não tem Contrato Local de Segurança. Estes Contratos Locais de Segurança são acionados normalmente pelo Ministério da Administração Interna. (...) Este contrato local não funciona porque também não tem razões acrescidas para que isso aconteça. Este tipo de contrato, que junta diversas instituições para uma tipologia de resposta necessária dirige-se mais para zonas críticas que existem ao longo do nosso país (...)

(Firmino Marques, Vice-Presidente da Câmara de Braga).

Os planos de intervenção dos Contratos Locais de Segurança são construídos segundo a lógica de resolução de um problema, a curto ou a médio prazo. Após o período de intervenção não existe um acompanhamento a longo prazo dos resultados. De entre os vários programas e políticas públicas nacionais, os Contratos Locais de Segurança possuem um forte pendor social, surgindo como sendo a única figura de operacionalização da prevenção da criminalidade (Tabela 65).

Tabela 65 – Etapas do Contrato Local de Segurança

Compilação de Normas e Práticas Internacionais (2009)

| Análise alargada e genérica | Investigação aprofundada e pormenorizada | Investigação de prioridades e oportunidades | Consultoria e comunicação |
|--|---|---|---|
| <p>Contextualização</p> <ul style="list-style-type: none"> - Análise preliminar do crime e das incividades. -Caracterizar genericamente os tipos de vítimas e de delinquentes. - Identificar os fatores de risco associados às questões de vitimização e de agressão. - Aferir as respostas. | <ul style="list-style-type: none"> - Obtenção de um conhecimento mais profundo sobre assuntos específicos. | <ul style="list-style-type: none"> -Determinação consensual das prioridades de atuação determinadas por critérios e prioridades de ação. | <ul style="list-style-type: none"> - Os resultados do diagnóstico devem ser partilhados com todos os <i>stakeholders</i>. - Deverá existir debate sobre os resultados por forma e emitir as conclusões. - A comunicação deverá ser adaptada a diferentes públicos. |

Nota: 1.ª Geração de Contratos Locais de Segurança.

“No seguimento do Protocolo assinado entre o Ministério da Administração Interna e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a 13 de agosto de 2008, foram celebrados 29 Contratos Locais de Segurança com autarquias de 7 distritos: Porto, Lisboa, Évora, Faro, Viseu, Braga e Beja. Os contratos foram subscritos pelos governadores civis destes distritos e pelos presidentes das câmaras municipais do Porto, Loures, Alandroal, Borba, Estremoz, Évora, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo, Vila Real de Santo António, Viseu, Cabeceiras de Basto e Cuba.” (Fórum Europeu para a Segurança Urbana, 2009:xvii)

Versão original: *Guidance on Local Safety Audits: A Compendium of International Practice* (2007), produzido pelo Fórum Europeu para a Segurança Urbana (FESU) e financiado maioritariamente pelo Governo do Canadá.
 Versão portuguesa: *Manual de Diagnósticos Locais de Segurança Uma Compilação de Normas e Práticas Internacionais* (2009), edição do Ministério da Administração Interna.

Atualmente o programa de ação, apresentado pelo XXI Governo Constitucional, procura através da supervisão do Ministério da Administração Interna (MAI) desenvolver uma versão até 2019 do instrumento de política pública. São outros diferentes planos de ação: i) MAI Município; ii) MAI Bairro; e iii) MAI Cidadão. Dentro de cada tipologia dos Contratos Locais de Segurança são desenvolvidos cinco eixos de ação: i) prevenção da delinquência juvenil; ii) eliminação de fatores criminógenos; iii) reforço da visibilidade policial; iv) redução de vulnerabilidades sociais; v) promoção da cidadania e da igualdade de género. A implementação do programa no território é da responsabilidade de uma Comissão Coordenadora - composta normalmente pelo representante máximo da administração local, representante das Forças de Segurança territorialmente correspondente e o representante da comissão interministerial. Dos planos lançados, os municípios abrangidos são os do distrito de Faro com o MAI Município, os municípios de Lisboa, Amadora, Loures, Oeiras, Sintra, Vila Franca de Xira, Porto, Maia e Vila Nova de Gaia com o MAI

Bairro e Serpa com o MAI Cidadão (Gabinete da Secretária de Estado Adjunta da Administração Interna, 2017).

Os Contratos Locais de Segurança apresentam-se como programas operacionalizadores de medidas que sob a alçada do Ministério da Administração Interna vão sendo executados. Mas existe a necessidade que as entidades locais estejam despertas para a importância deste tipo de medidas para poderem estabelecer mais protocolos.

Com o decorrer da nossa investigação e como resultado de inúmeros contactos informais com cidadãos dos municípios em estudo, indivíduos responsáveis pela administração local, a várias escalas, e elementos da Forças de Segurança, fomos apreendendo que não era possível partir para uma análise aprofundada da realidade do planeamento urbano das urbes dos municípios do Quadrilátero Urbano sem antes focar a necessidade da existência de uma estrutura pertencente à administração local com capacidade para executar um trabalho de prevenção na área da criminalidade. Perante a questão - “Na sua perspectiva, fazia sentido ou era viável, a criação de um gabinete alocado à administração local que se dedicasse exclusivamente à problemática da prevenção da criminalidade?”, a maioria dos entrevistados (representantes das câmaras municipais entrevistados e os presidentes das juntas de freguesias de Barcelos, de Braga e de Guimarães) responderam na sua maioria que deveria existir (n=10) (Tabela 66).

Sim! Eu acho que se não há devia haver um gabinete (...).

(José Monteiro da Silva – Presidente da Junta de Arcozelo – Barcelos).

É óbvio que sim, eu acho que esse gabinete poderia funcionar que seria bom para a cidade de Braga (...).

(Manuel Costa Pires - Presidente da São Vicente- Braga).

Tabela 66 – Viabilidade da instituição de um gabinete alocado à administração local que se dedicasse exclusivamente à problemática da prevenção da criminalidade

| Presidente da C.M. e representantes | | Categorias |
|--|--|-------------------------------|
| | Paulo Cunha | (1) |
| | Presidente da Câmara de Vila Nova de Famalicão | Sim |
| | Firmino Marques | (2) |
| | Vice-Presidente da Câmara de Braga | Não |
| | Nuno Cunha | |
| | Associação de Municípios de Fins Específicos (AMFE) do Quadrilátero Urbano – Representante nomeado pela Câmara Municipal de Guimarães | (1) Sim |
| Presidentes de Junta | | |
| Barcelos | José Monteiro da Silva | (1) |
| | Arcozelo | Sim |
| | José Teixeira | (1) |
| | União das Freguesias de Barcelos, Vila Boa, Frescainha (São Martinho) e Frescainha (São Pedro) | Sim |
| Braga | Ricardo Pereira da Silva | (1) |
| | São Vitor | Sim |
| | Manuel Costa Pires | (1) |
| | São Vicente | Sim |
| | João Pires | (1) |
| | União das Freguesias de São José de São Lázaro e de São João do Souto | Sim |
| Guimarães | António Gonçalves | (1) |
| | Creixomil | Sim |
| | Rui Porfírio | (1) |
| | União de Freguesias de Oliveira, de São Paio e de São Sebastião | Sim |
| Vila Nova de Famalicão | Manuel Alves | (1) |
| | União das Freguesias de Antas e de Abade de Vermoim | Sim |
| | Estela Veloso | (3) |
| | União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e de Calendário | Não respondeu de forma direta |

Nota: Para fins de hierarquização da opinião face à possibilidade de existência de um gabinete técnico de prevenção da criminalidade, fez-se a seguinte categorização:

Categoria 1 – Sim;

Categoria 2 – Não;

Categoria 3 – Não respondeu de forma direta;

Categoria 4 – Não tem conhecimento.

Fonte: Elaboração própria a partir do guião das entrevistas realizadas em 2018.

Com o decorrer das várias entrevistas fomos nos apercebendo que a responsabilidade pelo tema da criminalidade tem sido uma valência atribuída exclusivamente às Forças de Segurança.

Eu diria que estas questões são sempre resolvidas, ou devem ser resolvidas, a montante dos problemas pela (...) Segurança Social, quer o Instituto de Emprego e Formação Profissional, quer as câmaras através dos seus gabinetes de ação social, quer as polícias sobretudo a P.S.P. e a G.N.R. com o seu policiamento de proximidade, Estando todos a trabalhar de forma articulada e eficaz, não se justifica a existência de um gabinete de crise permanente.

(Firmino Marques, Vice-Presidente da Câmara de Braga).

E perante a possibilidade de existência de elementos da administração pública local com capacidade para responderem da forma mais adequada, surgem igualmente entrevistados que consideram ser um elemento essencial para o planeamento.

Sim! Temos consciência disso! Temos consciência, acima de tudo que houve muitos erros cometidos no passado. Os grandes complexos habitacionais, que criam por vezes autênticos guetos sociais, a relação da proximidade entre diferentes comunidades ... tudo isso tem influência (...). O que fizemos no passado e o que fizermos no futuro a nível do planeamento e da organização urbanística da própria cidade tem claramente interferência. No dossiê da segurança, o que eu acho, é que no passado não era uma preocupação e agora o lidamos com factos consumados e é difícil geri-los, ... em vez de nós construirmos um complexo para 150 famílias, era melhor construirmos pequenos complexos para 10 ou para 15, em vez de ter um com 150 era melhor ter 15 com 10. Na altura não se fez isso e agora é difícil. Não vamos implodir o que já está feito, temos que encontrar uma solução diferente.

(Paulo Cunha, Presidente da Câmara de Vila Nova de Famalicão).

Sim, devia claro! Normalmente quando a câmara municipal licencia um empreendimento, uma urbanização, normalmente estou convencido que não é esse o objetivo (...), naturalmente quando aparece um projeto na câmara municipal para determinado empreendimento ou para uma urbanização, quem está a apreciar, normalmente só aprecia se está em condições (...) em articulação com a lei e se as ruas obedecem aos espaços regularmente impostos (...). O problema da segurança dá-me a impressão que não está muito patente para quem decide este tipo de autorizações ou de licenças (...).

(João Pires - Presidente da União das Freguesias de São José de São Lázaro e de São João do Souto – Braga).

Os presidentes de junta entrevistados mostraram uma sensibilidade acrescida para as valências positivas da criação de um gabinete técnico para a prevenção da criminalidade. Estes compreendem que os seus esforços não são suficientes para a implementação de estratégias de ação e de sensibilização para a prevenção da criminalidade, que a instauração de redes de trabalho seriam sem dúvida uma mais-valia para o território.

Sim, acho que seria muito importante haver esse gabinete.

[José Teixeira - Presidente da União das Freguesias de Barcelos, Vila Boa, Frescainha (São Martinho) e Frescainha (São Pedro)].

(...) na parte do município, sim! Sim o Estado... (...) porque tem de ser uma coisa... se eu da junta de freguesia trabalhar determinado tema isolado dos outros, as minhas medidas acabam por ter pouca eficácia. Mas se eu trabalhar em rede e trabalhar com outros parceiros nesse sentido, tenho a certeza do sucesso da resposta (...).

(Rui Porfírio - Presidente da União de Freguesias de Oliveira, de São Paio e de São Sebastião - Guimarães).

Não existem políticas públicas da administração local direcionadas para a prevenção da criminalidade no âmbito do planeamento urbano.

Que eu tenha conhecimento, pelo menos aqui em Guimarães (...) há uma pessoa à semelhança do que existe em Barcelos. Há um responsável, digamos assim, que é a pessoa que no dia-a-dia faz a ligação entre as diferentes forças de segurança, desde a G.N.R., passando pelos Bombeiros, etc. (...). Mas o assunto é tratado de uma forma transversal. Não há especificamente um departamento. Aliás não estou seguro, mas creio que na maioria dos municípios nem sequer a questão é tratada como um pelouro. (...) Vereadores que têm o pelouro da cultura ou o pelouro da educação, não tenho conhecimento que haja um pelouro da segurança. Normalmente está associado a outras responsabilidades.

[Nuno Cunha, Associação de Municípios de Fins Específicos (A.M.F.E.) do Quadrilátero Urbano – Representante nomeado pela Câmara Municipal de Guimarães].

6.5. Nota conclusiva

A análise qualitativa permite a presença de temas ao longo da análise individual das questões dos vários entrevistados (Bardin, 2016), e estes foram fundamentais para traçar um padrão no discurso de todos os entrevistados. Todos eles, desde os representantes das várias Câmaras Municipais do Quadrilátero Urbano aos presidentes de junta entrevistados, nomearam a existência de um sentimento de insegurança face aos parques habitacionais com habitações sociais. Referem a existência nestes espaços de focos de tráfico de estupefacientes, furtos e roubos, problemas associados a conflitos com elementos de etnia cigana. Ao serem analisados os dados das várias subsecções estatísticas com maior densidade de crimes, do Quadrilátero Urbano, existe de facto uma associação entre parques habitacionais com habitações sociais onde existem focos de venda de droga e um maior número de crimes de furto e roubo nas áreas adjacentes. Existe efetivamente uma relação direta “entre o modo como é concebido o espaço público e a segurança desse mesmo espaço” (European Forum for Urban Security, 2012:14). A imagem negativa que se prolifera estigmatiza todos os moradores de habitações sociais, dificultando a sua

integração na comunidade 'pagando o justo pelo pegador'. Tal como Alina Esteves (1999) constatou com as notícias elencadas ao 'casal ventoso', tornando-se de tal forma mediático, que passou a ser uma referência quando se quer conotar negativamente um espaço ainda hoje passados 20 do estudo ter sido publicado.

Esta entrevista tinha dois focos de interesse. Por um lado, perceber até que ponto as entidades gestoras do território estão despertas para a importância da prevenção da criminalidade no contexto do design urbano e se estariam dispostas a instituir um gabinete de prevenção da criminalidade - Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC). E o que apreendemos é que os entrevistados desconheciam a existência de modelos de planeamento que visavam a prevenção da criminalidade, no entanto de forma instintiva - em especial os presidentes de junta- iam aplicando de forma avulsa algumas das medidas de prevenção como a manutenção dos espaços ajardinados de responsabilidade das juntas de freguesia ou a iluminação. No que se refere ao Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC) a maioria dos entrevistados acredita tratar-se de uma mais-valia para o território a sua existência.

Capítulo 7.
Proposta para a criação do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade
(GTPC) na Administração Local

7.1. Nota introdutória

Nos capítulos anteriores ficou patente a necessidade de implementar medidas que permitam dosear o planeamento da criminalidade com medidas mais operacionais que facilitem a prevenção da criminalidade. Por este facto dedicamos este capítulo a cumprir o objetivo de operacionalizar a prevenção e planeamento da criminalidade através da criação do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC) respeitando os princípios da *Governança Preventiva* de acordo com a descrição mencionada no capítulo anterior.

Atualmente é crescente o número de investigadores que defendem a importância do espaço como possível promotor da segurança urbana. Os modelos preventivos, tais como o CPTED, a prevenção situacional do crime ou os princípios de criminologia ambiental têm vindo a ser defendidos como diretrizes legítimas para a construção de uma teoria holística de prevenção do crime. Segundo Schneider & Kitchen (2002), a implementação de um planeamento diário com a aplicação destas diretrizes ainda é muito débil, pelo que é necessário fazer um longo trabalho no *design* e na organização do ambiente construído (Knox & Pinch, 2010).

Deste modo, ao longo do presente capítulo são apresentados os objetivos, o plano de trabalho e as competências que cremos serem fundamentais para a criação de um Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC). Também identificamos as possíveis interligações do capítulo 5 (*Governança Preventiva: Contributo para a construção de uma versão portuguesa do CPTED*) com o presente capítulo para sustentar o GTPC num conjunto de princípios e estratégias e, por fim, são apresentadas algumas áreas técnicas onde os profissionais estarão mais dotados para integrar a equipa de um Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade.

7.2. Normas para a prevenção da criminalidade através do ordenamento do espaço urbano em Portugal: cruzamento com os dados do inquérito *online*

Ao longo das entrevistas efetuadas aos representantes das câmaras municipais de Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão e aos presidentes de junta das freguesias de jurisdição da Polícia de Segurança Pública de Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão foi possível identificar que não existia qualquer tipo de medidas de prevenção para a criminalidade através do ordenamento do espaço urbano. A nível nacional a Lei de Bases Geral da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014 de 30 de maio) estabelece as

políticas de ordenamento do território e de urbanismo a nível nacional, regulamentando o destino dos solos. Em nenhum dos seus fins ou princípios gerais é abordada a segurança pública preventiva ou a prevenção criminal (ver Anexo 7). São feitas referências, como fins da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, inúmeras preocupações com o desenvolvimento sustentável, a reabilitação e a modernização dos centros urbanos. O principal foco nos princípios gerais é o cidadão e a sua participação na tomada de decisão – “g) Participação dos cidadãos, reforçando o acesso à informação e à intervenção nos procedimentos de elaboração, execução, avaliação e revisão dos programas e planos territoriais” (ver Anexo 7 - Artigo 3.º - Princípios Gerais).

Desde 2006 que o Comité Europeu de Normalização (C.E.N.) publica algumas normas, no quadro CEN/TC 325 - CEN/TR 14383-2:2007. Estes princípios são vocacionados para a prevenção da criminalidade com aplicabilidade em edifícios já construídos ou para novos projetos (*e.g.*, parques industriais, instituições educacionais, hospitais, áreas residenciais, lojas de rua, praças e espaços públicos de grande afluência). Este conjunto de estratégias de segurança englobam o *layout* da construção e a área no torno.

No inquérito por questionário autoadministrado enviado *online* através da plataforma *Researchgate*, Paul van Soomeren director da *International CPTED Association (Crime Prevention Through Environmental Design)* e da *European Designing Out Crime Association* (<http://www.e-doca.eu/>), e membro da *International COST Action Management Committee*, dá-nos conta de que nos Países Baixos, onde atualmente trabalha e reside, utilizam quatro conceitos do CPTED, mas para ele o fundamental são as partes interessadas do poder local na construção de um plano preventivo.

In the Netherlands we use only four concepts: visibility, accessibility, attractiveness and another one which is difficult to translate but includes territoriality and management. In my view the concepts are not that relevant. It is all about a process in which a local crime problem is defined by stakeholders (planners, police, residents, etc. etc.) and solved. See also the European standard TR 14383-2

(Paul van Soomeren - director da *International CPTED Association* e da *European Designing Out Crime Association*, e membro da *International COST Action Management Committee* – Países Baixos).

Uma das questões colocadas prendia-se com a aferição de quem eram as entidades responsáveis nos países onde residiam pela prevenção da criminalidade. Onde foi também

questionado, se existia algum gabinete dedicado exclusivamente à prevenção do crime alocado à administração local, e as respostas foram unânimes. No Canadá, nos Países Baixos e no Japão todos os municípios trabalham a prevenção da criminalidade.

There is a national agency and most municipalities have CPTED-type policies. But to be honest I do not know how they operate.

(Martin Andresen - Simon Fraser University - Canadá).

At every level: national (like e.g. the building code), regional and local (municipalities/cities; about 380 for a population of 17 million) (...) There are 380 municipalities in The Netherlands. Most of them have a department (near the mayor) working on public safety and security. There they also work on crime prevention.

(Paul van Soomeren - director da International CPTED Association e da European Designing Out Crime Association, e membro da International COST Action Management Committee – Países Baixos).

Yes, every municipality has a section responsible for CP.

(Kimihiro Hino - The University of Tokyo - Japão).

Em Portugal não existe uma cultura para a prevenção da criminalidade. Todavia, alguns municípios de Lisboa têm vindo a fazer algum trabalho de prevenção que são vertidos em regulamentos camarários de urbanismo (Tulumello, 2014). Nas urbes de Barcelos, de Braga, de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão em nenhuma revisão do Plano Diretor Municipal (P.D.M.) (ver Anexos 8, 9, 10 e 11) se contemplou a prevenção da criminalidade nos seus objetivos gerais ou específicos. O P.D.M. (Plano Diretor Municipal) é o instrumento de gestão territorial municipal que define o quadro estratégico a ser desenvolvido para o território e que servirá de base aos restantes planos municipais. Sendo este um instrumento de gestão fundamental para a administração local seria interessante, aquando das próximas revisões, que fossem incluídos critérios que salvaguardassem a prevenção criminal.

O facto é que, para além de não estar presente na referida Lei de Bases, também em termos legais não existe uma atribuição de competências por parte da administração central às autarquias locais ou entidades intermunicipais que promova a prevenção contra a criminalidade através do espaço construído. No panorama legal a lei do quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais – Lei n.º 159/99, de 14 de setembro – prevê no seu

primeiro principio geral que: “a descentralização de poderes efetua-se mediante a transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, tendo por finalidade assegurar o reforço da coesão nacional e da solidariedade inter-regional e promover a eficiência e a eficácia da gestão pública assegurando os direitos dos administrados” (Assembleia da República, 1999: 6302).

Quando observamos quais são as atribuições da Lei n.º 159/99 percebemos que a segurança apenas está contextualizada no domínio da Polícia Municipal. As restantes atribuições são: a) equipamento rural e urbano; b) energia; c) transportes e comunicações; d) educação; e) património, cultura e ciência; f) tempos livres e desporto; g) saúde; h) ação social; i) habitação; j) proteção civil; k) ambiente e saneamento básico; l) defesa do consumidor; m) promoção do desenvolvimento; n) ordenamento do território e urbanismo; o) cooperação externa (Assembleia da República, 2015: 286). Já na lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (diário da república n.º 157/2018, série I de 2018-08-16), refere explicitamente que no que concerne ao policiamento de proximidade “é da competência dos órgãos municipais participar, em articulação com as forças de segurança, na definição a nível estratégico do modelo de policiamento de proximidade a implementar”. Este vazio legal, ao nível do poder local, no contexto da prevenção contra a criminalidade, recorrendo ao espaço construído, comprova que a prevenção para a criminalidade não é uma preocupação das entidades políticas.

Apesar da ausência de uma entidade local aglutinadora de todas as questões de prevenção para a criminalidade, destaca-se o Conselho Municipal de Segurança (CMS), estabelecido pela Lei n.º 33/98, de 18 de julho, é uma entidade de âmbito municipal com funções de natureza consultiva, de articulação, informação e cooperação, cujos objetivos, composição e funcionamento são regulados pela presente lei. No artigo 3º na alínea b) é possível ler-se que um dos objetivos do C.M.S. é “formular propostas de solução para os problemas de marginalidade e segurança dos cidadãos no respetivo município e participar em ações de prevenção” (Assembleia da República, 1998: 3472). No entanto o C.M.S. apenas ganha forma operacional quando existe o compromisso por parte da administração local em estabelecer um Contrato Local de Segurança. Se este não existir as funções do concelho são remetidas para reuniões onde é transitado o ponto de situação de cada entidade, mas na prática a única entidade a operacionalizar a possível informação debatida são as Forças de Segurança. Deixa-se, mais uma vez, o papel de prevenção da criminalidade para as Forças de Segurança.

7.3. O Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC): fundamentos e enquadramento

A nível nacional o único exemplo de programa que abordou a prevenção da criminalidade de forma clara foi a “Política de cidades POLIS XXI (2007-2013)” lançada pela Direção Geral do Território para as autarquias locais e para os seus quadros políticos técnicos. No caso dos Contratos Locais de Segurança, que são lançados pelo Ministério da Administração Interna, tratam-se de programas de ação. E atualmente são as únicas ferramentas existentes lançadas a nível nacional pela administração central que abordaram a prevenção situacional.

A nível internacional são vários os exemplos de entidades que trabalham a prevenção da criminalidade. O Fórum Europeu para a Segurança Urbana (2009) e o Comité Europeu de Normalização (CEN) são alguns dos exemplos de entidades que vão lançando uma série de diretrizes para a prevenção da criminalidade. O facto é que falta uma entidade na administração local com capacidade e formação para trabalhar a prevenção situacional da criminalidade. O Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade poderá aumentar a coesão e a estrutura operativa das medidas que vão sendo lançadas pelo Governo e pelas várias entidades internacionais.

Sendo a segurança entendida como um direito elementar do cidadão é fundamental estabelecer parcerias com várias entidades, designadamente à escala do município ou bairro. Estas parcerias podem ser estabelecidas com os órgãos de gestão pública (*e.g.*, administração pública, polícia, serviços prisionais, escolas, universidades, associações estudantis, os representantes de vários ministérios) e entidades privadas (*e.g.*, empresas) (Inácio, 2010; Administração Interna, 2016).

O GTPC surge como uma necessidade local onde através do conhecimento das culturas urbanas existentes, presta uma solução adequada e enquadrada às especificidades do local. Quão mais próxima estiver a figura da administração que define as medidas de prevenção da população, maior será a possibilidade de os programas propostos atingirem níveis de satisfação elevados. A estrutura governativa central continuará a assumir a sua função fundamental, através das estruturas já existentes de regulamentação, salvaguarda e fiscalização.

O Estado carece de alteração da sua postura de ação. Não podemos permanecer numa estrutura governativa onde o combate à criminalidade está centrado maioritariamente na figura de punição, sendo necessário pensar o território de modo a torná-lo defensável. Só quando não forem

suficientes os mecanismos estruturais estabelecidos para a prevenção, é que o Estado deverá ser capaz de “castigar” e ressocializar. Assim, deverá ser promovida uma estrutura urbana que vá ao encontro dos parâmetros preconizados pelo CPTED com vantagens para toda a sua comunidade. Desde logo, porque o cidadão sentir-se-á mais seguro e auscultado nas suas opiniões, a administração local concretizará a sua tarefa de governação de forma holística e as Forças de Segurança (F.S.) vêm os seus esforços e programas de intervenção incorporados numa rede integrada de ação local.

O primeiro passo na elaboração de um plano de trabalhos, para um GTPC, passa pela demonstração do que as entidades gestoras do território têm feito pelo mesmo. Não se pode atingir a segurança, e principalmente o sentimento de segurança, de uma população, se os vetores estruturais das relações interpessoais dos elementos da população, a montante, demonstrarem problemas estruturais. A entidade do poder local tem de demonstrar e operacionalizar esta consciência. A comunidade não deve, nem pode ser encarada como microcosmo da sociedade alargada, pois ela também é sociedade, situada num espaço, com dinâmicas relacionais fluídas e em permanente mudança. Uma comunidade partilha uma herança cultural, um legado histórico, os medos e os receios, não vivendo apenas num estado gregário.

Só se pode trabalhar a segurança quando de forma holística soubermos os problemas de cada comunidade dentro da pluralidade e heterogeneidade. As intervenções urbanísticas para melhorar a imagem do espaço são insuficientes. Com efeito, são também fundamentais as intervenções no *design* que possivelmente trarão resultados mais profícuos e duradouros, uma vez que os problemas sociais e económicos da comunidade passam a ser trabalhados em conjunto. Uma comunidade com um nível de bem-estar elevado está mais disponível para estabelecer relações com os pares da comunidade. Em primeiro lugar, porque os problemas pessoais que os assolam não lhe limitam a vontade de estar e conviver com outras pessoas. E em segundo lugar, porque existe uma série de espaços exteriores que atraem a comunidade, pelo seu uso.

Contudo, para ser possível conhecer a sociedade e em especial a comunidade com que se irá trabalhar é necessário operacionalizar o GTPC ao nível da câmara municipal com capacidade de gestão dos recursos já existentes. Assim, será possível dar-lhe novos usos e criar uma visão diferenciada das redes já existentes (*e.g.*, rede ação social, proteção civil, forças de segurança), por forma a dar uma nova roupagem à informação, que em muitos casos se encontra dispersa. Também contribuirá para a elaboração de um “Diagnóstico Local de Segurança” com medidas de

intervenção integradas em programas já existentes e desenvolvidos ou em programas elaborados de raiz que ponham em prática todas as dimensões das várias gerações do CPTED. Não é possível estipular diretrizes e deixar ao encargo das administrações municipais a boa vontade de as executar sem grande conhecimento sobre a problemática. Existindo um gabinete vocacionado e com elementos formados especificamente na temática permitirá a construção muito mais eficaz de uma imagem e sentimento de um território seguro.

7.3.1. Objetivos do GTPC

Durante o século XX, foi-se alterando o espaço habitacional à escala mundial. As cidades que foram surgindo com capacidade de atratividade cresceram em tamanho e em oferta e o mercado imobiliário aumentou de forma exponencial (Vanderschueren, 2013). Atualmente as urbes mundiais deparam-se com inúmeros problemas (*e.g.*, habitação, pobreza, desemprego, precariedade, rutura dos serviços públicos) que tendem a agravar-se sobretudo naquelas onde não estão definidos os paradigmas de evolução que pretendem. Saber qual é o futuro que se pretende para os espaços urbanos, permite estabelecer estratégias de ação que amenizem problemas atuais e que possam surgir no futuro. Ter consciência das reais capacidades evolutivas permite estabelecer políticas concertadas entre todas as entidades com capacidade de intervenção no território.

A gestão dos espaços urbanos em comunhão com os interesses das populações não é um processo fácil, e muito menos linear, exigindo conhecimento e capacidade de estabelecer objetivos a longo prazo. No decorrer do primeiro capítulo da presente tese fomos expondo todas estas fragilidades da sociedade mundial face ao atual paradigma de evolução da população mundial. É fundamental perceber que cada território agrega aglomerados populacionais de diferentes escalas e com diferentes ritmos de crescimento e desenvolvimento. É importante olhar para o território e entender que cada lugar é detentor de uma localização geográfica que agrega em si uma história. Mas esta incorporação de identidade é ao mesmo tempo distintiva face a núcleos mais restritos da comunidade. Deste modo é fundamental o estímulo pelo conhecimento holístico das várias realidades que um território incorpora.

O Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC) deverá ter por missão, a implementação de medidas de prevenção que sejam estruturadas e concebidas para uma área específica à escala municipal. A nossa proposta não deverá ser entendida como uma metodologia,

pois não diz exatamente como fazer, mas aborda a forma como deverá ser feito tendo em consideração as melhores práticas. A sua escala de ação dependerá da densidade populacional, do território, bem como das suas dinâmicas de ação propostas. O gabinete terá sempre de ter capacidade de responder às necessidades da sua população nos mais diversos quadrantes. E como tal, o GTPC terá de ter em consideração aquando da sua constituição as seguintes preocupações:

- Fomentar a integração e cooperação interdisciplinar e interorganizacional;
- Estabelecer parcerias de cooperação entre organizações públicas e privadas com capacidade de contribuir para a garantia do bem-estar e a proteção da comunidade;
- Impulsionar a investigação académica sobre a temática;
- Propor iniciativas em matéria de segurança e bem-estar às organizações de representatividade local, intermunicipal ou nacional;
- Promover uma comunidade pró-ativa e esclarecida.

7.3.3. Competências e estratégias de ação do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC)

As competências e tarefas do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC) deverão passar pelo planeamento, acompanhamento, operacionalização, gestão e manutenção, administração, formação e certificação (Tabela 67/Tabela 68).

Tabela 67 – Competências e tarefas do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC)

| | |
|----------------------------|--|
| Planeamento | <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e posterior atualização de Planos de Intervenção. • Participação na tarefa de planeamento e ordenamento de áreas ou edifícios sinalizados como sendo de risco em planos de intervenção. • Elaboração de grelhas de avaliação de risco. • Participação nas tarefas de decisão e planeamento e ordenamento do município. |
| Acompanhamento | <ul style="list-style-type: none"> • Do programa - Diagnóstico Local de Segurança (DLS). • De programas do Gabinete de Ação Social com pertinência na prevenção da criminalidade. • Dos vários programas das Forças de Segurança. |
| Operacionais | <ul style="list-style-type: none"> • Criação de legislação de aplicação local tendo por base os princípios CPTED. • Elaboração de programas a curto, médio e longo prazo para fomentar uma prevenção da criminalidade holística com: 'Prevenir através do desenvolvimento social'; 'Prevenção criminal local'; 'Prevenção criminal situacional'; 'Prevenir pela ressocialização', 'Prevenir pela Educação'. • Promoção da figura do mecenas como promotor de incentivo financeiro ou material no restauro/recuperação de um bem público com a contrapartida de isenção de taxas camarárias ou até mesmo nacionais se o nível de investimento for avultado. • Criação de espaços públicos (<i>e.g.</i>, cafés, galerias) destinadas à promoção do debate público da vida da comunidade e onde é possível prestar tributo aos mecenas. • Promoção de uma educação pública para a prevenção da criminalidade através do espaço construído. • Criação de um trabalho preventivo e em conjunto os meios de comunicação locais. • Implementação de estratégias para escutar as comunidades inseridas em áreas de risco. |
| Gestão e Manutenção | <ul style="list-style-type: none"> • Supervisão e controlo das áreas a ser intervencionadas; • Elaboração de relatórios com análise SWOT das várias fases de implementação dos Planos de Intervenção. • Responsabilidade na gestão, controlo e implementação das medidas CPTED no território. |
| Formação | <ul style="list-style-type: none"> • Formação de técnicos CPTED. • Promover a sensibilização dos munícipes e gestores da administração local. |
| Certificação | <ul style="list-style-type: none"> • Criação de certificados: Edifício Seguro; Urbanização Segura; Cidade Segura. |

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 68 - Competências e tarefas do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC) (conclusão)

| | |
|-----------------|--|
| Administrativas | <ul style="list-style-type: none"> • Gestão de bases de dados. • Construção e manutenção de um S.I.G. • Elaboração de informação espacial dos locais com maior incidência de ocorrência de conhecimento público. • Emissão de propostas e de pareceres no âmbito das medidas e ações de prevenção para a criminalidade. • Constituição de <i>dossier</i> com a informação recolhida ao longo da primeira etapa do plano de trabalho. • Atualização da informação documental. • Elaboração de 'Planos Operacionais para a Segurança e Bem-Estar' que poderão ser orientados anualmente para diferentes públicos onde a linguagem adotada tenha em consideração o público-alvo. • Criação e gestão de uma plataforma que servirá de <i>interface</i> com a população. • Acompanhamento e divulgação das aferições públicas sobre projetos e campanhas promovidas pelo gabinete. |
|-----------------|--|

Fonte: Elaboração própria.

Para além destas competências e tarefas propõe-se uma série de possíveis estratégias de ação que servirão como elementos facilitadores para o cumprimento dos propósitos de implantação do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC) (Tabela 69 / Tabela 70).

Tabela 69 - Estratégias de ação do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC)

| Possíveis estratégias de ação |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Dar a conhecer o trabalho do gabinete, bem como, aferir o <i>know-how</i> ao nível académico bem como de empresas privadas através de palestras, seminários, grupos de trabalho focal, bem como <i>workshop</i>. • Dar o poder aos cidadãos de escolher como querem a imagem das áreas intervencionadas pelo gabinete. • Diminuição do poder da administração nacional, conferindo à administração local capacidade de legislação e gestão no âmbito da prevenção da criminalidade. • Dar conhecimento aos cidadãos de todo o processo de gestão das verbas dos projetos. • Dar possibilidade aos cidadãos de escolher qual o destino de parte das verbas alocadas ao gabinete. • Promover a discussão e a troca de informação entre entidades públicas e privadas por forma a estimular a implementação de ações que promovam o bem-estar da comunidade. • Permitir o acesso livre e fácil aos cidadãos de projetos de intervenção pública de grande envergadura por forma a poderem emitir a sua opinião. |

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 70 - Estratégias de ação do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC)
(conclusão)

| Possíveis estratégias de ação |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a interatividade digital entre administração local e os cidadãos (<i>e.g., outdoor, kiosks, Wi-Fi Marketing</i>). • Incentivar os proprietários dos imóveis devolutos para o seu restauro, venda ou doação para fins em prol da comunidade. • Promover a mudança de comportamento dos cidadãos, estimulando o seu conhecimento e envolvimento cívico para com a comunidade. • Estimular uma imprensa local ativa e pró-ativa na prevenção da criminalidade. • Abrir a possibilidade de atribuição ao Quadrilátero Urbano da responsabilidade da gestão intermédia do problema da criminalidade. |

Fonte: Elaboração própria.

7.3.2. Plano de trabalho do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC)

O gabinete técnico deverá focar-se num trabalho que procure acompanhar a evolução da realidade urbanística e social da comunidade, bem como da evolução da criminalidade. Tendo estes parâmetros como premissas o plano de trabalho proposto divide-se em quatro etapas com várias fases de execução (Tabela 71 e Tabela 72).

Tabela 71 - Esquema das várias fases e etapas do plano de trabalho

| | |
|--|--|
| 1.ª Etapa - Metodológica | 1ª fase Identificação das práticas utilizadas para a prevenção da criminalidade. |
| | 2ª fase Análise sumária do perfil socioeconómico da população. |
| | 3ª fase Identificação dos locais com prioridade de intervenção. |
| | 4ª fase Identificação dos objetivos e estratégias de ação para as próximas etapas. |
| 2.ª Etapa - Avaliação das áreas com necessidade de intervenção e implementação do projeto | 1ª fase Escutar as várias partes interessadas (<i>stakeholders</i>), devendo incluir todas as associações e instituições com intervenção na área em estudo. |
| | 2ª fase Avaliação da situação física das áreas com necessidade de intervenção. |
| | 3ª fase Definição de objetivos e estratégias de ação de <i>design</i> e de caráter social em conjunto com as partes interessadas locais. |
| | 4ª fase Aplicação e monitorização do projeto. |

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 72 - Esquema das várias fases e etapas do plano de trabalho (conclusão)

| | |
|---|---|
| 3.ª Etapa - Redefinição de prioridades para o Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade | 1ª fase Análise sumária dos resultados do projeto já implementado. |
| | 2ª fase Avaliação das dificuldades e necessidades da equipa de trabalho. |
| | 3ª fase Definição de estratégias de trabalho futuras. |
| 4.ª Etapa - Incorporação dos instrumentos legais do município sobre medidas preventivas para a criminalidade | 1ª fase Identificação sumária de medidas que surtiram efeitos positivos nos vários projetos. |
| | 2ª fase Implementação de certificados associados à prevenção da criminalidade. |
| | 3ª fase Redação de uma lista de medidas a serem acauteladas nos instrumentos municipais. |

Fonte: Elaboração própria.

7.3.2.1. 1.ª Etapa - Metodológica

Os objetivos delineados terão de ter sempre o propósito de melhoria do espaço construído, devendo ter em consideração os trabalhos já existentes e as redes já estabelecidas. Uma das estratégias deverá ser a integração do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC) nestas mesmas redes (*e.g.* Conselho Local de Ação Social, *European Forum for Urban Safety*), como uma mais-valia para alcançar melhores resultados. O trabalho realizado pelo gabinete deverá ter o cuidado de fomentar e estimular as redes de contactos e parcerias com entidades que de forma direta ou indireta já estejam a efetuar algum tipo de trabalho de intervenção social, económico ou arquitetónico.

O gabinete terá de ter flexibilidade adequada para trabalhar em conjunto com todas as entidades que se mostrarem interessadas em integrar a rede de prevenção da criminalidade, bem como, ser capaz de se adaptar aos modelos existentes de prevenção lançados pela Polícia de Segurança Pública com os programas de policiamento de proximidade que foram surgindo a partir da segunda metade da década de 1990 (*e.g.*, Programa Escola Segura; Apoio 65 – Idosos em Segurança; Comércio Seguro; Viver a Serra em Segurança; Verão Seguro). Neste campo, não poderá ser esquecido, o esforço já realizado pelo Ministério da Administração Interna na construção dos Contratos Locais de Segurança, que são considerados como instrumentos de cooperação institucional entre a administração central e as autarquias locais. Estes procuram estabelecer uma relação com a comunidade, cujo objetivo passa pela construção de ambientes seguros. No entanto a sua aplicabilidade é opcional. Os planos de intervenção são construídos

segundo a lógica de resolução de um problema a curto ou a médio prazo. Após o período de intervenção não existe um acompanhamento a longo prazo dos resultados.

O propósito deste diagnóstico inicial também deverá passar pela construção de um perfil do tipo de crime que mais ocorre na comunidade, determinando a sua recorrência ao nível dos locais de maior incidência, bem como das tendências nos últimos anos. A construção de uma imagem alargada do contexto permitirá a determinação de parte das causas da criminalidade. Os níveis de intervenção deverão sempre que possível, ter em consideração, os crimes que ocorrem com maior recorrência, mas também os que por algum motivo, se tornam prioritários pelo impacto emocional causado junto dos indivíduos da comunidade. É fundamental existir uma preocupação em cruzar as recorrências dos incidentes com os locais. Para tal é necessário divulgar e informar, as entidades das várias redes, da importância dos vários princípios e estratégias de ação do modelo CPTED (ver Anexo 12). É também crucial construir uma estratégia de prevenção à criminalidade tendo por base as potencialidades de uma prevenção através da conceção urbanística, fazendo uso de todo o potencial disponível pela tecnologia e pelos Sistemas de Informação Geográfica (S.I.G.).

Tabela 73 – Primeira fase da primeira etapa e consequentes fases do plano de trabalho do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade

| 1ª ETAPA - Etapa metodológica | | | | |
|--|--|--|---|--|
| <i>Inputs</i> | Fase | Perguntas e informação a serem recolhidas | Descrição | <i>Outputs</i> |
| <ul style="list-style-type: none"> - Conselho Municipal de Segurança. - Forças de Segurança. - Organizações internacionais. - Autarquias onde já exista a prática de prevenção da criminalidade. - Conselho Local de Ação Social. | <p><i>1ª fase Identificação das práticas utilizadas para a prevenção da criminalidade.</i></p> | <ul style="list-style-type: none"> • Que tipo de práticas de planeamento se tem adotado? • Que projetos foram desenvolvidos no âmbito da prevenção da criminalidade? • Que resultados foram obtidos? • Os recursos gastos com os anteriores projetos estão a ser rentabilizados? • Os resultados obtidos foram suficientes para produzir impactes positivos junto da população? • Que tipo de espaço urbano se pretende? | <p>Nesta fase é fundamental aferir a opinião do Conselho Municipal de Segurança (C.M.S.) e aferir quais são as ilações sobre o território. Sendo esta entidade um elemento essencial, nesta fase seria importante definir em que condições se estabeleceriam os laços de cooperação entre o GTPC e o C.M.S.</p> <p>Procurar estabelecer parcerias ou formação com entidades onde estejam familiarizadas com o planeamento preventivo. A investigação inicial deverá requerer a formação suficiente que permita a construção o mais alargada e fiel possível da realidade da área em estudo num local e regional.</p> <p>Será igualmente importante perceber se está planeado algum Contrato Local de Segurança e aferir em que fase de execução se encontra (1ª Elaboração do Diagnóstico Local de Segurança; 2ª Formulação do Plano de Intervenção; 3ª Implementação de Medidas; 4ª Monitorização e Avaliação). Tendo em consideração que a base de execução do plano é distinta, mas não incompatível com o Gabinete, será importante incorporar o trabalho executado nestes projetos nos objetivos de intervenção do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade.</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Protocolo de colaboração com: <ul style="list-style-type: none"> • Concelho Municipal de Segurança; • Concelho Local de Ação Social; • Forças de Segurança; • Autarquias onde já exista a prática de prevenção da criminalidade. - Certificação de elementos da equipa de trabalho do GTPC. - Incorporar o trabalho executado pelo Contrato Local de Segurança. - Prestação de consultoria/assessoria a Contratos Locais de Segurança em execução. |

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 74 -Segunda fase da primeira etapa e consequentes fases do plano de trabalho do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade

| 1ª ETAPA - Etapa metodológica | | | | |
|--|---|---|---|---|
| <i>Inputs</i> | Fase | Perguntas e informação a serem recolhidas | Descrição | <i>Outputs</i> |
| - Diagnóstico social. - Instituto Nacional de Estatística. - Estudos académicos. - Projetos de ação social. | 2ª fase | <ul style="list-style-type: none"> • Quem é a população? [<i>e.g.</i>, população residente (especial atenção para a distribuição geográfica da população com 65 e mais anos e que vive só); migrações e população estrangeira; mortalidade; esperança de vida; natalidade; nupcialidade; projeções do crescimento da população]; • Qual é o nível de instrução e de formação dos habitantes? [<i>e.g.</i>, alunos (quem são, proveniência); estabelecimento de ensino; nível de escolarização; abandono escolar]. | As fontes de informação deverão ser nesta fase fundamentalmente secundárias [documentos (<i>e.g.</i> , relatórios; estudos científicos; estudos de caso; relatórios de anteriores projetos; planos de avaliação); estatísticas (<i>e.g.</i> , informação recolhida pelas entidades do poder local, universidades ou associações; dados do Instituto Nacional de Estatística)]. Nesta fase é fundamental contextualizar a realidade de todo o território, de forma o mais holística possível, sendo fundamental a existência de um mapeamento que cruze todas as variáveis levantadas por forma a estabelecer padrões de relação. Não se pretende uma análise excessivamente detalhada, mas o suficientemente explícita para determinar as diferenças entre as várias áreas da urbe. | - Base de dados. - Diagnóstico socioeconómico do território. - Cartografia. |
| | <i>Análise sumária do perfil socioeconómico da população.</i> | <ul style="list-style-type: none"> • Que tipo de oferta habitacional existe? [<i>e.g.</i>, parque habitacional (habitação; restauração; comércio; hotelaria; serviços); habitação social; distribuição geográfica do tipo de edifícios e alojamento]; • Quais são as condições de vida da população? (<i>e.g.</i>, agregado doméstico; pobreza e desigualdade e comércio; privação); • Qual é a situação do mercado de trabalho? (<i>e.g.</i>, desemprego; remunerações; emprego; movimentos pendulares; principais atividades económicas). | | |

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 75- Terceira fase da primeira etapa e consequentes fases do plano de trabalho do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade

| 1ª ETAPA - Etapa metodológica | | | | |
|--|---|--|--|--|
| <i>Inputs</i> | Fase | Perguntas e informação a serem recolhidas | Descrição | <i>Outputs</i> |
| <p>-Crimes registados pelas Forças de Segurança.</p> <p>- Estatísticos da Justiça.</p> <p>- Eurostat – Estatísticas Europeias.</p> <p>- Programas aplicados pelas Forças de Segurança.</p> <p>- Contratos Locais de Segurança.</p> <p>- Manual de diretrizes de prevenção à criminalidade (UNODC).</p> <p>- Forças de Segurança.</p> | <p><i>3ª fase</i></p> <p><i>Identificação dos locais com prioridade de intervenção.</i></p> | <p>Crime e Forças de Segurança.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quem são as forças de segurança com intervenção jurídica? • Onde estão sediados os postos das forças policiais? • Que tipo de patrulhas são executadas? • Que tipo de crimes e incivilidades tem mais recorrência? (<i>e.g.</i>, local, número, período do dia). • Qual é a tendência de criminalidade? • Qual é a natureza e gravidade da violência? • Quais são os inquéritos de vitimização existentes? E os resultados? • Qual é a quantidade e a distribuição geográfica dos crimes? [<i>e.g.</i>, crimes violentos, crimes contra o património (furtos e roubos)]; • Qual é o nível de medo existente entre a população? E quais são os grupos mais afetados? • Em que áreas residenciais e comerciais as taxas de incidência da criminalidade são mais elevadas? | <p>Nesta fase é fundamental o trabalho em parceria com as forças de segurança com intervenção jurídica no território. Deverão igualmente ser escutadas e chamadas a contribuir todas as entidades e organizações comunitárias que tenham como foco o trabalho as vítimas e/ou os infratores para a identificação das experiências de medo associadas ao território. Os cidadãos residentes em bairros ou áreas problemáticas (<i>e.g.</i>, pobreza, violência) são considerados indivíduos sujeitos a situações de risco elevado, sendo fundamental a aferição da sua perceção face ao estigma a que estão sujeitos.</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Base de Dados. - Diagnóstico da incidência da criminalidade no território. - Cartografia. - Projeto de Intervenção. - Plataforma <i>online</i> dinâmica e interativa para uso interno capaz de suportar toda a informação recolhida. - Criação de cadastro dos locais de risco. - Relatório com projetos e medidas que não sortiram os efeitos desejados na prevenção da criminalidade executados pelas entidades parceiras. |

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 76 - Quarta fase da primeira etapa e consequentes fases do plano de trabalho do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade

| 1ª ETAPA - Etapa metodológica | | | | |
|---|---|--|--|--|
| <i>Inputs</i> | Fase | Perguntas e informação a serem recolhidas | Descrição | <i>Outputs</i> |
| <p>- Projeto de Intervenção.</p> <p>- Cartografia.</p> <p>- Diagnósticos e Relatórios produzidos pelo gabinete.</p> <p>- Presidentes das juntas de freguesias sinalizadas no Projeto de Intervenção.</p> <p>- Representantes das comunidades sinalizadas no Projeto de Intervenção.</p> | <p>4ª fase</p> <p><i>Identificação dos objetivos e estratégias de ação para as próximas etapas.</i></p> | <ul style="list-style-type: none"> • Que tipo de práticas de planeamento se tem adotado? • Que projetos foram desenvolvidos no âmbito da prevenção da criminalidade? • Que resultados foram obtidos? • Os recursos gastos com os anteriores projetos estão a ser rentabilizados? • Os resultados obtidos foram suficientes para produzir junto da população um impacto positivo? • Que tipo de espaços urbanos se pretende? • É necessária a formação de entidades do poder local para as práticas de prevenção da criminalidade? • É necessário fazer palestras ou sessões plenárias públicas para criar uma consciência de prevenção para a criminalidade? • Existe necessidade de divulgação da importância da prevenção criminal através do espaço construído? • O que é necessário fazer no futuro? | <p>Nesta fase é fundamental ter para além da equipa de trabalho conhecedora dos vários modelos de prevenção e dos exemplos existentes a nível internacional, um conjunto de entidades com papel ativo no planeamento e gestão do território por forma a construir estratégias que sejam integradoras com outros planos já existentes para o território. É fundamental nesta fase uma perceção assertiva do que já foi feito no passado no âmbito da prevenção da criminalidade, por forma a que não se repitam falhas de projetos anteriores. O ideal será sempre que possível, incorporar algumas das estratégias delineadas nesta fase em projetos já vigentes por forma a envolver toda a sociedade civil, bem como, outras entidades e organizações com intervenção no território.</p> | <p>- Consultoria/assessoria a projetos que estejam a ser implementados nas áreas de risco.</p> |

Fonte: Elaboração própria.

7.3.2.2. 2.^a Etapa - Avaliação das áreas com necessidade de intervenção e implementação do projeto

Tendo por base o pressuposto que uma estratégia de prevenção surte maior efeito quando vocacionada para um problema específico, não podemos ambicionar responder a todos os problemas da comunidade num só passo, desperdiçando energias e recursos que na maioria das vezes são escassos. Assim sendo, a intervenção no território terá de ter uma visão a longo prazo. Idealmente o gabinete deverá estar preparado para planear a construção de um conjunto de diretrizes, que incorporem um modelo de incentivo à requalificação e restauro, tendo como objetivo a redução da incidência efetiva da criminalidade nos espaços de conotação negativa, – sejam eles privados ou públicos – ou que poderão no futuro ser geradores de focos de pequena criminalidade. Este planeamento deverá ter em consideração o trabalho já efetuado ou projetado pelo gabinete de planeamento da administração local existente. A avaliação deve procurar escutar e ter em consideração a opinião de um elemento representante do gabinete de planeamento conhecedor da área em estudo. Ao longo de todo o processo de elaboração e execução do modelo de incentivo à requalificação e restauro da área selecionada, responsáveis de departamentos do poder local que tenham contributos a dar, deverão ser escutados e as suas opiniões incorporadas nos projetos.

No modelo de prevenção, é necessária a intervenção num espaço quando existe a necessidade de eliminação de elementos geradores de conflito que potencializam o risco de ocorrência de incidentes. No entanto mesmo não sendo uma área estruturalmente problemática, poderá estar inserida em locais de maior ocorrência de criminalidade. Quando existe a compilação dos fatores, degradação urbana e potencialidade social de risco, o primeiro passo de intervenção é aferir se o uso do espaço corresponde aos objetivos para o qual foi construído. A edificação deverá sempre surgir da compilação de necessidades e objetivos que poderão não estar a ser cumpridos. Assim sendo, todos os espaços humanos deverão ter as seguintes premissas:

- ✓ Ter um objetivo (ou vários objetivos) de construção, que deverão estar bem designados;
- ✓ Ter uma definição social, cultural, legal e física que indica os comportamentos desejados e aceitáveis;
- ✓ Ser desenhado para apoiar e enquadrar comportamentos desejados (National Crime Prevention Council, 2013: 4).

Após uma avaliação geral deverá existir uma avaliação dos espaços consoante as funções para as quais foram concebidos segundo a Designação, Definição e Design, por forma a aferir se

as condições de uso do espaço estão adequadas (segunda fase da segunda etapa – Tabela 77). O propósito da avaliação é a construção da “imagem” dos lugares que é a questão central deste diagnóstico. Se a imagem que é construída psicologicamente acerca dos espaços for positiva acrescenta valor à qualidade de vida a toda a comunidade e em especial aos indivíduos.

Tabela 77 – Primeira fase da segunda etapa consequentes fases do plano de trabalho do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade

| 2ª ETAPA – Avaliação das áreas com necessidade de intervenção e implementação do projeto | | | | |
|---|---|--|---|--|
| <i>Inputs</i> | Fase | Perguntas e informação a serem recolhidas | Descrição | <i>Outputs</i> |
| <p>- Sociedade civil.</p> <p>- Conselho Local de Ação Social.</p> <p>- Forças de Segurança.</p> | <p>1ª fase</p> <p><i>Escutar as várias partes interessadas (stakeholders), devendo incluir todas as associações e instituições com intervenção na área em estudo.</i></p> | <ul style="list-style-type: none"> • As várias entidades e organizações locais deparam-se com constrangimentos relacionados com a insegurança? • Qual é a opinião da população residente/trabalha sobre a problemática da criminalidade? E a sua perceção face a outras áreas do espaço urbano? • Qual é a influência de relatos de familiares, amigos, conhecidos e meios de comunicação no conhecimento e na construção do sentimento de segurança na zona onde reside/trabalha e na urbe num todo? • Qual é o perfil dos residentes na vigilância e proatividade na proteção da comunidade? • Existe motivação para a salvaguarda de bens ou pessoas desconhecidas que possam estar sob risco de serem vítimas? • Qual é o conhecimento e a familiaridade com o espaço em torno da área habitacional? • Existe algum desagrado dos residentes ou trabalhadores naquela área com a disposição do mobiliário urbano ou espaços verdes? O que acrescentariam ou retirariam? | <p>Nesta fase deverão ser utilizadas fontes de informação que privilegiem a aferição da opinião dos cidadãos, em especial das áreas onde as fragilidades socioeconómicas são mais relevantes. Algumas das possibilidades poderão ser a realização de entrevistas onde as perguntas sejam flexíveis, por forma a explorar e detalhar os temas nomeados pelo entrevistado e que sejam pertinentes. Poderá passar também pelo envolvimento alargado da população através de reuniões de grupo possibilitando partilha de conhecimentos e de opiniões. Nesta fase é fundamental a existência de um trabalho de proximidade com observação dos locais.</p> | <p>- Grupo Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC) com poder deliberativo, composto por elementos da sociedade civil, das áreas a serem intervencionadas, elementos das Forças de Segurança e da Administração Local.</p> <p>- Entrevistas.</p> <p>- Questionários.</p> <p>- Reuniões alargadas com a comunidade onde o projeto irá ser implementado.</p> |

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 78- Segunda fase da segunda etapa consequentes fases do plano de trabalho do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade

| 2ª ETAPA – Avaliação das áreas com necessidade de intervenção e implementação do projeto | | | | |
|---|---|--|--|---|
| <i>Inputs</i> | Fase | Perguntas e informação a serem recolhidas | Descrição | <i>Outputs</i> |
| <p>- Grupo Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC).</p> <p>- <i>Checklist</i> fornecida pelo Guia de Boas Práticas do CPTED.</p> <p>- Normas : CEN/TC 325 - CEN/TR 14383-2:2007.</p> | <p>2ª fase</p> <p><i>Avaliação da situação física das áreas com necessidade de intervenção.</i></p> | <p>Designação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Qual é o objetivo deste espaço? • Este espaço foi concebido inicialmente com que objetivo? • Até que ponto este espaço contribui para a sua utilização atual e para o uso pretendido? • Existem conflitos entre o(s) objetivo(s) e a respetiva utilização? <hr/> <p>Definição</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como está definido o espaço? • É claramente perceptível a quem pertence este espaço? • Onde estão os seus limites? • Existem definições sociais e culturais que afetam a utilização do espaço? • As regras legais e administrativas que regulamentam o espaço são claras, e reforçam a sua adequada utilização? • Existe sinalética que apoie o uso adequado do espaço? • Existe algum conflito ou dificuldade de ligação entre o objetivo do espaço e a forma como este está definido? <hr/> <p>Design (projeto)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Até que ponto o <i>design</i> contribui para a função pretendida para aquele espaço? • Até que ponto o <i>design</i>/projeto contribui para os comportamentos aceitáveis ou desejáveis? • Será que o <i>design</i>/projeto entra em conflito ou impede a utilização do espaço ou o seu apropriado funcionamento em termos das atividades humanas que são desejadas? • Existe algum conflito ou dificuldade quanto à forma como o <i>design</i>/projeto pretende orientar os comportamentos? | <p>Nesta fase a utilização da <i>checklist</i> fornecida pelo Guia de Boas Práticas do CPTED (National Crime Prevention Council, 2013) poderá ser uma mais-valia, porque permite avaliar de forma sistematizada o desenho urbano. Nesta fase é igualmente importante perceber de forma holística todos os projetos que estão a ser projetados ou em vias de implementação, quais os objetivos dos mesmos e se ainda é possível e oportuno incorporar as diretrizes de prevenção nos projetos em questão.</p> | <p>- Grelha de avaliação da área em estudo.</p> |

Fonte: Adaptado de National Crime Prevention Council, 2013: 4/5.

Tabela 79- Terceira fase da segunda etapa consequentes fases do plano de trabalho do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade

| 2ª ETAPA – Avaliação das áreas com necessidade de intervenção e implementação do projeto | | | | |
|---|--|---|---|---|
| <i>Inputs</i> | Fase | Perguntas e informação a serem recolhidas | Descrição | <i>Outputs</i> |
| <ul style="list-style-type: none"> - Sociedade civil. - Entidades públicas ou privadas com edifícios na área com necessidade de serem intervencionados. - Grupo Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC). - Cartografia topográfica. - Ortofotomapa. - Plano Diretor Municipal. | <p><i>3ª fase</i></p> <p><i>Definição de objetivos e estratégias de ação de design e de carácter social em conjunto com as partes interessadas locais.</i></p> | <ul style="list-style-type: none"> • Quais são as áreas com necessidade de intervenção? • Que impactes queremos que traga para a comunidade? • Que impactes desejamos ser alcançados com as alterações do <i>design</i>? Na área intervencionada e no seu entorno? • Quais os elementos existentes que não necessitam de intervenção? E os que necessitam? • Podem ser introduzidos sistemas de prevenção em áreas privadas? A quem pertencem? • Em que fase do CPTED se encontra a área com necessidade de intervenção? • É possível introduzir uma <i>network</i> transversal a toda área urbana com o propósito da prevenção da criminalidade de forma holística? (<i>e.g.</i> social; ambiente urbano ecológico, <i>wi-fi</i>, comunicação) • Quem são os parceiros da sociedade civil com interesse em participar ativamente? E os do poder local? • Que recursos são necessários despende? • Quais são as verbas existentes? • Existe possibilidade de envolvimento da comunidade para a remodelação do espaço? Em que moldes? • Quais são os custos da manutenção? Quem ficará responsável pela mesma? | <p>Nesta fase será necessário delinear uma intervenção que vá de encontro às expectativas de resolução dos problemas tendo em consideração todas as partes interessadas. O projeto terá de ter em consideração as verbas disponíveis e quais as necessidades de manutenção. Será igualmente fundamental o envolvimento ativo de todas as entidades responsáveis pela manutenção futura do espaço. Com a assinatura, se possível, em termos de responsabilidade.</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG). - Orçamento do projeto. - Definição das entidades da sociedade civil envolvidas no processo de intervenção. |

Fonte: Elaboração própria.

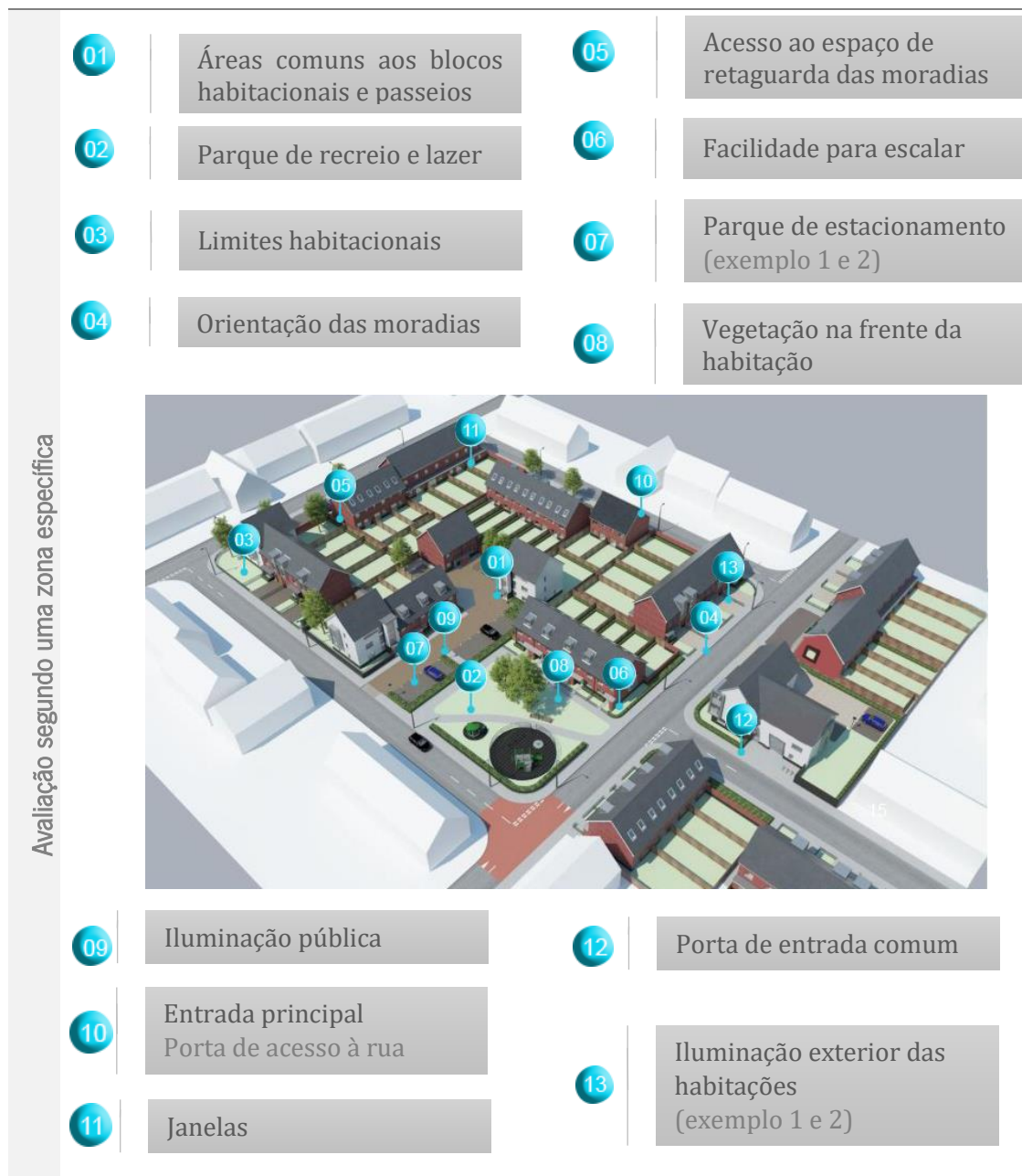
Tabela 80 - Fonte: Terceira fase da segunda etapa consequentes fases do plano de trabalho do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade

| 2ª ETAPA – Avaliação das áreas com necessidade de intervenção e implementação do projeto | | | | |
|--|--|--|--|---|
| Inputs | Fase | Perguntas e informação a serem recolhidas | Descrição | Outputs |
| - Grupo Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC). | 4ª fase <i>Aplicação e monitorização do projeto</i> | <ul style="list-style-type: none"> • Que imprevistos foram surgindo? Como foram resolvidos? • Quando será necessário avaliar os resultados do projeto? • Quem serão as entidades que serão necessárias escutar? • Os resultados foram de encontro às expectativas da comunidade? • Os objetivos do projeto foram cumpridos? Se não, porquê? Que práticas não podem ser repetidas no futuro? • Que entidades ou instituições deverão ser incluídas no futuro? Quais foram as que não cumpriram com as expectativas do projeto? • Quais foram as verbas gastas? E as remanescentes? • Foi apresentado publicamente o relatório final do projeto? | Nesta fase é fundamental a definição da responsabilidade da manutenção do espaço intervencionado. É importante a existência de um acompanhamento futuro por parte do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade na fiscalização dos espaços. | <p>- Assinatura de uma carta de princípios e recomendações para o uso dos espaços públicos assinada entre o Grupo Técnico para a Prevenção da Criminalidade e a Junta de Freguesia.</p> <p>- Assinatura de uma carta de compromisso de manutenção entre a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia e o Grupo Técnico para a Prevenção da Criminalidade.</p> <p>- Relatório final do projeto de intervenção.</p> |

Fonte: Elaboração própria.

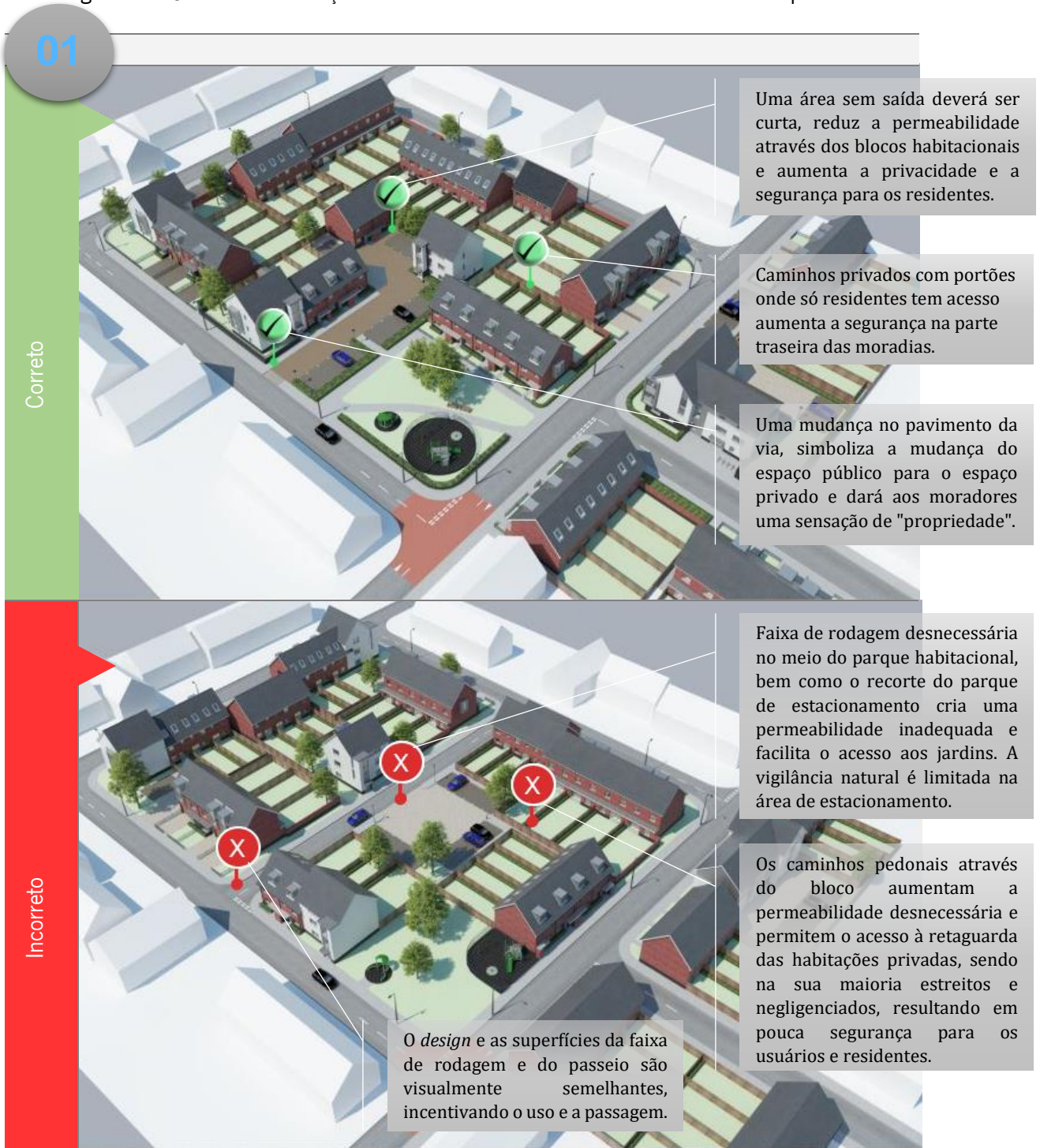
A segunda etapa é considerada a fase primordial de implementação da avaliação do espaço urbano. No Reino Unido a *Secured by Design* disponibiliza um guia interativo *online* que fornece orientações importantes de avaliação do planeamento urbano. O objetivo do guia é a avaliação dos espaços residenciais e empresariais, para a obtenção do certificado *Secured by Design*. Trata-se de um bom exemplo de estratégia a nível internacional e uma ótima ferramenta de trabalho que pode ser incorporada na segunda fase da segunda etapa. Na Figura 84 procedeu-se à adaptação das estratégias apresentadas dos cenários residenciais para o contexto nacional.

Figura 84 – Cenários de avaliação de espaços residenciais



Fonte: Adaptado de *Secured by Design Interactive Guide* – versão *online* <http://interactive.securedbydesign.com/residential/>

Figura 85 - Cenário de avaliação das áreas comuns dos blocos habitacionais e passeios



Espaços bem definidos facilitam a identificação de possíveis intrusos. Quando as pessoas apreendem de forma clara as fronteiras tendem a respeitá-las e a proteger o espaço que é de sua jurisdição. Fronteiras definidas visualmente entre os espaços público e privado podem ser definidas por elementos físicos que expressam uma ideia de apropriação (e.g. cercas, muros, muretes, sebes, relevo, diferentes pavimentos, elementos artísticos, sinalética, boa manutenção e jardins). No caso do desenho de passeios, as esquinas acentuadas deverão permitir boa visibilidade à volta. Áreas de inserção sem manutenção (e.g. vedações ou cercas altas, bordaduras com vegetação) podem diminuir a visibilidade e proporcionar áreas vulneráveis devendo ser sempre que possível evitadas.

Fonte: Adaptado de *Secured by Design Interactive Guide* – versão online <http://interactive.securedbydesign.com/residential/>

Figura 86 - Cenário de avaliação de parque de recreio e lazer

02

Correto

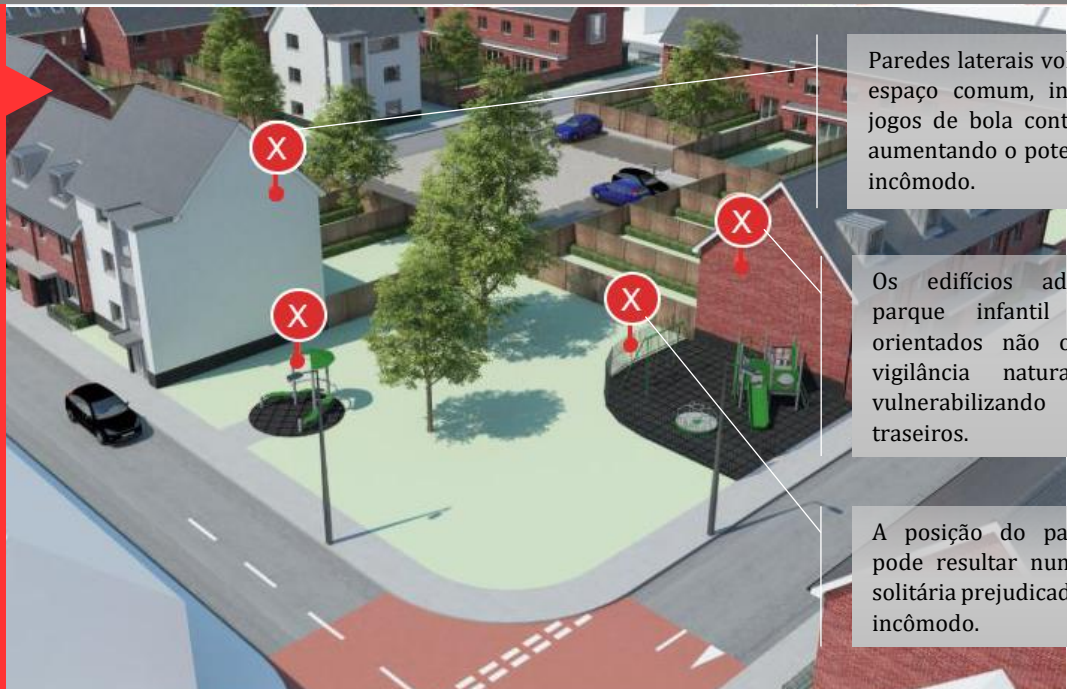


Os edifícios em volta do parque infantil foram reorientados, proporcionando assim um maior grau de vigilância natural.

As habitações são separadas da área comum com jardins privados e limites claramente definidos.

O parque infantil está afastado das habitações e ocupa um espaço central no espaço. Encontra-se vedado para reduzir a potencialidade de ocorrência de danos.

Incorreto



Paredes laterais voltadas para o espaço comum, incentivam os jogos de bola contra a parede, aumentando o potencial ruído e incômodo.

Os edifícios adjacentes ao parque infantil estão mal orientados não oferecendo a vigilância natural desejada, vulnerabilizando os jardins traseiros.

A posição do parque infantil pode resultar numa residência solitária prejudicada pelo ruído e incômodo.

Deverão sempre que possível existir usos complementares aos blocos de residências por forma a estimular a vigilância de potenciais áreas isoladas (e.g., colocando escritórios ou espaços de lazer com vista para as traseiras ou entradas laterais). No caso dos espaços direcionados para uso diurno poderão, no período da noite, estar encerrados e permanecer sem iluminação, para evitar uma ideia errada de segurança e a sensação de utilização noturna. Os parques ou áreas de recreio devem estar claramente visíveis a partir das ruas adjacentes, onde é possível serem vigiados ou controlados pelos residentes (habitação) e frequentadores ou funcionários dos estabelecimentos comerciais.

Figura 87 - Cenário de avaliação de limites habitacionais

03

Correto



Os jardins traseiros exigem uma maior segurança. Deste modo os limites deverão ser idealmente a uma altura de 1,8 m (min.). Restrições adicionais podem incluir a utilização de treliça ou de arbustos espinhosos na frente de uma parede.

Os limites dos jardins frontais privados deverão ser claramente definidos (e.g. grades/muros baixos/sebes). Os limites deverão ser mantidos abaixo de 1m de altura para que as portas e janelas da frente permaneçam com vistas para a rua, fomentando a vigilância natural do espaço público.

Incorreto



Os muros laterais são muito baixos, tornando-os vulneráveis.

As fachadas das moradias e os limites dos jardins são de plano aberto, sem qualquer barreira física. A facilidade de acesso vulnerabiliza as moradias e espaços de jardim ao crime e ao comportamento antissocial.

Fonte: Adaptado de *Secured by Design Interactive Guide* – versão online <http://interactive.securedbydesign.com/residential/>

Figura 88 - Cenário de avaliação da orientação das moradias

04

Correto



Foram introduzidas janelas lateralmente para permitir a observação da rua. Deverão ser usadas janelas no primeiro andar, desde que não sejam voltadas para o jardim privado. As janelas do piso térreo deverão ser recuadas com uma área tampão ou gradeadas para separar a janela da rua.

As habitações foram reorientadas para criar melhores oportunidades de vigilância.

Incorreto



O parque habitacional tem assoalhadas semelhantes, criando potencialmente uma comunidade desequilibrada.

Parede e cumeeira em branco não oferece oportunidade de vigilância e é vulnerável a pichações.

Parede em branco voltada para o parque infantil é vulnerável a serem pintadas/riscadas e a jogos de bola contra a parede.

A orientação dos edifícios deverá ter em consideração no seu projeto a redução das oportunidades de crime nas habitações, através de uma malha de organização simples e legível, tendo em conta o menor número possível de interseções; a inexistência de faixas de rodagem principais (e.g. estradas nacionais) que atravessem o bairro; uma boa visibilidade dos pontos de acesso; uma delimitação clara entre espaço pedonal e as faixas de rodagem.

Fonte: Adaptado de *Secured by Design Interactive Guide* – versão online <http://interactive.securedbydesign.com/residential/>

Figura 89 - Cenário de avaliação do acesso ao espaço de retaguarda das moradias

05

Correto



Caminhos privados com portões onde só residentes têm acesso aumenta a segurança na retaguarda das moradias.

Incorreto



Caminhos para a retaguarda das propriedades não deverão ser de livre acesso.

A área traseira aos blocos habitacionais ou residências deverá ser dotada de iluminação adequada por forma a evitar a criação de áreas vulneráveis. Sempre que possível deverão evitar a construção de faixas de rodagem sem saída, na sua existência, deverão ser fechadas com cercas ou portões (*e.g.* portões deslizantes, pilaretes fixos ou balizadores fixos). Na necessidade de circulação de veículos esta deverá ser de sentido único.

Fonte: Adaptado de *Secured by Design Interactive Guide* – versão *online* <http://interactive.securedbydesign.com/residential/>

Figura 90 - Cenário de avaliação da facilidade de escalar

06

Correto



Todos os potenciais auxiliares de escalada foram removidos e substituídos por plantios defensáveis.

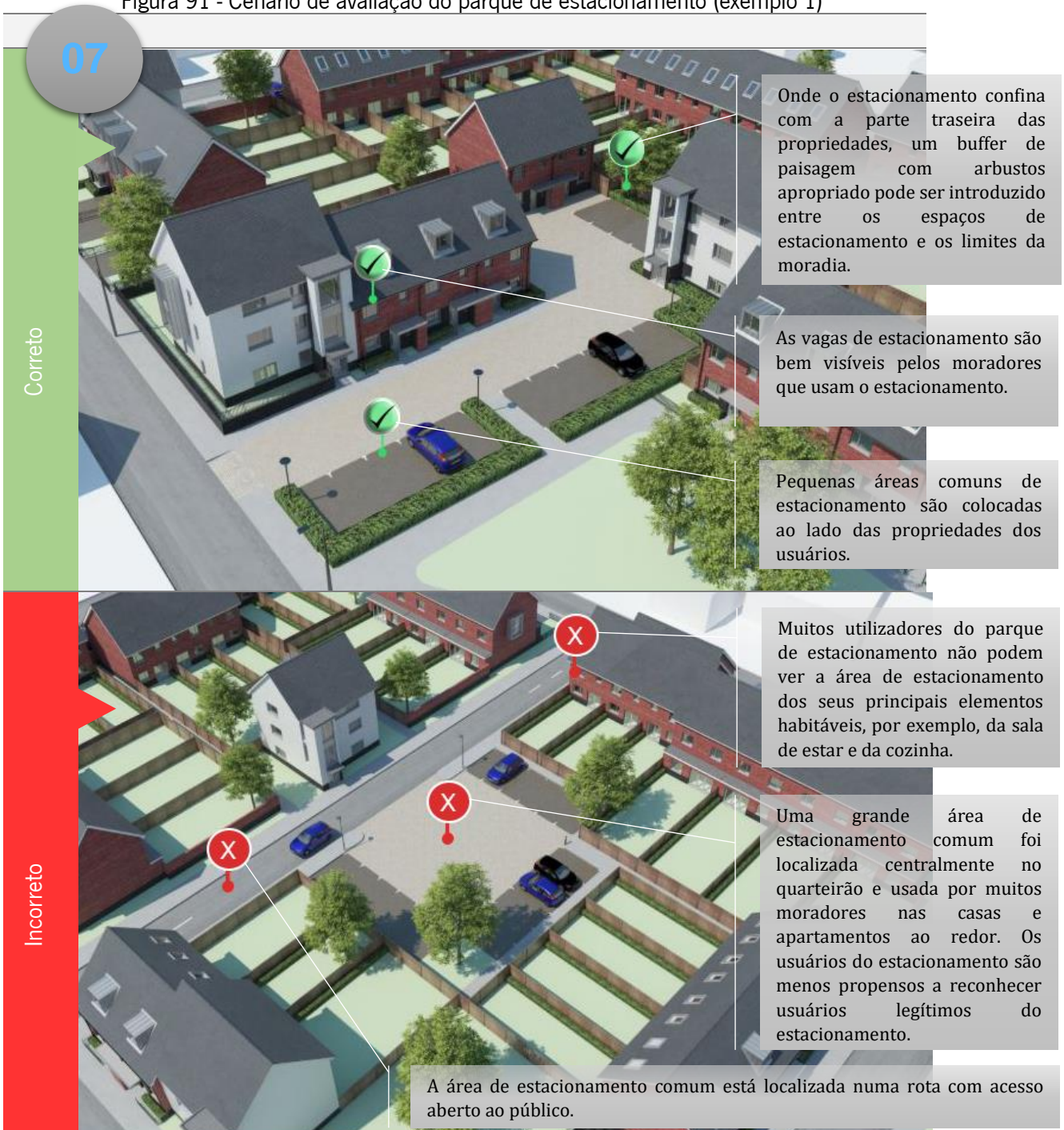
Incorreto



Parede baixa, caixas, árvore e armário utilitário localizado ao lado da parede mais alta do jardim, criando ajuda à escalada.

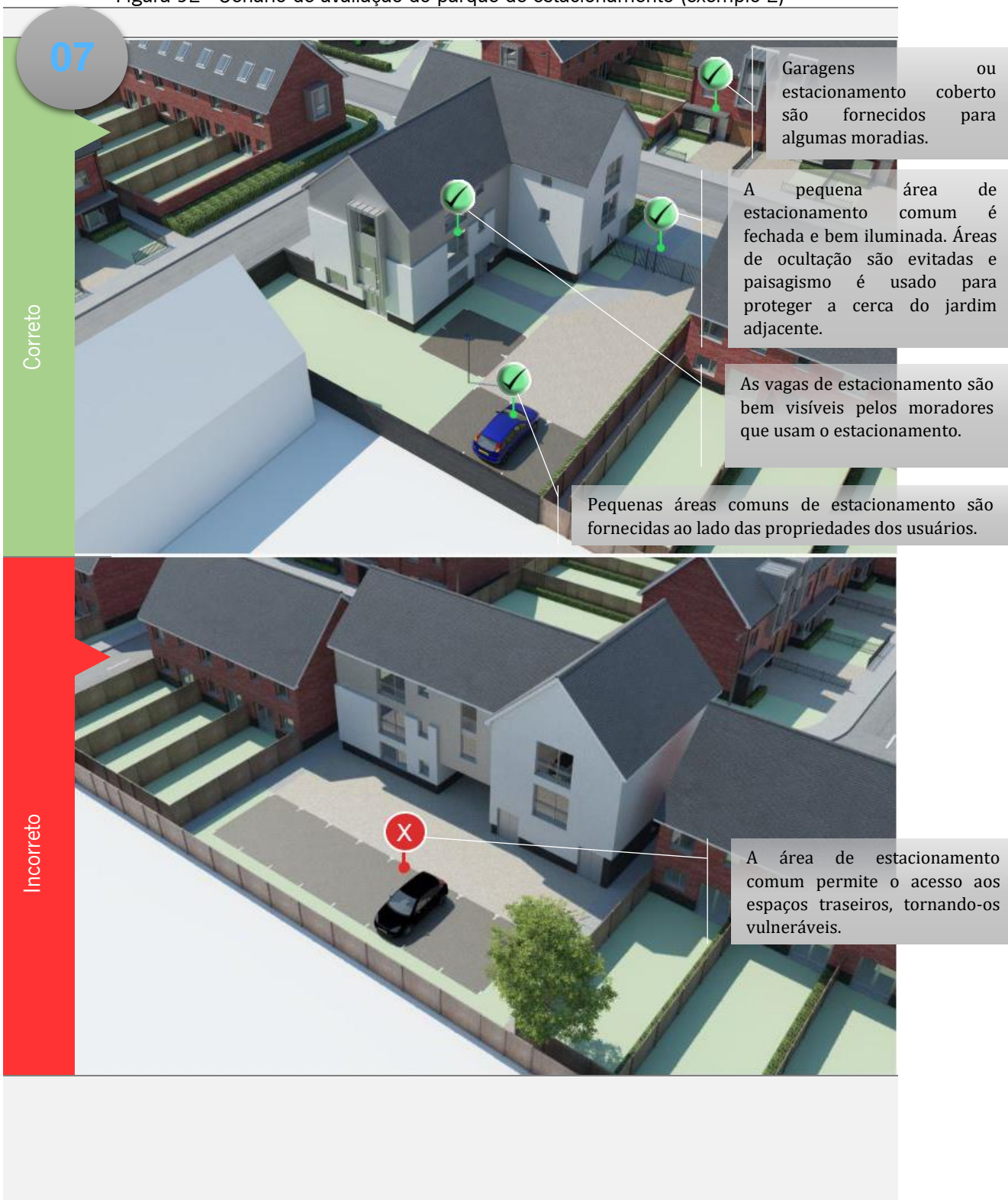
Fonte: Adaptado de *Secured by Design Interactive Guide* – versão online <http://interactive.securedbydesign.com/residential/>

Figura 91 - Cenário de avaliação do parque de estacionamento (exemplo 1)



Fonte: Adaptado de *Secured by Design Interactive Guide* – versão online <http://interactive.securedbydesign.com/residential/>

Figura 92 - Cenário de avaliação do parque de estacionamento (exemplo 2)



Fonte: Adaptado de *Secured by Design Interactive Guide* – versão online <http://interactive.securedbydesign.com/residential/>

Figura 93 - Cenário de avaliação de vegetação na frente da habitação



Fonte: Adaptado de *Secured by Design Interactive Guide* – versão online <http://interactive.securedbydesign.com/residential/>

Figura 94 - Cenário de avaliação da Iluminação pública

09

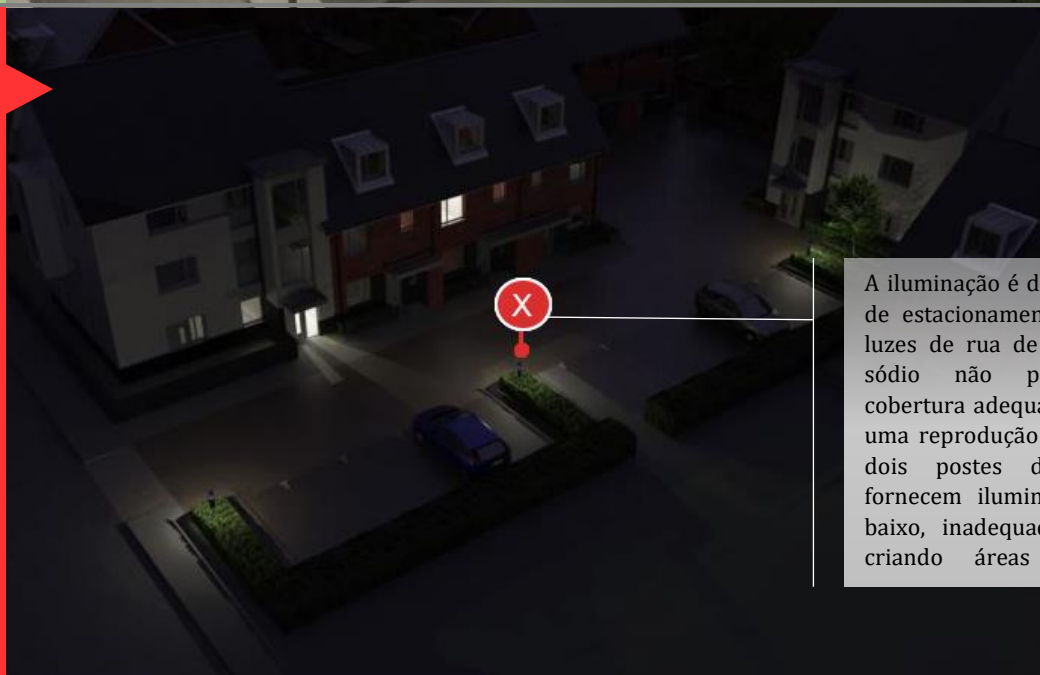
Correto



As árvores deverão ser substituídas por arbustos mais apropriados para evitar possíveis conflitos com a coluna de iluminação.

Colunas com lâmpada de “luz branca” fornecem mais cobertura na altura correta e com melhor reprodução de cores. A blindagem apropriada reduz a poluição luminosa.

Incorreto

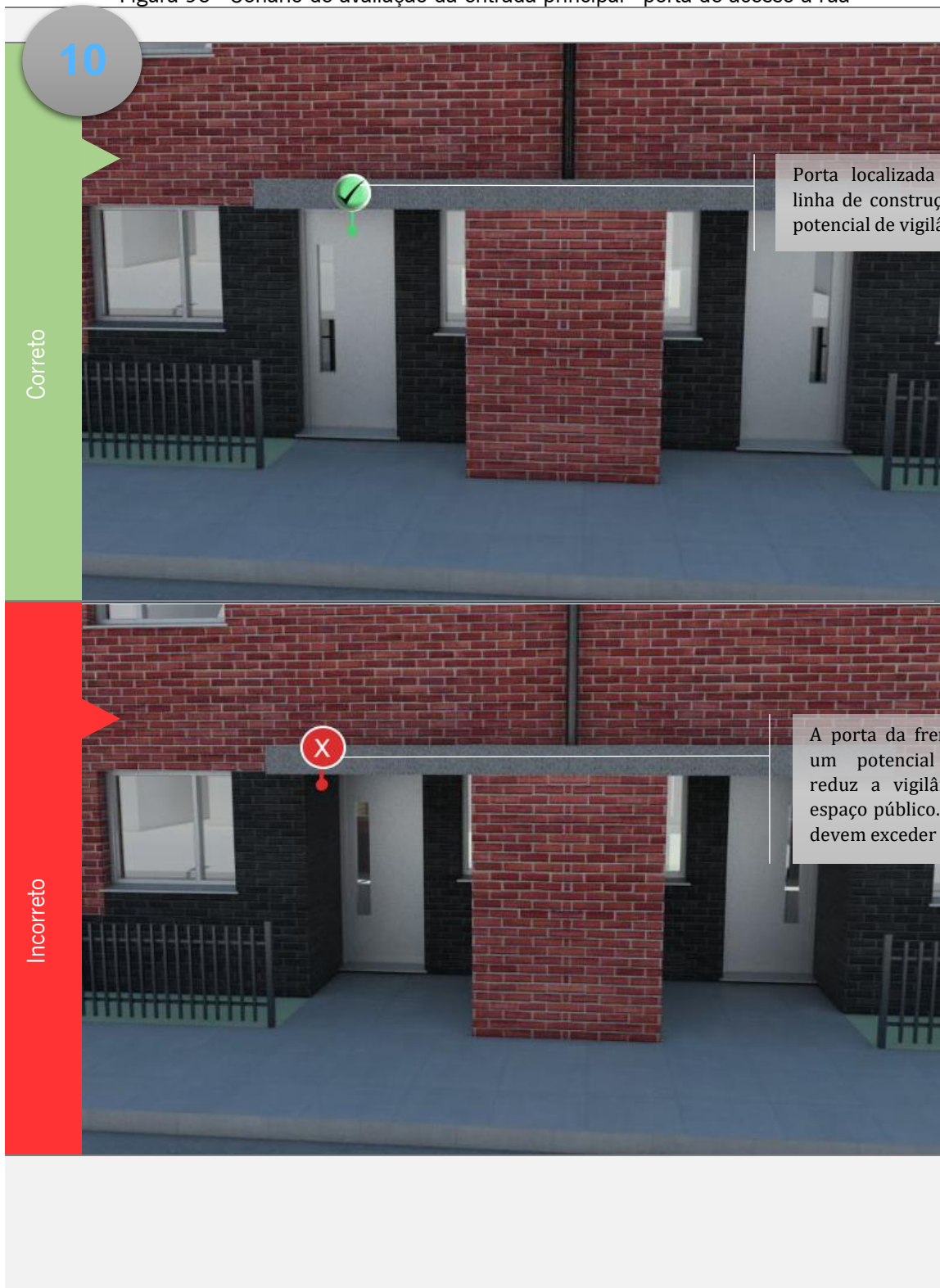


A iluminação é desigual na área de estacionamento comum. As luzes de rua de baixo teor de sódio não possuem uma cobertura adequada e oferecem uma reprodução má da cor. Os dois postes de iluminação fornecem iluminação de nível baixo, inadequada e limitada, criando áreas escuras ou

Níveis adequados de iluminação poderão permitir a identificação do rosto de um indivíduo a uma distância mínima de 10 metros (para uma pessoa sem dificuldades visuais), devendo estar preferencialmente direcionada para percursos paralelos às faixas de rodagem, bem como para possíveis locais vulneráveis. A iluminação deve ter em consideração a vegetação (*e.g.*, elementos arbóreos na fase adulta poderão bloquear a luz) e outro tipo de obstrução da luz. É essencial a existência de iluminação adequada por forma a garantir uma visão clara do espaço. A iluminação localizada de forma estratégica pode ter um impacto substancial na minimização do sentimento de insegurança.

Fonte: Adaptado de *Secured by Design Interactive Guide* – versão online <http://interactive.securedbydesign.com/residential/>

Figura 95 - Cenário de avaliação da entrada principal - porta de acesso à rua



Fonte: Adaptado de *Secured by Design Interactive Guide* – versão *online* <http://interactive.securedbydesign.com/residential/>



Fonte: Adaptado de *Secured by Design Interactive Guide* – versão *online* <http://interactive.securedbydesign.com/residential/>

Figura 97 - Cenário de avaliação da porta de entrada comum

12

Correto



Caminhos privados com portões onde só residentes têm acesso aumenta a segurança na parte traseira das moradias.

Incorreto



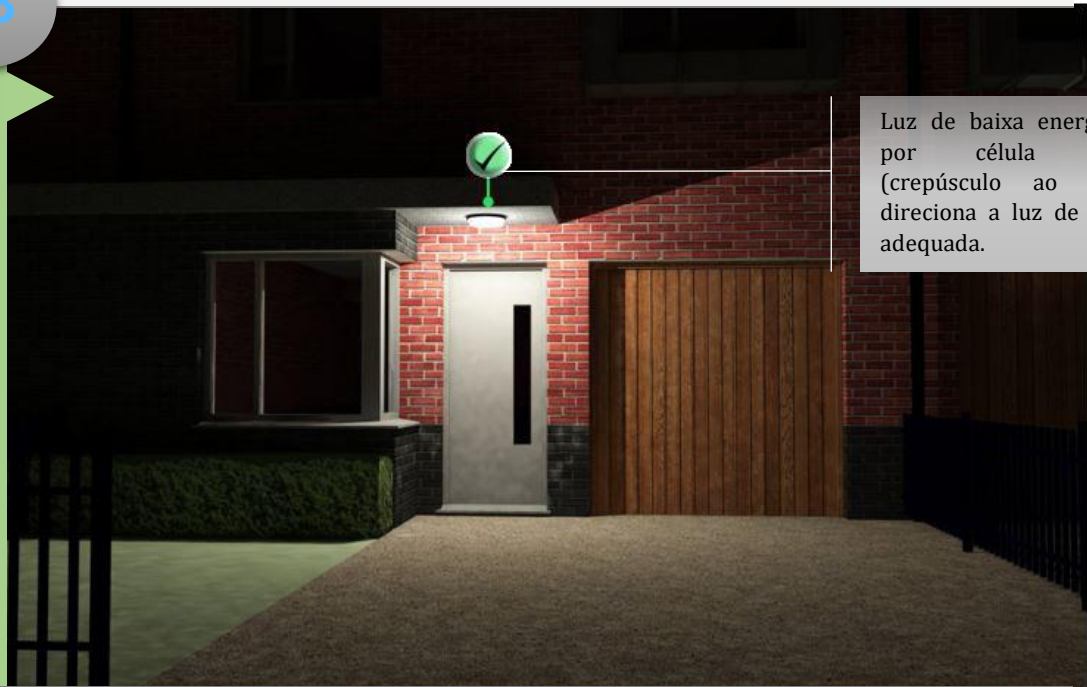
Os caminhos pedonais através do bloco aumentam a permeabilidade desnecessária e permitem o acesso à retaguarda das habitações privadas, sendo na sua maioria estreitos e negligenciados, resultando em pouca segurança para os usuários e residentes.

Fonte: Adaptado de *Secured by Design Interactive Guide* – versão online <http://interactive.securedbydesign.com/residential/>

Figura 98 -Cenário de avaliação Iluminação exterior das habitações (exemplo 1)

13

Correto



Luz de baixa energia operada por célula fotoelétrica (crepúsculo ao amanhecer) direciona a luz de forma mais adequada.

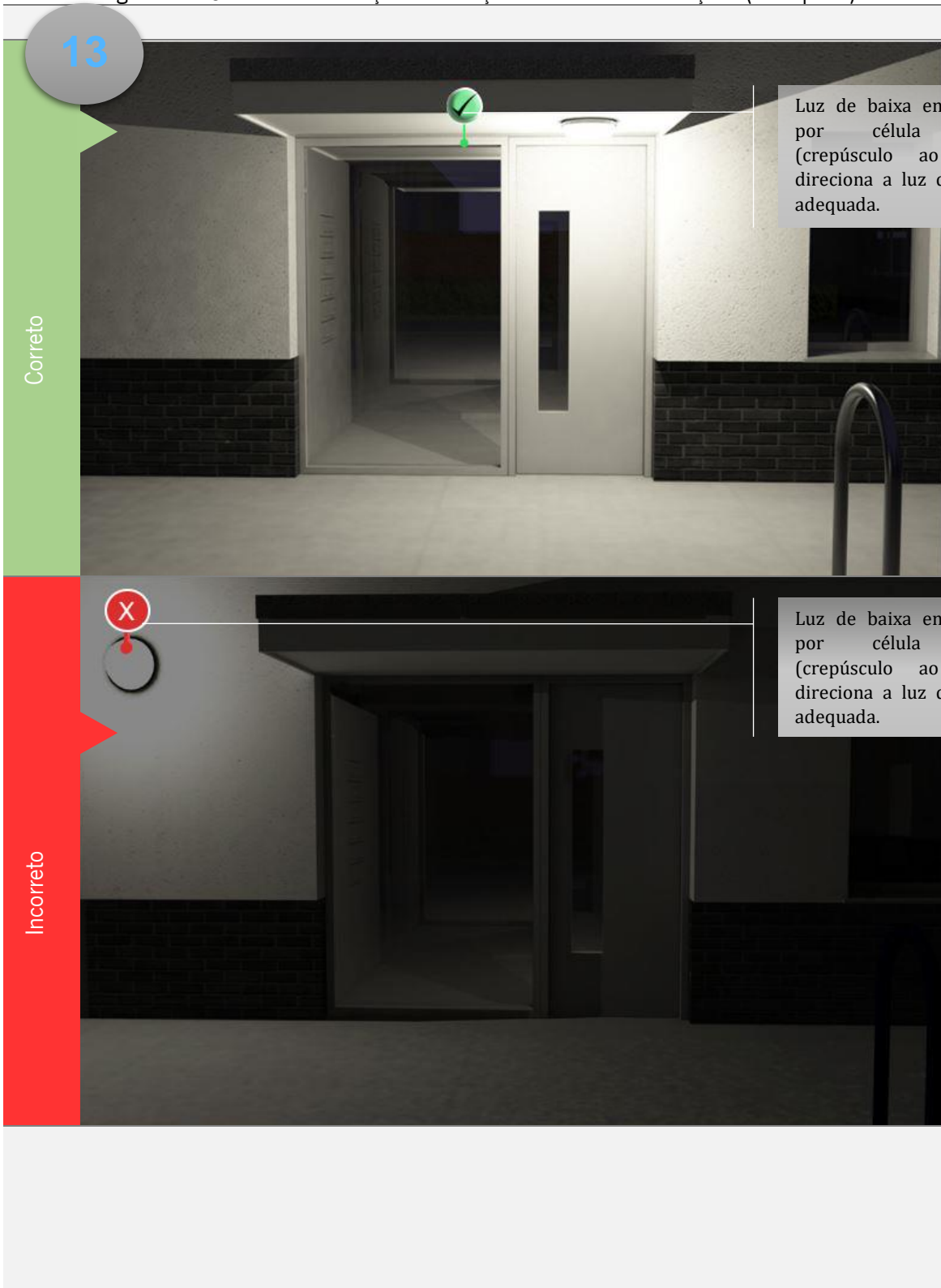
Incorreto



Holofote inadequado operado pelo sensor PIR. O potencial de derramamento de luz e poluição não ilumina a entrada.

Fonte: Adaptado de *Secured by Design Interactive Guide* – versão online <http://interactive.securedbydesign.com/residential/>

Figura 99 - Cenário de avaliação Iluminação exterior das habitações (exemplo 2)



Fonte: Adaptado de *Secured by Design Interactive Guide* – versão online <http://interactive.securedbydesign.com/residential/>

7.3.2.3. 3.ª Etapa - Redefinição de prioridades para o Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade

O gabinete terá de ser capaz de acompanhar o processo evolutivo por forma a corrigir possíveis erros de intervenção que, aquando da construção do plano de prevenção da criminalidade, não foram detetados. É necessário acompanhar os espaços intervencionados e serem realizadas sempre as seguintes questões:

| | |
|--------------------|---|
| Estruturais | <ul style="list-style-type: none">✓ O objetivo da intervenção foi alcançado?✓ A comunidade apreendeu e aceitou as alterações implementadas?✓ O problema indicado para a necessidade de intervenção foi resolvido?✓ A proposta apresentada ajustou-se de forma adequada ao terreno?✓ Que alterações poderão ser feitas para melhorar a intervenção inicial?✓ As entidades parceiras cumpriram com os seus objetivos para com a aplicabilidade e/ou manutenção física? <hr/> |
| Económicas | <ul style="list-style-type: none">✓ Qual foi o orçamento para as intervenções iniciais? E qual é o que existe para futuras intervenções?✓ Quais as entidades financiadoras das intervenções?✓ Quais os custos gerados pela intervenção inicial?✓ Quais os custos das manutenções?✓ Qual são os custos estimados a longo prazo? <hr/> |
| Temporais | <ul style="list-style-type: none">✓ Foi necessário o reajuste da intervenção? Quanto tempo após a intervenção?✓ Quanto tempo demorou até à necessidade de manutenção do espaço? |

Não basta olhar para o espaço usando o modelo de aferição das condições de uso do espaço, relativamente aos utilizadores, à conceção e utilização do espaço/objetivo de utilização. É necessária uma capacidade crítica para avaliar o trabalho e os próprios planos de intervenção. Só após o acompanhamento das intervenções e a aferição dos pontos fortes e fracos que surgiram nos 'pós' intervenção é que se pode construir um modelo que possa ser ajustado a todo o espaço urbano. Partindo de intervenções delimitadas espacialmente como ruas, um edifício devoluto, um bairro é que se pode ir construindo todo um modelo que melhor se adapte à comunidade e ao território intervencionado.

Tabela 81– Primeira e segunda fase da terceira etapa e consequentes fases do plano de trabalho do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade

| 3ª ETAPA – Redefinição de prioridades para o Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade | | | | |
|---|---|--|---|--|
| <i>Inputs</i> | Fase | Perguntas e informação a serem recolhidas | Descrição | <i>Outputs</i> |
| - Relatórios e diagnósticos de intervenção executados pelo gabinete. | 1ª fase | <ul style="list-style-type: none"> • Quantos projetos já foram implementados? E onde foram? • Que impactes trouxeram para a população? • Os tipos de crimes sinalizados tiveram alguma redução? • Os crimes foram atenuados ou os padrões identificados deslocaram-se em termos geográficos? | Esta fase consiste na elaboração de um balanço do que foi feito pelo Gabinete por forma a ser possível fazer uma análise <i>SWOT</i> de todo o trabalho. Será igualmente importante juntar a opinião das várias entidades às expectativas e resultados obtidos com os projetos. | - Análise <i>SWAT</i> do trabalho executado e da equipa de trabalho. |
| | <i>Análise sumária dos resultados do projeto já implementado.</i> | <ul style="list-style-type: none"> • Que melhorias sociais advieram para os residentes? • Temos uma comunidade residente mais ativa e pró-ativa? • Que conflitos surgiram após a implementação dos projetos? • Qual o montante das verbas despendidas? • Os responsáveis pela manutenção do projeto estão a cumprir com os seus deveres? • Quais foram as <i>networks</i> lançadas? Em que ponto de situação se encontram? Quais são as dificuldades? • Quais foram as dificuldades ao longo das várias fases da segunda etapa? | | |
| | 2ª fase | <ul style="list-style-type: none"> • Será necessário reestruturar a equipa de trabalho atual? • Quais são as áreas que carecem de maior conhecimento? • A equipa de trabalho necessita de formação? Se sim, em que áreas? • É necessário estabelecer intercâmbio ou geminações internacionais para melhorar o nosso nível de conhecimento e as potencialidades de trabalho? • Quais são as dificuldades estruturais do Gabinete? | Após a avaliação dos projetos, a segunda fase consiste na avaliação da equipa de trabalho, com a utilização de uma análise <i>SWOT</i> . Esta fase permitirá à equipa perceber, de forma retrospectiva, as expectativas iniciais e a concretização dos objetivos individuais e coletivos do trabalho. | |

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 82 - Terceira fase da terceira etapa e consequentes fases do plano de trabalho do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade

| 3ª ETAPA – Redefinição de prioridades para o Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade | | | | |
|---|--|--|--|--|
| <i>Inputs</i> | Fase | Perguntas e informação a serem recolhidas | Descrição | <i>Outputs</i> |
| <p>- Análise <i>SWAT</i> do trabalho executado e da equipa de trabalho.</p> <p>- Base de dados.</p> <p>- Conselho Municipal de Segurança.</p> <p>- Forças de Segurança.</p> <p>- Organizações internacionais.</p> <p>- Autarquias onde já exista a prática de prevenção da criminalidade.</p> <p>- Conselho Local de Ação Social.</p> | <p>3ª fase</p> <p><i>Definição de estratégias de trabalho futuras.</i></p> | <ul style="list-style-type: none"> • Quais os moldes de intervenção futura? • Quais os espaços físicos sinalizados e que necessitam de intervenção? • Será possível implementar em alguma área do espaço urbano um projeto piloto que envolva a terceira geração CPTED? (ver 6 capítulo da presente tese) • Será possível alargar a rede de trabalho estabelecendo protocolos de trabalho com alguns estabelecimentos de ensino superior? • Estamos disponíveis para acolher projetos associados a estágios curriculares nacionais e internacionais? • Quem são as empresas que estão disponíveis para trabalhar com o Gabinete? • Podem ser produzidos manuais de boas práticas tendo em consideração os projetos executados? • Que tipo de produção documental pode ser produzido para a sensibilização da sociedade civil? • Que estratégias internacionais podem ser incorporadas em objetivos de trabalhos futuros? (<i>e.g.</i>, ONU, Diagnósticos Locais de Segurança; Fórum Europeu para a Segurança Urbana, <i>Council for Crime Prevention of Lower Saxony</i>) | <p>Esta fase consiste no fecho de um conjunto de etapas e fases. Nesta fase serão perspetivadas as expectativas futuras do Gabinete e quais as suas necessidades. Nesta fase é fundamental perceber se a informação recolhida na primeira etapa ainda permanece atual, caso contrário será necessário atualizar a informação, para se poder partir novamente para uma segunda etapa.</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Revisão da base de dados. - Diagnóstico dos locais com necessidade de intervenção. - Manuais de boas práticas de prevenção da criminalidade. - Guia de utilização dos espaços. - Diretrizes para a certificação com o celo de garantia do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade. - Documentação de sensibilização para a prevenção da criminalidade. |

Fonte: Elaboração própria.

7.3.2.4. 4.^a Etapa - Incorporação dos instrumentos legais do município sobre medidas preventivas para a criminalidade

O sucesso da aplicação de um modelo de estratégias de prevenção criminal como o CPTED, segundo a National Crime Prevention Council (2013), está no conjunto de propostas construídas. Estas, abrangem desde a conceção dos espaços, até ao desenvolvimento de atividades pela e para a comunidade. No caso de Portugal não existe um enquadramento legal no âmbito da prevenção da criminalidade tendo por base os parâmetros do espaço construído. Existe, assim, uma lacuna no âmbito do planeamento com vista à prevenção da criminalidade, não existindo a cultura da prevenção com recurso ao planeamento. E é neste contexto que surge esta quarta etapa de trabalho como sendo uma consequência de uma necessidade detetada.

A investigadora Elisabete Ferreira (2013) propõe a existência de uma agenda composta por dez medidas destinadas às entidades do poder local (Tabela 83).

Tabela 83- Dez passos para atingir a prevenção da criminalidade

-
- 1.º - Consciencialização para a importância da prevenção e do traçado estratégico preventivo.
 - 2.º - Conceção de medidas preventivas de combate à criminalidade adaptadas à realidade social e territorial (*e.g.* Rua, Bairro, Freguesia, Área urbana; Área semiurbana).
 - 3.º - Incorporar diretrizes CPTED no processo de avaliação dos riscos.
 - 4.º - Integração de diretrizes CPTED em novos projetos ou de reabilitação.
 - 5.º - Apropriação da morfologia urbana com *design* preventivo.
 - 6.º - Acompanhamento, monitorização e adaptação dos planos estratégicos aos problemas emergentes.
 - 7.º - Gestão dos interesses sociais e económicos da sociedade com os objetivos de prevenção.
 - 8.º - Acompanhamento das intervenções públicas acompanhadas por auscultações informais da população.
 - 9.º - Retroalimentação com as Forças de Segurança na gestão de riscos.
 - 10.º - Revisão da política.
-

Fonte: Adaptado de Ferreira (2013: 287).

O propósito dos dez passos é a incorporação nas dinâmicas de governação do poder local de medidas preventivas para o espaço construído que possibilitem a prevenção e idealmente a redução do número de crimes.

Medidas ou projetos avulsos com recomendação de aplicação ao poder local acarretam inúmeros desafios que nem sempre são passíveis de ser executados. O Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC) com alocação ao poder local atribuía maior valor ao território. As medidas e projetos lançados pelo mesmo teriam a vantagem do conhecimento do território e da realidade socioeconómica. Garantiriam a promoção e implementação de uma melhor qualidade

dos espaços públicos ou semipúblicos, onde as respostas propostas não pretendem segregar os espaços, mas torna-los mais agregados e visualmente agradáveis. Recorrer-se-ia a um conjunto de estratégias que antecipariam possíveis ofensas a potenciais vítimas, reduzindo a oportunidade de ocorrência do crime.

A implementação nas fases iniciais do projeto dos edifícios (*e.g.*, habitacional, comércio, restauração, parque industrial) ou dos espaços urbanísticos (*e.g.*, espaços de lazer e receio, parques infantis) pressupõe que o benefício/custo é muito mais elevado quer para o proprietário, quer para a comunidade. Mas torna-se necessário criar um enquadramento legal que preveja o cumprimento de um conjunto de regras na fase do projeto. Existe uma série de instituições [*e.g.*, CPTED Canadá e E.U.A; DOC (*Design out Crime*) no Inglaterra; DAC (*Design Against Crime*) no Reino Unido; SCP (*Situational Crime Prevention*) na Grã-Bretanha] que foram trabalhando medidas no sentido de regulamentar o planeamento no território tendo como premissa a prevenção da criminalidade.

Tabela 84 - Quarta etapa e consequentes fases do plano de trabalho do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade

| 4ª ETAPA – Incorporação na legislação camarária de medidas preventivas para a criminalidade | | | | |
|---|--|---|--|--|
| <i>Inputs</i> | <i>Fase</i> | <i>Perguntas e informação a serem recolhidas</i> | <i>Descrição</i> | <i>Outputs</i> |
| <p>- Diretrizes para a certificação com o celo de garantia do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade.</p> <p>- Relatórios e diagnósticos de intervenção executados pelo gabinete.</p> <p>- Forças de Segurança.</p> <p>- Conselho Municipal de Segurança.</p> <p>- Conselho Local de Ação Social.</p> | <p><i>1ª fase</i> <i>Identificação sumária de medidas que surtiram efeitos positivos nos vários projetos.</i></p> | <ul style="list-style-type: none"> • Que medidas produziram efeitos positivos? E as que produziram negativos? • Em que contexto socioeconómico as medidas foram positivas? • Foi sinalizada pela comunidade alguma necessidade que possa ser traduzida em legislação camarária? • Os projetos implementados traduziram-se num acréscimo do valor mobiliário? • Que legislação existe a nível internacional? | <p>Elaboração, promoção, divulgação e implementação de certificados ‘Edifícios Seguros’, ‘Urbanização Segura’, e ‘Cidade Segura’</p> | <p>- Manual com os projetos de intervenção.</p> <p>- Certificados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ‘Edifícios Seguros’; • ‘Urbanização Segura’; • ‘Cidade Segura’. |
| | <p><i>2ª fase</i> <i>Implementação de certificados associados à prevenção da criminalidade.</i></p> | <ul style="list-style-type: none"> • Quem será a entidade responsável pela emissão e validação das certificações? • Quais os benefícios para aqueles que requererem estes certificados? • Quais os impactes associados a este tipo de certificação? • Quais são os resultados obtidos a nível internacional? | | |
| | <p><i>3ª fase</i> <i>Redação de uma lista de medidas a serem acauteladas nos instrumentos municipais.</i></p> | <ul style="list-style-type: none"> • Os relatórios existentes e as experiências adquiridas permitem atribuir valor passível de produzir uma lista de medidas? • Existe disponibilidade das entidades do poder local para a adoção e implementação da lista de medidas? • Quais são as dificuldades internas e externas ao Gabinete para a validação da lista de medidas? • Existe um compromisso político para tornar este tipo de medidas duradouras no tempo? • Quem será o responsável pela fiscalização da implementação das mesmas? | | |

Fonte: Elaboração própria.

7.4. Equipa de trabalho

A Prevenção Criminal Através do Espaço Construído (CPTED) parte do princípio de que a comunidade, os proprietários imobiliários, os urbanistas, os decisores políticos, os arquitetos, as forças de segurança, bem como os cientistas sociais, podem ter um papel significativo na prevenção do crime, através da integração dos princípios e conceitos de CPTED na conceção e gestão do ambiente físico construído. Neste contexto, a CPTED pode ser encarada como um subconjunto de um conjunto global de medidas necessárias para uma prevenção criminal e controlo social eficazes (National Crime Prevention Council, 2013: v).

“O espaço público bem projetado está em sintonia com as necessidades dos cidadãos, habitantes, utilizadores. A segurança do espaço público depende de uma grande variedade de atores e de profissões que contribuem para a sua configuração, o seu funcionamento e dinamização. Espaços diferentes necessitam de organizações específicas e conseqüentemente soluções à medida (European Forum for Urban Security, 2012: 14).

Em Portugal, o Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC) deverá idealmente funcionar alocado à Divisão de Planeamento e Urbanismo do município onde vai ser implementado e ser coordenado por um elemento especialista em prevenção da criminalidade através do espaço urbano.

Deveria ser uma equipa técnica idealmente multidisciplinar, onde pudessem ser integrados membros das áreas de; Geografia; do Design Urbano; da Arquitetura; da Arquitetura Paisagista; da Criminologia; da Psicologia; da História; da Antropologia; do Planeamento Urbano; da Sociologia; do Direito; da Engenharia Civil; e da Engenharia do Ambiente. No entanto, devido à restrição orçamentais de muitas entidades da administração local, o(s) elemento(s) que deverão compor o GTPC, deverão ter competências em análise e interpretação de dados, Sistemas de Informação Geográfica (S.I.G.), urbanismo, direito e análise e avaliação social. Caberá à administração local definir o número de elementos que poderão integrar a equipa técnica do GTPC consoante a: i) equipa técnica existente; ii) a densidade de crimes, e iii) a sua capacidade financeira.

7.5. Nota conclusiva

Em Portugal, a implementação de um Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade, para além dos benefícios da estruturação de uma mentalidade preventiva no âmbito do planeamento, permitiria gerar diagnósticos que compilariam informação das várias redes de ação do território. Os resultados dos esforços começariam a causar impactes substantivos a longo prazo.

Medidas de ação estão conectadas a um conhecimento do território e da comunidade, permanentemente atualizado permitirá a maturação de soluções para os problemas existentes, possibilitando a criação de medidas com um grau de alcance maior. Um conhecimento da trilogia: i) comunidade; ii) espaço físico; e iv) políticas públicas; permitirá a estruturação de medidas que terão por base a construção de comunidades seguras. Esta necessidade ainda se torna mais relevante, devido ao crescimento que se prevê das áreas urbanas e à continuação de circulação de pessoas à escala Europeia e internacional. Portugal poderá vir a desempenhar um papel mais ativo na circulação de elementos que vêm de outros países e necessitar de proceder a um planeamento mais assertivo de estratégias para a prevenção da criminalidade. No caso de algumas cidades do Quadrilátero Urbano, nomeadamente Braga, esta tem assistido, nos últimos anos, a uma elevada capacidade de atração de população de outras regiões do país e de diferentes países, o que poderá conduzir a novas necessidades no âmbito da prevenção. Provavelmente, caso se possa avançar a curto prazo para um modelo de implementação de um Gabinete deste tipo, Braga pode ser um bom território de ensaio, até porque se está a observar um elevado dinamismo na construção habitacional conduzindo à necessidade de pensar a morfologia urbana de outra forma.

Pelo fenómeno do “efeito borboleta” o benefício das aplicações das medidas preventivas atingirá, com efeitos positivos, todas as esferas da comunidade, incluindo o sistema complexo – percepção – que contribui para gerar a insegurança e medos nos indivíduos.

Capítulo 8.
É melhor prevenir do que remediar – Considerações finais

O espaço público, como património coletivo, lugar de encontro, de diálogo, de convivialidade, de uso misto e mistura de públicos bem como de enriquecimento cultural, deve ser valorizado, acessível a todos, homens e mulheres, e ser um lugar onde as pessoas se sentem bem e em segurança.

European Forum for Urban Security, 2012: 14.

8.1. Conclusão sumária

A investigação realizada nos últimos quatro anos explorou a problemática da prevenção da criminalidade, centrando-se numa prevenção pensada através da alteração das características do edificado urbano ou da conceção do espaço público. Neste sentido acreditamos que o planeamento preventivo, deverá ser incluído na estratégia municipal dos municípios em estudo onde seja abrangido o princípio da conceção preventiva no espaço público, privado e semipúblico. A disposição do edificado e dos elementos do mobiliário urbano podem conduzir à redução da oportunidade de comportamentos indesejados. O objetivo final do planeamento preventivo é reduzir a incidência da criminalidade, o que, por sua vez, pode mitigar os sentimentos de insegurança existentes no território, influenciando a melhoria da qualidade de vida das comunidades.

A abordagem a uma estratégia tão complexa como esta requereu uma reflexão das práticas de planeamento em torno das várias abordagens e teorias apresentadas ao longo da primeira parte da investigação - *A Geografia no Combate à Criminalidade*. É possível concluir que, todas as investigações, modelos, reflexões e teorias apresentadas, ao longo da primeira parte da investigação apresentam uma característica em comum. Todas elas partilham a presença da tentativa de, através de alterações pontuais ou estruturais do ecossistema urbano, colmatar as fragilidades físicas existentes, com o objetivo de influenciar os comportamentos dos indivíduos infratores e criar uma sensação efetiva de segurança.

Nesta investigação, a prevenção do crime de rua proposta tentou ir mais além do uso das tradicionais medidas preventivas de segurança (portões, gradeamento, fechaduras de alta segurança, portas blindadas, câmaras de videovigilância, alarmes ou controlo de acesso), que se assumem como um leque de medidas de mitigação de comportamentos indesejados, e não como solução de planeamento urbano. A prevenção da criminalidade que propusemos promove a existência de soluções preventivas duradouras, e não apenas repressivas e momentâneas. A reestruturação do espaço público deverá ser integrada e em equilíbrio com os objetivos de construção dos espaços. Deve ser sempre respeitada a premissa de que as intervenções existentes devem cumprir o normal uso dos espaços e as pretensões que a comunidade almeja sobre os mesmos.

A investigação realizada incidiu em duas grandes perspetivas ao longo da segunda parte da investigação. A adaptação das medidas do *Crime Prevention Through Environmental Design* (CPTED) ao contexto da realidade portuguesa, e a estruturação de um Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC). Para tal, e tendo como alicerce a proposta do GTPC, foram entrevistados

alguns dos representantes da administração local em estudo (ver Tabela 33). Pareceu-nos fundamental, indagar quais as práticas existentes de prevenção da criminalidade junto dos entrevistados, e cruzar essa informação com os crimes existentes na área em estudo. Uma das conclusões a que chegámos, após a análise das narrativas recolhidas, foi o desconhecimento das potencialidades do planeamento preventivo. Não existe um plano de intervenção, com base na prevenção da criminalidade, tendo em consideração a disposição do edificado urbano ou as características de vegetação existente no espaço público. Nos municípios em estudo, nenhuma das estratégias aplicadas tem em consideração a prevenção da criminalidade, com base no planeamento urbano. É recorrente no discurso dos entrevistados, quando questionados sobre o tema da criminalidade, a atribuição da competência exclusivamente às Forças de Segurança. A grande conclusão, é a de que, não existe na área em estudo um plano, estratégia ou diretriz pensada tendo por base as normas de prevenção da criminalidade já vigentes lançadas pelo Comité Europeu de Normalização – CEN/TR 14383-2:2007.

8.2. Principias conclusões e recomendações

Importa reforçar que a investigação realizada é pioneira em Portugal no âmbito da Geografia do Crimes, mas também, no contexto territorial em estudo. A originalidade da investigação realizada prendeu-se com o seu carácter de charneira entre a Geografia Comportamental e a Geografia Urbana. Foi proposta, na investigação concretizada, uma visão diferenciada sobre o espaço e a sua capacidade de através da modificação do ecossistema urbano moldar o comportamento humano.

As questões de partida das quais partimos foram sendo respondidas ao longo da investigação empírica. No decorrer do 6.º capítulo – *Políticas municipais de prevenção da segurança: análise das entrevistas efetuadas aos representantes da administração local e dos dados fornecidos pela P.S.P.* – foi possível responder a duas questões de partida, dois objetivos e validar as três hipóteses de trabalho:

1.ª Questão de partida - *Quais são os locais com maior incidência dos crimes de furto e roubo entre 2011 e 2015 nas áreas urbanas de Barcelos, de Braga, de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão?*

2.ª Questão de partida - *Qual é a perceção dos autarcas das áreas mais críticas e quais as medidas que estão a ser implementadas?*

1.º Objetivo - Aferir quais são os locais onde incidem os padrões dos crimes de furto e roubo e se existe alguma relação com o tipo de ocupação do espaço nas áreas urbanas de Barcelos, de Braga, de Guimarães, e de Vila Nova de Famalicão;

2.º Objetivo – Refletir sobre o tipo de intervenção realizada até ao momento por parte dos presidentes das câmaras municipais e de alguns presidentes de juntas de freguesia de Barcelos, de Braga, de Guimarães, e de Vila Nova de Famalicão e as suas intervenções futuras quanto à prevenção da criminalidade;

H1. As áreas de maior incidência da criminalidade correspondem a locais com grande oferta de bens e serviços;

H2. Não existe uma política pública vocacionada para a prevenção criminal situacional com recurso ao design urbano no Quadrilátero Urbano;

H3. Existe um desconhecimento por parte dos Presidentes da Câmara da área em estudo face ao conceito de Prevenção do Crime Através do Design Ambiental (CPTED).

Com o 7º capítulo – *Proposta para a criação do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC) na Administração Local* – foi possível dar resposta à terceira questão de partida e ao terceiro objetivo que nortearam a investigação:

3.ª Questão de partida - Que tipo de solução pode ser avançada para debater este tipo de problema?

3.º Objetivo - Propor a construção, a curto prazo, de um gabinete que se dedique à prevenção situacional da criminalidade nos municípios estudados.

Importa ressaltar que, a investigação desenvolvida versa sobre 18,6% da população residente no município de Barcelos numa extensão de 10,06km², sendo a A.E. (Área de Estudo) mais pequena de entre os municípios do Quadrilátero Urbano. No município de Braga, a A.E. é a mais populosa e com maior extensão territorial, representando um total de 60,3% da população residente no município numa extensão de 31,17 km². No caso do município de Guimarães, a A.E. é a segunda maior em extensão (30,53 km²) e em população residente (34%), de entre os municípios do Quadrilátero Urbano. Por fim, Vila Nova de Famalicão, com apenas 17,49 km², aglomera 34% da população residente no município (Tabela 85).

Tabela 85– População residente e extensão territorial dos municípios e das A.E. do Quadrilátero Urbano e seu enquadramento no contexto de Portugal

| Municípios /Freguesias em Estudo | População residente | | População residente no grupo etário ≥ 65 anos | | Extensão territorial |
|---|---------------------|--------------|---|--------------|----------------------|
| | N.º | % | N.º | % | km² |
| Município Barcelos | 120 391 | 20,3% | 16 547 | 20,6% | 378,90 |
| A.E. | 22 355 | 18,6% | 2 897 | 17,5% | 10,06 |
| Município Braga | 181 494 | 30,6% | 23 894 | 29,7% | 183,40 |
| A.E. | 109 470 | 60,3% | 14 031 | 58,7% | 31,17 |
| Município Guimarães | 158 124 | 26,6% | 21 568 | 26,8% | 240,95 |
| A.E. | 53 709 | 34,0% | 7 937 | 36,8% | 30,53 |
| Município Vila Nova de Famalicão | 133 832 | 22,5% | 18 444 | 22,9% | 201,59 |
| A.E. | 53 709 | 34,0% | 7 937 | 36,8% | 17,49 |
| Quadrilátero Urbano | 593 841 | 5,6% | 80 453 | 4,0% | 1 004,84 |
| Portugal | 10 562 178 | | 2 010 064 | | 92 225,61 |

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Censos 2011.

Com a presente investigação foi possível retirar duas ilações: 1.ª as subsecções estatísticas com maior incidência de crimes estão associadas a locais de oferta de bens e serviços, em especial no caso de estabelecimentos de ensino e parques de estacionamento automóvel; 2.ª o número de pessoas expostas a um maior risco de incidência de crimes de furto e roubo, é em alguns casos, mais elevado do que o total da população residente em algumas freguesias.

Relativamente à 2.ª ilação, a incidência ocorre apenas nas A.E. do município de Braga e de Guimarães. No caso da A.E. do município de Braga, esta apresenta características mais preocupantes, apesar das subsecções estatísticas com maior densidade de crimes afetar, somente, 4,2% do total da população da A.E.. Temos de ressaltar que, o total de população residente nas subsecções estatísticas com maior incidência de crimes (n=3.883) é mais elevado do que o número de pessoas que residem nas freguesias de São João do Souto (n=725), Lamações (n=2.525), Dume (n=3.251) e Cidade (n=1.422) (Tabela 86). Se compararmos também a população presente (n=4.561) na A.E., a freguesia de Fraião (n=4.373) passa a ser contemplada como sendo uma das freguesias onde a sua população é em menor número do que o total de população existente nas subsecções estatísticas com maior densidade de crimes de furto e roubo (Tabela 86). Conclui-se que, das 14 freguesias da área em estudo, 6 têm um volume populacional inferior ao total de população residente nas subsecções estatísticas com maior densidade de crimes.

Tabela 86 - Comparação do volume populacional e no grupo etário ≥ 65 anos, entre a área em estudo do município de Braga e as subsecções estatísticas com maior densidade de crimes de furto e roubo

| Municípios /Freguesias em Estudo | População presente | | População residente | | População residente no grupo etário ≥ 65 anos | |
|--|--------------------|--------------|---------------------|--------------|--|--------------|
| | N.º | % | N.º | % | N.º | % |
| Município Braga | 177 859 | 30,8% | 181 494 | 30,6% | 23 894 | 29,7% |
| Cidade | 1 406 | 0,8% | 1 422 | 0,8% | 362 | 1,5% |
| Dume | 3 165 | 1,8% | 3 251 | 1,8% | 585 | 2,4% |
| Ferreiros | 7 444 | 4,2% | 7 707 | 4,2% | 762 | 3,2% |
| Fraião | 4 373 | 2,5% | 4 605 | 2,5% | 426 | 1,8% |
| Lamações | 2 412 | 1,4% | 2 525 | 1,4% | 196 | 0,8% |
| Lomar | 5 860 | 3,3% | 6 041 | 3,3% | 580 | 2,4% |
| Maximinos | 9 389 | 5,3% | 9 792 | 5,4% | 1265 | 5,3% |
| Nogueira | 5 753 | 3,2% | 5 924 | 3,3% | 565 | 2,4% |
| Real | 7 355 | 4,1% | 7 666 | 4,2% | 601 | 2,5% |
| São João do Souto | 1 174 | 0,7% | 725 | 0,4% | 419 | 1,8% |
| São José de São Lázaro | 12 994 | 7,3% | 13 576 | 7,5% | 2 449 | 10,2% |
| São Vicente | 12 687 | 7,1% | 13 236 | 7,3% | 1 647 | 6,9% |
| São Vitor | 30 577 | 17,2% | 29 642 | 16,3% | 3 633 | 15,2% |
| Sé | 3 190 | 1,8% | 3 358 | 1,9% | 541 | 2,3% |
| Total | 107 779 | 60,6% | 109 470 | 60,3% | 14 031 | 58,7% |
| Total de subsecções com maior densidade de crimes em estudo | 4 561 | 4,2% | 3 883 | 3,5% | 838 | 6,0% |

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Censos 2011.

No caso do município de Guimarães, é a segunda maior A.E., em termos populacionais e de extensão territorial das A.E. do Quadrilátero Urbano. Comporta um total de 15 subsecções estatísticas com maior densidade de crimes. A A.E. encerra um aglomerado populacional polinuclear, sendo visível uma associação entre a distribuição das subsecções com maior densidade de crimes e os pontos centrais da malha urbana de Guimarães.

Não existe qualquer freguesia que se destaque pela existência de um maior número de subsecções estatísticas com maior densidade de crimes. Existe, neste sentido, uma distribuição homogénea em termos de subsecções estatísticas mais significativas por freguesias. No entanto, tal como se sucede com a A.E. no município de Braga, a população residente nas subsecções estatísticas com maior densidade de crimes ($n=3.228$) é em número mais elevado do que a população residente na freguesia de São Sebastião ($n=1.976$), São Paio ($n=2.896$), Santiago ($n=2.163$) e Mascotelos ($n=1.631$). Em termos de população residente no grupo etário ≥ 65 anos, a A.E. possui 606 indivíduos, o que representa mais do que a população residente neste grupo etário das freguesias da Costa ($n=503$), Fermentões ($n=569$), Mascotelos ($n=149$), Mesão Frio ($n=415$), Santiago ($n=193$), São Sebastião ($n=559$) e Polvoreira ($n=484$) (Tabela 87).

Tabela 87 - Comparação do número de população residente e no grupo etário ≥ 65 anos, entre a área em estudo do município de Guimarães e as subsecções estatísticas com maior densidade de crimes de furto e roubo

| Municípios /Freguesias em Estudo | População presente | | População residente | | População residente no grupo etário ≥ 65 anos | |
|--|--------------------|--------------|---------------------|--------------|--|--------------|
| | N.º | % | N.º | % | N.º | % |
| Município Guimarães | 154 672 | 26,8% | 158 124 | 26,6% | 21 568 | 26,8% |
| Azurém | 8 784 | 5,7% | 8 348 | 5,3% | 1 365 | 6,3% |
| Costa | 4 943 | 3,2% | 5 155 | 3,3% | 503 | 2,3% |
| Creixomil | 9 391 | 6,1% | 9 641 | 6,1% | 1 467 | 6,8% |
| Fermentões | 5 505 | 3,6% | 5 707 | 3,6% | 568 | 2,6% |
| Mascotelos | 1 585 | 1,0% | 1 631 | 1,0% | 149 | 0,7% |
| Mesão Frio | 3 988 | 2,6% | 4 173 | 2,6% | 415 | 1,9% |
| Oliveira do Castelo | 3 238 | 2,1% | 3 265 | 2,1% | 681 | 3,2% |
| Polvoreira | 3 455 | 2,2% | 3 495 | 2,2% | 484 | 2,2% |
| Santiago | 2 094 | 1,4% | 2 163 | 1,4% | 193 | 0,9% |
| São Paio | 2 868 | 1,9% | 2 896 | 1,8% | 687 | 3,2% |
| São Sebastião | 1 899 | 1,2% | 1 976 | 1,2% | 559 | 2,6% |
| Urgezes | 5 138 | 3,3% | 5 259 | 3,3% | 866 | 4,0% |
| Total | 52 888 | 34,2% | 53 709 | 34,0% | 7 937 | 36,8% |
| Total de subsecções com maior densidade de crimes em estudo | 3 192 | 6,0% | 3 228 | 6,0% | 606 | 7,6% |

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Censos 2011.

Um fator relevante é o de que, à exceção das freguesias da Costa e de São Sebastião, as freguesias onde existem as subsecções estatísticas com maior densidade de crimes (Urgezes, Creixomil, São Paio, Oliveira do Castelo e Azurém), são as que possuem um maior número de indivíduos no grupo etário ≥ 65 anos.

No caso do município de Vila Nova de Famalicão, são 10 as subsecções estatísticas com maior densidade de crimes, sendo que, 6 são referentes à freguesia de Vila Nova de Famalicão e 4 a Antas. Quando comparamos, a percentagem de população residente, das subsecções estatísticas com maior densidade de crimes de Vila Nova de Famalicão (5,7%), com a de Braga (3,5%), conclui-se que, em termos percentuais, existe uma maior exposição à incidência do crime de furto e roubo, por parte da população das subsecções estatísticas com maior densidade de crimes de Vila Nova de Famalicão (Tabela 88).

Tabela 88 - Comparação da população residente e no grupo etário ≥ 65 anos, entre a área em estudo do município de Vila Nova de Famalicão e as subsecções estatísticas com maior densidade de crimes de furto e roubo

| Municípios /Freguesias em Estudo | População presente | | População residente | | População residente no grupo etário ≥ 65 anos | |
|--|--------------------|--------------|---------------------|--------------|--|--------------|
| | N.º | % | N.º | % | N.º | % |
| Município Vila Nova de Famalicão | 129 947 | 22,5% | 133 832 | 22,5% | 18 444 | 22,9% |
| Antas | 6 707 | 5,2% | 6 925 | 5,2% | 840 | 4,6% |
| Calendário | 11 237 | 8,6% | 11 667 | 8,7% | 1 467 | 8,0% |
| Gavião | 3 588 | 2,8% | 3 747 | 6,3% | 692 | 3,8% |
| Vila Nova de Famalicão | 8 324 | 6,4% | 8 478 | 6,3% | 1 016 | 5,5% |
| Total | 29 856 | 23,0% | 30 817 | 23,0% | 4 015 | 21,8% |
| Total de subsecções com maior densidade de crimes em estudo | 1 707 | 5,7% | 1 818 | 5,9% | 205 | 5,1% |

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Censos 2011.

De entre as A.E. do Quadrilátero Urbano, o município de Barcelos, é o único onde a incidência de criminalidade existente não ultrapassa a população residente.

Tabela 89 - Comparação da população residente e no grupo etário ≥ 65 anos, entre a área em estudo do município de Barcelos e as subsecções estatísticas com maior densidade de crimes de furto e roubo

| Municípios /Freguesias em Estudo | População presente | | População residente | | População residente no grupo etário ≥ 65 anos | |
|--|--------------------|--------------|---------------------|--------------|--|--------------|
| | N.º | % | N.º | % | N.º | % |
| Município Barcelos | 115 034 | 19,9% | 120 391 | 20,3% | 16 547 | 20,6% |
| Arcozelo | 12 212 | 10,6% | 12 840 | 10,7% | 1 292 | 7,8% |
| Barcelos | 4 637 | 4,0% | 4 660 | 3,9% | 957 | 5,8% |
| Vila Frescainha (São Martinho) | 2 304 | 2,0% | 2 372 | 2,0% | 440 | 2,7% |
| Vila Boa | 2 403 | 2,1% | 2 483 | 2,1% | 208 | 1,3% |
| Total | 21 556 | 18,7% | 22 355 | 18,6% | 2 897 | 17,5% |
| Total de subsecções estatísticas com maior densidade de crimes de furto e roubo | 419 | 1,9% | 463 | 2,1% | 28 | 1,0% |

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Censos 2011.

Importa frisar que uma das vertentes expostas no *Modelo cumulativo dos padrões relacionais das vulnerabilidades que levam à insegurança e criminalidade* (recordar Figura 46 – 5.º capítulo) são os grupos vulneráveis. Um dos elementos que acrescentaríamos aos ‘*Grupos vulneráveis*’, após as ilações do 6.º capítulo, seria a população residente no grupo etário ≥ 65 anos. Para além de todos os elementos abordados no modelo, foi possível comprovar que também este grupo da população se encontra exposto a um maior nível de incidência de crimes de furto e roubo. É essencial acautelar, esta variável no modelo por nós proposto.

Um dos pontos centrais da investigação foi a proposta do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade (GTPC). Esta surge na sequência da 3.ª questão de partida – *Que tipo de solução pode ser avançada para debater este tipo de problema?*, dando uma resposta que se pretende duradoura e eficaz na prevenção da criminalidade de rua. A adaptação do modelo CPTED (capítulo 5) para o contexto da realidade portuguesa e a apresentação de um GTPC, são o nosso contributo para a alteração da prática de planeamento existente nas áreas da administração local em estudo. Ao longo do 7º capítulo foram sendo expostos os parâmetros, as premissas e o plano de trabalho dividido em quatro etapas com várias fases de execução. Recomendamos que, para que seja atingido um padrão de qualidade satisfatório, o trabalho elaborado pela equipa do GTPC cumpra gradualmente os 5 níveis de maturidade (Figura 100).

Figura 100 - Nível de maturidade do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade



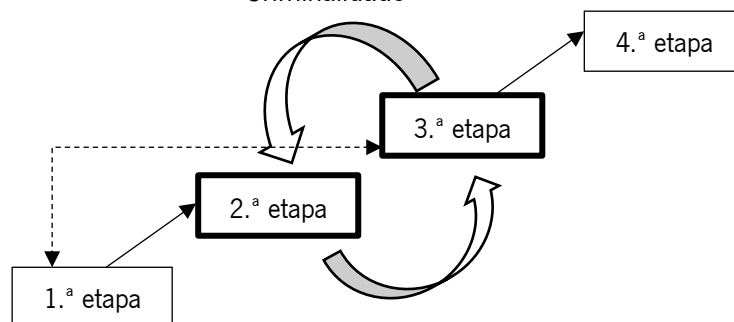
Fonte: Elaboração própria.

Num 1.º nível, se proceda à desburocratização (ver o 5.º capítulo, *item* 3.1.2). Onde o GTPC adquira capacidade de intervenção nas várias esferas (públicas/privadas). É fundamental proceder à execução de parcerias e protocolos por forma a tornar o seu trabalho mais holístico, e o seu conhecimento mais alargado da realidade do território onde incide o gabinete. Neste 1.º nível, a 1.ª etapa do plano de trabalhos do GTPC deve já estar cumprida. O 2.º nível é considerado o de *planeamento estratégico* e consiste, na avaliação das áreas de risco e da avaliação dos impactes da criminalidade no território. Recomenda-se que seja um trabalho meticoloso, onde deverá ser

considerado o *Modelo cumulativo dos padrões relacionais das vulnerabilidades que levam à insegurança e criminalidade*, referido na nossa investigação. Recomendamos a utilização de um *Índice CPTED* (Santa e Roque, 2007:184), aplicado às freguesias de maior incidência de crimes.

O terceiro nível é o de *consultadoria e assessoria*. Este nível diz respeito ao cumprimento das competências e tarefas do GTPC que são as de Planeamento, Acompanhamento, Operacionais, Gestão e Manutenção, Formação, Certificação e Administração (ver Tabela 67 e Tabela 68 – capítulo 7). Apesar da semelhança entre as pretensões do 2.º e 3.º níveis de maturidade, com a 2.ª etapa do plano de trabalhos do GTPC, existe um elemento de distinção. No plano de trabalhos do gabinete, pressupõe-se que a 2.ª e 3.ª etapas sejam de execução cíclica, ao passo que, os níveis de maturidade pressupõe-se que sejam graduais. No plano de trabalho, quando fecha a 3.ª etapa, volta-se a ajustar situações pontuais da 1.ª etapa e segue-se para uma nova 2.ª etapa numa nova área de intervenção (Figura 101).

Figura 101 – Processo de execução do plano de trabalho do Gabinete Técnico para a Prevenção da Criminalidade



Fonte: Elaboração própria.

No entanto, para que os vários níveis de maturidade do GTPC sejam atingidos, o plano de trabalho proposto tem de ser executado.

O 4.º nível de maturidade corresponde à implementação de *medidas preventivas*, que deverá ser o resultado da 4.ª etapa do plano de trabalho e o resultado das estratégias de ação do GTPC (ver Tabela 69 e Tabela 70 – capítulo 7).

O 5.º nível corresponde ao cumprimento dos princípios da *Governança Preventiva*: 1.º Cidadão Decisor; 2.º Desburocratização; 3.º Proteção em Rede; 4.º Mecenato Urbanístico e Filantropia Comunitária; e 5.º Prevenção Regulamentar e da Comunicação.

Dada a complexidade da aplicabilidade do GTPC, acreditamos que a sua execução deverá ser ao nível camarário. Apesar da nossa pretensão inicial ser a de apresentar uma proposta que fosse de aplicabilidade ao nível do Quadrilátero Urbano, esta ambição parece ser inviável, dadas as

características da atual vigência da Associação de Municípios de Fins Específicos, voltada para a internacionalização, inovação e competitividade.

Em suma, é importante chamar atenção aos administradores da administração local, em especial das câmaras municipais, que tenham a visão da prevenção da criminalidade como política pública para atingir uma melhor qualidade de vida. Acreditamos que a introdução das medidas *Crime Prevention Through Environmental Design* (CPTED) trariam mais valias para a qualidade de vida da população. E na impossibilidade de operacionalização do GTPC a curto prazo, deverá começar-se pelas alterações mais simples relacionadas com a *Manutenção e Gestão* do espaço. Com iluminação adequada aos vários tipos de ambientes e período do dia, criar visibilidade em locais e percursos isolados, eliminar áreas vulneráveis, ter cuidado em manter os espaços de lazer em condições de utilização. Estes são alguns dos exemplos mais práticos, que podem ser incorporados facilmente nas práticas públicas de gestão e manutenção da malha urbana.

8.3. Limitações da investigação realizada

Em relação às limitações da presente investigação, salienta-se, em primeiro lugar, a dificuldade em tratar os dados que foram fornecidos pela Polícia de Segurança Pública. A base fornecida pelo Comando Distrital da P.S.P. de Braga, não foi possível de ser usada em todos os campos disponíveis, pela existência de inúmeros erros ou ausência de preenchimento dos campos de informação. A inexistência de um padrão referencial em relação ao nome das ruas onde ocorreram os incidentes relacionados com as queixas apresentadas, foi a nossa maior dificuldade, demorando-nos meses até ser possível georreferenciar todos os 25.010 registos de furto e roubo.

Em segundo lugar, destaca-se a dificuldade de obtenção de resposta ao inquérito *online*. Apesar das várias insistências, o número de respostas foi muito baixo, o que limitou a nossa análise e a obtenção da opinião dos investigadores internacionais face à prevenção da criminalidade.

Por último, tivemos dificuldades na obtenção de resposta de marcação da entrevista, por parte do presidente da câmara municipal de Barcelos, e do presidente da junta de Azurém – Guimarães, impedindo-nos de cumprir os requisitos de aferição de todos os presidentes da câmara do Quadrilátero Urbano ou representantes por eles nomeados.

8.4. Investigações futuras e recomendações para futuros estudos

Com o decorrer da investigação, foi-nos possível estabelecer contacto, formal e informal com muitos indivíduos da comunidade das A.E. dos municípios do Quadrilátero Urbano. Após várias insistências ao longo da investigação para a possibilidade de aplicar um Plano de Prevenção da Criminalidade nas áreas mais críticas da urbe de Braga, surge a possibilidade de pôr em práticas em uma das freguesias da A.E. uma intervenção que visa o planeamento preventivo.

Foram inúmeros os problemas com os quais nos defrontámos ao longo da investigação, comprovando que a criminalidade carece de ser trabalhada e explorada por mais Geógrafos em Portugal e sobre nos mais variados prismas. É necessário diversificar as metodologias existentes, introduzindo novos parâmetros para avaliar os riscos associados ao planeamento. No decorrer das entrevistas foi abordada a questão dos parques habitacionais com habitações sociais. Acreditamos ser pertinente que existam investigações futuras que versem sobre tal problemática, que abordem questões como: Que dinâmicas criminais estão associadas? Será este espaço um enclave na malha urbana? Como pode o planeamento preventivo mitigar o atual receio por parte da população face a este espaço? Outro elemento relevador foi a associação entre estabelecimentos de ensino e a existência de uma maior incidência de criminalidade no seu entorno. Parece-nos pertinente abordar esta problemática, tentando perceber: Quem são os infratores? A existência do estabelecimento de ensino é um fator preponderante, ou um elemento acessório associado ao maior movimento de indivíduos? Como pode o CPTED ajudar na prevenção da criminalidade?

Só a investigação, a comparação de opiniões e de estudos poderá levar à mudança de mentalidades e alteração de políticas.

Referências Bibliográficas

- Abramovic, F., & Dusen, V. (2004). Second Generation CPTED: The Case of North Central, Breaking Down the Barriers. In *Proceedings of the IX Annual International CPTED Conference* (pp. 1–6). Disponível em: <http://www.veilig-ontwerp-beheer.nl/publicaties/2nd-generation-cpted-breaking-down-the-barriers-in-north-central-regina/view>
- Adel, H., Salheen, M., & Mahmoud, R. A. (2014). Crime in relation to urban design. Case study: The Greater Cairo Region. *Ain Shams Engineering Journal*, 7(3), 925–938. <https://doi.org/10.1016/j.asej.2015.08.009>
- Administração Interna. (2016). Contrato Local de Segurança no Município de Vila Nova de Gaia. Liaboa.
- Adorno, S. (2002). Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, 8, 84–135. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222002000200005>
- Agência Independente da Habitação e da Cidade Instituto do Território. (2014). *Estratégia Nacional para a Habitação*. Alenquer.
- Agência LUSA. (2013). Jovens internados em centros educativos custam 133 euros por dia.
- Agência LUSA. (2014). Quase metade dos jovens libertos em 2013 em risco de reincidência.
- Alexander, C., Ishikawa, S., Silverstei, M., Jacobson, M., Friksdahl-King, I., & Angel, S. (1977). *A Pattern Language: Towns, Buildings, Construction*. Berkeley, California: Oxford University press. <https://doi.org/10.2307/1574526>
- Alfredo, A. (2011). *Aplicaciones y conceptos sobre la Geografía del Crimen : El caso de Alcalá de Henares*. Universidad Complutense de Madrid.
- Alkimim, A., Clarke, K. C., & Oliveira, F. S. (2013). Fear, crime, and space: The case of Viçosa, Brazil. *Applied Geography*, 42, 124–132. <https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2013.05.007>
- Allan, P., Bryant, M., Wirsching, C., Garcia, D., & Teresa Rodriguez, M. (2013). The Influence of Urban Morphology on the Resilience of Cities Following an Earthquake. *Journal of Urban Design*, 18(2), 242–262. <https://doi.org/10.1080/13574809.2013.772881>
- Almeida, C. R. de, & Lucas, H. T. Crime de roubo - diferentes tipos de violência e de ameaça, Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa (2011). Disponível em: [http://www.pgdlisboa.pt/jurel/jur_print_busca.php?buscajur=99 114 105 109 105 110 97 108 &areas=000&res_print=x4948x,x4954x,x4951x,x4943x,x4950x,x4949x,x4910x,x4947x,x4906x,x4982x,x4917x,x4946x,x4915x,x4888x,x4887x,x4882x,x4880x,x4967x,x4876x,x4870x,x4984](http://www.pgdlisboa.pt/jurel/jur_print_busca.php?buscajur=99%20114%20105%20109%20105%20110%2097%20108%20&areas=000&res_print=x4948x,x4954x,x4951x,x4943x,x4950x,x4949x,x4910x,x4947x,x4906x,x4982x,x4917x,x4946x,x4915x,x4888x,x4887x,x4882x,x4880x,x4967x,x4876x,x4870x,x4984)
- Álvaro Miguel do Céu Gramaxo Oliveira Sampaio. (2007). *Design Against Crime - Prevenção situacional do crime em espaço urbano*. Universidade de Aveiro.
- Alves, J. F. (2005). A Indústria em Vila Nova de Famalicão - uma perspectiva histórica. Em J. V. Capela, J. Marques, A. S. da Costa, & A. J. P. da Silva (Eds.), *História de Vila Nova de Famalicão* (1ª ed, pp. 443–486). Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições.
- Ana Ferreira. (2014). *Viver num bairro social e as relações de vizinhança – um estudo sociológico no*

bairro de Santa Tecla. Universidade do Minho - Instituto de Ciências Sociais.

- Andresen, M. A. (2006). Crime measures and the spatial analysis of criminal activity. *British Journal of Criminology*, *46*(2), 258–285. <https://doi.org/10.1093/bjc/azi054>
- Andresen, M. A. (2010). The Place of Environmental Criminology within Criminological Thought. In M. Andresen, P. Brantingham, & J. B. Kinney (Eds.), *Classics in Environmental Criminology* (pp. 5–28). Burnaby, Canada: Simon Fraser University.
- Andresen, M. A. (2011). The Ambient Population and Crime Analysis. *The Professional Geographer*, *63*(2), 193–212. <https://doi.org/10.1080/00330124.2010.547151>
- Andresen, M. A. (2012). Unemployment and crime: A neighborhood level panel data approach. *Social Science Research*, *41*(6), 1615–1628. <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2012.07.003>
- Andresen, M. A. (2013a). The (in) appropriateness of aggregating across crime types. *The Science of Crime Measurement: Issues for Spatially-Referenced Crime Data*, *35*, 107–122.
- Andresen, M. A. (2013b). Unemployment, business cycles, crime, and the Canadian provinces. *Journal of Criminal Justice*, *41*(4), 220–227. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2013.05.006>
- Andresen, M. A., Felson, M., & Frank, R. (2012). The Geometry of Offending and Victimization. *Canadian Journal of Criminology and Criminal Justice*, *54*(4), 495–510. <https://doi.org/10.3138/cjccj.2011.E.36>
- Andresen, M. A., & Linning, S. J. (2014). Beginning To Understand the Economic Costs of Children'S Exposure To timate Partner Violence. *International Journal of Child, Youth and Family Studies*, *5* (January 2014), 588–608. <https://doi.org/10.18357/ijcyfs.andersenma.542014>
- Andresen, M. A., & Malleson, N. (2011). Testing the Stability of Crime Patterns: Implications for Theory and Policy. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, *48*(1), 58–82. <https://doi.org/10.1177/0022427810384136>
- Andresen, M. A., & Malleson, N. (2013). Spatial Heterogeneity in Crime Analysis. Em M. Leitner (Ed.), *Crime Modeling and Mapping Using Geospatial Technologies* (pp. 3–23). Springer Science+Business Media Dordrecht 2013. <https://doi.org/10.1007/978-94-007-4997-9>
- Andresen, M. A., Wuschke, K., Kinney, B., Brantingham, P. J., & Brantingham, P. L. (2009). Cartograms, Crime, and Location Quotients. *Crime Patterns and Analysis*, *2*(1), 31–46.
- Andrew, N., & Kuehnast, K. (2008). *Social Analysis in the Urban Sector: A Guidance Note*. Washington, DC.
- Angel, S. (1968). *Discouraging crime through city planning* (No. 75). Berkeley: Institute of Urban & Regional Development.
- Anselin, L. (1995). Local Indicators of Spatial Association-LISA. *Geographical Analysis*, *27*(2), 93–115. <https://doi.org/10.1111/j.1538-4632.1995.tb00338.x>
- Anselin, L., Cohen, J., Cook, D., Gorr, W., & Tita, G. (2000). Spatial Analyses of Crime. *Criminal Justice*, *4*, 213–262.
- Antunes, G., & Lúcio, J. M. R. (2013). As cidades como sistemas (im)perfeitos: Mitigação dos problemas sociais na cidade de Lisboa. In *Actas da 19.º Congresso da APDR, Políticas de base regional e recuperação económica* (pp. 1301–1311). Braga: APDR.

- Argyriades, D. (2010). From Bureaucracy to Debureaucratization? *Public Organization Review*, 10(3), 275–297. <https://doi.org/10.1007/s11115-010-0136-1>
- Armitage, R. (2018). Burglars' take on crime prevention through environmental design (CPTED): Reconsidering the relevance from an offender perspective. *Security Journal*, 31(1), 285–304. <https://doi.org/10.1360/zd-2013-43-6-1064>
- Assembleia da República. (1982). Lei n.º 11/82 - Regime de criação e extinção das autarquias locais e de designação e determinação da categoria das povoações. Retrieved June 19, 2017, from <http://www.oasrn.org/upload/apoio/legislacao/pdf/ordenamento1182.pdf>
- Assembleia da República. Conselhos municipais de segurança - Lei n.º 33/98 de 18 de Julho (1998). Lisboa.
- Assembleia da República. Estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais - Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro (1999). Lisboa. Disponível em: <http://data.dre.pt/eli/lei/159/1999/09/14/p/dre/pt/html>
- Assembleia da República. (2015). Autarquias Locais - Legislação Nacional. Lisboa.
- Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero. (2008). Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano - Estatutos. Quadrilátero Urbano para a Competitividade, a Inovação e a Internacionalização. Disponível em: http://www.vilanovadefamaliao.org/_programa_quadrilatero
- Atlas, R. (1990). "Offensible Space" — Law and Order Obstruction through Environmental Design. *Proceedings of the Human Factors Society Annual Meeting*, 34(7), 570–574. <https://doi.org/10.1177/154193129003400708>
- Atlas, R. (2008). *21st Century Security and CPTED: Designing for Critical Infrastructure Protection and Crime Prevention*. (R. I. Atlas, Ed.). CRC Press.
- Augusto, N. M. (1998). Habitação social – da intenção de inserção à ampliação da exclusão. Em *IV Congresso Português de Sociologia - Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos* (p. s.p.). Coimbra.
- Avdic, D., & Bünnings, C. (2015). *Does the Burglar Also Disturb the Neighbor? Crime Spillovers on Individual Well-being* (SOEPpapers on Multidisciplinary Panel Data Research No. 737). Berlin, Germany.
- Balbi, A., & Guerry, A. M. (1827). Statistique comparée de l'état de l'instruction et du nombre des crimes dans les divers arrondissements des Académies et des Cours Royales de France. (Jules Renouard (1798-1854), Ed.). Paris, França. Disponível em: <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb40708418s>
- Baptista, J. J. M. (2015). *A Segurança no desenho urbano: uma abordagem CPTED*. Academia Militar.
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trans.) (Edição Rev). Lisboa: Edições 70.
- Bastos, N. P. (2013). A estratégia do Quadrilátero na "Europa 2020." Retrieved June 19, 2017, from <http://consultoria.editvalue.com/pt-media/artigos-economia/a-estrategia-do-quadrilatero-na-europa-2020>

- Bastos, N. P., & Ribeiro, J. C. (2011). O quadrilátero urbano do Baixo Minho para a competitividade e a inovação. Em *Casos de Desenvolvimento Regional* (pp. 309–323). Cascais: Príncipia Editora (bookPart).
- Beaujeu-Garnier, J. (1995). *Geografia Urbana* (2ª Ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Beavon, D. J. K., Brantingham, P., & Brantingham, P. (1994). The influence of street networks on the patterning of property offenses. *Crime Prevention Studies, Vol 2*, (January), 115–148. Disponível em: http://www.popcenter.org/library/crimeprevention/volume_02/06beavon.pdf
- Beirne, P. (1993). *Inventing Criminology: Essays on the Rise of "Homo Criminalis."* New York, USA: State University of New York Press.
- Beken, T., & Peeters, M. (2017). The relation of CPTED characteristics to the risk of residential burglary in and outside the city center of Ghent. *Applied Geography, 86*. <https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2017.06.012>
- Benjamin, R. (1962). Aperçus géographiques sur la criminalité et la délinquance en France. *Revue Française de Sociologie, 3*(3), 301–315. <https://doi.org/10.2307/3319970>
- Bennet, T. (1989). Burglar's choice of targets. Em D. J. Evans & D. T. Herbert (Eds.), *The Geography of Crime* (pp. 176–192). London: Routledge.
- Bevir, M. (2011). Governança democrática: uma genealogia. *Revista de Sociologia e Política, 19*(39), 103–114. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000200008>
- Black, A. W. (2004). The Quest for Sustainable, Healthy Communities. *Australian Journal of Environmental Education, 20*(01), 33–44. <https://doi.org/10.1017/S0814062600002287>
- Boutin, G. (2018). *L'entretien de recherche qualitatif: Théorie et pratique* (2ª Ed.). Presses de L'Université du Québec.
- Brandão, P. (2008). *A identidade dos lugares e a sua representação colectiva: Bases de orientação para a concepção, qualificação e gestão do espaço público* (Série Políticas de Cidades - 3). Lisboa.
- Brantingham, P., & Brantingham, P. (1981a). *Environmental criminology*. Beverly Hills, CA: Sage Publications. Disponível em: <http://trove.nla.gov.au/work/26024140?selectedversion=NBD2244183>
- Brantingham, P., & Brantingham, P. (1981b). Notes on the Geometry of Crime. Em *Environmental Criminology* (p. 28). Sage Publications, Inc. Disponível em: <https://www.ncjrs.gov/App/publications/abstract.aspx?ID=87682>
- Brantingham, P., & Brantingham, P. (1993a). Location quotients and crime hot spots in the city. In C. R. Block & M. Dabdoub (Eds.), *Workshop on crime analysis through computer mapping* (pp. 175–197). Chicago: Criminal Justice Information Authority.
- Brantingham, P., & Brantingham, P. (1993b). Nodes, paths and edges: Considerations on the complexity of crime and the physical environment. *Journal of Environmental Psychology, 13*(1), 3–28. [https://doi.org/10.1016/S0272-4944\(05\)80212-9](https://doi.org/10.1016/S0272-4944(05)80212-9)
- Brantingham, P. J., & Brantingham, P. L. (1975). The spatial patterning of burglary. *The Howard Journal of Criminal Justice, 14*(2), 11–23. <https://doi.org/10.1111/j.1468->

- Breetzke, G. D. (2012). The effect of altitude and slope on the spatial patterning of burglary. *Applied Geography*, 34, 66–75. <https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2011.10.017>
- Bulmer, M. (1986). The Chicago School of Sociology: Institutionalization, Diversity, and the Rise of Sociological Research. *Contemporary Sociology*. Chicago, U.S.A.: University of Chicago Press. <https://doi.org/10.2307/2071348>
- Burgess, E. W. (1925). The Growth of the City: An introduction to a research project. In R. E. Park, E. W. Burgess, & R. D. Mckenzie (Eds.), *The City* (pp. 47–62). London: The University of Chicago Press.
- Cahill, M. E. (2005). *Geographies of Urban Crime: An Intraurban Study of Crime in Nashville, TN; Portland, OR; and Tucson, AZ*. University of Arizona.
- Caldeira, T. (2000). *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. (Edusp - Editora da Universidade de São Paulo, Ed.). São Paulo - Brasil: Editora 34.
- Calixto, I. (2016). *A Mulher no Crime : Submissa ou Subtil? As Atividades Rotineiras como fator relevante na incidência de gêneros no fenômeno criminal*. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Capel, H. (2002). *La Morfología De Las Ciudades. Soiedad, Cultura Y Paisaje Urbano* (1.º, Vol. I). Barcelona: Ediciones del Serbal.
- Capela, J. V. (2005a). V. N. De Famalicão - Primeiro Município do Liberalismo: Famalicão em luta pela criação do Concelho. Em J. V. Capela, J. Marques, A. S. da Costa, & A. J. P. da Silva (Eds.), *História de Vila Nova de Famalicão* (1ª ed, pp. 237–253). Vila Nova de Famalicão: Quasi.
- Capela, J. V. (2005b). V. N. Famalicão - Primeiro Município do Liberalismo: As primeiras Câmaras e o exercício do poder municipal (1834 - 1846). Em J. V. Capela, J. Marques, A. S. da Costa, & A. J. P. da Silva (Eds.), *História de Vila Nova de Famalicão* (1ª ed, pp. 255–276). Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições.
- Carquejo, D. (1998). A Criminalidade “aparente” em Portugal nos anos de 1995 a 1998. Em *IV Congresso Português de Sociologia - Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos* (p. 6). Coimbra.
- Carvalho, A. C. (2015). *A Segurança Urbana e o Desenho do Espaço Público : contributos para a prevenção do crime e de incivilidades*. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Carvalho, M. (2010). *Do outro lado da cidade. Crianças, Socialização e Delinquência em bairros de realojamento*. Universidade Nova de Lisboa.
- Carvalho, M., & Duarte, V. (2013). Crianças, jovens e a cidade: riscos, violências e delinquências em Portugal. *Latitude*, 7, 133–166. Disponível em: <http://repositorio.ismai.pt/handle/10400.24/195>
- Castro, P., Freitas, H., & Barrico, L. (2016). Urban sprawl - the trend of urban expansion in the municipality of Coimbra 1 Output. *22nd International Sustainable Development Research Society Conference*.

- Catalano, P., Hill, B., & Long, B. (2001). Geographical Analysis and Serial Crime Investigation: A Case Study of Armed Robbery in Phoenix, Arizona. *Security Journal*, 14(3), 27–41. <https://doi.org/10.1057/palgrave.sj.8340088>
- Centro Regional de Informação das Nações Unidas. (2016). Objetivo 11: Cidades e comunidades sustentáveis. Retrieved June 12, 2017, from <https://www.unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/31980-objetivo-11-cidades-e-comunidades-sustentaveis>
- Cerqueira, C. P. B. (2012). *Quando elas (não) são notícia: Mudanças, persistências e reconfigurações na cobertura jornalística sobre o Dia Internacional da Mulher em Portugal (1975-2007)*. Universidade do Minho.
- Cerqueira, H. R. M. (2012). *A “criminalidade de rua” na freguesia de Campelo: Estudo de Caso*. Academia Militar.
- Chalfin, A. (2013). The Economic Cost of Crime. Em *The Encyclopedia of Crime and Punishment* (p. 24).
- Chamard, S. (2006). The History of Crime Mapping and its use by American Police Departments. *Alaska Justice Forum*, 23(3).
- Christaller, W. (1996). *Central places in southern Germany*. Prentice Hall.
- Cillis, F. De, Maggio, M. C. De, & Setola, R. (2015). Vulnerability Assessment in RIS Scenario Through a Synergic Use of the CPTED Methodology and the System Dynamics Approach. Em R. Setola, A. Sforza, V. Vittorini, & C. Pragliola (Eds.), *Railway Infrastructure Security* (Vol. 27, pp. 65–89). Cham: Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-04426-2_4
- Cisneros, H. G. (1995). *Defensible Space: Deterring Crime and Building Community*. Washington, DC: U.S. Housing and Urban Development. Disponível em: <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/Digitization/75979NCJRS.pdf>
- Clancey, G., Fisher, D., & Yeung, N. (2016). A recent history of Australian crime prevention. *Crime Prevention and Community Safety*, 18(4), 309–328. <https://doi.org/10.1057/s41300-016-0001-4>
- Clark, D. (1991). *Introdução à Geografia urbana*. (L. H. de O. Gerardi & S. M. Pintaudi, Trans.) (2.º ed). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Clarke, R., & Mayhew, P. (1980). *Designing out crime*. London: HMSO.
- Clarke, R. V. (2009). The theory of crime prevention through environmental design. *Police Management Studies Quartely (PMSQ)*, 3(3), 344–356. Disponível em: <http://en.journals.sid.ir/ViewPaper.aspx?ID=200562>
- Clarke, R. V., & Cornish, D. B. (1985). Modeling Offenders' Decisions: A Framework for Research and Policy. *Crime and Justice*, 6, 147–185. <https://doi.org/10.1086/449106>
- Clarke, R. V., & Eck, J. E. (2005). Crime Analysis for Problem Solvers in 60 small steps, 149.
- Clarke, R. V. (1997). *Situational Crime Prevention: Successful Case Studies. Harrow and Heston* (2.º). New York: Harrow and Heston. Disponível em: http://www.popcenter.org/library/reading/pdfs/scp2_intro.pdf
- Código Penal. (2015).

- Cohen, J. (1941). The Geography of Crime. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 217, 29–37.
- Cohen, L., & Felson, M. (1979). Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach. *American Sociological Review*, 44(4), 588–608. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2094589>
- Coleman, A. (1985). *Utopia on trial: vision and reality in planned housing* (2 ed.). London: Hilary Shipman. Disponível em: https://books.google.pt/books/about/Utopia_on_trial.html?id=5B5HAAAAMAAJ&redir_esc=y
- Coleman, J. S. (2000). Social Capital in the Creation of Human Capital. Em E. L. Lesser (Ed.), *Knowledge and Social Capital: Foundations and Applications* (pp. 17–41). Boston: Butterworth-Heinemann.
- Colombié, S. (2009). *Cartographie de la criminalité au Québec: une tentative d'état des lieux*. Ville de Drancy, France: Centre International pour la Prévention de la Criminalité.
- Colquhoun, I. (2004). *Designing Out Crime: Creating Safe and Sustainable Communities*. Oxford: Architectural Press.
- Comerio, M. C., & Moudon, A. V. (1989). Built for Change: Neighborhood Architecture in San Francisco. *Journal of Architectural Education* (1984-), 43(1), 51. <https://doi.org/10.2307/1424985>
- Cook, T., & Reichardt, C. (1986). *Métodos cualitativos y cuantitativos en investigación evaluativa*. (S. L. Ediciones Marata, Ed., G. Solana, Trans.) (1.ª Ed.). Madrid: Morata. <https://doi.org/10.5507/ag.2014.008>
- Corso, P., Mercy, J., Simon, T., Finkelstein, E., & Miller, T. (2007). Medical Costs and Productivity Losses Due to Interpersonal and Self-Directed Violence in the United States. *American Journal of Preventive Medicine*, 32(6), 474–482.e2. <https://doi.org/10.1016/j.amepre.2007.02.010>
- Costa, M. da S. (2000). Comentários. Em M. de L. Martins (Ed.), *Crime e Castigo - práticas e discursos* (pp. 43–48). Braga: Edição do Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.
- Costa, M. S. e. (1991). O trabalho industrial no vale do ave: uma crise para a mudança. *Cadernos Do Noroeste*, 4(6–7), 129–145.
- Cozens, P. (2002). Sustainable urban development and crime prevention through environmental design for the British City. Towards an effective urban environmentalism for the 21st century. *Cities*, 19(2), 129–137. [https://doi.org/10.1016/S0264-2751\(02\)00008-2](https://doi.org/10.1016/S0264-2751(02)00008-2)
- Cozens, P. (2008a). *Crime prevention through environmental design*. (R. Wortley & L. Mazerolle, Eds.), *Environmental Criminology and Crime Analysis*. Willan Publishing. <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-385246-5.00008-0>
- Cozens, P. (2008b). Crime prevention through environmental design in Western Australia: Planning for sustainable urban futures. *International Journal of Sustainable Development and Planning*, 3(3), 272–292. <https://doi.org/10.2495/SDP-V3-N3-272-292>
- Cozens, P. (2008c). New urbanism, crime and the suburbs: A review of the evidence. *Urban Policy and Research*, 26(4), 429–444. <https://doi.org/10.1080/08111140802084759>

- Cozens, P., Hillier, D., & Prescott, G. (2002). Defensible space, community safety, the british city and the “active citizen”: Penetrating the criminal mind. *Crime Prevention and Community Safety*, 4(4), 7–21. <https://doi.org/10.1057/palgrave.cpcs.8140166>
- Cozens, P., & Love, T. (2015). A Review and Current Status of Crime Prevention through Environmental Design (CPTED). *Journal of Planning Literature*, 30(4), 393–412. <https://doi.org/10.1177/0885412215595440>
- Cozens, P. M., Saville, G., & Hillier, D. (2005). Crime prevention through environmental design (CPTED): a review and modern bibliography. *Property Management*, 23(5), 328–356. <https://doi.org/10.1108/02637470510631483>
- Creswell, J. (2009). *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches* (3.º Ed.). Sage Publications, Inc.
- Crowe, T. D. (2000). *Crime Prevention Through Environmental Design: Applications of Architectural Design and Space Management Concepts* (2 edição). Boston: Natural Crime Prevention Institute.
- Crowe, T. D., & Zahm, D. L. (1994). Crime Prevention through Environmental Design. *Land Development*, 22–27. <https://doi.org/10.1177/000276427101400409>
- Crowe, T., & Fennelly, L. J. (2013). *Crime preventing environmental design* (3.º edição). USA: Butterworth-Heinemann.
- Cunty, C., Fussy, F., & Perez, P. (2007). Géocriminologie, quand la cartographie permet aux géographes d’investir la criminologie. *Cybergeog*. <https://doi.org/10.4000/cybergeog.7058>
- Curman, A. S. N., Andresen, M. a., & Brantingham, P. J. (2014). Crime and Place: A Longitudinal Examination of Street Segment Patterns in Vancouver, BC. *Journal of Quantitative Criminology*, 31(1), 127–147. <https://doi.org/10.1007/s10940-014-9228-3>
- da Silva, B. F. A. (2014). Social Disorganization and Crime: Searching for the Determinants of Crime at the Community Level. *Latin American Research Review*, 49(3), 218–230. <https://doi.org/10.1353/lar.2014.0041>
- Davey, C. L., Cooper, R., Press, M., Wootton, A. B., & Olson, E. (2002). Design Against Crime: Design leadership in the development of emotional values. In *Design Management Institute Conference*. Boston.
- Davey, C. L., & Wootton, A. B. (2017). *Design against crime: A human-centred approach to designing for safety and security*. *Design Against Crime: A Human-Centred Approach to Designing for Safety and Security*. <https://doi.org/10.4324/9781315576565>
- de Melo, S. N., Matias, L. F., & Andresen, M. a. (2015). Crime concentrations and similarities in spatial crime patterns in a Brazilian context. *Applied Geography*, 62(0), 314–324. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1016/j.apgeog.2015.05.012>
- Deutsche, R. (1996). *Evictions: art and spatial politics* (Vol. 1). London: The MIT Press.
- Dijk, J. J. M. Van, & Mayhew, P. (1993). Criminal victimisation in the industrialised world: Key findings of the 1989 and 1992 international crime surveys. *Research Bulletin*, 28, 4–13.
- Diniz, A., & Faria, A. (2018). Contributions from behavioral geography to environmental criminology. *Sociology International Journal*, 2(4), 295–298. <https://doi.org/10.15406/sij.2018.02.00061>

- Du, Y., & Law, J. (2016). How Do Vegetation Density and Transportation Network Density Affect Crime across an Urban Central-Peripheral Gradient? A Case Study in Kitchener – Waterloo , Ontario. *ISPRS International Journal of Geo-Information*, 5(7), 2–23.
- Economist Intelligence Unit. (2015). *The Safe Cities Index 2015: Assessing Urban Security in the Digital Age*. The Economist.
- Eklblom, P. (2008). Designing products against crime. Em R. Wortley & L. Mazerolle (Eds.), *Environmental Criminology and Crime Analysis* (pp. 195–220). Willan Publishing.
- Eklblom, P. (2011). Deconstructing CPTED... and Reconstructing it for Practice, Knowledge Management and Research. *European Journal on Criminal Policy and Research*, 17(1), 7–28. <https://doi.org/10.1007/s10610-010-9132-9>
- Eklblom, P., Armitage, R., Monchuk, L., & Castell, B. (2013). Crime Prevention Through Environmental Design in the United Arab Emirates: A Suitable Case for Reorientation? *Built Environment*, 39(1), 92–113.
- Elffers, H., Reynald, D., Averdijk, M., Bernasco, W., & Block, R. (2008). Modelling Crime Flow between Neighbourhoods in Terms of Distance and of Intervening Opportunities. *Crime Prevention & Community Safety*, 10(S2), 85–96. <https://doi.org/10.1057/palgrave.cpcs.8150062>
- Endlich, A. M., & Fernandes, P. (2014). Aumento da Violência em Pequenas Cidades, Sentimento de Insegurança e Controle Social. *Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, XVIII(493 (30)), 1–20.
- Escritórios das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. (2010). *Manual de Diretrizes de Prevenção à Criminalidade: Aplicação Prática*. Viena: Nações Unidas. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/UNODC_CrimePreventGuidelines_POR_LR.pdf
- Estébanez, J. (1988). Los Espacios Urbanos. Em R. Puyol (Ed.), *Geografía Humana*. Madrid: Catedra.
- Esteves, A. (1999). *A Criminalidade na Cidade de Lisboa - Uma Geografia da Insegurança* (1º Ed.). Lisboa: Edições Colibri.
- European Cooperation in Science and Technology. (2016). *Lisbon CP-UDP Workshop | Security and Urban Planning*. Lisboa.
- European Forum for Urban Safety. (2007). *Guidance on Local Safety Audits: A Compendium of International Practice*. Pais - França: European Forum for Urban Safety.
- European Forum for Urban Security. (2012). Segurança, Democracia e Cidades: o Manifesto de Aubervilliers e Saint-Denis. Em A. Esteves (Trans.), *Segurança, Democracia e Cidades: o futuro da prevenção* (p. 51). Pais - França: European Forum for Urban Security.
- European Forum for Urban Security. (2018). *Manifesto Segurança, Democracia e Cidades: Coproduzir as políticas de segurança*. (D. Figueiredo, Trans.). Paris - França: Fórum Europeu para a Segurança Urbana.
- Eurostat. (2017). Crime, violência ou vandalismo na área por grau de urbanização. Disponível em: http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=ilc_mddw06&lang=en
- Evans, D., Herbert, D., & Fyfe, N. (1992). *Crime, Policing, and Place: essays in environmental*

- criminology*. London: Routledge. Disponível em: <http://www.loc.gov/catdir/enhancements/fy0648/91024980-d.html>
- FBI. (2015). FBI Releases 2014 Crime Statistics, 2. Disponível em: <https://www.fbi.gov/about-us/cjis/ucr/crime-in-the-u.s/2014/crime-in-the-u.s.-2014/resource-pages/fbi-releases-2014-crime-statistics.pdf>
- Felson, M. (1995). Those Who Discourage Crime. In J. e Eck & D. Weisburd (Eds.), *Crime and Place: Crime Prevention Studies* (Vol. 4, pp. 53–66). New York: Criminal Justice Press.
- Fernandes, C. M. Á. (2015). *Processos de melhoria social: a requalificação do Bairro Social de Santa Tecla*. Universidade do Minho. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/39565>
- Fernandes, J. L. (2001). Marginalidade de rua e insegurança urbana segundo Philippe Bourgois. *OlhareSeguros*, 3(2), 12–13.
- Fernandes, J. L. J. (2008). A desterritorialização como factor de insegurança e crise social no mundo contemporâneo. Em *I Jornadas Internacionais de Estudos sobre Questões Sociais* (pp. 423–447). Póvoa de Varzim: AGIR – Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-Cultural.
- Fernandes, J. L., & Neves, T. (1999). Insegurança Urbana e “Espaços Perigosos.” *OlhareSeguros*, 1(2), 9–13.
- Fernandes, J. L., & Rêgo, X. (2011). Por onde anda o sentimento de insegurança? Problematizações sociais e científicas do medo à cidade. *Etnográfica*, 15(1), 167–181. <https://doi.org/10.4000/etnografica.869>
- Fernandes, M. (2009). Urbanismo Segurança e Lei. In M. M. G. Valente (Coord.) (Ed.), *Urbanismo, Segurança e Lei - TOMO II* (pp. 59–69). Coimbra: Almedina.
- Ferreira, E. C. da S. M. L. B. (2013). *Segurança e prevenção da criminalidade em espaços públicos: A dialética proativa entre o desenho e o uso seguro*. Universidade Técnica de Lisboa.
- Ferreira, E. V. (1998). *Crime e Insegurança em Portugal: Padrões e Tendências, 1985-1996* (1ª edição). Oeiras: Celta Editora Lda.
- Ferreira, J., João, P., & Martins, J. (2012). GIS for Crime Analysis: Geography for Predictive Models. *Electronic Journal of Information Systems Evaluation*, 15(1), 36–49. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=bth&AN=87403047&site=bsi-live>
- Ferreira, J., & Martins, J. (2009). A Geografia da Criminalidade. Em *VII Congresso da Geografia Portuguesa* (pp. 1–12). Coimbra: Associação Portuguesa de Geógrafos.
- Findlay, M. (2000). *The Globalisation of Crime: Understanding Transitional Relationships in Context* (1 edition). Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press.
- Fletcher, J. (1849a). Moral and Educational Statistics of England and Wales. *Journal of the Statistical Society of London*, 12(2), 151–176.
- Fletcher, J. (1849b). *Summary of the moral statistics of England and Wales*. London: Great Britain.
- Fonseca, F., & Ramos, R. (2009). Integração espacial e funcional de redes urbanas: o caso do Quadrilátero Urbano. *Area*, 2(1), 103–116. <https://doi.org/10.1016/j.jqsr.2014.08.009>

- Fonseca, M. (1984). Notas para uma geografia do crime em Portugal: 1950-1981. *Finisterra*, XIX(38), p.171-204.
- Formiga, N. S., Maurício, F., & João, D. N. (2013). Verificação de um modelo causal entre anomia social e sentimento anômico. *Revista Sul Americana de Psicologia*, 1(2), 152–168.
- Fórum Europeu para a Segurança Urbana. (2009). Manual de Diagnósticos Locais de Segurança Uma Compilação de Normas e Práticas Internacionais (versão portuguesa). (M. J. Correia, Trans.). Lisboa: Direção- Geral de Administração Interna.
- Frank, R., Andresen, M. A., & Brantingham, P. L. (2012). Criminal directionality and the structure of urban form. *Journal of Environmental Psychology*, 32(1), 37–42. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2011.09.004>
- Frank, R., Andresen, M. A., & Brantingham, P. L. (2013). Visualizing The directional bias in property crime incidents for five Canadian municipalities. *Canadian Geographer*, 57(1), 31–42. <https://doi.org/10.1111/j.1541-0064.2012.00450.x>
- Frank, R., Andresen, M. A., & Felson, M. (2012). The geodiversity of crime: Evidence from British Columbia. *Applied Geography*, 34, 180–188. <https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2011.11.007>
- Frank, R., Brantingham, P. L., & Farrell, G. (2012). Estimating the true rate of repeat victimization from police recorded crime data: A study of burglary in Metro Vancouver. *Canadian Journal of Criminology and Criminal Justice*, 54(4), 481–494. <https://doi.org/10.3138/cjccj.2011.E.48>
- Freire, T. (2000). City of God Redux : Inequality , Migration , and Violent Crime in Brazil between 1980 and 2000 Revisitando Cidade de Deus : Desigualdade Salarial , Migrações e Crime Violento no Brasil entre 1980 e 2000.
- Freitas, L. P. C. de. (2011). *Influência do desenho urbano na insegurança da cidade: Uma proposta para o bairro da Cova da Moura*. Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em: <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395142737809/dissertacao.pdf>
- Friendly, M. (2007). The Life and Works of André-Michel Guerry (1802-1866). *Euclid.Psych.Yorku.Ca*, 1–12.
- Fyfe, N. R., & Kenny, J. T. (2005). *The Urban Geography Reader*. New York: Routledge.
- Gabinete da Secretária de Estado Adjunta da Administração Interna. (2017). *Contratos Locais de Segurança: Nova Geração*. Lisboa. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/documento?i=20160714-mai-contratos-locais-seguranca>
- Gardiner, R. (1978). *Design for Safe Neighbourhoods: The Environmental Security Planning and Design Process*. National Institute of Law, U.S. Department of Housing and Urban development, Office of Policy Development and Research.
- Gardiner, R. A. (1978). *Design for Safe Neighborhoods: The Environmental Security Planning and Design Process*. Wahington, U.S.A.: National Institute of Law Enforcement and Criminal Justice of the United States Department of Justice and from the United States Department of Housing and Urban Development.
- Garofalo, J. (1981). The Fear of Crime: Causes and Consequences. *The Journal of Criminal Law and Criminology The Journal of Criminal Law and Criminology THE JOURNAL OF CRIMINAL LAW &*

CRIMINOLOGY, 72234181(2), 839–857. Disponível em:
<http://www.jstor.org/stable/1143018>
<http://www.jstor.org/stable/1143018>

- Geason, S., & Wilson, P. R. (1989). *Designing out crime: Crime prevention through environmental design* (1ª). Canberra, Australia: Australian Institute of Criminology.
- Geason, S., & Wilson, P. W. (2013). Checklist for a Program of Successful Crime Prevention Through Environmental Design. In *Crime Prevention Through Environmental Design* (Third edit, pp. 273–275). Elsevier. <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-411635-1.00013-9>
- Getis, A., Drummy, P., Gartin, J., Gorr, W., Harries, K., Rogerson, P., ... Wright, R. (2000). Geographic Information Science and Crime Analysis Centers for the Study of Crime in Law. *URISA Journal*, 12, 7–14.
- Getis, A., & Ord, J. K. (1992). The analysis of spatial association by use of distance statistics. *Geographical Analysis*, 24(3). <https://doi.org/10.1111/j.1538-4632.1992.tb00261.x>
- Giddens, A. (2008). *Sociologia* (4.ª Edição). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gill, C., Wooditch, A., & Weisburd, D. (2017). Testing the “Law of Crime Concentration at Place” in a Suburban Setting: Implications for Research and Practice. *Journal of Quantitative Criminology*, 33(3). <https://doi.org/10.1007/s10940-016-9304-y>
- Gill, M., & Turbin, V. (1999). Evaluating Realistic Evaluation: Evidence from a Study of CCTV. *Crime Prevention Studies*, 10, 179–199. Disponível em:
http://www.popcenter.org/library/CrimePrevention/Volume_10/07-GillTurbin.pdf
- Gillespie, C. A. (2016). How Culture Constructs Our Sense of Neighborhood : Mental Maps and Children ' s Perceptions of Place How Culture Constructs Our Sense of Neighborhood : Mental Maps and Children ' s Perceptions of Place. *Journal of Geography ISSN;*, 109(1), 18–29. <https://doi.org/10.1080/00221340903459447>
- Golman, R., Hagmann, D., & Loewenstein, G. (2017). Information Avoidance. *Journal of Economic Literature*, 55(1), 96–135. <https://doi.org/10.1257/jel.20151245>
- Gomes, A. R. (2012). *Crimes Contra a Propriedade: Uma Abordagem de Criminologia Ambiental*. Universidade Fernando Pessoa.
- Gomes, P. V. (2007). A prevenção criminal através do ordenamento do espaço urbano: subsidios para uma agenda nacional. In M. Valente (Ed.), *Urbanismo, Segurança e Lei Tomo I* (pp. 61–80). Edições Almedina.
- Gonçalves, A., & Pinto, T. C. (2001). Os bairros sociais vistos por si mesmos: actores, imagens públicas e identidades. *Cidades - Comunidade e Território*, (3), 111–131.
- Gonçalves, F. (2017, March). Reabilitação urbana: há em Portugal 1,5 milhões de casas a precisar de intervenções. *Idealista/News*, online. Disponível em:
<https://www.idealista.pt/news/imobiliario/habitacao/2017/03/27/33091-reabilitacao-urbana-ha-em-portugal-1-5-milhoes-de-casas-a-precisar-de-intervencoes>
- Gonçalves, J. M. (1995). Usos e absurdos do urbanismo contemporâneo. *Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, 21, 8–17.

- Gorr, W., & Kurland, K. (2012). *GIS Tutorial for Crime Analysis Supplement for ArcGIS 10.2. Supplement for ArcGIS 10.2.*
- Gregory, D., Johnston, R., Pratt, G., J.Watts, M., & Whatmore, S. (2009). *The dictionary of human geography* (5th ed.). Wiley-Blackwell.
- Grönlund, B. (2011). Is Hammarby Sjöstad a Model Case? Crime Prevention Through Environmental Design in Stockholm, Sweden. In *The Urban Fabric of Crime and Fear* (pp. 283–310). Dordrecht: Springer Netherlands. https://doi.org/10.1007/978-94-007-4210-9_12
- Guedelha, M. J. M. (2013). O Sistema de Segurança Interna Português – “ A Reforma de 2008 – uma visão empírica e setorial.” *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*, 1–33.
- Guerra, I. (2003). Tensões do Urbanismo Quotidiano. In *Políticas Urbanas - Tendências, estratégias e oportunidades* (pp. 237–251). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Guerry, A. M. (1833). *Essai sur la statistique morale de la France*. Lacroix (Chez Croch). Paris: Paris Crochard.
- Ha, O. K., & Andresen, M. A. (2016). Unemployment and the specialization of criminal activity: A neighborhood analysis. *Journal of Criminal Justice*, 48, 1–8. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2016.11.001>
- Harries, K. (1971). The geography of American crime. *Journal of Geography*, 70, 204–2013.
- Harries, K. (1973). Social indicators and metropolitan variations in crime. *Proceedings - Association of American Geographers*, 5, 97–101.
- Harries, K. (1974). *The Geography of Crime and Justice*. New York: NY: McGraw-Hill.
- Harries, K. (1980). *Crime and the Environment*. United States of America: Springfield.
- Harries, K. (1999a). Mapping Crime: Principle and Practice. *National Institute of Justice*, 164(3), 206. <https://doi.org/NCJ 178919>
- Harries, K. (1999b). Mapping Crime and Geographic Information Systems, (1997), 91–126. Disponível em: <https://www.ncjrs.gov/html/nij/mapping/toc.html>
- Harries, K. (2000). Filters, fears, and photos. Speculations and explorations in the geography of crime. In V. Goldsmith, P. G. McGuire, J. h. Mollenkopf, & T. A. Ross (Eds.), *Analyzing Crime Patterns. Frontiers of Practice* (pp. 21–31). Sage Publications, Inc.
- Harries, K., & Brunn, S. D. (1978). *The Geography of Laws and the Administration of Justice*. New York: Praeger.
- Harries, K. D. (1971). The Geography of American Crime, 1968. *Journal of Geography*, 70(4), 204–213. <https://doi.org/10.1080/00221347108981621>
- Hazan, C., & Shaver, P. R. (1994). Attachment as an Organizational Framework for Research on Close Relationships. *Psychological Inquiry*, 5(1), 1–22. https://doi.org/10.1207/s15327965pli0501_1
- Hedayati, M., Abdullah, A., & Ignatius, J. (2016). Examining the effects of crime prevention through environmental design (CPTED) on Residential Burglary. *International Journal of Law, Crime and Justice*, 1–17. <https://doi.org/10.1016/j.ijlcj.2016.04.001>

- Hedayati, M., Abdullah, A., Razak, N. A., & Maghsoodi Tilaki, M. J. (2011). Using hotspot mapping to understand spatial patterns of burglary in residential land use: A case study of Penang. *World Applied Sciences Journal*.
- Hedayati Marzbali, M., Abdullah, A., Razak, N. A., & Maghsoodi Tilaki, M. J. (2012). The influence of crime prevention through environmental design on victimisation and fear of crime. *Journal of Environmental Psychology, 32*(2), 79–88. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2011.12.005>
- Heitor, T. V. (2007). Insegurança em meio urbano: O espaço na mediação de oportunidades delituosas. *SciELO - Portugal, 21*(2), 14. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-20492007000200003&lng=es&nrm=iso
- Herbert, D. (1977). Crime , delinquency urban environment by thus recognized and used in criminological research but not by professional. *Progress in Geography, 1*(2), 208–239.
- Herbertson, A. J. (1915). Regional Environment, Heredity and Consciousness. *The Geographical Teacher, 8*(3), 147–153. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40555837>
- Hillier, B. (2008). Space and spatiality : what the built environment needs from social theory Space and spatiality : what the built environment needs from social theory. *Building Research & Information, 36*(3), 216–230.
- Hino, K., Uesugi, M., & Asami, Y. (2016). Official Crime Rates and Residents' Sense of Security Across Neighborhoods in Tokyo, Japan. *Urban Affairs Review, 1*–25. <https://doi.org/10.1177/1078087416667619>
- Hipp, J. R. (2016). Collective efficacy: How is it conceptualized, how is it measured, and does it really matter for understanding perceived neighborhood crime and disorder? *Journal of Criminal Justice, 46*, 32–44. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2016.02.016>
- Hirschi, T. (2001). *Causes of Delinquency*. E.U.A.: Transaction Publishers.
- Inácio, C. I. C. (2010). *Políticas Públicas de Segurança – novo paradigma*. Universidade de Aveiro.
- Institute for Economics & Peace. (2014, February). The Economic Cost of Violence Containment. *Institute for Economics and Peace, 36*.
- Institute for Economics & Peace. (2015, June). Global Peace Index 2015: Quantifying Peace and its Benefits. *Institute for Economics and Peace, 120*.
- Institute for Economics & Peace. (2018). *Global Peace Index 2018*. Sydney. Disponível em: <http://visionofhumanity.org/app/uploads/2018/06/Global-Peace-Index-2018-2.pdf>
- Instituto Nacional de Estatística. (2012a). Alojamentos (N.º) por Localização geográfica; Decenal. Retrieved March 1, 2018, from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0005891&contexto=bd&selTab=tab2
- Instituto Nacional de Estatística. (2012b). População residente (N.º) nas cidades de Braga, Barcelos, Guimarães e Vila Nova de Famalição.
- Instituto Nacional de Estatística. (2013a). Cidades (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual (1). Retrieved June 19, 2017, from

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000347&contexto=bd&selTab=tab2

Instituto Nacional de Estatística. (2013b). Proporção de edifícios com necessidade de reparação (%) por Localização geográfica (à data dos Censos 2011); Decenal. Retrieved January 3, 2018, from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006984&contexto=bd&selTab=tab2

Instituto Nacional de Estatística. (2014a). Cidades Portuguesas : Um Retrato Estatístico 2011. *Destaque Informação à Comunicação Social - Instituto Nacional de Estatísticas*, (43), 1–14. Disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=215723165&DESTAQUESmodo=2

Instituto Nacional de Estatística. (2014b). *Cidades Portuguesas: Um Retrato Estatístico 2011*. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=215723165&DESTAQUESmodo=2

Instituto Nacional de Estatística. (2015a). Conceitos.

Instituto Nacional de Estatística. (2015b). Edifícios (N.º) por Localização geográfica (Cidade, NUTS - 2002); Decenal.

Instituto Nacional de Estatística. (2015c). Índice de primazia do sistema urbano (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual. Retrieved June 19, 2017, from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008304&contexto=bd&selTab=tab2

Instituto Nacional de Estatística. (2015d). Proporção de edifícios construídos nos últimos 10 anos (%) por Localização geográfica (Cidade, NUTS - 2002); Decenal. Retrieved March 1, 2018, from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007883&contexto=bd&selTab=tab2

Instituto Nacional de Estatística. (2015e). Taxa de abandono escolar (%) nas cidades de Braga, Barcelos, Guimarães e Vila Nova de Famalicão.

Instituto Nacional de Estatística. (2016a). Empresas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013), Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3) e Forma jurídica; Anual. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&userLoadSave=Load&userTableOrder=9956&tipoSelecao=1&contexto=pq&selTab=tab1&submitLoad=true

Instituto Nacional de Estatística. (2016b). Empresas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Escalão de pessoal ao serviço; Anual. Retrieved February 27, 2018, from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&userLoadSave=Load&userTableOrder=9956&tipoSelecao=1&contexto=pq&selTab=tab1&submitLoad=true

Instituto Nacional de Estatística. (2016c). Idade média dos edifícios (Ano) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Decenal. Retrieved February 27, 2018, from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009085&contexto=pi&selTab=tab0

Instituto Nacional de Estatística. (2016d). Índice de concentração da população residente em cidades

- (%) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual. Retrieved June 19, 2017, from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008305&contexto=bd&selTab=tab2
- Instituto Nacional de Estatística. (2016e). Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras: total e por sector de actividade económica. Retrieved March 7, 2018, from <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>
- Instituto Nacional de Estatística. (2016f). População residente em cidades (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual. Retrieved June 19, 2017, from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008306&contexto=bd&selTab=tab2
- Instituto Nacional de Estatística. (2016g). Proporção de edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Decenal. Retrieved February 27, 2018, from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009085&contexto=pi&selTab=tab0
- Instituto Nacional de Estatística. (2017a). Índice de envelhecimento (N.º) nas cidades de Braga, Barcelos, Guimarães e Vila Nova de Famalicão.
- Instituto Nacional de Estatística. (2017b). População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário; Anual. Retrieved June 20, 2017, from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&contexto=pi&indOcorrCod=0008273&selTab=tab0
- Instituto Nacional de Estatística. (2017c). População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013) e Tipologia de áreas urbanas; Decenal. Retrieved March 1, 2018, from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009091&contexto=bd&selTab=tab2
- Instituto Nacional de Estatística. (2017d). População residente em cidades (N.º) e Densidade populacional (N.º/km²). Retrieved February 27, 2018, from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&userLoadSave=Load&userTableOrder=9956&tipoSelecao=1&contexto=pq&selTab=tab1&submitLoad=true
- Instituto Nacional de Estatística, & PORDATA. (2015a). Poder de compra per capita nos Municípios.
- Instituto Nacional de Estatística, & PORDATA. (2015b). População desempregada do sexo masculino segundo os Censos: total e por tipo de desemprego nos municípios de Braga, Barcelos, Guimarães e Vila Nova de Famalicão.
- Isabel Sani, A., & Nunes, L. M. (2013). Questionário de diagnóstico local de segurança: Estudo numa comunidade urbana. *Análise Psicológica*, 31(2), 185–195. <https://doi.org/10.14417/ap.609>
- Jacobs, J. (1961a). *The Death and Life of Great American Cities*. New York: Vintage Books. <https://doi.org/10.2307/794509>
- Jacobs, J. (1961b). The uses of sidewalks: safety. In *The Death and Life of Great American Cities* (pp. 29–54). Random House. <https://doi.org/10.1002/ncr.4100510614>
- Jacobs, J. (1969). *The economy of cities*. Vintage Books.

- Janke, K., Propper, C., & Shields, M. A. (2016). Assaults, murders and walkers: The impact of violent crime on physical activity. *Journal of Health Economics*, 47, 34–49. <https://doi.org/10.1016/j.jhealeco.2016.01.006>
- Jansson, K. (2006). British Crime Survey - Measuring Crime for 25 Years, 33.
- Jasso López, C. (2013). Percepción de inseguridad en México. *Revista Mexicana de Opinión Pública*, 15, 12–29. [https://doi.org/10.1016/S1870-7300\(13\)72319-6](https://doi.org/10.1016/S1870-7300(13)72319-6)
- Jeffery, C. R. (1969). Crime Prevention and Control Through Environmental Engineering. *Criminology*, 7(3), 35–58. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.1969.tb00236.x>
- Jeffery, C. R. (1971). *Crime Prevention Through Environmental Design*. Beverly Hills: CA: Sage Publications.
- Jeffery, C. R. (2001). CPTED: Past, Present, and Future. In *4th Annual ICA Conference* (Vol. 3, p. 8). Mississauga, Canada: International CPTED Association.
- Jones, G. (2000, June 28). Straw pede repressão em louts. *BBC News*, p. 12.
- Kamalipour, H., Faizi, M., & Memarian, G. (2014). Safe place by design : Urban crime in relation to spatiality and sociality. *Current Urban Studies*, 2(June), 152–162. <https://doi.org/10.4236/cus.2014.22015>
- Kearney, M. S., Harris, B. H., Jácome, E., & Parker, L. (2014). *Ten Economic Facts about Crime and Incarceration in the United States*. E.U.A.
- Kelling, G. L., & Wilson, J. Q. (1982). Broken windows: the police and neighborhood safety. *The Atlantic*, 249(3), 29–38.
- Kennedy, L., Caplan, J., & Piza, E. (1974). *The Spatial Dynamics of Crime*. Chicago: IL: University of Chicago, Department of Geography.
- Khalizah, S., Othman, S., Hanisah, N., & Hashim, M. (2016). Surveillance by Design: Assessment using principles of Crime Prevention through Environmental Design (CPTED) in urban parks. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 234, 506–514. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2016.10.269>
- Knox, P. L., & Pinch, S. (2010). *Urban social geography: an introduction*. *Urban Ecology* (6th ed., Vol. 7). England: Pearson. [https://doi.org/10.1016/0304-4009\(83\)90015-3](https://doi.org/10.1016/0304-4009(83)90015-3)
- Kondo, M. C., Andreyeva, E., South, E. C., MacDonald, J. M., & Branas, C. C. (2018). Neighborhood Interventions to Reduce Violence. *Annual Review of Public Health*, 39(1), 253–271. <https://doi.org/10.1146/annurev-publhealth-040617-014600>
- Kondo, M. C., Han, S. H., Donovan, G. H., & MacDonald, J. M. (2017). The association between urban trees and crime: Evidence from the spread of the emerald ash borer in Cincinnati. *Landscape and Urban Planning*, 157(January), 193–199. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2016.07.003>
- Konvitz, J. (1987). *Cartography in France 1660-1848*. Chicago: University of Chicago Press.
- Kuo, F. E., & Sullivan, W. C. (2001). Environment and Crime in the Inner City. *Environment and Behavior*, 33(3), 343–367. <https://doi.org/10.1177/00139165013333002>

- Kushmuk, J., & Whittemore, S. (1981). A Re-evaluation of Crime Prevention Through Environmental Design Program in Portland, Oregon: Executive Summary. National Institute of Justice.
- Lammers, M., & Bernasco, W. (2013). Are mobile offenders less likely to be caught? The influence of the geographical dispersion of serial offenders' crime locations on their probability of arrest. *European Journal of Criminology*, 10(2), 168–186. <https://doi.org/10.1177/1477370812464533>
- Leal, J. M. P. (2010). O sentimento de insegurança na discursividade sobre o crime. *Sociologias*, (23), 394–427. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222010000100014>
- Lee, J. S., Park, S., & Jung, S. (2016). Effect of Crime Prevention through Environmental Design (CPTED) Measures on Active Living and Fear of Crime. *Sustainability*, 8(9), 872. <https://doi.org/10.3390/su8090872>
- Lefebvre, H. (2011). *O direito à cidade*. (R. Frias, Trans.) (5.ª Edição). São Paulo: Centauro Editora.
- Letch, J., McGlenn, E., Bell, J. F., Downing, E., & Cook, D. M. (2011). An exploration of 1st and 2nd generation CPTED for end of year school leavers at Rottnest Island. *Australian Security and Intelligence Conference*, 38–48.
- Levin, Y., & Lindesmith, A. (1937). English Ecology and Criminology of the past Century. *Journal of Criminal Law and Criminology (1931-1951)*, 27(6), 801. <https://doi.org/10.2307/1137531>
- Linden, R. (2007). Situational Crime Prevention : Its Role in Comprehensive Prevention Initiatives. *IPC Review*, 1, 139–159.
- Linning, S. J. (2015). Crime seasonality and the micro-spatial patterns of property crime in Vancouver, BC and Ottawa, ON. *Journal of Criminal Justice*, 43(6), 544–555. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2015.05.007>
- Linning, S. J., Andresen, M. A., & Brantingham, P. J. (2016). Crime Seasonality: Examining the Temporal Fluctuations of Property Crime in Cities With Varying Climates. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 1–26. <https://doi.org/10.1177/0306624X16632259>
- Longley, P., Goodchild, M., Maguire, D., & Rhind, D. (2005). *Geography Information Systems and Science* (2nd ed). Chichester: John Wiley & Sons, Ltd.
- Lord, C. G., Ross, L., & Lepper, M. R. (1979). Biased assimilation and attitude polarization: The effects of prior theories on subsequently considered evidence. *Journal of Personality and Social Psychology*, 37(11), 2098–2109. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.37.11.2098>
- Loukaki, A. (1997). Whose Genius Loci?: Contrasting Interpretations of the “Sacred Rock of the Athenian Acropolis.” *Annals of the Association of American Geographers*, 87(2), 306–329. <https://doi.org/10.1353/sew.0.0227>
- Lourenço, N. (2010a). Cidades e sentimento de insegurança: violência urbana ou insegurança urbana? In E. A. P. Júnior, J. F. Silva, & J. Maron (Eds.), *Um Toque de Qualidade. Eficiência e Qualidade na Gestão da Defesa Social* (pp. 15–39). Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Defesa Social. Disponível em: <http://www.fd.unl.pt/Anexos/3841.pdf>
- Lourenço, N. (2010b). O custo social e económico do crime. Introdução à análise dos impactes do crime nas vítimas e na sociedade. *Pela Lei e Pela Grei - Revista Da Guarda Nacional Republicana*,

- XXII(88), 50–55. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B1EI2nLqkd-VaHJwc1Jyajlnemc/view>
- Lourenço, N. (2012). Violência Urbana e Sentimento de Insegurança. Em Jorge Bacelar Gouveia (Ed.), *Estudo de Direito e Segurança - Vol II* (pp. 347–366). Coimbra: Almedina. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B1EI2nLqkd-VeXNRRFRubWtXME0/view>
- Lourenço, N. (2013). Globalização e insegurança urbana. *Revista Angolana de Sociologia*, (11), 11–34. <https://doi.org/10.4000/ras.308>
- Lourenço, N. (2015). As novas Fronteiras da Segurança. Segurança Nacional, Globalização e Modernidade. *Segurança e Defesa*, (31), 26–37. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B1EI2nLqkd-Vb0NtWVI2ZOZPa0U/view>
- Lourenço, N., & Lisboa, M. (1996). Violência, Criminalidade e Sentimento de Insegurança. *Separata Da Revista «TEXTOS» N.º 2*. Disponível em: http://repositorio-cientifico.ualantica.pt/jspui/bitstream/10884/338/1/1996_Violencia_criminalidade.pdf
- Lourenço, N., Lopes, F., Rodrigues, C., Costa, A., & Silvério, P. (2015). *Segurança Horizonte 2025. Um Conceito de Segurança Interna*. (F. M. de Ferro, Ed.). Lisboa: Edições Colibri e gresi.
- Lowenthal, D. (1961). Geography, experience and imagination: towards a geographical epistemology. *Annals of the Association of American Geographers*, 51(3), 241–260. Disponível em: www.jstor.org/stable/2561658
- Lynch, K. (1960). *The Image of the City* (1.ª edição). Cambridge, United Kingdom: The MIT Press.
- Lynch, K. (2008). *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70.
- Maceachren, A. M. (1979). The Evolution of Thematic Cartography / A Research Methodology and Historical Review. *Cartographica: The International Journal for Geographic Information and Geovisualization*, 16(1), 17–33. <https://doi.org/10.3138/9784-7853-586N-5851>
- Machado, H. (2008). *Manual de Sociologia do Crime*. Porto: Afrontamento.
- Machado, P., & Neves, A. V. (2011). *Segurança e Desenvolvimento Urbano: A prevenção do crime através do espaço construído* (Série Política de Cidades - 7). Lisboa.
- Magalhães, M. R. de. (1994). Paisagem Urbana e Interface Urbano-Rural. Em A. A. M. Alves, A. Espenica, E. C. Caldas, F. C. Cary, G. R. Teles, I. A. Araújo, & M. R. de Magalhães (Eds.), *Paisagem* (pp. 99–136). Lisboa: DGOTDU.
- Magalhães, J. (2005). Vila Nova de Famalicão entre a Revolução Liberal e a Primeira República - cultura, alfabetização/escolarização, sociedade. Em J. V. Capela, J. Marques, A. S. da Costa, & A. J. P. da Silva (Eds.), *História de Vila Nova de Famalicão* (pp. 409–441). Quasi Edições. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/5042>
- Maíllo, A. S. (2009). História da Criminologia - tradução de Ilicínio Garcia. In *Introducción a la criminología* (6ª ed, pp. 1–43). Dykinson.
- Malheiros, J. M. (1995). Tendências recentes na geografia social: O estudo dos grupos desfavorecidos. *Inforgeo*, 7(8), 115–126.
- Malleson, N., & Andresen, M. A. (2014). The impact of using social media data in crime rate calculations: shifting hot spots and changing spatial patterns. *Cartography and Geographic*

- Maltz, M. D. (1995). Criminality in Space and Time: Life Course Analysis and the Micro-Ecology of Crime. *Crime and Place: Crime Prevention Studies, Vol. 4: Crime and Place*, (1993), 315–347.
- Mário Abreu. (2016). *Sistemas de Informação Aplicados à Prevenção da Criminalidade*. Universidade de Lisboa.
- Markowitz, F. E., Bellair, P. E., Liska, A. E., & Liu, Ji. (2001). Extending Social Disorganization Theory: Modeling the Relationships Between Cohesion, Disorder, and Fear*. *Criminology*, 39(2), 293–319. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.2001.tb00924.x>
- Marques, R. (2017). *Crime e insegurança em meio urbano: Um estudo de caso*. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Marques, R. (2018). *Dinâmica e dilema da habitação portuguesa no séc. XXI - Sustentabilidade habitacional e construção de territórios sustentáveis*. Universidade Aberta.
- Marques, T. S. (1988). Sistema Produtivo Industrial e Território um estudo da Têxtil em Guimarães. *Revista Da Faculdade de Letras: Geografia*, 11(1), 55–103.
- Marshall, B., Smith, C., & Tilley, N. (2004). *Crime Science Using Situational Crime Prevention in Small Areas Crime Science: Short Reports Using Situational Crime Prevention in Small Areas*. London.
- Martin, A. Z. (1991). *El Espacio Interior de la Ciudad*. (D. R. P. Antolin & D. J. V. Angulo, Eds.) (Coleção Es). Madrid: SINTESIS.
- Martins, J. (2010). *Os sistemas de informação geográfica na gestão da criminalidade em Portugal*. Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=7&ved=0CEgQFjAG&url=http%253A%252F%252Frun.unl.pt%252Fbitstream%252F10362%252F5466%252F1%252FTESE_Jose_Martins_2010.pdf&ei=99DkVIGHI4mwUdvqgtAP&usg=AFQjCNEjcWC45yAygHVXZznoFxTUONrQ6w&sig2=QmIAHsQ
- Maslow, A. H. (1954). *Motivation and Personality*. New York: Addison-Educational Publishers Inc. <https://doi.org/10.1037/h0039764>
- Massachusetts Institute of Technology, & United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute. (2011). Improving Urban Security through Environmental Design. Retrieved March 28, 2018, from http://www.unicri.it/news/article/1104-2_urban_security
- Mawby, R. (1977). Defensible Space: A Theoretical and Empirical Appraisal. *Urban Studies*, 14(2), 169–179. <https://doi.org/10.1080/00420987720080321>
- Mayhew, H. (1862). *London Labour and the London Poor; A Cyclopaedia of the condition and earnings of those that will work, those that cannot work, and those that will not work* (1ed.). London: Griffin, Bohn, and Company.
- Mayhew, H., & Binny, J. (1862). *The criminal prisons of London, and scenes of prison life*. London: London: Griffin, Bohn. <https://doi.org/papers2://publication/uuid/E6571D24-A328-4049-A5DB-ABE9B719E09B>
- Mayhew, P., & Van Dijk, J. (1997). *Criminal Victimization in Eleven Industrialised Countries*. WODC.

Den Haag. Disponível em: <http://repository.tudelft.nl/view/wodc/uuid:6a91d664-6c4b-4b20-841a-ed1f87bb9e83/>

- Merry, S. E. (1981). Defensible Space Un defended: Social Factors in Crime Control Through Environmental Design. *Urban Affairs Review*, 16(4), 397–422. <https://doi.org/10.1177/107808748101600401>
- Mikulincer, M., Shaver, P. R., Gillath, O., & Nitzberg, R. A. (2005). Attachment, Caregiving, and Altruism: Boosting Attachment Security Increases Compassion and Helping. *Journal of Personality and Social Psychology*, 89(5), 817–839. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.89.5.817>
- Minayo, M. C. de S., & Sanches, O. (1993). Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? Quantitative and Qualitative Methods: Opposition or Complementarity? *Caderno de Saúde Pública*, 9(93), 239–262. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>
- Monteiro, M., & Santos, M. R. dos. (1996). *Psicologia* (Vol. 1º). Porto: Porto Editora.
- Mordwa, S. (2016). The Geography of crime in Poland and its interrelationship with other fields of study. *Geographia Polonica*, 89(2), 187–202. <https://doi.org/10.7163/GPol.0053>
- National Crime Prevention Council. (2013). *CPTED Prevenção Criminal Através do Espaço Construído: Guia de Boas Práticas*. (DGAI – Direção Geral de Administração Interna, Ed.). Lisboa: NATIONAL CRIME PREVENTION COUNCIL. Disponível em: <http://www.popcenter.org/tools/cpted/PDFs/NCPC.pdf>
- Nelson Lourenço, Manuel Lisboa, & Graça Frias. (1998). Crime e insegurança: delinquência urbana e exclusão social. *Subjudice Justiça e Sociedade*, 51–59. Disponível em: https://repositoriocientifico.uatlantica.pt/bitstream/10884/422/1/1998_Sub_Judice.pdf
- Nes, A. V. A. N., López, M., Bonth, L. D. E., Verhagen, D., & Waayer, S. (2016). Spatial tools for diagnosing the degree of safety and liveability, and to regenerate urban areas in the Netherlands. *Research in Urbanism Series*, 4, 139–156. <https://doi.org/10.7480/rius.4.853>
- Neto, J. S. de L., & Vieira, T. A. (2014). A Estratégia de Prevenção do Desenho Urbano. *Revista Ordem Pública*, 7(1), 55–77.
- Neves, A. V. (2012). A Criminalidade de Rua e o Contexto. In *VII Congresso Português de Sociologia - Sociedade Crise e Reconfigurações* (p. 17). Universidade do Porto, Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- Newman, O. (1972a). *Defensible space: crime prevention through urban design*. New York: Macmillan . Disponível em: <http://trove.nla.gov.au/work/21676131?selectedversion=NBD408032>
- Newman, O. (1972b). *Defensible Space*. New York: Macmillan.
- Newman, O. (1996). *Creating defensible space*. Washington: U.S. Department of Housing and Urban Development. <https://doi.org/10.1007/s00267-004-0342-0>
- Norberg-Schulz, C. (1991). Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture. *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*. Rizzoli. <https://doi.org/10.1038/35051162>
- Office of the Deputy Prime Minister. (2004). Safer places - The Planning System and Crime Prevention.

Proceedings of the ICE - Municipal Engineer, 157, 5–107.
<https://doi.org/10.1680/muen.2004.157.4.227>

- Olavarria-Gambi, M., Manzano, L., Tocornal, X., & Erlich, H. F. (2008). Urban crime and violence ecology of crime contributions to public policies design. *Revista INVI*, 23(64), 19–59. Disponível em: <http://www.scopus.com/inward/record.url?eid=2-s2.0-77952642457&partnerID=40&md5=af2aec26043924c969edc34c62c94a82>
- Oliveira, M. A. (1984). A exposição industrial de 1884 e as suas repercussões. *Boletim de Trabalhos Históricos*. Guimarães.
- Orehek, E., Forest, A. L., & Barbaro, N. (2018). A People-as-Means Approach to Interpersonal Relationships. *Perspectives on Psychological Science*, 13(3), 373–389. <https://doi.org/10.1177/1745691617744522>
- Osgood, D. W., & Chambers, J. M. (2003). Community Correlates of Rural Youth Violence.
- Oteng-Ababio, M., Owusu, A. Y., Owusu, G., & Wrigley-Asante, C. (2016). Geographies of crime and collective efficacy in urban Ghana. *Territory, Politics, Governance*, 0(0), 1–20. <https://doi.org/10.1080/21622671.2016.1159602>
- Owusu, G. (2016). Introduction: Urban Crime and Poverty Nexus. *Ghana Journal of Geography Vol.*, 8(1), 1–10.
- Pain, R., Barke, M., & MacFarlane, R. (2014). *Introducing Social Geographies*. London and New York: Routledge.
- Palsky, G. (2008). Connections and exchanges in European thematic cartography. The case of 19 th century choropleth maps. *Belgeo*, (May 2013), 3–4. <https://doi.org/10.4000/belgeo.11893>
- Pardal, S., Correia, P., & Lobo, M. (1993). *Normas urbanísticas - Volume III Elementos de Direito Urbanístico, Loteamentos Urbanos e Ordenamento Agro-Florestal* (Vol. III). Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Park, R. E., Burgess, E. W., & McKenzie, R. D. (Eds.). (1925). *The City. The City* (Vol. 5). The University of Chicago Press. <https://doi.org/10.2307/3004850>
- Patino, J. E., Duque, J. C., Pardo-Pascual, J. E., & Ruiz, L. A. (2014). Using remote sensing to assess the relationship between crime and the urban layout. *Applied Geography*, 55, 48–60. <https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2014.08.016>
- Patriarca, S. (2002). *Numbers and Nationhood: Writing statistics in nineteenth-century Italy* (Frist Pape). Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press.
- Paynich, R. (2010). Environmental criminology. Em *Fundamentals of Crime Mapping* (pp. 97–148). E.U.A.: Jones and Bartlett Publishers, LLC. [https://doi.org/10.1016/0047-2352\(82\)90028-9](https://doi.org/10.1016/0047-2352(82)90028-9)
- Pedrazzini, Y., & Desrosiers-Lauzon, G. (2011). Asphalt bandits: Fear, insecurity, and uncertainty in the Latin American city. *Emotion, Space and Society*, 4(2), 95–103. <https://doi.org/10.1016/j.emospa.2010.12.005>
- Peixoto, C. R. (2012). *Propensão, experiências e consequências da vitimização: Representações sociais*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa.
- Pereira, V. B., Fernandes, A. teixeira, Monteiro, B., Silva, E. G., Queirós, J., Madureira, J., & Coelho,

- M. I. (2010). *Elementos para o Conhecimento Sociológico da Região do Vale do Ave: uma perspectiva de síntese sobre a sociedade, a economia, a educação, a política e a religião (dos anos de 1950 à actualidade)*. Vila Nova de Famalicão: ADRAVE (e-book).
- Persky, J. (1995). Retrospectives: The Ethology of Homo Economicus. *The Journal of Economic Perspectives*, 9(2), 221–231.
- Persoskie, A., Ferrer, R. A., & Klein, W. M. P. (2013). Association of cancer worry and perceived risk with doctor avoidance: an analysis of information avoidance in a nationally representative US sample. *Journal of Behavioral Medicine*, 37(5), 977–987. <https://doi.org/10.1007/s10865-013-9537-2>
- Pierre, J., & Peters, B. G. (2000). *Governance, Politics and the State*. London: Springer.
- Pinto, P. A. O. (2016). *O papel do marketing territorial no desenvolvimento das cidades inteligentes: o caso da cidade de Viseu*. Instituto Politécnico de Viseu.
- Piscitelli, A., & Perrella, A. M. L. (2017). Fear of crime and participation in associational life. *Social Science Journal*, 54(2), 179–190. <https://doi.org/10.1016/j.soscij.2017.01.001>
- Plint, T. (1851). *Crime in England: Its Relation, Character, and Extent, as Developed from 1801 to 1848*. London: Charles Gilpin.
- PORDATA. (2018). População residente: média anual (União Europeia). Retrieved January 27, 2019, from <https://www.pordata.pt/DB/Europa/Ambiente+de+Consulta/Tabela>
- Portes, A. (1998). Social Capital: Its Origins and Applications in Modern Sociology. *Annual Review of Sociology*, 24(1), 1–24. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.24.1.1>
- Porto Editora. (2018). Burocracia. Retrieved June 19, 2018, from <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/burocracia>
- Portugali, J. (2011). *Complexity, Cognition and the City. Media*. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg. <https://doi.org/10.1007/978-3-642-19451-1>
- Poyner, B. (1983). *Design against crime: beyond defensible space*. London: Butterworths.
- Poyner, B. (2005). *Crime-free Housing in the 21st Century*. Willan Publishing.
- Pred, A. (1967). *Behavior and Location: Foundations for a Geographic and Dynamic Location Theory* (Vol. 1). The Royal University of Lund.
- Prevatt, J. (1998). *Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED) and the role of facilities planning in force protection*. University of Florida.
- Quetelet, A. (1833). *Recherches sur le penchant au crime aux différents âges*. Bruxelles: Hayez.
- Quetelet, A. (1835). *Sur l'homme et le développement de ses facultés, ou Essai de physique sociale - Tome I. Chemistry &* Paris, França: Imprimeur-Libraire.
- Quetelet, A. (1935). *Sur l'homme et le développement de ses facultés, ou Essai de physique sociale - Tome II*. Bruxelles: Louis Hauman et Comp. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k817719/f344.image>
- R. V. G. Clarke. (1980). "Situational" crime prevention: Theory and practice. *The British Journal of Criminology*, 20(2), 136–147. <https://doi.org/10.2307/23636692>

- Ratcliffe, J. H. (2006). A Temporal Constraint Theory to Explain Opportunity-Based Spatial Offending Patterns. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 43(3), 261–291. <https://doi.org/10.1177/0022427806286566>
- Rebecca Paynich, B. H. (2010). *Fundamentals of Crime Mapping*. E.U.A.: Jones and Bartlett Publishers, LLC.
- Recenseamento da população e habitação - Censos 2011. (2011). Edifícios (N.º) por Localização geográfica (à data dos Censos 2011), Época de construção, Necessidade de reparação do edifício e Dimensão da reparação; Decenal. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006248&contexto=bd&selTab=tab2
- Rêgo, X. (2007). A cidade, espaço produtor de desordem: relações entre a mobilidade residencial e o sentimento de insegurança no Centro/Baixa do Porto. In *First International Conference of Young Urban Researchers (FICYUrb)* (pp. 1–17). Liaboa: CIES - Centre for Research and Studies in Sociology. Disponível em: <http://conferencias.iscte.pt/viewabstract.php?id=114&cf=3>
- Rêgo, X., & Fernandes, L. (2012). As falas do medo: convergências entre as cidades do Porto e Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27(78), 51–65. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000100004>
- Reid, a. a., Frank, R., Iwanski, N., Dabbaghian, V., & Brantingham, P. (2013). Uncovering the Spatial Patterning of Crimes: A Criminal Movement Model (CriMM). *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 51(2), 230–255. <https://doi.org/10.1177/0022427813483753>
- Remoaldo, P., Ribeiro, V., Lopes, H., & Silva, S. (2017). Geographical Information Systems: The past, present and future. In M. Khosrow-Pour (Ed.), *Encyclopedia of Information Science and Technology* (p. 16). IGI Global.
- Rengert, G. F. (2018). *The Geography of Illegal Drugs* (Vol. 91). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780429496523>
- Rengifo, A. F. (2009). Social Disorganization. <https://doi.org/10.1093>
- Ricardo, C. de M., Siqueira, P. P. de, & Marques, C. R. (2013). Estudo conceitual sobre os espaços urbanos seguros. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 7(1), 200–216. Disponível em: http://www.rolim.com.br/2002/_pdfs/Revista_12.pdf
- Riccardo, V. (2014). Social Insecurity and Perception of Insecurity in Barcelona. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 140, 462–466. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.04.453>
- Robinson, A. H. (1982). *Early Thematic Mapping in the History of Cartography*. (1 Ed, Ed.). Chicago, U.S.A.: University of Chicago Press.
- Rodrigues, A. G. (2016). *A Gestão do Espaço Construído e a Prevenção Criminal: O caso da Avenida Luísa Todi em Setúbal. Crime Prevention Through Environmental Design*. Universidade Nova de Lisboa. <https://doi.org/10.1177/000276427101400409>
- Rohloff, I. K. (2013). Urban Morphologies of Mill Towns and Positive Transformation. Em *Proceedings of the Ninth International Space Syntax Symposium* (pp. 1–18). Seoul.
- Saldaña, J. (2016). *The Coding Manual for Qualitative Researchers*. (J. Seaman, Ed.), Sage Publication. <https://doi.org/10.1109/TEST.2002.1041893>

- Salgueiro, T. B. (1992). *A cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*. (Coleção: Cidade em Questão/8, Ed.) (2ª Ed.). Lisboa: Edições Afrontamento.
- Sampson, R. J., & Raudenbush, S. W. (2004). Seeing Disorder: Neighborhood Stigma and the Social Construction of "Broken Windows." *Social Psychology Quarterly*, 67(4), 319–342. <https://doi.org/10.1177/019027250406700401>
- Sani, A., & Nunes, L. M. (2016). Diagnóstico de seguridad/inseguridad. Un estudio exploratorio en una comunidad urbana. *Anuario de Psicología Jurídica*, 26(1), 102–106. <https://doi.org/10.1016/j.apj.2015.07.001>
- Santana, P., Santos, R., Costa, C., & Loureiro, A. (2014). Criar Cidade: Amadora Saudável e Activa. *Igarss 2014*, (1), 333. <https://doi.org/10.1007/s13398-014-0173-7.2>
- Santana, P., Santos, R., Costa, C., Roque, N., & Loureiro, A. (2009). Crime and urban environment: impacts on Human Health. *An International Conference on Globalism and Urban Change*, (1), 1–5. <https://doi.org/10.1007/s13398-014-0173-7.2>
- Santana, P., Santos, R., Costa, C., Roque, N., & Loureiro, A. (2010). Crime: Impacts of Urban Design and environment. *Tria*, 5(July), 39–48. <https://doi.org/10.6092/2281-4574/1788>
- Santos, M. A. F. (2016). Território do crime no espaço urbano e mecanismos de prevenção. *Revista Da ANPEGE*, 11(16), 279–341. <https://doi.org/10.5418/RA.V11I16.453>
- Santos, R., Azevedo, J., & Pedro, L. (2015). Literacia(s) digital(ais): definições, perspetivas e desafios. *Media & Jornalismo*, 15(27), 27–44. https://doi.org/10.14195/2183-5462_27_1
- Sanz, F. H. (1999). Escuela cartografica de criminología británica: antecedentes de la Geografía del crimen. *Anales de Geografía de La Universidad Complutense*, (19), 11–22.
- Saraiva, M. (2008). *Planeamento e Conceção dos Espaços Públicos na Óptica da Criminalidade*. Universidade do Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/58494/1/000129399.pdf>
- Saraiva, M., & Pinho, P. (2011). A comprehensive and accessible approach to crime prevention in the planning and design of public spaces. *URBAN DESIGN International*, 16(3), 213–226. <https://doi.org/10.1057/udi.2011.7>
- Saville, G., & Cleveland, G. (1997). 2ND GENERATION CPTED: An Antidote to the Social Y2K Virus of Urban Design. Em *1st Annual International CPTED Association Conference*. Orlando, FL. Disponível em: <http://www.veilg-ontwerp-beheer.nl/publicaties/2nd-generation-cpted-an-antidote-to-the-social-y2k-virus-of-urban-design>
- Saville, G., & Cleveland, G. (2008). Second-Generation CPTED The Rise and Fall of Opportunity Theory. Em R. I. Atlas (Ed.), *21st Century Security and CPTED: Designing for Critical Infrastructure Protection and Crime Prevention* (pp. 78–90). CRC Press.
- Schmid, C. F. (1960). Urban Crime Areas: Part I. *American Sociological Review*, 25(4), 527–542.
- Schmid, C. F., & Schmid, S. E. (1972). *Crime in the State of Washington*. (Washington State Planning and Community Affairs Agency, Ed.). Olympia, WA: Law and Justice Planning Office.
- Schneider, R. H., & Kitchen, T. (2002). *Planning for Crime Prevention: A TransAtlantic Perspective*. London: Routledge. <https://doi.org/10.1057/palgrave.sj.8340120>

- Shaw, C., & McKay, H. (1931). Social Factors in Juvenile Delinquency: A Study of the Community, the Family, and the Gang in Relation to Delinquent Behavior. In National Commission on Law Observance and Enforcement (Ed.), *Reporte of The Causes of Crime* (Vol. 2, p. 380). Washington, D.C: US Government Printing Office. Disponível em: <http://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.beal/wickcomr0013&div=&id=471&page=&collection=beal#>
- Shaw, C., & McKay, H. (1942). *Juvenile Delinquency in Urban Areas* (1 Ed.). Chicago, U.S.A.: University of Chicago Press.
- Shaw, C. R., Zorbaugh, F. M., McKay, H. D., & Cottrell, L. S. (1929). Map no. VII com os locais de residência de 7541 supostos infratores do sexo masculino presos no condado de Cook durante o ano de 1920, anos de idade entre os 17 e 75.
- Shaw, M., & Carli, V. (2011). *Practical Approaches to Urban Crime Prevention*. (M. Shaw, V. Carli, & International Centre for the Prevention of Crime, Eds.), *Proceedings of the Workshop held at the 12th UN Congress on Crime Prevention and Criminal Justice, Salvador, Brazil, April 12-19, 2010*. Montreal: International Centre for the Prevention of Crime UNODC.
- Siegel, L. J., & Welsh, B. C. (2014). *Juvenil Delinquency: Theory, practice, and Law* (12 edition). Wadsworth Publishing.
- Silva, C. (2014). *Segurança Urbana a Arquitetura ao Serviço da Diversidade: Olhares paralelos entre Portugal e o Brasil*. Universidade de Lisboa.
- Silva, A. J. P. da. (2005). A consolidação do Município - 1850-1910. In J. V. Capela, J. Marques, A. S. da Costa, & A. J. P. da Silva (Eds.), *História de Vila Nova de Famalicão* (1ª ed, pp. 277–308). Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições.
- Silva, M. C., Sobral, J. M., & Ramos, M. (2006). Ciganos e não ciganos: imagens conflituosas em contextos de vizinhança–o bairro social da Atouguia, Guimarães. Em *Actas do VI Congresso Português de Sociologia. Mundos Sociais: Saberes e Práticas*. Lisboa: VI Congresso Português de Sociologia - Mundos Sociais: Saberes e Práticas. Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/246.pdf>
- Silva, S. (2013). *Geografia da (in) segurança no município de Guimarães*. Universidade do Minho.
- Silva, S. (2013). *Geografia da (in)segurança no município de Guimarães*. Universidade do Minho. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/28334>
- Silva, S., & Remoaldo, P. (2014a). A geografia da (in)segurança num município português de media dimensão. In *The overarching issues of the european space:the territorial diversity of opportunities in a scenario of crisis* (pp. 157–178). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/13203.pdf>
- Silva, S., & Remoaldo, P. (2014b). Influência da criminalidade sobre o espaço: exemplo do município de Guimarães. In H. Pina, P. Remoaldo, H. Machado, & M. C. Ramos (Eds.), *E-book The overarching issues of the European space - The territorial diversity of opportunities in a scenario of crisis* (pp. 157–178). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Fundação Universidade do Porto.
- Singapore National Crime Prevention Council. (2003). Crime Prevention through Environmental Design; Guide Book. *Prevention*, 68.

- Skinner, B. F. (1953). *Science and human behavior*. New York: Macmillan.
- Snodgrass, A., & Coyne, R. (1996). Is Designing Hermeneutical? *Architectural Theory Review*, 2(1), 65–97. <https://doi.org/10.1080/13264829609478304>
- Snook, B., & Mercer, J. C. (2010). Modelling Police Officers Judgements of the Veracity of Suicide Notes. *Canadian Journal of Criminology and Criminal Justice*, 52(1), 79–96. <https://doi.org/10.3138/cjccj.52.1>
- Soomeren, P. Van. (1987). The physical urban environment and reduction of urban insecurity. In *Conference on the reduction of urban insecurity* (p. 15). Barcelona, Spain. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=s3h&AN=67308378&site=ehost-live>
- Sorensen, S., Hayes, J. G., & Atlas, R. (2008). Understanding CPTED and Situational Crime Prevention. In R. I. Atlas (Ed.), *21st Century Security and CPTED: Designing for Critical Infrastructure Protection and Crime Prevention* (pp. 53–78). CRC Press. <https://doi.org/10.1201/9781420068085>
- Spelman, W. (1993). Abandoned buildings: Magnets for crime? *Journal of Criminal Justice*, 21(5), 481–495. [https://doi.org/10.1016/0047-2352\(93\)90033-J](https://doi.org/10.1016/0047-2352(93)90033-J)
- Spicer, V., Song, J., Brantingham, P., Park, A., & Andresen, M. A. (2016). Street profile analysis: A new method for mapping crime on major roadways. *Applied Geography*, 69(April), 65–74. <https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2016.02.008>
- Sposito, E. S., Fernandes, J. A. R., & Trigal, L. L. (2016). Morfologia urbana. In *Dicionário de Geografia Aplicada* (1.º ed., p. 565). Porto Editora, S.A.
- Stoker, G. (1998). Governance as theory: five propositions. *International Social Science Journal*, 50(155), 17–28. <https://doi.org/10.1111/1468-2451.00106>
- Subica, A. M., Douglas, J. A., Kepple, N. J., Villanueva, S., & Grills, C. T. (2018). The geography of crime and violence surrounding tobacco shops, medical marijuana dispensaries, and off-sale alcohol outlets in a large, urban low-income community of color. *Preventive Medicine*, 108(December 2017), 8–16. <https://doi.org/10.1016/j.ypmed.2017.12.020>
- Sutherland, E. H., Cressey, D. R., & Luckenbill, D. F. (1992). *Principles of Criminology* (11ª). Boston: Rowman & Littlefield.
- Sweeny, K., Melnyk, D., Miller, W., & Shepperd, J. A. (2010). Information avoidance: Who, what, when, and why. *Review of General Psychology*, 14(4), 340–353. <https://doi.org/10.1037/a0021288>
- Tandogan, O., & Ilhan, B. S. (2016). Fear of Crime in Public Spaces: From the View of Women Living in Cities. *Procedia Engineering*, 161, 2011–2018. <https://doi.org/10.1016/j.proeng.2016.08.795>
- Taylor, R. B. (2018). *Breaking Away from Broken Windows: Baltimore Neighborhoods and the Nationwide Fight Against Crime, Crime, Fear, and Decline* (Vol. 91). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780429502019>
- Tedim, F., & Barros, I. (2010). A Geografia do Crime na Grande Área Metropolitana do Porto: alguns apontamentos. In *Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia* (Vol. 2). Porto.
- Thrasher, F. M. (1927). *The Gang: a study of 1,313 gangs in Chicago* (University). Chicago, U.S.A.:

University of Chicago Press.

- Thrasher, F. M. (1936). Chicago's gangland. In *The gang*. Chicago, U.S.A.: University of Chicago Press.
- Townsley, M., Birks, D., Ruiter, S., Bernasco, W., & White, G. (2016). Target Selection Models with Preference Variation Between Offenders. *Journal of Quantitative Criminology*, 32(2), 283–304. <https://doi.org/10.1007/s10940-015-9264-7>
- Traverso, D. B. (2018). Bureaucratization in a Changing Society: Administrative Reforms in Late Nineteenth Century Chile. *International Journal of Public Administration*, 41(7), 562–572. <https://doi.org/10.1080/01900692.2017.1289389>
- Tseloni, A., Wittebrood, K., Farrell, G., & Pease, K. (2004). Burglary Victimization in England and Wales, the United States and the Netherlands: A Cross-National Comparative Test of Routine Activities and Lifestyle Theories. *British Journal of Criminology*, 44(1), 66–91. <https://doi.org/10.1093/bjc/44.1.66>
- Tuan, Y.-F. (1980). *Topofilia: Um estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente*. (DIFEL, Trans.). São Paulo: DIFEL.
- Tuan, Y.-F. (1983). *Espaço e Lugar: A perspectiva da experiência (1930)*. (L. de Oliveira, Trans.). São Paulo: DIFEL. <https://doi.org/10.4025/bolgeogr.v29i1.16135>
- Tulumello, S. (2014). Local Policies for Urban Security and Spatial Planning in the Lisbon Metropolitan Area: the Cases of Lisbon, Cascais and Barreiro municipalities.
- UN Habitat. (2018). Safety.
- United Nations. (2015). *World Urbanization Prospects: The 2014 Revision (Final Report)*. *Economic & Social Affairs - Population Division*. New York. [https://doi.org/\(ST/ESA/SER.A/366](https://doi.org/(ST/ESA/SER.A/366)
- United Nations. (2018a). *The speed of urbanization around the world*. Disponível em: https://population.un.org/wup/Publications/Files/WUP2018-PopFacts_2018-1.pdf
- United Nations. (2018b). World Urbanization Prospects: The 2018 Revision. Online Edition.
- United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute. (2011). *New energy for urban security: Improving urban security through green environmental design*. Disponível em: http://www.unicri.it/news/files/2011-04-01_110414_CRA_Urban_Security_sm.pdf
- Vagi, K. J., Stevens, M. R., Simon, T. R., Basile, K. C., Carter, S. P., & Carter, S. L. (2018). Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED) Characteristics Associated With Violence and Safety in Middle Schools. *Journal of School Health*, 88(4), 296–305. <https://doi.org/10.1111/josh.12609>
- Van Dijk, J. (2015). The case for survey-based comparative measures of crime. *European Journal of Criminology*, 12(4), 437–456. <https://doi.org/10.1177/1477370815585446>
- Van Dijk, J. J., Manchin, R., Van Kesteren, J., & Hideg, G. (2005). *The Burden of Crime in the EU. Research Report: A comparative analysis of the European Survey of Crime and Safety (EU ICS) 2005*. <https://doi.org/10.1001/jamaophthalmol.2013.5958>
- Van Dijk, J., Van Kesteren, J., & Smit, P. (2007). Criminal victimisation in international perspective: Key findings from the 2004-2005 ICVS and EU ICS. *United Nations Office on Drugs and Crime*,

293. <https://doi.org/10.15496/publikation-6621>

- Vanderschueren, F. (2013). The Evolution and Challenges of Security within Cities. *UN Chronicle*, *L*(2).
- Vaz, A. M. C., Barros, C. F., & Fernandes, J. L. J. (2012). A percepção da insegurança na cidade de Coimbra. *Cadernos de Geografia*, (31), 181–192. https://doi.org/10.14195/0871-1623_31_16
- Weber, M. (1944). *Economía y Sociedad*. (J. Echavarría, J. Farella, E. Ímaz, E. Maynez, & J. Mora, Trans.), *The effects of brief mindfulness intervention on acute pain experience: An examination of individual difference* (Vol. 1). <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Weerman, F. M., Bernasco, W., Bruinsma, G. J. N., & Pauwels, L. J. R. (2016). Gender Differences in Delinquency and Situational Action Theory: A Partial Test. *Justice Quarterly*, *33*(7), 1182–1209. <https://doi.org/10.1080/07418825.2015.1064987>
- Weisburd, D., & McEwen, T. (1997). Introduction: Crime Mapping and Crime Prevention. In D. Weisburd & T. McEwen (Eds.), *Crime Mapping and Crime Prevention v. 8* (pp. 1–23). Monsey, New York, U.S.A.: Criminal Justice Press.
- Wheeler, A. P., Kim, D.-Y., & Phillips, S. W. (2018). The Effect of Housing Demolitions on Crime in Buffalo, New York. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, *55*(3), 390–424. <https://doi.org/10.1177/0022427818757283>
- Whitten, T., McGee, T. R., Homel, R., Farrington, D. P., & Ttofi, M. (2018). Comparing the criminal careers and childhood risk factors of persistent, chronic, and persistent–chronic offenders. *Australian & New Zealand Journal of Criminology*, 000486581878120. <https://doi.org/10.1177/0004865818781203>
- Wikström, P.-O. H. (2009). Crime Propensity, Criminogenic Exposure and Crime Involvement in Early to Mid Adolescence. *Kriminelle Neigung, Kriminogene Gefährdung Und Kriminelle Beteiligung in Der Frühen Und Mittleren Adoleszenz.*, *92*(2/3), 253–266. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cja&AN=43288394&site=ehost-live&scope=site>
- Wilcox, S. (1973). The Geografia of Robbery. In *The Prevention and Control of Robbery* (Vol. III, p. 109). National Crime Justice Reference Service.
- Wilson, J. Q., & Kelling, G. L. (1982). Broken windows: The Police and Neighborhood Safety. *Atlantic Monthly*, *249* (March), 29–38. <https://doi.org/10.4135/9781412959193.n281>
- Wilson, R. E., & Paulsen, D. J. (2008). Geography Public Safety. *Geography & Public Safety*, *1*(3), 1–2.
- Winslow, C. E. A. (1947). Health Goals for Housing. *American Journal of Public Health*, *37*(6), 653–662. Disponível em: <http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:Health+Goals+for+Housing#1>
- Wood, E. (1961). Housing Design: A Social Theory. *Ekistics*, *12*(74), 383–392. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43613615>
- World Health Organization. (2014). Global Status Report on Violence Prevention 2014. *World Health Organization*, 1–274. <https://doi.org/10.1007/s13398-014-0173-7.2>

- Wortley, R., & Mazerolle, L. (2008). Environmental criminology and crime analysis: situating the theory, analytic approach and application. In R. Wortley & L. Mazerolle (Eds.), *Environmental Criminology and Crime Analysis* (pp. 1–18). Willan Publishing.
- Wright, K. N., & Wright, K. E. (1994). Family Life and Delinquency and Crime: A Policymakers' Guide to the Literature, 65.
- Ye, X., Xu, X., Lee, J., Zhu, X., & Wu, L. (2015). Space-time interaction of residential burglaries in Wuhan, China. *Applied Geography*, *60*, 210–216. <https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2014.11.022>
- Zauberman, R. (2010). Os crimes contra a propriedade: Uma síntese dos trabalhos europeus. *DILEMAS*, *2* (5–6), 211–235.
- Zelinka, A., & Brennan, D. (2001). *SafeScape. Creating Safer, More Livable Communities through Planning and Design*. Chicago: Planners Press.

Apêndices

Anexo 1 – Glossário

Cidade: “Aglomerado populacional contínuo, com um número de eleitores superior a 8000, possuindo pelo menos, metade dos seguintes equipamentos coletivos: instalações hospitalares com serviço de permanência; farmácias; corporação de bombeiros; casa de espetáculos e centro cultural; museu e biblioteca; instalações de hotelaria; estabelecimentos de ensino preparatório e secundário; estabelecimentos de ensino pré-primário e infantários; transportes públicos, urbanos e suburbanos; parques ou jardins públicos”. Conceito aprovado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) a 29-03-2004 (Instituto Nacional de Estatística, 2015a).

Cidade Estatística: “Unidade territorial que corresponde ao ajustamento do perímetro urbano, consagrado nos instrumentos jurídicos de ocupação de solos para a povoação com categoria de cidade, ao perímetro das subsecções estatísticas utilizadas pelo INE na Base Geográfica de Referenciação da Informação (BGRI) e que a integram”. Conceito aprovado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) a 30-10-2014 (Instituto Nacional de Estatística, 2015a).

Cidades de Média Dimensão: “Cidades com população residente entre 100 mil e 10 mil habitantes”. Informação relativa à estratificação urbana portuguesa tendo por base a população que, em 2011, residia em cidades (Instituto Nacional de Estatística, 2014).

Crime de Furto: “Quem, com ilegítima intenção de apropriação para si ou para outra pessoa, subtrair coisa móvel alheia, é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa”. O crime de furto (Art.º. 203.º) está dentro do leque de crimes contra a propriedade que por sua vez está englobado nos crimes contra o património dentro do Código Penal Português (Código Penal, 2015).

Crime de Roubo: “A ação típica no crime de roubo, que pode consistir numa subtração ou no constrangimento à entrega, tem de revestir uma de três características: Consubstanciar a utilização de violência contra uma pessoa; consistir na utilização de ameaça com perigo eminente para a vida ou para a integridade física; ou implicar a colocação da vítima na impossibilidade de resistir”. O crime de furto (Art.º. 210.º) está entre os crimes contra a propriedade que por sua vez se engloba nos crimes contra o património dentro do Código Penal Português (Almeida e Lucas, 2011).

Insegurança – “O sentimento de insegurança como um conjunto de manifestações de inquietação, de perturbações ou de medo, quer individuais, quer coletivas, cristalizadas sobre o crime” (Lourenço e Lisboa, 1996: 55).



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Anexo 2 – Guião de entrevista aos Presidentes das Câmaras

Presidente de Câmara de:

O presente inquérito por entrevista está a ser efetuado no âmbito de uma investigação de doutoramento intitulada “Geografia da (in)segurança nos municípios do quadrilátero urbano – Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão”. A investigação está a ser efetuada por Sara Silva, sob orientação da Prof^a Doutora Paula Cristina Almeida Cadima Remoaldo e do Prof^o Doutor Vítor Patrício Rodrigues Ribeiro, professores do Departamento de Geografia da Universidade do Minho.

Com o presente inquérito pretendemos aferir a opinião e perceção do Presidente da Câmara sobre questões de segurança urbana no Quadrilátero Urbano e no município que coordena.

Vou começar por lhe colocar algumas questões relacionadas com a segurança no Quadrilátero Urbano.

1. Na sua opinião, os municípios do Quadrilátero Urbano são seguros? Se sim, porquê? Se não, quais são os fatores que causam insegurança?
2. Como avalia as políticas de prevenção do crime nos municípios de Barcelos, de Braga, de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão? A criminalidade tem sido uma preocupação das políticas de cooperação entre os quatro municípios?
3. Existe algum tipo de medidas de prevenção de criminalidade aplicáveis ao nível do Quadrilátero Urbano? Se sim, quais são os programas? E quem são as entidades responsáveis pela manutenção e aplicabilidade dos mesmos? Se não, porque não existem essas medidas?

Vou agora fazer-lhe algumas perguntas que visam recolher a sua posição face às políticas municipais de prevenção da segurança.

4. Na sua opinião, existem locais, dentro da área urbana do município, onde a comunidade possa ter razões para se sentir particularmente insegura? Se sim, consegue-me nomear os locais e respetivas freguesias? Dos locais por si sinalizados consegue indicar quais os tipos de crimes mais recorrentes?
5. Na sua perspetiva, as respostas sociais têm colmatado as inseguranças de todos os grupos da comunidade?
6. O que tem sido feito quanto a medidas preventivas contra a criminalidade no município?
7. Dos programas aplicados, que resultados foram obtidos até ao momento?

8. Na sua opinião, os programas existentes bem como os seus resultados têm produzido impactes positivos junto da comunidade em geral?

9. Considera que a estrutura organizacional atual de prevenção da criminalidade, com o exemplo dos Contratos Locais de Segurança, tem revelado uma operacionalização eficaz?

10. A preocupação pela segurança está alocada a algum gabinete que se dedique exclusivamente à questão? Ou faz parte de forma transversal a todos os setores da câmara?

11. Na sua opinião, na possibilidade de existir liberdade de atuação na construção de modelos de prevenção a curto, médio e longo prazo, através de um gabinete controlado pela própria administração local, que promova a gestão, aplicabilidade e manutenção de medidas preventivas de criminalidade, este **seria mais ou menos benéfico para a prevenção da criminalidade**? Se sim, fazia sentido deter **capacidade de gerar conhecimento e produzir medidas preventivas** que fossem para além da criação de programas, investindo também na construção de uma malha urbana que permita uma mais efetiva prevenção dos crimes?

E em relação ao futuro.

13. Quais são as prioridades para ações futuras de prevenção a nível da câmara municipal? E a nível do Quadrilátero Urbano?

Vou, por último, colocar-lhe algumas questões mais pessoais.

Nome:

Que estudos tem?

Muito obrigada!



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Anexo 3 – Guião de entrevista aos Presidentes das Juntas de Freguesia

Presidente

O presente inquérito por entrevista está a ser efetuado no âmbito de uma investigação de doutoramento intitulada “Geografia da (in)segurança nos municípios do quadrilátero urbano – Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão”. A investigação está a ser efetuada por Sara Silva, sob a orientação da Prof^a Doutora Paula Cristina Almeida Cadima Remoaldo e do Prof^o Doutor Vítor Patrício Rodrigues Ribeiro, professores do Departamento de Geografia da Universidade do Minho.

Com o presente inquérito pretendemos aferir a opinião e a perceção dos Presidentes de Juntas de freguesia onde ocorre uma maior incidência de crimes participados à Polícia de Segurança Pública, sobre questões de segurança urbana.

Vou começar por lhe colocar algumas questões relacionadas com a segurança no Município.

1. Na sua opinião, é seguro o município onde está inserida a freguesia que preside? Se sim, porquê? Se não, quais são os fatores que causam insegurança?
2. Como avalia as políticas municipais de prevenção da criminalidade? A criminalidade tem sido uma preocupação das políticas de cooperação entre a junta de freguesia e o município?
3. Existe algum tipo de programa de prevenção de criminalidade transversal a todas as freguesias do município? Se sim, de que tipo de programa se trata? E quem são as entidades responsáveis pela manutenção e aplicabilidade do mesmo? Se não, porque não existe este tipo de medidas?
4. Dos programas aplicados, que resultados foram obtidos até ao momento? Na sua opinião, os programas existentes bem como os seus resultados têm produzido impactes positivos junto da comunidade em geral? E da sua freguesia?

Vou agora fazer-lhe algumas perguntas que visam recolher a sua posição face à prevenção da segurança na freguesia.

5. Enquanto presidente qual a sua perceção face ao número de crimes existentes na freguesia? E o sentimento de insegurança dos residentes?
6. Na sua opinião, existem locais, dentro da freguesia, onde a comunidade possa ter razões para se sentir particularmente insegura? Se sim, consegue-me nomear os locais/ruas? Dos locais por si sinalizados consegue indicar quais os tipos de crimes mais recorrentes?
7. Na sua perspetiva, as respostas sociais por parte da junta de freguesia têm colmatado as inseguranças de todos os grupos da comunidade? E as respostas sociais camarárias?

8. O que tem sido feito quanto a medidas preventivas contra a criminalidade na freguesia?

Conhecimento do modelo de prevenção CPTED.

9. Tem conhecimento do modelo de prevenção “Prevenção da Criminalidade através do Espaço Construído (CPTED)”? Se sim, pode falar-me um pouco do mesmo?

10. Alguma vez pensou na possibilidade de ser possível diminuir o número de crimes através da melhoria do aspeto das ruas ou dos edifícios?

11. Na sua opinião, o tema da “Prevenção da Criminalidade através do Espaço Construído” deveria fazer parte da preocupação da Câmara Municipal? Se sim, considera viável a existência de um gabinete controlado pela própria administração local, que promovesse a gestão, aplicabilidade e manutenção de medidas preventivas da criminalidade?

Vou, por último, colocar-lhe algumas questões mais pessoais.

Nome:

Que estudos tem?

Muito obrigada!

Anexo 4 – Ranking a nível europeu dos crimes de roubo registados

| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|-----|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| 1º | França 124.657 | França 114.093 | França 104.116 | França 99.062 |
| 2º | Espanha 86.034 | Espanha 70.855 | Espanha 64.581 | Espanha 70.645 |
| 3º | Itália 63.770 | Itália 58.345 | Alemanha 44.666 | Alemanha 43.009 |
| 4º | Alemanha 47.234 | Alemanha 45.475 | Itália 35.068 | Itália 32.918 |
| 5º | Bélgica 22.879 | Bélgica 21.905 | Bélgica 22.101 | Portugal 13.313 |
| 6º | Polónia 19.533 | Portugal 15.594 | Portugal 15.472 | Polónia 9.634 |
| 7º | Portugal 16.590 | Polónia 13.868 | Polónia 10.210 | Suécia 8.562 |
| 8º | Países Baixos 13.120 | Países Baixos 10.320 | Países Baixos 9.615 | Grécia 4.725 |
| 9º | Suécia 8.361 | Suécia 8.364 | Suécia 8.461 | Áustria 3.103 |
| 10º | Grécia 4.919 | Roménia 6.418 | Grécia 4.316 | Roménia 3.096 |
| 11º | Áustria 3.737 | Grécia 3.800 | Áustria 3.416 | Dinamarca 2.185 |
| 12º | Dinamarca 3.200 | Áustria 3.481 | Roménia 3.358 | Irlanda 2.098 |
| 13º | Suíça 3.196 | Irlanda 2.651 | Irlanda 2.574 | Suíça 1.876 |
| 14º | República Checa 3.051 | República Checa 2.547 | Dinamarca 2.034 | Finlândia 1.670 |
| 15º | Bulgária 2.977 | Suíça 2.367 | República Checa 2.022 | Bulgária 1.666 |
| 16º | Roménia 2.933 | Bulgária 2.326 | Bulgária 1.946 | República Checa 1.646 |
| 17º | Irlanda 2.795 | Dinamarca 2.322 | Suíça 1.859 | Lituânia 1.342 |
| 18º | Hungria 2.298 | Hungria 1.954 | Lituânia 1.590 | Hungria 1.104 |
| 19º | Lituânia 1.866 | Lituânia 1.688 | Finlândia 1.548 | Croácia 1.068 |
| 20º | Noruega 1.667 | Finlândia 1.687 | Hungria 1.440 | Noruega 810 |

Ranking a nível europeu dos crimes de roubo registados (conclusão)

| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|-----|--------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| 21º | Croácia 1.523 | Croácia 1.268 | Croácia 1.311 | Letónia 651 |
| 22º | Finlândia 1.523 | Noruega 1.063 | Noruega 930 | Eslováquia 526 |
| 23º | Letónia 917 | Letónia 809 | Letónia 779 | Luxemburgo 459 |
| 24º | Eslováquia 835 | Eslováquia 679 | Luxemburgo 554 | Malta 259 |
| 25º | Luxemburgo 582 | Luxemburgo 615 | Eslováquia 539 | Estónia 248 |
| 26º | Estónia 476 | Estónia 360 | Estónia 337 | Eslovénia 226 |
| 27º | Eslovénia 377 | Eslovénia 297 | Malta 242 | Islândia 50 |
| 28º | Malta 207 | Malta 190 | Eslovénia 232 | - |
| 29º | Chipre 149 | Chipre 104 | Chipre 93 | - |
| 30º | Islândia 49 | Islândia 51 | Islândia 53 | - |

Fontes de Dados: Eurostat | UNODC | Entidades Nacionais - Recolha de Dados Eurostat-UNODC.

Fonte: PORDATA - <https://www.pordata.pt/DB/Europa/Ambiente+de+Consulta/Gr%C3%A1fico>
(Consultado a 31 de outubro de 2018).

Anexo 5 – Ranking a nível europeu dos crimes de furtos registados

| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|-----|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| 1º | França 1.390.001 | França 1.429.398 | França 1.397.363 | França 1.381.425 |
| 2º | Alemanha 1.303.355 | Alemanha 1.322.144 | Alemanha 1.348.955 | Alemanha 1.290.481 |
| 3º | Itália 1.289.071 | Itália 1.317.327 | Itália 1.228.801 | Itália 1.132.577 |
| 4º | Países Baixos 644.725 | Países Baixos 587.210 | Países Baixos 544.100 | Suécia 375.396 |
| 5º | Suécia 410.762 | Suécia 413.389 | Suécia 399.646 | Dinamarca 225.511 |
| 6º | Dinamarca 269.086 | Dinamarca 250.773 | Dinamarca 225.868 | Espanha 163.077 |
| 7º | Bélgica 224.109 | Bélgica 208.443 | Espanha 205.751 | Suíça 143.671 |
| 8º | Polónia 212.143 | Suíça 171.872 | Bélgica 186.586 | Áustria 143.531 |
| 9º | Suíça 194.561 | Polónia 168.577 | Suíça 155.002 | Polónia 126.392 |
| 10º | Espanha 163.464 | Roménia 164.396 | Polónia 145.228 | Finlândia 114.490 |
| 11º | Áustria 154.002 | Espanha 155.253 | Áustria 140.254 | Noruega 104.507 |
| 12º | Noruega 145.940 | Áustria 148.263 | Finlândia 122.226 | Grécia 101.777 |
| 13º | Finlândia 128.169 | Noruega 132.018 | Noruega 114.828 | Hungria 93.592 |
| 14º | República Checa 125.573 | Finlândia 127.342 | Hungria 111.326 | Roménia 92.099 |
| 15º | Hungria 124.276 | Hungria 106.939 | Roménia 108.439 | Portugal 77.774 |
| 16º | Grécia 103.674 | República Checa 103.708 | Grécia 100.805 | República Checa 71.872 |
| 17º | Portugal 94.902 | Grécia 94.082 | Portugal 86.417 | Irlanda 64.800 |
| 18º | Irlanda 78.431 | Portugal 91.041 | República Checa 84.793 | Bulgária 32.727 |
| 19º | Roménia 57.557 | Irlanda 77.622 | Irlanda 75.729 | Eslovénia 21.394 |
| 20º | Bulgária 45.256 | Bulgária 41.246 | Bulgária 38.315 | Lituânia 19.963 |

Ranking a nível europeu dos crimes de roubo registados (conclusão)

| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|-----|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 21° | Eslovénia 34.942 | Eslovénia 30.103 | Eslováquia 24.091 | Eslováquia 15.870 |
| 22° | Lituânia 27.952 | Lituânia 27.895 | Eslovénia 22.798 | Letónia 14.570 |
| 23° | Eslováquia 20.708 | Letónia 20.578 | Lituânia 22.783 | Croácia 12.739 |
| 24° | Letónia 20.623 | Eslováquia 18.568 | Letónia 19.387 | Luxemburgo 10.043 |
| 25° | Estónia 16.465 | Estónia 15.738 | Croácia 13.547 | Estónia 8.982 |
| 26° | Croácia 14.051 | Croácia 12.043 | Estónia 11.354 | Malta 8.821 |
| 27° | Luxemburgo 10.334 | Luxemburgo 10.259 | Luxemburgo 9.293 | Islândia 3.472 |
| 28° | Malta 8.469 | Malta 8.198 | Malta 8.653 | Chipre 722 |
| 29° | Islândia 4.102 | Islândia 3.670 | Islândia 4.032 | - |
| 30° | Chipre 1.245 | Chipre 966 | Chipre 918 | - |

Fontes de Dados: Eurostat | UNODC | Entidades Nacionais - Recolha de Dados Eurostat-UNODC.

Fonte: PORDATA - <https://www.pordata.pt/DB/Europa/Ambiente+de+Consulta/Gr%C3%A1fico>
(Consultado a 31 de outubro de 2018).

Anexo 6 – Ranking a nível europeu dos crimes de assaltos registados

| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|-----|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| 1º | Alemanha 437.520 | Alemanha 446.073 | Alemanha 463.929 | Alemanha 432.730 |
| 2º | França 385.511 | França 379.153 | França 379.253 | França 382.910 |
| 3º | Países Baixos 291.295 | Países Baixos 254.330 | Países Baixos 228.135 | Espanha 195.910 |
| 4º | Espanha 167.320 | Espanha 222.039 | Espanha 197.428 | Suécia 89.055 |
| 5º | Polónia 118.534 | Bélgica 96.419 | Polónia 94.680 | Áustria 80.503 |
| 6º | Bélgica 99.934 | Suécia 88.798 | Suécia 90.059 | Polónia 79.928 |
| 7º | Áustria 88.703 | Polónia 87.765 | Bélgica 87.691 | Grécia 65.721 |
| 8º | Suécia 85.453 | Áustria 85.487 | Áustria 79.152 | Dinamarca 60.136 |
| 9º | Dinamarca 78.955 | Dinamarca 69.637 | Grécia 65.117 | Suíça 46.539 |
| 10º | Suíça 68.730 | Suíça 63.706 | Dinamarca 63.343 | República Checa 28.220 |
| 11º | Grécia 67.825 | Grécia 61.631 | Suíça 52.569 | Roménia 27.332 |
| 12º | República Checa 62.384 | Roménia 51.116 | República Checa 34.476 | Portugal 26.193 |
| 13º | Portugal 38.390 | República Checa 49.304 | Roménia 29.562 | Finlândia 24.594 |
| 14º | Hungria 37.688 | Portugal 34.612 | Portugal 29.386 | Irlanda 18.478 |
| 15º | Irlanda 26.291 | Hungria 29.883 | Hungria 28.595 | Croácia 12.403 |
| 16º | Finlândia 22.911 | Irlanda 27.676 | Irlanda 26.289 | Eslovénia 10.707 |
| 17º | Roménia 19.573 | Finlândia 24.725 | Finlândia 24.659 | Bulgária 10.161 |
| 18º | Croácia 18.483 | Bulgária 15.327 | Croácia 14.968 | Letónia 6.365 |
| 19º | Bulgária 17.163 | Croácia 15.302 | Bulgária 12.035 | Eslováquia 6.260 |
| 20º | Noruega 15.740 | Noruega 14.890 | Eslovénia 10.251 | Luxemburgo 4.310 |

Ranking a nível europeu dos crimes de assaltos registados (conclusão)

| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|-----|----------------------|---------------------|---------------------|-------------------|
| 21° | Eslovénia 15.370 | Eslovénia 13.603 | Eslováquia 6.862 | Lituânia 2.657 |
| 22° | Eslováquia 11.167 | Eslováquia 9.427 | Luxemburgo 3.608 | Chipre 1.687 |
| 23° | Luxemburgo 3.399 | Luxemburgo 4.368 | Lituânia 2.999 | Malta 1.421 |
| 24° | Lituânia 3.263 | Lituânia 3.342 | Chipre 1.948 | Islândia 1.038 |
| 25° | Chipre 2.676 | Chipre 2.333 | Malta 1.361 | |
| 26° | Malta 1.738 | Malta 1.624 | Islândia 1.273 | |
| 27° | Islândia 1.092 | Islândia 1.143 | Letónia 501 | |
| 28° | Letónia 955 | Letónia 612 | | |

Fontes de Dados: Eurostat | UNODC | Entidades Nacionais - Recolha de Dados Eurostat-UNODOC.

Fonte: PORDATA - <https://www.pordata.pt/DB/Europa/Ambiente+de+Consulta/Gr%C3%A1fico>
(Consultado a 31 de outubro de 2018).

Anexo 7 - Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo

TÍTULO I - Disposições gerais

- CAPÍTULO I - Objeto, fins e princípios gerais
- Artigo 2.º - Fins (Constituem fins da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo)
 - b) Garantir o **desenvolvimento sustentável**, a competitividade económica territorial, a criação de emprego e a organização eficiente do mercado fundiário, tendo em vista evitar a especulação imobiliária e as práticas lesivas do interesse geral;
 - g) **Racionalizar, reabilitar e modernizar os centros urbanos**, os aglomerados rurais e a coerência dos sistemas em que se inserem;
 - h) **Promover a defesa, a fruição e a valorização do património natural**, cultural e paisagístico;
 - j) **Prevenir riscos** coletivos e reduzir os seus efeitos nas pessoas e bens;
 - m) **Regenerar o território**, promovendo a requalificação de áreas degradadas e a reconversão de áreas urbanas de génese ilegal.
- Artigo 3.º - Princípios Gerais
 - a) **Solidariedade intra e intergeracional**, assegurando às gerações presentes e futuras qualidade de vida e um equilibrado desenvolvimento socioeconómico;
 - g) **Participação dos cidadãos, reforçando o acesso à informação e à intervenção** nos procedimentos de elaboração, execução, avaliação e revisão dos programas e planos territoriais;
 - e) **Subsidiariedade, simplificando e coordenando os procedimentos dos diversos níveis da Administração Pública, com vista a aproximar o nível decisório ao cidadão**;
 - g) **Participação dos cidadãos, reforçando o acesso à informação e à intervenção** nos procedimentos de elaboração, execução, avaliação e revisão dos programas e planos territoriais;
 - h) Concertação e contratualização entre interesses públicos e privados, incentivando modelos de atuação baseados na vinculação recíproca entre a iniciativa pública e a privada na concretização dos programas e planos territoriais;

TÍTULO III - Sistema de gestão territorial

- CAPÍTULO I - Gestão territorial
- Artigo 40.º - Âmbito nacional
- O programa nacional da política de ordenamento do território estabelece, em concretização das opções europeias de desenvolvimento territorial e do quadro de referência europeu:
 - a) As opções estratégicas de organização do território nacional e o modelo de estruturação territorial tendo em conta o sistema urbano, as infraestruturas e os equipamentos de utilização coletiva de interesse nacional, bem como as áreas de interesse nacional em termos de defesa nacional e **segurança pública**, agrícolas, florestais, ambientais, patrimoniais e económicos, de exploração de recursos geológicos e de aproveitamento das energias renováveis;
 - b) As **grandes opções de investimento público**, com impacte territorial significativo, suas prioridades e programação, em articulação com as estratégias definidas para a aplicação dos fundos europeus e nacionais;
 - 3 - Os **programas sectoriais** estabelecem, no âmbito nacional e de acordo com as políticas sectoriais da União Europeia, a incidência territorial da programação ou concretização de políticas públicas dos diversos sectores da administração central do Estado, nomeadamente, nos domínios da defesa, **segurança pública**, prevenção de riscos, ambiente, recursos hídricos, conservação da natureza e da biodiversidade, transportes, comunicações, energia, cultura, saúde, turismo, agricultura, florestas, comércio ou indústria.

Fonte: Publicação do Diário da República n.º 104/2014, Série I de 2014-05-30, versão online - <https://data.dre.pt/eli/lei/31/2014/05/30/p/dre/pt/html> (consultada a 16 de janeiro de 2019).

Anexo 8 - Aviso n.º 7722/2015 da Revisão Plano Diretor Municipal de Barcelos

Capítulo I - Disposições Gerais

Artigo 2.º - Objetivos Estratégicos

2 – As perspetivas desejáveis de desenvolvimento económico e social do concelho conduzem à definição dos objetivos, das estratégias e políticas urbanas a adotar no âmbito do Plano, designadamente:

- a) Integração dos valores naturais, agrícolas e florestais numa base que assegure a sustentabilidade do território e que estruture a distribuição das funções do mesmo;
- b) Conceção de uma estratégia de salvaguarda e valorização do património natural e construído e preservação do espaço rural como identidade cultural e paisagística do concelho, servindo de suporte à atividade turística;
- c) Dotação de solo urbano adequado para dar resposta às necessidades habitacionais da população nas freguesias em espaço rural;
- d) Definição de critérios de gestão fundiária através da regulamentação de um regime de cedências e compensações e compatibilização de taxas urbanísticas e introdução de mecanismos de perequação;
- e) Consolidação dos aglomerados urbanos e contenção dos fenómenos de povoamento difuso;
- f) Racionalização e rentabilização das redes de infraestruturas territoriais e de equipamentos de utilização coletiva e otimização da mobilidade através de uma nova organização do território em agrupamentos de freguesias (Unidades Territoriais);
- g) Melhoria das acessibilidades ao centro urbano;
- h) Definição de uma nova estratégia para os transportes públicos rodoviários;
- i) Adequação dos perfis da rede viária municipal, às funções desenvolvidas;
- j) Revitalização e requalificação dos núcleos de freguesia ou respetivas áreas identitárias; k) Adequação dos aglomerados urbanos à identidade rural do concelho bem como às atuais exigências de qualidade de vida, identificando; e delimitando os espaços onde coexistem a função habitacional e as atividades agropecuárias;
- l) Agrupar as atividades poluentes e dar expressão aos pólos industriais;
- m) Criação de novas formas de apoio à habitação e alargamento dos estratos de população abrangida;
- n) Potenciar a atividade turística como contraponto à crise estrutural das indústrias tradicionais.

Fonte: Publicação no Diário da República, 2.ª série — N.º 134 — 13 de julho de 2015 Aviso n.º 7722/2015 Projeto da 1.ª Revisão do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Barcelos- online <https://www.cm-barcelos.pt/viver/urbanismo/pdm-plano-diretor-municipal/>

Anexo 9 - Aviso n.º 11741/2015 da Revisão Plano Diretor Municipal de Braga

Capítulo I - Disposições Gerais

Artigo 2.º - Objetivos Estratégicos

1 - Braga, Um Município Onde Queremos Viver

- a) Promover a Imagem da Cidade
- b) Reordenar o território (sem acréscimo da área total de solo urbano)
- c) Garantir a adequada programação da Ocupação Urbana
- d) Proteger e valorizar a Estrutura Ecológica Municipal
- e) Conter a Dispersão
- f) Reforçar a Identidade dos Núcleos Urbanos Periféricos
- g) Proteger e valorizar o Sistema de Vistas
- h) Promover uma mobilidade sustentável
- i) Consolidar a Rede de Equipamentos

2 - Braga, Um Concelho Que Queremos Visitar

- a) Fomentar o Investimento Turístico nas diversas vertentes
- b) Renovar metas de crescimento Turístico visando o Turismo Global
- c) Fomentar o turismo como fator de desenvolvimento económico
- d) Incorporar estratégias de preservação e valorização do património
- e) Valorizar as Unidades de Paisagem
- f) Implementar um Plano de Imagem e Comunicação Concelho
- g) Definir um modelo de cooperação em rede com os destinos mais próximos
- h) Otimizar a mobilidade turística

3 - Braga, Um Território Para Investir

- a) Potenciar a atração de Empresas no Concelho
- b) Dotar o Concelho de uma nova área de localização empresarial
- c) Modernizar as Áreas Industriais Existentes
- d) Estimular a Relocalização de Empresas no Espaço Industrial
- e) Fomentar Parcerias e Complementaridades entre Empresas, U.M., C.M.B., Associações Empresariais, Escolas de Formação Profissional, Instituto Ibérico de Nanotecnologia, Empresas T.I.C., etc.
- f) Aproximar o tecido empresarial do Aeroporto Sá Carneiro e Porto de Leixões.

4 - Braga, Rumo à Centralidade Ibérica

- a) Reforçar o papel da Cidade à escala do Quadrilátero Urbano (Pólis XXI)
- b) Reforçar a Cooperação e Potenciar Políticas de Complementaridade à Escala Supramunicipal
- c) Reforçar o papel da Cidade nos Domínios das T.I.C., Educação e Formação Profissional
- d) Reforçar as Vertentes histórica, cultural e turística

Fonte: Publicação do Diário da República n.º 201/2015, Série II de 2015-10-14- Versão online <https://dre.pt/home/-/dre/70686085/details/6/maximized?serie=II&dreId=70683982/en>

Anexo 10 - Aviso n.º 6936/2015 da Revisão Plano Diretor Municipal de Guimarães

Capítulo I - Disposições Gerais

Artigo 2.º - Objetivos Estratégicos

1 – O PDM estabelece o princípio da criação e defesa de um ambiente urbano e natural qualificado, promovendo a salvaguarda do Património Edificado, Cultural e Natural do concelho, a continuidade e desenvolvimento das atividades económicas e a estruturação social patente na sua organização urbana e rural.

2 – São objetivos do Plano:

- a) Nuclearização e qualificação dos aglomerados urbanos:
 - i) Consolidação, densificação e expansão do aglomerado central do concelho, apostando na continuidade da política de defesa do Património, melhor relação entre as áreas urbana e periurbana, integrando Pevidém e a futura área de atividades económicas de Silvares, potenciando a Veiga de Creixomil como parque urbano de cariz rural e favorecendo áreas de atividades económicas instaladas;
 - ii) Consolidação das vilas como estruturas urbanas qualificadas intermédias, através do reforço das especializações locais e aumento do nível da qualidade funcional e formal da vida local, melhor desempenho das instituições sociais e diversificação da prestação de serviços, comércio, cultura e lazer;
 - iii) Consolidação e requalificação dos centros das freguesias, valorizando as suas potencialidades espaciais, sociais e culturais (re)criando, o espaço de referência destas unidades administrativas;
 - iv) Clarificação dos usos de solo e controlo do crescimento de áreas excêntricas aos aglomerados urbanos que revelam condições precárias ao nível da acessibilidade, salubridade, inserção paisagística e/ou salvaguarda de elementos biofísicos e patrimoniais.
- b) Proteção e valorização ambiental e paisagística do território promovendo a sua estabilidade física e sustentabilidade ecológica;
- c) Rentabilização das infraestruturas públicas de suporte à urbanização e reforço da mobilidade, assegurando uma acessibilidade eficaz e equilibrada e promovendo outras formas de circulação;
- d) Reforço da competitividade do concelho induzindo diversidade económica, otimizando e qualificando áreas de atividades, potenciando novos equipamentos e investimentos em infraestruturas;
- e) Conservação e valorização do património cultural edificado.

Fonte: Publicação no Diário da República, 2ª série - Nº 119 de 22 de junho de 2015- online <https://www.cm-guimaraes.pt/pages/568>

Anexo 11 - Aviso nº 10268/2015 da Revisão Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Famalicão

Capítulo I - Disposições Gerais

Artigo 2.º - Objetivos Estratégicos

1 — O Plano constitui a síntese da estratégia de desenvolvimento e de ordenamento territorial para a área do município, considerando a sua integração regional e os critérios de classificação e qualificação do solo em vigor em função de um modelo de organização territorial sustentável.

2 — O modelo de organização territorial foi estabelecido de acordo com as tendências de aglomeração e as funções que cada aglomerado desempenha num contexto municipal e supra municipal, assente em relações de complementaridade funcional equilibradas e abrangentes, formando um conjunto de unidades de planeamento, cuja identidade se encontra na sua própria unidade paisagística, urbanística e socio demográfica:

- a) UP1. Cidade — Corresponde à principal aglomeração de Vila Nova de Famalicão e concentra um conjunto de atividades e de prestação de serviços de nível superior, geradores de fluxos significativos de pessoas, bens e serviços, a nível concelhio e supra concelhio;
- b) UP2. Vale do Este/Nine — Coincide com parte da bacia hidrográfica do rio Este, assumindo uma importância relevante do ponto de vista ambiental e para a manutenção dos recursos naturais, integrando como principais aglomerações as áreas urbanas de Nine/Louro, Arnos de Santa Maria/Arnos de Santa Eulália e Gondifelos tendo um papel importante como interface rododiferroviário;
- c) UP3. Vale do Ave (Poente) /Ribeirão — Abrange parte da bacia hidrográfica do rio Ave integrando as freguesias com um elevado nível de concentração de atividades económicas, destacando -se como principais aglomerações urbanas a vila de Ribeirão e Lousado;
- d) UP4. Vale do Ave (Nascente) /Riba de Ave — Abrange parte da bacia hidrográfica do rio Ave, sendo a principal aglomeração a vila de Riba d’Ave, cujo desenvolvimento industrial levou ao estabelecimento de importantes funções urbanas complementares, designadamente no setor dos serviços;
- e) UP5. Vale do Pele/Joane — Ocupa parte da bacia hidrográfica do rio Pele, correspondendo a freguesias com uma dinâmica urbana assinalável, entre as quais se destaca a aglomeração da vila de Joane;
- f) UP6. Vale do Pelhe/S. Cosme — Ocupando parte da bacia hidrográfica do rio Pelhe e a principal

3 — O Plano visa concretizar um modelo de desenvolvimento territorial sustentável, assente nos seguintes vetores estratégicos:

- a) Proteção, valorização e exploração sustentável dos recursos naturais;
- b) Salvaguarda e valorização do património cultural, edificado e arqueológico;
- c) Reorganização do sistema urbano, através do reforço da concentração nas polaridades urbanas existentes e na consolidação do espaço urbano e promoção da reabilitação urbana;
- d) Pleno aproveitamento dos sistemas de infraestruturas viárias e das restantes infraestruturas básicas;
- e) Reorganização dos sistemas de mobilidade e acessibilidades em função dos níveis de serviço desejados e do sistema urbano municipal e regional;
- f) Ordenamento e valorização das áreas de acolhimento de atividades empresariais.

Anexo 12 - Etapas do Guia de Boas Práticas do CPTED - Prevenção Criminal Através do Espaço Construído

| Princípios | 3 D's | Estratégias |
|---------------------------------|--------------------|--|
| 1. Vigilância natural. | 1. Designação. | 4. Ampliação dos campos de visão. |
| 2. Controlo natural de acessos. | 2. Definição. | 5. Iluminação adequada. |
| 3. Reforço territorial. | 3. <i>Design</i> . | 6. Redução de locais recônditos ou isolados. |
| 4. Manutenção e gestão. | | 7. Zonas vulneráveis / perigosas / inseguras. |
| | | 8. Isolamento. |
| | | 9. Uso misto. |
| | | 10. Geradores de atividades. |
| | | 11. Sentimento de pertença, manutenção e gestão. |
| | | 12. Sinalética e Informações. |
| | | 13. Conceção global. |

Anexos:

Anexo A – Guia de revisão do projeto.

Anexo B – Exemplos de estratégias CPTED:

- Condomínio e habitação de interesse social;
- Bairros habitacionais (habitação unifamiliar – vivendas);
- O centro das cidades;
- Escritórios/lojas/hotéis;
- Instituições educativas;
- Áreas industriais.

Anexo C - Exemplos de estratégias CPTED:

- Parques de estacionamento;
- Parques /Espaços abertos/ Áreas de recreio;
- Traseiras;
- Instalações sanitárias públicas;
- Passeios/Percurso;
- Passagens inferiores e áreas para peões;
- Paragens de transportes públicos.

Versão original: Crime Prevention through Environmental Design Guidebook (2003), elaborado pelo National Crime Prevention Council – Singapura.